

Universidade de Lisboa

Faculdade de Letras

Departamento de História



Sob os Auspícios do Concílio de Trento: Pombal entre a Prevaricação e o Disciplinamento (1564-1822)

Ricardo Jorge Carvalho Pessa de Oliveira

Doutoramento em História Moderna

2013

Universidade de Lisboa

Faculdade de Letras

Departamento de História



Sob os Auspícios do Concílio de Trento: Pombal entre a Prevaricação e o Disciplinamento (1564-1822)

Ricardo Jorge Carvalho Pessa de Oliveira

Tese orientada pela Professora Doutora Isabel M. R. Mendes Drumond
Braga, especialmente elaborada para a obtenção do grau de doutor em
História Moderna

2013

Resumo:

O Concílio de Trento (1545-1563) constituiu um marco fundamental na história da Igreja. Na referida reunião ecuménica foi gizado um plano de reforma interna da instituição, que delineou a orientação da mesma até à segunda metade do século XIX. Após Trento, o clero desempenhou uma acção mais actuante e efectiva no que se refere ao controlo do comportamento dos fiéis, assunto naturalmente ligado ao discurso de natureza política. Bispos, confessores, curas de almas, inquisidores, padres missionários e pregadores constituíram agentes fulcrais na execução das directrizes tridentinas. Não obstante, coube aos antístites e aos inquisidores o papel principal neste processo, tendo contribuindo decisivamente para a integridade religiosa de Portugal e para o disciplinamento das condutas quer de eclesiásticos quer de fiéis. Tendo em consideração esta realidade, este trabalho tem por objectivo estudar as formas de actuação destas duas instâncias no Sul da diocese de Coimbra, nomeadamente em Pombal e nas paróquias vizinhas de Abiul, de Almagreira, do Louriçal, da Mata Mourisca, da Redinha, de Santiago de Litém e de Vila Cã. Estruturalmente a tese divide-se em três partes. Depois de caracterizado o território do ponto de vista geográfico, demográfico e económico-social, o texto fixa a sua análise na prática concreta dos mecanismos de controlo e punição dos comportamentos desviantes. Assim, a segunda parte do estudo procura averiguar a acção dos prelados no processo de reforma, sobremaneira através da análise da documentação produzida pela actividade visitacional, enquanto a terceira parte analisa a acção do Tribunal da Fé. Além da punição das condutas desviantes levada a cabo por estas duas instâncias do campo religioso, o trabalho evidencia ainda as formas e instrumentos persuasivos e de difusão do discurso doutrinal que pretenderam inculcar nas populações condutas isentas de crítica, isto é, o ensino religioso, a prática catequética, os sermões, as obras de devoção na posse de particulares e de eclesiásticos e as procissões.

Palavras-chave: Disciplinamento, Bispos, Visitas Pastorais, Inquisição, Pombal.

Résumé:

Le Concile de Trente (1545-1563) a été un événement important dans l'histoire de l'Eglise. Lors de cette réunion œcuménique un plan de réforme interne de l'institution a été élaboré, délimitant l'orientation de la même jusqu'à la seconde moitié du XIXe siècle. Après Trent, le clergé a effectué une action plus active et plus efficace en ce qui concerne le contrôle du comportement des fidèles, sujet naturellement lié au discours politique. Évêques, confesseurs, cures d'âmes, inquisiteurs, prêtres, missionnaires et prédicateurs constituaient les principaux agents dans la mise en œuvre des lignes directrices tridentine. Néanmoins, évêques et inquisiteurs ont eu un rôle prépondérant dans ce processus et ont contribué de manière décisive à l'intégrité religieuse du Portugal et discipline des performances des ecclésiastiques et fidèles. Compte tenu de cette réalité, ce travail vise à étudier les formes d'action de ces deux instances dans le sud de la diocèse de Coimbra, Pombal et les paroisses voisines de Abiul, Almagreira, Lourical, Mata Mourisca, Redinha, Santiago de Litém et Vila Cã. Structurellement la thèse est divisée en trois parties. Une fois caractérisé le territoire géographique, démographique, économique et social, le texte établit son analyse sur la pratique concrète des mécanismes de contrôle et de répression des comportements déviants. Donc, la deuxième partie de l'étude cherche de vérifier l'action des prélats dans le processus de réforme, fortement grâce à l'analyse de la documentation produite par l'activité visitacional, tandis que la troisième partie analyse l'action de l'Inquisition. En plus de la répression des comportements déviants, effectués par ces deux instances religieux, le travail montre également les voies et moyens de diffuser la doctrine de discours persuasif qui ont cherché à inculquer aux populations des comportements à l'abri des critiques, c'est-à, l'éducation religieuse, pratique catéchétique, prêches, des œuvres de piété en possession privée et ecclésiastiques et des processions.

Mots-clés: Disciplinant, Évêques, Visites Pastorales, Inquisition, Pombal.

Índice

Introdução	10
------------	----

Primeira Parte

Um palco de prevaricação e de correcção

Capítulo 1 – O espaço e as gentes

1.1 – O território	20
1.2 – A população	25
1.3 – A economia	35
1.4 – Circunscrições eclesiais	39
1.5 – Os oragos	41
1.6 – Os direitos de apresentação e os títulos dos párocos	43

Segunda Parte

Poder Episcopal e Disciplinamento

Capítulo 1 – As visitas pastorais enquanto mecanismo repressivo

1.1 – Das origens a Trento	48
1.2 – Os textos normativos	49
1.3 – A visita pastoral portuguesa	51
1.4 – A periodicidade visitacional	52
1.5 – Os visitantes	54
1.6 – As testemunhas	58
1.7 – Os delitos	64

Capítulo 2 – As visitas pastorais e a acção sobre o clero

2.1 – Directrizes tridentinas	67
2.2 – Os pecados da carne	71
2.3 – O ensino da doutrina	75

2.4 – A administração dos sacramentos	89
2.5 – O traje eclesiástico	95
2.6 – Residência	97
2.7 – Clérigos ébrios, clérigos desbocados	99
2.8 – O problema da convivência com mulheres	100
2.9 – Os registos paroquiais	101
2.10- Bispo de Coimbra <i>versus</i> vigário de Pombal	106

Capítulo 3 – As visitas pastorais e a reforma dos fiéis

3.1 – Os Sacramentos	113
3.1.1 – O baptismo	113
3.1.2 – A confirmação	115
3.1.3 – A confissão e a comunhão	118
3.1.4 – O matrimónio	121
3.1.5 – A extrema-unção	125
3.2 – O Culto	128
3.2.1 – Os dias de preceito	128
3.2.2 – Cortejo processional e festa religiosa	135
3.2.3 – O espaço sagrado	139

Terceira Parte

Inquisição e Disciplinamento

Capítulo 1 – Funcionalismo local

1.1 – Os Comissários do Santo Ofício	145
1.2 – Os Familiares do Santo Ofício	163
1.3 – Entraves à ascensão social: pretensões indeferidas	185

Capítulo 2 – Crime e repressão inquisitorial

2.1 – A acção repressiva inquisitorial em Pombal	197
--	-----

2.2 – Judaísmo	199
2.3 – Bigamia	230
2.4 – Proposições	246
2.5 – Solicitação	265
2.6 – Contra o Santo Ofício	286
2.7 – Desrespeito	301
2.8 – Magia	309
2.9 – Sodomia	335
2.10 – Revelações Fingidas e Falsa Santidade	353
2.11 – Posse de livros proibidos	363
 Conclusão	 369
 Fontes e Bibliografia	 376

Introdução

1. O poder jurisdicional da Igreja no que toca à correcção dos desvios tem sido uma das vertentes analisadas sob a perspectiva do disciplinamento social nas diversas confessionalizações¹. De origem alemã, e sendo inicialmente aplicados à história política, o âmbito destes conceitos foi alargado à história religiosa, tanto mais que as relações entre Estado e Igreja foram marcadas por uma intervenção mútua². Até há pouco tempo a historiografia religiosa ibérica havia centrado a sua atenção sobretudo na acção do Tribunal do Santo Ofício enquanto instituição de normalização social e menos em outras formas de impor modelos comportamentais, de que são exemplo os tribunais diocesanos³.

Nas últimas décadas, tem-se assistido a uma renovação da história religiosa em Portugal. Novas perspectivas metodológicas e novas conceptualizações passaram a ser utilizadas pelos historiadores desta área do conhecimento. Assim, a problematização de questões como as crenças, as práticas e os comportamentos desviantes e as respostas que as autoridades eclesiásticas e régias levaram a efeito para controlar, extirpar, punir mas também para prevenir os desvios e educar os fiéis têm merecido uma crescente atenção.

O Concílio de Trento (1545-1563) constituiu um marco fundamental na história da Igreja. No decurso das suas três fases, além do estabelecimento e reafirmação de

¹ Federico Palomo, “«Disciplina Christiana» Apuntes Historiográficos en torno a la Disciplina y el Disciplinamento Social como Categorías de la Historia Religiosa de la Alta Edad Moderna”, *Cuadernos de Historia Moderna*, n.º 18, Madrid, 1997, pp. 121-122. Sobre os conceitos de confessionalização e disciplinamento social cf. Winfried Schulze, “Il Concetto di «Disciplinamento Sociale nella prima Età Moderna» in Gerhard Oestreich”, *Annali dell’Istituto Storico Italo-Germanico in Trento*, vol. 18, Bolonha, 1992, pp. 371-411; Wolfgang Reinhard, “Disciplinamento Sociale, Confessionalizzazione, Modernizzazione. Un Discorso Storiografico”, *Disciplina dell’Anima, Disciplina del Corpo e Disciplina della Società tra Medioevo ed Età Moderna*, Bolonha, Società Editrice il Mulino, 1994, pp. 101-123; Heinz Schilling, “Chiese Confessionali e Disciplinamento Sociale. Un Bilancio Provvisorio della Ricerca Storica”, *Disciplina dell’Anima* [...], pp. 125-160; Federico Palomo, *Fazer dos Campos Escolas Excelentes. Os Jesuítas de Évora e as Missões do Interior em Portugal (1551-1630)*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, Fundação para a Ciência e a Tecnologia, 2003, pp. 25-31; Adriano Prosperi, *Tribunali della Conscienza. Inquisitori, Confessori, Missionari*, 2.ª edição, Turim, Giulio Einaudi Editore, 2009.

² José Pedro Paiva, “El Estado en la Iglesia y la Iglesia en el Estado. Contaminaciones, Dependencias y Disidencia entre la Monarquía y la Iglesia del Reino de Portugal (1495-1640)”, *Manuscripts: Revista d’História Moderna*, n.º 25, Barcelona, 2007, pp. 45-57.

³ Federico Palomo, “«Disciplina Christiana [...]”, pp. 122-123. Sobre o auditório eclesiástico, cf. João Rocha Nunes, “Crime e Castigo: Pecados Públicos e Disciplinamento Social na Diocese de Viseu (1684-1689)”, *Revista de História da Sociedade e da Cultura*, n.º 6, Coimbra, 2006, pp. 177-213; Jaime Ricardo Gouveia, “Quod non est in actis, non est in mundo: Mecanismos de Disciplina Interna e Externa no Auditório Eclesiástico de Coimbra”, *Revista de História da Sociedade e da Cultura*, n.º 9, Coimbra, 2009, pp. 179-204.

diversas questões dogmáticas e doutrinárias, foi elaborado um plano de reforma interna da instituição, que delineou a orientação da mesma até à segunda metade do século XIX⁴. No que respeita à acção disciplinar, o Concílio procurou intervir em três áreas distintas, nomeadamente no exercício institucional da Igreja, na reforma do comportamento e formação do clero, e na remodelação das condutas dos fiéis.

Como se sabe, Portugal reconheceu rapidamente e sem reservas os decretos conciliares, integrando-os na legislação do Reino⁵. Não obstante, a aplicação da reforma foi um processo moroso. De resto, dificilmente seria de outra forma já que implicava mudanças em diversas áreas, que não estritamente religiosas. Cerca de 1580, segundo o colector apostólico Roberto Fontana, muitas das directrizes tridentinas não estavam a ser executadas em Portugal. Entre outros aspectos, não se celebravam sínodos, faltavam examinadores que averiguassem os providos em benefícios, não haviam sido criados seminários, o Catecismo Romano não era utilizado porque ainda não fora traduzido e diversos prelados nunca haviam visitado pessoalmente o território diocesano⁶.

Ora, a visita pastoral, além de constituir um dos principais meios da afirmação da autoridade episcopal nas respectivas dioceses, assumiu-se crucial com vista à persecução da reforma católica, nas suas diversas vertentes, nomeadamente no disciplinamento e moralização das condutas dos fiéis. A par das visitas episcopais, as missões do interior, o sacramento da penitência e o Tribunal da Fé, este último tido como o grande responsável por fazer de Portugal o canteiro da verdadeira fé na Europa⁷, constituíram os principais mecanismos do disciplinamento social e de penetração da Igreja no território.

⁴ Sobre o concílio cf. a síntese apresentada por Adriano Prosperi, *Il Concilio de Trento e la Controriforma*, Trento, Edizioni U.C.T., 1999. Cf., igualmente, John W. O'Malley, *Trent. What Happened at the Council*, Cambridge (Massachusetts), Londres, The Belknap Press of Harvard University Press, 2013.

⁵ Marcello Caetano, "Recepção e Execução dos Decretos do Concílio de Trento em Portugal", *Revista da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa*, vol. XIX, Lisboa, 1965, pp. 7-87; Joaquim Ramos de Carvalho, "A Jurisdição Episcopal sobre Leigos em Matéria de Pecados Públicos: As Visitas Pastorais e o Comportamento Moral das Populações Portuguesas de Antigo Regime", *Revista Portuguesa de História*, tomo XXIV, Coimbra, 1990, pp. 121-163; Amélia Polónia, "Recepção do Concílio de Trento em Portugal: as Normas enviadas pelo Cardeal D. Henrique aos Bispos do Reino, em 1553", *Revista da Faculdade de Letras: História*, série II, vol. 7, Porto, 1990, pp. 133-143.

⁶ José Pedro Paiva, "La Reforma Católica en Portugal en el Periodo de la Integración del Reino en la Monarquía Hispánica (1580-1640)", *Tiempos Modernos. Revista Electrónica de Historia Moderna*, vol. 7, n.º 20, Logroño, 2010, 37p.

⁷ Caetano de São José, *Sermão no Acto Público da Fé, que se celebrou na Praça do Rocio desta Corte, em Domingo 14 de Outubro de 1714*, Lisboa, Oficina de José Lopes Ferreira, 1715, pp. 54-57.

2. Como já mencionámos, a historiografia portuguesa, tal como a espanhola, tem dedicado enorme atenção ao Tribunal do Santo Ofício⁸. A acção disciplinadora da instituição tem sido uma das vertentes mais analisadas. Entre os estudos que têm sido publicados, destacaríamos pela metodologia seguida o de Paulo Drumond Braga sobre a actuação da Inquisição no arquipélago açoriano e o de Isabel Drumond Braga dedicado à acção do Tribunal sobre um corpo social específico, os estrangeiros⁹. Ambos os autores, na segunda parte dos respectivos trabalhos, estudaram a actividade repressiva da instituição por crimes, abordagem que empregaremos neste trabalho quando tratarmos da actuação inquisitorial.

Em Portugal, as visitas pastorais têm merecido uma atenção crescente por parte dos investigadores. Isaías da Rosa Pereira foi um dos primeiros autores a estudar e a publicar documentação visitacional¹⁰. Outro dos pioneiros foi Franquelim Neiva Soares, historiador que centrou a sua análise nas visitas efectuadas na arquidiocese de Braga, sobremaneira no século XVII¹¹. Em 1979, Eugénio dos Santos insistiu na potencialidade dos livros produzidos pela actividade visitacional, evidenciando algumas perspectivas de investigação futura¹². Pouco depois, em 1985, Joaquim Ramos de Carvalho redigiu importante trabalho sobre este mecanismo de normalização social, centrando a sua análise na diocese conimbricense¹³. Relativamente a este bispado, são relevantes os estudos deste autor e de José Pedro Paiva. Da colaboração entre ambos resultaram trabalhos de enorme utilidade, de entre os quais destacaríamos dois: o reportório da documentação existente no Arquivo da Universidade de Coimbra, instrumento

⁸ Para uma visão geral do que tem sido escrito cf. Giuseppe Marcocci, “Toward a History of the Portuguese Inquisition Trends in Modern Historiography (1974-2009)”, *Revue de l'Histoire des Religions*, n.º 3, Paris, 2010, pp. 355-393.

⁹ Paulo Drumond Braga, *A Inquisição nos Açores*, Ponta Delgada, Instituto Cultural de Ponta Delgada, 1997; Isabel M. R. Mendes Drumond Braga, *Os Estrangeiros e a Inquisição Portuguesa (séculos XVI-XVII)*, Lisboa, Hugin, 2002.

¹⁰ Isaías da Rosa Pereira, “Os Livros das Visitas Pastorais”, *Actas do V Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros*, vol. 2, Coimbra, Gráfica de Coimbra, 1965, pp. 475-484; Idem “As Visitas Paroquiais como Fonte Histórica. Uma Visitação de 1760”, *Revista da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa*, III série, n.º 15, Lisboa, 1973, pp. 11-71; Idem, *Subsídios para a História da Diocese de Lisboa no Século XVIII*, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1980.

¹¹ António Franquelim Sampaio Neiva Soares, *A Arquidiocese de Braga no Século XVII. Sociedade e Mentalidades pelas Visitas Pastorais (1550-1700)*, Braga, Edição do Autor, 1997. Refira-se que a tese de licenciatura deste autor, defendida em 1972, já havia sido dedicada à temática.

¹² Eugénio dos Santos, “Os Livros das Visitas Pastorais da Região Portuense. Questões e Perspectivas de Abordagem”, *Revista de História*, vol. 2, Porto, 1979, pp. 237-244.

¹³ Joaquim Ramos de Carvalho, *As Visitas Pastorais e a Sociedade de Antigo Regime. Notas para o Estudo de um Mecanismo de Normalização Social*, Coimbra, Provas de capacidade científica apresentadas à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1985, exemplar mimeografado.

imprescindível para quem, como nós, pretende estudar aquele espaço diocesano¹⁴; e um estudo em que, através de uma amostra, os autores analisaram a evolução das visitas naquele espaço diocesano¹⁵. No que respeita às demais dioceses do reino, cabe mencionar o estudo de Bruno Léal consagrado à análise deste mecanismo na diocese do Algarve. Outros autores têm estudado as visitas de determinadas paróquias, casos de Luís Inácio João sobre a actividade visitacional na cidade de Leiria e freguesias vizinhas no século XVII¹⁶ e de Maria dos Anjos dos Santos Fernandes Luís centrado nas freguesias da Lourinhã, arcebispado de Lisboa, durante a mesma centúria¹⁷. Relativamente aos arquipélagos dos Açores e da Madeira, a questão tem suscitado o interesse de Ana Cristina Machado Trindade¹⁸, de Maria Fernanda Enes¹⁹ e de Susana Goulart²⁰. No que respeita à aplicação dos decretos tridentinos importa salientar o trabalho inovador de João Rocha Nunes, obra na qual o autor procurou estudar o processo de implementação da reforma ao nível diocesano, em concreto no bispado de Viseu entre 1552 e 1639²¹.

Quanto à história das freguesias que actualmente integram o concelho de Pombal está praticamente tudo por fazer, sendo que nenhum dos trabalhos existentes abordou as temáticas que nos propomos estudar. Amadeu Cunha Mora, médico de profissão, publicou em 1953 um esboço histórico da Santa Casa da Misericórdia de Pombal, obra

¹⁴ Joaquim Ramos de Carvalho, José Pedro Paiva, “Reportório das Visitas Pastorais da Diocese de Coimbra Séculos XVII, XVIII e XIX”, *Boletim do Arquivo da Universidade de Coimbra*, volume VII, Coimbra, 1985, pp. 111-214.

¹⁵ Joaquim Ramos de Carvalho, José Pedro Paiva, “A Evolução das Visitas Pastorais da Diocese de Coimbra nos Séculos XVII e XVIII”, *Ler História*, n.º 15, Lisboa, 1989, pp. 29-41.

¹⁶ Luís Inácio João, *Visitas Pastorais em Leiria e Freguesias Vizinhas no Século XVII. Elementos para o Estudo duma Situação Sócio-Religiosa*, Lisboa, Dissertação de mestrado em Sociologia Aprofundada e Realidade Portuguesa, apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 1988, exemplar mimeografado.

¹⁷ Maria dos Anjos dos Santos Fernandes Luís, *Vivências Religiosas e Comportamentos Sociais: Visitas Pastorais ao Concelho da Lourinhã no Século XVII*, dissertação de mestrado em História Regional e Local apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2010, exemplar mimeografado.

¹⁸ Ana Cristina Machado Trindade, *A Moral e o Pecado Público no Arquipélago da Madeira na Segunda Metade do Século XVIII*, Funchal, Centro de Estudos de História do Atlântico, Secretaria Regional do Turismo e Cultura, 1999.

¹⁹ *As Visitas Pastorais na Matriz de São Sebastião de Ponta Delgada (1674-1739)*, introdução, transcrição e notas de Maria Fernanda Dinis Teixeira Enes, [Angra do Heroísmo], Secretaria Regional de Educação e Cultura, Direcção Regional dos Assuntos Culturais, Universidade dos Açores/Departamento de História, Filosofia e Ciências Sociais, 1986; Maria Fernanda Enes, *Reforma Tridentina e Religião Viva (os Açores na Época Moderna)*, Ponta Delgada, Eurosigno Publicações, 1991.

²⁰ Susana Goulart Costa, “Visitas Pastorais na Paróquia do Faial da Terra. Apontamentos para o Estudo das Religiosidades de Antigo Regime (1698-1765)”, *Arquipélago. História*, 2.ª série, vol. III, 1999, pp. 65-118; Idem, *Viver e Morrer Religiosamente. Ilha de São Miguel. Século XVIII*, Ponta Delgada, Instituto Cultural de Ponta Delgada, 2007.

²¹ João Rocha Nunes, *A Reforma Católica na Diocese de Viseu (1552-1639)*, Tese de Doutoramento em Letras, área de História, especialidade de História Moderna, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Coimbra, 2010, exemplar mimeografado.

que foi recentemente reeditada por aquela instituição²². No ano de 1997, foi dada à estampa uma monografia sobre a região intitulada *Pombal – 8 Séculos de História*, da autoria de Joaquim Eusébio. Como o título indica, trata-se de uma obra de carácter geral, destinada a um público não erudito e que, dadas estas características, não analisa com a profundidade necessária a maioria dos assuntos abordados²³. Mais recentemente, em 2010, Fernanda Pinto centrou a sua atenção nas vereações da câmara municipal de Pombal entre 1812 e 1926²⁴. No mesmo ano, Saul António Gomes publicou cerca de meia centena de documentos medievais e quinhentistas sobre Pombal, antecidos por um estudo introdutório em que abordou distintos aspectos, entre os quais, a jurisdição eclesiástica neste território²⁵. Em 2013, mas com data de 2012, publicámos em colaboração com este mesmo autor o livro *Notícias e Memórias Paroquiais Setecentistas – 11. Pombal*. A obra, em que foram divulgados importantes documentos setecentistas, principia com dois estudos introdutórios, da autoria de cada um dos autores. Saul António Gomes, através da análise dos registos notariais, tratou de identificar as principais famílias da aristocracia local e outras figuras proeminentes, as ruas, as vias de circulação e as quintas existentes, conferindo ainda algum relevo às Misericórdias, às Ordens Terceiras, às confrarias e aos oragos dos templos. Por seu turno, no nosso texto centrámos a nossa atenção na evolução da população e nos aspectos económicos²⁶. Nos últimos anos, o espaço geográfico em apreço tem sido abordado no âmbito de trabalhos de mestrado. António Manuel Erse Marques pretendeu estudar aspectos demográficos e sociais, numa análise cronologicamente confinada entre 1782 e 1834²⁷. Nelson Pedrosa, mestrando em Ciências da Documentação e Informação – Arquivo, na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, encontra-se a concluir estudo sobre importante manuscrito da primeira metade do século XVIII,

²² Amadeu Cunha Mora, *Esboço Histórico da Santa Casa da Misericórdia de Pombal*, Pombal, Santa Casa da Misericórdia de Pombal, 2010 (reimpressão da edição de 1953).

²³ Joaquim Eusébio, *Pombal 8 séculos de História*, 2.^a edição, Pombal, Câmara Municipal de Pombal, 2007.

²⁴ Fernanda Pinto, *Vereações da Câmara Municipal de Pombal 1812-1926 “Memórias que fazem História”*, Pombal, Câmara Municipal de Pombal, 2010.

²⁵ Saul António Gomes, *Pombal Medieval e Quinhentista. Documentos da sua História*, Batalha, CEPAE – Centro do Património da Estremadura, 2010.

²⁶ Ricardo Pessa de Oliveira, Saul António Gomes, *Notícias e Memórias Paroquiais Setecentistas – 11. Pombal*, Coimbra, Centro de História da Sociedade e da Cultura, Palimage, 2012.

²⁷ António Manuel Erse Marques, *O Concelho de Pombal nos Finais do Antigo Regime. Aspectos Demográficos e Sociais (1782-1834)*, Tese de Mestrado em História Moderna, Poderes, Ideias e Instituições, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2011, exemplar mimeografado.

conservado no Arquivo Municipal de Pombal, trabalho sob orientação do professor Doutor Carlos Guardado da Silva.

3. Como referimos, a História Religiosa tem conhecido nos últimos anos um novo impulso, contudo continuam a faltar estudos de âmbito regional que permitam confirmar ou contestar as linhas gerais já evidenciadas. Desta forma, o presente trabalho propõe estudar as formas de actuação episcopal e inquisitorial no Sul da diocese de Coimbra, nomeadamente na vila de Pombal e freguesias limítrofes. A escolha por este espaço ficou a dever-se a dois aspectos primordiais, a saber o contingente populacional e a documentação existente. Como verificaremos no século XVII, Pombal era a paróquia mais populosa do bispado, mantendo na centúria seguinte elevados índices populacionais. Se o plano inicial de trabalho restringia o estudo à paróquia de Pombal e às duas do termo, Santiago de Litém e Vila Cã, o desenrolar da investigação acabou por ditar o alargamento do âmbito territorial, já que evidenciou um fluxo considerável de relações multidireccionais entre a vila e as restantes freguesias limítrofes. Por exemplo, os religiosos Franciscanos, da Província de Santo António de Portugal, instalados, desde a primeira década do século XVIII, na vila de Pombal pregavam continuamente os sermões da Quaresma na Redinha. Comissários do Santo Ofício de Pombal efectuavam diversas diligências nas paróquias contíguas, sucendendo o inverso quando a vila não contava com comissário residente. Por outro lado, os registos notariais comprovaram que habitantes de freguesias vizinhas acorriam a Pombal para registar por escrito determinados actos. Pelo contrário, alguns pombalenses, certamente mais proeminentes, estanciavam em algumas paróquias vizinhas. No campo das relações ilícitas verificou-se a existência de mancebias entre habitantes de freguesias adjacentes. No plano devocional, diversos pombalenses empreendiam romarias à ermida de Nossa Senhora da Guia, então freguesia da Mata Mourisca, enquanto a vila recebia peregrinos de distintas paróquias. Perante estes e outros exemplos optou-se por alargar o estudo a mais cinco freguesias, a saber Abiul, Almagreira, Louriçal, Mata Mourisca e Redinha, ou seja ao território que actualmente corresponde o concelho de Pombal. Apenas não foram consideradas as freguesias de São Simão de Litém e de Vermoil, por integrarem o bispado de Leiria. Relativamente às fontes manuscritas, o segundo motivo apresentado, a conservação de parte significativa dos volumes resultantes da actividade visitacional, sobremaneira livros de devassa, mas também alguns capítulos de visita, e livros de extractos de culpados, possibilitava a análise pretendida.

Em termos cronológicos o trabalho é pautado pela longa duração. Ainda que isso obrigue a contextualizações muito diferentes, não poderia ser de outra forma, já que a reforma católica apesar de ter entrado rapidamente em vigor foi, como mencionámos, um processo lento e progressivo. A data de 1564 marca o início deste estudo. Nesse ano, pela bula *Benedictus Deus*, Pio V aprovou os decretos tridentinos, que em Portugal foram recebidos a 12 de Setembro, em cerimónia ocorrida na Sé de Lisboa. Por sua vez, o ano de 1822 marca o *terminus* desta investigação. Trata-se do ano da morte do bispo de Coimbra D. Francisco Lemos de Faria Pereira Coutinho (1779-1822). Tendo em consideração que a reforma católica teve como palco principal o espaço diocesano e que os prelados assumiram o papel de agentes centrais nesse processo, quer parecer que esta preferência apresenta maior coerência que qualquer outro acontecimento político marcante, como foi a Revolução Liberal de 1820.

A estrutura do trabalho divide-se em três grandes partes, a primeira intitulada Um palco de prevaricação e de correcção, a segunda Poder Episcopal e Disciplinamento e a terceira Inquisição e Disciplinamento.

A primeira, como o título indica, pretende analisar a região, primeiramente numa vertente populacional e económica, para depois passar ao estudo dos aspectos religiosos, nomeadamente, perscrutar quais as circunscrições eclesiásticas em que se encontrava integrado, quais os oragos escolhidos nas matrizes e restantes templos, a quem cabia o direito de apresentação dos párocos e, outrossim, quais os títulos destes e os rendimentos auferidos.

A segunda parte do estudo procura averiguar a acção dos prelados no processo de reforma, sobremaneira através da análise da documentação produzida pela actividade visitacional. No primeiro capítulo, depois de traçar um quadro geral sobre as visitas e dos textos que regulamentaram a prática em Portugal, partiremos para a análise concreta do território em estudo. Averiguar-se-á o empenho dos prelados em matéria de visitas, a periodicidade com que as mesmas foram executadas, quem foram os visitantes, que indivíduos foram chamados a testemunhar e quais os delitos denunciados, bem como a evolução dos mesmos. O segundo capítulo é consagrado ao clero. Através das faltas reportadas aos visitantes, procurar-se-á verificar de que forma foram sendo aplicadas as normas tridentinas, que condutas desaprovadas teimavam em persistir, bem como os níveis de empenho evidenciados por este corpo social que desempenhou um papel importantíssimo no âmbito da reforma, já que deste dependia a reforma dos fiéis. O terceiro capítulo será centrado precisamente na remodelação dos

comportamentos dos paroquianos, nomeadamente através da análise da prática sacramental, reafirmada em Trento, e da reforma das manifestações de culto, que não raras vezes conheceu aplicação reduzida.

A terceira parte, dividida em dois capítulos, analisa a acção do Tribunal da Fé²⁸. A Inquisição Moderna, no sentido de obter o controlo efectivo do território, fez uso de dois mecanismos primaciais: as visitas de distrito e o incremento de uma rede de comissários e familiares. Como se sabe, em Portugal a rede de agentes inquisitoriais pautou-se, comparativamente com o que sucedeu nos tribunais castelhanos e aragoneses, por uma organização tardia, realidade decorrente de factores diversos, tais como a sedentarização precoce dos tribunais de distrito ou a articulação com os demais poderes²⁹. Realizando diligências, registando e remetendo denúncias, controlando os espécimes existentes em livrarias e em bibliotecas particulares, prendendo e escoltando prisioneiros os agentes do Tribunal desempenharam um papel preponderante ao possibilitar o controlo da instituição sobre o espaço rural. Assim sendo, no primeiro capítulo, abordaremos a constituição e composição da rede de agentes inquisitoriais no espaço em apreço. Importa inquirir sobre a composição social e número destes agentes, bem como a sua real cooperação com o Tribunal. Averiguar-se-ão ainda os critérios que definiram a elaboração da rede e que conduziram ao afastamento de inúmeros candidatos. No segundo capítulo, consagrado à repressão inquisitorial, serão apurados os ritmos repressivos, a tipologia dos crimes e das penas aplicadas.

4. Ao longo dos últimos cinco anos contámos com diversos e distintos apoios, pelo que é nosso desejo expressar reconhecimento a todos aqueles que contribuíram e possibilitaram a realização da pesquisa e redacção desta tese.

Uma vez mais, as primeiras palavras são dirigidas à nossa orientadora, professora Doutora Isabel Drumond Braga. Pelo cuidado, disponibilidade e rigor de sempre. Pela partilha de conhecimentos. Pelo acreditar nas nossas capacidades e pelos constantes incentivos. Pelas infindas indicações bibliográficas e documentais. Pelo convite para proferir uma conferência sobre o tema em epígrafe na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, no âmbito do Seminário de Orientação II do Curso de

²⁸ Para uma visão geral sobre a Inquisição Portuguesa cf. Francisco Bethencourt, *História das Inquisições. Portugal, Espanha e Itália*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1994, e a recente obra da autoria de Giuseppe Marcocci, José Pedro Paiva, *História da Inquisição Portuguesa 1536-1821*, Lisboa, A Esfera dos Livros, 2013.

²⁹ Francisco Bethencourt, *História das Inquisições* [...], p. 54.

Mestrado em História Moderna. Pelos conselhos que sensatamente proferiu, tanto no plano académico como no pessoal. Por tudo isto e, sobretudo, pela sua amizade estamos gratos.

Ao professor Doutor José Pedro Paiva agradecemos a disponibilidade que demonstrou para com este projecto, bem como a indicação de um texto que se revelou da maior importância. Ao professor Doutor Saul António Gomes pela indicação de alguns documentos relativos ao século XVIII, e pela possibilidade de termos publicado na colecção *Notícias e Memórias Paroquiais Setecentistas*, dada à estampa pelo Centro de História da Sociedade e da Cultura, da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, o volume relativo a Pombal. Ao professor Doutor Paulo Drumond Braga, pelo alento, amizade e disponibilidade evidenciados. À professora Doutora Inês de Ornellas e Castro pelo auxílio prestado na leitura de um documento em latim.

À professora Doutora Mariagrazia Russo cabe agradecer a possibilidade de termos apresentado no dia 13 de Abril de 2010, resultados parciais da nossa investigação no colóquio *Viaggi di Lingue e Culture - Viagens de Línguas e Culturas*, que teve lugar na Università degli Studi della Tuscia di Viterbo, Itália.

Ao Mestre Josival Nascimento dos Santos, companheiro no arquivo da Universidade de Coimbra, além da profícua troca de ideias, estamos gratos pelo auxílio com alguns textos em italiano, bem como a indicação de alguma bibliografia e de um documento existente no referido arquivo.

A Monsenhor Agostinho Borges, reitor do instituto Português de Santo António, em Roma, pela hospitalidade com que nos recebeu aquando da nossa deslocação àquela urbe.

No plano institucional agradecemos à Fundação Calouste Gulbenkian, instituição da qual fomos bolseiros de investigação científica entre Dezembro de 2009 e Novembro de 2012. Ao mesmo instituto, cumpre gratular a possibilidade de nos termos deslocado a Roma em Abril de 2010, a fim de aceder ao Archivio Segreto Vaticano, ao Archivum Romanum Societatis Iesu e à Biblioteca Nazionale Centrale di Roma.

Cumpre igualmente destacar o importante contributo que colhemos na frequência do Seminário de História Religiosa, Época Moderna, desenvolvido pelo Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa.

Por último, mas não menos importante, cabe agradecer o apoio incondicional dos pais, Ana e Andreia.

I Parte

Um palco de prevaricação e de correcção

Capítulo 1 – O espaço e as gentes

1.1 – O território

A formação de um povoado em Pombal apenas se terá começado a delinear depois da chamada Reconquista Cristã³⁰. Em 1161, foi erigido o castelo de Pombal, por mando de D. Gualdim Pais, grão-mestre dos Templários. A fortaleza assegurava, em conjunto com as de Montemor, Soure, Penela e Germanelo, a defesa de Coimbra. Em Junho de 1174, os Templários concederam foral a Pombal documento reconfirmado dois anos mais tarde, e ampliado por intermédio de carta de privilégio aos habitantes da vila, concedida pelo mestre da Ordem, no ano de 1181. O foral da vila de Pombal surgiu no seguimento de outras cartas concedidas aos povoados vizinhos: Penela em 1137, Germanelo em 1142, Rabaçal no ano de 1144 e Redinha em 1159. Por seu turno, Abiul receberia carta de foral em 1206³¹. As vilas de Pombal e da Redinha ficaram na posse dos Templários até 1311, sendo concedidas por D. Dinis em Novembro de 1319, à recém-criada Ordem de Cristo, permanecendo como comendas daquela Ordem até ao ano de 1834.

A 1 de Junho de 1512, D. Manuel I concedeu novo foral à vila de Pombal³². Ao monarca, que visitou a povoação no ano de 1509, ficaram a dever-se obras de restauro no castelo, na igreja de Santa Maria e na Torre do Relógio³³. Ainda no âmbito da reforma dos forais, são de referir as novas cartas passadas à Redinha em 16 de Dezembro de 1513³⁴, ao Louriçal a 23 de Agosto de 1514³⁵ e a Abiul em 14 de Julho de 1515³⁶.

³⁰ Não obstante, refira-se a existência de abundantes vestígios que atestam a presença humana desde épocas remotas, cf. Joaquim Eusébio, *Pombal* [...], pp. 28-35.

³¹ Mário Rui Simões Rodrigues, Saul António Gomes, *Notícias e Memórias Paroquiais Setecentistas – 5. Alvaíazere*, Coimbra, Centro de História da Sociedade e da Cultura, Palimage, 2007, p. 11. Sobre os vários documentos que foram sendo concedidos à Redinha e a Abiul cf. Joaquim Eusébio, *Pombal* [...], pp. 47-49.

³² Luís Fernando de Carvalho Dias, *Forais Manuelinos do Reino de Portugal e do Algarve, conforme o exemplar do Arquivo Nacional da Torre do Tombo de Lisboa. Estremadura*, [s.l.], Edição do Autor, 1962, pp. 76-78.

³³ Joaquim Eusébio, *Pombal* [...], p. 74.

³⁴ Luís Fernando de Carvalho Dias, *Forais Manuelinos* [...], pp. 134-135.

³⁵ Luís Fernando de Carvalho Dias, *Forais Manuelinos* [...], pp. 113-114.

³⁶ Luís Fernando de Carvalho Dias, *Forais Manuelinos* [...], pp. 260-262.

A posse da alcaidaria da vila de Pombal esteve por largo espaço de tempo na posse da família dos Sousas Ribeiros e Vasconcelos³⁷. O mais célebre alcaide-mor e comendador de Pombal foi D. Luís de Vasconcelos e Sousa Gomes, terceiro conde Castelo Melhor, que regressado de um exílio de 20 anos, passados entre Paris, Sabóia e Londres, fixou-se em Pombal onde permaneceu até ser chamado ao Conselho de Estado por D. João V³⁸. Da sua estada na vila destaca-se o facto de ter sido patrono da construção do convento de Nossa Senhora do Cardal, iniciada a 28 de Maio de 1686³⁹.

A 18 de Setembro 1770, Sebastião José de Carvalho e Melo recebeu o título de primeiro Marquês de Pombal⁴⁰. Ao ministro de D. José I ficou a dever-se a construção da cadeia e de um celeiro, ambos os edifícios localizados nas imediações da igreja de São Martinho. Com o falecimento de D. José I, a 24 de Fevereiro de 1777, sucedeu a morte política de Carvalho e Melo. A 4 de Março desse ano, D. Maria I libertou o antigo ministro de todos os cargos públicos, tendo aquele partido para Pombal. Chegou à vila no dia 15 desse mês, tendo ficado instalado numa pequena casa no centro da localidade⁴¹. Nesta habitação iria responder aos interrogatórios a que mais tarde seria sujeito e seria igualmente entre estas paredes que viria a falecer no dia 8 de Maio de 1782, sendo os seus restos mortais depositados no convento do Cardal⁴².

³⁷ António Carvalho da Costa, *Corografia Portuguesa, e Descrição Topográfica do Famoso Reyno de Portugal*, tomo III, Lisboa, Oficina Real Deslandesiana, 1712, p. 109.

³⁸ Sobre esta personagem histórica cf. Fernando Palha, *O Conde de Castel Melhor no Exílio. Ensaio Biographico*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1883; António Álvaro Dória, “Castelo Melhor, Conde de”, *Dicionário de História de Portugal*, direcção de Joel Serrão, vol. II, Porto, Livraria Figueirinhas, 1984, pp. 11-12; Maria Luísa Bívar Black, *Um Escrivão da Puridade no Poder. O Conde de Castelo Melhor 1662-1667*, Lisboa, SPB Editores e Livreiros, 1995; Francisco da Silveira de Vasconcellos e Souza, *O Ministro de D. Afonso VI. Luís de Vasconcellos e Souza, 3.º Conde de Castello Melhor*, Porto, Câmara Municipal de Vila Nova de Foz Côa, 2001.

³⁹ Sobre as supostas razões que levaram à construção do convento, cf. Fr. Agostinho de Santa Maria, *Santuário Mariano, e Historia das Imagens Milagrosas de Nossa Senhora*, tomo IV, Lisboa, Oficina de António Pedrozo Galram, 1712, pp. 469-470; Henriques de Carvalho, Abílio de Macedo, *Breve Notícia das Diferentes Terras de Portugal por onde passam os Caminhos de Ferro: Pombal*, Coimbra, Imprensa Literária, 1867, pp. 12-13; Augusto Soares d’Azevedo Barbosa de Pinho Leal, *Portugal Antigo e Moderno. Dicionário Geographico, Estatístico, Chorographico, Heraldico, Archeologico, Historico, Biographico e Etymologico de todas as Cidades e Villas e Freguesias de Portugal e Grande Número de Aldeias*, vol. VII, Lisboa, Cota d’Armas, 1990, (Fac-símile da edição de Lisboa, Livraria Editora de Mattos Moreira, 1873-1890), pp. 132-133; Joaquim Eusébio, *Pombal [...]*, pp. 115-116. Sobre o referido convento, cf. Ricardo Pessa de Oliveira, “O Património Móvel do Convento de Nossa Senhora do Cardal (1834)”, *Lusitana, História*, série II, n.º 8, Lisboa, 2011, pp. 285-308.

⁴⁰ Lisboa, AN/TT, Registo Geral de Mercês, D. José I, livro 23, fl. 103v.

⁴¹ Cf. Joaquim Veríssimo Serrão, *O Marquês de Pombal. O Homem, o Diplomata e o Estadista*, Lisboa, Câmaras Municipais de Lisboa, Oeiras e Pombal, 1982, pp. 167-171; João Lúcio de Azevedo, *O Marquês de Pombal e a sua Época*, 2.ª edição, Lisboa, Clássica Editora, 1990, p. 281.

⁴² Leiria, Arquivo Distrital de Leiria (ADL), Registos Paroquiais, Pombal, Óbitos, livro 3 (1772-1797), fl. 173.

Pombal pertencia à Província da Estremadura, Comarca de Leiria, fazendo parte do seu termo as freguesias de Santiago de Litém e de Vila Cã⁴³. Da mesma Província e Comarca faziam parte as freguesias de Almagreira, que integrava o termo da vila de Soure⁴⁴; e da Redinha, que tinha no seu termo a paróquia de Tapéus. A vila de Abiul integrava a Província da Estremadura, Comarca de Tomar; enquanto o Louriçal e a Mata Mourisca faziam parte da Província da Beira, Comarca de Coimbra, integrando o termo de Montemor-o-Velho.

A vila de Pombal situada a “sete legoas [de Coimbra] para o Sul, cinco ao Nordeste de Leyria, & tres do mar Oceano para o Nascente”⁴⁵ ficava, tal como a vila da Redinha, no caminho da estrada real que ia de Lisboa a Coimbra. A localização na estrada Ocidental levou a que passassem pela vila, muitos viajantes tanto nacionais como estrangeiros⁴⁶. Por exemplo, a 1 de Junho de 1616, faleceu um homem “no esprital” da Redinha “cujo nome se lhe não soube nem a terra donde era, somente se dise ser ou de Alemanha, ou olanda, ou gelanda, ou Islanda”⁴⁷. Mais tarde, corria o ano de 1739, passou por Pombal um Mahomed, natural de Fés, de 20 anos de idade⁴⁸. Entre os mais conhecidos contaram-se Nicola Albani em 1744 e 1745⁴⁹, José Gorani em 1766⁵⁰, Richard Twiss no ano de 1773⁵¹, William Dalrymple em 1774⁵², José Cornide

⁴³ Não obstante, numa *Relação das villas que comprehende esta Comarca de Thomar*, datada de 6 de Dezembro de 1716, elaborada pelo juiz de fora de Tomar, Silvestre de Moraes Pimentel, as vilas de Pombal, Redinha e Abiul surgem inseridas na comarca de Tomar, cf. Lisboa, Biblioteca Nacional de Portugal (BNP), cod. 675, fl. 189. De facto aquando da criação da comarca de Tomar integravam o seu território 28 circunscrições administrativas locais, entra as quais as vilas de Abiul, Pombal e Redinha, cf. João Alves Dias, *Gentes e Espaços. Em Torno da População Portuguesa na Primeira Metade do século XVI*, vol. I, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, 1996, pp. 210 e 228.

⁴⁴ Nas memórias paroquiais de 1758, a freguesia de Almagreira surgiu como pertencente à Província da Beira, Bispado de Coimbra, Comarca de Leiria, termo da vila de Soure, cf. Lisboa, AN/TT, Memórias Paroquiais, vol. 3, n.º 6, pp. 67-74.

⁴⁵ António Carvalho da Costa, *Corografia* [...], tomo III, pp. 105-106.

⁴⁶ Sobre isto cf. o que escrevemos em Ricardo Pessa de Oliveira, “A vila de Pombal no Século XVIII: população e economia”, in Ricardo Pessa de Oliveira, Saul António Gomes, *Notícias e Memórias Paroquiais Setecentistas – II. Pombal*, Coimbra, Centro de História da Sociedade e da Cultura, Palimage, 2012, pp. 83-89. Entre os viajantes refiram-se os muitos “enfermos, & pobres passageyros, especialmente no tempo das caldas” que convergiam à Santa Casa da Misericórdia da vila, cf. António Carvalho da Costa, *Corografia* [...], tomo III, p. 105. A Misericórdia de Pombal terá sido fundada em 1502, cf. Coimbra, Arquivo da Universidade de Coimbra (AUC), Informações Paroquiais de 1721, doc. 200. A instituição, além de oferecer agasalho, tratava de conduzir os passageiros em cavalgadura ou carroça ao primeiro centro do percurso, isto é, a Leiria se iam a caminho das Caldas; Abiul ou Redinha se empreendiam a viagem de regresso, cf. Amadeu Cunha Mora, *Esboço Histórico* [...], pp. 26, 59 e 62.

⁴⁷ Leiria, ADL, Registos Paroquiais, Redinha, Óbitos, livro 1 (1614-1762), fl. 121.

⁴⁸ Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, livro 375, fls. 265 e 285v.

⁴⁹ Nicola Albani, *Viaxe de Nápoles a Santiago de Galicia*, Santiago de Compostela, Xunta de Galicia, 2007, pp. 184 e 222.

⁵⁰ José Gorani, *Portugal. A Corte e o País nos anos de 1765 a 1767*, tradução, prefácio e notas de Castelo Branco Chaves, Lisboa, Editorial Ática, 1945, p. 122.

em 1772⁵³, Dexoteux em 1777⁵⁴, James Murphy em 1789⁵⁵, Heinrich Friedrich Link no ano de 1798⁵⁶, Robert Southey em 1801⁵⁷ e Louis-Françoise de Tollenare em 1816⁵⁸.

⁵¹ Richard Twiss, *Travels through Portugal and Spain, in 1772 and 1773*, Londres, edição do autor, 1775, pp. 45-46.

⁵² William Dalrymple, *Travels through Spain and Portugal in 1774; with a short account of the Spanish Expedition against Algiers in 1775*, Londres, Impresso por J. Almon, 1777, pp. 131-132.

⁵³ O diário de José Cornide encontra-se publicado em Mário Rui Simões Rodrigues, *O Diário “Perdido” da Viagem de José Cornide por Espanha e Portugal em 1772*, Batalha, Centro do Património da Estremadura, 2010.

⁵⁴ *Voyage du ci-devant Duc du Chatelet, en Portugal, ou se trouvent des détails intéressans sur ses Colonies, sur le Tremblement de terre de Lisbonne, sur M. de Pombal et la Cour, par J. Fr. Bourgoing, ci-devant Ministre Plénipotentiaire de la République Française en Espagne, Membre associe de l’Institut National*, tomo I, Paris, Chez F. Buisson, 1798, p. 141. O duque du Châtelet nunca esteve em Portugal, o seu autor terá sido Pierre Marie Cormatin-Desoteux, cf. Castelo Branco Chaves, *Os Livros de Viagens em Portugal no Século XVIII e a sua Projecção Europeia*, 2.^a edição, Lisboa, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, Ministério da Educação, 1987, p. 16.

⁵⁵ James Murphy, *Viagens em Portugal*, tradução, prefácio e notas de Castelo Branco Chaves, Lisboa, Livro Horizonte, 1998, p. 46.

⁵⁶ Heinrich Friedrich Link, *Notas de uma viagem a Portugal e através de França e Espanha*, tradução, introdução e notas de Fernando Clara, Lisboa, Biblioteca Nacional, 2005, pp. 176-177.

⁵⁷ Robert Southey, Robert Southey, *Journals of a Residence in Portugal 1800-1801 and a Visit to France 1838*, Oxford, The Clarendon Press, 1960, pp. 24 e 27.

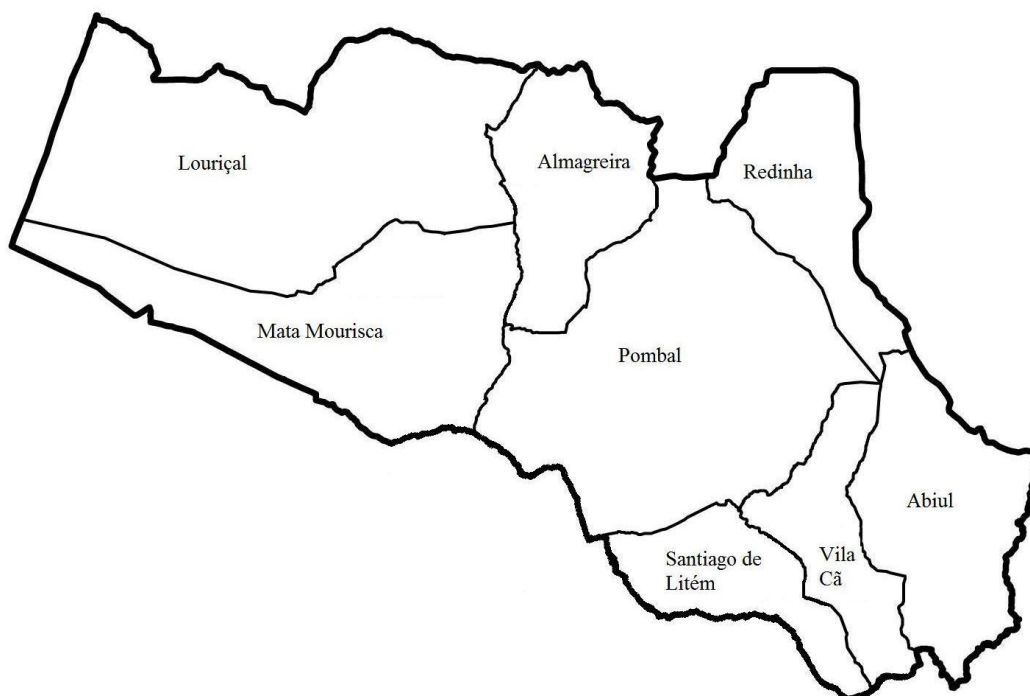
⁵⁸ Louis-François de Tollenare, *Notes Dominicales, prises pendant un voyage en Portugal et au Brésil en 1816, 1817 et 1818*, tomo I, Paris, Press Universitaire de France, 1971, p. 109.

Mapa 1
Território em análise



Legenda:
■ Território em análise

Mapa 2
Pormenor das freguesias em estudo



1.2 – A população

Segundo o primeiro levantamento sistemático da população portuguesa realizado entre 1527 e 1532, por ordem de D. João III⁵⁹, habitavam a vila de Pombal 160 vizinhos, sendo o termo composto por 356 vizinhos⁶⁰. Já a vila da Redinha contava com 70 vizinhos no centro administrativo e 81 no termo⁶¹. Por sua vez, a vila de Abiul tinha 77 vizinhos e 104 no termo⁶². Entre o censo quinhentista e o início do século XVIII as informações são escassas.

Em 1615, a freguesia de Abiul contava com 340 fogos, totalizando 1075 almas de sacramento⁶³. Mais tarde, em finais de 1664, a mesma paróquia teria cerca de 300 vizinhos “e que a villa não chega a sincoenta e todos os mais ficam fora no termo”⁶⁴. Em 1637, João de Góis Silveira ao pretender o cargo de familiar do Santo Ofício referiu existirem no couto do Lourical “mais de settecentos vezinhos”⁶⁵. Segundo os dados insertos na *Población General de España*, em 1640 a vila de Pombal contava com 250 vizinhos⁶⁶. Assim sendo, em pouco mais de um século a população da vila aumentara

⁵⁹ João Pedro Ferro, *A População Portuguesa no Final do Antigo Regime (1750-1815)*, Lisboa, Editorial Presença, 1995, p. 13. O alvará ordenando o censo data de 17 de Julho de 1527, tendo sido expedido de Coimbra para os corregedores das diferentes comarcas, cf. Armando Carneiro da Silva, “Evolução Populacional Coimbrã”, *Arquivo Coimbrão, Boletim da Biblioteca Municipal de Coimbra*, vol. XXIII, Coimbra, 1968, p. 210. Sobre a população de Coimbra cf. ainda António de Oliveira, *A Vida Económica e Social de Coimbra de 1537 a 1640*, vol. 1, Coimbra, Instituto Estudos Históricos, 1971. Relativamente à população portuguesa neste período cf. João Alves Dias, *Gentes [...]*. Sobre a população da Comarca de Leiria cf. António de Oliveira, “A População das Comarcas de Leiria e Santarém em 1537”, *Revista Portuguesa de História*, tomo 15, Coimbra, 1975, pp. 235-299; Iria Gonçalves, “Notas de Demografia Regional. A Comarca de Leiria em 1537”, *Revista da Faculdade de Letras*, 4.ª série, n.º 1, Lisboa, 1976-1977, pp. 405-454; da Comarca de Castelo Branco cf. João Alves Dias, “A Comarca de Castelo Branco em 1527-1540”, *Primeiras Jornadas de História Moderna. Actas*, Lisboa, Centro de História da Universidade de Lisboa, 1986, pp. 841-849; para a Comarca de Estremoz cf. João Cosme, “A População da Comarca de Estremoz em 1538 (?)”, *A Cidade. Revista Cultural de Portalegre*, n.º 8, nova série, Portalegre, 1993, pp. 83-107.

⁶⁰ “Povoação da Estremadura no XVI. Seculo”, edição de Anselmo Braamcamp Freire, *Archivo Histórico Português*, vol. VI, n.º 7, Lisboa, 1908, pp. 245-246; Joaquim Eusébio, *Pombal [...]*, p. 283.

⁶¹ “Povoação da Estremadura [...]", p. 245.

⁶² “Povoação da Estremadura [...]", p. 271.

⁶³ Coimbra, AUC, Rol de Confessados, III, 1.ª D, 5-4-33, fls. não numerados.

⁶⁴ Coimbra, AUC, Devassas Penela, livro 14, fl. 196.

⁶⁵ Lisboa, AN/TT, Conselho Geral do Santo Ofício, Habilitações, João, mç. 4, doc. 137, fl. não numerado. É necessário ter em consideração o objectivo do autor da estimativa. Este pretendia facilitar o seu ingresso na instituição, argumentando que naquele território amplamente povoado não existia qualquer familiar. Assim sendo, e comparando com as restantes cifras conhecidas, o número apontado parece pecar por excesso.

⁶⁶ Cf. Joaquim Veríssimo Serrão, “Uma Estimativa da População Portuguesa em 1640”, *Memórias da Academia das Ciências de Lisboa*, Letras, tomo XVI, Lisboa, 1975, p. 274. Outro documento aponta, para o mesmo ano, 140 vizinhos para Pombal. O termo, composto por 17 lugares, contabilizaria 900 vizinhos, ainda que neste número entrassem lugares das freguesias de Santiago de Litém e de Vila Cã. Segundo o mesmo documento, a vila de Abiul teria 280 vizinhos, enquanto a Redinha contabilizaria cerca de 100 vizinhos, tendo o seu termo aproximadamente 217 fogos, cf. Saul António Gomes, “Pombal em

56,3%, sendo a taxa de crescimento médio anual de 0,4%. É evidente que a evolução da população não foi linear, a falta de dados num período de 113 anos esconde certamente flutuações com eventuais períodos de recessão, de crescimento acelerado e outros de aumento moderado. Em 1675, segundo um relatório *ad limina* redigido ao tempo de D. Frei Álvaro de São Boaventura (1672-1683), a paróquia de Pombal era a mais populosa da diocese de Coimbra, com uma população que rondava os 6000 habitantes, já que aos 3700 adultos, 2030 menores e 15 clérigos, seria necessário juntar os menores de sete anos e os ausentes.

Quadro I
População na segunda metade do século XVII (1675)

Paróquia	Pessoas de Comunhão	Pessoas de Confissão
Abiul	1000	145
Almagreira	633	79
Louriçal	1640	250
Mata Mourisca	408	150
Pombal	3700	2030
Redinha	1090	100
Santiago de Litém	747	70
Vila Cã	710	124

Fonte: Vaticano, Archivio Segreto Vaticano (ASV), Archivio della Congregazione del Concilio, Relationes Dioecesium, Coimbra, vol. 252, fls. 71-74.

No século XVIII, foram produzidos vários levantamentos da população quer à escala nacional quer a nível local e regional⁶⁷. Além das corografias, foram sendo elaborados vários inquéritos que procuravam satisfazer interesses imediatos, fossem eles de âmbito religioso, militar ou administrativo⁶⁸. Alguns destes levantamentos, sobretudo os efectuados pela administração civil apontavam números que pecavam claramente por excesso. Mais próximos da realidade estariam os elaborados com objectivos militares, com particular destaque para o levantamento de 1798, que por ordem do Intendente Geral, Diogo Inácio de Pina Manique, pretendeu conhecer o número de habitantes do reino visando obter recrutas para o exército⁶⁹. Ainda assim, os valores mais consistentes

Setecentos: elementos documentais da sua história, in Ricardo Pessa de Oliveira, Saul António Gomes, *Notícias e Memórias* [...], pp. 15-17.

⁶⁷ Para tudo isto cf. Armando Carneiro da Silva, “Evolução [...]”, pp. 209-250; Mário Rui Simões Rodrigues; Saul António Gomes, *Notícias e Memórias* [...], pp. 32-53.

⁶⁸ Maria José Mexia Bigotte Chorão, “Inquéritos Promovidos pela Coroa no Século XVIII”, *Revista de História Económica e Social*, Lisboa, n.º 21, Set.-Dez., 1987, pp. 93-130.

⁶⁹ O censo encontra-se publicado em *A População de Portugal em 1798. O Censo de Pina Manique*, edição de Joaquim Veríssimo Serrão, Paris, Centro Cultural Português, Fundação Calouste Gulbenkian, 1970.

seriam certamente os apresentados pelos párocos em resposta aos inquéritos a que eram com alguma frequência sujeitos⁷⁰.

Até 1864, data do primeiro censo oficial português, os levantamentos não foram produzidos com objectivos estritamente demográficos. A documentação estudada levanta vários problemas de interpretação, sobretudo no que respeita às contagens da população. Em primeiro lugar, em alguns documentos paira a dúvida sobre a datação dos levantamentos e a veracidade do número de fogos apresentados. Uma segunda dificuldade advém da forma como eram apresentados os quantitativos populacionais. Os textos empregam, entre outros, os termos fogos, vizinhos ou moradores, almas, fregueses de sacramento, maiores, menores, pessoas, referindo poucas vezes o número da população total. Se em determinados casos o termo pessoas parece ter sido utilizado para mencionar os maiores, noutras situações o mesmo termo foi aplicado para referir maiores e menores. João Pedro Ferro referiu que as contagens religiosas deixavam sempre de fora uma fatia da população incluindo clero regular, estudantes, criados, ausentes e menores⁷¹. Não obstante, em 1721, o vigário de Abiul contabilizou 388 fogos e 1338 fregueses, integrando na sua contagem elementos de grupos normalmente excluídos: “entrando pessoas de sacramento, menores e crianças que ainda se não confessaram, abzentes e criados de servir”⁷². A ausência de homogeneidade de parâmetros nas contagens levanta o problema do coeficiente que indique qual o número de pessoas por fogo. Segundo João Alves Dias este situar-se-ia entre o 4 e o 5. Por seu turno, José Vicente Serrão apontou o coeficiente 3,86, com variações entre 3,63 e 3,90 consoante a província de que se tratasse⁷³. Por outro lado, Joaquim Ramos de Carvalho e José Pedro Paiva obtiveram para a diocese de Coimbra o coeficiente de 3,3⁷⁴. Para as freguesias em estudo calculámos que o coeficiente se situaria entre os 2,8 e os 4,8, sendo a média de 3,6.

Portugal acompanhou a tendência de crescimento demográfico registada na Europa do final do Antigo Regime. O aumento da população foi um fenómeno contínuo mas pautado pela moderação, acentuando-se a partir da segunda metade do século

⁷⁰ João Pedro Ferro, *A População* [...], p. 27.

⁷¹ Segundo o autor esta fatia da população devia ser próxima dos 5 %, cf. João Pedro Ferro, *A População* [...], p. 27.

⁷² Coimbra, AUC, Informações Paroquiais de 1721, doc. 1.

⁷³ José Vicente Serrão, *Demografia e Agricultura no Portugal do século XVIII*, Lisboa, Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, 1987, texto policopiado, p. 6.

⁷⁴ Este número se contando apenas com os maiores de sete anos por fogo, mas 4 ou mais habitantes se se tiver em conta os menores, cf. Joaquim Ramos de Carvalho, José Pedro Paiva, “A Diocese de Coimbra no século XVIII. População, Oragos, Padroados e Títulos dos Párocos”, *Revista de História das Ideias*, vol. 11, Coimbra, 1989, pp. 207 e 213.

XVIII⁷⁵. No cômputo geral parece ter ocorrido uma fase recessiva (-0,20% ao ano) de 1706 a 1732, seguida de uma fase de crescimento rápida (0,58%) até cerca de 1776, e um crescimento moderado (0,24%) desta última até ao fim de Setecentos⁷⁶. Não obstante, o incremento populacional não foi homogéneo, tendo-se verificando variações de região para região. No caso da diocese de Coimbra, que nos interessa particularmente, terá ocorrido um crescimento mais rápido entre 1710 e 1720 (crescimento médio anual de 0,71%), evoluindo para um crescimento mais lento entre 1721 e 1798 (0,22%)⁷⁷.

No início de Setecentos o padre Carvalho da Costa estimou a população da vila de Pombal em 300 vizinhos “com muita nobreza divididos por tres freguesias, cada hũa com dois Beneficiados, a saber, S. Pedro, Santa Maria do Castello, & S. Martinho, & todos residem em esta ultima com hum Vigario”⁷⁸. O termo da vila compreendia “muytos lugares de quarenta, cincoenta & mais vizinhos”⁷⁹. O número de vizinhos apontados poderá ser algo excessivo, o que se intui da comparação com outras fontes temporalmente próximas. Em 1708, frei João da Piedade referiu ter a vila 250 vizinhos “e entre villa e termo de vizinhos ha mil e setesentos”⁸⁰. Por outro lado, em 1721, apenas seriam contabilizados 200 vizinhos no corpo da vila. Ainda assim, Pombal terá tido um momento de crise demográfica no início da década de dez do século XVIII, o que poderia explicar a diminuição da população⁸¹.

Façamos a nossa análise tendo em conta a evolução do número de fogos⁸². Para a operação utilizaremos os dados da relação *ad limina* de 1675⁸³, o registo de róis de confessados de 1709⁸⁴, as informações paroquiais de 1721, 1756, 1758 e 1763⁸⁵ e o

⁷⁵ João Pedro Ferro, *A População* [...], p. 31.

⁷⁶ José Vicente Serrão, *Demografia* [...] pp. 12-13; José Vicente Serrão, “O Quadro Humano”, *História de Portugal*, direcção de José Mattoso, vol. IV, *O Antigo Regime (1620-1807)*, coordenação de António Manuel Hespanha, Lisboa, Estampa, 1993, pp. 50-52.

⁷⁷ Joaquim Ramos de Carvalho, José Pedro Paiva, “A Diocese de Coimbra [...]”, pp. 208-209

⁷⁸ António Carvalho da Costa, *Corografia* [...], tomo III, p. 105. Em Santa Maria do Castelo eram celebrados os baptismos, em São Pedro as cerimónias fúnebres e em São Martinho os casamentos, cf. Fr. Agostinho de Santa Maria, *Santuário Mariano* [...], tomo IV, p. 458 e 476. A pia baptismal apenas saiu de Santa Maria do Castelo em 1812, cf. Henriques de Carvalho, Abílio de Macedo, *Breve Notícia* [...], pp. 9-10 e 21.

⁷⁹ António Carvalho da Costa, *Corografia* [...], tomo III, p. 106.

⁸⁰ Lisboa, AN/TT, Ordem dos Frades Menores, Província de Santo António, Convento de Nossa Senhora do Cardal, mc. 23, documento não numerado.

⁸¹ Joaquim Eusébio, *Pombal* [...], pp. 188-189.

⁸² Optámos por apenas analisar a evolução dos fogos, mesmo tendo presente que a evolução destes não tem necessariamente de ser igual à evolução da população.

⁸³ Vaticano, ASV, Archivio della Congregazione del Concilio, Relationes Dioecesium, Coimbra, vol. 252, fls. 71-74

⁸⁴ Alguns dos livros de registos de róis de confessados, conservados no Arquivo da Universidade de Coimbra, contêm os números de indivíduos maiores e menores das distintas paróquias do bispado de

censo de Pina Manique. Com excepção do recenseamento de 1798, as restantes fontes foram produzidas por párocos que elaboravam anualmente os róis de confessados, pelo que os números aí apontados estarão próximos da realidade. Os curas e vigários estariam por certo habilitados a produzir informação com elevado grau de credibilidade, ainda que por vezes as certezas não fossem absolutas como evidenciou o cura da Mata Mourisca em resposta a uma das questões do inquérito de 1756, na qual afirmou que “as pessoas que haverá de maior idade poderão ser com as de menor idade mil e sincoenta e tantas pouco mais ou menos de hum, e outro sexo, que de outra sorte se não pode facilmente aviriguar”⁸⁶. A actuação do pároco e por conseguinte a informação prestada era condicionada por uma série de factores, uns relacionados com o próprio clérigo e outros com as características da sua paróquia⁸⁷. Estaria por certo mais facilitado o trabalho de um pároco que tivesse poucas centenas de fregueses do que a do vigário de Pombal, freguesia que em 1721 era constituída por cerca de 920 fogos, os quais constavam de 3580 pessoas⁸⁸. Por esta data Pombal continuava a ser uma das paróquias mais populosas do bispado de Coimbra, a maior do arcediagado de Penela. Apenas Ílhavo, situada no arcediagado de Vouga, contava com uma população mais volumosa, a saber 4670 almas⁸⁹.

Coimbra. Para as freguesias em estudo existem dados para os anos de 1709, 1710 e 1711. Não obstante, para a Redinha e Santiago de Litém apenas existem informações para o ano de 1709, enquanto nos casos de Almagreira e da Mata Mourisca não existem elementos para o ano de 1711, cf. Coimbra, AUC, Registo do rol de confessados do arcediagado de Penela, III, 1.^a D, 7-5-6, fls. 61-68v.

⁸⁵ Todos estes documentos encontram-se publicados em Ricardo Pessa de Oliveira, Saul António Gomes, *Notícias e Memórias* [...], pp. 111-421.

⁸⁶ Lisboa, AN/TT, Ministério do Reino, Informações de jurisdição eclesiástica: Informação dos párocos sobre o terramoto em Lisboa, distrito de Leiria, concelho de Pombal, freguesia da Mata Mourisca, mç. 638, n.º 40.

⁸⁷ Maria Luís Rocha Pinto, José Damião Rodrigues, Artur Boavida Madeira, “A Base Demográfica”, *Nova História de Portugal*, direcção de Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques, volume VII, *Da Paz da Restauração ao Ouro do Brasil*, coordenação de Avelino de Freitas de Meneses, Lisboa, Presença, 2001, p. 387.

⁸⁸ Coimbra, AUC, Informações Paroquiais de 1721, doc. 200.

⁸⁹ Joaquim Ramos de Carvalho, José Pedro Paiva, “A Diocese de Coimbra [...]”, pp. 207 e 264.

Quadro II
Evolução da população (fogos)

Paróquias	1675	1709	1721	1756	1758	1763	1798
Abiul	[327 ⁹⁰]	[358]	388	[471]	397	---	474
Almagreira	[216]	291	[285]	[300]	320	---	112
Louriçal	[525]	[535]	575	[682]	---	---	942
Mata Mourisca	[155]	[246]	[81]	[292]	---	307	347
Pombal	[1549]	915	920	[960]	---	1090	1220
Redinha	[248]	[269]	419	[281]	---	420	434
Santiago Litém	[227]	[268]	[303]	[361]	432	---	430
Vila Cã	[234]	[197]	247	[324]	253	---	296

Numa primeira análise ao quadro II ressaltam alguns valores que destoam dos demais. Em primeiro lugar chama a atenção os 1549 fogos registados em Pombal no ano de 1675. No relatório *ad limina* desse ano, foi referido existirem naquela paróquia 3700 pessoas de comunhão e 2030 de confissão, cifras bastante distintas das registadas em 1709: 2268 pessoas maiores e 388 menores⁹¹. Parecem algo exagerados os números do século XVII, até porque entre as duas datas não parece ter ocorrido nenhum período de crise demográfica significativo⁹². Ainda assim é de admitir um decréscimo no número de fogo motivado pelas “graves doenças, e falta de frutos” sobrevindas em 1685⁹³, pela intervenção de Portugal na guerra da Sucessão de Espanha⁹⁴ e pelos maus anos agrícolas ocorridos entre 1707 e 1711, com a consequente escassez de cereais e aumento dos preços⁹⁵. Por outro lado, parecem pouco verossímeis os 81 fogos

⁹⁰ Quando na fonte apenas foi referido o número de almas colocámos entre parêntese recto os fogos calculados. Para a estimativa utilizámos o método empregue por Joaquim Ramos de Carvalho, José Pedro Paiva, “A Diocese de Coimbra [...]”, pp. 204-206. Assim se em outro texto, por nós publicado, optámos por utilizar o coeficiente 3,3 nos casos em que apenas existia a indicação do número de almas, e o factor 4 nas situações em que nos era dado o número da população total, agora optámos por calcular o coeficiente próprio a cada uma das paróquias, o que implica que alguns dos números resultem ligeiramente diferentes dos publicados em Ricardo Pessa de Oliveira, “A vila de Pombal [...]”, pp. 95-96.

⁹¹ Em 1710, foram registados 898 fogos: 2112 maiores, 407 menores. No ano seguinte, existiam 931 fogos: 2212 maiores, 448 menores, cf. Coimbra, AUC, Registo do rol de confessados do arcediagado de Penela, III, 1.^a D, 7-5-6, fls. 62v, 64 e 66v.

⁹² Joaquim Eusébio, *Pombal* [...], p. 188.

⁹³ Alice Correia Godinho Rodrigues, “Subsídios para o estudo da diocese de Coimbra. O Bispo-Conde D. João de Melo (1624-1704)”, *Boletim do Arquivo da Universidade de Coimbra*, vol. 7, Coimbra, 1985, pp. 310-312.

⁹⁴ Nuno Gonçalo Monteiro, “A Guerra da Sucessão de Espanha”, *Nova História Militar de Portugal*, direcção de Manuel Themudo Barata e Nuno Severiano Teixeira, vol. 2, coordenação de António Manuel Hespanha, Lisboa, Círculo de Leitores, 2003, pp. 301-307.

⁹⁵ Sobre esta realidade cf. Luís Ferrand de Almeida, “Motins populares no tempo de D. João V. Breves notas e alguns documentos”, *Revista de História das Ideias*, n.º 6, Coimbra, 1984, pp. 331-333. Sobre a evolução dos preços dos cereais cf. Avelino de Freitas de Meneses, “As Finanças”, *Nova História de*

ponderados na paróquia da Mata Mourisca no ano de 1721. Até porque nesse ano, um outro inquérito ordenado pela provedoria da comarca de Coimbra assinalou 276 vizinhos, o que utilizando um coeficiente de 3,6, calculado para essa paróquia, resultaria em cerca de 994 almas, valores mais plausíveis, tendo em conta a restante série⁹⁶. Por sua vez, os 281 fogos registados na paróquia da Redinha em 1756, também não convencem, já que em 1721 existiam 419 fogos e em 1763, foram contabilizados novamente 420 vizinhos. Por último, surpreende o valor apontado para Almagreira no censo de Pina Maquine, uma vez que parece altamente improvável a existência de apenas 112 fogos nessa data.

Os dados coligidos apontam para um declínio do número de fogos a uma taxa de 0,4% entre 1675 e o ano de 1709. A esta fase recessiva inicial, parecem ter ocorrido três etapas distintas de crescimento, duas pautadas pela moderação e uma pela rapidez. Assim, de 1709 a 1721, terá existido um crescimento médio anual na ordem dos 0,4%, de 1721 a 1758, a taxa terá sido de 0,7% enquanto de 1758 a 1798 a percentagem terá sido de 0,1. É evidente que os dados de que dispomos não esclarecem as oscilações que com toda a certeza se verificaram e nesse sentido a visão resulta limitada. Ainda assim permitem constatar que o crescimento da região acompanhou a tendência nacional registada.

Na segunda década do século XIX, ocorreu uma diminuição significativa dos contingentes populacionais, motivada pela guerra peninsular e pelos períodos de epidemia e fome que se seguiram. Nessa fase, na freguesia de Pombal os óbitos suplantaram largamente os nascimentos, situação que apenas se alterou a partir de 1815⁹⁷. Nas restantes freguesias a situação terá sido análoga. A 2 de Maio de 1811, o vigário de Abiul afirmava que, além da passagem dos Franceses pela freguesia, grassava “hũa epedemia tal que contando eu quatrocentos fogos nesta Parochia de presente não conto duzentos, e estes mesmos duzentos não tenho certamente cem pessoas que handem de pé, e estes mesmos com semblante de doentes e tudo isto por falta de remedios de medicos ou de cirurgiais, e tambem por falta de sustento, e porque este pequeno resto que existe se sustenta tão somente de ervas do monte sem sal, nem azeite,

Portugal, direcção de Joel Serrão e A.H. de Oliveira Marques, vol. VII, *Portugal. Da Paz da Restauração ao Ouro do Brasil*, coordenação de Avelino de Freitas de Meneses, Lisboa, Editorial Presença, 2001, pp. 352-355.

⁹⁶ Lisboa, BNP, cod. 212, fls. 213-219.

⁹⁷ António Manuel Erse Marques, *O Concelho de Pombal nos Finais do Antigo Regime. Aspectos Demográficos e Sociais (1782-1834)*, Tese de Mestrado em História Moderna, Poderes, Ideias e Instituições, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2011, pp. 49-64, exemplar mimeografado.

nem pão, porque todos estes generos os inimigos comerão e estragarão”⁹⁸. Por seu turno, a 31 de Maio de 1811, o vigário do Louriçal, Doutor Luís António dos Santos e Sousa, asseverava que a freguesia, depois de saqueada e arrasada pelas tropas comandadas por Massena, fora dizimada pela epidemia e fome, tendo ficado reduzida a um terço da população⁹⁹. Na Mata Mourisca, no decurso de 1811, faleceram 624 pessoas: 321 homens, 303 mulheres, dos quais 42 foram enforcados, 18 mortos por arma de fogo e muitos espancados até à morte¹⁰⁰. Por seu turno, na freguesia da Redinha faleceram 341 pessoas, 171 homens e 170 mulheres¹⁰¹.

A 11 de Fevereiro de 1756, D. Miguel da Anunciação (1740-1779) ordenou aos párocos da sua diocese, por intermédio de pastoral, que respondessem a um inquérito sobre os efeitos do terramoto de 1755 nas suas freguesias. Pelo 11.º ponto do interrogatório pretendia conhecer-se, pela primeira vez, os números da população por sexo¹⁰².

Quadro III
Relações de Masculinidade (1756)

Paróquias ¹⁰³	Homens	Mulheres	Relação Masculinidade
Abiul	628	1019	61.6
Almagreira	483	508	95.1
Louriçal	1117	1338	83.5
Pombal	1300	2250	57.7
Redinha	650	701	92.7
Santiago de Litém	662	637	103.9
Vila Cã	508	659	77.1
Total	5348	7112	75.2

Fonte: Lisboa, AN/TT, Ministério do Reino, Informações de Jurisdição Eclesiástica: Informação dos párocos sobre o terramoto em Lisboa, distrito de Leiria, concelho de Pombal, mç. 638, números 37 a 44.

⁹⁸ Coimbra, AUC, Invasões Francesas, Cat-Cor.B.Pimenta, doc. 117.

⁹⁹ Coimbra, AUC, Invasões Francesas, Cat-Cor.B.Pimenta, doc. 119.

¹⁰⁰ Coimbra, AUC, Invasões Francesas, Cat-Cor.B.Pimenta, doc. 121.

¹⁰¹ Coimbra, AUC, Invasões Francesas, Cat-Cor.B.Pimenta, doc. 124.

¹⁰² Armando Carneiro da Silva, “Evolução [...]”, p. 224.

¹⁰³ A Mata Mourisca não foi tida em consideração uma vez que apenas existe informação da população total, sem destrição de sexos.

O quadro III permite verificar a existência de um desequilíbrio na relação homem/mulher. No cômputo geral, o valor da relação de masculinidade foi de 75,2 homens para 100 mulheres, correspondente a 42,9% de homens e 57,1% de mulheres. Exceptuando a freguesia de Santiago de Litém, onde foi registada uma maior percentagem de homens, 51% contra 49% de mulheres, as freguesias em estudo pautavam-se por um número mais elevado de mulheres, com particular destaque para as vilas de Pombal e de Abiul, onde estas representavam 63,4% e 61,9% da população geral. A desproporção entre género masculino e feminino, fenómeno característico das estruturas demográficas da Europa Ocidental, registava-se por todo o País. Seria interessante e proveitoso conhecer os movimentos migratórios, sazonais ou definitivos, da população em estudo. Perante a ausência de fontes que permitam a sua análise, as taxas de masculinidade podem permitir uma aproximação ao problema, isto aceitando que a uma taxa menor corresponda uma probabilidade elevada de estarmos perante situações de emigração. Em Portugal, a taxa de masculinidade nos nascimentos rondaria os 105 homens para cada 100 mulheres¹⁰⁴. O Norte, Centro e Algarve constituíam regiões onde a taxa de masculinidade era mais baixa, resultado da maior pressão demográfica sobre os recursos. Como consequência teríamos fenómenos migratórios. Não obstante, a pressão demográfica não seria causa única para esta desproporção uma vez que esta também se encontrava presente em zonas menos povoadas, como parte do Baixo Alentejo¹⁰⁵. Centremos a nossa atenção na região em análise. A maior parte do território, a saber cinco freguesias (Almagreira, Pombal, Redinha, Santiago de Litém e Vila Cã), pertencia à comarca de Leiria, precisamente uma das regiões com maior dificuldade em fazer frente ao seu peso demográfico. A atentar nos valores da taxa de masculinidade encontrados estaríamos perante uma elevada taxa de emigração, condicionada por um maior desequilíbrio entre a população e os recursos existentes. Para os séculos XVII e XVIII, existem diversas notícias de indivíduos que migravam sazonalmente para o Alentejo e para o Ribatejo¹⁰⁶. Refiram-se alguns exemplos. Manuel

¹⁰⁴ José Vicente Serrão, “O Quadro Humano [...]”, p. 66. Pelo contrário, no Portugal de 1801, para cada 100 homens existiam 106 mulheres, sendo as regiões minhotas e beirãs aquelas em que a diferença se intensificava, cf. João Pedro Ferro, *A População [...]*, p. 39.

¹⁰⁵ José Vicente Serrão, “O Quadro Humano [...]”, p. 66.

¹⁰⁶ Sobre a ida de população para o Alentejo, nomeadamente de açorianos, cf. Elisa Maria Lopes da Costa, “Povoadores Açorianos em Terras Transtaganas: achegas para uma História por contar”, *A Cidade. Revista Cultural de Portalegre*, nova série, n.º 11, Portalegre, 1996, pp. 169-187; Idem, “Novos destinos para as gentes açorianas em finais de Setecentos: terras de Além-Tejo um espaço a povoar?”, *O Faial e a Periferia Açoriana nos séculos XV a XX. Actas do Colóquio*, Horta, Núcleo Cultural da Horta, 1998, pp. 401-429; Idem, “Famílias açorianas povoadoras das margens do Tejo no último quartel de Setecentos”, *O*

Gonçalves, morador no lugar da Carreira, freguesia de Santiago de Litém, acusado por práticas mágicas na visita pastoral de 1670, afirmou “que as bençãos com que curava llas insinarão no Alentejo indo as segudadas”¹⁰⁷. Em 1686, Manuel Jorge, lavrador, morador em Sacutos, freguesia de Pombal, ao delatar um bígamo, afirmou ter tido conhecimento do caso, uma década antes, “indo elle ao Alentejo com outros camaradas”¹⁰⁸. Mais tarde, em 1745, Teresa Maria, mulher casada, moradora em Vieirinhos, Louriçal, andava publicamente amancebada com António Dias. Os encontros amorosos ocorriam em casa de Teresa “quando o marido da mesma [Francisco Ferreira] está fora como muitas vezes lhe sucede hindo trabalhar ao Alentejo e a outras partes fora desta freguezia”¹⁰⁹. No mesmo ano, Manuel Rodrigues, solteiro, de 27 anos de idade, morador em Tissuaria, freguesia de Abiul, havia andado a ceifar no Alentejo, concretamente em Monte Almo, termo de Redondo, onde descobrira um caso de bigamia¹¹⁰. Semelhantes migrações estão igualmente documentadas para o século XIX, centúria em que muitos partiram definitivamente rumo ao Brasil¹¹¹.

No que respeita à distribuição da população, considerando os números constantes dos róis de confessados de 1709 e das memórias paroquiais de 1758, verificou-se que as paróquias da Redinha e de Santiago de Litém eram as mais densamente povoadas¹¹². No início de Setecentos ambas contavam com cerca de 31 habitantes por Km², enquanto na segunda metade da centúria, tinham aproximadamente 48 e 43 pessoas por Km², respectivamente. No que toca a Pombal, se na primeira data viviam na freguesia, em média 22 pessoas por Km², em 1763 essa cifra subira para 33 habitantes por Km², sendo a terceira paróquia mais densamente povoada. Por seu turno, a harmonia na relação população/Km² era menor nas paróquias do Louriçal e da Mata Mourisca. Esta última contava com cerca de 11 habitantes por Km² em 1709, e com 14 em 1758.

Faial e a Periferia Açoriana nos séculos XV a XX. Actas do III Colóquio, Horta, Núcleo Cultural da Horta, 2004, pp. 227-244.

¹⁰⁷ Coimbra, AUC, Devassas Penela, livro 20, fl. não numerado [termo de admoestação].

¹⁰⁸ Coimbra, AUC, Devassas Penela, livro 32, fls. 250-250v.

¹⁰⁹ Coimbra, AUC, Devassas Penela, livro 62, fls. 34-34v.

¹¹⁰ João Simões, casado, de 43 anos, do lugar da Ramalheira e José Luís, homem casado, de 26 anos, residente em Tissuaria, também haviam estado a trabalhar no mesmo local, cf. Coimbra, AUC, Devassas Penela, livro 62, fls. 101-102, 107-108 e 111v-112v.

¹¹¹ Joaquim Eusébio, *Pombal* [...], p. 191.

¹¹² Para algumas paróquias, dada a ausência de dados para o ano de 1758, foram utilizados os inquéritos de 1763.

1.3 – A economia

No que respeita à economia as principais culturas do território em análise eram o milho, o trigo e o azeite. A difusão do milho mais esteve directamente ligada ao aumento dos quadros populacionais do século XVIII, sendo que tudo indica que em regiões de maior densidade populacional a sua cultura conheceu maior difusão¹¹³. O vinho era produzido em Almagreira, Mata Mourisca, Pombal e Santiago de Litém. A cevada apenas foi registada em três paróquias: Abiul, Pombal e Vila Cã. Das restantes culturas foram mencionados o feijão em Almagreira e Vila Cã, enquanto o termo legumes foi registado em Pombal, Santiago de Litém e Vila Cã. A este propósito o padre Carvalho da Costa referiu existir em Pombal todo o género de legumes como favas, ervilhas e hortaliças¹¹⁴. Em 1758, foram ainda registados o centeio em Almagreira e o linho em Vila Cã. Sobre o preço a que eram vendidos alguns destes alimentos deu conta o vigário de Vila Cã no ano de 1756. Segundo frei João de Almada Coelho, pároco daquela igreja, à época o trigo era vendido a 12 vinténs, isto é a 240 réis, o milho a 160 e a 80, o feijão a 360, e o azeite a pataca, ou seja, cerca de 750 réis e a 800 réis¹¹⁵.

A produção cerealífera era portanto bastante para suprir as necessidades da população local. Segundo o padre Carvalho da Costa a abundância dos cereais, vinho, azeite e legumes em Pombal era de tal forma que “dam duas novidades no anno”, experimentando a região da Redinha o mesmo sucesso: “fertil de todos os frutos, & tem duas ribeyras, [...] tam ferteis, que se semeão duas vezes no anno, & dão muyta quantidade de excellentes feijoens brancos”¹¹⁶. Para armazenamento dos cereais temos notícia da existência de um celeiro na vila de Abiul cuja detentora era a casa monástica

¹¹³ José Vicente Serrão, *Demografia* [...], p. 30. Sobre a introdução e difusão do milho cf. Luís Ferrand de Almeida, “Sobre a introdução e a difusão do milho mais em Portugal”, *Páginas Dispersas. Estudos de História Moderna de Portugal*, Coimbra, Instituto de História Económica e Social, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1995, pp. 229-259.

¹¹⁴ António Carvalho da Costa, *Corografia* [...], tomo III, p. 107.

¹¹⁵ Lisboa, AN/TT, Ministério do Reino, Informações de Jurisdição Eclesiástica, Informação dos párocos sobre o terramoto em Lisboa, distrito de Leiria, concelho de Pombal, freguesia de Vila Cã, mç. 638, n.º 44. Sobre a moeda cf. Avelino de Freitas de Meneses, “As Finanças [...]”, pp. 355-364.

¹¹⁶ António Carvalho da Costa, *Corografia* [...], tomo III, p. 112. O autor da *Corografia* poderá ter exagerado igualmente no que respeita à abundância de alimentos. No século seguinte Jean-Baptiste-Frédéric Koch escreveu ser Pombal “uma vila agrícola, mas oferece poucos recursos alimentares em qualquer época do ano, pois as colheitas mal chegam para o consumo dos habitantes”, cf. General Koch, *Memórias de Massena. Campanha de 1810 e 1811*, introdução de António Ventura, Lisboa, Livros Horizonte, 2007, p. 183.

de Santa Maria do Lorvão¹¹⁷. A esta freguesia se costumavam comprar alguns géneros alimentares que eram depois conduzidos para a Corte. Logo após o terramoto de 1755, “diminuirão nos seus ordinarios preços; porem no prezente tempo [1756] tem os mencionados generos adquirido o seu antigo valor e tem para a mesma Corte o passado expediente”¹¹⁸.

Sendo uma das principais culturas da região o azeite, teriam que abundar oliveiras, as quais foram assinaladas em Abiul e Almagreira. Além destas, foram registados choupos em Abiul, loureiros no Lourçal, ameixoeiras e ulmeiros em Vila Cã, e árvores de fruta em Pombal e Santiago de Litém. Em Abiul existiriam também pomares de cidreiras¹¹⁹. William Dalrymple mencionou ter observado no caminho para Pombal muitas oliveiras, algumas vinhas, pinheiros, alguns carvalhos e ciprestes¹²⁰.

No que diz respeito à pecuária temos informações da existência de gado em Abiul, Pombal, Redinha, Santiago de Litém e Vila Cã. Quanto às espécies criadas apenas nesta última freguesia foram indicadas cabras, ovelhas e bois. O gado suíno era criado pelo menos em Pombal, cujas carnes “por muy accomodados preços se vendem em dous açougues que ha na Villa, hum do Ecclesiastico & outro do povo”¹²¹. Na zona de Abiul o gado encontrava o seu pastoreio nas faldas da serra de Sicó, tendo os pastores de se manter atentos devido aos ataques de lobos. Estes eram alvo de caça, assim como o eram as perdizes, os coelhos, as lebres e as raposas. Abiul era de tal forma abundante de caça que “de munto longe vem caçadores, e pernoutão nos lugares vezinhos para gnarem [sic] com mais demora o divertimento”¹²². A freguesia do Lourçal havia sido em tempos zona de copiosa caça: D. Afonso Henriques e o seu filho D. Sancho “por divertimento se hi[am] entreter naquelle sitio com o exercicio da caça, pela muyta que alli havia”¹²³. A actividade cinegética era também praticada em Pombal. Lobos e raposas eram espécies abundantes na região¹²⁴. Refira-se igualmente as perdizes, aves que o padre Henrique da Costa, sacerdote do hábito de São Pedro,

¹¹⁷ Maria Leonor Ferraz de Oliveira Silva Santos, *O Domínio de Santa Maria do Lorvão no Século XIV. Gestão Feminina de um Património Fundiário*, prefácio de Iria Gonçalves, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2001, p. 60.

¹¹⁸ Lisboa, AN/TT, Ministério do Reino, Informações de Jurisdição Eclesiástica, Informação dos párocos sobre o terramoto em Lisboa, distrito de Leiria, concelho de Pombal, freguesia de Abiul, mç. 638, n.º 37.

¹¹⁹ Maria Leonor Ferraz de Oliveira Silva Santos, *O Domínio* [...], p. 68.

¹²⁰ William Dalrymple, *Travels through* [...], pp. 131-132.

¹²¹ António Carvalho da Costa, *Corografia* [...], tomo III, p. 107.

¹²² Lisboa, AN/TT, Memórias Paroquiais, vol. 1, n.º 10, p. 106.

¹²³ Fr. Agostinho de Santa Maria, *Santuário Mariano* [...], tomo IV, p. 703.

¹²⁴ João Lúcio de Azevedo, *O Marquês de Pombal* [...], p. 281.

morador na Machada, Pombal, costumava caçar em meados do século XVIII¹²⁵. Na mesma centúria, concretamente em 1778, Sebastião José de Carvalho e Melo recordava “as caçadas que por aquellas terras tinha feito quarenta anos antes”¹²⁶. A 19 de Março de 1777, em carta dirigida ao filho Henrique, o Marquês solicitou o envio de “apetrechos de caça em quantidade, fusis, polvarinhos e bolsas”¹²⁷, pelo que se depreende que pretendia retomar aquela actividade. Para Vila Cã também existem relatos da arte venatória. Por volta de 1710, um Manuel Mendes, morador no lugar do Vale, afirmava que existiam naquelas partes “hũa ou mais molheres que nunca cassador as vio, indo para a cassa que a matasse”¹²⁸. Como alternativa à produção cerealífera e à criação de gado temos a apicultura, cuja prática apenas foi mencionada em Santiago de Litém.

Os rios assumiam uma importância vital para a economia do Antigo Regime. Fonte de alimento e garante de acessibilidade assumiam-se essenciais por permitirem a rega dos campos vizinhos e o funcionamento dos moinhos e lagares. As espécies existentes nos rios e ribeiras do território em estudo tinham baixo valor económico, pois restringiam-se a barbos, bogas, bordalos, lampreias, enguias e robalos¹²⁹. No que toca às acessibilidades nenhum dos cursos de água enunciados era navegável, nem capaz de embarcação, excepção feita ao Arunca, mas somente até à vila de Soure. As fontes estudadas referem a existência de moinhos, de lagares, de pisões e de noras. O padre Luís Cardoso na notícia que escreveu sobre o rio Arunca referiu existir em Pombal uma ponte de cantaria, que servia de “entrada à Villa, e varios engenhos de moinhos de pão, lagares de azeite, pizões, e noras”¹³⁰. Por vezes foi indicado o tipo de engenho, bem como os nomes dos proprietários. Existiam engenhos de farinha em Santiago de Litém e um em Vila Cã, pertença de Domingos Fernandes Dente, morador em Trás-os-Matos.

¹²⁵ Coimbra, AUC, Devassas Penela, livro 62, fl. 143v.

¹²⁶ José Timóteo Montalvão Machado, *Quem Livrou Pombal da Pena de Morte*, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1979, p. 144; Joaquim Veríssimo Serrão, “Marquês de Pombal: o homem e o estadista”, *História de Portugal. Dos Tempos Pré-Históricos aos Nossos Dias*, direcção de João Medina, vol. VII, *Portugal Absolutista*, Amadora, Clube Internacional do Livro, 1997, p. 328.

¹²⁷ João Lúcio de Azevedo, *O Marquês de Pombal* [...], p. 281.

¹²⁸ Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, livro 331, fl. 243.

¹²⁹ Sobre a temática cf. Isabel M. R. Mendes Drumond Braga, “O Peixe na Dieta Alimentar dos Portugueses (Séculos XVI-XVIII)”, *Do Primeiro Almoço à Ceia. Estudos de História da Alimentação*, Sintra, Colares Editora, 2004, pp. 35-59; Idem, “Les Nourritures de la Mer, de la Criée à l’Assiette”, *Actes du Colloque du Musée Maritime de l’île Tatihou*, Caen, Centre de Recherche d’Histoire Quantitative, 2007, pp. 241-250.

¹³⁰ Luís Cardoso, *Dicionário Geográfico, ou Noticia Historica de todas as Cidades, Villas, Lugares e Aldeas, Rios, Ribeiras, e Serras dos Reynos de Portugal, e Algarve, com todas as cousas raras, que nelles se encontram, assim antigas, como modernas*, tomo I, Lisboa, Regia Oficina Sylviana, Academia Real, 1747, p. 624.

Em Almagreira existiam dois moinhos, um de Manuel João das Areias e outro de Domingos Martins morador no lugar dos Netos. Em Abiul havia apenas um moinho e dois lagares pertencentes ao mosteiro do Lorvão¹³¹.

O comércio destes produtos era sobretudo efectuado em feiras e mercados locais. Na vila de Abiul tinha lugar uma feira anual no primeiro domingo do mês de Agosto¹³². No termo do Louriçal, junto ao santuário de Nossa Senhora dos Prazeres, ocorrera em tempos uma feira no dia da Pascoela, mercado que fora entretanto transferido para a vila¹³³. A 4 de Maio de 1442, D. Afonso V concedera poder ao infante D. Henrique para mandar fazer na sua vila de Pombal uma feira franca anual, a qual teria isenção de meia sisa¹³⁴. Mais tarde, corria o ano de 1526, D. João III, confirmou a feira¹³⁵. Segundo Carvalho da Costa em Pombal a feira ocorria aos domingos e dias santos, períodos em que convergia à localidade população das terras vizinhas¹³⁶, nomeadamente da Redinha¹³⁷ e de Santiago de Litém¹³⁸. Robert Southey presenciou um desses mercados, realizado num domingo do ano de 1801, referindo que aquele se encontrava apinhado de gente¹³⁹. Por esta altura os feirantes, oriundos de diversas partes, venderiam os seus produtos no sítio do Cardal¹⁴⁰.

No que diz respeito às indústrias destaque para a fábrica de chapéus finos estabelecida na Quinta da Gramela, por alvará régio, a 24 de Março de 1759. Pouco depois, em 1767, passou a laborar no mesmo local a fábrica das sedas e em 1770, passaram a produzir-se no mesmo local chapéus grossos¹⁴¹. Em 1788, existia em Pombal uma fábrica de tecidos de seda matiz e lisa, estabelecida por conta de Lourenço

¹³¹ No século XIV, apenas existia um lagar em Abiul, cf. Maria Leonor Ferraz de Oliveira Silva Santos, *O Domínio* [...], p. 65.

¹³² António Carvalho da Costa, *Corografia* [...], tomo III, p. 226. Na memória paroquial de 1758, foi mencionado não existir qualquer feira naquela freguesia, cf. Lisboa, AN/TT, Memórias Paroquiais, vol. 1, n.º 10, p. 101.

¹³³ Fr. Agostinho de Santa Maria, *Santuário Mariano* [...], tomo IV, pp. 702-703.

¹³⁴ Virgínia Rau, *Feiras Medievais Portuguesas. Subsídios para o seu estudo*, 2.ª edição, Lisboa, Editorial Presença, 1983, p. 149. Segundo esta autora a feira teria lugar entre os dias 23 de Junho e 8 de Julho.

¹³⁵ Lisboa, AN/TT, Chancelaria D. João III. Ofícios, Padrões e Doações, livro 18, fl. 60. Isabel M. R. Mendes Drumond Braga, “A Circulação e a Distribuição dos Produtos”, *Nova História de Portugal*, direcção de Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques, vol. V, *Portugal do Renascimento à Crise Dinástica*, coordenação de João José Alves Dias, Lisboa, Editorial Presença, 1998, p. 214. Segundo a autora a feira teria a duração de um mês, de 8 de Junho a 8 de Julho.

¹³⁶ António Carvalho da Costa, *Corografia* [...], tomo III, p. 107.

¹³⁷ Coimbra, AUC, Devassas Penela, livro 56, fl. 598v.

¹³⁸ Coimbra, AUC, Devassas Penela, livro 66, fl. 286v-287.

¹³⁹ Robert Southey, *Journals* [...], p. 27.

¹⁴⁰ Pombal, Arquivo Municipal de Pombal (AMP), Livro de Acórdãos da Câmara Municipal de Pombal, 1821-1823, fl. 21.

¹⁴¹ Saul António Gomes, “Pombal em Setecentos [...]”, p. 22.

Manuel de Sá¹⁴². Realce ainda para a existência de uma saboaria, certamente motivada pela abundância de azeite na região¹⁴³. Por fim é de destacar a produção de barros em Pombal salientada por João Baptista de Castro¹⁴⁴.

1.4 – Circunscrições eclesiásticas

O território em estudo pertencia, como ainda pertence, à diocese de Coimbra. Ficava situado no Sul do bispado, numa zona em que os limites entre este e o de Leiria nem sempre apresentavam grande coerência¹⁴⁵. No plano administrativo a diocese de Coimbra encontrava-se dividida em quatro partes. A cidade de Coimbra, com as excepções que se conhecem, e os três arcediagados: Vouga, Seia e Penela. Este último, situado a sul do Mondego e a oeste do rio Ceira, era constituído por 92 paróquias, entre as quais se contavam Abiul, Almagreira, Louriçal, Mata Mourisca, Pombal, Redinha, Santiago de Litém e Vila Cã¹⁴⁶.

¹⁴² Joaquim Eusébio, *Pombal* [...], pp. 127-128. Cf. Luís Fernando de Carvalho Dias, “A relação das fábricas de 1788”, *Boletim de Ciências Económicas da Faculdade de Direito de Coimbra*, n.º 3, Coimbra, 1955, p. 252.

¹⁴³ Em 1525, a saboaria de Pombal passou, em conjunto com as de Alcanede, Alcobaça, Soure, Tomar e Torres Novas, do barão de Alvito para Francisco Lobo, cf. Isabel M. R. Mendes Drumond Braga, “A Produção Artesanal”, *Nova História de Portugal*, direcção de Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques, vol. V, *Portugal do Renascimento à Crise Dinástica*, coordenação de João José Alves Dias, Lisboa, Editorial Presença, 1998, p. 189. O monografo de Pombal referiu que a saboaria datava da primeira metade do século XVIII, a qual se ligava ao facto do Conde Castelo Melhor deter o monopólio das saboarias, o qual lhe viria a ser retirado, passando para a Coroa, em 20 de Dezembro de 1765, cf. Joaquim Eusébio, *Pombal* [...], p. 128.

¹⁴⁴ João Baptista de Castro, *Mappa de Portugal Antigo e Moderno*, tomo I, parte I e II, Lisboa, Oficina Patriarcal de Francisco Luís Ameno, 1762, p. 175.

¹⁴⁵ Joaquim Ramos de Carvalho, José Pedro Paiva, “A Diocese de Coimbra [...]”, p. 187. Sobre a diocese de Coimbra cf. António de Jesus Ramos, “Coimbra, Diocese de”, *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, direcção de Carlos Moreira Azevedo, vol. A-C, Lisboa, Circulo de Leitores, 2000, pp. 387-399. Um documento conservado nos reservados da Biblioteca Nacional de Portugal esclarece sobre os limites do bispado de Coimbra com o de Leiria: “vem a confinar com o bispado de Leiria sendo a primeira freguezia a de Matta Mourisca que estando no bispado de Coimbra hum lugar della chamado o cazal da Lagoa de Grou confina com o lugar da Ervedeira, freguezia de Coimbram, bispado de Leiria, e os lugares de Agoa Fermoza e Besteiros ambos da dita freguezia da Matta Mourisca confinão o primeiro com o lugar da Bajoca, freguezia de Monte Redondo, e o segundo com os lugares do Farpado, Feteira e Carnide de Baixo freguezia de Vermuil, ambas bispado de Leiria. Os lugares de Cunqueiros, Carvoeiros e Ranha de Baxo que sam todas da freguezia de Pombal, bispado de Coimbra confinão com o cazal dos Mendes, Carnide de Baxo e Ranha de Sima tudo freguezia de Vermuil do dito bispado de Leiria, e tambem os lugares da Cheira, Vermuil e Claros que sam desta freguezia de Vermuil confinam com os lugares do Pizam, Roquez, Punhete e Quinta de Sam Lourenço, freguezia de Santiago de Litem, bispado de Coimbra [...] e vai continuando a devizão pela freguezia de Villa Caã que sendo do bispado de Coimbra hum lugar della chamado Vioveiro parte com o lugar dos Lobos da dita freguezia de Sam Simam [bispado de Leiria]”, cf. Lisboa, BNP, cod. 151, fls. 12-12v.

¹⁴⁶ Joaquim Ramos de Carvalho, José Pedro Paiva, “A Diocese de Coimbra [...]”, p. 188. O número de 92 paróquias respeita ao século XVIII. Em 1675, a circunscrição contava apenas com 86 freguesias, cf. António de Jesus Ramos, “Coimbra, Diocese de [...]”, p. 392. Sobre o arcediagado de Penela cf. António Duarte Brasio, “Arcediagado de Penela”, *Papel das áreas regionais na formação histórica de Portugal*.

Além dos arcediagados existiam circunscrições mais pequenas denominadas arciprestados que, por norma, assumiam o nome da paróquia mais populosa ou da que apresentasse uma posição geográfica mais central¹⁴⁷. Estas áreas tornaram-se particularmente relevantes a partir de finais do século XVIII, altura em que as visitas pastorais passaram a ser realizadas por arciprestados¹⁴⁸. Desconhecemos com precisão quais as igrejas que integravam cada uma destas áreas. Não obstante, os dados coligidos fornecem algumas pistas¹⁴⁹. Assim, em 1791, entre as freguesias do arciprestado de Abiul, constavam, além desta, as paróquias de Almoester, Ansião, Orada, Pelmá, Santiago da Guarda, Santiago de Litém e Vila Cã¹⁵⁰. No mesmo ano as freguesias do Louriçal, da Mata Mourisca e da Redinha integravam o arciprestado de Soure¹⁵¹. Já em 1795, as paróquias de Abiul, de Santiago de Litém e de Vila Cã integravam o arciprestado da Redinha¹⁵². Em 1805, todas as freguesias em estudo foram visitadas pelo Doutor Serafim José de Castilho, arcipreste e prior de Arazede, visitador dos arciprestados de Soure e da Redinha, no entanto não existe indicação de quais pertenciam a uma e a outra circunscrição¹⁵³. Estes dados, se não permitem retirar grandes ilações, possibilitam verificar algumas transformações na composição dos arciprestados.

Cabe referir que duas das igrejas em estudo eram colegiadas: Abiul e Pombal. A igreja de Abiul tinha três beneficiados “e comumente são servidos por iconimos, os quaes não tem obrigação de coro, nem de cura d’almas, cuja izenção parece que mais a introduzio o uso, do que a primordial instituição dos mesmos benefícios”¹⁵⁴. A colegiada de São Martinho da vila de Pombal compreendia seis beneficiados, freires professos da Ordem de Cristo. Estes tinham o dever de auxiliar o vigário na cura da

Actas do colóquio, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1975, pp. 321-327; Maria Alegria Fernandes Marques, “O arcediagado de Penela na Idade Média: algumas notas”, *Revista de História da Sociedade e da Cultura*, n.º 8, Coimbra, 2008, pp. 97-143.

¹⁴⁷ João Rocha Nunes, *A Reforma Católica* [...], p. 21.

¹⁴⁸ Joaquim Ramos de Carvalho, *As Visitas Pastorais e a Sociedade de Antigo Regime. Notas para o estudo de um mecanismo de normalização social*, Coimbra, Provas de capacidade científica apresentadas à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1985, exemplar mimeografado, p. 21; José Pedro Paiva, “A administração diocesana e a presença da Igreja. O caso da diocese de Coimbra nos séculos XVII e XVIII”, *Lusitania Sacra*, 2.ª série, tomo III, Lisboa, 1991, p. 75.

¹⁴⁹ Com precisão conhecem-se as igrejas do arciprestado de Mortágua, cf. Manuel Augusto Rodrigues, “As Cartas Pastorais de D. Francisco de Lemos de Faria Pereira Coutinho, Bispo de Coimbra”, *Revista de História das Ideias*, vol. 8, Coimbra, 1986, p. 159.

¹⁵⁰ Coimbra, AUC, Devassas Penela, livro 76. Trata-se de um documento avulso, inserido no final do livro, intitulado “extracto dos culpados das freguesias do arciprestado de Penella, e algumas do de Abiul”, relativo ao ano de 1791, fls. não numerados.

¹⁵¹ Coimbra, AUC, Devassas Penela, livro 79.

¹⁵² Coimbra, AUC, Devassas Penela, livro 81.

¹⁵³ Coimbra, AUC, Devassas Penela, livro 83.

¹⁵⁴ Lisboa, AN/TT, Memórias Paroquiais, vol. 1, n.º 10, p. 96.

paróquia, de rezar em coro quotidianamente as horas canónicas (matinas, laudes, prima, tercia, sexta, noa, véspera e completas) e de cantar em São Martinho as missas conventuais celebradas aos domingos e dias santos. Além disto, dois dos beneficiados estavam obrigados a dizer, alternadamente, “hum Annal de missas ad Popullum na igreja de Sam Pedro, e dous outro Annal de missas na igreja de Nossa Senhora do Castello, e dous outro Anal de Missas na igreja de Sam Martinho”¹⁵⁵.

1.5 – Os oragos

No que respeita aos oragos das matrizes registaram-se cinco invocações distintas. Em três igrejas a figura escolhida foi a mãe de Jesus Cristo, sob a invocação de Nossa Senhora das Neves (Abiul), Nossa Senhora da Graça (Almagreira) e Nossa Senhora da Conceição (Redinha)¹⁵⁶. Nas restantes paróquias a escolha recaiu sobre entidades celestes masculinas. Assim, o apóstolo São Tiago constituiu-se como orago de duas paróquias, a saber Louriçal e Santiago de Litém, enquanto em Vila Cã a igreja foi dedicada ao apóstolo Bartolomeu. Por seu turno, em Pombal o orago era São Martinho. A esmagadora maioria das fontes não especifica de que Martinho se trata, isto é, se do de Tours se do de Dume¹⁵⁷. Apenas a obra *Portugal Sacro-Profano* indica algo a respeito, afirmando tratar-se de São Martinho, Bispo, ou seja, de Dume (562-579)¹⁵⁸. Não obstante, o altar-mor deste tempo compreende um baixo-relevo, no qual é representado o famoso episódio do manto protagonizado por Martinho, que viria a ser prelado de Tours (371-397)¹⁵⁹. Por conseguinte permanecem dúvidas a este respeito. Por último, refira-se que a matriz da Mata Mourisca era dedicada a São Mamede “advogado das mulheres faltas de leite pera criar seus meninos, e muytas o alcanção por intercessão do gloriozo martyr, e lhe offerecem no seu altar panellas de leite, pera cumprirem seus votos”¹⁶⁰.

¹⁵⁵ Coimbra, AUC, Informações Paroquiais de 1721, doc. 200.

¹⁵⁶ A propósito das diversas invocações da Virgem Maria cf. Avelino de Jesus da Costa, “A Virgem Maria Padroeira de Portugal na Idade Média”, *Lusitânia Sacra. Revista do Centro de Estudos de História Eclesiástica*, Lisboa, 1957, pp. 7-49.

¹⁵⁷ Sobre a confusão entre as referências a São Martinho de Tours e de Dume cf. Joaquim Ramos de Carvalho, José Pedro Paiva, “A Diocese de Coimbra [...]”, pp. 216-217.

¹⁵⁸ Paulo Dias de Niza, *Portugal Sacro-Profano, ou Catalogo Alfabetico de todas as Freguezias dos Reinos de Portugal, e Algarve*, parte II, Lisboa, Miguel Manescal da Costa, 1768, p. 137.

¹⁵⁹ Ver imagem n.º 1. Também M. Alves referiu tratar-se de São Martinho de Tours, cf. M. Alves, “Pombal”, *Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura*, vol. XV, Lisboa, Verbo, [s.d.], col. 482-483.

¹⁶⁰ Coimbra, AUC, Informações Paroquiais de 1721, doc. 155.

Os cultos registados não diferiram do panorama geral da diocese de Coimbra, território em que 28,5% das paróquias tinham por orago a Virgem e em que o apóstolo São Tiago era uma das figuras mais invocada, concretamente em 22 igrejas paroquiais¹⁶¹. Refira-se ainda que, ao longo do período em estudo, não ocorreram alterações nos oragos dos templos. Não obstante, as igrejas de Abiul e da Redinha, a primeira das quais, erigida cerca de 1185, haviam sido primeiramente de invocação a Santa Maria, transmutando posteriormente às titulações acima referidas¹⁶². Por outro lado, cabe referir que em Pombal existiam mais duas igrejas, anexas à de São Martinho. A mais antiga, localizada no sítio dos Chãos, era dedicada ao apóstolo São Pedro, tendo sido a primeira matriz da vila¹⁶³. No outro templo, erigido junto ao castelo, o orago era Santa Maria do Castelo¹⁶⁴.

As diversas fontes setecentistas estudadas indicam que os altares das matrizes eram de invocação do orago principal. No entanto, em alguns casos sucedia serem compartilhados por outras imagens. Era o caso da igreja da Mata Mourisca cujo altar principal era partilhado por São Mamede e por Santo António¹⁶⁵. A par das devoções principais existiam outras, sendo as mais comuns as de Nossa Senhora do Rosário, existente em todas as igrejas, a das Almas, a de Santo António, a de São Sebastião e a do Senhor Jesus.

A análise das invocações das ermidas e capelas espalhadas pelas oito freguesias, maioritariamente pertencentes ao povo, confirma a importância que o culto mariano assumiu na Época Moderna, ao mesmo tempo que permite averiguar uma maior diversidade devocional. Num total de 76 ermidas, 33, ou seja 43,4%, eram dedicadas à Virgem Maria, sendo as designações mais comuns a de Nossa Senhora da Conceição

¹⁶¹ Joaquim Ramos de Carvalho, José Pedro Paiva, “A Diocese de Coimbra [...]”, pp. 216-219. Na diocese de Viseu a maioria das igrejas era igualmente dedicada a Nossa Senhora, cf. João Rocha Nunes, *A Reforma Católica* [...], p. 51.

¹⁶² Maria Alegria Fernandes Marques, “O arcediagado de Penela [...]”, pp. 109, 130-131 e 142.

¹⁶³ Fr. Agostinho de Santa Maria, *Santuário Mariano* [...], tomo IV, p. 457. No início do século XVIII, o templo encontrava-se bastante arruinado, sendo que apenas subsistia a capela-mor, cf. Coimbra, AUC, Informações Paroquiais de 1721, doc. 200; Lisboa, AN/TT, Mesa da Consciência e Ordens, Tombos das Comendas, livro 409, fls. 77v-78. Cabe referir que só em finais do século XII, ou inícios da centúria seguinte, foi criada a paróquia de invocação a São Martinho, situada na planície do rio Arunca, e que veio a ser matriz de Pombal, cf. Joaquim Eusébio, *Pombal* [...], p. 51; Saul António Gomes, “Pombal em Setecentos [...]”, p. 10. Se num documento do século XIII, surgem arroladas as três igrejas em Pombal, numa lista de 1320 apenas aparece uma igreja de Pombal, com certeza a de São Martinho, sinal de que já era a matriz, cf. Maria Alegria Fernandes Marques, “O arcediagado de Penela [...]”, pp. 118-119.

¹⁶⁴ Cf. António Carvalho da Costa, *Corografia* [...], tomo III, p. 108; Fr. Agostinho de Santa Maria, *Santuário Mariano* [...], tomo IV, pp. 473-476; Rafael Bluteau, *Vocabulário Português e Latino* [...], tomo 6, Lisboa, Pascoal da Silva, 1720, p. 587. Sobre estes templos cf. os diversos documentos publicados em Ricardo Pessa de Oliveira, Saul António Gomes, *Notícias e Memórias* [...], pp. 236-324.

¹⁶⁵ Lisboa, AN/TT, Memórias Paroquiais, vol. 22, n.º 81, p. 553.

(seis) e a de Nossa Senhora do Rosário (três). Relativamente às restantes entidades femininas, três destes locais de culto eram dedicados a Santa Ana, igual número a Santa Luzia e um a Santa Catarina. No que respeita às invocações de elementos do corpo celestial masculino destaque para São João Baptista (oito), Santo António (cinco) e São Lourenço (três). Menos frequentes eram as ermidas que tinham por orago o Espírito Santo (uma), a Sagrada Família (uma) e os santos Amaro (duas), André (uma), Bento (uma), Bernardo (uma), Brás (uma), Domingos (duas), Francisco (duas), Jorge (duas), Ouvido (uma), Sebastião (duas), Tomé (uma) e Vicente (uma).

Entre os templos localizados no território em apreço, contavam-se importantes santuários de romaria, nomeadamente Nossa Senhora da Estrela (Redinha), Nossa Senhora da Guia (Mata Mourisca), Nossa Senhora do Cardal (Pombal) e Nossa Senhora dos Milagres (Santiago de Litém). Relativamente à imagem de Nossa Senhora do Cardal as fontes aludem a peregrinos oriundos de Abiul, Mata Mourisca e Soure¹⁶⁶. Por seu turno, Nossa Senhora da Guia recebia romeiros de diversas freguesias, tais como Louriçal, Pombal, Porto de Mós e Vermoil¹⁶⁷.

1.6 – Os direitos de apresentação e os títulos dos párocos

Relativamente aos direitos de apresentação ressalta o poderio que a Ordem de Cristo detinha neste território. Era o rei, pelo tribunal da Mesa da Consciência e Ordens, que apresentava os párocos da maioria das paróquias em análise, a saber Almagreira, Pombal, Redinha, Santiago de Litém e Vila Cã. No Louriçal e na Mata Mourisca a apresentação estava reservada à Universidade de Coimbra¹⁶⁸, enquanto o vigário e os beneficiados de Abiul eram colados pela abadessa do mosteiro de Santa Maria de

¹⁶⁶ Fr. Agostinho de Santa Maria, *Santuário Mariano* [...], tomo IV, pp. 455-473. Entre os romeiros contaram-se Manuel Fernandes, morador no Vale, e Francisca, solteira, do Casal das Estacas, ambos lugares da freguesia da Mata Mourisca, que empreenderam romaria ao santuário no início de Setecentos, cf. Coimbra, AUC, Devassas Penela, livro 49, fl. 141v.

¹⁶⁷ Fr. Agostinho de Santa Maria, *Santuário Mariano* [...], tomo IV, pp. 441-455. Entre os inúmeros peregrinos refira-se Maria Rodrigues e a sua filha Maria Pereira, a *Imperadora* de alcunha, moradoras em Pombal, na rua da Corredoura, que em Julho de 1702, realizaram uma viagem ao santuário da Guia, tendo Vicente Godinho, com quem a *Imperadora* andava amancebada, doado uma besta para “as denunciadas hirem a dita romaria e levarem o seu farnel e elle as acompanhou parte do caminho”, cf. Coimbra, AUC, Devassas Penela, livro 49, fl. 26.

¹⁶⁸ Em 1265, ao tempo de D. Egas Fafes (1248-1267) a paróquia do Louriçal fora convertida em benefício curado, ficando o prior e mosteiro de Santa Cruz de Coimbra com os dízimos e padroado. Até então os cônegos daquele cenóbio designavam um religioso para administrar os sacramentos no Louriçal. Mais tarde, após a transferência definitiva da Universidade para Coimbra (1537), D. João III concedeu a vila do Louriçal àquela instituição “para aumento das rendas dos Cathedraticos”, cf. Fr. Agostinho de Santa Maria, *Santuário Mariano* [...], tomo IV, p. 659; Coimbra, AUC, Informações Paroquiais de 1721, doc. 134.

Lorvão¹⁶⁹. Assim sendo, neste território e neste domínio, o poder do prelado conimbricense estava confinado à confirmação ou contestação dos clérigos indicados pelos padroeiros.

A esmagadora maioria dos párocos tinha o título de vigário. A única exceção respeitou ao padre da Mata Mourisca que era designado por cura. Tais denominações estariam amplamente relacionadas com os direitos de apresentação, sendo que grande parte dos titulares das paróquias apresentadas pelas ordens militares e por mosteiros eram designados por vigários¹⁷⁰. No período em estudo, não parecem ter ocorrido alterações relativas aos títulos dos párocos¹⁷¹. No entanto, cabe particularizar o caso de Abiul. No início do século XVIII, Carvalho da Costa referiu que, em tempos idos, aquela paróquia havia sido priorado¹⁷². Não obstante, não localizámos qualquer outro documento que apontasse nesse sentido. Por outro lado, em 1580, o padre Henrique Gonçalves surgiu na documentação como reitor de Abiul e das anexas de Almoester e Santiago de Guarda¹⁷³. Seria então aquela paróquia reitoria? Não quer parecer, até porque pouco antes, ao tomar posse daquela igreja, o mesmo pároco foi designado por vigário. Assim sendo, os dados parecem apontar para uma relativa indiferença entre a utilização dos dois termos, tese já sugerida por Joaquim Ramos de Carvalho e José Pedro Paiva¹⁷⁴.

No que respeita aos rendimentos das igrejas sucederam algumas mutações ao longo do período considerado. Em 1675, as igrejas de Abiul e da Redinha eram as que contavam com cóngruas mais elevadas, a saber 150 cruzados. Seguiam-se as de Almagreira, Louriçal e Pombal com rendas na ordem dos 100 cruzados. As restantes

¹⁶⁹ Sobre os direitos de apresentação no bispado de Coimbra cf. Joaquim Ramos de Carvalho, José Pedro Paiva, “A Diocese de Coimbra [...]”, pp. 222-234.

¹⁷⁰ Joaquim Ramos de Carvalho, José Pedro Paiva, “A Diocese de Coimbra [...]”, p. 239.

¹⁷¹ Contudo, em épocas anteriores haviam sucedido modificações. Em 1321, das paróquias em estudo apenas a de Abiul surgiu como vigairaria, cf. Fortunato de Almeida, *História da Igreja em Portugal*, nova edição preparada e dirigida por Damião Peres, vol. 4, Porto, Lisboa, Civilização, 1970, p. 125; Maria Alegria Fernandes Marques, “O arcediagado de Penela [...]”, p. 126.

¹⁷² António Carvalho da Costa, *Corografia* [...], tomo III, p. 226.

¹⁷³ Leiria, ADL, Registos Paroquiais, Abiul, Baptismos, livro 1 (1549-1716), fl. 89. Sobre a ligação entre a paróquia de Abiul e as de Almoester e Santiago da Guarda cf. Mário Rui Simões Rodrigues, “Breve história da formação do Concelho de Ansião”, in Mário Rui Simões Rodrigues, Saul António Gomes, *Notícias e Memórias* [...], pp. 58-59.

¹⁷⁴ Joaquim Ramos de Carvalho, José Pedro Paiva, “A Diocese de Coimbra [...]”, pp. 236-237. Acrescente-se que a 16 de Julho de 1626, Filipe IV numa providência em que estipulou que servisse na igreja de Pombal pessoa apta, enquanto durasse a ausência do proprietário frei Martim Vaz, referiu-se a este como reitor, cf. Lisboa, AN/TT, Chancelaria da Ordem de Cristo, Chancelaria Antiga, livro 12, fl. 411.

igrejas eram menos apeteceíveis: o vigário de Litém auferia 75 cruzados, enquanto os párocos da Mata Mourisca e de Vila Cã recebiam 50 cruzados, cada¹⁷⁵.

Por sua vez, no início da segunda metade do século XVIII, a igreja do Louriçal possuía a cônica mais elevada: 200.000 reis¹⁷⁶. Seguiu-se a paróquia de Abiul, cujo pároco obtinha anualmente cerca de 120.000 reis¹⁷⁷. Os vigários de Pombal e da Redinha auferiam entre 80.000 a 100.000 reis¹⁷⁸. Próxima destes valores estaria a cônica do pároco de Almagreira¹⁷⁹. Já as igrejas da Mata Mourisca, de Santiago de Litém e de Vila Cã eram menos apeteceíveis, auferindo o pároco da primeira 21.200 reis e o das restantes 40.000 reis¹⁸⁰. A estas cônicas havia que somar os réditos do pé de altar, cujo valor variava de paróquia para paróquia, consoante os índices populacionais. Por exemplo, aos 21.200 reis pagos pela Universidade de Coimbra ao pároco da Mata Mourisca, acresciam os lucros pelos serviços prestados à comunidade, o que tudo junto perfazia cerca de 100 mil reis ao ano¹⁸¹.

Refira-se por último que os proventos reduzidos de algumas paróquias motivaram pedidos de aumento e queixas por parte dos titulares dessas igrejas. No final do século XVI, o padre Miguel Gaspar, cura da Mata Mourisca, aproveitou uma visita pastoral para solicitar um acréscimo dos seus estipêndios, que acabou por não ter efeito¹⁸². Mais tarde, em 1758, o vigário de Vila Cã utilizou o inquérito desse ano para demonstrar o seu descontentamento face à cônica por si auferida, mencionando ser aquela “tam ténue que mal parece dize-llo pois da comenda recebe hum moio de trigo e hum moio de sevada e doze mil reis em dinheiro e dois alqueires de azeite, sendo tam

¹⁷⁵ Vaticano, ASV, Archivio della Congregazione del Concilio, Relationes Dioecesium, Coimbra, vol. 252, fls. 71-74.

¹⁷⁶ Paulo Dias de Niza, *Portugal Sacro-Profano* [...], parte I, Lisboa, Miguel Manescal da Costa, 1767, p. 335; Lisboa, AN/TT, Memórias Paroquiais, vol. 42, n.º 147, p. 78.

¹⁷⁷ Lisboa, AN/TT, Memórias Paroquiais, vol. 1, n.º 10, p. 96; Paulo Dias de Niza, *Portugal Sacro-Profano* [...], parte I, pp. 2-3.

¹⁷⁸ Segundo as informações paroquiais de 1763, as cônicas destes párocos eram constituídas por frutos e dinheiro, o que tudo somado perfazia cerca de 80.000 reis, cf. Coimbra, AUC, Informações que se houveram a respeito de algumas das Igrejas da cidade e Bispado de Coimbra (III, 1.ª D, 7, 5, 42). Por seu turno, Paulo Dias de Niza referiu que estas igrejas rendiam 100 mil réis por ano, cf. Paulo Dias de Niza, *Portugal Sacro-Profano* [...], parte II, pp. 137 e 162.

¹⁷⁹ Paulo Dias de Niza, *Portugal Sacro-Profano* [...], parte I, p. 32.

¹⁸⁰ Lisboa, AN/TT, Memórias Paroquiais, vol. 22, n.º 81, p. 553; Paulo Dias de Niza, *Portugal Sacro-Profano* [...], parte I, p. 326 e parte II, p. 298.

¹⁸¹ Coimbra, AUC, Informações que se houveram a respeito de algumas das Igrejas da cidade e Bispado de Coimbra (III, 1.ª D, 7, 5, 42).

¹⁸² Segundo consta o visitador primeiramente terá sido favorável à pretensão do cura. Contudo, após intervenção de Luís Nunes, cristão-novo, rendeiro, morador no Louriçal, o aumento acabou por não ter efeito “e por sua ordem lhe tirou a Universidade a dita porção sobre o que tiveram muitas duvidas e diferenças em casa do vigário Manuel Alvares do Louriçal”, cf. Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, proc. 2403, fl. 9.

grande o rendimento da comenda que desta freguezia leva [...] e nem pera huma missa
dam a esmola”¹⁸³.

¹⁸³ Lisboa, AN/TT, Memórias Paroquiais, vol. 39, n.º 181, p. 1092.

Parte II
Poder Episcopal e Disciplinamento

Capítulo 1 – As visitas pastorais enquanto mecanismo repressivo

1.1 – Das origens a Trento

A origem da prática visitacional remonta aos primórdios do Cristianismo, nomeadamente ao episódio em que São Paulo incumbiu Tito e Timotéo de visitar os templos que havia erigido em Creta e Éfeso. Se o decreto mais antigo sobre a matéria data de 516, as suas principais características foram estabelecidas nos alvares da Idade Média. Não obstante, entre finais do século XII e meados do século XVI, o mecanismo entrou em decadência, facto intimamente ligado ao aumento de privilégios e isenções de distintas entidades da Igreja, em detrimento do poder episcopal¹⁸⁴.

O exercício da visita pastoral, referido por diversas ocasiões ao longo do Concílio de Trento, foi tratado de forma particular na sessão XXIV, *De reformatione*, capítulo 3, tendo sido determinando que os prelados visitassem, ao menos a cada dois anos, a totalidade da diocese, por si, não estando legitimamente impedidos, ou por intermédio de um visitador¹⁸⁵. Os objectivos da visita, definidos genericamente, passavam pela difusão da doutrina, pela extirpação das heresias e pela emenda de comportamentos considerados erróneos, através de “exhortações, e admoestações, accender o Povo á Religião, paz, e innocencia; e estabelecer o mais que o lugar, tempo, e ocasião permitir para proveito dos Fiéis, segundo o julgar a prudencia dos que visitarem”¹⁸⁶.

Desta forma, a visita no período pós-tridentino passou a figurar entre as principais incumbências dos prelados diocesanos. Imprescindível à reforma católica, constituiu um dos principais instrumentos do disciplinamento social, tendo contribuindo decisivamente para o reforço da jurisdição e da autoridade episcopal.

¹⁸⁴ Joaquim Ramos de Carvalho, José Pedro Paiva, “Visitações”, *Dicionário de História Religiosa* [...], vol. P-V, Apêndices, Lisboa, Círculo de Leitores, 2001, pp. 365-366.

¹⁸⁵ *O Sacrosanto, e Ecumenico Concilio de Trento em Latim e em Portuguez*, tomo II, Lisboa, Oficina Patriarcal, 1781, p. 269. As restantes disposições tridentinas relativas às visitas são as seguintes: sessão VI, cap. IV, *De reformatione*; sessão XXI, cap. VIII, *De reformatione*; sessão XXII, cap. VIII, *De reformatione*; sessão XXIV, cap. IX e X, *De reformatione*; sessão XXV, cap. XI, *De regularibus et monialibus*; sessão XXV, cap. VI, *De reformatione*, publicado em *O Sacrosanto, e Ecumenico* [...], tomo I, p. 167 e tomo II, pp. 75-77, 133-135, 287-291, 381-383 e 429-433.

¹⁸⁶ *O Sacrosanto, e Ecumenico* [...], tomo II, p. 271.

1.2 – Os textos normativos

As determinações tridentinas foram posteriormente incorporadas nos textos normativos diocesanos. Em Portugal, foram vários os documentos produzidos com o intuito de regulamentar as visitas, o que por si só comprova a importância que a prática adquiriu¹⁸⁷. Após o Concílio de Trento, as primeiras constituições a referirem a temática, ainda que de forma breve, foram as de Miranda, publicadas em 1565. O título 33, consagrado à “visitacão e visitadores”, redigido ao longo de quatro constituições, abordou a necessidade da visita anual a todas as igrejas do bispado, independentemente de pertencerem a Ordens militares ou a outras entidades eclesiásticas, a visita aos hospitais e o agasalho devido aos visitadores¹⁸⁸.

Em 1591, o bispo de Coimbra D. Afonso de Castelo Branco (1585-1615) mandou publicar umas constituições na sua diocese, nas quais o exercício da visita pastoral foi minuciosamente regulado¹⁸⁹. O extenso título 28, intitulado “Das visitas, & Visitadores, & dos tempos & modos em que devem fazerse”, foi subdividido em 17 constituições, nas quais foram declarados os objectivos da visita, os requisitos de quem a levava a cabo, os períodos do ano em que deveria ter lugar, os trabalhos que deveriam ser executados pelos visitadores, os pecados públicos a devassar, o número e a qualidade das testemunhas, os procedimentos a tomar contra os denunciados, a forma em que deveriam ocorrer as visitas às albergarias, às capelas, às confrarias e aos

¹⁸⁷ José Pedro Paiva, “Uma Instrução aos visitadores do bispado de Coimbra (século XVII?) e os textos regulamentadores das visitas pastorais em Portugal”, *Revista de História das Ideias*, vol. 15, Coimbra, 1993, pp. 637-654. Antes do concílio de Trento, as primeiras constituições diocesanas a introduzir a matéria haviam sido as de Évora de 1534. O documento procurou combater a ausência propositada de eclesiásticos ao tempo da visita, para o que estipulou a obrigatoriedade de priores, reitores, beneficiados, clérigos e rendeiros comparecerem na visita, sob pena de serem condenados em 500 reais, cf. *Constituições do Bispado d'Évora*, Lisboa, German Galharde, 1534, fl. 73-73v. Semelhantes disposições foram tomadas nas constituições dos arcebispados de Lisboa (1537) e de Braga (1538), e dos bispados do Porto (1541), de Coimbra (1548) e de Viseu (1556). As de Coimbra, além de estabelecerem a pena de dez reis aos paroquianos que não comparecessem ao acto visitacional, proibiram o visitador, sob pena de 200 reis, de aceitar qualquer tipo de dádivas dos inquiridos e, outrossim, de pousar em casa de clérigos para que “mays livremente possam administrar justiça”, cf. *Constituições Synodales do Bispado de Coimbra*, Coimbra, [s.n.], 1548, fls. 92-92v.

¹⁸⁸ *Constituições Synodales do Bispado de Miranda*, Lisboa, Francisco Correa, 1565, fls. 132-133v. A propósito das constituições de outras dioceses entretanto publicadas, cf. José Pedro Paiva, “Uma Instrução [...]”, p. 640.

¹⁸⁹ *Constituições Synodales do Bispado de Coimbra*, Coimbra, António de Mariz, 1591, fls. 169-183v. Sobre alguns aspectos do governo deste prelado cf. José Pedro Paiva, “A Diocese de Coimbra antes e depois do concílio de Trento: D. Jorge de Almeida e D. Afonso Castelo Branco”, *Sé Velha de Coimbra. Culto e Cultura. Ciclo de conferências 2003*, Coimbra, Gráfica de Coimbra, 2005, pp. 225-253.

hospitais, e as penas a aplicar aos que impedissem ou perturbassem a tarefa do visitador¹⁹⁰.

Além das constituições também os regimentos dos oficiais de justiça e do auditório eclesiástico regulavam a prática da visita pastoral e as funções dos visitantes. Não obstante, o regimento de Coimbra publicado em 1692, não refere a figura do visitador, ausência facilmente explicada pelo facto das constituições, publicadas no ano anterior, abordarem a temática pormenorizadamente¹⁹¹.

Outros textos serviram o propósito de regulamentar e disciplinar a mesma prática, de entre estes, destaque para as várias instruções manuscritas, tais como uma *Instrução da forma que se ha de observar nas visitas*, utilizada no arcebispado de Lisboa, texto datado de 1666, ou uns *Alvitres apresentados por Manuel de Escovar de Vasconcelos para se porem em prática várias providências tendentes ao bom serviço das visitas*, igualmente utilizado na diocese olisiponense¹⁹². No que respeita ao bispado de Coimbra, conhece-se uma *Instrução para os visitantes*, redigida no último quartel do século XVII, na qual foi conferida especial atenção à inquirição de testemunhas e à questão da execução dos legados pios¹⁹³.

Por último, cabe referir os tratados impressos no século XVII, sobre a forma de proceder à visita pastoral, de que se conhecem apenas a *Pratica, e Ordem pera os visitantes dos bispados* [...] de Mateus Soares, dada à estampa no ano de 1602¹⁹⁴ e a *Visita Geral que deve fazer hum Prelado no seu Bispado* [...], da autoria de Lucas de Andrade, publicada em 1673¹⁹⁵. Um outro texto, intitulado *Cerimonias da visitação deste bispado*, da autoria de João da Silva Ferreira, terá sido impresso no Porto, na oficina de Manuel Pedroso Coimbra, no ano de 1754, contudo permanece desconhecido qualquer exemplar da obra¹⁹⁶.

¹⁹⁰ *Constituições Synodaes do Bispado de Coimbra*, Coimbra, António de Mariz, 1591, fls. 169-183v. Sobre as constituições diocesanas publicadas no século XVII, cf. José Pedro Paiva, “Uma Instrução [...]”, pp. 641-643.

¹⁹¹ Além do Regimento de Coimbra, o de Leiria (1601) e o de Elvas (1635) também não referem o visitador, cf. José Pedro Paiva, “Uma Instrução [...]”, p. 645.

¹⁹² José Pedro Paiva, “Uma Instrução [...]”, p. 647.

¹⁹³ José Pedro Paiva, “Uma Instrução [...]”, pp. 648-661.

¹⁹⁴ Mateus Soares, *Pratica, e Ordem pera os visitantes dos bispados, na qual se decidem muitas questões, assi em causas civis, como criminaes, pertencentes aos avogados, no foro ecclesiastico, & secular*, Lisboa, Jorge Rodrigues, 1602.

¹⁹⁵ Lucas de Andrade, *Visita Geral que deve fazer hum Prelado no seu Bispado, apontadas as cousas por que deve perguntar. E o que devem os Parochos preparar para a visita*, Lisboa, Oficina de João da Costa, 1673.

¹⁹⁶ José Pedro Paiva, “Uma Instrução [...]”, p. 650.

1.3 – A visita pastoral portuguesa

Em Portugal a visita pastoral pós-tridentina assumiu contornos específicos que a distinguiram das realizadas nos restantes territórios europeus, especificidade que residiu essencialmente no carácter judicial da devassa¹⁹⁷. Como se sabe a visita portuguesa desenrolava-se em duas partes distintas: a visita espiritual e a visita temporal. A primeira compreendia a procissão dos defuntos, a inspecção do Santíssimo Sacramento, dos santos óleos, da pia baptismal, das relíquias, das imagens sagradas, dos altares e do estado físico do templo¹⁹⁸. A segunda parte da visita consistia num processo de averiguação de pecados públicos, através do interrogatório de testemunhas, sem que tivesse sido apresentada queixa prévia¹⁹⁹. Não obstante, podia acontecer que o visitador, ao chegar a uma igreja, fosse informado sobre determinado delito e interrogasse as testemunhas especificamente sobre o caso. Foi o que sucedeu em 1665, na visita de Abiul, ano em que o vigário, Luís Gomes Ferreira, apresentou uma queixa ao visitador sobre um desacato ocorrido na ermida de Santo António “e requereu a elle visitador tirasse testemunhas sobre este caso”²⁰⁰.

Entre os desvios comportamentais inscritos nos éditos de visita figuravam os casos de alcovitice, de amancebamentos, de bigamia, de heresia, de magia, de não

¹⁹⁷ Sobre a visita pastoral em Portugal cf. Eugénio dos Santos, “Os Livros das Visitas Pastorais [...]”, pp. 237-244; Joaquim Ramos de Carvalho, *As Visitas Pastorais e a Sociedade* [...]; Francisco Bethencourt, “As visitas pastorais. Um Estudo de Caso (Entradas, 1572-1593)”, *Revista de História Económica e Social*, n.º 19, Lisboa, 1987, pp. 95-122; Joaquim Ramos de Carvalho, José Pedro Paiva, “A evolução [...]”, pp. 29-41; Joaquim Ramos de Carvalho, “A Jurisdição Episcopal [...]”, pp. 121-163; Maria Fernanda Enes, *Reforma Tridentina* [...]; José Pedro Paiva, “Uma Instrução [...]”, pp. 637-661; António Franquelim Sampaio Neiva Soares, *A Arquidiocese de Braga* [...]; Ana Cristina Machado Trindade, *A Moral e o Pecado Público* [...]; José Pedro Paiva, “As Visitas Pastorais”, *História Religiosa de Portugal*, direcção de Carlos Moreira Azevedo, vol. 2, *Humanismos e Reformas*, coordenação de João Francisco Marques e António Camões Gouveia, Lisboa, Círculo de Leitores, 2000, pp. 250-255; Joaquim Ramos de Carvalho, José Pedro Paiva, “Visitações [...]”, pp. 365-370; Bruno Leal, *La Crosse et le Bâton* [...]; Susana Goulart Costa, *Viver e Morrer Religiosamente. Ilha de São Miguel. Século XVIII*, Ponta Delgada, Instituto Cultural de Ponta Delgada, 2007; Maria dos Anjos dos Santos Fernandes Luís, *Vivências religiosas* [...]; Joaquim Ramos de Carvalho, “Confessar e Devassar: a Igreja e a Vida Privada na Época Moderna”, *História da Vida Privada em Portugal*, direcção de José Mattoso, [vol. 2], *A Idade Moderna*, coordenação de Nuno Gonçalo Monteiro, [Lisboa], Círculo de Leitores, Temas e Debates, 2010, pp. 32-57. Sobre visitas noutros espaços geográficos cf. por exemplo, o que se passava nos territórios suíços da diocese de Como, Península Itálica, cf. *Il Vescovo, Il Clero, Il Popolo. Atti della visita personale di Feliciano Ninguarda alle pievi comasche sotto gli Svizzeri nel 1591*, direcção de Sandro Bianconi e Brigitte Schwarz, Locarno, Armando Dadò Editore, 1991.

¹⁹⁸ *Constituições Synodales do Bispado de Coimbra*, Coimbra, António de Mariz, 1591, fls. 171v-175v. Para o território em estudo, no que respeita a relíquias, apenas existe notícia de um fragmento do Santo Lenho existente na igreja da Redinha. Na segunda metade do século XVIII, um dos visitantes ordenou que aquela relíquia fosse colocada em lugar decente, o que em 1783 ainda não havia sido cumprido, cf. Coimbra, AUC, Devassas Penela, livro 75, fl. 500.

¹⁹⁹ Joaquim Ramos de Carvalho, *As Visitas Pastorais e a Sociedade* [...], p. 102.

²⁰⁰ Coimbra, AUC, Devassas Penela, livro 15, fls. 98v-99.

assistência à missa, de relações incestuosas, de simonia, de sodomia e de trabalho em dias proibidos²⁰¹. Desta forma, em Portugal, além do controlo exercido sobre o universo religioso, a visita pastoral serviu também como instrumento de controlo sobre a população leiga, disciplinando os seus comportamentos, aliando dessa forma a função pastoral à tarefa correctiva²⁰².

1.4 – A periodicidade visitacional

O Arquivo da Universidade de Coimbra conserva no seu acervo documentos relativos à actividade visitacional da diocese de Coimbra, sendo a maioria da documentação constituída por livros de devassa²⁰³. No que respeita às freguesias em estudo, existem 66 livros, respeitantes a 61 anos, sendo a maioria da documentação relativa ao século XVII. A primeira visita, para a qual existe devassa, data de 1649 e foi levada a cabo por Valentim Ribeiro de Caria, prior de Barrô e Aguada²⁰⁴. Por seu turno, a última aconteceu em 1805, tendo sido visitador Serafim José de Castilho, prior e arcepreste de Arazede²⁰⁵.

Para o período anterior a 1649, subsistem alguns dados sobre visitas, os quais apesar de escassos evidenciam uma periodicidade visitacional elevada. Em finais do século XVI, existe notícia de uma visita à igreja da Mata Mourisca²⁰⁶. A paróquia de Abiul foi visitada em 1602, 1615, 1617, 1641 e 1646²⁰⁷. Por sua vez, a igreja do Louriçal foi inspeccionada em 1607, 1620, 1625, 1629 e 1639²⁰⁸. Relativamente à

²⁰¹ Um dos raros éditos que chegou até aos nossos dias encontra-se publicado em Isaías da Rosa Pereira, “As Visitas Pastorais como Fonte Histórica [...]”, pp. 66-71.

²⁰² José Pedro Paiva, “Dioceses e organização eclesiástica”, *História Religiosa de Portugal* [...], vol. 2, p. 195; Idem, “As Visitas [...]” pp. 250-255; Joaquim Ramos de Carvalho, José Pedro Paiva, “Visitações [...]”, p. 365. Sobre as questões jurisdicionais cf. Joaquim Ramos de Carvalho, “A Jurisdição Episcopal [...]”, pp. 121-163.

²⁰³ Joaquim Ramos de Carvalho, José Pedro Paiva, “Reportório das Visitas Pastorais da Diocese de Coimbra séculos XVII, XVIII e XIX”, *Boletim do Arquivo da Universidade de Coimbra*, volume VII, Coimbra, 1985, pp. 111-214. Sobre os diferentes tipos de documentação produzida cf. Joaquim Ramos de Carvalho, *As Visitas Pastorais e a Sociedade* [...], pp. 23-27.

²⁰⁴ Coimbra, AUC, Devassas Penela, livro 1.

²⁰⁵ Coimbra, AUC, Devassas Penela, livro 83.

²⁰⁶ Cf. Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, proc. 2403, fl. 9.

²⁰⁷ Leiria, ADL, Registos Paroquiais, Abiul, Baptismos, livro 1 (1549-1716), fls. 1-22v; Registos Paroquiais, Abiul, Casamentos, livro 1 (1556-1718), fls. 129v e 130v; Coimbra, AUC, Rol de Confessados, III, 1.ªD, 5-4-33.

²⁰⁸ Leiria, ADL, Registos Paroquiais, Louriçal, Baptismos, livro 1 (1562-1648), fls. 179-198v, 214-215 e 293-294.

paróquia de Pombal existem referências a visitas para os anos de 1620, 1621, 1640, 1641, 1642, 1643 e 1644²⁰⁹.

Regressando aos livros de devassas constata-se que as paróquias em análise não foram visitadas o mesmo número de vezes. Se tal tivesse acontecido, isto é, se as oito paróquias tivessem sido visitadas nos 61 anos para os quais existe documentação, teríamos 488 visitas pastorais. No entanto, os documentos respeitam apenas a 453 devassas. Santiago de Litém e Vila Cã são as igrejas para as quais se conserva maior número de visitas, a saber 58 cada. No extremo oposto, estão as igrejas de Abiul e de Pombal, para as quais subsistem apenas 55 devassas.

É necessário sublinhar que a documentação existente não respeita à totalidade das visitas efectuadas. O cruzamento de fontes, nomeadamente a análise dos livros de extractos de culpados e dos registos paroquiais, permitiu averiguar a existência de 171 visitas para as quais não se conservam registos da devassa, o que representa 27,4% do total de visitas que terão tido lugar. A maioria da documentação perdida respeita à primeira metade do século XVIII, período para o qual as devassas existentes respeitam apenas a 42,3% das visitas realizadas. Percentagem que diminui a 38,1%, no que toca às paróquias de Pombal e de Vila Cã, já que das 21 visitas que tiveram lugar nesse período apenas existem registos para oito anos.

De finais do século XVI à primeira metade do século XVIII, a periodicidade das visitas pastorais foi, em grande parte das dioceses, bastante elevada, realizando-se quase anualmente²¹⁰. Segundo Joaquim Ramos de Carvalho e José Pedro Paiva, na diocese de Coimbra foram realizadas visitas todos os anos do século XVII, enquanto na primeira metade de Setecentos sucederam visitas de 29 em 29 meses²¹¹. Estes dados não diferem dos apurados para o território em estudo. No período compreendido entre 1649 e 1699, apenas não existem livros de devassas para dez anos²¹². No entanto, sabemos que em alguns deles foram realizadas visitas. Assim, em 1684, a paróquia de Santiago de Litém

²⁰⁹ Leiria, ADL, Registos Paroquiais, Pombal, Baptismos, livro 2 (1621-1677), fls. 190-203.

²¹⁰ Francisco Bethencourt, “As visitas pastorais [...]”, p. 96; José Pedro Paiva, “As visitas [...]”, p. 253. De mencionar que, em Portugal, durante parte do século XV e na primeira metade do século XVI, a periodicidade das visitas foi espantosamente elevada, pelo menos no que respeita à diocese de Lisboa. Não obstante, nesta fase os visitantes abordavam sobremaneira os comportamentos religiosos dos fiéis, cf. Joaquim Ramos de Carvalho, José Pedro Paiva, “Visitações [...]”, p. 366. Também no bispado de Coimbra parece ter ocorrido algo semelhante, cf. José Pedro Paiva, “A diocese de Coimbra durante o reinado de D. Manuel: o governo episcopal de D. Jorge de Almeida (1482-1543)”, *Revista Portuguesa de História*, tomo XXXVI, vol. 1, Coimbra, 2002/2003, pp. 361-363.

²¹¹ Joaquim Ramos de Carvalho, José Pedro Paiva, “Visitações [...]”, p. 367.

²¹² Concretamente 1656, 1662, 1672, 1675, 1680, 1684, 1691, 1696, 1697 e 1699. Acrescente-se que nos anos de 1688 e 1689 só existem os registos de visita das paróquias de Santiago de Litém e de Vila Cã. Por seu turno, no ano de 1690, não há dados para as igrejas do Louriçal e da Mata Mourisca.

foi visitada, sendo de supor que as restantes também o tenham sido²¹³. Em 1688, além das paróquias de Litém e de Vila Cã, para as quais existe devassa, foi visitada a igreja de Nossa Senhora da Graça de Almagreira²¹⁴. Nos anos de 1696 e de 1699, todas as paróquias em estudo voltaram a ser inspecionadas²¹⁵. Não é de excluir que nos restantes seis anos, para os quais não existem elementos, estas paróquias tenham sido visitadas. Assim sendo, neste período as paróquias em estudo foram visitadas, em média, entre 13 e 15 meses²¹⁶.

Na primeira metade do século XVIII, a frequência visitacional decaiu, tendo o território em estudo sido visitado, em média, entre 27 e 31 meses. Por sua vez, na segunda metade da centúria, as visitas ocorreram de forma ainda mais espaçada, sendo as paróquias visitadas entre 39 e 49 meses. A decadência do mecanismo visitacional acentuou-se nas primeiras décadas do século XIX. Para este período apenas existe notícia da ocorrência de duas visitas, uma em 1805 e outra em 1815, frequência que não pode ser desligada do período de instabilidade provocado pela Guerra Peninsular²¹⁷ e pela Revolução Liberal de 1820.

1.5 – Os visitantes

Como já referimos, Trento preconizara que a visita fosse realizada, preferencialmente, pelo prelado em pessoa. Segundo Lucas de Andrade era conveniente que a primeira visita fosse realizada com “muito vagar, & consideração, pello proprio Prelado, para tomar conhecimento de suas ovelhas, & do que nellas ha, & nas seguintes visitas, a ver-se com mais brevidade, & menos detença nellas”²¹⁸. Posto isto, cabe perguntar se os bispos cumpriram o desígnio tridentino? Antes de mais a documentação

²¹³ Na devassa de 1685, João Lopes, casado, lavrador, morador na Barrigueira, testemunha referida afirmou ser verdade que Filipe Luís, homem casado, “na vizita passada ficara culpado com Maria Domingues, que entam era cazada por amancebados, sendo parentes dentro do quarto grao, e disto se livrara o denunciado em Coimbra”, cf. Coimbra, AUC, Devassa Penela, livro 31, fl. 269. Ora na devassa de 1683, este Filipe não foi delatado pelo que só poderá tratar-se da visita de 1684.

²¹⁴ Leiria, ADL, Registos Paroquiais, Almagreira, Casamentos, livro 1 (1595-1729), fl. 55v.

²¹⁵ Coimbra, AUC, Devassas Penela, livro 46. Trata-se de um caderno de extractos de culpados do arcediagado de Penela do ano de 1696, fls. não numerados. Relativamente ao ano de 1699, cf. AUC, Devassas Penela, extractos de culpados, livro 4, fls. 116v, 124v, 129, 291, 301v, 309-312v, 314-316.

²¹⁶ Semelhante periodicidade foi registada noutras dioceses, caso da de Viseu, em que as visitas ocorriam, em média, de 16 em 16 meses, cf. João Rocha Nunes, *A Reforma Católica* [...], p. 308.

²¹⁷ Recorde-se que D. Francisco de Lemos integrou a comitiva que se deslocou a Baiona para cumprimentar Napoleão, tendo permanecido naquele local entre Abril de 1808 e Setembro de 1810. Durante a sua ausência ficou à frente da diocese o vigário geral Doutor António José Vieira dos Guimarães, cf. Manuel Augusto Rodrigues, *Biblioteca e Bens de D. Francisco de Lemos e da Mitra de Coimbra*, Coimbra, Arquivo da Universidade de Coimbra, 1984, pp. X-XI.

²¹⁸ Lucas de Andrade, *Visita Geral* [...], p. 7.

parece apontar para a existência de distintos períodos. Na primeira metade do século XVII, os bispos visitaram pessoalmente o território em análise, com frequência assinalável. D. Afonso de Castelo Branco inspeccionou a igreja de Abiul em 1602²¹⁹. D. Afonso Furtado de Mendonça (1616-1618) visitou o Louriçal a 7 de Junho de 1617, e Abiul a 13 de Junho do mesmo ano²²⁰. Mais tarde, D. Martim Afonso Mexia (1619-1623) executou a visita ao Louriçal, em pessoa, a 14 de Julho de 1620²²¹. A mesma vila foi visitada por D. João Manuel (1625-1632) a 17 de Junho de 1625 e a 1 de Maio de 1629²²². Por sua vez, D. João Mendes de Távora (1638-1646) visitou o Louriçal a 10 de Junho de 1639²²³. O mesmo prelado esteve em Abiul a 21 de Maio de 1641 e a 19 de Maio de 1646²²⁴. Assim sendo, verifica-se que todos os prelados que governaram a diocese neste período visitaram, pelo menos uma vez, o Sul da diocese²²⁵. Por outro lado, os dados demonstram que alguns dos antístites visitaram por mais que uma ocasião as mesmas, sendo paradigmáticas as visitas de D. João Manuel e de D. João Mendes de Távora²²⁶. Este aspecto, se por um lado evidencia o zelo pastoral destes agentes da reforma, por outro parece apontar para a necessidade que estes sentiram de afirmar o seu poder através de uma presença constante no território diocesano²²⁷.

Pelo contrário, na segunda metade do século XVII, nenhum dos prelados visitou pessoalmente o território em estudo²²⁸. Tal apenas voltou na centúria seguinte, concretamente no ano de 1713, por intermédio de D. António de Vasconcelos e Sousa (1705-1717)²²⁹. Mais tarde, em 1745, D. Miguel da Anunciação visitou as mesmas

²¹⁹ Leiria, ADL, Registos Paroquiais, Abiul, Baptismos, livro 1 (1549-1716), fls. 1-1v e 6-11v. O mesmo bispo visitou a igreja de Pombal provavelmente no mesmo ano onde administrou o mesmo sacramento, cf. Lisboa, AN/TT, Inquisição de Lisboa, proc. 121, fls. 8-8v.

²²⁰ Leiria, ADL, Registos Paroquiais, Louriçal, Baptismos, livro 1 (1562-1648), fls. 178v-191v; Registos Paroquiais, Abiul, Baptismos, livro 1 (1549-1716), fls. 23-31; Coimbra, AUC, Rol de Confessados, III, 1.ªD, 5-4-33.

²²¹ Leiria, ADL, Registos Paroquiais, Louriçal, Baptismos, livro 1 (1562-1648), fls. 198-198v.

²²² Leiria, ADL, Registos Paroquiais, Louriçal, Baptismos, livro 1 (1562-1648), fls. 214-215.

²²³ Leiria, ADL, Registos Paroquiais, Louriçal, Baptismos, livro 1 (1562-1648), fls. 293-294. O mesmo prelado voltou a esta povoação no dia 28 de Abril de 1640, ocasião em que benzeu as fundações da igreja do Santíssimo Sacramento, cf. António Carvalho da Costa, *Corografia* [...], tomo II, p. 93.

²²⁴ Leiria, ADL, Registos Paroquiais, Abiul, Casamentos, livro 1 (1556-1718), fls. 129v e 130v.

²²⁵ A única excepção foi evidentemente D. Jorge de Melo (1636) que apesar de ter tomado posse da diocese não chegou a entrar na mesma por ter falecido.

²²⁶ Na maioria dos casos, os bispos apenas visitavam cada igreja uma vez, por norma nos anos imediatos à entrada pública na diocese, cf. Joaquim Ramos de Carvalho, José Pedro Paiva, “Visitações [...]”, p. 367.

²²⁷ A mesma realidade sucedeu em distintas dioceses, de que é exemplo a de Viseu, cf. João Rocha Nunes, *A Reforma Católica* [...], p. 311.

²²⁸ No ano de 1691, D. João de Melo executou em pessoa a visita ao arcediagado de Penela. No entanto, a devassa desse ano, conservada no AUC não contém as freguesias em estudo, cf. Joaquim Ramos de Carvalho, José Pedro Paiva, “Reportório das Visitas [...]”, p. 162.

²²⁹ Coimbra, AUC, Devassas Penela, livro 54. Refira-se no entanto que esta não foi a primeira vez que o prelado se deslocou a Pombal. A 27 de Julho de 1709, estivera na vila tendo assistido à trasladação da

igrejas no espiritual, tendo a visita temporal ficado a cargo de Manuel Rodrigues Teixeira, vigário de Mações de D. Maria, juiz dos resíduos, chanceler e vigário geral do bispado²³⁰. O antístite voltou a visitar este território em finais de 1777, após regressar de Pedrouços, onde estivera preso desde 1768, em virtude de ter expedido uma pastoral condenando o uso de determinados livros regalistas, considerados perigosos para a religião e instrução dos fiéis²³¹. Recorde-se que com a prisão do bispo, e por indicação de Carvalho e Melo, passara a ocupar o lugar de governador da diocese Francisco de Lemos²³². Posto tudo isto, era crucial que o prelado, agora confirmado por Pio VI (1775-1799), visitasse pessoalmente a diocese. Ao chegar a Pombal foi visitado por Carvalho e Melo, com quem privou por espaço de meia hora: “em a visita que fez em a sua Diocese passando pela villa de Pombal residencia actual do [...] Marquez de Pombal, que informado da chegada do dicto Prelado logo se encaminhou a vizita-lo, e tendo o olhado por algum espaço apropiquando-se se lançou precepidadamente a seus joelhos, pronunciando estas formais palavras Vossa Excellencia he meu Prelado digne se conceder-me a sua bênção”²³³. Os papéis haviam-se invertido. O marquês, responsável pela prisão do bispo, havia caído em desgraça. Pelo contrário, D. Miguel, perdoado por D. José I, caíra nas boas graças de D. Maria I. Posto isto, não terá sido coincidência a visita do prelado ao Sul da diocese, logo após o seu regresso de Lisboa²³⁴.

Na maioria das ocasiões, os prelados delegaram o poder em visitantes²³⁵. A escolha destes indivíduos variou consoante quem se encontrasse no governo da diocese.

imagem da Senhora do Cardal da antiga ermida para a igreja do novo convento, cf. Fr. Agostinho de Santa Maria, *Santuário Mariano* [...], tomo IV, p. 472.

²³⁰ Coimbra, AUC, Devassas Penela, livro 62.

²³¹ Sobre esta questão cf. António Pereira da Silva, “A Jacobeia, movimento de renovação da Igreja em Portugal no século XVIII”, *Actas da 3.ª Semana Portuguesa de Teologia*, [s.l.], 1964, pp. 11-14; Manuel Augusto Rodrigues, “Pombal e D. Miguel da Anunciação [...]”, pp. 207-298.

²³² Manuel Augusto Rodrigues, *Biblioteca e Bens de D. Francisco* [...], p. VI.

²³³ O bispo no regresso da visita, passando novamente por Pombal, voltou a estar com Carvalho e Melo, desta feita por espaço de uma hora, tendo o velho Marquês ficado “com os olhos em lagrimas [...] dando-lhe a sua Benção e a toda a sua Familia congregada de joelhos”, cf. Lisboa, BNP, Pombalina, cod. 678, fls. 518-522v

²³⁴ Acrescente-se que a 18 de Agosto de 1777, na viagem que empreendeu de Lisboa para Coimbra, após ter sido libertado de Pedrouços, o bispo passou pela Mata Mourisca e pelo Louriçal. A uma légua da Guia foi recebido por cavaleiros do Louriçal e muitos meninos “com bandeirinhas com inscripçoens q’dizião – Viva o Senhor Bispo Conde – outros com canas verdes em sinal de triunfo”. Chegado ao santuário de Nossa Senhora da Guia, onde era aguardado pelas Ordenanças, empreendeu oração no interior do templo, tendo depois prosseguido viagem para o Louriçal, onde permaneceu até 21 de Agosto, cf. *Itinerario do Ex.mo Senhor Bispo Conde restituído ao seo Bispado, para o qual partio de Lisboa no dia 11 de agosto de 1777*, publicado em Manuel Augusto Rodrigues, “Pombal e D. Miguel da Anunciação, bispo de Coimbra”, *Revista de História das Ideias*, vol. 4, tomo I, Coimbra, 1982, pp. 253-254.

²³⁵ Sobre o pessoal das visitas cf. António Franquelim Sampaio Neiva Soares, *A Arquidiocese de Braga* [...], pp. 231-242.

Assim, não surpreende que em períodos de sede vacante, a nomeação tenha recaído com alguma frequência sobre cónegos. Por exemplo, nas 20 visitas realizadas entre 1646 e 1670, estes foram designados por seis ocasiões, com particular destaque para Jerónimo Tavares, cónego prebendado da sé, que executou a tarefa em 1650, em 1653 e em 1657. Fora de tais períodos, apenas por duas vezes foram designados capitulares, ambas durante o episcopado de D. Frei Álvaro de São Boaventura.

Por seu turno, nas treze visitas realizadas durante o governo de D. João de Melo (1684-1704), foram sobretudo nomeados párocos com cura de almas, o que originou quezílias com o cabido²³⁶. O único desvio a esta norma foi a nomeação de Manuel João, desembargador da Mesa da Relação em 1692. Entre os designados por este prelado, realce para Manuel de Freitas de Aguiar, prior de Cepelos, que desempenhou a função em 1693, em 1694 e em 1695, e frei Luís Álvares Pinto visitador nos anos de 1689, de 1690 e de 1703, sendo que este, ao tempo da primeira visita, era vigário da igreja de Nossa Senhora da Graça, de Almagreira²³⁷.

D. Miguel da Anunciação recrutou os seus visitantes, sobremaneira, de entre as elites eclesiais da diocese, caso do já mencionado Manuel Rodrigues Teixeira, vigário geral do bispado (1745), de Francisco Rodrigues Barreto, desembargador e promotor da Mesa da Justiça (1755), ou de Francisco da Cunha Sampaio, desembargador do mesmo órgão (1757, 1759). Por seu turno, no episcopado de D. Francisco de Lemos de Faria Pereira Coutinho (1779-1822), a escolha voltou a recair sobremaneira sobre padres que tinham a obrigação de curar almas, entre os quais constou José Caetano Rebelo de Tavares e Mesquita, comissário do Santo Ofício, arcepreste e vigário de Abiul, visitador numa visita que se prolongou entre 1783 e 1785²³⁸.

²³⁶ Sobre isto cf. Josival Nascimento dos Santos, *A relação entre D. João de Melo, bispo de Coimbra (1684-1704) e a Inquisição*, Coimbra, Tese de Mestrado em História Moderna: Poderes, Ideias e Instituições, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2010, exemplar mimeografado, pp. 50-51.

²³⁷ Cf. a provisão e o termo de juramento em Coimbra, AUC, Devassas Penela, livro 36, fls. numerados. Entre Setembro de 1689 e 25 de Outubro do mesmo ano, período em que este vigário visitou algumas igrejas do arcediagado de Penela, não foi necessário designar um encomendado para curar a paróquia. Os sacramentos foram sendo ministrados por diferentes padres, tais como o padre António Velho de Soure, o padre Manuel Leitão, coadjutor do Lourçal e o padre Francisco Jorge, morador na vila da Redinha, cf. Leiria, ADL, Registos Paroquiais, Almagreira, Baptismos, livro 1 (1593-1690) fls. 200v-201.

²³⁸ A igreja de Abiul foi visitada apenas a 10 de Maio de 1785, pelo Doutor António Bernardo Tavares da Fonseca, prior da igreja de São Miguel de Penela, cf. Coimbra, AUC, Devassas Penela, livro 75, fl. 1. Entre Agosto de 1783 e Abril de 1785, dada a ausência do vigário, curou a igreja de Abiul o encomendado Miguel Henriques, cf. Leiria, ADL, Registos Paroquiais, Abiul, Óbitos, livro 2 (1724-1789), fls. 176v-179.

1.6 – As testemunhas

O número de indivíduos a inquirir não se encontrava pré-determinado. As constituições do bispado de Coimbra de 1591, apenas referiam que os visitantes perguntassem “as Testemunhas, que lhes parecer que melhor saberão o estado, vida, & costumes dos freguezes”²³⁹. Através de uma instrução aos visitantes da mesma diocese verifica-se que a escolha era realizada, ao acaso, pelo visitante a partir do rol de confessados, remetido previamente pelo pároco da freguesia a visitar²⁴⁰. Assim sendo, dado que os nomes dos que iriam testemunhar eram conhecidos antecipadamente, ocorriam com frequência pressões sobre os depoentes²⁴¹. Por exemplo, antes da visita de 1678, Manuel João Agostinho e Catarina Domingues, moradores na freguesia de Almagreira, andaram “inquirindo quem vem jurar a visitasam e amiasa aos que vierem”²⁴². Este, e outros motivos, tinham como consequência a relutância de alguns indivíduos em testemunhar. O caso mais evidente foi o do padre Manuel Carvalho, de Pombal, que na devassa de 1661, sendo “perguntado pelos casos da visitacam disse que se o reverendo vigario sabia alguma cousa que o viesse dizer a elle reverendo visitador que <elle> não queria dizer cousa alguma porque não queria cobrar inimigos”²⁴³.

Nas 453 visitas analisadas foram escutadas 10008 testemunhas, das quais 9364 foram homens (93,6%) e apenas 644 mulheres (6,4%)²⁴⁴. Em cada ano testemunharam, em média, 22 pessoas por freguesia²⁴⁵. Através do quadro IV verifica-se uma tendência de crescimento do número de depoentes, ao longo de Seiscentos, disposição que atingiu valores máximos no século XVIII, durante o episcopado de D. António de Vasconcelos

²³⁹ *Constituições Synodales do Bispado de Coimbra*, Coimbra, António de Mariz, 1591, fl. 183v.

²⁴⁰ José Pedro Paiva, “Uma Instrução [...]”, pp. 658-660.

²⁴¹ Em diferentes dioceses do reino a situação era distinta, cf. José Pedro Paiva, “Uma Instrução [...]”, pp. 652-653.

²⁴² Coimbra, AUC, Devassas Penela, livro 26, fl. 110.

²⁴³ Coimbra, AUC, Devassas Penela, livro 12, fl. 128v.

²⁴⁴ Esta realidade foi idêntica nas distintas dioceses do reino. Por exemplo, no Algarve as testemunhas do sexo feminino representaram menos de 15%, cf. Bruno Léal, *La Crosse et le Bâton* [...], pp. 266-270. Por sua vez, na cidade de Coimbra o número de mulheres escutadas em devassa foi, em determinados anos, elevado. No ano de 1607, aquelas representaram 20%, em 1634 58% e em 1642 44%. Mas no arcediagado de Penela, a percentagem foi bastante mais reduzida, cf. Joaquim Ramos de Carvalho, *As Visitas Pastorais e a Sociedade* [...], pp. 117-119. Na diocese de Lisboa, concretamente na freguesia da Lourinhã, no século XVII, as mulheres representaram apenas 12,5%, descendo essa proporção nas freguesias do termo, cf. Maria dos Anjos dos Santos Fernandes Luís, *Vivências religiosas* [...], p. 75. Nos territórios ultramarinos, o cenário não divergiu. Por exemplo, no arquipélago da Madeira, durante a segunda metade de Setecentos as mulheres representaram 10,6%, do total de depoentes, cf. Ana Cristina Machado Trindade, *A Moral e o Pecado* [...], p. 90.

²⁴⁵ Esta média não difere dos cálculos apresentados por José Pedro Paiva, que contabilizou uma média de 23 testemunhas por freguesia, cf. José Pedro Paiva, “A administração diocesana e a presença da Igreja. O caso da diocese de Coimbra nos séculos XVII e XVIII”, *Lusitania Sacra*, 2.ª série, tomo III, Lisboa, 1991, p. 89.

e Sousa, período em que foram escutados cerca de 45 indivíduos por paróquia. O quadro sugere ainda uma propensão para ouvir cada vez menos pessoas, a partir de 1718²⁴⁶. Não obstante, foi na visita de 1755, que maior número de paroquianos testemunhou em visita, a saber 402. De resto, nas três primeiras visitas realizadas durante o governo de D. Miguel da Anunciação, isto é 1745, 1755 e 1757, foram escutados 1009 indivíduos, o que perfaz uma média de 42 testemunhas por freguesia.

Quadro IV
Médias de testemunhas

Bispo	Média ano	Média freguesia
Sede Vacante (1646-1670)	104	13
D. Frei Álvaro de São Boaventura	162	20
D. João de Melo	226	28
D. António de Vasconcelos e Sousa	365	45
Sede Vacante (1718-1741)	255	31
D. Miguel da Anunciação	235	29
D. Francisco de Lemos	203	25

Os estudos existentes demonstram que as testemunhas escolhidas pelos visitantes eram na sua maioria homens, casados e de baixo estrato social. Posto isto, importa averiguar se o universo em estudo correspondia a este padrão.

Tenhamos em consideração os dados relativos à freguesia de Santiago de Litém²⁴⁷. A esmagadora maioria das testemunhas foram homens. De facto, num total de 1238 testemunhos, apenas 117 foram dados por mulheres, ou seja, 9,5%²⁴⁸. Ainda assim, refira-se que em determinados anos a percentagem de testemunhas do sexo feminino foi bastante significativa, nomeadamente em 1652 (55,5%), em 1674 (66,7%) e em 1692 (80%). Ao contrário do que sucedia na arquidiocese de Braga, onde as mulheres só eram chamadas a testemunhar quando referidas por outras testemunhas²⁴⁹, no caso em apreço apenas uma minoria foi chamada após ter sido mencionada por

²⁴⁶ O panorama geral da diocese de Coimbra foi idêntico, cf. Joaquim Ramos de Carvalho, José Pedro Paiva, “A evolução [...]”, p. 34.

²⁴⁷ Para a escolha desta freguesia tivemos em consideração dois aspectos. Primeiro, esta paróquia, juntamente com a de Vila Cã, é aquela para a qual se conserva maior número de devassas. Segundo porque, entre estas duas freguesias, foi em Santiago de Litém que foram ouvidas mais testemunhas.

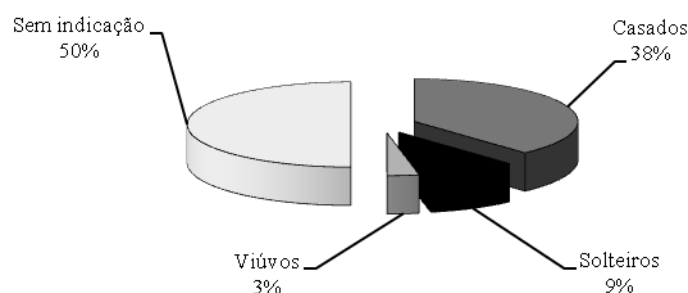
²⁴⁸ Nas restantes paróquias as percentagens de testemunhas do sexo feminino foram as seguintes: Abiul 6,6%; Almagreira 4,1%; Lourçal 7,1%; Mata Mourisca 4,3%; Pombal 7,6%; Redinha 6,7%; e Vila Cã 4,7%.

²⁴⁹ António Franquelim Sampaio Neiva Soares, *A Arquidiocese de Braga [...]*, pp. 391-396. Também na Madeira as mulheres eram sobretudo chamadas a depor depois de terem sido referidas por outra testemunha, cf. Ana Cristina Machado Trindade, *A Moral e o Pecado [...]*, p. 91.

outrem. A explicação para o reduzido número de testemunhas do sexo feminino parece assentar, sobretudo, no papel subalterno da mulher²⁵⁰. Acresce que em determinadas circunstâncias o sexo feminino não podia ser chamado a depor. Recorde-se, por exemplo, que durante o período de gravidez, as mulheres, não podiam ser obrigadas a testemunhar ou jurar, pois podiam “mover a criança”, privilégio que se mantinha até passarem 40 dias sobre o parto²⁵¹.

A análise da situação matrimonial das testemunhas demonstrou um predomínio dos casados. Encontravam-se nesta situação 413 homens e 60 mulheres. Os solteiros e os viúvos ficaram mais parcamente representados: 78 homens e 29 mulheres não haviam contraído matrimónio, enquanto 28 maridos e 11 esposas haviam assistido à morte do cônjuge. Apesar de não existirem dados para metade do universo em estudo, quer parecer que o conhecimento da situação desses indivíduos não iria aumentar consideravelmente a percentagem de solteiros ou de viúvos mas antes agudizar a diferença entre estes dois e os casados.

Gráfico 1
Situação matrimonial das testemunhas da paróquia de Litém



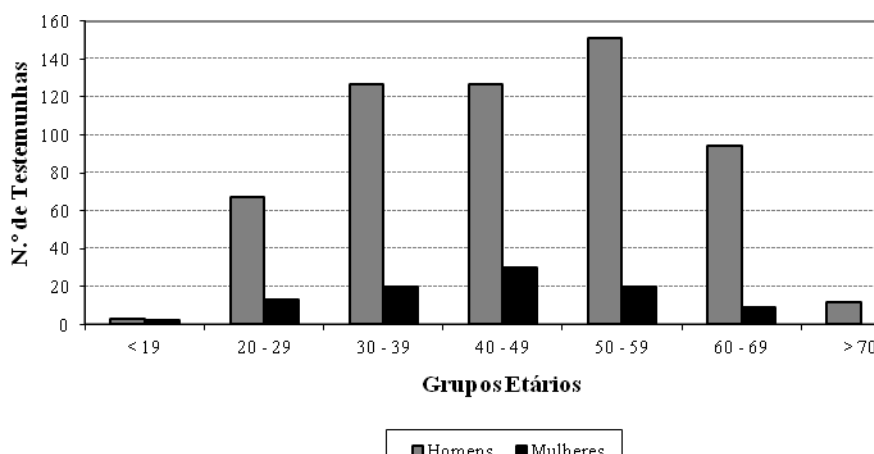
No que respeita à faixa etária das testemunhas a escolha recaiu sobretudo em pessoas de idade madura. A maioria dos homens tinha idades compreendidas entre os 50 e os 59 anos, enquanto a maior parte das mulheres integrava a faixa etária dos 40. A

²⁵⁰ Joaquim Ramos de Carvalho, *As Visitas Pastorais e a Sociedade* [...], pp. 116-118.

²⁵¹ Rui Gonçalves, *Dos Privilegios & Prerrogativas que o Genero Feminino tem & por Direito Comum, & Ordenações do Reyno, mais que ho genero masculino*, edição fac-similada, Lisboa, Biblioteca Nacional de Lisboa, 1992, pp. 100-101.

testemunha mais nova tinha 16 anos, enquanto a de idade mais avançada contava 87 anos²⁵².

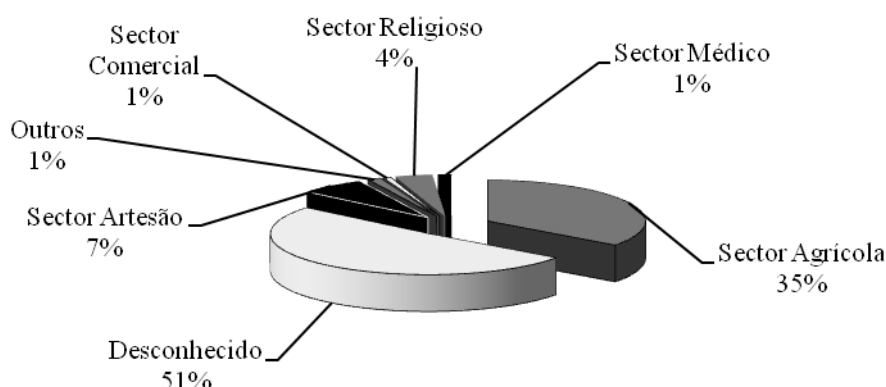
Gráfico 2
Grupos etários das testemunhas da paróquia de Litém



No que respeita ao estatuto socioeconómico destaque para a percentagem de pessoas ligadas ao sector agrícola, área representada por 223 lavradores, 152 trabalhadores, 54 seareiros, três cavadores e dois homens que afirmaram ser trabalhadores de enxada. Seguiu-se o sector artesão onde se contaram 29 moleiros, 24 carpinteiros, 16 alfaiates, nove sapateiros, cinco pedreiros, um cardador e um ferrador. A terceira posição foi ocupada pelo sector religioso, a saber 39 eclesiásticos e sete homens que desempenhavam o cargo de juiz da igreja. De referir que a escolha de eclesiásticos tendeu a desaparecer com a entrada no século XVIII, centúria em que apenas um clérigo foi testemunha, ainda que o tenha sido em dois anos distintos, a saber 1702 e 1713. As testemunhas oriundas dos sectores comercial e da saúde foram pouco significativas. No primeiro contaram-se sete almocreves, um contratador, um mercador e um tendeiro, no segundo 13 barbeiros, dois cirurgiões e um sangrador. Entre os restantes, 12 viviam de sua fazenda, quatro trabalhavam à jorna, enquanto um era criado.

²⁵² Desconhecemos a idade de 539 pessoas. É necessário referir que os dados relativos à idade são pouco precisos. Por norma, após a indicação da idade surge a expressão “mais ou menos”. Quando o mesmo indivíduo testemunhou em devassas distintas é possível verificar incongruências. Por exemplo, em Setembro de 1671, o padre João Marques da Costa, ecónomo na igreja de Abiul, surge na devassa como tendo 40 anos. A 3 de Junho de 1673, o mesmo eclesiástico afirmou ter 46 anos de idade, cf. Coimbra, AUC, Devassas Penela, livro 21, fl. 230 e livro 22, fl. 236. Já o padre João Ribeiro, morador na Redinha, testemunha nas devassas de 1673 e 1674, afirmou ter 35 e 40 anos, respectivamente, cf. Coimbra, AUC, Devassas Penela, livro 22, fl. 216; livro 23, fl. 131v.

Gráfico 3
Estatuto socioeconómico das testemunhas da paróquia de Litém



Durante o interrogatório o visitador inquiria as testemunhas sobre eventuais ligações com o acusado que pudessem condicionar o testemunho, nomeadamente se existiam relações de parentesco ou inimizades entre as partes. Ao longo do período em estudo, 136 pessoas declararam possuir parentesco com os acusados, vínculo que nem sempre foi designado com precisão. A propósito refira-se o caso de Manuel Pires, lavrador, morador no lugar de Outão, que no ano de 1676, ao delatar o concubinato de Pedro Gonçalves e Luísa, afirmou “ser pouco parente da dita complice”²⁵³. Entre os que possuíam laços de parentesco mais estreitos contaram-se cinco irmãos e um meio-irmão. Foi por exemplo, o caso de João Rodrigues que, na devassa de 1686, delatou Isabel, sua irmã, e Maria, sua cunhada, por chamarem aos “homens honrados cornudos e as mulheres honradas putas”²⁵⁴. Por seu turno, 22 indivíduos afirmaram ter algum tipo de querela com o acusado. A título exemplificativo aponte-se o caso de Maria Jorge, moradora no Avelar, que em 1652, ao delatar por diversos delitos Francisca, filha de Catarina Heitor, declarou que “no Natal passado teve duvidas com a denunciada mas não lhe quer mal e tem dito a verdade”²⁵⁵.

Os visitadores demonstraram preocupação em escutar moradores não só do lugar sede de paróquia mas também das restantes aldeias e lugares da freguesia. Na análise efectuada contabilizamos testemunhas provenientes de 56 locais distintos. A maioria era oriunda do Alqueidão (47), dos Andrés (51), da Catelaria (43) e da Maçoeira (51).

²⁵³ Coimbra, AUC, Devassas Penela, livro 24, fl. 257.

²⁵⁴ Coimbra, AUC, Devassas Penela, livro 32, fls. 13v-14.

²⁵⁵ Coimbra, AUC, Devassas Penela, livro 4, fl. 139v.

Destaque ainda para os moradores do Avelar (21), da Barrigueira (27), das Boldrarias (28), da Cançaria (29), da Carreira (31), da Infesta (29), dos Murtais (21), do Pisão (37), da Remessa (36), da Ribeira (22), do Rocio (20), de Santiais (21), do Sourão (32) e da Tojeira (19). Não surpreende que os moradores no lugar de Santiago de Litém não figurem entre os mais escutados já que, segundo as informações paroquiais de 1758, “não tem esta parochia juntos a si mais que quatro vizinhos, e todos os mais vivem separados dispersos por toda a freguezia”²⁵⁶.

Finalizada a análise das testemunhas da freguesia de Santiago de Litém, cabe referir um aspecto não menos importante, que se prende com o comportamento social das testemunhas. Não poucas vezes, verifica-se que estas eram simultaneamente depoentes e acusados. Não obstante, apenas por uma ocasião o visitador recusou o depoimento de um destes indivíduos. Tal sucedeu na visita de 1805, ano em que António da Silva, casado, trabalhador, da Mata Mourisca “foi escuzado pello reverendo visitador por denunciado”²⁵⁷. Seria este visitador mais rigoroso que os demais? Não quer parecer, até porque o mesmo aceitou os testemunhos de outros depoentes em idênticas circunstâncias, pelo que não se compreende semelhante atitude²⁵⁸.

Se algumas das testemunhas eram acusadas nas devassas episcopais, outras haviam sido delatadas e, inclusivamente, processadas pelo Santo Ofício. Em 1660, na visita de Abiul, testemunhou um João de Basto que parece ter sido o mesmo indivíduo que em 1655, fora condenado pelo Tribunal da Fé a açoutes e a cinco anos de galés, por haver cometido o pecado nefando²⁵⁹. Mais tarde, em 1692, testemunhou na devassa de Pombal, António Gomes Balancia que, anos antes, havia sido denunciado àquela instituição por proferir proposições²⁶⁰. Em 1708, testemunhou na devassa de Abiul Manuel Rodrigues Leal, serralheiro, que, além de ter fama de cristão-novo, fora denunciado ao Santo Ofício por proferir proposições e por comer carne em dias defesos²⁶¹. Mais tarde, em 1790, testemunhou António Carlos de Castor, morador no

²⁵⁶ Lisboa, AN/TT, Memórias Paroquiais, vol. 21, n.º 94, pp. 951-960.

²⁵⁷ Coimbra, AUC, Devassas Penela, livro 83, fl. 136.

²⁵⁸ Foi por exemplo, o caso de Jerónimo Dias, trabalhador dos Antões, freguesia do Louriçal, delatado por embriaguez pública Coimbra, AUC, Devassas Penela, livro 83, fls. 143v-144.

²⁵⁹ Coimbra, AUC, Devassas Penela, livro 11, fl. 152. Cf. o capítulo dedicado ao delito de sodomia na terceira parte deste trabalho.

²⁶⁰ Coimbra, AUC, Devassas Penela, livro 41, fl. 261v. Cf. o capítulo consagrado às proposições, na terceira parte deste trabalho.

²⁶¹ Coimbra, AUC, Devassas Penela, livro 53, fls. 280-280v; Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, livro 329, fls. 282-284v.

Louriçal, que havia sido delatado à Inquisição por proposições²⁶². Refira-se por último que entre as testemunhas escolhidas pelos visitantes contaram-se, inclusive, cristãos-novos judaizantes, caso de Agostinha de Castro, natural de Coimbra e que veio a residir no Louriçal no início do século XVII²⁶³.

1.7 – Os delitos

Caracterizadas as testemunhas interessa identificar e analisar a tipologia dos delitos denunciados, bem como a sua evolução. As 10008 testemunhas acusaram um total de 2699 casos, o que perfaz uma média de 6 casos por freguesia e uma proporção de 26,97 casos por uma centena de indivíduos interrogados.

A maioria das situações reportadas aos visitantes respeitou a delitos morais, em que se incluem alcouce, amancebamentos, consentimento de comportamentos ilícitos de filhas ou esposas, problemas conjugais, práticas abortivas, prostituição e procura de mulheres para actos ilícitos. Neste grupo, a maioria das denúncias incidiu sobre casos de amancebamento, os quais representaram 65,2%. A embriaguez e a má-língua constituíram, respectivamente, o segundo e terceiro delitos mais significativos. As restantes denúncias repartem-se por uma grande variedade de delitos, sendo os mais significativos os praticados contra os preceitos da Igreja, em que se incluem a falta à missa, o trabalho aos domingos e dias santos, o desrespeito pelo jejum nos tempos estatuídos ou o incumprimento do preceito pascal.

Quadro V
Número e percentagem de delitos

Delito	Nº Casos	Percentagem
Delitos Morais	1447	53,6
Embriaguez	484	17,9
Má-língua	342	12,7
Outros	426	15,8
Total	2699	100

Ao longo de um período tão longo, como aquele que nos ocupa, ocorreram mutações que importa especificar. Assim, se as visitas Seiscentistas centraram a sua

²⁶² Coimbra, AUC, Devassas Penela, livro 79, fls. 39-39v; Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, livro 415, fl. 160.

²⁶³ Sendo moradora em Coimbra delatara numa visita pastoral o adultério de Marcos com Maria da Conceição, facto que motivou agressões verbais entre Agostinha e a mãe da denunciada, cf. Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, proc. 5636, fl. 18.

acção quase exclusivamente nas questões morais, o cenário modificou-se na centúria seguinte, tendo a embriaguez e o delito da má-língua adquirido grande relevo.

A má-língua, onde se incluíam todas as agressões verbais, tais como calúnias, insultos²⁶⁴ e pragas atingiu no ano de 1705, a percentagem mais elevada de toda a série²⁶⁵. Relativamente a este delito cabe referir que a sua introdução foi anterior ao governo de D. João de Melo²⁶⁶. A primeira delação foi registada na visita de 1652. Francisca, filha de Catarina Heitor, moradora no lugar de Avelar, freguesia de Santiago de Litém, acusada de ser devassa e de trabalhar aos domingos, antes da missa, foi igualmente denunciada por ser “trabalhosa e defamadora dos vesinhos com sua lingua”²⁶⁷. Antes de 1684, chegaram ao conhecimento das autoridades diocesanas mais 11 casos, cinco dos quais envolvendo eclesiásticos. Acrescente-se que nas visitas de 1671 e de 1678, o delito atingiu percentagens consideráveis, a saber 10,3% e 10,5%, respectivamente. Não obstante, a esmagadora maioria das delações ocorreu durante o governo de D. Miguel da Anunciação, período em que foram delatados 212 casos, ou seja, 62% do total de delações.

Quadro VI
Percentagens de delitos

Bispo	Casos	Moral	Embriaguez	Má-Língua	Outros
Sede Vacante (1646-1670)	326	87,7%	0,9%	0,9%	10,5%
Sede Vacante (1671-1672)	29	55,2%	6,9%	10,3%	27,6%
D. Fr. Álvaro de S. Boaventura	204	85,2%	3,0%	3,0%	8,8%
Sede Vacante (1683-1684)	10	100%	---	---	---
D. João de Melo	264	86,4%	0,4%	1,1%	12,1%
Sede Vacante (1704-1706)	5	40%	---	60%	---
D. António de Vasc. e Sousa	155	72,3%	---	9,0%	18,7%
Sede Vacante (1718-1741)	101	57,4%	6,0%	18,8%	17,8%
D. Miguel da Anunciação	1150	29,6%	33,0%	18,4%	19,0%
D. Francisco de Lemos	455	48,6%	18,9%	17,1%	15,4%
Total	2699	53,6%	17,9%	12,7%	15,8%

²⁶⁴ Joaquim Carvalho, José Pedro Paiva, “A evolução [...]”, p. 33.

²⁶⁵ Não obstante, é necessário frisar que, embora tenham sido visitadas as oito igrejas em estudo e interrogadas 267 pessoas, apenas foram delatados 5 casos: dois amancebamentos e três situações de má-língua. Neste sentido, tratou-se de uma visita atípica, o que poderá estar intimamente ligado ao facto de ter ocorrido em período de sede vacante.

²⁶⁶ Joaquim Ramos de Carvalho e José Pedro Paiva referiram, tendo por base uma amostra de cerca de 10% da documentação existente, que o delito havia sido introduzido por D. João de Melo, cf. Joaquim Ramos de Carvalho, José Pedro Paiva “A evolução [...]”, 36.

²⁶⁷ Coimbra, AUC, Devassas Penela, livro 4, fl. 139v. Não obstante, apenas fez termo em 2.º lapso por devassa, cf. o fl. 239 do referido livro.

Por outro lado, durante o episcopado deste antístite, a embriaguez, que até então ocupara um lugar diminuto na actividade repressiva episcopal, assumiu enorme expressão tornando-se, inclusivamente, na falta mais significativa. A propósito deste delito, cabe mencionar que até 1718, as autoridades eclesiásticas apenas evidenciaram interesse quando cometido por eclesiásticos, sendo que só a partir desta data passaram a ser registadas denúncias sobre leigos²⁶⁸.

A partir de 1741, verificou-se igualmente um alargamento da tipologia dos delitos, entre os quais se poderia mencionar o dar casa de serão. A 14 de Outubro desse ano, por intermédio de carta pastoral, D. Miguel havia proibido qualquer ajuntamento de homens e mulheres, nomeadamente serões, fiadas, espadelas e obradores, quer tivessem lugar na via pública, quer ocorressem em casas particulares. Os prevaricadores incorriam em penas pecuniárias e de degredo para África. Na mesma carta o bispo ordenara que os seus visitantes inquirissem “na visita com toda a exacção deste tão grande abuso, que se tem introduzido em algumas freguezias”²⁶⁹. Nas devassas estudadas somente uma mulher foi denunciada por organizar semelhantes serões. Tratou-se de D. Josefa, residente no Louriçal, acusada em 1762, de dar casa “onde se ajuntão homens e molheres a tocar e bailar athe as dezoras da noute”²⁷⁰. Não obstante, este não foi caso único. Em 1741, João Fernandes, do lugar do Carriço, freguesia do Louriçal, consentia semelhantes ajuntamentos na sua residência²⁷¹. No mesmo ano, galhofas, bailes e cantigas tinham lugar em casa de Luís da Cunha, ferrador, e de sua mulher Umbelina Maria, moradores na Redinha²⁷².

²⁶⁸ Este facto já foi mencionado por José Pedro Paiva, “A administração diocesana [...]”, p. 92. Acrescente-se que outros delitos, como o dar casa de jogo ou as inimizades entre vizinhos ou familiares, ganharam alguma expressão. Refira-se por exemplo que na visita de 1755, as delações respeitantes ao primeiro crime representaram 9,3% do total das denúncias desse ano.

²⁶⁹ Coimbra, BGUC, *Colecção das pastoraes dos bispados*, Miscelânea, 3-11-4-205, Pastoral 18. Convém referir que não era a primeira vez que um prelado dedicava atenção à matéria. D. João de Melo, já havia proibido semelhantes serões sob pena de multas pecuniárias e de degredo para África. Tendo ordenado que os seus visitantes indagassem sobre o delito, cf. Alice Correia Godinho Rodrigues, “Subsídios [...]”, pp. 316-317.

²⁷⁰ Coimbra, AUC, Devassas Penela, livro 68, fls. 173-173v.

²⁷¹ Coimbra, AUC, Devassas Penela, extractos de culpados, livro 7, fl. não numerado [após fl. 40v].

²⁷² Coimbra, AUC, Devassas Penela, extractos de culpados, livro 7, fl. não numerado [após fl. 116v].

Capítulo 2 – As visitas pastorais e a acção sobre o clero

2.1 – Directrizes tridentinas

Em meados do século XVI, a situação do clero caracterizava-se por uma profunda decadência e deterioração moral. Com efeito, a juntar à fraca preparação intelectual e ao absenteísmo, motivado pela acumulação de benefícios, muitos clérigos evidenciavam pouco zelo na celebração dos ofícios divinos, na administração dos sacramentos e no ensino da doutrina cristã. Outros tantos assumiam condutas impróprias a um corpo que se pretendia distinto dos leigos. Desta forma, era frequente observar eclesiásticos sem hábito, uns exteriorizando sinais de riqueza, outros, pelo contrário, sinais de pobreza extrema. A taberna era espaço assaz frequentado, onde o jogo, a bebida e a conversa com mulheres eram usuais. Transportar armas defesas, participar em bailes, justas, peças de teatro, torneios e touradas eram comportamentos rotineiros. Por outro lado, a venda de bens espirituais era constantemente praticada. Como se não bastasse, muitos mantinham relações de cariz sexual, gerando inclusivamente descendência. Pese o elevado número de clérigos, poucos tinham o grau de presbítero, pelo que não era raro as paróquias serem dirigidas por indivíduos de ordens menores²⁷³.

O Concílio de Trento demonstrou enorme preocupação com a moralização e a reforma dos clérigos, já que destas dependia a reforma dos fiéis. Era imperativo que o clero, a mais privilegiada das ordens sociais, que desempenhava o importante papel de intermediário entre a população e o sagrado²⁷⁴, adoptasse posturas e condutas apropriadas, de forma “que em seu vestido, gesto, andar, práticas, e em tudo o mais, nada apareça que não mostre gravidade, moderação, e esteja cheio de Religião: evitando

²⁷³ António Franquelim Sampaio Neiva Soares, *A Arquidiocese de Braga [...]*, pp. 106-119; Ana Maria S. A. Rodrigues, “Clero Secular. I. Época Medieval”, *Dicionário de História Religiosa [...]*, vol. A-C, pp. 358-361; José Pedro Paiva, “A diocese de Coimbra durante [...]”, pp. 355-361; Giuseppe Marcocci, *I custodi dell’Ortodossia. Inquisizione e Chiesa nel Portogallo del Cinquecento*, Roma, Edizioni di Storia e Letteratura, 2004, p. 155; Amélia Polónia, *O Cardeal Infante D. Henrique, Arcebispo de Évora: Um prelado no limiar da viragem tridentina*, Porto, edição do autor, 2005, pp. 94-104; João Rocha Nunes, *A Reforma Católica [...]*, pp. 145-148. A propósito da formação insuficiente dos clérigos, refira-se que em 1518, o bispo de Coimbra D. Jorge de Almeida (1482-1543), mandou publicar um manual para os párocos em linguagem, o que por si só revela que poucos dominariam o latim. Pouco depois, nas constituições sinodais da diocese de 1521, o mesmo prelado tendo notícia da ignorância dos clérigos, exigiu que estes soubessem gramática, latim e canto, cf. José Pedro Paiva, “Os Mentores”, *História Religiosa de Portugal [...]*, vol. 2, p. 213; Idem, “A diocese de Coimbra durante [...]”, p. 357.

²⁷⁴ José Pedro Paiva, “Um corpo entre outros corpos sociais: o clero”, *Revista de História das Ideias*, vol. 33, Coimbra, 2012, p. 165.

ainda as culpas leves, que nelles serão graves, para que as suas acções causem veneração a todos”²⁷⁵.

Após o 19.º concílio ecuménico, as condições para aceder às ordens sacras tenderam a tornar-se mais exigentes. Desde logo, a administração do sacramento da ordem passou a ser da exclusiva competência dos prelados diocesanos²⁷⁶. Relativamente aos candidatos, além da idade mínima requerida e da formação religiosa exigida para a obtenção dos diferentes graus, passou a ser necessário comprovar a legitimidade do nascimento, a limpeza de sangue e a morigeração de costumes²⁷⁷. Para alcançar o grau de presbítero era requerido que o pretendente, além de morigerado, tivesse exercido as ordens anteriores com dedicação, demonstrasse capacidade para administrar os sacramentos e para ensinar a doutrina ao povo²⁷⁸. Possuir um benefício ou um património era condição *sine qua non* para o acesso a ordens sacras. Este requisito, reafirmado na sessão XXI, capítulo 2, do concílio tridentino, pretendia evitar um clero empobrecido, com necessidade de mendigar ou de exercer negócios menos dignos²⁷⁹.

Pese o propósito dos padres conciliares e dos teólogos em defender a eleição dos mais aptos e cultos em detrimento dos incapazes e dos ignorantes, tais intenções haviam de esbarrar em pressões sociais e na existência de redes familiares e clientelares, bem como em costumes há muito enraizados²⁸⁰. Certamente alguns indivíduos almejavam aceder às ordens por vocação, movidos por um ímpeto religioso impulsionado por Trento, mas muitos faziam-no com o intuito de obterem as inúmeras prerrogativas e isenções inerentes ao estado clerical. De facto, os privilégios políticos, jurídicos, económicos, militares e honoríficos tornavam a carreira eclesiástica bastante

²⁷⁵ *O Sacrosanto, e Ecumenico* [...], tomo II, p. 117.

²⁷⁶ *O Sacrosanto, e Ecumenico* [...], tomo I, pp. 203, 371-373 e tomo II, pp. 173, 183-185.

²⁷⁷ Os critérios de limpeza de sangue no acesso às ordens passaram a ser obrigatórios no ano de 1588, pelo Breve de Sisto V *Dudum charissimi in Christo*, cf. José Pedro Paiva, “Os Mentores [...]”, p. 211. No entanto, antes dessa data, já se havia procurado limitar o ingresso de descendentes de judeus no clero, cf. João Rocha Nunes, *A Reforma Católica* [...], p. 160. Mais tarde, Clemente VIII e Paulo V, respectivamente em 1600 e 1612, confirmaram as disposições de Sisto V, estendendo a interdição dos judeus acederem a benefícios, até ao sétimo grau, cf. Idem, *Ibidem* [...], p. 173.

²⁷⁸ *O Sacrosanto, e Ecumenico* [...], tomo II, pp. 191-193.

²⁷⁹ *O Sacrosanto, e Ecumenico* [...], tomo II, pp. 59-61; José Pedro Paiva, “Os Mentores [...]”, p. 221; Fernanda Olival, Nuno Gonçalo Monteiro, “Mobilidade social nas carreiras eclesiásticas em Portugal (1500-1820)”, *Análise Social*, vol. XXXVII, n.º 165, Lisboa, 2003, pp. 1220-1222; Ignasi Fernández Terricabras, “Entre ideal y realidad: las élites eclesiásticas y la reforma católica en la España del siglo XVI”, *Optima Pars. Elites Ibero-Americanas do Antigo Regime*, coordenação de Nuno Gonçalo Monteiro, Pedro Cardim e Mafalda Soares da Cunha, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2005, p. 16; João Rocha Nunes, *A Reforma Católica* [...], pp. 161-163; José Pedro Paiva, “Um corpo entre outros [...]”, pp. 169-170.

²⁸⁰ Ignasi Fernández Terricabras, “Entre ideal y realidad [...]”, pp. 17-45.

apetecível²⁸¹. Além do mais, se por um lado o ingresso no clero possibilitava, ao candidato e ao seu agregado familiar, a ascensão social, por outro permitia conservar o património. Por estes motivos as famílias desempenharam um papel preponderante no acesso às carreiras eclesiásticas²⁸².

A implementação das directrizes tridentinas foi, como seria de esperar, um processo lento. Era essencial vigiar e punir os comportamentos desviantes dos ministros eclesiásticos. Para tal, no decurso das visitas pastorais, os visitantes deviam procurar saber se os párocos eram diligentes na administração dos sacramentos e ofícios divinos, se efectuavam correctamente os registos de baptismo, de casamento e de óbito, se ensinavam a doutrina aos paroquianos, se possuíam a robustez física desejada, se fruía do conhecimento necessário para ministrar os sacramentos e se eram infamados de algum pecado público. Além dos curas de almas eram igualmente recolhidas informações sobre os restantes clérigos das igrejas. Entre outros aspectos interessava saber se os beneficiados, das colegiadas, ajudavam o vigário no exercício das suas funções e o acompanhavam na administração dos sacramentos, principalmente o da comunhão e o da extrema-unção, se cumpriam com as suas obrigações como o dizer missa nos dias e tempos estatuídos, se eram infamados de pecados públicos, se usavam hábito e tonsura, se utilizavam armas, se eram frugais no comer e no beber, se frequentavam casas de jogo e tavernas, se exerciam algum ofício secular, se haviam cometido sigilismo ou tinham solicitado mulheres no acto da confissão²⁸³.

Quadro VII
Delitos cometidos por clérigos

Delito	N.º de casos	Percentagem
Pecados da carne	138	52,4 %
Incumprimento do ministério eclesiástico	57	21,7 %
Embriaguez	21	8,0 %
Utilização de criada com menos de 50 anos	8	3,0 %
Má-língua	7	2,7 %
Outros	32	12,2 %
Totais	263	100 %

²⁸¹ António Manuel Hespanha, *As Vésperas do Leviathan. Instituições e Poder Político Portugal – Século XVII*, Coimbra, Livraria Almedina, 1994, pp. 324-343; José Pedro Paiva, “Um corpo entre outros [...]”, pp. 166-168.

²⁸² Fernanda Olival, Nuno Gonçalo Monteiro, “Mobilidade social [...]”, pp. 1225-1238; Ignasi Fernández Terricabras, “Entre ideal y realidad [...]”, pp. 34-36; Ana Cristina Machado Trindade, *Plantar Nova Christandade: Um Desígnio Jacobeu para a Diocese do Funchal. Frei Manuel Coutinho, 1725-1741*, Funchal, Governo da Região Autónoma da Madeira, 2012, pp. 133-134; José Pedro Paiva, “Um corpo entre outros [...]”, pp. 171-173.

²⁸³ *Constituições Synodales do Bispado de Coimbra*, Coimbra, António de Mariz, 1591, fls.175v-178.

Nas devassas estudadas contabilizámos um total de 263 casos envolvendo clérigos. Como é possível verificar pelo quadro VII, a maioria das acusações teve que ver com o incumprimento do celibato. Seguiram-se as faltas tocantes ao incumprimento do ministério eclesiástico. Dentro do conjunto de incumprimentos arrolados, destaque para a negligência em ensinar a doutrina, que foi de longe o delito mais frequente, com 21 delações²⁸⁴. Seguiram-se-lhe os relacionados com a administração dos sacramentos: 11 clérigos por não os ministrarem, um por não os administrar correctamente, um por revelar o segredo da confissão, outro por ter cometido o delito de *sollicitatio ad turpia* e outro por simonia, pois exigia ofertas materiais, superiores ao costume, nos baptismos, recebimentos e ofícios fúnebres. Ainda dentro deste grupo incluímos um caso de um sacerdote que não se confessava com a regularidade exigida pelas constituições diocesanas. As restantes situações foram menos significativas. Assim, oito eclesiásticos foram delatados por não trajarem de acordo com o estatuído, três por não residirem, igual número por indecoro no cumprimento do ofício²⁸⁵, dois por não rezarem o ofício divino, outros tantos por não dizerem missa, um por ter pregado um milagre sem que tivesse sido autenticado pelas autoridades competentes e outro por não saber dizer missa. Este aspecto indica claramente que a formação de parte significativa do clero continuava a ser deficitária. Por exemplo, após a visita de 1741, o padre João Manço, morador na Redinha, teve de deslocar-se a Coimbra, no termo de dez dias, a fim de ser examinado sobre a forma como celebrava missa e sobre o seu domínio do latim²⁸⁶. No mesmo ano, o padre João da Costa, também ele residente na Redinha, teve

²⁸⁴ Para a diocese de Coimbra, José Pedro Paiva, ainda que com base numa amostra, referiu que o delito apenas representou 3%, cf. José Pedro Paiva, “Os Mentores [...]”, p. 225. Por sua vez, Jaime Gouveia mencionou que o número de clérigos negligentes no ensino da doutrina, relativamente ao total de denúncias por incumprimento do ministério eclesiástico, não foi percentualmente muito expressivo. No que respeitou ao arcediagado de Penela a percentagem fixou-se nos 15,4%, cf. Jaime Ricardo Teixeira Gouveia, *A Quarta Porta do Inferno. A Vigilância e Disciplinamento da Luxúria Clerical no Espaço Luso-Americano (1640-1750)*, Tese de Doutoramento em História e Civilização apresentada ao Instituto Universitário Europeu de Florença, 2012, p. 178, exemplar mimeografado. Por seu turno, na diocese de Viseu, muitos párocos não transmitiam a doutrina aos fiéis, cf. João Rocha Nunes, *A Reforma Católica* [...], pp. 258-260.

²⁸⁵ Cabe destacar o caso inusitado que envolveu o padre Manuel Cardoso, beneficiado na igreja de Nossa Senhora das Neves, de Abiul. Na Quaresma de 1669, estando na sacristia da capela da Misericórdia daquela vila, “juntamente com o benefeciado Manoel Gaspar [de Carvalho] pera averem de cantar completa como costumam nos tais dias, [...] o denunciado começou a cantar Meninas de Montemor”, cf. Coimbra, AUC, Devassas Penela, livro 21, fls. 229v-233. Acrescente-se que na mesma ocasião, o dito clérigo atirou um breviário, pela janela da sacristia, para um quintal da Misericórdia. Além destes desacatos, foi ainda acusado de ser dado ao consumo exagerado de vinho, de não cumprir com as normas relativas à indumentária, de agredir diversos paroquianos e de se exhibir diante toda a sorte de gente mostrando os genitais e urinando.

²⁸⁶ Coimbra, AUC, Devassas Penela, extractos de culpados, livro 7, fl. não numerado.

de prestar idêntica prova²⁸⁷. Mais tarde, em 1769, o padre Francisco Pereira, morador na paróquia de Santiago de Litém, foi suspenso de celebrar missa enquanto não fosse examinado sobre a matéria²⁸⁸. O terceiro, quarto e quinto postos da hierarquia dos delitos cometidos por eclesiásticos foram ocupados, respectivamente, pela embriaguez, pela posse de criadas com idade inferior à permitida e pela má-língua. No campo outros foram incluídos distintos crimes, a saber oito situações de violência, compreendendo três casos de ódio público; seis casos de porte de arma proibida²⁸⁹; cinco de realização de tarefas não condizentes com o estado clerical²⁹⁰; quatro situações de clérigos que trabalhavam ou mandavam trabalhar nos dias defesos; três de furto de donzelas e dois casos de proposições²⁹¹. Ainda dentro deste grupo, e com uma ocorrência cada, foram registados casos de vadiagem²⁹², residência na companhia de um filho menor²⁹³, consentimento no comportamento ilícito de uma irmã e oferta de casa de jogo.

2.2 – Os pecados da carne

No Concílio de Trento, sessão XXV, capítulo XIV, *De reformatione* foi abordada a questão do celibato clerical. Os padres conciliares condenaram veemente a

²⁸⁷ Coimbra, AUC, Devassas Penela, extractos de culpados, livro 7, fl. 115v.

²⁸⁸ Coimbra, AUC, Devassas Penela, extractos de culpados, livro 9, fl. 82.

²⁸⁹ São paradigmáticas as denúncias dadas na visita de 1661, contra o padre Manuel Ribeiro, tesoureiro da igreja da Redinha. Segundo Manuel Gomes Barreto, alcaide da vila, o clérigo, além de amancebado com Maria Jordoia, uma noite “puxara por huma pistola para tirar a elle testemunha e se presa de valente e costumado a traser armas”, cf. Coimbra, AUC, Devassas Penela, livro 12, fls. 125-125v. Já o padre João Mendes, morador no lugar da Melga, Pombal, em 1678, usava uma espingarda para matar o gado que entrava na sua propriedade como sucedera com quatro cabritos de Manuel Lopes, do lugar do Paço, era ainda costumado a matar galinhas “quebrando lhe as pernas atirando lhe com paos”, cf. Coimbra, AUC, Devassas Penela, livro 26, fls. 333v-334.

²⁹⁰ Foi o caso do padre Francisco Jorge, capelão da Misericórdia da vila da Redinha, acusado em 1669, de ser rendeiro “tomando rendas de azeite linhos e gados”, cf. Coimbra, AUC, Devassas Penela, livro 19, fls. 135, 136-136v, 137v e 139.

²⁹¹ Em 1671, foi acusado o padre Manuel Nunes, que além de outros delitos, havia jurado “mutas juras de toda a casta”, cf. Coimbra, AUC, Devassas Penela, livro 21, fl. 222v. Mais tarde, em 1685, o padre Manuel Moreira David, cura da igreja Santiago da Guarda que, nos anos de 1684 e de 1685, havia cobrado a renda da abadessa do Lorrão, na vila de Abiul, aborrecido com o facto de a câmara ter taxado o preço do pão que se tinha dado fiado afirmou que “que avia de queimar aos dittos officiaes jurando pella hostia consagrada que assim o avia de fazer”, cf. Coimbra, AUC, Devassas Penela, livro 31, fl. 273.

²⁹² Na devassa de 1669, o padre Luís do Vale, subdiácono, morador no Lourçal, foi delatado por não utilizar as vestimentas determinadas, portar armas proibidas e andar “continuadamente de noute, com galhofas tangendo e cantando com seculares”, cf. Coimbra, AUC, Devassas Penela, livro 19, fls. 58-58v.

²⁹³ Tratou-se do padre Manuel Rodrigues Perdigão, delatado em 1678. Segundo o padre Manuel Carvalho, morador em Pombal, o clérigo vivia com um filho “ao qual tras pela mão quando anda pelas ruas e vai a igreja algumas vezes fazendo gala da culpa”. A mesma testemunha acrescentou que “hum dia que era de Sam Thome vindo o dito padre para a irmda do Santo para diser misa o trouxe consigo e ficando o filho a porta da irmda estando já o dito padre junto do altar tornou a buscar o filho a porta da irmda pelo ouvir chorar e isto estando a ermida cheia de jente [sic]”, cf. Coimbra, AUC, Devassas Penela, livro 26, fls. 328-328v.

prática estabelecendo penas pesadas para os transgressores. No caso dos beneficiados as penalizações iam desde a privação dos frutos dos benefícios até à suspensão ou privação perpétua dos mesmos, podendo inclusivamente vir a ser excomungados pelo prelado diocesano. Por seu turno, os clérigos que não tivessem benefícios eclesiásticos poderiam ser punidos com pena de prisão e suspensão da Ordem, ficando, outrossim, inábeis para a obtenção de qualquer benefício futuro²⁹⁴.

Os clérigos estavam proibidos pelas constituições dos bispados de ter “em sua caza, nem fora della manceba teuda, & manteuda, ou outra mulher, com a qual tenham conversação deshonesta”²⁹⁵. Aquele que andasse amancebado, sendo beneficiado, seria condenado na primeira vez em dois mil réis. Reincidir no crime implicaria a perda da terça parte dos frutos do benefício, sendo castigado na terceira ocorrência com a perda de um ano dos benefícios que tivesse, além de se ver privado da administração do mesmo. Uma quarta reincidência conduziria à privação perpétua dos benefícios, ficando o transgressor inábil para aceder a qualquer outro benefício, dignidade ou administração eclesiástica. Caso o transgressor não tivesse benefício ou pensão, com que pagar a pena, seria pela primeira vez condenado a dois meses de aljube sem remissão, a segunda a quatro meses, sendo na terceira ocasião degredado para fora do bispado por um ano e suspenso das ordens. Tendo possibilidades económicas pagaria mil, dois mil e quatro mil réis. Se tivesse a seu cargo cura de almas seria suspenso e preso²⁹⁶. Pese a severidade das penas, ao longo do período em estudo, foram denunciados 77 clérigos por concubinato.

Em determinadas situações as relações ilícitas pautaram-se por uma grande solidez e longevidade. Muitos dos acusados geravam inclusivamente prole. Por exemplo o vigário da Redinha, frei António Rodrigues Preto e Ana Mansa, viúva, moradora na mesma vila, delatados entre 1655 e 1664, tiveram três ou quatro filhos²⁹⁷. Por seu turno, em 1659, foi delatado o padre Gabriel Jorge, residente em Pombal, por andar

²⁹⁴ *O Sacrosanto, e Ecumenico* [...], tomo II, pp. 461-465.

²⁹⁵ *Constituições Synodaes do Bispado de Coimbra*, Coimbra, António de Mariz, 1591, fl. 84.

²⁹⁶ *Constituições Synodaes do Bispado de Coimbra*, Coimbra, António de Mariz, 1591, fls. 84-84v. Os códigos normativos civis também legislavam sobre a barreguice de clérigos, cf. *Ordenações Filipinas*, reprodução fac-símile da edição de 1870, livro V, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1985, p. 1181.

²⁹⁷ Coimbra, AUC, Devassas Penela, livro 14, fl. 183v. Não obstante, a relação entre ambos era mais antiga. Segundo Catarina Tomásia de Brito, testemunha chamada a depor na devassa de 1655, o vigário “a tivera [Ana Mansa] contra vontade dos ditos seus pais de sua casa sobre o que ouve grandes dissenções avera tres annos, e o denunciado pellas aquietar casou hum seu irmão da denunciada com hũa filha bastarda delle denunciado e casou a denunciada com hum viuvo que viveo dois meses [...] e depois da denunciada ser viuva e ainda agora anda amancebado com ella, e tem hũa criança de hum anno que trata por seu filho e sustenta a denunciada”, cf. Coimbra, AUC, Devassas Penela, livro 7, fl. 114v.

amancebado com Maria Gomes, solteira, da Aldeia dos Anjos, da qual tinha cinco filhos “e a teve no dito lugar muitos annos e agora se desaforou tanto que a trouxe para caza [...] e vivem como marido e mulher”²⁹⁸. Ou seja, a comunidade tinha conhecimento da relação ilícita há largos anos, mas só a vinda da manceba do padre para a vila desencadeou a delação. Em termos de contumácia o caso mais exemplificativo foi protagonizado pelo padre Francisco Jorge, capelão da Misericórdia da vila da Redinha, e por Maria Francisca, solteira, natural do termo de Montemor-o-Velho, e residente no lugar de Netos, freguesia de Almagreira, acusados em sete visitas, entre 1661 e 1692. Viveram como casados, conforme surge na documentação da época, por mais de 30 anos, provavelmente até à morte de um dos dois, já que nas devassas de 1686 e 1692, foram descritos como sendo muito velhos. Segundo uma testemunha da devassa de 1664, o padre “a tem de sua mão e a sustenta e la dorme e trata com ella como se fora sua molher, e elle mesmo corta lenha, tapa serrados e alimpa chiqueiros e pelleija com a vezinhasa por amor da sobredita”²⁹⁹.

Outras relações eram menos estáveis. De facto, alguns clérigos optavam por encontros esporádicos com diversas mulheres. Este parece ter sido o caso do beneficiado frei António Ventura acusado em 1713, por nove pessoas, de andar amancebado com uma mulher dos Redondos, de seu nome Isabel. Segundo Bartolomeu da Silva, pedreiro, morador em Pombal, de 28 anos de idade, este clérigo era “de mão procedimento e inclinado a dezonestar se com molheres e hũa destas noites passadas lhe contou hum Manoel Gomes que mora ao pe da cadea vira que o dito padre fora bater a porta de hũa molher a quem chamão a dansadeyra e que elle lhe atirara hũas pedradas para adivertir do seu intento”³⁰⁰.

Se havia quem procurasse encobrir as relações, outros publicitavam-nas. A este propósito é de referir o padre Manuel Rodrigues Perdigão, residente em Pombal, acusado em 1660, de andar amancebado com Maria, solteira, moradora na Aldeia dos Anjos e que segundo uma testemunha “se gavou [...] tinha copolla com a denunciada”³⁰¹. Mais tarde, em 1671, Manuel Ribeiro, alfaiate, morador na Catelaria, ao delatar o trato ilícito do padre João Ferreira e de Maria Ramos, solteira, referiu ter

²⁹⁸ Coimbra, AUC, Devassas Penela, livro 10, fl. 78v.

²⁹⁹ Coimbra, AUC, Devassas Penela, livro 14, fl. 76. Refira-se que este eclesiástico anteriormente tivera uma relação ilícita com Maria Rodrigues, mulher de João Fernandes, moradora na Redinha. Este adultério foi delatado em 1649, 1650, 1651 e 1653. Contudo, na documentação, é referido que já haviam sido postos em visita antes de 1649.

³⁰⁰ Coimbra, AUC, Devassas Penela, livro 54, fl. 18.

³⁰¹ Coimbra, AUC, Devassas Penela, livro 11, fl. 143.

ouvido alguns vizinhos dizer “que a complice se gabava que o denunciado hia a caza da complice e que corria com ella”³⁰².

O adultério entendido como uma injúria ao sacramento do matrimónio suscitou enormes preocupações nas autoridades eclesiásticas, sobremaneira nos casos em que estivessem envolvidos clérigos. Para estes as constituições do bispado de Coimbra previam penas pecuniárias, degredos, suspensão, deposição do ofício clerical e penitências em mosteiros³⁰³. Nas devassas estudadas, 15 clérigos foram delatados por trato ilícito com mulheres casadas³⁰⁴. Entre estes refira-se o padre João Marques, ecónomo na igreja de Abiul, que, durante uma década, manteve uma relação amorosa com Catarina Rodrigues, mulher de Manuel Dias³⁰⁵. Neste caso parece não ter existido reacção por parte do marido traído, que foi acusado de consentir, muito provavelmente movido por interesses económicos, já que Catarina era criada do padre. Por oposição, noutros casos a situação parece ter sido mais tensa. No ano de 1673, ocorreu um episódio que terá colocado a comunidade de Santiago de Litém num autêntico alvoroço, a saber a fixação, na porta da igreja de Santiago de Litém, de um escrito que dizia “saiba Deos e todo o mundo que o padre João Ferreira faz a Matheus Lopes cornudo”³⁰⁶. Posteriormente foram colocados semelhantes panfletos nas portas da ermida de Nossa Senhora dos Milagres e da casa do padre Ferreira, morador junto à matriz. Ainda que o clérigo tenha recolhido prontamente os pasquins, não evitou que Mateus, casado com Maria Francisca, o procurasse para tirar satisfações. O caso era bastante grave, já que além de casada, Maria era comadre do padre. Este negou, perante o marido traído, ter tido qualquer contacto com a sua mulher. O facto de Mateus não ter intentado qualquer outra acção contra o padre, ou contra a mulher, e afirmar que “sem embargo da dita fama, cada ves avia de ser mais amigo do dito padre”³⁰⁷, valeu-lhe ser acusado de consentidor.

Além do atrás mencionado, foram delatadas mais três situações de incesto envolvendo clérigos. Dos quatro casos de incesto, três respeitaram a parentesco espiritual. O único caso de consanguinidade registado envolveu o padre Manuel da Silva e a Josefa da Silva, solteira, parentes em terceiro grau, acusados em 1721. Foram pronunciados a livramento, na modalidade como seguros. A 17 de Janeiro de 1724, após

³⁰² Coimbra, AUC, Devassas Penela, livro 21, fl. 226v.

³⁰³ *Constituições Synodales do Bispado de Coimbra*, Coimbra, António de Mariz, 1591, fls. 196v-197v.

³⁰⁴ Em dois casos o adultério era agravado pelo crime de incesto.

³⁰⁵ Foram delatados nas visitas de 1664, 1665, 1667, 1668, 1670 e 1673.

³⁰⁶ Coimbra, AUC, Devassas Penela, livro 22, fl. 228v.

³⁰⁷ Coimbra, AUC, Devassas Penela, livro 23, fls. 138-138v.

processo no auditório, Josefa foi condenada a um ano de degredo para fora do bispado e a pagar 2000 reis³⁰⁸. Desconhecemos qual terá sido a sentença do padre Manuel da Silva. Ainda assim, é provável que tenha sido condenado em penas pecuniárias, em suspensão do ofício e em degredo, ficando ainda obrigado a pagar dez cruzados destinados a obras pias e ao Meirinho, conforme o estatuído nas constituições diocesanas³⁰⁹.

2.3 – O ensino da doutrina

A instrução dos fiéis na doutrina cristã foi matéria que desde cedo preocupou as autoridades eclesiásticas³¹⁰. Os objectivos da catequização das massas não diferiam dos de outros mecanismos utilizados pela Igreja com o propósito do disciplinamento social, de que são exemplo as visitas pastorais. O magistério pretendia combater as heterodoxias e enraizar nos jovens e nos rústicos o modelo de conduta do bom cristão. No entanto, o *modus operandi* era naturalmente distinto. Se os tribunais da Inquisição e episcopais constituíram a face punitiva e coercitiva do empreendimento, o ensino doutrinal constituiu a via pedagógica, tendo-se revelado, porventura, o meio mais eficaz³¹¹. Cânticos, cartas pastorais, catecismos, histórias edificantes, iconografia religiosa, livros de devoção, sermões e teatro constituíram alguns dos instrumentos utilizados pelos agentes eclesiásticos para disseminar a mensagem evangélica e fincar padrões comportamentais entre os *rudimenta fidei*³¹².

No século XVI, o cuidado com a doutrinação de clérigos e leigos aumentou³¹³. O Concílio de Trento reafirmou a importância do magistério, tendo procurado regulamentar a prática. Na sessão V, capítulo 1, foi deliberado que o ensino da sagrada escritura tivesse lugar nas cátedras das catedrais e nas principais colegiadas, enquanto nas igrejas de menores rendimentos a instrução ficaria a cargo de um mestre de

³⁰⁸ Coimbra, AUC, Devassas Penela, livro 56, fl. 166v.

³⁰⁹ *Constituições Synodaes do Bispado de Coimbra*, Coimbra, António de Mariz, 1591, fl. 198.

³¹⁰ Cf. Isaías da Rosa Pereira, “A vida do clero e o ensino da doutrina cristã através dos sínodos medievais portugueses”, *Lusitania Sacra*, tomo X, Lisboa, 1978, pp. 64-72; Maria Fernanda Enes, *Reforma Tridentina* [...], pp. 63-67; Francisco da Silva Cristóvão, “Catequese e Catecismos”, *Dicionário de História Religiosa de* [...], vol. A-C, pp. 302-310; João Francisco Marques, “A palavra e o livro”, *História Religiosa de Portugal* [...], vol. 2, pp. 377-417.

³¹¹ Federico Palomo, *Fazer dos Campos* [...], p. 245; Idem, *A Contra-Reforma em Portugal 1540-1700*, Lisboa, Livros Horizonte, 2006, p. 57.

³¹² Federico Palomo, *A Contra-Reforma* [...], pp. 57-68.

³¹³ João Rocha Nunes, *A Reforma Católica* [...], pp. 256-264; Jaime Ricardo Teixeira Gouveia, *A Quarta Porta do Inferno* [...], pp. 178-180.

gramática, aprovado pelo prelado³¹⁴. Na mesma sessão, capítulo 2, foi decretado que os curas de almas “apascentem [...] com palavras saudáveis, os Povos” aos domingos e dias festivos, empregando para tal vocábulos “breves e claros”, por motivos facilmente inteligíveis. Tratava-se de uma instrução básica que visava sobretudo identificar os vícios a evitar e as virtudes a seguir³¹⁵. Na sessão XXII, capítulo 8, a temática foi de novo abordada. Desta feita foi estatuído que os párocos, durante a eucaristia, explicassem frequentemente “alguma daquelas cousas que se lem na Missa; e entre o mais declarem algum mysterio deste santissimo Sacrificio, principalmente nos Domingos, e Festas”³¹⁶. Por fim, na sessão XXIV, capítulo 7, foi assentado que os párocos instruísem os paroquianos antes da administração dos sacramentos³¹⁷.

Por esta altura, ocorreram mudanças relevantes na ligação dos fiéis com o divino. Se na primeira metade de Quinhentos haviam eclodido ideias propensas ao universalismo e ao acesso directo de leigos ao texto sagrado, no período que se seguiu ao Concílio de Trento optou-se por tornar a demarcar claramente a esfera secular da eclesiástica. O catecismo tridentino, obra destinada aos párocos, e traduzida para português em 1590, evidenciou claramente esta transformação³¹⁸.

Nas várias constituições sinodais a doutrinação das massas foi assunto abordado. No que respeita ao bispado de Coimbra, as de 1548 estabeleceram que na estação da missa dominical fossem ensinadas as orações do padre-nosso, da ave-maria, do credo e da salve rainha em linguagem, devendo ser pronunciadas pelo pároco em voz alta e inteligível. Além destas, em cada domingo do ano, seria explicado um ponto das cartilhas, tais como os artigos da fé e os mandamentos³¹⁹. Fora da estação da missa o ensino catequético deveria ocorrer diariamente, explicando os párocos a doutrina cristã “polla cartilha impressa” aos meninos, excepto aos que guardassem gado, os quais seriam instruídos aos domingos e dias festivos³²⁰. Os párocos poderiam delegar a tarefa

³¹⁴ *O Sacrosanto, e Ecumenico* [...], tomo I, pp. 77-81.

³¹⁵ *O Sacrosanto, e Ecumenico* [...], tomo I, pp. 85-87.

³¹⁶ *O Sacrosanto, e Ecumenico* [...], tomo II, pp. 101-103.

³¹⁷ *O Sacrosanto, e Ecumenico* [...], tomo II, pp. 283-285.

³¹⁸ Federico Palomo, “Exigências na formação do clero eborense em fins do século XVI. O ‘Regimen ab examinadoribus’ de Teotónio de Bragança”, *Actas do Congresso de História no IV Centenário do Seminário de Évora*, vol. II, Évora, Instituto Superior de Teologia, 1994, pp. 89-90; Francisco da Silva Cristóvão, “Catequese [...]”, p. 304.

³¹⁹ Sobre as partes distintas de que se compunha a estação da missa cf. João Francisco Marques, “A palavra e o livro [...]”, p. 394.

³²⁰ *Constituições Synodales do Bispado de Coimbra*, Coimbra, [s.n.], 1548, fls. 32v-33v. A propósito refira-se que D. João Soares (1545-1572) fez publicar para uso na diocese de Coimbra, sob pena de 30 cruzados, uma *Cartilha pera ensinar a ler: Cõ os dez mandamentos de Deos e a confissam geral: E outras cousas muyto provueitasas e necessarias de novo acrecêntadas*, obra que conheceu diversas edições, cf. João

no tesoureiro, tendo este ordens sacras, ou em pessoa apta para a catequização, atribuindo-lhe para tal salário conveniente. De igual forma, foi estabelecido que os mestres de ensinar a ler instruísem os seus discípulos pelas cartilhas e não por livros “desonestos”, nem feitos crimes, sob pena de 500 reais para os pobres da misericórdia local³²¹.

As constituições de D. Afonso de Castelo Branco, aprovadas no sínodo de 15 de Novembro de 1589 e impressas em 1591, estabeleceram com maior rigor o ensino doutrinal. Este teria lugar aos domingos, sobremaneira nas festas principais, durante a estação, que seria realizada do púlpito ou do cruzeiro, de forma a facilitar a audição e a visão dos paroquianos. Além de estatuir sobre o lugar e o tempo em que a doutrinação teria lugar, o texto estabeleceu um programa doutrinar dividido em três fases distintas. Assim, de 24 de Junho a 25 de Dezembro, deveria ter lugar o ensino, em língua portuguesa, das orações do credo, do padre-nosso e da ave-maria. Ainda neste período, os paroquianos seriam instruídos nos mandamentos da lei de Deus e da Igreja. Do Natal até à Páscoa seriam estudados os pecados mortais, os cinco sentidos e as obras de misericórdia. Por fim, da Páscoa ao São João o ensino recaía nos sacramentos da Igreja, nas virtudes teologais e nas virtudes cardeais³²². Ao longo do ano, o cura deveria ainda, entre outros assuntos, demonstrar como executar correctamente a bênção, dar conta dos dias de preceito da Igreja e divulgar as constituições do bispado relacionadas com leigos³²³.

As cartas pastorais foram outro dos veículos utilizados para legislar sobre a matéria. No que respeita à diocese de Coimbra, D. João de Melo, a 2 de Dezembro de 1684, isto é, cerca de um mês depois da sua entrada pública na cidade, publicou uma carta inteiramente dedicada à questão, o que revela claramente a importância que o tema suscitava no prelado. Ao constatar a ignorância dos povos enquanto bispo de Elvas (1671-1673) e de Viseu (1673-1684) ordenou que os párocos do novo bispado, sob pena de excomunhão maior, *ipso facto, incurrenda*, examinassem os seus fregueses antes da desobriga pascal. Além disso, conferiu poderes aos curas de almas para aplicarem coimas aos paroquianos, obrigando-os por este meio à frequência da doutrinação. A carta incluiu ainda uma extensa instrução das “couzas, que ham de crer os freguezes”,

Francisco Marques, “A palavra e o livro [...]”, p. 383; Francisco da Silva Cristóvão, “Catequese [...]”, pp. 306-307.

³²¹ *Constituições Synodales do Bispado de Coimbra*, Coimbra, [s.n.], 1548, fl. 35.

³²² *Constituições Synodales do Bispado de Coimbra*, Coimbra, António de Mariz, 1591, fls. 55-59v.

³²³ *Constituições Synodales do Bispado de Coimbra*, Coimbra, António de Mariz, 1591, fls. 55v, 56v e 220.

onde, além dos sacramentos e mandamentos da Igreja e dos mandamentos da lei de Deus, foram explicitados, de forma simples e clara, alguns conceitos doutrinários tais como a trindade, a remissão dos pecados, a ressurreição, a vida eterna, a contrição, a atrição e a hóstia consagrada. Por último, o prelado incitou os fiéis a aplicarem-se “fervorosamente” à explicação da doutrina, concedendo, por cada vez, 40 dias de indulgência a “todas as pessoas, que ensinarem a Doutrina, e a aprenderem”³²⁴.

O bispo D. Miguel da Anunciação abordou o ensino da doutrina em diversas cartas pastorais, nomeadamente nas publicadas a 14 de Outubro de 1741, a 1 de Setembro de 1743, a 6 de Abril de 1747 e a 20 de Fevereiro de 1756³²⁵. Na primeira, ordenou que os párocos instruissem cuidadosamente os fiéis durante a estação da missa, aos domingos e dias santos, lendo-lhes algumas obras, entre as quais figurava o *Catecismo Romano*, tendo particular cuidado para que “sejam entendidos dos pequeninos”. Advertiu ainda os vigários e curas para que, em semelhantes dias, ensinassem com maior desvelo “aos Meninos, como aos de maior idade, que tiverem necessidade, a doutrina Christã”, com recurso a casos e exemplos, devendo louvar os mais atentos e admoestar, ainda que de forma branda, os menos aplicados. Na mesma carta, o prelado compeliu os párocos a proceder contra os pais ou pessoas, que tendo crianças em casa, as não enviassem à catequese³²⁶. Por sua vez, na pastoral de 1756, reafirmou a obrigação de pais e senhores enviarem filhos, criados e escravos à doutrinação, ao mesmo tempo que apelou para que os párocos adaptassem o discurso ao auditório, “fazendo-se pequeninos com os pequeninos, para serem entendidos dos pequenos”³²⁷.

³²⁴ O documento encontra-se publicado em Alice Correia Godinho Rodrigues, “Subsídios [...]”, pp. 305-310. Mais tarde, a 12 de Outubro de 1690, nova carta pastoral, em que foram abordados diversos problemas da diocese, confirmou a pena de excomunhão maior para os párocos que “desobrigarem aos seus Freguezes, que não souberem a Doutrina”, cf. Alice Correia Godinho Rodrigues, “Subsídios [...]”, p. 316. A título de curiosidade refira-se que esta última carta foi publicada na igreja da Redinha a 17 de Dezembro de 1690, à estação da missa pelo vigário frei Manuel Simões de Carvalho, cf. Leiria, ADL, Registos Paroquiais, Redinha, Óbitos, livro 1 (1614-1762), fl. não numerado. Posteriormente, D. João de Melo voltou a ordenar aos párocos “que em todos os Domingos do advento e Quaresma e ao menos hum dia de cada mes emcinem Doutrina penna de 200 reis por cada ves que faltarem que aplicamos para a confraria do senhor se na igreja a ouver ou para a de nossa Senhora a qual pena farão executar pontualmente nossos vezitadores e quando os parochos por justo impedimento não puderem per si emcinar a Doutrina o farão por peca ecclesiastica”, cf. Leiria, ADL, Registos Paroquiais, Redinha, Óbitos, livro 1 (1614-1762), fl. não numerado.

³²⁵ Manuel Augusto Rodrigues, “As Preocupações Apostólicas de D. Miguel da Anunciação à luz das suas Cartas Pastorais”, *A mulher na Sociedade Portuguesa. Visão Histórica e perspectivas actuais. Actas do Colóquio*, vol. II, Coimbra, Instituto de História Económica e Social, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1986, pp. 138, 144, 148 e 150; Idem, “As Cartas Pastorais [...]”, p. 149.

³²⁶ Coimbra, Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra (BGUC), *Colecção das pastoraes dos bispados*, Miscelânea, 3-11-4-205, Pastoral 18.

³²⁷ Manuel Augusto Rodrigues, “As Preocupações Apostólicas [...]”, p. 150.

D. Francisco Lemos de Faria Pereira Coutinho revelou idênticas preocupações, como se comprova nas pastorais de 26 de Abril de 1782 e de 17 de Julho de 1792. Na primeira, o antístite recomendou aos párocos o empenho na instrução dos fiéis, impondo pena de suspensão *ipso facto* aos que deixassem de cumprir “este tão sagrado dever” em três dias festivos seguidos ou em oito dias interpolados, “sem que seja necessaria a sentença declaratoria”³²⁸. Ao verificar que a ignorância da doutrina estava intimamente ligada à ausência de catecismos destinados às diferentes idades, determinou colocar à disposição dos diocesanos dois catecismos distintos: um para adultos e outro para crianças. Por outro lado, mostrou preocupação para que em todos os fogos, habitados, pelo menos, por um indivíduo alfabetizado, existisse um catecismo para instrução familiar. Por fim, advertiu minoristas, subdiáconos e diáconos para a importância do empenho na catequização³²⁹. Mais tarde, na pastoral de 1792, estabeleceu que a catequese fosse ministrada por intermédio do catecismo do Concílio de Trento, para o que mandou reeditar a obra. De igual forma, ordenou que todos os sacerdotes do bispado possuissem o referido catecismo e, outrossim, a *Doutrina Cristã* de frei Luís de Granada, para proveito próprio e dos paroquianos³³⁰.

A propósito das obras que deveriam existir no arquivo de cada igreja, assumiam importância acrescida as constituições diocesanas, até porque alguns dos seus pontos deviam ser transmitidos, à estação da missa, aos fiéis. Não obstante, por vezes o estado de conservação dos espécimes impedia a divulgação do seu conteúdo, sendo paradigmático o caso registado na paróquia da Mata Mourisca nos alvares de Setecentos, época em que o único exemplar da obra estava “todo desfeito e muito diminuto, e deencadernado, falto de muytas folhas, atado com hua fitta de cadarço velha, e como não tem prestimo assim está athe gora”³³¹.

Entre a documentação estudada existem diversas referências à instrução das massas, quer no que respeita à prédica, quer no que se refere à catequese. A pregação exercida pelos curas de alma na estação dominical visava, essencialmente, transmitir aos fiéis o necessário para a salvação da alma, nomeadamente as verdades da fé e a explicação dos mandamentos, insistindo na gravidade do pecado, sobretudo no da

³²⁸ Cf. Coimbra, AUC, Devassas Penela, Capítulos de Visita (fragmentos diversos) mç. 1 [Cópia dos capítulos geraes da parochial igreja desta villa do Lourçal, em 10 de Junho de 1823].

³²⁹ Manuel Augusto Rodrigues, “As Cartas Pastorais [...]”, pp. 148-150.

³³⁰ Manuel Augusto Rodrigues, “As Cartas Pastorais [...]”, pp. 150-151.

³³¹ Coimbra, AUC, Informações Paroquiais de 1721, doc. 155.

luxúria e no do roubo³³². O discurso do pároco pretendia-se claro e breve de forma a ser assimilado por um auditório essencialmente analfabeto. De forma a aumentar o impacto do sermão nas consciências do auditório o pregador recorria não só à palavra mas ainda a gestos e à exibição de diversos objectos, tais como caveiras ou cruxifixos. Outra prática consistia na exibição da imagem de Cristo impressa no sudário, no momento de finalizar o sermão, como sucedeu por exemplo, na igreja matriz de Pombal durante o sermão da soledade, pregado na Sexta-Feira Santa do ano de 1762³³³. Nas devassas estudadas apenas foi denunciado um caso de excesso praticado no púlpito. A 6 de Novembro de 1661, António da Fonseca de Mancelos, na altura com 25 anos de idade, denunciou o vigário de Pombal, frei Luís de Carvalho, por ter pregado “nesta igreja hum milagre sem estar autenticado”³³⁴. O carácter singular desta denúncia pode ser interpretado como mais um sinal da insipiência doutrinal dos fiéis, já que o suposto erro proferido pelo pároco parece ter passado despercebido às restantes 15 testemunhas da devassa.

Além da pregação ordinária, realizada aos domingos e dias de preceito e nas quadras do Advento, Quaresma, Pentecostes e Rogações, muitos outros sermões eram pregados no decurso do ano, nomeadamente panegíricos, orações fúnebres, sermões deprecatórios, eucarísticos e gratulatórios³³⁵. A pregação deveria ser entregue aos clérigos de maior ciência, estando o seu exercício dependente de licença do bispo da diocese. Pese o rigor e o controlo exercido sobre a actividade, não deixaram de ser cometidos alguns excessos. Refira-se por exemplo, o caso do padre Manuel Ferreira da Costa, natural de Matosinhos, estudante de Cânones na Universidade de Coimbra e assistente na Guia, freguesia da Mata Mourisca, que pregou vários sermões no ano de 1706, nas igrejas paroquiais de Almagreira e da Mata Mourisca e, ainda, nas ermidas de São João, no lugar da Ilha, e na ermida de Nossa Senhora da Guia, ambas na freguesia da Mata Mourisca. Durante a prédica terá proferido distintos erros teológicos, pelo que acabou por ser delatado ao Santo Ofício pelo padre João Fernandes de Almeida, cura da Mata Mourisca. Na denúncia o pároco referiu que o dito pregador “ou não sabe construir latim ou não reza o officio Divino como he obrigado, ou pertende introduzir erros nos fracos entendimentos dos rusticos aldeados contra a nossa Religião Catholica

³³² João Francisco Marques, “A palavra e o livro [...]”, p. 409.

³³³ Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, proc. 5752, fl. não numerado. Sobre a teatralização no púlpito cf. João Francisco Marques, “A palavra e o livro [...]”, pp. 412-414.

³³⁴ Coimbra, AUC, Devassas Penela, livro 12, fls. 129v-130.

³³⁵ João Francisco Marques, “A palavra e o livro [...]”, p. 401.

[...] e como não compoem sermões se pode reear diga muitos absurdos sem reparar só para ganhar dinheiro”³³⁶.

Pese a tónica atribuída à questão do ensino da doutrina, mesmo se cumprido, a ignorância das massas foi uma constante ao longo da Época Moderna. A este propósito parece-nos particularmente interessante um comentário, redigido em 1721, pelo cura João Fernandes de Almeida. Segundo este, ao tomar posse da igreja da Mata Mourisca encontrou “muyta falta de doutrina christã, pois <apenas> havia algum que soubesse os quatorze artigos de nossa Santa Fé Catholica, nem entende-llos distintamente, e isso só algum homem que sabia ler”³³⁷. Perante aquela realidade, o pároco refere ter prontamente colocado “todo cuydado e disvelo em lhes ensinar a doutrina Christã, e lhes fiz aprender todas as orações da Cartilha do Mestre Ignacio e hoje sabem athe as Benaventuranças”³³⁸. Naturalmente que não podemos descurar a circunstância de ter sido o próprio a narrar os factos. Com esta relação o pároco pretendia sobretudo demonstrar aos seus superiores que cumpria com as obrigações do seu ofício, nomeadamente no que respeitava ao ensino doutrinal. Mas o documento evidencia dois pormenores importantes. Por um lado, a persistência no século XVIII da ignorância doutrinal da maioria dos fiéis, situação que estava longe de ser apanágio local³³⁹. Por outro, o recurso a um dos principais instrumentos de doutrinação, o catecismo. A cartilha em apreço corresponde à famosa *Doutrina* do canonista e teólogo inaciano Marcos Jorge, publicada, pela primeira vez, na década de 60 do século XVI³⁴⁰. O

³³⁶ Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, livro 328, fls. 345-347v.

³³⁷ Tomou posse da igreja da Mata Mourisca a 5 de Junho de 1701, cf. Coimbra, AUC, Informações Paroquiais de 1721, doc. 155. A propósito da ignorância doutrinal da maioria dos fiéis refira-se ainda um assento de baptismo redigido em 1721, pelo mesmo pároco, que baptizou uma criança *sub conditione* “por ser baptizada em caza pela comadre Izabel Francisca [...] a qual examinei e achei duvida moral no tal baptismo por dizer que a sua tenção era dar lhe alma”, cf. Leiria, ADL, Registos Paroquiais, Mata Mourisca, Baptismos, livro 2 (1698-1771), fl. 126. A forma de administrar o sacramento do baptismo constava entre os ensinamentos a transmitir aos fiéis, uma vez que estes poderiam ter de o administrar em caso de necessidade, cf. *Constituições Synodales do Bispado de Coimbra*, Coimbra, António de Mariz, 1591, fls 3-3v; António Franquelim Sampaio Neiva Soares, *A Arquidiocese de Braga* [...], pp. 541 e 584. Relativamente ao sacramento do baptismo, refira-se que, entre os requisitos exigidos aos padrinhos, constava o suficiente conhecimento da doutrina cristã, cf. António Camões Gouveia, “A Sacramentalização dos Ritos de Passagem”, *História Religiosa de Portugal* [...], vol. 2, p. 537.

³³⁸ Coimbra, AUC, Informações Paroquiais de 1721, doc. 155.

³³⁹ Veja-se por exemplo a realidade existente nos arquipélagos dos Açores e da Madeira, cf. Maria Fernanda Enes, *Reforma Tridentina* [...], pp. 82-91; Ana Cristina Machado Trindade, *Plantar Nova Christandade* [...], pp. 77-82.

³⁴⁰ Sobre esta obra cf. Francisco da Silva Cristóvão, “Catequese [...]”, p. 308; Federico Palomo, *Fazer dos Campos* [...], pp. 252-257. Sobre a impressão de cartilhas no século XVI, cf. Fernando Castelo-Branco, “Cartilhas Quinhentistas para ensinar a ler”, *Boletim Bibliográfico e Informativo*, n.º 14, Lisboa, 1971, pp. 109-152; Idem, “Portugal Quinhentista visto através das cartilhas para ensinar a ler”, *Anais da Academia Portuguesa da História*, vol. 21, Lisboa, 1972, pp. 289-315; A. H. de Oliveira Marques, “As Bases da Cultura”, *Nova História de Portugal*, direcção de Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques, vol.

recurso a esta obra, cujo conteúdo doutrinal era apresentado sob a forma de canções e, sobremaneira, de diálogos, não surpreende uma vez que se tratou do catecismo mais difundido em Portugal na Época Moderna, tendo conhecido diversas edições, inclusivamente no século XIX³⁴¹.

Como já referimos, os párocos estavam obrigados pelas constituições e pastorais a examinar os fregueses antes da desobriga pascal³⁴². O vigário de Abiul, frei António de Albuquerque, parece ter sido particularmente zeloso no cumprimento deste desígnio uma vez que, segundo um testemunho registado na devassa de 1708, “não dezobriga do preceito da igreja a nenhum fregues sem que a sayba”³⁴³. Por seu turno, no início da segunda metade de Setecentos, frei João Gonçalves, vigário da igreja de Nossa Senhora da Graça de Almagreira, retardava os sacramentos aos fieis que desconheciam a doutrina “por achar tais que nem o Padre Nosso sabião”³⁴⁴. A propósito dos exames de doutrina a que os paroquianos eram submetidos refira-se um episódio ocorrido em 1737, no dia do Corpo de Deus, na igreja da Mata Mourisca. Na ocasião, o cura Agostinho Machado de Abreu questionou diversos indivíduos. Manuel da Costa, serrador de madeira, natural do Louriçal e morador em Lagoa de Grou, de 50 anos de idade, foi um

5, *Portugal do Renascimento à Crise Dinástica*, coordenação de João José Alves Dias, Lisboa, 1998, pp. 447-448.

³⁴¹ A obra chegou a ser aconselhada por alguns prelados aos párocos das suas dioceses, inclusivamente por D. Miguel da Anunciação, cf. Federico Palomo, “Exigências na Formação [...]”, pp. 86-92; João Francisco Marques, “A Palavra e o Livro [...]”, p. 384; João Rocha Nunes, *A Reforma Católica* [...], p. 155.

³⁴² Os bispos não deixaram de demonstrar preocupação face ao exame de mulheres, por motivos facilmente perceptíveis. Assim, estipulou-se sobre o espaço e o período em que o sexo feminino poderia ser interrogado sobre a doutrina cristã. Em carta pastoral, D. Miguel da Anunciação estabeleceu que o exame tivesse lugar na igreja matriz, “estando abertas, e patentes as suas portas”, ou no adro da mesma, não podendo ser realizado de madrugada ou depois do anoitecer, cf. Coimbra, BGUC, *Colecção das pastores dos bispados*, Miscelânea, 3-11-4-205, Pastoral 18.

³⁴³ Coimbra, AUC, Devassas Penela, livro 53, fl. 275v. De referir que no ano de 1710, este clérigo foi denunciado ao Santo Ofício porque estando “examinando hũa pessoa sua fregueza da doutrina dissera que Deus Nosso Senhor tinha duas divindades”, cf. Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, livro 330, fl. 417v. Sobre o delito de proposições cf. o capítulo deste trabalho dedicado à questão.

³⁴⁴ Coimbra AUC, Mitra Episcopal de Coimbra, Autos e Sentenças, mc. 2, doc. não numerado [1756. Sentença crime de livramento do pároco de igreja de Nossa Senhora da Graça de Almagreira]. Segundo o padre António Lopes, presbítero do hábito São Pedro, morador em Simões, freguesia de Soure, clérigo que auxiliara o vigário na Quaresma de 1755: “somente hum dia andando elle testemunha de sua lisensa dando a comunhão aos confessados disera a dous sugeitos a quem o reverendo testemunha tinha confesado e não examinado por se confiarem que o reo não so pella sua obrigação mas pella recomendação da nova Pastoral de Sua Excelencia Reverendisima que não devião comungar por não saberem a doutrina e de facto nada della sabião tanto assim que tornando segunda ves e cometendo lhe o reo as suas vezes para os examinar ahinda os não achou munto sufesientes e lhe custarão a industriar”. Pese, o zelo e o comportamento exemplar do vigário, evidenciados por nove testemunhas de contraditas, frei João Gonçalves acabou por ser condenado a 30 de Janeiro de 1756, em 16000 reis e a três anos de degredo para o bispado da Guarda, em virtude de não explicar o evangelho, nem ensinar a doutrina aos domingos e dias santos; andar em ódio com o padre João ferreira; não administrar os sacramentos da eucaristia: levar maiores ofertas e salários, tanto em festas como nos baptizados e ofícios fúnebres; e por fazer condenações injustas.

dos inquiridos, tendo sido obrigado a rezar, em pé, a oração da ave-maria. A situação não deixou de constranger o paroquiano que, apesar de ter obedecido ao pároco, “lho estranhou muito porque nunca lhe proguntou a doutrina por semelhante modo, e logo advertio que seria vingança”³⁴⁵. O documento é particularmente importante pois demonstra a reacção dos paroquianos quando submetidos a semelhantes exames. O interrogatório perante uma autoridade local, no caso o pároco, que tinha poder para negar a desobriga pascal e inclusivamente multar os fiéis, aliado ao facto do exame ser processado perante toda a comunidade, à estação da missa, eram motivos suficientes para causarem o embaraço manifestado. Além do mais, no caso em apreço, e daí a ideia de vingança, o dito Manuel havia jurado contra o padre numa diligência do Santo Ofício, pelo que interpretou o exame como represália.

Particularmente importante na evangelização dos *rudimenta fidei* foi o papel desempenhado por padres missionários, no âmbito das missões do interior, realizadas sobremaneira no decurso do Advento e na Quaresma³⁴⁶. Para o território em estudo localizámos distintos relatos destas missões. A relação mais pormenorizada data de 1594, ano em que os jesuítas António Mascarenhas e Simão de Brás Fernandes empreenderam uma missão por distintas localidades, entre as quais, Pombal. Os religiosos permaneceram na vila por nove dias padecendo no “principio suas necessidades asy no mais, como no aposento que foy no Hospital em hũa casa tam pequena que nella senão pod[e]rão bem revolver”³⁴⁷, o que sugere algum atrito com as autoridades locais que, descontentes com a presença dos missionários, não lhes teriam propiciado as condições desejáveis. Entre as actividades desenvolvidas pelos dois inacianos constou, como de costume neste género de missão, a parenética, tendo o padre António Mascarenhas pregado por seis ocasiões “com notavel aceitação, hũa dellas da Paixão em a qual mostrando se hum crucifixo ouve extraordinário pranto, e aballo no auditorio”³⁴⁸. Além da pregação os inacianos ocuparam-se na administração do sacramento da penitência e na realização de peditórios.

No mesmo ano, os jesuítas Baptista Fragoso e Simão Brás Fernandes estiveram na vila de Abiul. O autor da carta ânua da Companhia de Jesus, depois de frisar o

³⁴⁵ Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, livro 373, fls. 325-325v.

³⁴⁶ Sobre missões do interior cf. principalmente, o trabalho de Federico Palomo, *Fazer dos Campos* [...]. A propósito de missões realizadas por Jesuítas no império cf. Giuseppe Marcocci, *Pentirsi ai Tropici. Casi di Coscienza e Sacramenti nelle Missioni Portoghesi del'500*, Bolonha, Edizioni Dehoniane Bologna, 2013.

³⁴⁷ Roma, Archivum Romanum Societatis Iesu (ARSI), Lusitania, 106, Historia, 1540-1614, fl. 187.

³⁴⁸ Roma, ARSI, Lusitania, 106, Historia, 1540-1614, fl. 187.

empenho dos religiosos, que conduzira à resolução de diversos conflitos locais³⁴⁹, afirmou que “deste facto se pode collegir o que das doutrinas se recolhia. Fezeram-se todos estes 4 dias com devoção, avia nellas sempre boa musica, sendo os graves da terra os que em responder e dizer suas orações se querião avantajar”³⁵⁰.

Para o século XVI, existe ainda notícia da presença de missionários dominicanos na Redinha³⁵¹. Na centúria seguinte, os franciscanos frei António da Ressurreição e frei Bernardino das Chagas, que viria a ser o confessor de Maria do Lado, pregaram na igreja matriz do Louriçal e na da Misericórdia³⁵². O franciscano frei Gaspar de São Bernardino pregou na mesma vila na Quaresma de 1689³⁵³. Anos antes, uns franciscanos haviam pregado uma Quaresma em Pombal³⁵⁴. Na mesma vila esteve em missão, em Novembro de 1702, frei Domingos do Rosário, missionário do Varatojo³⁵⁵. Mais tarde, em 1745, as paróquias do Louriçal e de Vila Cã foram visitadas por missionários, contudo a fonte não infere a ordem religiosa a que pertenciam³⁵⁶. Por

³⁴⁹ Roma, ARSI, Lusitania, 106, Historia, 1540-1614, fl. 188. De mencionar que este género de documentos eram redigidos com o intuito de acentuar o êxito das actividades desenvolvidas pelos padres missionários. Assim, os episódios relatados, de que a resolução de conflitos locais é exemplo, pretendiam sobremaneira evidenciar a reacção positiva dos fiéis à acção dos agentes eclesiásticos, cf. Federico Palomo, *Fazer dos Campos* [...], p. 215. As operações sem êxito não eram, logicamente, referidas. Contudo, outras fontes evidenciam o fracasso de algumas das acções dos missionários. Por exemplo, em 1745, “não fôï bastante o fervorozo zelo dos reverendos padres missionarios que ha pouco tempo pregarão missão nesta mesma freguezia [Louriçal] para que Domingas Lopes, moradora em Casais do Porto, regressasse para companhia do marido, cf. Coimbra, AUC, Devassas Penela, livro 62, fl. 8. No mesmo ano, uns missionários não conseguiram reconciliar Manuel Rodrigues e Manuel Carvalho, cunhados, moradores em Trás-os-Matos, freguesia de Vila Cã, pois “sem embargo [de] quererem compo-los em amizade e que perdoassem hum a outro o não poderão conseguir”, cf. Coimbra, AUC, Devassas Penela, livro 62, fls. 73-73v.

³⁵⁰ Roma, ARSI, Lusitania, 106, Historia, 1540-1614, fl. 188v. A propósito da utilização da música e da cantiga na catequização refira-se que na arquidiocese de Braga, em 1565, D. Frei Bartolomeu dos Mártires havia instituído que os párocos ensinassem a doutrina aos meninos através da cantiga, por ser o método que melhores resultados apresentava, cf. António Franquelim Sampaio Neiva Soares, *A Arquidiocese de Braga* [...], p. 583. Para o Brasil cf. Paulo Castagna, “A música como instrumento de catequese no Brasil dos séculos XVI e XVII”, *Confronto de culturas: conquista, resistência, transformação*, organização de Francisca Nogueira Azevedo e John Manuel Monteiro, São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 1997, pp. 275-290.

³⁵¹ Fr. Agostinho de Santa Maria, *Santuário Mariano* [...], tomo IV, pp. 664-665. No que respeita à Redinha, refira-se que no século XVIII, concretamente a 5 de Janeiro de 1747, os religiosos do convento de Nossa Senhora do Cardal, da vila de Pombal, receberam provisão para, daí em diante, pregarem os sermões da Quaresma na Redinha, “terra donde os suplicantes costumavão pedir esmola [...] e na mesma villa algũas vezes ou quazi sempre pregavam os supplicantes a Quaresma que constava de dez sermões, a saber Sinza, sinco domingas da manhã, Mandato, Payxão e Pascoa, e na ultima outava hum a Nossa Senhora da Estrella tudo por esmola de dez mil reis pagos pella camara da dita villa”, cf. Lisboa, AN/TT, Chancelaria de D. João V, livro 113, fl. 374.

³⁵² *Vida da Serva de Deus Madre Maria do Lado*, Braga, Editora Franciscana, 1981, pp. 29-33.

³⁵³ Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, livro 629, fl. 7 e livro 326, fl. 482.

³⁵⁴ Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, livro 311, fl. 525v.

³⁵⁵ Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, livro 694, fl. 269.

³⁵⁶ Coimbra, AUC, Devassas Penela, livro 62, fls. 8-8v, 10, 12 e 72v-73v. Provavelmente seriam missionários apostólicos do Varatojo. Já que em documento do início da segunda metade de Setecentos,

último, refira-se a existência, nos reservados da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, de um sermão manuscrito, do século XVIII, da autoria do jesuíta José Montanha, intitulado *Sermão do Glorioso Martir São Jozze*, “dado a hum clérigo para o pregar em Pombal”, e que poderá ter sido pronunciado no âmbito de uma missão popular³⁵⁷.

Como já foi mencionado os visitantes deviam procurar saber se párocos e capelães ensinavam a doutrina ao povo³⁵⁸. No território em apreço, entre 1649 e 1805, foram acusados 21 clérigos por não cumprirem com este desígnio³⁵⁹. A primeira denúncia data de 1664, enquanto a última foi registada na visita de 1785. No que respeita ao ritmo das delações, duas datam do século XVII e as restantes da centúria seguinte, com particular destaque para o ano de 1755, em que foram denunciados 17 eclesiásticos.

Entre os motivos para o incumprimento da obrigação constaram a doença e a idade avançada. O vigário da Redinha, frei António Rodrigues Preto, delatado em 1686, não ensinava devido à idade avançada e às múltiplas enfermidades que padecia³⁶⁰. Mais tarde, em 1755, uma testemunha ao delatar o vigário de Santiago de Litém, frei Manuel Álvares Paz, referiu que este estava “ha muito achacado de gotta [...] por razão da dita queixa esta quazi tropego [...] e que sem embargo de que faz estação lhe não ve ensinar a doutrina aos meninos”³⁶¹. Outros, como o vigário de Abiul, frei António de Albuquerque, denunciado em 1708, foram-no em virtude de ensinarem a doutrina apenas na quadra da Quaresma³⁶². Houve ainda quem, talvez por temer ser delatado,

D. Miguel da Anunciação refere serem aqueles seus fiéis coadjutores no bispado de Coimbra, cf. Lisboa, AN/TT, Ministério do Reino, Negócios Eclesiásticos, mc. 596, cx. 697.

³⁵⁷ Coimbra, BGUC, Manuscrito 3030, fls. 220-227v.

³⁵⁸ *Constituições Synodales do Bispado de Coimbra*, Coimbra, António de Mariz, 1591, fl. 176v.

³⁵⁹ O número real de denúncias foi mais elevado, uma vez que parte considerável da documentação se perdeu. Através dos livros de extractos de culpados do arcediagado de Penela é possível identificar outros eclesiásticos que cometeram semelhantes desvios. Para o século XVIII, refira-se o caso do vigário de Almagreira, João Gonçalves pronunciado a livramento com suspensão do ofício em virtude de não ensinar a doutrina, de andar em ódio público com o padre João Ferreira e de negar os sacramentos a alguns paroquianos, cf. Coimbra, AUC, Devassas Penela, extractos de culpados, livro 1, fl. 11. Na mesma centúria, foi delatado o vigário de Pombal, frei José Rodrigues Maia, que, entre outras falhas, não ensinava a doutrina, não fazia oração mental e provocava o riso nos fregueses durante a estação da missa, cf. Coimbra, AUC, Devassas Penela, extractos de culpados, livro 9, fl. 73. Deste religioso trataremos em capítulo particular.

³⁶⁰ Coimbra, AUC, Devassas Penela, livro 32, fls. 221-222.

³⁶¹ Coimbra, AUC, Devassas Penela, livro 64, fl. 371v. Este clérigo já havia sido denunciado, por esta e outras faltas, numa visita anterior. Na ocasião fora pronunciado a livramento, na modalidade seguro, e suspensão do ofício paroquial por despacho de 15 de Dezembro de 1749, cf. Coimbra, AUC, Devassas Penela, extractos de culpados, livro 9, fl. 82.

³⁶² Coimbra, AUC, Devassas Penela, livro 53, fls. 275v-276. Não obstante, três indivíduos afirmaram ter observado o vigário ensinar em alguns domingos durante o ano, e com maior frequência na Quaresma. Uma das testemunhas, o padre Leonardo Mendes, beneficiado na igreja de Abiul, afirmou inclusivamente

tenha dado início ao magistério com o aproximar da visita. Foi o caso do padre Jerónimo Duarte, capelão em Vale de Leside, que começou a ensinar a doutrina aos meninos, um mês antes da chegada do visitador³⁶³.

A evolução do número de denúncias merece um comentário, nomeadamente no que respeita à explosão ocorrida em 1755³⁶⁴. Não julgamos que o crescimento exponencial registado nesse ano corresponda a um aumento concreto da negligência dos sacerdotes na instrução das massas, já que semelhante desleixo, como é possível constatar em cartas pastorais e em capítulos de visita, foi uma constante ao longo do período em estudo. Da mesma forma, não interpretamos os números desse ano como resultado de uma acção do prelado com vista a combater o fenómeno. Se assim fosse, seria expectável existirem mais denúncias nas visitas realizadas no período em que D. Miguel da Anunciação foi bispo e tal não sucedeu³⁶⁵. Só em 1785, portanto no governo de D. Francisco de Lemos é que voltamos a encontrar uma denúncia do género. Assim sendo, a explicação para os valores registados em 1755, poderá estar no próprio visitador, no caso o Doutor Francisco Rodrigues Barreto, desembargador da Mesa Eclesiástica e Promotor do bispado. É perfeitamente plausível que este homem, nomeado visitador do arcediagado de Penela apenas nesta ocasião, tenha colocado especial zelo na vigilância daquela que era uma das principais incumbências de párocos e de capelães.

A negligência no ensino doutrinal era punida por intermédio de admoestações e multas, que aumentariam consoante o lapso, podendo a reincidência determinar a

desconhecer qualquer falta por parte daquele eclesiástico: “antes lhe tinha ouvido dizer por algumas vezes da estação da missa da terça a seos freguezes que mandassem seos filhos á doutrina”, cf. Coimbra, AUC, Devassas Penela, livro 53, fls. 285-285v.

³⁶³ Coimbra, AUC, Devassas Penela, livro 64, fls. 296v, 297 e 298.

³⁶⁴ A maioria dos denunciados foram capelães a quem os moradores pagavam esmola pelas missas e que tinham obrigação de ensinar a doutrina às crianças. Seguem os nomes dos denunciados com indicação da capela e da freguesia a que pertenciam: padre Manuel Dias, Vieirinhos (Louriçal); padre Bernardino das Neves, Valarinho (Louriçal); padre Jerónimo Duarte, Vale de Leside (Louriçal); padre Manuel Lopes, Nossa Senhora da Guia (Mata Mourisca); padre Luís João, Estrada (Pombal); padre António Gonçalves, Assamaça (Pombal); padre Matias Gomes, Nossa Senhora de Belém (Pombal); padre Manuel Rodrigues, São Francisco de Punhete (Santiago de Litém); padre Francisco Pereira, Casal do Deserto (Santiago de Litém); padre José Fernandes Costa, Ramalhais (Abiul); padre Manuel José, Vale do Milho (Abiul); padre Afonso, Vale Mourão (Abiul); padre Manuel Martins, São João dos Poios (Redinha); padre Manuel Cardoso, Quinta do Orão (Redinha); e padre Joaquim Gaspar Carvalho, Nossa Senhora de Guadalupe (Redinha).

³⁶⁵ Ainda assim, o número de clérigos acusado por esta falta não deixou de preocupar o prelado que, por intermédio de pastoral, ordenou que os párocos realizassem uma relação dos sacerdotes capelães, declarando os seus nomes, as capelas em que celebravam, bem como o cuidado ou desleixo com que executavam o seu ofício, remetendo a lista ao bispo, cf. Manuel Augusto Rodrigues, “As Preocupações Apostólicas [...]”, p. 154.

suspensão do ofício³⁶⁶. No território em análise, nenhum dos acusados foi pronunciado meramente pelo não cumprimento desta obrigação. Os indiciados como réus na devassa foram-no porque, além de não ensinarem a doutrina, acumularam outras faltas, nomeadamente na administração dos sacramentos ou na utilização de criadas com idade inferior à permitida. Foi por exemplo, o que sucedeu com o padre José Fernandes da Costa, capelão dos Ramalhais, acusado por quatro testemunhas de não ensinar a doutrina e por oito de ter em casa uma criada de 30 anos de idade. Foi precisamente este desvio que fez com que, após a devassa, tivesse sido notificado para, no termo de dez dias, “alegar as causas que tiver a não ser julgado suspenso e irregular por transgredir a pastoral de Sua Excelencia”³⁶⁷.

Entretanto cabe referir que as resistências à catequização não provinham exclusivamente dos agentes eclesiais. A população, sobretudo a adulta, faltava com frequência ao magistério³⁶⁸. Desta realidade deu conta o padre Manuel Gonçalves, cura da Mata Mourisca, a 20 de Novembro de 1784. Este eclesiástico, após frisar a negligência dos capelães em instruir os fiéis, fez saber que “os povos não querem vir a missa da terça aonde eu explico conforme o meu talento mas he quazi as paredes”³⁶⁹. Para combater esta realidade foi estabelecido que os párocos redigissem um rol “dos que forem rebeldes em aprende-la que apresentará ao Reverendo Arcipreste deste districto para que elle lhe dé a providencia que pede tão importante materia”³⁷⁰.

No seio familiar, os progenitores estavam incumbidos de complementar a doutrinação dos filhos³⁷¹. O célebre João de Barros na sua *Grammatica da lingua*

³⁶⁶ Jaime Ricardo Teixeira Gouveia, *A Quarta Porta do Inferno* [...], p. 177. No século XVI, no arcebispado de Braga, as penas aplicadas aos párocos variaram entre 1\$000 e 4\$000, cf. António Franquelim Sampaio Neiva Soares, *A Arquidiocese de Braga* [...], p. 585.

³⁶⁷ Coimbra, AUC, Devassas Penela, livro 64, fl. 406v.

³⁶⁸ Veja-se a carta pastoral de D. João de Melo de 2 de Dezembro de 1684, na qual o prelado conimbricense referiu que nos bispados de Elvas e Viseu, onde fora bispo, demonstravam os “parochianos, principalmente já adultos, hum pejo enganoso, que os divertia, e apartava de serem instruídos e doutrinados, como convem”, cf. Alice Correia Godinho Rodrigues, “Subsídios [...]”, pp. 305-310.

³⁶⁹ Coimbra, AUC, Devassas Penela, Capítulos de Visita (fragmentos diversos) mç. 1, [Copia dos capitulos da vezita que ficarão nesta freguesia da Matta Mourisca a 17 de Junho de 1784].

³⁷⁰ No mesmo ano, um capítulo proibiu os párocos de publicarem os banhos sem “que primeiro examine os espozos da Doutrina Christãa, e os ache bem instroídos nella, e no modo como se devem preparar para receberem as graças do sacramento [...] e nas certidoens dos banhos declarará que forão examinados”, cf. Coimbra, AUC, Devassas Penela, Capítulos de Visita (fragmentos diversos) mç. 1, [Copia dos capitulos da vezitação nesta igreja de São Thiago do Lourçal aos 21 de Junho de 1784]; [Copia dos capitulos da vezita que ficarão nesta freguesia da Matta Mourisca a 17 de Junho de 1784]; [Copia summaria dos capitulos de vizita do muito reverendo senhor doutor vizitador feita nesta parochia da villa da Redinha]. Ainda a propósito do exame dos nubentes cf. Ana Cristina Machado Trindade, *Plantar Nova Christandade* [...], pp. 81-82.

³⁷¹ Ver a propósito um trecho de um provimento geral do Caniço, Madeira, transcrito em Ana Cristina Machado Trindade, *A Moral e o Pecado* [...], p. 67.

portuguesa com os Mandamentos da Santa Madre Igreja reivindicou para os leigos um papel de extrema importância na catequização. O seu papel não concorria com o do clérigo mas tal função competia-lhe porque “a graça do baptismo abilitou a todos”³⁷². No mesmo sentido as constituições do bispado de Coimbra de 1548 evocaram que “antre as cousas que os pays sam obrigados fazer por seus filhos a principal he instruillos e ensinar lhes as cousas necessareas a saude de suas almas”³⁷³. Pais, amos e senhores estavam obrigados a enviar filhos, criados e escravos à catequese, sob pena de serem multados³⁷⁴. No entanto, nem todos cumpriam com semelhantes disposições. Por exemplo, no ano de 1652, uma Maria ao denunciar ao Santo Ofício uma antiga ama de Pombal, pelo crime de desrespeito, afirmou nunca ter observado aquela rezar, nem ensinar às filhas as orações ou a doutrina cristã³⁷⁵. Por sua vez, nos alvares do século XVIII, o já referido vigário de Abiul, frei António de Albuquerque, admoestava com frequência “a seos freguezes que viessem com seos filhos á doutrina senão que os havia de condemnar”³⁷⁶. Na visita de 1775, Manuel João e a esposa, moradores em Outeiro da Cruz, freguesia de Santiago de Litém, fizeram termo, em primeiro lapso, por não enviarem os filhos à missa³⁷⁷. Mais tarde, em 1787, Joana Leitoa, moradora no lugar da Estrada, freguesia da Redinha, foi admoestada por impedir a filha de ir à missa³⁷⁸. Semelhantes dados evidenciam claramente os obstáculos apresentados pela população no cumprimento das imposições eclesiásticas³⁷⁹.

As resistências à doutrinação demonstradas por clérigos e por leigos evidenciam as dificuldades da aplicação das determinações tridentinas. As pretensões conciliares, reafirmadas por bispos em constituições diocesanas, em cartas pastorais e em capítulos de visita encontraram enormes entraves à sua real execução. A negligência eclesiástica neste domínio foi uma constante. No ano de 1823, o assunto seria novamente abordado em capítulo de visita o que demonstra que o problema não havia sido resolvido e

³⁷² *Apud* Francisco da Silva Cristóvão, “Catequese [...]”, p. 306.

³⁷³ *Constituições Synodales do Bispado de Coimbra*, Coimbra, [s.n.], 1548, fl. 35.

³⁷⁴ A propósito do ensino dos escravos cf. *Constituições Synodales do Bispado de Coimbra*, Coimbra, António de Mariz, 1591, fls. 4v-5.

³⁷⁵ Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, livro 304, fls. 507-510.

³⁷⁶ Coimbra, AUC, Devassas Penela, livro 53, fls. 277v e 285v. A propósito das penas aplicadas aos leigos que faltassem à doutrinação no arcebispado de Braga cf. António Franquelim Sampaio Neiva Soares, *A Arquidiocese de Braga [...]*, p. 585. Para a Madeira cf. Ana Cristina Machado Trindade, *Plantar Nova Christandade [...]*, p. 78.

³⁷⁷ Coimbra, AUC, Devassas Penela, extractos de culpados, livro 10, fls. 491-491v.

³⁷⁸ Coimbra, AUC, Devassas Penela, extractos de culpados, livro 10, fl. 547. Sobre esta realidade cf. João Rocha Nunes, *A Reforma Católica [...]*, p. 261.

³⁷⁹ Mais uma vez, voltamos a frisar que este fenómeno não era exclusivo do território em estudo, cf. por exemplo, Ana Cristina Machado Trindade, *Plantar Nova Christandade [...]*, p. 79.

continuava a preocupar as autoridades eclesiásticas³⁸⁰. A explosão do número de denúncias registada no ano de 1755, possivelmente motivada pelo zelo do visitador em inquirir sobre este dever de párocos e capelães, determinou que o ensino doutrinal tivesse sido a falta mais expressiva no que respeita ao incumprimento do ofício eclesiástico. Estes dados não invalidam que alguns párocos tenham sido bastante escrupulosos na catequização dos povos, como parece ter sido o caso do padre João Fernandes de Almeida. Ainda assim, tais esforços não permitiram aniquilar a persistência da ignorância daqueles que chegaram a ser apelidados dos “índios de cá”.

2.4 – A administração dos sacramentos

Os abusos perpetrados durante a administração da penitência adquiriram especial importância. Nas devassas estudadas apenas foi delatado um caso de solicitação, na administração daquele sacramento. Na visita episcopal à igreja de Santiago de Litém realizada a 10 de Julho de 1795, Manuel Batista, casado, trabalhador, de 60 anos de idade, acusou o padre António Lopes da Silva, natural do bispado de Leiria e residente naquela freguesia, pois “sendo nela paroco encomendado solicitara a sua filha Izabel para abuzar dela e não asentindo ela nos seus torpes desejos, ele procurou todos os meios de a difamar, e ainda de vexar a ele testemunha negando-lhe os sacramentos”³⁸¹. O mesmo vigário foi acusado por diversas testemunhas de estimular intrigas, de injuriar os paroquianos e de ser dado ao consumo exagerado de vinho. Após a devassa, a pronúncia estipulou que o clérigo fosse “amoestado e faça termo no lapso competente pelas culpas de intrigante, ebrio e ma língua conservando-se suspenso até ordem em contrário”³⁸². Quanto à acusação de solicitação nada foi assentado. Na documentação inquisitorial estudada não foi localizada qualquer referência a este confessor, pelo que

³⁸⁰ Na igreja do Lourçal, após a visita de 1823, ficou capitulado que “todos os reverendos parochos nas suas parochias, capelães nas suas cappellas, mais sacerdotes deste arciprestado ensinem a doutrina christã, não profundoriamente mas sim com toda a clareza e evidencia; explicando-lhes as verdades do Evangelho, seos Augustos Misterios e as santas Maximas da nossa Religião, fazendo-lhes ver que da pratica daquelas verdades, da crença daquelles misterios e da observancia daquelas santas maximas depende essencialmente a sua felicidade temporal nesta vida, e sua felicidade eterna na outra. Inspirando-lhes outrosim o respeito e obdiencia ao poder de El Rei, as autoridades constituídas ou qualquer outro, em quem o governo tenha depositado alguma porção do seu poder, fazendo-lhes conhecer que esta obdiencia e respeito as autoridades tende a estender em as Naçoens o imperio da Lei da virtude e da boa ordem”. O capítulo apelava ainda para o cumprimento de todas as pastorais sobre o assunto principalmente a de 26 de Abril de 1782, cf. Coimbra, AUC, Devassas Penela, Capítulos de Visita (fragmentos diversos) mç. 1 [Cópia dos capítulos geraes da parochial igreja desta villa do Lourçal, em 10 de Junho de 1823].

³⁸¹ Coimbra, AUC, Devassa Penela, livro 81, fl. 190. Sobre o delito de solicitação cf. o capítulo deste trabalho e a bibliografia aí indicada.

³⁸² Coimbra, AUC, Devassa Penela, livro 81, fl. 192.

se coloca a hipótese da denúncia não ter sido remetida à Inquisição, que desde 16 de Setembro de 1608, detinha jurisdição exclusiva sobre o crime.

Após o Concílio de Trento, o arcebispo de Milão, Carlo Borromeo, visando impedir o contacto entre confessor e penitente, introduziu na sua diocese o móvel do confessional³⁸³. Em Portugal, o arcebispo de Braga, D. Frei Bartolomeu dos Mártires, reuniu em 1566, um sínodo provincial. Uma das medidas tomadas consistiu precisamente na imposição do confessional fechado para a administração do sacramento da confissão. Ficou estipulado que o móvel fosse colocado em “lugares publicos, e aparentes da Igreja, feitos de modo que o sacerdote possa estar assentado de huma parte, e o penitente posto de gíolhos da outra, ficando entre ambos hum repartimento da madeira com grades ou ralo, per que somente se possam secretamente ouvirem as confissões de quaesquer penitentes”³⁸⁴. A divisão física entre confessor e penitente pretendia pois dificultar o uso abusivo do sacramento. Como referiu Adriano Prosperi era imperativo controlar os sentidos, sobretudo a visão, “senso periculosissimo fra tutti”³⁸⁵. Segundo as constituições do bispado de Coimbra as confissões deveriam decorrer no interior do templo, “& não debayxo de arvores, ou sombras: & se for molher não confessarão no Thesouro, nem Coro, nem Hermida, nem em lugares secretos, & apartados”³⁸⁶. Não obstante, tais medidas foram implantadas paulatinamente. Capelas, lanços de escada de igrejas, e sacristias continuavam a ser utilizados para ouvir confissões. Simples bancos ou cadeiras serviam o mesmo propósito³⁸⁷. Em capítulo de visita registado em Pombal no ano de 1642, insistia-se na proibição dos sacerdotes confessarem nas ermidas da freguesia³⁸⁸. Mais tarde, em 1696, o padre Manuel Leitão, coadjutor na igreja do Louriçal, foi acusado por quatro

³⁸³ Anos antes, o prelado de Verona, Gian Matteo Giberti tinha já introduzido o *confessorium*, isto é, uma barreira entre ministro e penitente, cf. Adriano Prosperi, *Tribunali della Conciencia* [...], p. 513.

³⁸⁴ *Apud* João Francisco Marques, “Confissão [...]”, p. 452.

³⁸⁵ Adriano Prosperi, *Tribunali della Conciencia* [...], pp. 513-514.

³⁸⁶ Quem não cumprissem com as disposições seria condenado em 500 réis, cf. *Constituições Synodales do Bispado de Coimbra*, Coimbra, António de Mariz, 1591, fls. 10-10v.

³⁸⁷ Ricardo Varela Raimundo, “Sentir Mal do Sacramento da Penitência: O Processo de Frei Salvador da Ressurreição”, *Nova Augusta*, n.º 17, Torres Novas, 2005, pp. 13 e 16; Jaime Ricardo Gouveia, *O Sagrado e o Profano em Choque no Confessional. O delito de solicitação no Tribunal da Inquisição. Portugal 1551-1700*, Coimbra, Palimage, 2011, p. 219. Em Espanha a realidade foi idêntica, cf. Juan Antonio Alejandre García, *El Veneno de Dios. La Inquisición de Sevilla ante el delito de solicitação en confesión*, Madrid, Siglo Veintiuno Editores, 1994, pp. 137-138; Stephen Haliczer, *Sexualidade no Confessional. Um Sacramento Profanado*, tradução de Maria Georgina Segurado, Mem-Martins, Publicações Europa-América, 1998, pp. 125-129.

³⁸⁸ Leiria, ADL, Registos Paroquiais, Pombal, Baptismos, livro 2 (1621-1677), fl. 196.

testemunhas, por ter confessado mulheres de noite, numa ermida³⁸⁹. Desconhecemos quais as penas aplicadas a este confessor. A inexistência de qualquer denúncia do género nas devassas da centúria seguinte poderia indicar que as disposições relativamente a esta matéria passaram de facto a ser cumpridas. Não obstante, algumas cartas pastorais demonstram o contrário. Por exemplo, a 14 de Novembro de 1732, D. Luís Simões Brandão, bispo de Angola e vigário capitular do bispado de Coimbra, ao ser informado “que alguns sacerdotes pouco atentos obrão o contrario” insistiu na proibição da confissão de mulheres fora dos confessionários³⁹⁰. O problema não terá sido solucionado pelo que em 1741, D. Miguel da Anunciação voltou a ordenar aos párocos do bispado “não permittão que nas Igrejas de suas freguezias se administre o Sacramento da Penitencia a mulher alguma, de qualquer idade, e qualidade que seja, fora dos confessionários, ou sem ser pelas gradinhas delles, estando as portas abertas, e patentes, e em lugares publicos, e claros”³⁹¹.

Refira-se por último a ocorrência de um outro tipo de abuso: a revelação do segredo da confissão, prática que, nas devassas estudadas, apenas surgiu documentada por uma vez. Em 1678, foi delatada uma Maria Francisca, solteira, residente na Redinha, por má-língua “desautorizando a sua visinhansa e dizendo que sabe os podres de todos com que dá a entender que o padre Francisco Jorge, seu amo, com quem anda amancebada, lhe descobre o segilo da conficam”³⁹². Não obstante, este não foi caso único como se pode comprovar num livro de extractos de culpados. Segundo informação registada num destes livros, na devassa de 1710, o padre Manuel Moreira, natural do bispado da Guarda, e assistente na vila de Abiul, foi pronunciado a livrar-se preso por semelhante culpa³⁹³.

Os curas de alma estavam obrigados a acudir a todos os combalidos sempre que convocados, devendo ser auxiliados, na administração da extrema-unção, por um padre auxiliar, ou, tratando-se de igreja colegiada, por três beneficiados³⁹⁴. Em Pombal, o

³⁸⁹ Coimbra, AUC, Devassas Penela, livro 46, fl. não numerado [extracto dos culpados do arcediagado de Penela no ano de 1696, incluído no início deste livro]

³⁹⁰ Coimbra, AUC, Colegiada de São Tiago, livro 35, fls. 38v-39.

³⁹¹ Coimbra, BGUC, *Colecção das pastoraes dos bispados*, Miscelânea, 3-11-4-205, Pastoral 18.

³⁹² Coimbra, AUC, Devassas Penela, livro 26, fls. 302v e 307v.

³⁹³ Coimbra, AUC, Devassas Penela, extractos de culpados, livro 4, fl. 314v.

³⁹⁴ *Constituições Synodales do Bispado de Coimbra*, Coimbra, António de Mariz, 1591, fl. 22v. Segundo um indivíduo que testemunhou na devassa de 1687, aos domingos o vigário de Pombal não era obrigado a acudir aos sacramentos, já que nesse dia a obrigação cabia aos beneficiados, cf. Coimbra, AUC, Devassas Penela, livro 33, fl. 114v. A realidade não era bem assim, já que pelo regimento da igreja de São Martinho, os vigários apenas estavam desobrigados aos domingos e dias santos de manhã, bem como na quadra da Quaresma, cf. Lisboa, AN/TT, Ministério do Reino, Negócios Eclesiásticos, mç. 596, cx. 697.

tesoureiro da igreja de Nossa Senhora do Castelo estava igualmente incumbido de acompanhar o vigário aquando da administração do sacramento aos enfermos residentes fora da vila, encargo que nem sempre foi cumprido, como se comprova por um capítulo de visita de 1641³⁹⁵, ou por um assento de óbito de 1751³⁹⁶.

A excessiva dimensão de uma paróquia condicionava forçosamente o desempenho do múnus paroquial, nomeadamente no que respeitava à administração dos sacramentos aos enfermos. Semelhantes dificuldades seriam porventura sentidas no território em apreço, em virtude das paróquias serem territorialmente extensas. A solução para resolver este género de problemas passou pela colocação de coadjutores, existentes nas paróquias do Louriçal e da Redinha³⁹⁷. Em Abiul a criação de um coadjutor foi determinada a 13 de Junho de 1617, pelo bispo D. Afonso Furtado de Mendonça. O prelado ordenou que a apresentação, a cargo da abadessa do mosteiro do Lorrão, fosse realizada no prazo de dez dias, passando o assistente do vigário a auferir 10.000 réis anuais. A medida, já anteriormente requerida, encontrava justificação na dimensão da paróquia e no avultado número de fregueses que habitavam em “distanciados montes”, de caminho “aspero e roim”, pelo que alguns enfermos faleciam sem sacramentos³⁹⁸. Acrescia que as rendas daquela igreja eram suficientes para tornar a medida viável: “os frutos credits desta igreja de Abiul importão em cada hum anno para o Mosteiro de Lorrão setecentos e oitocentos mil reis arrendados e recolhidos importarão ainda muito maes”³⁹⁹. A ordem do prelado parece ter sido cumprida contudo, na visita de 1664, foi novamente requerido coadjutor naquela igreja. Uma das

³⁹⁵ Leiria, ADL, Registos Paroquiais, Pombal, Baptismos, livro 2 (1621-1677), fls. 191-191v.

³⁹⁶ Nesse ano, o tesoureiro José de Santo António foi notificado pelo vigário para o auxiliar na administração de um sacramento a um enfermo. Era obrigação do tesoureiro transportar os santos óleos e os restantes paramentos. No entanto, este não compareceu, pelo que foi condenado, à estação da missa, em 2000 reis, cf. Leiria, ADL, Registos Paroquiais, Pombal, Óbitos, livro 2 (1746-1772), fl. 55.

³⁹⁷ Os visitantes do bispado deviam inquirir se o vigário ou cura “pode por si soo sem ajuda de outro Sacerdote, bem governar sua freguezia & cumprir com a obrigação que tem, ou se lhe he necessario coadjutor, provendo de maneyra, que aja sempre em as Igrejas os ministros & ajudadores necesarios. Se algum Prior, Reytor ou Cura he tão enfermo, ou tão ignorante que não pode por si administrar os Sacramentos & divinos officios se pera isso tem necessidade de coadjutor”, cf. *Constituições Synodales do Bispado de Coimbra*, Coimbra, António de Mariz, 1591, fl. 176v. Outro género de resolução poderia passar pela subdivisão do território em curatos, cf. Joaquim Ramos de Carvalho, José Pedro Paiva, “A Diocese de Coimbra [...]”, p. 231; Ana Cristina Machado Trindade, *Plantar Nova Christandade [...]*, pp. 138-139.

³⁹⁸ Coimbra, AUC, Rol de Confessados, III, 1.ªD, 5-4-33. Os caminhos dentro da própria vila seriam maus, especialmente no Inverno: “he tão pouco plana e proclivoza que faz com que as ruas da mesma villa se vadião com munta deficuldade de dia e maior de noute por conta tãobem das muitas pedras humas subministradas pela natureza, outras pela arte que pela desigualdade com que estão postas constituem hum desagradavel pavimento e com maior razão em tempo de enchentes que os montes vezinhos lhe comunicão com abundancia de lodo”, cf. Lisboa, AN/TT, Memórias Paroquiais, vol. 1, n.º 10, pp. 93-94.

³⁹⁹ Coimbra, AUC, Rol de Confessados, III, 1.ªD, 5-4-33.

testemunhas da devassa, Sebastião Lobo de Magalhães, figura principal da vila, revelou que, uns dias antes, indo o vigário administrar os sacramentos a um doente, morador em Zambujais, “susedeo virem a esta villa pedir sacramento para outro lugar que entende era a Amieira, e se não achou clérigo, pella qual rezam, e outras muitas, esta igreja tem nesidade de coadjutor que ajude o reverendo vigario, como em efeito já teve por ser hum povo grande”⁴⁰⁰. Desconhecemos quais as providências tomadas, no entanto, na documentação trabalhada não existe qualquer outra referência a um coadjutor em Abiul. Inclusivamente, nos dados da visita *ad limina* de 1675, fornecidos pelo prelado de Coimbra, D. Frei Álvaro de São Boaventura, não foi aludido coadjutor nesta igreja⁴⁰¹.

No início da segunda metade do século XVIII, na paróquia de Santiago de Litém, haviam falecido alguns fregueses sem serem sacramentados. Segundo diversos paroquianos era necessário um coadjutor para auxiliar o vigário que, devido à idade avançada e às doenças que padecia, estava incapaz de paroquiar aquela igreja populosa “dilatada e montuosa”⁴⁰². No entanto, o pedido não foi atendido, pelo menos no imediato. O vigário acabou por ser suspenso⁴⁰³, tendo sido encomendado o padre José de Vasconcelos Portugal⁴⁰⁴.

A importância que as autoridades eclesiásticas conferiam à administração dos sacramentos, em especial aos que eram administrados aos enfermos, é claramente revelada nas constituições sinodais. Segundo o estipulado nas de Coimbra de 1591, os visitantes ao inquirirem sobre o ofício e vida dos párocos “primeyramente perguntarão se são diligentes em cumprir com as obrigações do seu officio, & principalmente na administração dos Sacramentos & divinos officios, ou se algum freguez, seu per culpa sua, faleceo sem algum dos Sacramentos da sancta Madre Igreja, & se sendo chamado pera as confissões, & Sacramentos dos enfermos vay logo de boa vontade”⁴⁰⁵.

Nas 453 devassas estudadas apenas 11 eclesiásticos foram denunciados, um dos quais em duas ocasiões distintas, a saber o atrás mencionado vigário de Santiago de Litém, frei António Fernandes Bernardes, delatado nos anos de 1695 e de 1713⁴⁰⁶. A

⁴⁰⁰ Coimbra, AUC, Devassas Penela, livro 14, fls. 195v-196.

⁴⁰¹ Vaticano, ASV, Archivio della Congregazione del Concilio, Relationes Dioecesium, Coimbra, vol. 252, fl. 72.

⁴⁰² Coimbra, AUC, Devassas Penela, livro 64, fls. 371v, 374, 374v, 376 e 378.

⁴⁰³ Coimbra, AUC, Devassas Penela, livro 64, fl. 384v.

⁴⁰⁴ Em finais de Novembro de 1756, foi levantada a suspensão a frei Manuel Álvares Paz e no início de 1757, passou a ser coadjuvado pelo cura Manuel Álvares Paz, seu sobrinho, cf. Leiria, ADL, Registos Paroquiais, Santiago de Litém, Baptismos, livro 2 (1666-1767), fls. 306, 315 e 317.

⁴⁰⁵ *Constituições Synodales do Bispado de Coimbra*, Coimbra, António de Mariz, 1591, fl. 175v.

⁴⁰⁶ Na visita de 1716, foi novamente acusado. Nesse ano o visitador, José Freire de Faria, advertiu o pároco para que “cuide muito em saber das pessoas que estiverem enfermas na sua freguezia para lhes

primeira denúncia por negligência na administração dos sacramentos aos enfermos surgiu na visita de 1686. No século XVII, foram delatados mais quatro sacerdotes pela mesma falta, enquanto na centúria seguinte sete casos chegaram ao conhecimento da justiça eclesiástica, o último dos quais no ano de 1790.

Se quatro dos denunciados não administravam os sacramentos por incapacidade física, como parece ter sido o caso do vigário de Almagreira, frei Francisco Rodrigues, que em 1781, se achava “muito velho e tremullo e incapas de poder hir fora administrar os sacramentos, nem a pe nem ainda a cavallo”⁴⁰⁷, os restantes acusados apresentavam razões de índoles diversas, algumas das quais bastante inusitadas. Atentemos em alguns exemplos. Em 1694, o padre António Gomes, cura da Mata Mourisca, não anuiu confessar uma menina porque “ainda era criança e com effeito [...] não fora confessa-la e que dahi a poucos dias [...] morera sem ser confessada, nem ungida”⁴⁰⁸. Mais tarde, a 24 de Agosto de 1697, o padre Manuel Leitão, coadjutor na igreja do Lourçal, negou os sacramentos a um forasteiro, que adoeecera no lugar da Abilheira, porque “o enfermo hera de fora da freguezia”⁴⁰⁹. No século XVIII, concretamente em 1708, frei António Ventura, beneficiado na colegiada de Pombal, negou socorrer uma enferma porque “estava ja na cama deitado e que não podia hir”⁴¹⁰. Mais tarde, em 1752, o padre frei Manuel Álvares Paz, vigário de Litém, exigiu uma certidão do barbeiro antes de sacramentar um enfermo⁴¹¹. Diferente de tudo foi o caso do padre Francisco Jorge, capelão da Misericórdia da Redinha, que em 1649, estando alcoolizado “indo ungir a may de Simão da Costa [...] havendo de fazer lhe o tal officio elle fes o do baptismo dizendo as oraçois delle”⁴¹².

No que respeita às penas aplicadas seguiu-se o estipulado nas constituições diocesanas, ou seja, foi decretada a suspensão do ofício⁴¹³. Contudo, quando o caso não ficou devidamente esclarecido foi ordenado novo sumário. Foi o que sucedeu em 1687

administrar os sacramentos a tempo pois he grande a multidão de defuntos que lhe falecem sem elles todos ou sem alguns e quando o forem chamar para os ir administrar o vá fazer logo a qualquer hora que for não se enfadando, nem peleijando com quem o vai chamar, alias se lhe dará tudo em culpa grave em vizitação, 5 de Novembro de 1716, cf. Leiria, ADL, Registos Paroquiais, Santiago de Litém, Óbitos, livro 1 (1595-1773), fl. 37.

⁴⁰⁷ Coimbra, AUC, Devassas Penela, livro 74, fl. 102v.

⁴⁰⁸ Coimbra, AUC, Devassas Penela, livro 45, fl. 166.

⁴⁰⁹ Segundo outra testemunha, o coadjutor retorquira que iria administrar os sacramentos no dia seguinte, por ser longe e de noite, porém quando se decidira a ir já haviam levado o doente “em hum carro pera a sua terra [...] e que ainda hia vivo e não sabe se morreria em sima do carro”, cf. Coimbra, AUC, Devassas Penela, livro 47, fls. 67v-68 e 69v.

⁴¹⁰ Coimbra, AUC, Devassas Penela, livro 53, fls. 255v-256 e 258v.

⁴¹¹ Coimbra, AUC, Devassas Penela, livro 64, fl. 378v.

⁴¹² Coimbra, AUC, Devassas Penela, livro 1, fl. 97v.

⁴¹³ *Constituições Synodaes do Bispado de Coimbra*, Coimbra, António de Mariz, 1591, fls. 14, 22-23.

com o vigário de Pombal, frei Manuel Carvalho⁴¹⁴. Por sua vez, frei António Ventura, o único beneficiado acusado, conheceu castigo menos severo, tendo apenas assinado termo de administrar os sacramentos aos enfermos sempre que necessário. Nesta situação específica, o facto de a doente ter recebido os sacramentos por intermédio de outro padre parece ter contribuído decisivamente para o atenuar da pena⁴¹⁵. Além da suspensão do ofício, os faltosos ficavam sujeitos a processo no auditório eclesiástico. Conhecemos apenas uma das sentenças da Mesa, respeitante ao já referido frei Manuel Álvares Paz, que a 18 de Outubro de 1756, foi condenado a pagar 4000 reis, a um ano de degredo para o bispado do Porto, a mandar dizer 30 missas pela alma de José Francisco, freguês que deixara falecer sem sacramentos, e a pagar as custas do processo⁴¹⁶.

2.5 – O traje eclesiástico

No Concílio de Trento, sessão XIV, capítulo VI *de reformatione* foi estatuído que os bispos pudessem suspender e inclusivamente privar das ordens, ofícios ou benefícios eclesiásticos, os que, depois de avisados, insistissem em utilizar indumentária não adequada ao seu estado⁴¹⁷. A preocupação com o hábito clerical não era novidade, no entanto, após o referido concílio ecuménico, o assunto passou a suscitar maior atenção por parte das autoridades eclesiásticas⁴¹⁸. As constituições de Coimbra de 1591, reflectem essa realidade ao estabelecerem com minúcia os trajes dos clérigos, indicando as cores, os tecidos e as medidas permitidas. De igual forma, decretaram algumas proibições, entre as quais, a utilização de jóias de ouro e de prata⁴¹⁹. Os transgressores estavam sujeitos à perda dos vestidos e acessórios defesos, a penas pecuniárias que

⁴¹⁴ O vigário fora acusado por dois sacerdotes, seus inimigos, de ter cometido diversas faltas, nomeadamente ter deixado morrer sem sacramentos Maria, filha de Isabel Ramos, do lugar do Vale. No entanto, diversas testemunhas depuseram em favor do vigário, pelo que na pronúncia foi ordenado que o vigário de Almagreira voltasse a perguntar as testemunhas da devassa, e duas referidas, uma das quais a mãe da defunta, bem como, outras que entendesse serem necessárias, Coimbra, AUC, Devassas Penela, livro 33, fls. 112-117, veja-se no mesmo livro a pronúncia registada no final do livro, em fólio não numerado.

⁴¹⁵ Na ocasião, o padre Lourenço Mendes da Cunha acabou por administrar o sacramento à enferma, de seu nome Josefa, filha de Mariana das Neves, moradora em Pombal, cf. Coimbra, AUC, Devassas Penela, livro 53, fls. 255v-256 e 258v.

⁴¹⁶ Coimbra, AUC, Devassas Penela, livro 64, fl. 384v.

⁴¹⁷ *O Sacrosanto, e Ecumenico* [...], tomo I, pp. 379-381.

⁴¹⁸ José Pedro Paiva, “Os Mentores [...]”, p. 223; João Rocha Nunes, *A Reforma Católica* [...], p. 216; Ana Cristina Machado Trindade, *Plantar Nova Christandade* [...], pp. 151-152.

⁴¹⁹ *Constituições Synodales do Bispado de Coimbra*, Coimbra, António de Mariz, 1591, fl. 71-72.

aumentariam consoante a reincidência, a pena de aljube, e em último caso, a um ano de degredo para fora do bispado⁴²⁰.

O assunto foi igualmente abordado em diversas cartas pastorais. O bispo D. João de Melo proibiu o uso de sapatos estrangeiros, meias de cor e, outrossim, o uso de cabelo comprido e cercilho, sob pena de 1000 réis⁴²¹. Mais tarde, D. Miguel da Anunciação, na pastoral de 14 de Outubro de 1741, referindo-se ao vestuário dos clérigos e ao seu cabelo, estipulou a obrigatoriedade do uso de lobas, capas pretas e sobrepelizes lavadas, proibindo a utilização de determinados botões, fitas, pentes, perucas e polvilhos⁴²². Disposições que revelam que os preceitos relativos ao vestuário não eram cumpridos. Ainda em 1796, D. Francisco Lemos afirmava ter sido informado que os minoristas do seu bispado “se introduzem nas suas respectivas paróquias de um modo inteiramente apartado das regras eclesiásticas não concorrendo aos ofícios delas nos domingos e dias santos, não exercitando nelas as funções, ministérios das suas ordens, não prestando reverência e subordenação aos seus párocos e não mostrando nas suas acções e nos seus vestidos a gravidade e modéstia que requerem os cânones, como próprios da vida e honestidade do clero”⁴²³.

Pese as determinações episcopais, alguns clérigos continuaram a não utilizar o hábito e, outrossim, os paramentos exigidos para a celebração litúrgica. No que toca às devassas, foram registadas três denúncias no século XVII e cinco na centúria seguinte, quatro das quais durante o episcopado de D. Miguel da Anunciação, o que aliado à pastoral já aludida parece confirmar o interesse do prelado no que toca à execução das normas tridentinas sobre vestuário.

Cabe referir que era durante a caça que parte considerável dos clérigos optava por não usar hábito. Por exemplo, no início do século XVIII, o vigário de Abiul, António de Albuquerque foi acusado porque sendo chamado para administrar os sacramentos a um enfermo fora “pella rua Direita desta villa da Misericórdia para syma em vestia preta que lhe ficava por syma dos joelhos e com hũa espingarda ás costas e hum cão de perdizes diante de sy do que ouvera escandalo”⁴²⁴. Recorde-se que as

⁴²⁰ *Constituições Synodales do Bispado de Coimbra*, Coimbra, António de Mariz, 1591, fl. 72v.

⁴²¹ Os reincidentes pagariam 2000 réis, sendo que num terceiro lapso a pena ficava a arbítrio do prelado, cf. Alice Correia Godinho Rodrigues, “Subsídios [...]”, p. 329.

⁴²² Coimbra, BGUC, *Colecção das pastoraes dos bispados*, Miscelânea, 3-11-4-205, Pastoral 18; Manuel Augusto Rodrigues, “As Preocupações Apostólicas [...]”, p. 144.

⁴²³ Manuel Augusto Rodrigues, “As Cartas Pastorais [...]”, p. 153.

⁴²⁴ Coimbra, AUC, Devassas Penela, livro 53, fl. 276.

constituições diocesanas permitiam a actividade cinegética, desde que praticada com hábito honesto e de forma composta⁴²⁵.

Entre os episódios registados pelos secretários das devassas cabe referir o do padre João Mendes, morador no lugar da Melga, delatado em 1678, “por vir a esta vila [Pombal] com trajo indecente ao seu estado e contra a constituisam capitulo da visitação pasada trazendo roupeta curta e capa curta com que se nam destingue de secular mais que pela coroa”⁴²⁶. Parece-nos particularmente interessante a referência a um capítulo da visita anterior dedicado ao traje eclesiástico, sobretudo porque na devassa de 1677, não foi registado nenhum caso do género. Assim sendo, parece evidente que os livros de devassas, não obstante a sua enorme importância para o conhecimento da vida das comunidades de Antigo Regime, não podem ser entendidos como relato fiel da vida paroquial.

2.6 – Residência

Até meados do século XVI, o absentismo havia figurado entre as principais faltas perpetradas por clérigos. O problema resultava, sobremaneira, da posse de múltiplos benefícios por um mesmo indivíduo e da falta de vocação do corpo clerical⁴²⁷. Para combater esta realidade o Concílio de Trento estatuiu que “a cada sujeito se não dê mais que hum só Beneficio Ecclesiastico; e se este não bastar para sustento decente daquele, a quem se confere, se lhe poderá conferir outro Beneficio simples suficiente, com tanto que nenhum dos dous requeira residencia pessoal”⁴²⁸.

As orientações tridentinas foram posteriormente incorporadas e desenvolvidas nas diversas constituições diocesanas. As do bispado conimbricense reafirmaram a necessidade da residência pessoal, sob pena de privação dos frutos e dos benefícios. Nesta diocese era usual os priores e reitores, quando auxiliados por curas e coadjutores, delegarem naqueles a administração dos sacramentos, o exercício da pregação e o ensino da doutrina. Ora, o texto de 1591, veio esclarecer que “nem no foro da consciencia, nem no exterior fazem residencia, os que pessoalmente residem no lugar,

⁴²⁵ Ainda era proibido abater coelhos, lebres, veados e semelhantes peças de caça “que se chama claramorosa, de maneira que vão a ella muitas vezes, tomando isso por officio”. De igual forma era interdita a pesca com “bugigangas, redes de barrer, nem tarrafas publica”, cf. *Constituições Synodales do Bispado de Coimbra*, Coimbra, António de Mariz, 1591, fls. 81v-82

⁴²⁶ Coimbra, AUC, Devassas Penela, livro 26, fls. 325-326.

⁴²⁷ José Pedro Paiva, “Os Mentores [...]”, p. 224.

⁴²⁸ *O Sacrosanto, e Ecumenico* [...], tomo II, p. 321. Sobre a questão da residência cf. o tomo I, pp. 163-165 e o tomo II, pp. 161-171 da mesma obra. Cf., ainda, Adriano Prosperi, *Il Concilio di Trento* [...], pp. 43-46.

se não cumprem com as cousas sobreditas”⁴²⁹. Por outro lado, foram proibidas ausências superiores a 15 dias, sem licença do prelado. Ausência que não poderia exceder oito dias durante surtos epidémicos. Para controlar os transgressores, ficou estatuído que curas, coadjutores, juízes ou procuradores das igrejas avisassem os prelados, num prazo de dez dias⁴³⁰.

Ao contrário do problema da atribuição de vários benefícios a um mesmo indivíduo, que foi rapidamente resolvido, a questão da residência suscitou maiores obstáculos⁴³¹. Nas devassas estudadas, apenas três clérigos foram delatados por não cumprirem com esta incumbência. No ano de 1651, o padre Manuel Álvares, ecónomo na igreja de Nossa Senhora das Neves, Abiul, foi acusado por residir longe da igreja, não comparecendo na mesma durante meses⁴³². Em 1694, o vigário de Litém, frei António Fernandes Bernardes partiu para Lisboa, onde permaneceu durante 14 meses, sem licença do prelado. Os paroquianos queixaram-se ao bispo, que acabou por encomendar o padre José Nunes Pimenta⁴³³. Pese a gravidade do caso, a culpa acabou por ficar em aberto⁴³⁴. Mais tarde, em 1708, o vigário de Abiul, António de Albuquerque ausentou-se durante um mês, por ocasião da doença e morte do seu irmão Sebastião de Albuquerque. Neste caso o pároco não foi pronunciado pois havia cumprido com o estabelecido nas constituições diocesanas: obtivera licença do Provisor do bispado e incumbira o beneficiado padre Leonardo Mendes de curar a igreja durante a sua ausência⁴³⁵.

Além destes três casos, os livros de extractos de culpados revelam que outros dois clérigos não cumpriram com a obrigatoriedade de residir. O padre frei José Rodrigues Maia, enquanto vigário de Almagreira, ausentou-se sem licença para as partes de Pombal, tendo por essa causa sido pronunciado a prisão. A 11 de Maio de 1750, foi sentenciado a pagar 4000 réis e as custas do processo, a um ano de degredo para fora do bispado e “lhe encarregão a consciencia a que restitua os frutos correspondentes as faltas de rezidencia”⁴³⁶. Mais tarde, na visita de 1787, o vigário do Lourical, foi admoestado por semelhante falta⁴³⁷.

⁴²⁹ *Constituições Synodales do Bispado de Coimbra*, Coimbra, António de Mariz, 1591, fl. 49.

⁴³⁰ *Constituições Synodales do Bispado de Coimbra*, Coimbra, António de Mariz, 1591, fls. 47v-50.

⁴³¹ João Rocha Nunes, *A Reforma Católica [...]*, pp. 203-204.

⁴³² Coimbra, AUC, Devassas Penela, livro 3, fl. 155v.

⁴³³ Coimbra, AUC, Devassas Penela, livro 45, fls. 77, 85-85v.

⁴³⁴ Coimbra, AUC, Devassas Penela, livro 45, fl. não numerado.

⁴³⁵ Coimbra, AUC, Devassas Penela, livro 53, fls. 275v, 276v-277v e 285.

⁴³⁶ Acabou por ser absolvido pelo tribunal da Legacia por sentença de 10 de Fevereiro de 1757, sendo apenas admoestado “a que seja mais exato na continua residencia da sua paróquia e no cumprimento das

José Pedro Paiva, ao estudar a diocese de Coimbra, afirmou que a falta de residência era uma questão menor, quase erradicada a partir da segunda metade do século XVII⁴³⁸. Perante os dados por nós compulsados não quer parecer que assim tenha sido. As cartas pastorais e os capítulos de visita consolidam esta tese. A 8 de Agosto de 1786, D. Francisco Lemos ao estabelecer os arciprestados na diocese de Coimbra ordenou que os arciprestes exigissem a residência dos párocos nas suas igrejas⁴³⁹. A medida não seria com certeza meramente preventiva, mas baseada no incumprimento daquele dever. O problema era ainda uma realidade em 1823, como se comprova num capítulo geral deixado no Louriçal onde se insistia na proibição dos párocos do arciprestado saírem por mais de oito dias dos limites das suas paróquias, sem licença do prelado, e obrigando a que deixassem sacerdote idóneo e aprovado para cumprir com o seu ofício, “tudo na conformidade da Pastoral de 8 de Agosto de 1786”⁴⁴⁰.

2.7 – Clérigos ébrios, clérigos desbocados

O consumo exagerado de álcool, nomeadamente água-ardente e vinho, figurou entre os principais excessos cometidos por clérigos. Esta falta foi uma constante ao longo do período em estudo, como o comprovam as delações registadas entre 1649 e 1795. No que se refere à periodicidade das mesmas, onze foram registadas na segunda metade de Seiscentos, enquanto na primeira e segunda metades do século XVIII, foram arroladas três e seis denúncias, respectivamente. As 21 delações respeitaram a 18 clérigos. Assim sendo, a maioria não terá reincidido na transgressão ou, pelo menos, não voltou a ser posta em visita. Entre os que tornaram a perpetrar o delito cite-se o padre Manuel Nunes, de Pombal, denunciado em três ocasiões distintas⁴⁴¹. Este sacerdote de missa, certa noite, estando sob efeito de álcool, deu “em si mesmo com huma faca no pescoço dizendo que se queria degolar”⁴⁴². Além do mais “nam so inquieta[va] com o vinho a gente de sua caza mas ainda aos vizinhos batendo lhe nas

suas obrigações e lhe encarregão a consciencia na restituição dos frutos correspondentes as faltas de residencia”, cf. Coimbra, AUC, Devassas Penela, extractos de culpados, livro 7, fls. 42-42v e livro 9, fl. 20.

⁴³⁷ Coimbra, AUC, Devassas Penela, extractos de culpados, livro 10, fl. 479.

⁴³⁸ José Pedro Paiva, “Os Mentores [...]”, p. 214.

⁴³⁹ Manuel Augusto Rodrigues, “As Cartas Pastorais [...]”, p. 158.

⁴⁴⁰ Cf. Coimbra, AUC, Devassas Penela, Capítulos de Visita (fragmentos diversos) mc. 1 [Copia dos capítulos geraes da parochial igreja desta villa do Louriçal, em 10 de Junho de 1823].

⁴⁴¹ Foi delatado nas devassas de 1663, 1671 e 1676.

⁴⁴² Coimbra, AUC, Devassas Penela, livro 21, fl. 222v.

portas descompostamente e ainda quebrando lhas”⁴⁴³. Não é difícil antever o escândalo provocado por semelhantes episódios. A emenda dos desviantes tinha ligar por intermédio de admoestações e coimas, cujo valor aumentava consoante a reincidência. A propósito deste delito é necessário realçar dois pormenores. Primeiro, e como já referimos, até 1718, existem apenas denúncias contra eclesiásticos. Segundo, entre 1685 e 1745, não localizámos qualquer denúncia do género referente a clérigos. Tal poderá sugerir que nos períodos em que D. João de Melo e D. António de Vasconcelos e Sousa governaram a diocese, bem como no longo período de sede vacante ocorrido entre 1718 e 1740, tenha sido dispensada menor atenção ao delito.

Associado ao consumo excessivo de vinho figurou o delito de má-língua, pelo qual foram acusados sete clérigos. A primeira denúncia foi registada em 1663 e a derradeira em 1795. Entre os delatados mencione-se o padre António Raposo, clérigo de missa, morador no Lourical, que além de ébrio “admittia em sua caza ordinariamente mutas pessoas de qualquer condicam que fossem, a jugar o truque e o palito a vinho do que elle testemunha entende resulta o tomar se este denunciado de vinho [...] como tambem a dizer algumas palavras descompostas que ao ditto vinho se atribuem”⁴⁴⁴.

2.8 – O problema da convivência com mulheres

O quotidiano de um membro do clero desenrolava-se não só no desempenho das funções religiosas mas também no seio dos familiares mais chegados. Era comum que padres vivessem na companhia de mães, irmãs e sobrinhas. As constituições permitiam esta convivência, mas advertiam que os familiares de clérigos não tivessem para seu serviço mulheres jovens, nem de má fama. Era ainda proibido aos clérigos terem “das portas a dentro” mulheres com idade inferior a 50 anos e, outrossim, possuírem escravas brancas ou mulatas. Tais disposições pretendiam evitar escândalos públicos, tornando os clérigos exemplos aos demais fiéis, já que “todos os clerigos tem obrigação de darem bom exemplo ao povo secular, pois são seus paes espirituaes, & mestres dos bons costumes”⁴⁴⁵. De resto, como seria possível impor modelos de normalização social quando os próprios clérigos prevaricavam? O que não cumprisse com tais disposições seria na primeira ocasião admoestado, na segunda, sendo beneficiado, pagaria dois mil

⁴⁴³ Coimbra, AUC, Devassas Penela, livro 21, fl. 222v.

⁴⁴⁴ Coimbra, AUC, Devassas Penela, livro 31, fl. 207. Sobre o jogo do truque, cf. Rafael Bluteau, *Vocabulario Portuguez e Latino* [...], tomo 8, Lisboa, Oficina de Pascoal da Silva, 1721, p. 317.

⁴⁴⁵ *Constituições Sinodais do Bispado de Coimbra*, Coimbra, António de Mariz, 1591, fl. 70v.

réis para a Sé e Meirinho, e na terceira a pena pecuniária dobraria. Caso persistisse no comportamento seria preso⁴⁴⁶.

As oito transgressões registadas sucederam todas no século XVIII, cinco durante o episcopado de D. Miguel da Anunciação e três no decurso do governo de D. Francisco Lemos. A introdução do delito em 1745 foi uma mutação relevante e que evidencia a tónica que o bispo D. Miguel colocou no combate a este abuso⁴⁴⁷. Recorde-se que a 14 de Outubro de 1741, o prelado havia ordenado “sob pena de suspensão, *ipso facto*, do exercício das ordens a todos os sacerdotes e mais clérigos de ordens sacras nossos súbditos que não conservem em casa mulher alguma que tenha menos de cinquenta anos completos, excepto sendo mãe ou irmã ou sobrinha filha de irmão ou irmã, as quais poderão servir com criados de menos idade que a de cinquenta anos que sejam em todo o caso de louváveis costumes e boa fama”⁴⁴⁸.

2.9 – Os registos paroquiais

A importância atribuída aos sacramentos tornou imperativo o registo dos ritos de passagem. No Concílio de Trento, sessão XXIV, capítulos I e II, *De reformatione*, ficou determinado que os párocos possuísem livros nos quais assentassem os baptismos e os matrimónios celebrados⁴⁴⁹. Mais tarde, em 1614, Paulo V (1605-1621) estendeu a obrigatoriedade ao registo dos defuntos⁴⁵⁰.

Semelhantes registos não constituíam propriamente uma novidade, já que para Portugal conhecem-se assentos desde meados do século XV⁴⁵¹. Acresce que, antes do 19.º concílio ecuménico, diversos prelados já haviam legislado sobre a matéria. Na diocese de Coimbra, D. Frei João Soares (1545-1572) havia determinado que os párocos da diocese possuísem um livro em que registassem os baptismos, os crismas, os

⁴⁴⁶ Para os que não possuísem benefício o valor das penas era reduzido para metade, cf. *Constituições Synodales do Bispado de Coimbra*, Coimbra, António de Mariz, 1591, fls. 83v-84.

⁴⁴⁷ Outros prelados já haviam manifestado semelhantes preocupações. Por exemplo, em finais de Seiscentos, D. João de Melo ao constatar existir nesta matéria “alguma relaxação a que devemos acodir”, estabeleceu para os transgressores penas de 4000 reis pela primeira vez, 8000 reis numa segunda e castigo a seu arbítrio no caso de um terceiro lapso, cf. Alice Correia Godinho Rodrigues, “Subsídios [...]”, p. 328.

⁴⁴⁸ No mesmo documento, o bispo havia concedido 20 dias, a contar da data de publicação da pastoral, para que os sacerdotes ou demais clérigos expulsassem as referidas mulheres, cf. Coimbra, BGUC, *Colecção das pastoraes dos bispados*, Miscelânea, 3-11-4-205, Pastoral 18.

⁴⁴⁹ *O Sacrosanto, e Ecumenico [...]*, tomo II, pp. 235-237 e 241.

⁴⁵⁰ António Camões Gouveia, “A Sacramentalização dos Ritos [...]”, p. 532.

⁴⁵¹ Norberta Amorim, “Registos Paroquiais”, *Dicionário de História Religiosa [...]*, vol. P-V, Apêndices, p. 100.

casamentos e os óbitos, tendo estabelecido uma pena de 200 reais para os vigários ou curas que não redigissem os actos⁴⁵². As constituições de 1591 acrescentaram poucas inovações ao disposto no texto de 1548. Entre as novidades, destaque para a obrigatoriedade do registo ser realizado imediatamente após a administração do sacramento, por razões facilmente inteligíveis⁴⁵³.

Segundo as informações paroquiais de 1721, no território em apreço os registos mais antigos pertenceriam à freguesia de Abiul. Nesta paróquia os livros de casamentos e de óbitos teriam principiado no ano de 1546, e os de baptismo em 1549⁴⁵⁴. A mesma fonte revela que no Louriçal os termos de baptismo teriam tido início por 1562. Os restantes documentos seriam posteriores ao *terminus* do Concílio de Trento: Mata Mourisca, 1589⁴⁵⁵; Almagreira, 1593; Litém, 1580; Vila Cã, 1600; Pombal, 1613; e Redinha, 1615⁴⁵⁶. Atendendo à referida fonte verifica-se que no século XVI, a maioria das freguesias, a saber cinco, já possuía registos de baptismos, enquanto, na mesma centúria, apenas três tinham livros de casados e de defuntos. Tais elementos podiam sugerir um incumprimento das disposições tridentinas respeitantes à obrigatoriedade do registo dos matrimónios. Por exemplo, o vigário do Louriçal ao iniciar os assentos de baptismo em 1562, expôs que “os mais do tempo atras se acharão em outros livros que em meu poder estão”⁴⁵⁷. Por outro lado, no primeiro livro de defuntos de Pombal iniciado em 1645, o pároco referiu começar “este em Junho tempo e dia em que o outro livro acabou de se encher com os defuntos”⁴⁵⁸. Relativamente aos termos de casados da paróquia de Litém, se o primeiro assento data de 11 de Outubro de 1678, o vigário não deixou de frisar que “daqui para traz não ha mais assentos de recebimentos que se

⁴⁵² *Constituições Synodales do Bispado de Coimbra*, Coimbra, [s.n.], 1548, fls. 5v-6v. Idênticas disposições haviam sido tomadas pelos prelados de Lisboa, Porto e Viseu, cf. Norberta Amorim, “Registos Paroquiais [...]”, p. 100; João Rocha Nunes, *A Reforma Católica* [...], p. 211.

⁴⁵³ *Constituições Synodales do Bispado de Coimbra*, Coimbra, António de Mariz, 1591, fls. 5-6.

⁴⁵⁴ Coimbra, AUC, Informações Paroquiais de 1721, doc. 1.

⁴⁵⁵ Segundo informação do cura João Fernandes de Almeida (1721), o primeiro livro de baptizados da freguesia “devia de principiar antes da era de 1589 que está no portal desta casa de residência, he do primeiro cura por nome Miguel Gaspar, e he tão velho, podre e roto que não tem principio, nem meyo, nem fim, e assim me foi entregado; e o primeiro assento que nelle está lançado por letra do ditto padre Miguel Gaspar he de 20 de Março do anno de 1609”, cf. Coimbra, AUC, Informações Paroquiais de 1721, doc. 155.

⁴⁵⁶ Coimbra, AUC, Informações Paroquiais de 1721, docs. 143, 200, 292; Lisboa, BNP, Manuscritos, código 148, fls. 162v-163, 165-165v e 185v-186.

⁴⁵⁷ Leiria, ADL, Registos Paroquiais, Louriçal, Baptismos, livro 1 (1562-1648), fl. 1v. Também no primeiro livro de defuntos desta paróquia que principia em 1564, o pároco refere “que os que falecerão atras deste tempo se acharão no livro que se acabou de escrever dantes deste”, cf. Leiria, ADL, Registos Paroquiais, Louriçal, Óbitos, livro 1 (1564-1737), fl. 1.

⁴⁵⁸ Leiria, ADL, Registos Paroquiais, Pombal, Óbitos, livro 1 (1645-1746), fl. 1.

perderão em caza dos parochos”⁴⁵⁹. Posto isto, torna-se praticamente impossível determinar os termos em que terá decorrido o processo de implementação do registo dos ritos de passagem, sendo no entanto de admitir que a maioria das paróquias já procedesse aos três tipos de registo antes de Trento, até porque as constituições de 1548 a isso obrigavam.

Os registos paroquiais eram frequentemente inspecionados, sobremaneira em sede de visita pastoral⁴⁶⁰. A partir de finais do século XVII, os visitantes passaram a assinalar a inspecção nos próprios livros paroquiais, referindo terem sido vistos em visita. De igual forma, estes livros conservam algumas das determinações redigidas pelos visitantes, pelo que, dada a escassez de livros de capítulos, esta fonte revela-se como sendo da maior importância.

Entre as ordens mais repetidas, nos três tipos de registo, figurou o veto da utilização de abreviaturas e algarismos. Por exemplo, no ano de 1702, frei António Luís Nogueira, visitador do arcediagado de Penela, ordenou que o pároco da Redinha “ponha e escreva os dias dos mezes e as heras dos annos por letra *ad extensum* pellos inconvenientes que se seguem de se poderem viciar os algarismos”⁴⁶¹. A disposição não agradou a frei Manuel Simões de Carvalho, vigário daquela paróquia, que não se contendo escreveu “não quero faze llo”⁴⁶². Como este episódio sugere, a norma não foi de fácil implementação. Refira-se, por exemplo, o caso da paróquia de Pombal, cujos párocos foram sucessivamente advertidos em 1757, 1759 e 1791, o que evidencia resistências por parte dos sucessivos vigários em acatar as determinações dos visitantes, pese a pena de 500 reis estabelecida⁴⁶³.

No que respeita aos assentos de baptismo as ordens dos visitantes foram no sentido de os uniformizar e de facilitar a sua consulta. Por exemplo, em 1708, o vigário do Lourçal foi advertido, sob pena de suspensão do seu ofício, para principiar “cada

⁴⁵⁹ Leiria, ADL, Registos Paroquiais, Santiago de Litém, Casamentos, livro 1 (1678-1773), fl. 1.

⁴⁶⁰ *Constituições Synodales do Bispado de Coimbra*, Coimbra, António de Mariz, 1591, fls. 173-173v e 176. As visitas pastorais não constituíram o único mecanismo de inspecção dos livros paroquiais. Em 1791, teve lugar um exame particular destes registos em todas as freguesias em estudo, vistoria que provavelmente se estendeu a todo o bispado, cf. por exemplo, Leiria, ADL, Registos Paroquiais, Pombal, Baptismos, livro 7 (1781-1805), fl. 212v. Refira-se ainda que em Almagreira, Pombal, Redinha, Santiago de Litém e Vila Cã os livros paroquiais eram igualmente vistoriados aquando das visitas da Ordem de Cristo, cf. entre outros, Leiria, ADL, Registos Paroquiais, Pombal, Óbitos, livro 1 (1645-1746), fl. 54 [visita da Ordem de 14 de Agosto de 1720].

⁴⁶¹ Leiria, ADL, Registos Paroquiais, Redinha, Baptismos, livro 2 (1681-1762), fl. 2.

⁴⁶² Leiria, ADL, Registos Paroquiais, Redinha, Baptismos, livro 2 (1681-1762), fl. 2.

⁴⁶³ Leiria, ADL, Registos Paroquiais, Pombal, Baptismos, livro 5 (1756-1775), fls. 48 e 100, livro 7 (1781-1805), fl. 203v; Casamentos, livro 1 (1645-1759), fl. 493, livro 2 (1759-1797), fl. 203v; Óbitos, livro 2 (1746-1772), fl. 137, livro 3 (1772-1797), fl. 240.

hum dos assentos pelo dia, mes, e anno como manda a constituição do Bispado e tem a observancia universal”⁴⁶⁴. Para tornar os termos mais completos insistiu-se para que os párocos declarassem a naturalidade dos pais do sacramentado⁴⁶⁵ e, outrossim, os nomes dos avós paternos e maternos⁴⁶⁶. Por sua vez, na visita de 1729, o pároco do Louriçal foi obrigado a declarar na margem dos assentos, os nomes e proveniência dos pais do baptizado “por ficar mais fácil o darem com os assentos quando se procurarem”⁴⁶⁷.

Entre os principais defeitos dos termos figurou a ausência da assinatura dos mesmos, quer pelo pároco, que devia redigir o termo, inclusivamente quando algum outro sacerdote administrasse o sacramento sob sua licença, quer por duas testemunhas que assistissem à cerimónia. Por exemplo, na visita de 1740, o visitador ao verificar a imperfeição de alguns dos assentos elaborados por Agostinho Machado de Abreu, cura da Mata Mourisca, determinou a emenda dos mesmos num prazo de 24 horas, acrescentando que “daqui em diante sob pena de dous mil reis applicados na forma ordinaria e de se lhe dar em culpa pratique fazer todos os assentos dos baptizados ainda que alguns de sua licença o seão por outro padre que tambem assignara [...] o qual em todos os tais assentos fara juntamente assignar duas testemunhas”⁴⁶⁸. Pouco depois, em 1745, o vigário de Litém foi multado em 1500 réis em virtude de alguns assentos não estarem devidamente assinados⁴⁶⁹. Ainda em finais da centúria, o pároco de Vila Cã era advertido para fazer assinar os termos por duas testemunhas das que nomeia nos assentos por ser essa a “praxi do bispado”⁴⁷⁰.

Nos livros de casados a questão das assinaturas foi igualmente frequente. Em 1740, a disposição foi registada nas oito freguesias em estudo. Por exemplo, o pároco de Vila Cã foi advertido para que fizesse assinar os termos por duas ou três testemunhas “declarando juntamente que precederão as denunciações necessarias na forma do Concilio Tridentino e Constituições do Bispado, e sendo parentes os contrahentes que

⁴⁶⁴ Leiria, ADL, Registos Paroquiais, Louriçal, Baptismos, livro 3 (1702-1752), fl. 31v.

⁴⁶⁵ Leiria, ADL, Registos Paroquiais, Almagreira, Baptismos, livro 2 (1690-1764), fl. 93v [visita de 1713]; Mata Mourisca, Baptismos, livro 3 (1770-1801), fl. 71v [visita de 1781]; Pombal, Baptismos, livro 3 (1677-1725), fl. 573 [visita de 1713], Vila Cã, Baptismos, livro 2 (1651-1776), fl. 23v [visita de 1713].

⁴⁶⁶ Leiria, ADL, Registos Paroquiais, Almagreira, Baptismos, livro 2 (1690-1764), fl. 182v [visita de 1736]; Louriçal, Baptismos, livro 3 (1702-1752), fl. 266v [visita de 1736]; Pombal, Baptismos, livro 4 (1725-1746), fls. 143 e 221 [visitas de 1736 e de 1740]; Redinha, Baptismos, livro 2 (1681-1762), fl. 41v [visita de 1740]; Santiago de Litém, Baptismos, livro 2 (1666-1757), fl. 164 [visita de 1736]; Vila Cã, Baptismos, livro 2 (1651-1776), fl. 19 [visita de 1736].

⁴⁶⁷ Leiria, ADL, Registos Paroquiais, Louriçal, Baptismos, livro 3 (1702-1752), fl. 208.

⁴⁶⁸ Dois termos não estavam assinados pelo pároco, um não mencionava o nome do baptizado e, outro, o do padre que baptizara sob licença.

⁴⁶⁹ O valor da multa devia ser entregue ao secretário da visita no prazo de seis dias, sob pena de suspensão do officio, cf. Leiria, ADL, Registos Paroquiais, Redinha, Baptismos, livro 2 (1666-1757), fls. 219v-220.

⁴⁷⁰ Leiria, ADL, Registos Paroquiais, Vila Cã, Baptismos, livro 3 (1766-1804), fl. 115.

forão dispensados em tal grau de consanguinidade ou afinidade”⁴⁷¹. Já o cura da Mata Mourisca devia observar semelhantes disposições sob pena de 500 reis “pela falta que de cada hũa destas circunstances se achar nas visitas futuras”⁴⁷². Não obstante, alguns párocos não acatarem a ordem, como se comprova pelas admoestações feitas aos párocos do Louriçal (1745 e 1757)⁴⁷³, de Pombal (1781)⁴⁷⁴, de Litém (1751 e 1757)⁴⁷⁵ e de Vila Cã (1757, 1787, 1791 e 1795)⁴⁷⁶.

Com o intuito de alargar a eficácia do controlo sobre o matrimónio, em 1707, os vigários de Almagreira e de Vila Cã foram obrigados a declarar os nomes dos pais dos contraentes, bem como as suas proveniências, registando ainda, no caso de algum dos nubentes ser viúvo, o nome do cônjuge falecido e, outrossim, dos seus progenitores⁴⁷⁷. As dispensas matrimoniais mereceram igualmente a atenção dos visitantes, que em 1721, advertiram o cura da Mata Mourisca para não assistir ao recebimento de “espozados dispensados ou com certidão de banhos sem o cumprasse do Doutor Provisor”⁴⁷⁸.

Relativamente aos registos de óbitos, as normas deixadas pelos visitantes evidenciam a importância conferida à administração dos sacramentos aos enfermos. Assim, se compreende a insistência para que os párocos declarassem os sacramentos recebidos pelos defuntos⁴⁷⁹. Pretendia-se controlar os curas mas também os paroquianos que, como já referimos, em múltiplas ocasiões eram responsáveis pelos familiares falecerem sem sacramentos. A temática dos ofícios fúnebres mereceu igualmente várias considerações por parte dos visitantes, nomeadamente no que respeitou aos nocturnos que os párocos, gratuitamente, eram obrigados a celebrar pelas almas dos defuntos pobres, tal com estatuíra uma pastoral de D. António de Vasconcelos e Sousa com data de 1716⁴⁸⁰.

⁴⁷¹ Leiria, ADL, Registos Paroquiais, Vila Cã, Casamentos, livro 2 (1722-1805), fl. 24v.

⁴⁷² Leiria, ADL, Registos Paroquiais, Mata Mourisca, Casamentos, livro 1 (1698-1773), fls. 59v-60.

⁴⁷³ Leiria, ADL, Registos Paroquiais, Louriçal, Casamentos, livro 1 (1564-1745), fl. 377v; livro 2 (1745-1782), fl. 61.

⁴⁷⁴ Leiria, ADL, Registos Paroquiais, Pombal, Casamentos, livro 2 (1759-1797), fl. 154v.

⁴⁷⁵ Leiria, ADL, Registos Paroquiais, Santiago de Litém, Casamentos, livro 1 (1678-1773), fls. 129 e 146v.

⁴⁷⁶ Leiria, ADL, Registos Paroquiais, Vila Cã, Casamentos, livro 2 (1722-1805), fls. 51, 91, 4 e 9.

⁴⁷⁷ Leiria, ADL, Registos Paroquiais, Almagreira, Casamentos, livro 1 (1595-1729), fl. 100v; Vila Cã, Casamentos, livro 1 (1601-1721), fl. 35.

⁴⁷⁸ Leiria, ADL, Registos Paroquiais, Mata Mourisca, Casamentos, livro 1 (1698-1773), fl. 18v.

⁴⁷⁹ Cf., por exemplo, Leiria, ADL, Registos Paroquiais, Santiago de Litém, Óbitos, livro 1 (1595-1773), fl. 48v.

⁴⁸⁰ Por exemplo, em 1729, o pároco do Louriçal foi obrigado a assentar à margem do assento “se fes officios se de tres lições se de nove ou noturno que fizer pello defuntos e os que fizer pello amor de Deos na forma que determina a pastoral e a margem porá tambem os nomes dos falecidos e o nome do lugar.

As questões testamentárias foram matéria abordada em diversas ocasiões, tendo se insistido para que os párocos declarassem, quando o defunto tivesse realizado testamento, os bens de alma e os legados pios deixados⁴⁸¹. Interessante foi a ordem de 1757, para que os párocos persuadissem os seus fregueses para a realização de testamento em que deixassem missas e sufrágios pelas suas almas⁴⁸². Veja-se, por exemplo, a ordem registada no livro de óbitos de Abiul: “o reverendo parocho com a efficiacia de sua doutrina, e com a discripção de sua eloquencia persuada a seos fregueses a grande conveniencia espiritual que resulta a suas almas de fazerem testamento em que deixem missas e legados pios por sua alma não se fiando nesta parte do affecto dos parentes porque a experiencia mostra que não só não fazem sufragios pellos seos defunctos ainda quando são mais obrigados pelas copiosas heranças que lhe deixão”⁴⁸³. A advertência geral das autoridades eclesiásticas evidencia um desinvestimento dos fiéis no número de missas e uma quebra nos legados pios, diminuição que as medidas tomadas, uma década mais tarde, pelo conde de Oeiras vieram acentuar⁴⁸⁴.

2.10 – Bispo de Coimbra *versus* vigário de Pombal

A maioria do clero parece ter aceitado sem grandes reservas, a jurisdição do bispo e, nesta conformidade, as penas impostas pela justiça episcopal. Ainda assim

Fara tambem assentos dos meninos e filhos famílias que falecerem de qualquer idade que sejam declarando os nomes dos pais por assim ser necessarios por haver cazos em que são precizos”, cf. Leiria, ADL, Registos Paroquiais, Lourçal, Óbitos, livro 1 (1564-1737), fls. 387. No ano seguinte, o visitador ordenou que os vigários de Pombal, Santiago de Litém e de Vila Cã, sob pena de 2000 reis e de se lhes dar culpa, registassem a qualidade dos “dos officios que fizer se grandes se piquenos e se aos pobres fes Noturno na forma da Pastoral”, cf. Leiria, ADL, Registos Paroquiais, Pombal, Óbitos, livro 1 (1645-1746), fl. 122; Santiago de Litém, Óbitos, livro 1 (1595-1773), fl. 13; Vila Cã, Óbitos, livro 1 (1600-1768), fl. 140. Mais tarde, em 1755, o vigário de Abiul foi incumbido de declarar nas margens dos assentos os officios que fizesse pelas almas dos defuntos pobres observando a Pastoral de 1716, cf. Leiria, ADL, Registos Paroquiais, Abiul, Óbitos, livro 2 (1724-1789), fl. 110.

⁴⁸¹ Na visita de 1707, esta ordem foi registada em todas as freguesias em análise, cf. Leiria, ADL, Registos Paroquiais, Abiul, Óbitos, livro 1 (1546-1724), fl. 150; Almagreira, Óbitos, livro 1 (1593-1734), fl. 107; Lourçal, Óbitos, livro 1 (1564-1737), fl. 317; Mata Mourisca, Óbitos, livro 1 (1698-1771), fl. 153v; Pombal, Óbitos, livro 1 (1645-1746), fl. 195v; Redinha, Óbitos, livro 1 (1614-1762), fl. 38; Santiago de Litém, Óbitos, livro 1 (1595-1773), fl. 79; Vila Cã, Óbitos, livro 1 (1600-1768), fl. 95v.

⁴⁸² Leiria, ADL, Registos Paroquiais, Abiul, Óbitos, livro 2 (1724-1789), fl. 119; Almagreira, Óbitos, livro 2 (1734-1788), fl. 106v; Lourçal, Óbitos, livro 2 (1737-1780), fls. 155v-156; Mata Mourisca, Óbitos, livro 1 (1698-1771), fl. 135v; Pombal, Óbitos, livro 2 (1746-1772), fl. 137; Redinha, Óbitos, livro 1 (1614-1762), fl. 118; Santiago de Litém, Óbitos, livro 1 (1595-1773), fl. 98v-99; Vila Cã, Óbitos, livro 1 (1600-1768), fl. 54v.

⁴⁸³ Leiria, ADL, Registos Paroquiais, Abiul, Óbitos, livro 2 (1724-1789), fl. 119.

⁴⁸⁴ A propósito dos diplomas de Sebastião Carvalho e Melo sobre os testamentos cf. Ana Cristina Araújo, *A Morte em Lisboa. Atitudes e Representações. 1700-1830*, Lisboa, Editorial Notícias, 1997, pp. 273-280.

existiram algumas exceções. No território em estudo, o vigário de Pombal frei José Rodrigues Maia (1751-1772) foi protagonista de uma acesa contenda com o antístite de Coimbra, D. Miguel da Anunciação.

José Rodrigues Maia nasceu em Pombal no ano de 1696, no seio de uma família modesta. Era filho de António Rodrigues Maia, alfaiate, e de Isabel Maria⁴⁸⁵. Desconhecemos qualquer aspecto relativo à sua formação sendo, no entanto, de admitir que esta tenha sido rudimentar⁴⁸⁶. Voltamos a ter notícias suas a 20 de Agosto de 1725, data em que, já sendo frade professo da Ordem de Cristo, foi apresentado como reitor da igreja de Santiago de Fonte Arcada, comarca de Penafiel, bispado do Porto⁴⁸⁷. Desta paróquia passou, mais tarde, à de Tapéus, então termo da Redinha, bispado de Coimbra, da qual tomou posse a 25 de Outubro de 1730⁴⁸⁸. Posteriormente, a 9 de Maio de 1737, foi apresentado como vigário da igreja de Nossa Senhora da Graça de Almagreira⁴⁸⁹. Por último, a 8 de Julho de 1749, foi apresentado na vigairaria de Pombal, que se encontrava vaga por morte do anterior proprietário, frei José Pinto⁴⁹⁰. As quatro paróquias mencionadas eram padroado da Ordem de Cristo, milícia a que José, como referimos pertencia. Na sua carreira são visíveis dois componentes. Por um lado, a aproximação à terra natal, por outro, a procura de benefícios mais rentáveis. Como Fernanda Olival referiu, ao estudar o clero da Ordem de Avis na região alentejana, a distância entre o benefício eclesiástico e a naturalidade do opositor era um elemento a ter em conta tanto pelo candidato como pela Mesa da Consciência. Para o primeiro, essa proximidade permitiria zelar pelos bens imóveis, pelo agregado familiar e capitalizar ao máximo a condição de freire de uma Ordem militar, quer em benefício próprio quer em favor da sua parentela. Para a Mesa, esse aspecto poderia condicionar a residência ou o

⁴⁸⁵ Os avós paternos eram Manuel Rodrigues Maia e Maria João, naturais de Pombal. Pedro Domingues e Maria Francisca, naturais da freguesia de Almagreira, eram os avós maternos, cf. Lisboa, AN/TT, Conselho Geral do Santo Ofício, Habilitações, José, mc. 88, doc. 1312, fls. 2 e 4. José recebeu o sacramento do baptismo pelas mãos do vigário de Pombal, frei Mateus Cardoso Cordeiro, no dia 1 de Fevereiro de 1696. Na cerimónia foram padrinhos António Marques e Maria Melroa, ambos solteiros e moradores em Pombal, cf. Leiria, ADL, Registos Paroquiais, Pombal, Baptismos, livro 2 (1677-1725), fls. 328v-329.

⁴⁸⁶ Ao pretender o cargo de comissário do Santo Ofício não mencionou qualquer grau académico, cf. o processo aludido na nota anterior.

⁴⁸⁷ Lisboa, AN/TT, Chancelaria da Ordem de Cristo, Chancelaria Antiga, livro 157, fls. 445-445v.

⁴⁸⁸ Coimbra, AUC, Registos Paroquiais, Tapéus, Baptismos, livro 1 (1641-1738), fl. 68v.

⁴⁸⁹ Lisboa, AN/TT, Chancelaria da Ordem de Cristo, Chancelaria Antiga, livro 196, fl. 257. Tomou posse da igreja a 17 de Junho do referido ano, cf. Leiria, ADL, Registos Paroquiais, Almagreira, Baptismos, livro 2 (1690-1764), fl. 191v.

⁴⁹⁰ Lisboa, AN/TT, Chancelaria da Ordem de Cristo, Chancelaria Antiga, livro 251, fl. 108v. No entanto, apenas veio a tomar posse desta igreja a 3 de Abril de 1751, cf. Leiria, ADL, Registos Paroquiais, Pombal, Óbitos, livro 2 (1746-1772), fl. 50.

absentismo do clérigo⁴⁹¹. A escolha pela paróquia de Fonte Arcada é facilmente explicável. Tratava-se de uma paróquia de dimensões reduzidas, pouco populosa (203 fogos) e com diminutos rendimentos (50 mil reis), aspecto que contribuiria para um número reduzido de opositores. Era portanto o benefício ideal para alguém em início de carreira, já que a antiguidade era um dos critérios de selecção⁴⁹². A colocação nas igrejas de Tapéus (130 mil reis/137 fogos), de Almagreira (100 mil reis/320 fogos) e de Pombal (100 mil reis/1090 fogos) viria a traduzir-se num aumento significativo dos seus proventos⁴⁹³.

De forma a consolidar a sua posição habilitou-se ao Tribunal do Santo Ofício, tendo sido provido comissário da instituição a 25 de Agosto de 1730⁴⁹⁴. Por esta altura, servia igualmente como escrivão das inquirições da Ordem de Cristo, função que lhe rendia anualmente 100 mil reis. Possuía ainda um benefício simples “la para as partes de Lisboa” que importava cerca de 50 mil réis⁴⁹⁵.

A conduta deste religioso era condenável a diversos níveis. Durante largos anos viveu amancebado com Mariana da Assunção Botelha, sua criada, natural de Tapéus⁴⁹⁶. Na devassa de 1751, foi acusado de conversação ilícita com Maria, rapariga solteira, que fora sua criada⁴⁹⁷. Mais tarde, em 1759, foi posto em visita por admitir em sua casa uma Bernarda, jovem bem-parecida, que lhe providenciava diversos repastos⁴⁹⁸.

⁴⁹¹ Fernanda Olival, “O Clero da Ordem de Avis na Região Alentejana”, *Ordens Militares. Guerra, religião, poder e cultura. Actas do III Encontro sobre Ordens Militares*, vol. 2, Lisboa, Edições Colibri, Câmara Municipal de Palmela, 1999, pp. 199, 206 e 209.

⁴⁹² Paulo Dias de Niza, *Portugal Sacro-Profano* [...], parte I, Lisboa, Miguel Manescal da Costa, 1767, pp. 245-246. Sobre os critérios de selecção nos concursos cf. Fernanda Olival, “O Clero da Ordem de Avis [...]”, pp. 208-215.

⁴⁹³ Paulo Dias de Niza, *Portugal Sacro-Profano* [...], parte I, p. 32 e parte II, pp. 137 e 241. As vigairarias de Almagreira e de Pombal estão claramente subavaliadas, cf. o primeiro capítulo deste trabalho.

⁴⁹⁴ Lisboa, AN/TT, Conselho Geral do Santo Ofício, Habilitações, José, mç. 88, doc. 1312. Sobre os comissários do Santo Ofício cf., o capítulo deste trabalho dedicado ao tema, bem como a bibliografia aí indicada.

⁴⁹⁵ Lisboa, AN/TT, Conselho Geral do Santo Ofício, Habilitações, José, mç. 88, doc. 1312, fls. 2, 12v-13.

⁴⁹⁶ A relação principiou enquanto vigário de Tapéus. Por esta causa foi, por diversas ocasiões, delatado em visita, sendo as culpas remetidas para a Mesa da Consciência e Ordens, cf. Coimbra, AUC, Devassas Penela, extractos de culpados, livro 2, fl. 7; livro 7, fl. 42; livro 8, fl. 83. Segundo o bispo de Coimbra, D. Miguel da Anunciação, “o vigario de Pombal [...] principiou a exercitar este comercio illicito na freguezia de Tapeus, continuo-o na de Almagreira, prosequiu depões de vigario de Pombal nesta villa, conservou-o a Marianna da Assumpção Botelha por sua conta neste Bispado levou-a para o de Leyria, agora a tem na Prelazia de Thomar, e todos estes territorios tem escandalizado com as suas assistencias, com os seus recados e com as suas vezitas”, cf. Lisboa, AN/TT, Ministério do Reino, Negócios Eclesiásticos, mç. 596, cx. 697, documento não numerado.

⁴⁹⁷ Mais uma vez, a culpa foi enviada para a Mesa da Consciência e Ordens, cf. Coimbra, AUC, Devassas Penela, extractos de culpados, livro 7, fl. 120.

⁴⁹⁸ Bernarda morava em companhia de Mariana Botelha, ama do vigário, cf. Coimbra, AUC, Devassas Penela, livro 67, fl. 198v.

Relativamente ao ofício de pároco as faltas eram infundáveis. Na visita de 1741, foi acusado de “ser cauza, ou occasião de algumas pessoas da sua freguezia [Almagreira] ficarem sem ouvir missa aos Domingos e Dias Santos”, não administrar os sacramentos aos enfermos, negar a comunhão a alguns fregueses, descompor os mesmos à estação da missa “com palavras injuriosas, condenando-os também injustamente e com especialidade aos que lhe não fazem a vontade”, desobedecer às ordens dos superiores hierárquicos, não cumprir com a obrigação da residência, tendo-se ausentado, sem licença, para as partes de Pombal, apropriar-se do dinheiro das confrarias e realizar ofícios a defuntos pobres obrigando os herdeiros a pagar, quantias superiores ao permitido⁴⁹⁹. Por estas culpas foi suspenso do benefício, por espaço de cinco anos, sendo restituído a 27 de Julho de 1746, por despacho do prelado conimbricense⁵⁰⁰. Enquanto vigário de Pombal praticou idênticos erros: não ensinava a doutrina, não fazia oração mental, provocava o riso nos fregueses durante a estação da missa e continuava a cometer excessos nos ofícios fúnebres. Mais grave, havia sido o facto de ter deixado falecer diversos fregueses sem os sacramentos⁵⁰¹. Por estes motivos

⁴⁹⁹ Coimbra, AUC, Devassas Penela, extractos de culpados, livro 2, fl. 7 e livro 7, fls. 42-42v. A 11 de Maio de 1750, pela falta de residência, material e formal, foi condenado em 4000 reis na forma ordinária, num ano de degredo para fora do bispado, nas custas do processo “e lhe encarregão a consciencia a que restitua os frutos correspondentes as faltas de residencia”. Apelou para o tribunal da Legacia tendo sido absolvido por sentença de 10 de Fevereiro de 1757. Desta feita, foi apenas admoestado a cumprir a contínua residência na sua paróquia e aconselhado a restituir os frutos auferidos durante a ausência, cf. Coimbra, AUC, Devassas Penela, extractos de culpados, livro 9, fl. 20. A propósito da questão da residência refira-se que, entre 7 de Novembro de 1740 e finais de Janeiro de 1741, o vigário esteve em Lisboa, tendo ficado a curar a igreja o padre Luís Carvalho, capelão da freguesia. No entanto, desconhecemos se alcançara a licença necessária, cf. Leiria, ADL, Registos Paroquiais, Almagreira, Baptismos, livro 2 (1690-1764), fls. 225v-228v.

⁵⁰⁰ Eis o teor do despacho: “Attendendo a que o reverendo supplicante tem purgado as culpas em que foi comprehendido na vezita de 1741 com a dilatada suspensão do seo beneficio por espaço de mais de sinco annos, uzando da nossa piedade e sem preuijo da nossa jurisdição ordenamos se passe mandado de levantamento ao reverendo encomendado da igreja de Almagreira, e que o reverendo supplicante seja restituído a posse da ditta igreja e ao exercicio de parochio e que o reverendo encomendado exhiba a carta de encomendação para a vista della deferirmos o mais que tiver lugar. Coimbra 27 de Julho de 1746. D. Miguel Bispo Conde”, cf. Lisboa, AN/TT, Ministério do Reino, Negócios Eclesiásticos, mç. 596, cx. 697, documento não numerado. Num livro de registos paroquiais o vigário registou: “A 28 de Julho de 1746 fui restituído a esta minha igreja por sentença honroza do Tribunal da Meza da Consciencia e Ordens. Maya”, cf. Leiria, ADL, Registos Paroquiais, Almagreira, Baptismos, livro 2 (1690-1764), fl. 270v. Mais tarde, por despacho de 21 de Novembro de 1751, nova culpa foi remetida ao Juízo das Ordens, desta feita porque o eclesiástico usara das Ordens estando suspenso, cf. Coimbra, AUC, Devassas Penela, extractos de culpados, livro 8, fl. 13.

⁵⁰¹ Coimbra, AUC, Devassas Penela, extractos de culpados, livro 7, fl. 120; livro 9, fl. 73; livro 10, fl. 519v. Lisboa, AN/TT, Ministério do Reino, Negócios Eclesiásticos, mç. 596, cx. 697, documento não numerado. Refira-se ainda o pouco zelo que demonstrava no registo dos sacramentos. A 4 de Setembro de 1751, foi condenado em 500 reis por não ter terminado um termo de casamento, ficando obrigado a conclui-lo no termo de dez dias, sob pena de suspensão. No entanto, a 7 de Setembro do mesmo ano, o mesmo visitador que o havia condenado, acabou por perdoar a pena pecuniária, não sendo claros os motivos que o levaram a reconsiderar: “Attendendo a alguas circunstancias que se me ponderarão relevo

foi, de novo, suspenso do ofício de pároco, a 7 de Dezembro de 1751 e, posteriormente, a 2 de Abril de 1753⁵⁰².

Como se sabe, D. Miguel da Anunciação esteve intimamente ligado à jacobea, movimento encetado em 1707, no convento da Graça de Coimbra, e que, entre outros aspectos, preconizava uma reestruturação rigorosa do comportamento dos religiosos⁵⁰³. De igual forma, é conhecida a acção do prelado conimbricense contra os excessos cometidos por clérigos, nomeadamente através de cartas pastorais⁵⁰⁴. Assim sendo, não é de estranhar a posição assumida pelo antístite face aos comportamentos do vigário de Pombal, que tendo “a obrigação de ser pastor [...] não tem deixado de ser lobo no interior e no exterior também lobo, porque não sabe dissimular o que he”⁵⁰⁵. A escassa consideração pelo vigário levou inclusivamente D. Miguel a tentar dissuadi-lo quando aquele o informou da intenção de ser opositor à igreja de Pombal. Aliás, quando o vigário apresentou a provisão do rei, o bispo não quis admiti-lo, em virtude das culpas que tinha na justiça episcopal que o obrigavam a degredo “e conforme as regras de Direito expresso nestes termos não devem ser admitidos os apresentados a colação das Igrejas”. Não obstante o impasse, que se arrastou por cerca de dois anos, acabou por ser colado pelo auditor do núncio⁵⁰⁶.

Após a última suspensão, o vigário apresentou ao monarca um conjunto de queixas sobre o procedimento do bispo de Coimbra. Frei José acusou o prelado de exceder a sua jurisdição, por serem as igrejas da Ega, Pombal e Redinha de pleno direito

ao reverendo vigário actual desta igreja da multa que o tinha condemnado”, cf. Leiria, ADL, Registos Paroquiais, Pombal, Casamentos, livro 1 (1645-1759), fl. 445.

⁵⁰² Após a primeira suspensão apelou para a Legacia, tendo sido perdoado. Antes de ordenar a segunda suspensão o prelado representou o caso ao monarca por intermédio do inaciano José Moreira. A resposta foi a seguinte: “Fiz presente a Sua Magestade que o vigário de Pombal se achava culpado de ter deixado morrer dous freguezes sem sacramentos e que Vossa Excelencia suspendera o proceder contra elle athe saber a vontade do mesmo Senhor e me mandou responder a Vossa Excelencia que pode proceder contra o dito vigário segundo entender que tem direito e que Sua Magestade não poderá deixar de attender ao que se julgar sera justo”, cf. Lisboa, AN/TT, Ministério do Reino, Negócios Eclesiásticos, mç. 596, cx. 697, documento não numerado.

⁵⁰³ José Pedro Paiva, *Os Bispos de Portugal e do Império (1495-1777)*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2006, pp. 169-170. Sobre a corrente da jacobea cf. António Pereira da Silva, *A questão do sigilismo em Portugal no século XVIII. História, religião e política nos reinados de D. João V e de D. José I*, Braga, Editorial Franciscana, 1964, pp. 50-145, Idem, “A Jacobea, movimento de renovação da Igreja em Portugal no século XVIII”, *Actas da 3.ª Semana Portuguesa de Teologia*, [s.l.], 1964; Zília Osório de Castro, “Jacobea”, *Dicionário de História Religiosa [...]*, vol. J-P, pp. 5-7; Elisa Maria Lopes da Costa, “A Jacobea. Achegas para a história de um movimento de reforma espiritual no Portugal Setecentista”, *Arquipélago. História*, 2.ª série, vols. XIV-XV, Ponta Delgada, 2010-2011, pp. 31-48.

⁵⁰⁴ Manuel Augusto Rodrigues, “As Preocupações Apostólicas [...]”, pp. 135-166.

⁵⁰⁵ Lisboa, AN/TT, Ministério do Reino, Negócios Eclesiásticos, mç. 596, cx. 697, documento não numerado.

⁵⁰⁶ Lisboa, AN/TT, Ministério do Reino, Negócios Eclesiásticos, mç. 596, cx. 697, documento não numerado. Leiria, ADL. Registos Paroquiais, Pombal, Óbitos, livro 2 (1746-1772), fls. 71-72v.

da Ordem de Cristo e isentas da alçada da Sé conimbricense “por serem fundadas pelos Templários no tempo dos Mouros”⁵⁰⁷, acrescentou que o bispo havia ordenado que se fizessem obras na capela-mor da igreja de São Martinho, sem ordem régia, e que havia determinado o arrasamento de algumas ermidas e a erecção de outras tantas. O vigário lamentou a perseguição que o bispo lhe movia, afirmando que “todos os freyres vivem com temor das violencias dos reverendos bispos, e dos mais ordinarios, pela natural opposição que a maior parte delles tem contra as Ordens militares esquecidos dos juramentos com que prometterão observar os preceitos de Sua Magestade”. Por fim, solicitou que o monarca obrigasse o prelado a ressarcir-lo dos “damnos temporais que tem experimentado por cauza destas suspensoens do seo beneficio”⁵⁰⁸.

A reacção do bispo não se fez esperar. Num extensa missiva, não datada, D. Miguel tratou de desmentir o padre de Pombal, afirmando que aquele “tem morto à fome e sede as suas mesmas ovelhas”. O antístite refutou os argumentos utilizados pelo pároco para justificar a morte dos seus paroquianos sem sacramentos; assegurou não ter excedido a sua jurisdição; atestou não perseguir os frades da Ordem de Cristo; deu conta da perseguição movida por frei José Rodrigues Maia aos encomendados durante as suas suspensões, pretendo privá-los dos emolumentos⁵⁰⁹; e transmitiu o incumprimento do vigário face a algumas providências episcopais, nomeadamente na execução dos capítulos de visita. O objectivo de D. Miguel da Anunciação era claro, pretendia que o monarca impossibilitasse que aquele “parocho exercite ou desonre mais tão veneravel e terrivel ministerio e continue a ser pedra de escandalo na casa de Deus”⁵¹⁰.

⁵⁰⁷ A propósito dos conflitos entre Templários e bispos de Coimbra, na Época Medieval, pela posse das igrejas em estudo, cf. Maria Alegria Fernandes Marques, “O Litigio entre a Sé de Coimbra e a Ordem do Templo pela posse das igrejas de Ega, Redinha e Pombal”, *Jornadas sobre Portugal Medieval. Actas*, Leiria, Câmara Municipal de Leiria, 1986, pp. 347-366.

⁵⁰⁸ Lisboa, AN/TT, Ministério do Reino, Negócios Eclesiásticos, mç. 596, cx. 697, documento não numerado. É curioso que o vigário não tenha alegado a pertença ao Tribunal da Fé, de forma a eximir-se da justiça episcopal. Este argumento não deixou de ser utilizado por outros clérigos em contendas com bispos. Sobre esta matéria cf. José Pedro Paiva, *Baluartes da Fé e da Disciplina. O Enlace entre a Inquisição e os Bispos em Portugal (1536-1750)*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2011, pp. 67-78; Ana Cristina Machado Trindade, *Plantar Nova Christandade* [...], pp. 154-165.

⁵⁰⁹ Na igreja de Almagreira foram encomendados, durante os cinco anos em que esteve suspenso, o padre António do Vale Cordeiro (Julho de 1741 a Julho de 1746), cf. Leiria, ADL, Registos Paroquiais, Almagreira, Baptismos, livro 2 (1690-1764), fls. 231-270v. Na paróquia de Pombal, durante as suspensões do vigário, foram encomendados os padres Lourenço Mendes da Cunha (Dezembro de 1751 a Dezembro de 1752), frei Valentim Alexandre da Cunha (Abril de 1753 a Abril de 1756), frei António Soares de Abrunhosa (Abril de 1756 a Outubro de 1769) e frei Manuel Rodrigues Carvalho (Outubro de 1769 a Janeiro de 1772), cf. Leiria, ADL, Registos Paroquiais, Pombal, Óbitos, livro 2 (1746-1772), fls. 59v-70 e 77v-278v.

⁵¹⁰ Lisboa, AN/TT, Ministério do Reino, Negócios Eclesiásticos, mç. 596, cx. 697, documento não numerado.

Deste conflito cabe destacar três pontos. Em primeiro lugar, sobressai a diminuta capacidade de decisão do prelado no que respeita à colação das igrejas. Na diocese de Coimbra, o bispo apenas detinha o direito de apresentação em 32 paróquias, correspondentes a 8,9%. Não obstante, os clérigos apresentados por outras entidades tinham de ser posteriormente confirmados e empossados pelo prelado diocesano⁵¹¹. No caso em apreço, apesar do bispo, dado o historial do clérigo, não o querer admitir aquando da apresentação da provisão régia, frei José acabou por ser aprovado pelo auditor do nuncio.

Em segundo lugar, o facto de o vigário ter sido provido na igreja de Pombal demonstra que a conduta dos candidatos nem sempre seria condição determinante para o provimento dos benefícios vagos. De facto, a certidão de folha corrida deste clérigo seria assaz extensa⁵¹². Assim sendo, factores como a antiguidade na Ordem ou a distância entre o benefício e a origem do opositor parecem ter tido um peso mais significativo. Por outro lado, como se sabe, as redes clientelares continuavam a ser decisivas para alcançar um benefício⁵¹³.

Em terceiro lugar, cabe referir que o conflito entre o prelado e o vigário de Pombal resultou na vitória final do prelado. O poder jurisdicional do antístite foi reafirmado já que o vigário, frei professo da Ordem de Cristo, até à sua morte a 8 de Janeiro de 1772, não voltou a exercer o seu ofício⁵¹⁴.

⁵¹¹ Joaquim Ramos de Carvalho, José Pedro Paiva, “A Diocese de Coimbra [...]”, pp. 224-230.

⁵¹² A propósito da folha corrida, refira-se que nem sempre eram registados todos os crimes cometidos. É paradigmática a petição, deferida, de frei João António da Guerra Pinto, beneficiado na colegiada da vila de Pombal, através da qual solicitou perdão da culpa que lhe resultara na devassa de 1787, por concubinato com uma criada, pois pretendia fazer oposição à coadjutoria da igreja de Longroiva, bispado de Lamego, em que se achava provido, e para requerer a colação no dito benefício “era necessario levar deste bispado folha corrida e lhe he prejudicial o responder-se a ella com a dita culpa”, cf. Coimbra, AUC, Processos a Padres, cx. 2, Dep III. 1.^a D, 7, 3, 2, doc. não numerado. Cf., ainda, Coimbra, AUC, Devassas Penela, extractos de culpados, livro 10, fl. 525.

⁵¹³ João Rocha Nunes, *A Reforma Católica* [...], pp. 185-189. No caso em estudo desconhecemos quaisquer pressões o que não significa que não tenham ocorrido.

⁵¹⁴ Leiria, ADL, Registos Paroquiais, Pombal, Óbitos, livro 2 (1746-1772), fl. 278v.

Capítulo 3 – As visitas pastorais e a reforma dos fiéis

3.1 – Os sacramentos

3.1.1 – O baptismo

Sacramento de iniciação na comunidade cristã, o baptismo tinha, segundo as constituições diocesanas, de ser ministrado até oito dias após o nascimento da criança⁵¹⁵. De forma a controlar o prazo estabelecido, em 1745 os párocos passaram a ser obrigados a registar o dia do nascimento, o do baptismo e, outrossim, a fazer assinar o assento por duas testemunhas⁵¹⁶. No entanto, a insistência dos visitantes nesta matéria demonstra que a ordem não foi acatada por todos os párocos, nomeadamente os das paróquias de Abiul (1795), de Almagreira (1751), de Pombal (1757), de Santiago de Litém (1751, 1757) e de Vila Cã (1757, 1795)⁵¹⁷.

Não existe qualquer sinal de recusa por parte da população em receber este sacramento. Este era, de resto, um acto que se revestia da maior importância já que, através do parentesco espiritual contraído, permitia reforçar alianças ou por cobro a animosidades existentes. Posto isto importa averiguar se os prazos estipulados, pelos textos normativos, eram acatados. Uma sondagem pelos registos de baptismo das freguesias do Louriçal e de Vila Cã revelou que a esmagadora maioria das crianças era baptizada dentro do período estipulado. Entre Julho de 1745 e Julho do ano seguinte, num universo de 97 crianças sacramentadas na paróquia do Louriçal, apenas duas ultrapassaram o prazo estatuído⁵¹⁸. Da mesma forma, em Vila Cã, de Agosto de 1745 a Agosto de 1746, em 16 baptizados somente dois o foram para lá do tempo determinado⁵¹⁹.

⁵¹⁵ *Constituições Synodales do Bispado de Coimbra*, Coimbra, António de Mariz, 1591, fls. 1v-2.

⁵¹⁶ Em 1740, o visitador já havia dado semelhante ordem ao vigário de Litém. Em 1745, o mesmo pároco foi novamente advertido para cumprir com a disposição sob pena de dez tostões, cf. Leiria, ADL, Registos Paroquiais, Santiago de Litém, Baptismos, livro 2 (1666-1767), fls. 192v e 220; Abiul, Baptismos, livro 2 (1716-1789), fl. 69; Almagreira, Baptismos, livro 2 (1690-1764), fl. 263v; Mata Mourisca, Baptismos, livro 2 (1698-1771), fl. 131; Pombal, Baptismos, livro 4 (1725-1756), fl. 321v; Redinha, Baptismos, livro 2 (1681-1762), fl. 83v; Vila Cã, Baptismos, livro 2 (1651-1766), fl. 58v.

⁵¹⁷ Leiria, ADL, Registos Paroquiais, Almagreira, Baptismos, livro 2 (1690-1764), fl. 321v; Abiul, Baptismos, livro 3 (1789-1804), fl. 60; Pombal, Baptismos, livro 5 (1756-1775), fl. 321v; Santiago de Litém, Baptismos, livro 2 (1666-1767), fls. 266 e 326, Vila Cã, Baptismos, livro 2 (1651-1766), fl. 137v e livro 3 (1766-1804), fl. 130.

⁵¹⁸ Leiria, ADL, Registos Paroquiais, Louriçal, Baptismos, livro 3 (1702-1752), fls. 411v a 420v. Desconhecemos a situação de três crianças por não ter sido assentado o dia do nascimento.

⁵¹⁹ Leiria, ADL, Registos Paroquiais, Vila Cã, Baptismos, livro 2 (1651-1766), fls. 58v-60.

Uma das principais medidas tomadas em Trento, relativas ao baptismo, fora a redução do número de padrinhos. A medida visava regulamentar o parentesco espiritual, de forma a evitar os inúmeros matrimónios contraídos em grau proibido. Assim, os padres conciliares estipularam que no baptismo apenas fosse admitido um padrinho, ou no limite, um padrinho e uma madrinha⁵²⁰. Cabe referir que antes do *terminus* do referido concílio alguns bispos já haviam legislado sobre a matéria. No que respeita à diocese de Coimbra, D. Frei João Soares havia confirmado uma antiga constituição do bispado que previa a existência de apenas um padrinho e uma madrinha “alem da que levar a criatura e ho que baptiza”. O mesmo prelado havia ainda estabelecido a idade mínima de 14 anos para os padrinhos e de 12 anos para as madrinhas, bem como a necessidade de ambos serem baptizados, crismados e dominarem a doutrina cristã. Por outro lado, interditara a função a clérigos regulares, a marido e mulher, e a indivíduos mudos⁵²¹. As constituições de 1591 incorporaram a disposição tridentina relativa ao número de padrinho, retomando algumas das disposições de 1548, nomeadamente no que respeita à idade dos padrinhos⁵²².

No que respeita ao número de padrinhos a norma tridentina parece ter entrado rapidamente em vigor. Em Abiul, a 13 de Janeiro de 1565, o pároco Simão do Rego ao celebrar um baptismo aceitou apenas um padrinho e uma madrinha, declarando que “não se tomarão mais padrinhos por ser o primeiro depois de publicado o consillio”⁵²³. No Louriçal em meados do mesmo ano, a norma foi igualmente aplicada⁵²⁴. Não obstante, em algumas paróquias do bispado o processo não foi tão célere. Só assim se explica que em finais do século XVII, D. João de Melo tenha reafirmado a proibição de admitir dois homens por padrinhos, estabelecendo a pena de excomunhão maior para os párocos que o admitissem⁵²⁵.

⁵²⁰ *O Sacrosanto, e Ecumenico* [...], tomo II, p. 239

⁵²¹ *Constituições Synodales do Bispado de Coimbra*, Coimbra, [s.n.], 1548, fls. 5-5v.

⁵²² No entanto, foram introduzidas algumas novidades em relação ao texto de 1548. Por um lado, os freires das ordens militares de Avis, de Cristo e de Santiago passar a poder ser padrinhos de baptismo. Por outro lado, desapareceu a interdição de marido e mulher poderem apadrinhar uma mesma criança, cf. *Constituições Synodales do Bispado de Coimbra*, Coimbra, António de Mariz, 1591, fls. 4-4v.

⁵²³ Leiria, ADL, Registos Paroquiais, Abiul, Baptismos, livro 1 (1549-1716), fl. 46.

⁵²⁴ Leiria, ADL, Registos Paroquiais, Louriçal, Baptismos, livro 1 (1562-1648), fl. 17. Na diocese de Viseu verificou-se idêntica celeridade, cf. João Rocha Nunes, *A Reforma Católica* [...], pp. 228-231. Por seu turno, no arquipélago dos Açores, na segunda metade do século XVII, se alguns párocos ainda admitiam quatro padrinhos, outros permitiam que os padrinhos fossem marido e mulher ou dois indivíduos do sexo masculino, cf. Maria Fernanda Enes, *Reforma Tridentina* [...], p. 156.

⁵²⁵ O documento encontra-se publicado em Alice Correia Godinho Rodrigues, “Subsídios [...]”, pp. 320-321.

Relativamente à idade dos padrinhos as disposições nem sempre foram cumpridas. Prova-o uma determinação registada no decurso da visita de 1794, pela qual frei Manuel Godinho, vigário encomendado de Pombal, foi proibido de admitir padrinhos com idade inferior a 14 anos. Por outro lado, naquela data, o mesmo pároco foi proibido de aceitar santos para aquela função⁵²⁶. O mesmo é dizer que não admitisse por madrinha Nossa Senhora do Castelo, orago da igreja onde eram celebrados os baptismos da freguesia de Pombal, já que uma pesquisa pelo livro de baptismos desta paróquia evidenciou que aquela foi a única invocação escolhida para apadrinhar os sacramentados. Entre Novembro de 1793 e o mesmo mês do ano seguinte, em 138 crianças baptizadas 13 (9,4%) tiveram por madrinha aquela Senhora⁵²⁷. Seria expectável que a medida tivesse sido aplicada às restantes freguesias. No entanto, tal não sucedeu. Por exemplo, na paróquia de Abiul em igual período, num total de 48 baptismos, cinco crianças (10,4%) tiveram Nossa Senhora das Neves, orago da matriz da vila, por madrinha⁵²⁸. Na visita de 1795, o visitador não elaborou qualquer comentário a esta prática, que era ainda realidade em 1796⁵²⁹.

3.1.2 – A confirmação

A importância do sacramento da confirmação, também designado por sacramento do Espírito Santo ou simplesmente crisma, foi reafirmada no Concílio de Trento, reunião onde se insistiu ser a sua administração exclusiva dos bispos⁵³⁰.

As constituições do bispado de Coimbra de 1548 haviam estipulado que após os cinco anos de idade, todo o cristão recebesse este sacramento⁵³¹. Não obstante, esta disposição foi alterada em 1591, tendo sido estabelecido que a graça e o dom do Espírito Santo fossem alcançados a partir dos sete anos de idade⁵³². Com esta medida as autoridades eclesiásticas pretendiam impedir que um mesmo indivíduo fosse crismado duas, ou mais vezes, já que consideravam que a partir daquela idade a criança teria capacidade de reter na memória aquele acto.

⁵²⁶ Leiria, ADL, Registos Paroquiais, Pombal, Baptismos, livro 7 (1781-1805), fl. 311v.

⁵²⁷ Leiria, ADL, Registos Paroquiais, Pombal, Baptismos, livro 7 (1781-1805), fls. 279-311.

⁵²⁸ Leiria, ADL, Registos Paroquiais, Abiul, Baptismos, livro 3 (1789-1804), fls. 39v-50.

⁵²⁹ Leiria, ADL, Registos Paroquiais, Abiul, Baptismos, livro 3 (1789-1804), fl. 69. A igreja de Abiul não foi visitada em 1794, sendo apenas inspecionada no ano seguinte.

⁵³⁰ *O Sacrosanto, e Ecumenico* [...], tomo I, p. 187.

⁵³¹ *Constituições Synodales do Bispado de Coimbra*, Coimbra, [s.n.], 1548, fl. 6v.

⁵³² *Constituições Synodales do Bispado de Coimbra*, Coimbra, António de Mariz, 1591, fl. 6. Noutras dioceses sucedeu idêntica alteração. Por exemplo, na de Viseu essa mutação ocorreu em 1617, cf. João Rocha Nunes, *A Reforma Católica* [...], p. 231.

Como outros estudos já evidenciaram, este era um sacramento administrado em massa, geralmente no contexto das visitas pastorais⁵³³. No território em estudo o cenário não divergiu. Na paróquia de Abiul, foram confirmadas 122 e 186 pessoas, em 1602 e 1617, respectivamente⁵³⁴. Por seu turno, na igreja do Louriçal em 1607, receberam o crisma 475 indivíduos, sendo que em 1620, 1625, 1629 e 1639, foram crismadas 11, 26, 11 e 71 pessoas, respectivamente⁵³⁵. Além dos moradores da paróquia, eram com frequência crismados indivíduos das freguesias vizinhas. Por exemplo, em Abiul em 1617, 44,1% dos confirmados por D. Afonso Furtado de Mendonça eram provenientes de outras paróquias, nomeadamente de Vila Cã (62), de Santiago de Litém (12), da Redinha (quatro), do termo de Soure (dois) e de Vermoil, bispado de Leiria (dois).

O número de ungidos por D. Afonso Castelo Branco em 1607 parece indicar que os seus antecessores haviam sido negligentes na administração daquele sacramento. A partir dessa data, a periodicidade com que passou a ser administrado manteve-se elevada, pelo menos, até ao final do governo de D. João Mendes de Távora. As fontes não possibilitam aferir sobre a frequência das últimas três décadas do século XVII, ou tão-pouco da centúria seguinte. Ainda assim, se tivermos em consideração que o número de visitas executadas pelos prelados diminuiu consideravelmente, é provável que se tenha verificado um aumento do período entre cada crisma. Relativamente ao século XVIII, localizámos apenas uma alusão a uma confirmação ministrada por D. Miguel da Anunciação, provavelmente em 1745. Na ocasião o prelado crismou um Pascoal, filho de pais residentes no lugar da Ilha, freguesia de Mata Mourisca, que havia sido baptizado a 27 de Março de 1715. Ou seja, haviam corrido 30 anos entre os dois sacramentos. A propósito deste indivíduo, cabe referir que na ocasião o bispo “lhe mudou o nome em Manoel”⁵³⁶. As constituições diocesanas admitiam este cenário,

⁵³³ Lucas de Andrade, *Visita Geral* [...], p. 31; Maria Fernanda Enes, *Reforma Tridentina* [...], pp. 158-159; João Rocha Nunes, *A Reforma Católica* [...], pp. 232-233.

⁵³⁴ Leiria, ADL, Registos Paroquiais, Abiul, Baptismos, livro 1 (1549-1716), fls. 1-1v, 6-11v e 23-31. Nos registos paroquiais de Abiul existem mais três listas de crismados. A mais extensa contém os nomes de 370 pessoas, no entanto, dado que não se encontra datada não foi tida em consideração, cf. Leiria, ADL, Registos Paroquiais, Abiul, Baptismos, livro 1 (1549-1716), fls. 2-5v, 12-22 e 31v-32v. As restantes relações parecem estar incompletas, pelo que também não foram consideradas. No rol dos crismados pelo bispo João Mendes de Távora, a 21 de Maio de 1641, apenas constam os nomes de duas pessoas. Por seu turno, na lista de confirmados pelo mesmo bispo a 19 de Maio de 1646, foi somente registado um sacramentado, cf. Leiria, ADL, Registos Paroquiais, Abiul, Casamentos, livro 1 (1556-1718), fls. 129v e 130v.

⁵³⁵ Leiria, ADL, Registos Paroquiais, Louriçal, Baptismos, livro 1 (1562-1648), fls. 179-198v, 214-215 e 293-294.

⁵³⁶ Leiria, ADL, Registos Paroquiais, Mata Mourisca, Baptismos, livro 2 (1698-1771), fl. 94v.

nomeadamente quando o nome de baptismo não fosse de santo canonizado ou beatificado pela Igreja⁵³⁷.

À semelhança do que sucedeu relativamente ao sacramento do baptismo, as autoridades eclesiásticas atribuíram particular atenção aos padrinhos do crisma. Estes tinham obrigatoriamente de ser crismados e ter mais de 14 anos de idade. A função era interdita a pais e irmãos do sacramentado, a religiosos e a excomungados⁵³⁸. Mais tarde, em 1591, a proibição foi alargada aos padrinhos do baptismo⁵³⁹. Embora os textos normativos tenham fixado um limite de dois padrinhos⁵⁴⁰, as listas estudadas demonstram que cada indivíduo teve um único padrinho. No ano de 1602, todos os crismados, independentemente do sexo, tiveram um homem por padrinho. Esta realidade sofreu uma alteração nos anos seguintes, passando a maioria das mulheres a ter uma madrinha e os homens um padrinho. É de admitir que D. Afonso de Castelo Branco tenha legislado sobre a matéria, com o propósito de limitar os impedimentos resultantes do parentesco espiritual contraído. Nesta conformidade, a única excepção admitida consistiu no apadrinhamento de mulheres por clérigos. Relativamente a estes, cabe referir que a sua percentagem tendeu a diminuir ao longo do século XVII⁵⁴¹. Atentemos ao caso de Abiul. No ano de 1602, 25 crismados (20,5%) foram apadrinhados por eclesiásticos, com destaque para o padre Vasco Leitão, padrinho de 16 indivíduos⁵⁴². Por seu turno, em 1617, apenas 15 indivíduos (8,1%) tiveram um clérigo por padrinho. No Louriçal sucedeu algo idêntico. Assim, se em 1607, 71 pessoas (14,9%) foram apadrinhadas por eclesiásticos, em 1639, esse número desceu para cinco (7%)⁵⁴³.

⁵³⁷ *Constituições Synodales do Bispado de Coimbra*, Coimbra, António de Mariz, 1591, fl. 6v. Ainda assim, tal terá sido pouco frequente, já que nas listas de crismados estudadas não existe qualquer evidência de semelhantes alterações. Na diocese de Viseu o crismando teria opção de mudar o nome se assim o desejasse. No entanto, tais alterações, a acontecer, terão sido escassas, cf. João Rocha Nunes, *A Reforma Católica [...]*, p. 233.

⁵³⁸ *Constituições Synodales do Bispado de Coimbra*, Coimbra, [s.n.], 1548, fl. 7.

⁵³⁹ *Constituições Synodales do Bispado de Coimbra*, Coimbra, António de Mariz, 1591, fl. 7.

⁵⁴⁰ Os clérigos de ordens sacras poderiam, caso pretendessem, ter mais padrinhos, cf. *Constituições Synodales do Bispado de Coimbra*, Coimbra, António de Mariz, 1591, fl. 6v.

⁵⁴¹ A mesma realidade sucedeu na diocese de Viseu, cf. João Rocha Nunes, *A Reforma Católica [...]*, pp. 235-236.

⁵⁴² O vigário de Abiul, André Coelho Pereira, apenas foi padrinho de seis pessoas.

⁵⁴³ No Louriçal, em 1607, destaque para o vigário Manuel Vieira Freire, que apadrinhou 42 pessoas, ou seja, 59,2% dos indivíduos que tiveram um clérigo por padrinho. Nos restantes anos, para os quais existem dados, o número e a percentagem de clérigos que foram padrinhos de crisma foram os seguintes: 1625, 4 (15,4%); 1629, 1 (9,1%). Por sua vez, em 1620 nenhum indivíduo foi apadrinhado por eclesiásticos.

3.1.3 – A confissão e a comunhão

As autoridades eclesiásticas encontraram na confissão sacramental um dos principais instrumentos do disciplinamento social⁵⁴⁴. Como mencionou Adriano Prosperi “la confessione, dunque, fu uno strumento di formazione e di informazione”⁵⁴⁵. A sua prática permitiu controlar o comportamento dos fiéis, quer pela imposição de penitências espirituais, quer pela eventual negação da absolvição, ao mesmo tempo que possibilitou formar consciências, disseminando a doutrina católica pela qual se devia modelar a conduta do penitente⁵⁴⁶. O Concílio de Trento atribuiu especial importância ao sacramento da penitência, sobretudo na sessão XIV, celebrada a 25 de Novembro de 1551⁵⁴⁷. Importava demonstrar a credibilidade do sacramento face às críticas protestantes, reafirmando a sua instituição divina e a obrigatoriedade anual, instituída no IV concílio de Latrão (1215)⁵⁴⁸.

A confissão anual dos pecados devia ser feita ao pároco, que estava incumbido de registar os nomes, sobrenomes, as ruas e os lugares dos que cumpriam com o preceito. Os incumpridores, denominados por revéis, seriam declarados por públicos excomungados, à estação da missa, ficando impossibilitados de ser admitidos na igreja, de usufruir de sepultura eclesiástica e de receber qualquer sacramento⁵⁴⁹. As devassas estudadas fornecem alguns dados sobre revéis. Entre 1658 e 1795, existe informação de que 16 indivíduos não cumpriram com o preceito da Quaresma, a saber oito homens e oito mulheres. Os delatados era provenientes de distintos estratos sociais. Entre as pessoas de condição mais elevada, destaque para D. Maria Leonor, solteira, moradora em Abiul, delatada em 1795, por não satisfazer o preceito há mais de 15 anos. Pese a gravidade da acusação, acabou por não ser pronunciada em virtude do visitador entender que “não procedia de erro de fé, nem de contumacia, mas de enfermidade de espirito para o que são mais proprias exortaçoens do que violencias”⁵⁵⁰. Refira-se ainda o lavrador abastado Domingos Dias proprietário de “cazas e gados de toda a qualidade como tambem varias fazendas que amanhã e disfrutão por suas maos, e dos seus

⁵⁴⁴ João Francisco Marques, “Confissão”, *Dicionário de História Religiosa* [...], vol. A-C, pp. 445-459; Federico Palomo, *A Contra-Reforma* [...], pp. 83-90; Adriano Prosperi, *Tribunali della Conciencia* [...], pp. 213-548; José Pedro Paiva, *Baluartes da Fé* [...], pp. 110-126.

⁵⁴⁵ Adriano Prosperi, *Tribunali della Conciencia* [...], p. 264.

⁵⁴⁶ Federico Palomo, *A Contra-Reforma* [...], pp. 83-84.

⁵⁴⁷ *O Sacrosanto, e Ecumenico* [...], tomo I, pp. 297-335 e 349-359.

⁵⁴⁸ *O Sacrosanto, e Ecumenico* [...], tomo I, pp. 321, 353-355.

⁵⁴⁹ *Constituições Synodales do Bispado de Coimbra*, Coimbra, António de Mariz, 1591, fls. 7v-8v.

⁵⁵⁰ Coimbra, AUC, Devassas Penela, livro 81, fl. 207.

criados e jornalleiros”⁵⁵¹. Entre os mais desfavorecidos destaque para o negro Francisco Rodrigues escravo de João da Silva, morador em Fonte dos Barqueiros, freguesia da Redinha, delatado em 1682⁵⁵².

Os róis dos confessados eram remetidos ao provisor e vigário geral, sendo a sua entrega registada em livro próprio⁵⁵³. Tais livros indicam os nomes dos revéis de cada freguesia, e ainda que não declarem os motivos, revelam-se a melhor fonte para averiguar a percentagem de incumpridores. No que respeita ao território em apreço, entre 1709 e 1723, foram 30 os indivíduos que não cumpriram com o preceito da Quaresma, a saber 21 homens e nove mulheres. Destes apenas conhecemos a situação religiosa de 17 pessoas: 12 eram solteiros, três casados e dois viúvos. A maioria residia nas freguesias de Vila Cã (11), Pombal (6) e Santiago de Litém (5). Somente num caso foi indicado algo acerca do estatuto do revel. Tratou-se de um criado de Heitor de Almeida do Amaral, abade de São Pedro de Miragaia (comarca e bispado do Porto) e comissário do Santo Ofício⁵⁵⁴. Se tivermos em conta o número de fregueses existentes em 1709 e em 1721, verifica-se que a percentagem de revéis era insignificante: 0,01% e 0,03%, respectivamente⁵⁵⁵.

A comunhão, tida como o mais excelente dos sacramentos, por conter o corpo, alma e divindade de Cristo, implicava que o fiel tivesse recebido, previamente, os sacramentos do baptismo e da confissão⁵⁵⁶. Para a Igreja Católica a eucaristia assumia-se como um sacramento imprescindível para a salvação da alma. Desta forma, devia ser recebida anualmente a partir dos 12 ou 14 anos, quer se tratasse de mulheres ou de homens, respectivamente⁵⁵⁷. Tal como no caso da confissão, as hierarquias eclesiásticas insistiram na comunhão frequente, ao menos no Natal, Pentecostes e dia de Nossa Senhora da Assunção.

⁵⁵¹ Coimbra, AUC, Devassas Penela, livro 74, fl. 73.

⁵⁵² Coimbra, AUC, Devassas Penela, livro 29, fls. 125v-126.

⁵⁵³ *Constituições Synodales do Bispado de Coimbra*, Coimbra, António de Mariz, 1591, fl. 8v. Relativamente a róis de confessados, localizámos apenas os da paróquia de Abiul relativos à desobriga de 1615. Nesse ano, segundo o vigário, André Coelho, apenas Manuel Nunes, barbeiro de profissão, não havia sido confessado e sacramentado em virtude de estar ausente, cf. Coimbra, AUC, Rol de Confessados, III, 1.^aD, 5-4-33.

⁵⁵⁴ Coimbra, AUC, III 1.^aD 7-5-6, fls. 61-93 [Registo do rol dos confessados do arcediagado de Penela].

⁵⁵⁵ Segundo Daniel Ribeiro Alves, em 1801, a população que não cumpriu com o preceito na sua paróquia representou 1,5%, cf. Daniel Ribeiro Alves, “Religiosidade e Mobilidade da População Portuguesa no início do Século XIX. As faltas à desobriga pascal em 1801”, *Penélope. Revista de História e Ciências Sociais*, n.º 28, Lisboa, 2003, p. 36.

⁵⁵⁶ *Constituições Synodales do Bispado de Coimbra*, Coimbra, António de Mariz, 1591, fls. 16-16v.

⁵⁵⁷ Pese a obrigatoriedade, estavam impossibilitados de comungar determinados pecadores públicos, nomeadamente, prostitutas, usurários e concubinos, sem que primeiro reformassem as suas condutas e realizassem penitência, cf. *Constituições Synodales do Bispado de Coimbra*, Coimbra, António de Mariz, 1591, fl. 16v.

Receber a comunhão implicava a prévia confissão dos pecados perante um confessor aprovado e, exceptuando o caso dos enfermos, estar em jejum⁵⁵⁸. Não obstante, semelhantes requisitos nem sempre foram respeitados. Por exemplo, na Pascoela de 1658, Domingos Simões, moleiro, morador na freguesia de Pombal, além de não se ter confessado, comeu pão e bebeu vinho antes de comungar, tendo sido por isso delatado ao vigário, e mais tarde ao visitador⁵⁵⁹. Na primeira metade do século XVIII, José Domingues, residente na paróquia da Redinha, cometeu o mesmo erro tendo sido severamente condenado⁵⁶⁰. Pouco depois, Teresa, solteira, moradora em Almagreira, por ter comido e bebido antes de comungar, foi admoestada e condenada em 1000 reis, tendo sido igualmente instruída pelo vigário, na doutrina e mistérios da fé, durante oito dias⁵⁶¹.

As constituições de Coimbra determinavam a existência de sacrários nas igrejas colegiadas e nas curadas, que contassem com mais de 40 vizinhos “a ellas conjuntos em povoçam”. O perigo de desacatos nos templos, sobremaneira às sagradas partículas, justificava a medida⁵⁶². De forma a fazer cumprir o disposto, foram estabelecidas penas pecuniárias a aplicar aos párocos ou a quem pertencesse a execução do tabernáculo⁵⁶³. A documentação é praticamente omissa em relação à existência de sacrários, pelo que não é possível determinar a sua existência ou inexistência nos séculos XVI e XVII. Relativamente ao século XVIII, apenas se sabe que em 1721, existia sacrário na igreja de São Martinho de Pombal⁵⁶⁴. No mesmo ano, a celebração do *Corpus Christi* na vila da Redinha pressupõe a existência de sacrário na matriz, já que este era fundamental para a realização daquela cerimónia⁵⁶⁵. Em 1756, existe referência de sacrário na igreja

⁵⁵⁸ *Constituições Synodales do Bispado de Coimbra*, Coimbra, António de Mariz, 1591, fl. 16v.

⁵⁵⁹ Coimbra, AUC, Devassas Penela, livro 9, fls. 106v-107v.

⁵⁶⁰ Por sentença de 4 de Fevereiro de 1737, foi condenado em 8000 reis, a dois anos para fora do bispado e a penitência pública na sua igreja, com uma vela acesa na mão à missa da terça, num domingo ou dia santo, ocasião em que seria lida a sentença. Além disso, foi obrigado a ser instruído nos mistérios da fé pelo pároco da Redinha. Não obstante, veio a beneficiar de redução significativa da pena, cf. Coimbra, AUC, Devassas Penela, extractos de culpados, livro 1, fl. 65.

⁵⁶¹ Coimbra, AUC, Devassas Penela, extractos de culpados, livro 9, fl. 20.

⁵⁶² Com alguma frequência o espaço sagrado era profanado. O caso mais evidente respeita à passagem das tropas francesas pelo Sul da diocese em 1811, de que já demos conta. Mas sucederam outros episódios. Refira-se por exemplo, um assalto à matriz da Redinha em Maio de 1753, noticiado na imprensa periódica a 26 de Maio desse ano: “Na villa de Redinha entrarão a semana passada na sua Igreja e roubarão toda a cera que acharão, os remates e parafusos das lampadas de prata”, cf. Évora, Biblioteca Pública de Évora, cod. CIV/1-22d. [Mercúrio de Lisboa, n.º 21, de 26 de Maio de 1753].

⁵⁶³ *Constituições Synodales do Bispado de Coimbra*, Coimbra, [s.n.], 1548, fls. 17v-18; *Constituições Synodales do Bispado de Coimbra*, Coimbra, António de Mariz, 1591, fls. 21v-22,

⁵⁶⁴ Coimbra, AUC, Informações Paroquiais de 1721, doc. 200; Lisboa, AN/TT, Mesa da Consciência e Ordens, tombo das comendas, livro 409, fls. 77-81.

⁵⁶⁵ Coimbra, BGUC, manuscrito 503, fls. 115v-117v. Sobre a indispensabilidade do sacrário para a realização da procissão cf. João Rocha Nunes, *A Reforma Católica* [...], p. 274.

da Mata Mourisca⁵⁶⁶. Mais tarde, em 1811, detinham sacrários as igrejas de Abiul, de Almagreira, do Louriçal, da Mata Mourisca, de Pombal e de Santiago de Litém⁵⁶⁷. Segundo Manuel Gonçalves, cura da Mata Mourisca, o sacrário daquela paróquia havia sido alcançado pelo seu antecessor. Tratava-se de um cofre “muito mimozo forrado de seda branca com seus galois dourados ao redor, e com chapas de prata”, que provinha do convento do Desagravo do Santíssimo Sacramento do Louriçal⁵⁶⁸. Assim sendo, quer parecer que a introdução destes tabernáculos terá sido, pelo menos em algumas freguesias, um processo moroso, o que evidentemente teve consequências ao nível da comunhão frequente que se pretendia instituir.

3.1.4 – O matrimónio

A partir do século XI, assistiu-se a uma apropriação do casamento por parte da Igreja. Ainda que, no seio da instituição, existissem opiniões discordantes, acabou por vingar a corrente ligada a Santo Agostinho que entendia o casamento como *remedium animae*⁵⁶⁹. Paulatinamente, a intervenção da Igreja, em matéria de casamentos, foi-se acentuando. Como referiu Philippe Ariès, pretendia-se controlar e aproximar o casamento do modelo sacramental que se estava a definir e a fixar⁵⁷⁰. Mais tarde, no século XIII, o matrimónio acabou por ser imposto como sacramento⁵⁷¹, condição que seria reafirmada e afinada, com maior precisão, no Concílio de Trento. O 19.º concílio ecuménico dedicou enorme atenção a este sacramento, tanto mais que sobre o mesmo recaíam algumas das principais críticas protestantes⁵⁷². Das sessões conciliares resultou a proclamação de 12 cânones, compilados em dois decretos, um de cariz dogmático e outro de carácter disciplinar. No primeiro foi reafirmada a sacramentalidade e a indissolubilidade do casamento, ao mesmo tempo que se estabeleceram os

⁵⁶⁶ Lisboa, AN/TT, Ministério do Reino, Informações de Jurisdição Eclesiástica – Informação dos párocos sobre o terramoto de Lisboa, distrito de Leiria, concelho de Pombal, freguesia da Mata Mourisca, mç. 638, n.º 40.

⁵⁶⁷ Coimbra, AUC, Invasões Francesas, Cat-Cor.B.Pimenta, doc. 117, 118, 119, 120, 123, 125. Além destes, existia ainda tabernáculo na capela da Pelariga, Pombal.

⁵⁶⁸ Coimbra, AUC, Invasões Francesas, Cat-Cor.B.Pimenta, doc. 121.

⁵⁶⁹ Philippe Ariès, “O Casamento Indissolúvel”, *Sexualidades Ocidentais*, tradução de Gabriel Bonito, Lisboa, Contexto, 1983, pp. 142-143.

⁵⁷⁰ A partir de então, a Igreja passou a recorrer a sanções, de que é exemplo a excomunhão, cf. Philippe Ariès, “O Casamento Indissolúvel [...]”, p. 144.

⁵⁷¹ Philippe Ariès, “O Casamento Indissolúvel [...]”, p. 142.

⁵⁷² Jean-Pierre Dedieu, “El Modelo Sexual: Defensa del Matrimonio Cristiano”, *Inquisición Española: Poder Político y Control Social*, tradução de Javier Alfaya, direcção de Bartolomé Bennassar, 2.ª edição, Barcelona, Crítica, 1984, p. 273.

impedimentos matrimoniais⁵⁷³. No segundo, conhecido por decreto *Tametsi*, foram estabelecidas as normas de que dependeria a validade do enlace: mútuo consentimento; publicação dos banhos em três Domingos, ou dias Santos, consecutivos; presença obrigatória do cura da igreja local, ou de sacerdote devidamente autorizado; obrigatoriedade do acto ser presenciado por três testemunhas; e o registo do assento ser feito em livro próprio⁵⁷⁴.

Pese o cuidado na regulamentação das normas que deveriam reger a celebração dos matrimónios, continuaram a realizar-se enlaces clandestinos conformes aos costumes e tradições locais⁵⁷⁵. A problemática foi, de resto, abordada em distintas constituições diocesanas. Nas *Constituições Sinodais da Diocese de Coimbra*, publicadas em 1591, foi referido que “o sacramento do matrimonio [...] muytas vezes se celebra entre algũas pessoas escondidamente, & sem serem corridos os banhos, & os edictos que o direyto manda, donde se seguem muytos males, escandalos, & perigos das almas”⁵⁷⁶. Os prevaricadores incorriam em pena de excomunhão, sanção pecuniária no valor de dez cruzados e encarceramento no aljube do bispado durante um mês. Tratando-se de pessoa nobre o aljube seria substituído pela quantia de 20 cruzados⁵⁷⁷.

No que respeita ao território em estudo, apenas existe notícia de dois casamentos clandestinos, um por volta de 1682 e outro no início da segunda metade do século XVIII. A escassez de denúncias do género sugere que a prática caíra em desuso. Ainda assim, o caso sucedido em meados de Setecentos evidencia que a mesma não fora completamente erradicada. Acresce que alguns destes matrimónios contavam com a

⁵⁷³ Os impedimentos dividiam-se em dirimentes e proibitivos. Entre os primeiros constava a incapacidade (falta de idade, impotência, compromissos anteriormente assumidos, distintas religiões dos nubentes, votos de castidade, ordens tomadas a partir de subdiácono), o vício de consentimento (ausência de consentimento, violência, engano, erro pessoal, condição de escravatura) e as relações entre nubentes (por exemplo, parentesco em grau proibido). Entre os segundos filavam os interditos eclesiásticos, a solenidade da boda em *tempus feriarum*, isto é, do Advento à Epifania e da quarta-feira de cinzas à oitava de Páscoa, e por fim a execução de crimes, cf. José Alberto Ferraz Martins, *Casamento e Sociedade no Bispado de Coimbra no Primeiro Quartel do Século XVIII. Os Impedimentos de Matrimónio*, Coimbra, Dissertação de Mestrado em História Moderna apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1987, exemplar mimeografado, pp. 41-42. Cf., a lista dos impedimentos em *Constituições Synodales do Bispado de Coimbra*, Coimbra, António de Mariz, 1591, fls. 31v-33.

⁵⁷⁴ José Alberto Ferraz Martins, *Casamento e Sociedade no Bispado [...]*, pp. 19-22; Isabel M. R. Mendes Drumond Braga, *A Bigamia em Portugal na Época Moderna. Sentir Mal do Sacramento do Matrimónio?*, Lisboa, Hugin, 2003, pp. 23-24.

⁵⁷⁵ Isabel M. R. Mendes Drumond Braga, *Os Estrangeiros e a Inquisição [...]*, p. 309.

⁵⁷⁶ *Constituições Synodales do Bispado de Coimbra*, Coimbra, António de Mariz, 1591, fl. 30v.

⁵⁷⁷ *Constituições Synodales do Bispado de Coimbra*, Coimbra, António de Mariz, 1591, fl. 31. As penas eram igualmente aplicadas aos que testemunhassem o acto. Noutros bispados foram, inclusivamente, concedidas indulgências aos que casassem na forma preconizada pela Igreja, benesse extensível aos que influenciassem os nubentes nesse sentido (pais, parentes e amigos), cf. *Constituições Sinodales do Bispado Dangra*, Lisboa, João Blavio de Colonia, 1560, fl. 26v. *As Visitas Pastorais da Matriz de São Sebastião [...]*, p. 43.

convivência de eclesiásticos. É paradigmático o recebimento ilegal de António Gomes, pastor, residente em Outeiro, e Maria Lopes, dos Vicentes, ambos lugares da freguesia de Vila Cã, que teve lugar cerca de 1682. A celebração ocorreu na igreja de Santiago de Litém pelo “descuidado” vigário daquela paróquia, frei Jorge Lobo de Carvalho. Este não respeitou o estipulado pelo concílio tridentino e constituições diocesanas, tendo unido, sem licença, duas pessoas que não residiam na sua paróquia e, provavelmente, sem terem corrido os banhos⁵⁷⁸.

Relativamente às penas impostas aos prevaricadores não se verificou uniformidade. Maria Lopes, que fez termo a 10 de Novembro de 1685, por ser pobre, foi penitenciada a ouvir duas missas em dia santo, além da do preceito, e a rezar nove rosários em louvor de Nossa Senhora⁵⁷⁹. Por seu turno, a sentença de Isabel Maria Vitória, viúva, moradora na freguesia da Redinha, que casara clandestinamente com Francisco Paulo Nogueira, foi bastante mais severa. Por acórdão de 21 de Julho de 1758, além do matrimónio ter sido anulado, a ré foi condenada a dois anos de prisão, três de degredo para o Algarve, tendo ainda sido excomungada, ficando a absolvição reservada ao antístite⁵⁸⁰.

A questão dos esponsais originou alguma preocupação por parte das autoridades eclesiásticas. Com frequência, após as promessas de casamento, os nubentes tinham relações sexuais ou passavam, inclusive, a viver maritalmente, o que esbarrava nas intenções da Igreja pós-tridentina⁵⁸¹. As constituições de Coimbra de 1591, declararam que “ainda que depois dos ditos prometimentos & esponsouros de futuro, se sigua antre os esposados copula carnal, não ficão por isso casados, como por direyto ficavão antes da detriminação do sagrado Concilio Tridentino que annula todos os Matrimonios celebrados contra a forma atrás declarada”⁵⁸². Este trecho demonstra que em finais do século XVI, ainda havia quem considerasse que os esponsórios, seguidos de cópula carnal, constituíam casamento autêntico. Para fazer face a semelhantes abusos foram tomadas diversas medidas, nomeadamente o estabelecimento de penas pecuniárias e de

⁵⁷⁸ *Constituições Synodales do Bispado de Coimbra*, Coimbra, António de Mariz, 1591, fl. 31v. Após a cerimónia, os nubentes viveram juntos até que o vigário de Vila Cã, frei Simão Dias de Matos, interveio e impôs a separação do casal, cf. Coimbra, AUC, Devassas Penela, livro 31, fls. 259v-260, 278v-283.

⁵⁷⁹ Coimbra, AUC, Devassas Penela, livro 31, fl. 30v [termos de admoestações]. Por sua vez, António Gomes foi pronunciado a livrar-se preso. Desconhecemos qual terá sido a sentença, cf. Coimbra, AUC, Devassas Penela, livro 31, fl. não numerado.

⁵⁸⁰ Coimbra, AUC, Devassas Penela, extractos de culpados, livro 2, fls. 31-31v.

⁵⁸¹ Federico Palomo, *A Contra-Reforma* [...], pp. 117-118. Sobre os esponsais cf. Maria da Conceição Meireles Pereira, “Os Esponsais – Forma e Significado no Contexto da Sociedade Portuguesa de Setecentos”, *Revista da Faculdade de Letras, História*, série II, vol. 5, Porto, 1988, pp. 189-210.

⁵⁸² *Constituições Synodales do Bispado de Coimbra*, Coimbra, António de Mariz, 1591, fl. 34v.

excomunhão maior para os esposados que, antes de recebidos na forma preconizada por Trento, conversassem publicamente. Por outro lado, foi proibida a participação de eclesiásticos nos prometimentos, sem licença do prelado ou do provisor do bispado, sob pena de 500 reis e um mês de suspensão⁵⁸³. A mensagem era clara: os esponsais representavam um compromisso que criava apenas obrigação, enquanto o sacramento do matrimónio gerava a verdadeira união⁵⁸⁴.

Pese tais determinações, parte da população continuou a considerar lícita a conversação e convivência marital após os esponsais. Por exemplo, em 1698, António de Escobar e Maria da Fonseca, ambos viúvos e moradores em Casal do Facho, freguesia do Louriçal, viviam como marido e mulher “com o pretexto de estarem esposados pera cazarem hum com o outro pera o que dizem tem mandado [vir] dispensa por serem parentes”⁵⁸⁵. Semelhantes situações eram ainda frequentes no século XVIII. Refira-se o caso de Manuel Francisco e Maria, solteiros, acusados na devassa de Abiul de 1755, por viverem maritalmente “e suposto seja com o pretexto de estarem esposados ha mais de um anno e senão tenham recebido por impedimentos que lhe sobrevierão aos banhos”⁵⁸⁶.

Cabe referir que embora os esponsais produzissem um compromisso de futuro matrimónio, este nem sempre sucedia. Na verdade, com alguma frequência eram celebrados segundos esponsais sem ocorrer a dissolução dos primeiramente acordados. Este era um delito de foro misto, sendo punido pelas autoridades eclesiásticas com penas pecuniárias, prisão e excomunhão⁵⁸⁷. Nas visitas estudadas apenas foi delatado um caso do género. No início da segunda metade do século XVIII, Ângela, solteira, filha de Manuel Luís, de Vila Cã, contraiu esponsais com um Manuel, da freguesia de São Simão de Litém, sem ter dissolvido os que anteriormente havia celebrado com António Ribeiro, do lugar de Trás-os-Matos⁵⁸⁸.

Uma das principais características do casamento cristão ocidental residiu no seu carácter de indissolubilidade. Desde que recebidos de forma legal, os cônjuges ficavam impossibilitados de contrair novo enlace. Existiam apenas duas possibilidades legais de tornar a casar: obter declaração de nulidade do primeiro matrimónio, o que apenas

⁵⁸³ *Constituições Synodaes do Bispado de Coimbra*, Coimbra, António de Mariz, 1591, fls. 34v-35.

⁵⁸⁴ Maria da Conceição Meireles Pereira, “Os Esponsais [...]”, p. 191.

⁵⁸⁵ Coimbra, AUC, Devassas Penela, livro 47, fl. 64.

⁵⁸⁶ Coimbra, AUC, Devassas Penela, livro 62, fl. 104.

⁵⁸⁷ Maria da Conceição Meireles Pereira, “Os Esponsais [...]”, pp. 192-194; João Rocha Nunes, *A Reforma Católica [...]*, p. 248.

⁵⁸⁸ Coimbra, AUC, Devassas Penela, livro 64, fl. 389. Desconhecemos as penas que terão sido aplicadas a esta mulher.

sucedida em situações particulares, ou o falecimento de um dos cônjuges⁵⁸⁹. Na inexistência de uma das condições referidas, aquele que pretendesse reconstruir a vida, com alguém que não o legítimo cônjuge, teria de optar por uma de várias situações ilícitas, entre as quais figuravam o amancebamento e a bigamia⁵⁹⁰. Esta última entendida pela Igreja, como um estado de adultério perpétuo⁵⁹¹. Nas devassas estudadas apenas foram delatados dois casos de bigamia, um em 1686 e outro em 1745, sendo que em ambas as situações as culpas foram tresladadas e remetidas para o Tribunal do Santo Ofício⁵⁹².

3.1.5 – A extrema-unção

Foi preocupação constante da Igreja que todos os cristãos morressem devidamente sacramentados. A penitência, a eucaristia como viático e a extrema-unção, também designada por sacramento dos mortos⁵⁹³, constituíam os actos administrados aos doentes, os quais tinham como principal intuito a preparação para a morte, possibilitando ao homem a passagem à vida eterna no reino de Deus⁵⁹⁴. Assim sendo, após a conceção da graça e do perdão ao doente os párocos deveriam “estar com os enfermos, & os esforcem & ajudem a bem morrer”⁵⁹⁵, auxílio que consistiria na leitura do ofício da agonia e na realização de actos de fé, de esperança e de caridade⁵⁹⁶. De igual forma era exigida a participação da comunidade no acompanhamento do sagrado

⁵⁸⁹ Não obstante, a Igreja entendia que os viúvos não deviam contrair novo enlace. Assim sendo, se não proibida nova união, também não a encorajava. Recorde-se que no segundo matrimónio não era concedida a bênção sacerdotal, cf. Isabel M. R. Mendes Drumond Braga, *A Bigamia em Portugal* [...], p. 91. “E declaramos, que as benções se não fação quando são viuvos ambos, ou a molher, porque sendo elle viuvo & ella, não se lhe devem nem podem fazer”, cf. *Constituições Synodales do Bispado de Coimbra*, Coimbra, António de Mariz, 1591, fl. 35v.

⁵⁹⁰ Recorde-se que aquele que pretendesse contrair segundo enlace, em vida do primeiro cônjuge, tinha contra si impedimento de *ligamen*. Tratando-se de caso de *jus divinum*, o Papa apenas poderia anuir em dispensa caso o primeiro matrimónio não tivesse sido consumado, cf. José Alberto Ferraz Martins, *Casamento e Sociedade no Bispado* [...], p. 44.

⁵⁹¹ Isabel M. R. Mendes Drumond Braga, *A Bigamia em Portugal* [...], p. 23. Sobre os distintos conceitos de bigamia, cf. Manuel Torres Aguilar, “Algunos Aspectos del Delito de Bigamia en la Inquisición de Índias”, *Revista de la Inquisición*, n.º 6, Madrid, 1997, p. 123; Idem, “El Delito de Bigamia: Estudio General y Especial Perspectiva en el Tribunal de la Inquisición de Sevilla en el Siglo XVIII”, *El Centinela de la Fe. Estudios Jurídicos sobre la Inquisición de Sevilla en el Siglo XVIII*, edição de Enrique Gacto Fernández, Sevilha, Universidade de Sevilha, 1997, pp. 174-175.

⁵⁹² Cf., o capítulo dedicado à bigamia, na terceira parte deste trabalho.

⁵⁹³ *O Sacrosanto, e Ecumenico* [...], tomo I, p. 345.

⁵⁹⁴ Maria Fernanda Enes, *Reforma Tridentina* [...], pp. 187-194; António Franquelim Sampaio Neiva Soares, *A Arquidiocese de Braga* [...], pp. 544-546; António Camões Gouveia, “A Sacramentalização dos Ritos [...]”, pp. 553-557.

⁵⁹⁵ *Constituições Synodales do Bispado de Coimbra*, Coimbra, António de Mariz, 1591, fl. 23.

⁵⁹⁶ Maria Fernanda Enes, *Reforma Tridentina* [...], p. 192.

viático, actividade para a qual o povo era avisado por intermédio do toque do sino da igreja e pelo tanger da campainha de comungar à porta, ou nas imediações, do templo⁵⁹⁷. No entanto, a população evidenciou pouco zelo no cumprimento desta obrigação⁵⁹⁸. Não por acaso, eram concedidos 40 dias de perdão aos que acompanhassem, na ida e na vinda, o sacramento ao enfermo⁵⁹⁹. Por exemplo, no ano de 1784, o visitador da igreja do Louriçal não deixou de notar ser “bem estranhavel a pouca predica e religião que se acha em alguns dos moradores desta villa em acompanhar o Santissimo Sacramento quando sahe para admenistrar ce aos infermos o que se faz bem digno de hum castigo bem rigorozo”⁶⁰⁰. Para reverter a situação, ordenou que o vigário admoestasse os paroquianos, principalmente os eclesiásticos, para o devido acompanhamento, sob pena de serem condenando em 100 réis por cada vez, quantia que seria aplicada à confraria do Santíssimo Sacramento⁶⁰¹. No mesmo sentido, um capítulo de visita da igreja da Redinha, não datado, proibiu a celebração da eucaristia aos domingos e dias santos “antes de sahir o Senhor fora aos infermos para que haja quem o acompanhe, e para que o povo nam tenha incomodidade em esperar se de o signal cedo, e os irmãos se ponhão promptos, alias se comdemnem em 100 [réis] para a mesma confraria”⁶⁰².

Ainda a propósito das obrigações da comunidade no que respeita à administração dos sacramentos aos enfermos, cabe referir que em 1643, o visitador ordenou que os moradores do lugar da Arroiteia, freguesia de Pombal, construíssem uma ermida “para della se administrar o Santissimo Sacramento aos enfermos o que cumprirão ate a visitação vindoura com pena de tres cruzados”⁶⁰³. Anos antes, em 1620,

⁵⁹⁷ Nas constituições de 1548, foram estipuladas dez badaladas, enquanto no texto de 1591, o número subiu para 12, cf. *Constituições Synodales do Bispado de Coimbra*, Coimbra, [s.n.], 1548, fl. 15v; *Constituições Synodales do Bispado de Coimbra*, Coimbra, António de Mariz, 1591, fl. 19v.

⁵⁹⁸ A mesma realidade foi registada em distintas dioceses, cf. Maria Fernanda Enes, *Reforma Tridentina* [...], pp. 193-194; António Franquelim Sampaio Neiva Soares, *A Arquidiocese de Braga* [...], p. 546.

⁵⁹⁹ *Constituições Synodales do Bispado de Coimbra*, Coimbra, [s.n.], 1548, fl. 16v; *Constituições Synodales do Bispado de Coimbra*, Coimbra, António de Mariz, 1591, fl. 20v.

⁶⁰⁰ Coimbra, AUC, Devassas Penela, Capítulos de Visita (fragmentos diversos) mç. 1, [Copia dos capitulos da vezitação nesta igreja de São Thiago do Louriçal aos 21 de Junho de 1784].

⁶⁰¹ Coimbra, AUC, Devassas Penela, Capítulos de Visita (fragmentos diversos) mç. 1, [Copia dos capitulos da vezitação nesta igreja de São Thiago do Louriçal aos 21 de Junho de 1784].

⁶⁰² Coimbra, AUC, Devassas Penela, Capítulos de Visita (fragmentos diversos) mç. 1, [Copia summaria dos capitulos de vizita do muito reverendo senhor doutor vizitador feita nesta parochia da villa da Redinha]. Apesar de não datado, quer parecer que o documento terá sido redigido após a visita de 1784, já que o seu conteúdo e ordem é em tudo idêntico aos capítulos do Louriçal e da Mata Mourisca desse ano.

⁶⁰³ Leiria, ADL, Registos Paroquiais, Pombal, Baptismos, livro 2 (1621-1677), fl. 199. Na visita de 1644, a ordem não havia sido cumprida, ainda assim o visitador assentou que “samente os con[dena]mos em tresentos reis por alguas cousas que nos alegaram cumprão com o [que] esta mandado sob a pena cumminada no capittulo da visitação passa[da]”, cf. Leiria, ADL, Registos Paroquiais, Pombal,

os moradores do Casal dos Franceses, freguesia da Mata Mourisca, haviam levantado, com a mesma finalidade a ermida de Nossa Senhora da Guia, por ficar distante da matriz de São Mamede⁶⁰⁴. Com a mesma finalidade, mas em data desconhecida, foram edificadas muitas outras ermidas, de que é exemplo, a de Nossa Senhora dos Remédios, situada no lugar dos Vieirinhos, então freguesia do Louriçal⁶⁰⁵. Semelhantes medidas visavam a rápida administração dos sacramentos aos enfermos, já que entre as matrizes e os referidos lugares, era necessário percorrer distâncias consideráveis muitas vezes por caminhos ruinosos⁶⁰⁶.

Todos os domingos e dias santos, à estação da missa, párocos e capelães deveriam ser informados sobre os enfermos existentes nas suas freguesias e lugares “ainda que andem em pé”⁶⁰⁷. Neste particular, refira-se o vigário de Santiago de Litém, frei António Fernandes Bernardes, que, por diversas ocasiões, advertia “na Estação que havendo enfermos a quem se devão dar os sacramentos lhe dem logo recado”⁶⁰⁸. Os profissionais do sector da saúde, nomeadamente barbeiros, cirurgiões e médicos, estavam igualmente incumbidos de advertir os párocos sobre a situação clínica dos seus pacientes⁶⁰⁹. De igual forma, os paroquianos ao adoecerem deveriam, por intermédio de familiares, solicitar rapidamente a administração dos sacramentos. Quem procedesse pelo contrário seria multado⁶¹⁰. Pela documentação estudada verificou-se a inexistência de uniformidade relativamente ao valor das coimas. Estas variavam de freguesia para freguesia e também de acordo com as possibilidades económicas do infractor. Assim, em 1708, o Doutor José Freire de Faria, visitador do arcediagado de Penela, ao verificar “o que de enfermos morrem nesta freguezia [Louriçal] sem sacramentos por culpa de se não dar recado a tempo” ordenou que Manuel da Cruz de Barros, vigário daquela igreja, sob pena de suspensão do seu ofício, avisasse “todos os seus fregueses que forem

Baptismos, livro 2 (1621-1677), fl. 202. Desconhecemos se, aquando da visita seguinte, a determinação havia sido executada, uma vez que não localizámos mais capítulos da paróquia de Pombal.

⁶⁰⁴ Fr. Agostinho de Santa Maria, *Santuário Mariano* [...], tomo IV, pp. 441-455.

⁶⁰⁵ Fr. Agostinho de Santa Maria, *Santuário Mariano* [...], tomo IV, pp. 704-705.

⁶⁰⁶ Na diocese de Viseu, além da construção de ermidas, os moradores e oficiais dos concelhos chegaram a ser obrigados a reparar os caminhos, cf. João Rocha Nunes, *A Reforma Católica* [...], pp. 253-254.

⁶⁰⁷ *Constituições Synodaes do Bispado de Coimbra*, Coimbra, António de Mariz, 1591, fl. 13v.

⁶⁰⁸ Coimbra, AUC, Devassas Penela, livro 54, fl. 32v.

⁶⁰⁹ Maria Fernanda Enes, *Reforma Tridentina* [...], p. 188.

⁶¹⁰ As constituições de Coimbra de 1591, estipulavam que “o freguez, que sendo requerido, falecer, sem querer receber qualquer dos ditos Sacramentos com desprezo, o avemos por privado da Ecclesiastica sepultura, & morrendo sem elles por não chamar seu Cura ao tempo que hera obrigado, pagarão seus herdeyros hum cruzado para a cera da propria Igreja”, cf. *Constituições Synodaes do Bispado de Coimbra*, Coimbra, António de Mariz, 1591, fl. 14. Por seu turno, na arquidiocese de Braga, no início do século XVII, era aplicada uma coima no valor de cinco cruzados, paga pelo doente no caso de recuperar, ou pelos seus familiares, na eventualidade de falecer, cf. António Franquelim Sampaio Neiva Soares, *A Arquidiocese de Braga* [...], p. 545.

cabeças de família, que estando algũa pessoa de sua caza enferma avisem logo com tempo para se lhe irem administrar os sacramentos necessarios”. Quem não o fizesse seria condenado em 1000, 2000 e 4000 réis, consoante o lapso, ficando excluído dos ofícios divinos enquanto não liquidasse a coima, que seria aplicada para a confraria do Senhor e para despesas da justiça⁶¹¹. No mesmo ano, o visitador dispôs que, em semelhantes casos, o vigário de Santiago de Litém condenasse os seus fregueses em 500 réis, aplicados para a confraria mais necessitada e para a fábrica da igreja⁶¹². Não obstante, em 1780, frei Manuel Marques, vigário daquela paróquia, condenava os chefes de família mais ricos em 200 réis e os mais pobres em 100 réis⁶¹³. De igual forma, na Redinha o pároco devia condenar os transgressores “ate quinhentos reis por cada vez”, valor que seria aplicado para a fábrica da igreja e para missas pelas almas dos que falecessem sem sacramentos por negligência do chefe de família, conforme ordenou Manuel Rodrigues Teixeira, visitador do arcediagado de Penela no ano de 1740⁶¹⁴. Por seu turno, nas paróquias da Mata Mourisca e de Pombal o valor das coimas era de 500 e 1000 réis, respectivamente⁶¹⁵.

3.2 – O Culto

3.2.1 – Os dias de preceito

O Concílio de Trento insistiu na obrigatoriedade da assistência à missa aos domingos e festas solenes⁶¹⁶. Em tais dias os paroquianos eram impedidos de executar

⁶¹¹ Leiria, ADL, Registos Paroquiais, Lourçal, Óbitos, livro 1 (1564-1737), fls. 324v-325v.

⁶¹² Leiria, ADL, Registos Paroquiais, Santiago de Litém, Óbitos, livro 1 (1595-1773), fls. 83v-84.

⁶¹³ Leiria, ADL, Registos Paroquiais, Santiago de Litém, Óbitos, livro 2 (1773-1805), fl. 18.

⁶¹⁴ Leiria, ADL, Registos Paroquiais, Redinha, Óbitos, livro 1 (1614-1762), fl. 37.

⁶¹⁵ Na primeira década do século XVIII, o cura da Mata Mourisca, João Fernandes de Almeida, condenou Domingos Fernandes em 500 réis, por este não o ter avisado da doença de uma Isabel, sua criada, natural do Reguengo, Pombal, a qual acabaria por falecer sem sacramentos, cf. Leiria, ADL, Registos Paroquiais, Mata Mourisca, Óbitos, livro 2 (1698-1771), fl. 142. Mais tarde, a 3 de Julho de 1751, faleceu sem os sacramentos Luís, jovem de 24 anos, surdo e mudo. Devido a esta deficiência, o seu pai, Tomás dos Santos, morador na Cumieira, Pombal, entendeu que o filho era incapaz de receber os sacramentos pelo que não deu recado ao vigário, frei José Rodrigues Maia. Atitude que lhe custou 1000 réis. A 14 do mesmo mês e ano, não foram ministrados os sacramentos a António Ribeiro, do lugar dos Carrinhos, Pombal. Manuel Jorge, filho do falecido, não avisara o referido vigário por entender que o pai era velho e tonto. Posto isto, foi condenado em igual quantia, destinada para missas pela alma do defunto, cf. Leiria, ADL, Registos Paroquiais, Pombal, Óbitos, livro 2 (1746-1772), fls. 52v e 53.

⁶¹⁶ *O Sacrosanto, e Ecumenico* [...], tomo II, pp. 275-279. Recorde-se que o primeiro concílio a legislar sobre a matéria havia sido o de Elvira, celebrado no ano de 305. Nessa reunião havia sido decretada a pena de excomunhão temporária para os que faltassem à missa três domingos consecutivos, cf. João Francisco Marques, “Rituais e Manifestações de Culto”, *História Religiosa de Portugal* [...], vol. 2, p. 520.

“toda a obra servil” devendo ocupar-se “em ouvir missa, & outras obras de virtude”⁶¹⁷. De forma a controlar o cumprimento do preceito, as constituições do bispado de Coimbra estabeleceram que os párocos, sob pena de 50 réis, procedessem ao registo dos faltosos, tanto dos que “não vierão, como os que não estiverão do princio da missa, ou ao menos antes do Evangelho”⁶¹⁸.

Pese o controlo exercido, o incumprimento do preceito era vulgar⁶¹⁹. No que respeita à falta à missa foram contabilizadas 97 denúncias. A esmagadora maioria das situações reportadas aos visitantes data do século XVIII, com particular destaque para o período em que D. Miguel da Anunciação governou a diocese (51,6% das denúncias), o que evidencia o empenho do prelado em banir semelhante procedimento. O delito foi sobremaneira cometido por mulheres (63,9%) e por indivíduos de baixo estrato social. Ainda assim, registe-se um Doutor António da Silva Gomes, morador em Casais, freguesia do Louriçal, delatado em 1762 e em 1766⁶²⁰.

Nos livros de devassa, os motivos que levavam alguém a faltar à missa raramente foram revelados. Entre as raras excepções refira-se o caso de Jerónimo Dias, criança, maior de dez anos, que faltava à missa em razão do pai “o não mandar a ella e não lhe fazer vestido com que possa apparecer diante de gente”⁶²¹. Diferente foi o caso registado em 1805, ano em que Maria Rodrigues, viúva de António Guardado, foi delatada por não ir à missa “e isto para ver se furta algũa couza aos vezinhos enquanto estão na igreja”⁶²². Não obstante, seriam os trabalhos agrícolas e as actividades comerciais os grandes responsáveis pelo inadimplemento, como se colhe numa Pastoral

⁶¹⁷ *Constituições Synodaes do Bispado de Coimbra*, Coimbra, [s.n.], 1548, fl. 27; *Constituições Synodaes do Bispado de Coimbra*, Coimbra, António de Mariz, 1591, fl. 43v.

⁶¹⁸ *Constituições Synodaes do Bispado de Coimbra*, Coimbra, António de Mariz, 1591, fl. 43v.

⁶¹⁹ Na diocese de Viseu o cenário era idêntico, cf. João Rocha Nunes, *A Reforma Católica [...]*, pp. 265-266.

⁶²⁰ Coimbra, AUC, Devassas Penela, livro 68, fls. 173v-174 e livro 70, fls. 144v-145.

⁶²¹ Coimbra, AUC, Devassas Penela, livro 74, fl. 85. Refira-se ainda o sucedido com Clara Maria, mulher que, no início do século XVIII, viveu seis meses na Redinha. Esta afirmou que estando na dita vila o diabo lhe apparecera sob a forma de clérigo “e que a hia seguindo para a igreja quando se hia confessar e comungar, ouvir missa, e por esta cauza deixou de sair fora de caza e de ir ouvir missa por lhe não quererem emprestar mantilha e saya para isso”, cf. Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, livro 327, fl. 205. Sobre a pobreza e o problema do vestuário, cf. Ana Cristina Machado Trindade, *A Moral e o Pecado Público [...]*, p. 114. Não por acaso, a doação de roupa dominava o universo caritativo dos bens legados, tendo como objectivo possibilitar a entrada dos desvalidos nas igrejas, cf. Susana Goulart Costa, *Viver e Morrer [...]*, p. 451. Sobre a oferta de roupa vd. igualmente, Maria Marta Lobo de Araújo, *Rituais de Caridade na Misericórdia de Ponte de Lima (séculos XVII-XIX)*, Ponte de Lima, Santa Casa da Misericórdia de Ponte de Lima, 2003, pp. 294-295; António Magalhães, “Crianças Pobres e Doentes: a População Jovem como objecto de Práticas de Caridade na Santa Casa da Misericórdia de Viana do Foz do Lima (séculos XVI-XVIII)”, *A Infância no Universo Assistencial da Península Ibérica (séculos XVI-XIX)*, organização de Maria Marta Lobo de Araújo e de Fátima Moura Ferreira, Braga, Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, 2008, pp. 120-122.

⁶²² Coimbra, AUC, Devassas Penela, livro 83, fl. 105v-106.

de D. Miguel, com data de 14 de Outubro de 1741⁶²³. Nesta carta o antístite estatuiu que os párocos vigiassem atentamente a guarda dos domingos e dias santos “destinando para este effeito alguns dos freguezes mais zelosos, e de melhor consciencia, para que os avisem, em sabendo alguma desordem nesta materia”⁶²⁴. A nomeação de leigos com incumbências análogas não constituía novidade. Na primeira década do século XVIII, Bartolomeu Gomes, homem casado, seareiro, de 40 anos de idade, morador em Trás-os-Matos, freguesia de Vila Cã, havia sido encarregado, pelo vigário daquela paróquia, sob juramento, de vigiar os indivíduos que faltassem à missa nos dias de preceito⁶²⁵. Além destes informadores, a documentação revelou que muitos paroquianos controlavam os seus vizinhos, repreendendo-os em múltiplas ocasiões. De entre os vários exemplos possíveis mencione-se um caso registado na visita de 1745. Nesse ano, Maria Gaspar, mulher de João Mendes, do lugar dos Andrés, freguesia de Santiago de Litém, ao denunciar Maria Francisca, viúva de António João, moradora no mesmo lugar, afirmou tê-la repreendido “algumas vezes e a sobredita lhe responde que tem ella testemunha que ouça ou não ouça missa e deixa de a ouvir sem acuza alguma que para isso tenha”⁶²⁶.

As constituições diocesanas haviam estabelecido que os párocos procedessem contra os faltosos “com penas, & as apliquem como lhes melhor parecer”⁶²⁷. Segundo o estatuído na Pastoral de D. Miguel da Anunciação atrás aludida, o primeiro lapso seria sancionado por intermédio de admoestação. A reincidência daria lugar a uma coima no valor de meio tostão “e nas mais à proporção da culpa augmentem a pena pecuniaria, athe cinco tostoens inclusivamente”⁶²⁸. A documentação estudada revela que os párocos condenavam frequentemente os faltosos. No entanto, o valor das coimas nunca surge discriminado. Por exemplo, por volta de 1718, frei José Mendes, vigário de Almagreira, havia condenado algumas vezes uma Maria, solteira, filha de Manuel João Gomes, do

⁶²³ Coimbra, BGUC, *Colecção das Pastoraes dos Bispados*, Miscelânea, 3-11-4-205, Pastoral 18. Recorde-se que em Pombal os domingos e dias santos eram dia de feira, o que poderia motivar faltas à missa.

⁶²⁴ Coimbra, BGUC, *Colecção das Pastoraes dos Bispados*, Miscelânea, 3-11-4-205, Pastoral 18. Na diocese de Viseu, no início do século XVII, haviam sido instituídos semelhantes “olheiros”. Não obstante, parece ter existido alguma renitência à nomeação destes indivíduos, cf. João Rocha Nunes, *A Reforma Católica* [...], p. 267.

⁶²⁵ Coimbra, AUC, Devassas Penela, livro 53, fls. 272-272v.

⁶²⁶ Coimbra, AUC, Devassas Penela, livro 62, fls. 59v-60.

⁶²⁷ *Constituições Synodales do Bispado de Coimbra*, Coimbra, António de Mariz, 1591, fl. 44.

⁶²⁸ Caso o indivíduo persistisse no erro o prelado deveria ser informado a fim de proceder de forma rigorosa, cf. Coimbra, BGUC, *Colecção das Pastoraes dos Bispados*, Miscelânea, 3-11-4-205, Pastoral 18.

lugar de Netos⁶²⁹. De igual forma, Maria Lourença, solteira, filha de Lourenço Jorge, do lugar do Cubo, Litém, delatada primeira vez em 1745, já havia sido previamente condenada pelo pároco daquela freguesia⁶³⁰.

Se semelhantes coimas acabaram por impor a assistência à missa da maioria da população, tal não significou que todos os paroquianos demonstrassem a reverência devida durante as celebrações litúrgicas. Por exemplo, em 1707, José da Costa, do lugar do Rocio, freguesia de Litém, costumava levantar a voz na igreja⁶³¹. Mais tarde, a 17 de Julho de 1731, António Ferreira, morador no Casal da Clara, Mata Mourisca, fez termo de ser obediente ao seu pároco e de se portar com o respeito e a moderação devida no espaço sagrado, tendo sido condenado em 1000 réis⁶³². Para muitos a eucaristia era a ocasião perfeita para colocar a conversa em dia⁶³³. Em 1784, esse hábito era ainda frequente, como demonstra um capítulo de visita registado no Louriçal, na Mata Mourisca e na Redinha. Para combater semelhante abuso, o visitador determinou que os delinquentes, depois de serem repreendidos benevolmente pelos párocos, fossem condenados em 100, 200 e 300 réis, consoante o lapso⁶³⁴. Havia ainda quem aproveitasse a missa para cortejar o sexo oposto. Em 1745, António Dias e Teresa Maria, ambos casados, comunicavam frequentemente através de sinais com os olhos e com a boca “ainda na capella do dito lugar dos Vierinhos [Louriçal], quando a ella vam ouvir missa”⁶³⁵. Por outro lado, havia quem assistisse à eucaristia armado. Entre os exemplos possíveis, refira-se um episódio sucedido na Redinha em 1644. Para o sermão da primeira dominga da Quaresma desse ano, o vigário frei Francisco Ribeiro e os oficiais da câmara daquela vila haviam designado consensualmente um pregador. No entanto, quis Domingos Ferreira Banha, cirurgião da vila, “como poderoso que he que pregasse frei Estevão da Natividade seu parente”. Durante a missa da terça, subindo o

⁶²⁹ Coimbra, AUC, Devassas Penela, livro 55, fl. 288v.

⁶³⁰ Coimbra, AUC, Devassas Penela, livro 64, fl. 369.

⁶³¹ Coimbra, AUC, Devassas Penela, extractos de culpados, livro 2, fl. 36.

⁶³² Coimbra, AUC, Devassas Penela, extractos de culpados, livro 3, fl. 50.

⁶³³ Cf., por exemplo, uma carta pastoral de D. João de Melo de 1688, publicada em Alice Correia Godinho Rodrigues, “Subsídios [...]”, pp. 312-314. Mais tarde, durante o período de sede vacante (1718-1740), D. Luís Simões Brandão, bispo de Angola (1702-1717), e vigário capitular de Coimbra, compôs uma pastoral em que abordou o “detestavel abuzo que se tem introduzido de fazer caza de conversação nos templos”, cf. Leiria, ADL, Registos Paroquiais, Almagreira, Casamentos, livro 2 (1729-1787), fls. 3-4v.

⁶³⁴ Se a conduta não sofresse alteração os párocos deviam dar conta aos visitantes, cf. Coimbra, AUC, Devassas Penela, Capítulos de Visita (fragmentos diversos) mc. 1, [Copia dos capitulos da vezitação nesta igreja de São Thiago do Louriçal aos 21 de Junho de 1784]; [Copia dos capitulos da vezita que ficarão nesta freguesia da Matta Mourisca a 17 de Junho de 1784]; [Copia summaria dos capitulos de vizita do muito reverendo senhor doutor vizitador feita nesta parochia da villa da Redinha].

⁶³⁵ Coimbra, AUC, Devassas Penela, livro 62, fl. 20v.

primeiro pregador ao púlpito, Domingos Ferreira e os seus cúmplices, Manuel de Almeida Cabral, escrivão da câmara, António de Abreu e Castelo-Branco, António de Amaral Barreto, escrivão das Sisas, e João Ares Cabral “homem doudo e virolento” iniciaram um motim levantando-se “batendo com paos, pedras e palmas nas portas e caixões da igreja com grande alarido dizendo em vozes altas que se saíssem todos que o supplicante [vigário] estava excommungado por tres cabeças”⁶³⁶. Refira-se que o hábito de entrar com armas nos templos era inclusivamente praticado por eclesiásticos, sendo paradigmático o caso do padre Manuel Simões, morador na Redinha, que em 1682, dizia missa armado com uma “pistola ou pistolete na algibeira”⁶³⁷. Semelhantes hábitos eram ainda comuns em 1823, como se verifica por um capítulo geral inscrito na igreja do Louriçal, que tinha por objectivo colocar cobro ao “terrivel abuso de irem as igrejas armados de paos, tanto para ouvir missa como as restantes funções sagradas”⁶³⁸.

Como já referimos a guarda dos domingos e dias santos implicava que os fiéis deixassem de realizar quaisquer trabalhos agrícolas e comerciais, bem como qualquer actividade judicial⁶³⁹. Não obstante, como se colhe nas próprias constituições de 1591, muitos não respeitavam o estatuído, sobremaneira almocreves, barqueiros, caçadores, carnicheiros, curtidores, lagareiros, moleiros, pescadores e vendeiros. Por outro lado, os juízes e oficiais de justiça realizavam “muytos autos de jurdição nos ditos dias, & ainda dentro das Igrejas, ou na portas & adros dellas, o que he caso de muytos não hirem ouvir missa”⁶⁴⁰.

O número elevado de dias de guarda estabelecidos pelas constituições diocesanas dificilmente podia ser conciliado com as actividades desenvolvidas pelos fiéis⁶⁴¹. As próprias autoridades eclesiásticas tinham noção dessa realidade, tendo cedido em alguns aspectos. Assim, em 1589, D. Afonso de Castelo Branco estabeleceu que os pastores ouvissem missa do principio ao fim “salvo aquelles que forem

⁶³⁶ Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, livro 72, fls. 170-171. A eleição de pregadores para a Quaresma gerava com frequência contendas como evidencia uma pastoral de D. João de Melo, publicada em Alice Correia Godinho Rodrigues, “Subsídios [...]”, pp. 314-319.

⁶³⁷ Coimbra, AUC, Devassas Penela, livro 29, fls. 127 e 128.

⁶³⁸ Nesse ano o visitador, ordenou que os párocos, após admoestarem os delinquentes por três vezes, os condenassem em 100, 200 e 300 réis, consoante a reincidência, cf. Coimbra, AUC, Devassas Penela, Capítulos de Visita (fragmentos diversos) mç. 1, [Copia dos capítulos geraes da prochial igreja desta villa do Louriçal, em 10 de Junho de 1823].

⁶³⁹ *Constituições Synodales do Bispado de Coimbra*, Coimbra, António de Mariz, 1591, fls. 44v-47v.

⁶⁴⁰ *Constituições Synodales do Bispado de Coimbra*, Coimbra, António de Mariz, 1591, fl. 46v.

⁶⁴¹ Sobre os dias de guarda na diocese de Coimbra, cf. *Constituições Synodales do Bispado de Coimbra*, Coimbra, António de Mariz, 1591, fls. 42v-43v. Sobre o assunto cf., ainda, António Camões Gouveia, “Sensibilidades e Representações Religiosas”, *História Religiosa de Portugal [...]*, vol. 2, pp. 317-322; João Rocha Nunes, *A Reforma Católica [...]*, pp. 268-270.

necessarios ficar para serviço, ou guarda da casa: reuesando porem hora huns, hora outros”⁶⁴². Muito mais tarde, em 1741, D. Miguel da Anunciação estabeleceu que, no tempo das vindimas e recolhimento dos frutos, os párocos concedessem licença aos fregueses, que a requeressem, para que pudessem trabalhar após a eucaristia⁶⁴³. Tais licenças seriam ainda extensíveis à época de semear, já que em 1751, Luís Fernandes e Manuel Simões Serrano, o primeiro morador na Valdeira e o segundo em Fonte da Gota, ambos lugares da freguesia de Abiul, fizeram termo em primeiro lapso de não trabalharem aos dias de preceito fora do tempo “dos recolhimentos e sementeiras”⁶⁴⁴.

Nas devassas estudadas foram registadas 26 delações por trabalho em dias defesos⁶⁴⁵. A primeira denúncia do género foi registada em 1652, enquanto a derradeira datou de 1781. A ausência de denúncias no período seguinte não significa que o delito não tenha persistido. Ainda, em 1823, o visitador “sendo informado de que nesta freguesia [Abiul] há o terrível abuzo e intoleravel de trabalharem e de se occuparem em obras servis em os dias de Domingo, e dias Santos” determinou que o pároco condenasse os transgressores em 500 réis, que seriam aplicados na fábrica da igreja⁶⁴⁶.

Mais uma vez, a esmagadora maioria dos casos (69%) foi reportado durante o episcopado de D. Miguel da Anunciação. Os transgressores foram sobretudo homens, já que apenas foram delatadas cinco mulheres. As tarefas desenvolvidas por esses indivíduos, quando discriminadas, estiveram sempre ligadas à agricultura. Assim, houve quem tivesse sido visto a apanhar linho, a cavar, a ceifar, a cortar lenha, a sachar milho e a transportar diversas cargas em carro de bois⁶⁴⁷. Cabe referir que se na maior parte dos casos os indivíduos trabalhavam por livre iniciativa, noutros eram coagidos a fazê-lo. É paradigmático o caso sucedido em 1722, envolvendo Manuel Viegas Leitão, solteiro, escrivão da câmara de Abiul, morador no lugar de Brinços, que mandava trabalhar diversos homens nas suas fazendas “por ameaças aos dias de preceito com carro, machado e sacho e toda a mais casta de serviço por varias vezes”⁶⁴⁸.

⁶⁴² *Constituições Synodaes do Bispado de Coimbra*, Coimbra, António de Mariz, 1591, fl. 43v.

⁶⁴³ Coimbra, BGUC, *Colecção das Pastoraes dos Bispados*, Miscelânea, 3-11-4-205, Pastoral 18.

⁶⁴⁴ Coimbra, AUC, Devassas Penela, extractos de culpados, livro 7, fls. 125 e 126.

⁶⁴⁵ Não entram neste número os quatro eclesiásticos que trabalharam ou mandaram trabalhar em dias de guarda, cf. o capítulo deste trabalho dedicado ao clero secular.

⁶⁴⁶ Coimbra, AUC, Devassas Penela, Capítulos de Visita (fragmentos diversos) mç. 1, [Copia dos capitulos da visitação da parochial igreja de Nossa Senhora das Neves de Abiul a 19 de Junho de 1823].

⁶⁴⁷ Por seu turno, Maria Carvalha, mulher de Manuel Gomes, moradora na Redinha, delatada na visita de 1738, ficou com culpa em aberto por lavar roupa aos dias santos, cf. Coimbra, AUC, Devassas Penela, extractos de culpados, livro 7, fl. 115.

⁶⁴⁸ Coimbra, AUC, Devassas Penela, livro 56, fl. 559v. Pese a gravidade da acusação fez apenas termo de não mandar trabalhar em dias de preceito, cf. o fl. 565v do referido livro.

Na documentação raramente foram discriminados os dias desrespeitados. Isso apenas sucedeu em três ocasiões. Em 1722, Manuel Rodrigues, trabalhador, morador em Valarinho, freguesia do Lourical, foi visto a sachar milho no dia do Corpo de Deus⁶⁴⁹. Mais tarde, a 1 de Novembro de 1755, dia de Todos-os-Santos, Manuel Brás, morador no lugar das Cavadas, Lourical, andou a trabalhar “com seo carro tomado aos bois de que resultou geral escand[al]o, não por ser costumado mas por ser o dia em que Deos Nosso Senhor tinha mostrado o castigo do terramoto”⁶⁵⁰. Pouco depois, em 1757, Manuel Lopes, morador em Serra de Bonha, freguesia de Litém, laborou no dia do Divino Espírito Santo⁶⁵¹. Semelhantes dados, revelam que mesmo nas festividades mais importantes, caso do Corpo de Deus, o incumprimento do preceito dominical era comum.

Para a Igreja, a não observância do jejum nos dias previamente estabelecidos era tida como pecado mortal. No bispado de Coimbra os maiores de 21 anos, que não estivessem legitimamente impedidos, isto é, que não padecessem de nenhuma doença, eram obrigados a satisfazer os 72 dias de jejum prescritos pelas constituições diocesanas, sob pena de pagar um real, para a fábrica da igreja⁶⁵². Em tais dias a carne, o leite, a manteiga, os ovos e o queijo estavam interditos⁶⁵³.

Nas devassas estudadas apenas foram delatados três indivíduos por este delito. Em 1718, Manuel Fernandes e a sua mulher, cujo nome não foi indicado, moradores no lugar do Vale, freguesia da Mata Mourisca, foram acusados por cinco pessoas de comerem carne no tempo da Quaresma “e nos mais dias prohibidos sem terem cauza nem doença que os obrigasse a isso”⁶⁵⁴. Mais tarde, em 1755, Caetano da Silva, marchante do Lourical, que vendia carne de vaca na vila de Pombal, foi acusado de degustar aquele alimento às sextas e sábados, sem ter para tal motivo válido. A pombalense Maria dos Santos ao delatar o caso afirmou ter tido conhecimento do mesmo por um criado lhe levar “huma pouca de carne para lha asar e preparar que dizia que era para o dito marchante [...] comer”⁶⁵⁵.

⁶⁴⁹ Coimbra, AUC, Devassas Penela, livro 56, fls. 156-156v.

⁶⁵⁰ Coimbra, AUC, Devassas Penela, livro 64, fl. 300v.

⁶⁵¹ Coimbra, AUC, Devassas Penela, livro 66, fl. 279v.

⁶⁵² *Constituições Synodales do Bispado de Coimbra*, Coimbra, António de Mariz, 1591, fls. 39v-40v.

⁶⁵³ No entanto, dado que a maior parte do bispado ficava distante da costa, o prelado possibilitou que, fora do tempo da Quaresma, pudessem ser ingeridos leite e ovos, cf. *Constituições Synodales do Bispado de Coimbra*, Coimbra, António de Mariz, 1591, fl. 41.

⁶⁵⁴ Além disso, não assistiam à missa e trabalhavam nos dias de guarda, cf. Coimbra, AUC, Devassas Penela, livro 55, fls. 279-279v e 284-285v.

⁶⁵⁵ Coimbra, AUC, Devassas Penela, livro 64, fl. 361.

O reduzido número de denúncias poderia sugerir que os dias de jejum eram comumente respeitados. No entanto, outros documentos sugerem precisamente o contrário, existindo inclusivamente quem criticasse abertamente a obrigação de jejuar⁶⁵⁶.

3.2.2 – Cortejo processional e festa religiosa

Entre as principais preocupações da Igreja pós-tridentina figurou o disciplinamento das condutas no decurso das procissões⁶⁵⁷. Com vista à separação entre o sagrado e o profano, era crucial o abandono de práticas menos dignas, algumas das quais com laivos de paganismo. Desta forma, foi decretada a proibição dos cortejos acorrerem a lugares ermos, como outeiro ou penedos, devendo ficar confinados ao espaço habitado. Por outro lado, foi interdita a pronúncia de “clamores, nem outras preces, nem palavras”, excepto as que se encontrassem devidamente autorizadas. Atitudes impróprias ao contexto processional como comer, beber, dançar e entoar cantigas indecentes passaram igualmente a ser sancionadas⁶⁵⁸.

Os textos normativos diocesanos procuraram igualmente regular a ordem e o lugar que cada indivíduo devia ocupar nos cortejos. Estes seriam encabeçados pelos leigos, seguindo-se as comunidades de religiosos e clero secular, sendo a cauda dos desfiles ocupada pelas mulheres. Ninguém estava autorizado a alterar a ordem estatuída, devendo permanecer “quietos & devotos, cantando & respondendo às Ladainhas dos Santos, & preces”⁶⁵⁹. De forma a dignificar os desfiles processionais, além da obrigatoriedade da participação de todos os clérigos, foi decretado que estes empregassem certos paramentos, nomeadamente sobrepelizes “lavadas & boas”⁶⁶⁰.

Pese as medidas tomadas os antigos costumes persistiram. Por exemplo, no início do século XVIII, em Pombal, durante os festejos em honra de Nossa Senhora do Cardal, ainda tinham lugar danças e pelas na procissão. Além disso, no início dos festejos, a população, ao som de charamelas, gaitas-de-fole e tambores, percorria as ruas da vila, de noite, cantando “humas cousas sem atilho; mas em louvor de Nossa Senhora,

⁶⁵⁶ Cf. o capítulo a terceira parte deste trabalho, nomeadamente o capítulo dedicado às proposições.

⁶⁵⁷ António Camões Gouveia, “Procissões”, *Dicionário de História Religiosa* [...], vol. P-V, Apêndices, pp. 67-72.

⁶⁵⁸ *Constituições Synodales do Bispado de Coimbra*, Coimbra, António de Mariz, 1591, fls. 117v-118.

⁶⁵⁹ *Constituições Synodales do Bispado de Coimbra*, Coimbra, António de Mariz, 1591, fl. 117v.

⁶⁶⁰ *Constituições Synodales do Bispado de Coimbra*, Coimbra, António de Mariz, 1591, fls. 116-116v.

& dos Mordomos, que a festejão”⁶⁶¹. Segundo Bluteau, a prática chegou a ser proibida por considerarem “alguns zelosos improprio ao louvor da Senhora”, no entanto, pouco tempo volvido, foi retomada⁶⁶². De igual forma, em Abiul, ainda em 1776, por ocasião das festividades de Nossa Senhora das Neves, a população costumava “cantar pellas ruas daquella villa pella meia noute humas profanas cantigas ao som de gaita e tambor”⁶⁶³. Estas e outras práticas religiosas não deixaram de motivar comentários jocosos por parte dos estrangeiros protestantes, residentes em Portugal. Por exemplo, na segunda metade de Setecentos, Christiano Schneyder, natural de Hanôver e residente em Pombal, vendo passar “hum concurso de homens e mulheres pella rua cantando o Bendito [...] se rria muito”, afirmando que “aquillo se cantava em caza e não na rua e sem chapeo”⁶⁶⁴.

A festa, tempo de celebração, de excesso e de rotura com o quotidiano, compreendia, além da vertente religiosa, distintos divertimentos de cariz profano. Em Pombal eram organizadas canas, encamisadas e touros “& muytas vezes de cavallo, carreyras, alcanzias, patos, argolinhas, & outras cousas semelhantes”⁶⁶⁵. Em Abiul, durante as celebrações em honra de Nossa Senhora das Neves, ocorriam semelhantes práticas, nomeadamente canas, cavahadas, danças, justas e touros⁶⁶⁶. A questão das touradas motivou a intervenção das hierarquias da Igreja. A 1 de Novembro de 1567, Pio V (1566-1572) condenou a sua realização, considerando ser aquele divertimento alheio à piedade e caridade cristãs⁶⁶⁷. Em 1582, Gregório XIII (1572-1585), permitiu a

⁶⁶¹ Fr. Agostinho de Santa Maria, *Santuário Mariano* [...], tomo IV, pp. 465-466.

⁶⁶² Rafael Bluteau, *Vocabulario Portuguez e Latino*, tomo 6, Lisboa, Oficina de Pascoal da Silva, 1720, pp. 587-588.

⁶⁶³ Lisboa, AN/TT, Desembargo do Paço, Repartição da Estremadura e Ilhas, mç. 512, doc. 14, fl. não numerado.

⁶⁶⁴ Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, proc. 5752. Sobre esta realidade, cf. Isabel M. R. Mendes Drumond Braga “Entre o Sagrado e o Profano: as Procissões em Portugal no século XVIII segundo alguns relatos de estrangeiros”, *A Festa, Comunicações Apresentadas ao VIII Congresso Internacional*, coordenação de Maria Helena Carvalho dos Santos, vol. 2, Lisboa, Sociedade Portuguesa de Estudos do Século XVIII, Universitária Editora, 1992, pp. 455-468.

⁶⁶⁵ Fr. Agostinho de Santa Maria, *Santuário Mariano* [...], tomo IV, pp. 465 e 470; Rafael Bluteau, *Vocabulario Portuguez* [...], tomo 6, p. 587. A propósito do jogo de canas, refira-se que na segunda metade de Seiscentos, o tenente Tomé Gomes de Carvalho vinha muitas vezes a Pombal em tempo de festas “e era homem de cavalo e os festeiros o ocupavão para assistir a festejar em jogos de canas e mais exercício das festas e que assim pouzava com os festeiros”, cf. Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, proc. 1310, fls. 138-140v.

⁶⁶⁶ António Carvalho da Costa, *Corografia* [...], tomo III, pp. 226-227.

⁶⁶⁷ Fortunato de Almeida, *História da Igreja* [...], tomo II, p. 491. Em Coimbra, o bispo D. João Soares mandou traduzir e publicar a bula, ordenando que os curas explicassem o documento aos fiéis, à estação da missa, cf. *Dom Ioam Soarez, per Merce de Deos E da Sancta Igreja de Roma, Bispo de Coimbra, Conde d’Arganil &c. Fazemos saber aos que esta nossa carta virem como ho Papa Pio V nosso Senhor passou hũa Bulla, sobre a prohibição de correr touros & outras alimárias & anulação dos votos & juramentos feytos polo tempo sobre isto mesmo*, [s.l.], [s.n.], [1567].

realização de corridas, desde que estas não tivessem lugar aos domingos ou dias santos, e não provocassem mortes. Ainda assim, o pontífice restringiu a participação, em semelhantes eventos, aos eclesiásticos de ordens sacras, enquanto Clemente VIII (1592-1605), a 13 de Janeiro de 1596, delimitou a interdição ao clero regular⁶⁶⁸. Na diocese de Coimbra, o assunto motivou a ingerência de D. Miguel da Anunciação. No ano de 1767, o antístite proibiu as touradas de Abiul, organizadas por ocasião das festas do orago da vila⁶⁶⁹. Considerava o prelado que aquele costume profano devia ser erradicado, devendo circunscrever-se a festividade à cerimónia religiosa⁶⁷⁰. A providência gerou forte contestação por parte da câmara e do povo da vila, tendo aquele órgão administrativo apelado para o monarca. Em resposta ao requerimento, a 26 de Agosto de 1767, em carta assinada por Francisco Xavier Mendonça Furtado, ministro dos Negócios do Reino, a decisão episcopal foi revogada, tendo sido considerada excessiva uma vez que as festas “que se celebrão por voto dos povos, e que se prescrevem, e regulão pellas camaras do Reyno, não devem sugeição aos Prelados ordinarios para as poderem impedir, ou prohibir, e munto menos com o pretexto que declarastes [bispo de Coimbra] em hum dos vossos despachos; pois já mais se não poderá persuadir que se profana a festa que se celebra de manha com os touros, que se correm de tarde em prassa separada da Igreja”⁶⁷¹. Assim sendo, o empenho do antístite na reforma da sua diocese, nomeadamente através da erradicação de uma prática profana, esbarrou na intervenção régia que o desautorizou, numa ocorrência que não pode ser desligada do regalismo do reinado de D. José. Acrescente-se que a contenda despoletada pela ingerência de D. Miguel numa tradição que, além de apreciada pelo povo⁶⁷², era dirigida

⁶⁶⁸ Lisboa, AN/TT, Desembargo do Paço, Repartição da Estremadura e Ilhas, mç. 512, doc. 13, fls. 4-7.

⁶⁶⁹ Lisboa, AN/TT, Desembargo do Paço, Repartição da Estremadura e Ilhas, mç. 512, doc. 13, fls. 26 e 54v. A propósito das touradas no século XVIII, cf. Paulo Drumond Braga, “As Touradas em Portugal no século XVIII, segundo alguns Relatos de Estrangeiros”, *A Festa, Comunicações* [...], vol. 2, pp. 649-666.

⁶⁷⁰ Segundo os oficiais da câmara de Abiul, o prelado, para fazer cumprir a sua determinação relativa aos touros, teria inclusivamente ordenado o encerramento da igreja. Não obstante, esta acusação foi desmentida em 1777, pelo juiz das festas, Manuel Rodrigues Brás, cf. Lisboa, AN/TT, Desembargo do Paço, Repartição da Estremadura e Ilhas, mç. 512, doc. 13, fl. não numerado.

⁶⁷¹ Lisboa, AN/TT, Desembargo do Paço, Repartição da Estremadura e Ilhas, mç. 512, doc. 13, fl. 6.

⁶⁷² Quando em 1777, o juiz das festas, Manuel Rodrigues Brás, do lugar dos Ramalhais, boicotou a tradicional corrida de touros, alegando coincidirem as festividades com o período de luto pesado por morte de D. José I, originou uma onda de indignação entre o povo e a câmara da vila, órgão que decretou “várias notificações com pena de prisão contra ele suplicante [juiz das festas], a quem foram de noite a casa com oficiais de justiça e homens armados”. Por seu turno, os populares injuriaram o mesmo juiz “fazendo lhe de noute esperas para lhe tirarem a vida pello que se vio obrigado [...] a largar a bandeira de Nossa Senhora e fugir para escapar ao barbaro impeto daquele insolente concurso”. Pese uma provisão régia, os touros acabaram por correr, ainda que em moldes distintos do costumado. De referir que Manuel Rodrigues Brás era um manifesto opositor das touradas, referindo ser aquele “hum festejo [...] que tem dado cauza a tão tiranas mortes, ferimentos e outros tantos abominaveis peccados em prejuizo do bem temporal e espirital que por isso se faz digno de total extinçam”. Segundo este, na vila de Pombal já

pelo poder concelhio⁶⁷³, poderá explicar a razão pela qual os demais prelados não terem interferido na matéria.

A principal procissão religiosa, o *Corpus Christi*, motivou grande atenção por parte da monarquia e das autoridades eclesiásticas⁶⁷⁴. Os padres conciliares, reunidos em Trento, haviam reafirmado a necessidade e importância do momento⁶⁷⁵. Para evitar os excessos que frequentemente eram cometidos na festa da eucaristia, as constituições de Coimbra de 1591, proibiram toda e qualquer representação no decurso do cortejo processional, nomeadamente o costume das mulheres desempenharem o papel de santas, interdições, cujo cumprimento, dada a ausência de fontes é impossível de averiguar⁶⁷⁶. A festividade apenas seria celebrada nas freguesias de maior dimensão, devendo acorrer a estas os moradores das paróquias vizinhas⁶⁷⁷. No século XVIII, a festa tinha lugar na Redinha, a expensas da câmara, órgão que custeava mais 11 procissões: Anjo-Custódio, Bula da Cruzada, Candeias, Ladainhas de Maio, Páscoa da Ressurreição, São Sebastião, Senhora da Estrela, Senhora do Círculo e Visitação⁶⁷⁸. O Corpo de Deus era igualmente celebrado em Pombal, cabendo à câmara da vila alguns detalhes da sua organização, nomeadamente a eleição dos indivíduos a quem caberia a honra de pegar as varas do púlpito⁶⁷⁹, a escolha de um homem para levar o estandarte da câmara⁶⁸⁰ e a limpeza e

havia sido erradicadas as corridas de touros não referindo, no entanto, se tal sucedera por intervenção do prelado, cf. Lisboa, AN/TT, Desembargo do Paço, Repartição da Estremadura e Ilhas, mc. 512, doc. 13 e 14.

⁶⁷³ Nas referidas festividades “alem da da Igreja, sempre ouvera o brinco de toiros nas tardes de Sabbado, e do Domingo, sendo o mesmo regido pelo senado da camara da ditta vila; que fazia as eleições de juiz e mordomos”, cf. AN/TT, Desembargo do Paço, Repartição da Estremadura e Ilhas, mc. 512, doc. 13, fl. não numerado.

⁶⁷⁴ Sobre a procissão do Corpo de Deus cf. Helena Pinto Janeiro, “A Procissão do Corpo de Deus na Lisboa Barroca: o Espaço e o Poder”, *Arqueologia do Estado. 1.ª jornadas sobre formas de organização e exercício dos poderes na Europa do Sul, Séculos XIII-XVIII*, vol. 2, Lisboa, História & Crítica, 1988, pp. 727-742; Iria Gonçalves, “As Festas do «Corpus Christi» do Porto na segunda metade do século XV: participação do concelho”, *Um olhar sobre a cidade medieval*, Cascais, Patrimonia, 1996, pp. 153-176; José Manuel Tedim, “A Procissão das Procissões. A Festa do Corpo de Deus”, *Arte Efêmera em Portugal*, coordenação de João Castel-Branco, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, Museu Calouste Gulbenkian, 2000, pp. 217-223, 224-235; João Rocha Nunes, *A Reforma Católica* [...], pp. 271-276.

⁶⁷⁵ *O Sacrosanto, e Ecumenico* [...] tomo I, pp. 253-257.

⁶⁷⁶ *Constituições Synodales do Bispado de Coimbra*, Coimbra, António de Mariz, 1591, fl. 18v.

⁶⁷⁷ João Rocha Nunes, *A Reforma Católica* [...], pp. 273-274.

⁶⁷⁸ Coimbra, BGUC, Manuscrito 503, fls. 115v-117v.

⁶⁷⁹ A 21 de Maio de 1815, foram nomeados quatro indivíduos para a função, a saber o Doutor António Anastácio de Sousa, José de Agorreta Pereira de Miranda, Francisco Peregrino de Meneses e António Migueis de Carvalho [e Brito]. A partir de 1819, passaram a ser nomeadas seis pessoas. Nesse ano foram escolhidos Gil de Almeida de Sousa e Sá, coronel do regimento de Soure, o seu filho Gustavo de Sousa e Sá, o sargento-mor Luís Cândido Migueis, o capitão-mor Jorge Coelho de Vasconcelos, o tenente-coronel reformado Francisco Peregrino de Meneses e o tenente Francisco Caldeira, cf. Pombal, AMP, Livro de Acórdãos da Câmara Municipal de Pombal, 1812-1821, fls. 30, 44, 59v, 104, 123v 145v; 1821-1823, fls. 16; 1823-1824, fl. 11.

⁶⁸⁰ Somente no ano de 1820, surgiu um indivíduo designado para a função, a saber Francisco António da Costa, cf. Pombal, AMP, Livro de Acórdãos da Câmara Municipal de Pombal, 1812-1821, fl. 123v.

enfeite das ruas⁶⁸¹. Relativamente a Pombal, além deste cortejo, e dos realizados durante as festividades da Senhora do Cardal, existem relatos das procissões do Enterro de Cristo e da Soledade⁶⁸².

O cortejo processional, as igrejas e as ermidas era frequentemente palco de alterações. Para inverter a situação em 1591, foram estabelecidas penas pecuniárias, de prisão e de excomunhão maior para os que ousassem provocar idênticos distúrbios⁶⁸³. Pese os castigos estatuídos, as contendas continuaram a ser uma realidade. Por exemplo, na quinta-feira santa do ano de 1654, durante uma procissão noturna realizada em Abiul, estando a recolher o cortejo à igreja da Misericórdia, um penitente que se autoflagelava açoutou propositadamente o padre Manuel Álvares, que ficou “cheo de sangue por hum ombro e ainda na cabeça”⁶⁸⁴. Pouco depois, na noite de Natal de 1657, uma Maria, filha de Pedro Fernandes, do lugar de Vale da Vinha, e António, solteiro, filho de António Gomes, de Trás-os-Matos, ambos lugares da freguesia de Vila Cã, trocaram agressões físicas dentro da matriz “o que cauzou grande escandalo nesta igreja per ser lugar sagrado”⁶⁸⁵. Um século depois, Luís Carlos, Paulo José, Joaquim Mendes e Mateus Gonçalves, moradores na freguesia da Redinha agrediram diversos indivíduos no adro da matriz da vila⁶⁸⁶. Assim sendo, pese os esforços episcopais, as agressões dentro das igrejas, nos adros e no contexto processional continuaram a ser uma constante ao longo de todo o período em estudo.

3.2.3 – O espaço sagrado

Para que a reforma alcançasse os seus propósitos era crucial que as igrejas, ermidas e capelas estivessem em perfeito estado de conservação e devidamente ornamentadas para a celebração dos ofícios divinos. A grandiosidade do espaço

⁶⁸¹ A 24 de Maio de 1823, foi determinado que se “juncacem as ruas por onde hade passar a porção precedendo pregois para todos os moradores das mesmas ruas limparem suas bostadas pena de dous mil reis na contravenção”, cf. Pombal, AMP, Livro de Acórdãos da Câmara Municipal de Pombal, 1823-1824, fl. 11v.

⁶⁸² Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, proc. 5752.

⁶⁸³ *Constituições Synodales do Bispado de Coimbra*, Coimbra, António de Mariz, 1591, fls. 118-118v.

⁶⁸⁴ O disciplinante, Domingos Lopes, homem casado, morador no lugar do Serodio, foi posteriormente delatado em visita pastoral, tendo sido pronunciado a livrar-se, como seguro, cf. Coimbra, AUC, Devassas Penela, livro 6, fls. 5-7.

⁶⁸⁵ Na ocasião, interveio ainda Maria Ribeiro, mulher de Leonardo António, do lugar do Vale, atacando o dito António “com as mãos as guedelhas e lhe puxou por ellas”. Segundo outro testemunho: “estando asentado em hum caixão Antonio [...] com hũa mão posta sobre o caixão lhe deu com hum pao na mão Maria filha de Pedro Frz [...] e queixando se o dito Antonio [...] se lançou a elle hũa Maria Ribeira [...] e lhe puxou pellas guedelhas dando lhe alguns enpuxois para baixo”, cf. Coimbra, AUC, Devassas Penela, livro 8, fls. 127-128v.

⁶⁸⁶ Coimbra, AUC, Devassas Penela, extractos de culpados, livro 8, fl. 94.

sagrado, a riqueza dos ornamentos, o esplendor das imagens assumia um papel preponderante. A actuação dos prelados neste domínio exerceu-se a diversos níveis, nomeadamente na remodelação dos templos, na construção ou demolição de edifícios, na ornamentação das igrejas, em determinações relativas às imagens religiosas e na condenação de condutas impróprias na Casa de Deus.

O crescimento populacional registado na segunda metade do século XVI e inícios da centúria seguinte obrigou a obras de remodelação nos espaços sagrados. Em 1620, durante o episcopado de D. Martim Afonso Mexia, o juiz e vereadores da vila de Pombal foram obrigados a informar o monarca, enquanto superior da Mesa da Consciência e Ordens, da necessidade de obras de ampliação na igreja de São Martinho devido ao aumento demográfico que impossibilitava que todos ouvissem missa no interior do templo. Pese a repetição da ordem no ano seguinte, em 1642, já no governo de D. João Mendes de Távora, ainda não havia sido expedido o referido aviso, pelo que juiz e vereadores foram de novo obrigados a dar conta daquele capítulo, desta feita sob pena de serem multados. Entre as obras a realizar constava o reposicionamento da torre sineira que deveria ficar “separada do coro para que não fique o campanario dentro delle como oje está pello inconveniente que de presente tem de chover nelle”⁶⁸⁷.

Este episódio evidencia as dificuldades que as determinações episcopais relativas à remodelação e ornamentação dos templos conheceram. Repare-se que após duas décadas o monarca não havia sido informado da necessidade da intervenção. Da mesma forma, padroeiros, comendadores e titulares das capelas não acatavam facilmente as decisões dos antístites. Por exemplo, no final do século XVII, a matriz de Santiago de Litém encontrava-se num estado deplorável. Se o chão estava repleto de imundícies, o telhado e o forro achavam-se completamente arruinados. Por essa razão chovia no interior do templo o que naturalmente impedia os fregueses de assistirem à missa⁶⁸⁸. Pese a gravidade da situação o comendador, a quem cabia o conserto da igreja, não se mostrava minimamente preocupado, por razões facilmente perceptíveis. Muito mais tarde, em 1823, a igreja de Abiul encontrava-se desprovida dos ornamentos necessários ao culto divino. Entre outros objectos faltavam duas alvas, duas casulas com estola, uma capa de asperges roxa, uma custódia, um dossel para o camarim, um pano branco para o púlpito e uma umbrela. Os referidos objectos já haviam sido, por diversas

⁶⁸⁷ Leiria, ADL, Registos Paroquiais, Pombal, Baptismos, livro 2 (1621-1677), fls. 194v-195.

⁶⁸⁸ Coimbra, AUC, Câmara Eclesiástica, III/D-1-6-2-28, doc. 40. Agradeço ao Josival Nascimento dos Santos a indicação deste documento.

ocasiões, solicitados às religiosas do Mosteiro do Lorvão, a quem competia o provimento da igreja, na qualidade de padroeira. Não obstante, estas concorrem com o necessário pelo que o visitador foi obrigado a ordenar que o pároco “no prefixo tempo de trez mezes [...] leve a Real prezença do mesmo Senhor o exposto no presente capítulo para que informado da verdade elle se digne occorre ás necessidades desta mesma igreja mandando por seu Regio avizo que as padroeiras a quem compete assim o cumprão”⁶⁸⁹.

No Concílio de Trento insistiu-se no legítimo uso das imagens sagradas. As imagens deviam existir para que os crentes demonstrassem honra e veneração “não porque se creia, que ha nellas alguma divindade, ou virtude, pela qual se hajão de venerar, ou se lhes deva pedir alguma cousa, ou se deva pôr a confiança nas imagens, como antigamente os gentios punhão a sua confiança nos idolos; mas por que a honra, que se lhes dá, se refere aos originaes, que ellas representam”⁶⁹⁰. Cabia aos prelados o controlo sobre as imagens. Tais preocupações demonstram que a Igreja tinha perfeita noção da importância da imagética como veículo da doutrina numa sociedade predominantemente analfabeta. As disposições tridentinas relativas à matéria foram incorporadas no corpo normativo diocesano. Em 1591, D. Afonso de Castelo Branco, entre outros aspectos, ordenou a retirada de todas as imagens que não fossem dignas, incumbindo os seus visitantes de inspecionar zelosamente as representações do sagrado⁶⁹¹. Por outro lado, o antístite insistiu na necessidade de aprovação de todas as representações, demonstrando igualmente preocupação com as vestimentas das imagens, nomeadamente do uso profano a que com alguma frequência eram sujeitas⁶⁹².

Os livros de capítulos confirmam o cuidado e vigilância dos visitantes face à dignidade das imagens. Por exemplo, em 1644, o licenciado Leão Ribeiro de Figueiredo, prior de Mouronho, e visitador no arcediagado de Penela ordenou que os vereadores da câmara de Pombal, como administradores da ermida de Nossa Senhora do Cardal, substituíssem a imagem da Senhora por estar velha e indecente colocando “em o altar da ditta [Erm]ida hũa Imagem de Nossa Senhora estofada, e de feitio moderno”⁶⁹³. Ainda assim, algumas escaparam à reprovação episcopal. Cerca de 1650, em visita à igreja de Santiago de Litém foi estipulado que a imagem de Nossa Senhora do Rosário,

⁶⁸⁹ Coimbra, AUC, Devassas Penela, Capítulos de Visita (fragmentos diversos) mc. 1 [Copia dos capitulos da visitação da parochial igreja de Nossa Senhora das Neves de Abiul a 19 de Junho de 1823].

⁶⁹⁰ *O Sacrosanto, e Ecumenico* [...], tomo II, pp. 347-357.

⁶⁹¹ *Constituições Synodales do Bispado de Coimbra*, Coimbra, António de Mariz, 1591, fls. 174-174v.

⁶⁹² *Constituições Synodales do Bispado de Coimbra*, Coimbra, António de Mariz, 1591, fls. 105-105v.

⁶⁹³ Leiria, ADL, Registos Paroquiais, Pombal, Baptismos, livro 2 (1621-1677), fl. 202v.

que posteriormente passou a Nossa Senhora dos Milagres, fosse retirada do templo devido às imperfeições que apresentava. A despeito das insistências dos visitantes “nunca o puderão executar o Vigario, & os freguezes, pela grande devoção, que se havia creado em seus corações para com a santa Imagem. E assim o Vigario para satisfazer o preceito dos Visitadores a recolheu à Sacristia. A este lugar a hia buscar a devoção de muitas pessoas, as quaes principalmente nos Domingos, & dias Santos se hão encomendar a ella, & rezar as suas orações na sua presença”⁶⁹⁴.

Por outro lado, pese as determinações sobre a devoção devida às imagens, muitos dos comportamentos e crenças que se pretendiam extirpar continuavam a ser uma realidade. Por exemplo, ainda no século XVIII, os vestidos da imagem de Nossa Senhora do Rosário, existente na matriz do Louriçal, eram com frequência furtados devido à convicção que aqueles contribuíam para a cura dos enfermos⁶⁹⁵. Na mesma centúria, na Mata Mourisca, junto da imagem de São Mamede, orago da matriz, muitas mulheres intercediam pela possibilidade de amamentarem os seus filhos, para o que “offerecem no seu altar panellas de leite, pera cumprirem seus votos”⁶⁹⁶. Por seu turno, num dos altares colaterais da igreja de Vila Cã, a população oferecia a São Silvestre morcelas, para que este protegesse os porcos de eventuais moléstias⁶⁹⁷.

Entre as preocupações das autoridades eclesiásticas assumiu relevo o respeito devido à casa de Deus. Como se colhe nas constituições de 1591, era relativamente comum que homens e mulheres dormissem em igrejas e ermidas, sobretudo durante as festas do orago. Em tais dias, os templos eram local onde se bebia, comia, dançava e tocava. Pese as sanções impostas aos transgressores parte significativa dos fiéis continuou a demonstrar pouca reverência pelo espaço sagrado. Apresentem-se alguns exemplos. Em 1643, determinadas ermidas da freguesia de Pombal serviam de salão de festas e “nellas davão bebidas e avia outras discompozisois indecentes”⁶⁹⁸. Mais tarde, a 2 de Agosto de 1665, após uma feira realizada na vila de Abiul certos homens e mulheres entraram na ermida de Santo António “e nessa noute tirarão [...] hũa molher a

⁶⁹⁴ Fr. Agostinho de Santa Maria, *Santuário Mariano* [...], tomo IV, p. 477.

⁶⁹⁵ Fr. Agostinho de Santa Maria, *Santuário Mariano* [...], tomo IV, p. 700.

⁶⁹⁶ Coimbra, AUC, Informações Paroquiais de 1721, doc. 155.

⁶⁹⁷ Lisboa, AN/TT, Memórias Paroquiais, Dicionário Geográfico de Portugal, vol. 39, n.º 181, pp. 1091-1098.

⁶⁹⁸ Para por cobro a semelhante abuso o visitador proibiu os ditos ajuntamentos sob pena de excomunhão maior e coima no valor de 1000 reis. O vigário de Pombal ficou incumbido de redigir um rol com os nomes dos transgressores, para entregar na visita seguinte, cf. Leiria, ADL, Registos Paroquiais, Pombal, Baptismos, livro 2 (1621-1677), fls. 199-199v.

força da ditta Irmida da meia noute para a hũa hora”⁶⁹⁹. Diferente foi o caso sucedido em Setembro de 1686, na ermida de Nossa Senhora dos Remédios, localizada em Chão de Ulmeiro, Vila Cã, que foi o sítio escolhido por três homens para o concerto de umas pipas “e ahi estiveram com escandalo tanoando cortando arcos, batendo com massos fasendo estrondos que costumão fazer os tanoeiros que consertam pipas, dentro na dita ermida profanando o lugar sagrado e não lhe tendo respeito”⁷⁰⁰. No início do século XVIII, o padre Manuel Rodrigues encontrou António Ribeiro e Gracia, sozinhos no interior da ermida de Santa Ana, localizada em lugar ermo da freguesia de Santiago de Litém⁷⁰¹. Mais tarde, por sentença de 14 de Março de 1689, Manuel Ribeiro, morador na freguesia de Pombal, foi condenado a pagar 2000 réis, e a 15 dias de aljube, por não guardar respeito aos lugares sagrados⁷⁰². Acrescente-se um último exemplo. Na noite de Natal de 1657, uma Maria, filha de Pedro Fernandes, do lugar de Vale da Vinha, e António, solteiro, filho de António Gomes, de Trás-os-Matos, ambos lugares da freguesia de Vila Cã, trocaram agressões físicas dentro da matriz “o que cauzou grande escandalo nesta igreja per ser lugar sagrado”⁷⁰³. Como os episódios mencionados evidenciam, mal-grado as intenções episcopais, as igrejas e os adros continuaram com frequência a constituir locais usurpados por actividades profanas e em que disputas e resoluções de conflitos tinham lugar.

⁶⁹⁹ Coimbra, AUC, Devassas Penela, livro 15, fls. 98v-99.

⁷⁰⁰ Coimbra, AUC, Devassas Penela, livro 32, fl. 18v. [segunda parte da visita, já que nesse ano a visita foi executada por dois visitantes, cujas devassas foram cozidas num único livro].

⁷⁰¹ Coimbra, AUC, Devassas Penela, livro 53, fl. 265v.

⁷⁰² Coimbra, AUC, Devassas Penela, extractos de culpados, livro 2, fl. 28 e livro 3, fl. 63v.

⁷⁰³ Na ocasião, interveio ainda Maria Ribeiro, mulher de Leonardo António, do lugar do Vale, atacando o dito António “com as mãos as guedelhas e lhe puxou por ellas”, cf. Coimbra, AUC, Devassas Penela, livro 8, fls. 127-128v.

Parte 3

Inquisição e disciplinamento

Capítulo 1 – Funcionalismo local

1.1 – Os Comissários do Santo Ofício

Em Portugal a rede de comissários começou a ser esboçada em finais de Quinhentos, numa fase do Tribunal que Joaquim Romero Magalhães apelidou de “expansão plena”⁷⁰⁴. Segundo Francisco Bethencourt, nos primeiros tempos da instituição a sedentarização precoce dos tribunais de distrito e a articulação com os

⁷⁰⁴ Joaquim Romero Magalhães, “Em Busca do ‘Tempos’ da Inquisição (1573-1615)”, *Revista de História das Ideias*, vol. 9, 2.^a parte, Coimbra, 1987, pp. 194-214. A historiografia portuguesa tem descurado a análise dos oficiais menores da Inquisição, pelo que permanece em falta uma investigação de fundo sobre a temática. Aguardam-se os resultados do projecto de investigação coordenado por Fernanda Olival, intitulado *Inquirir da Honra: Comissários do Santo Ofício e das Ordens Militares em Portugal, 1570-1773*. Foram já publicados dois artigos: Fernanda Olival, “Clero e Família: os Notários e Comissários do Santo Ofício no Sul de Portugal (o caso de Beja na primeira metade do século XVIII)”, *Familias, Jerarquización y Movilidad Social*, edição de Giovanni Levi e compilação de Raimundo A. Rodríguez Pérez, Murcia, Universidad de Murcia, 2010, pp. 101-113; Idem, “Quando o Santo Ofício Processava os seus Comissários (Portugal, 1600-1773)”, *Estudos em Homenagem a Joaquim Romero Magalhães. Estudos Economia, Instituições e Império*, organização de Álvaro Garrido, Leonor Freire Costa e Luís Miguel Duarte, Coimbra, Almedina, 2012, pp. 179-195. Sobre a figura do comissário nos espaços ultramarinos sob a jurisdição do tribunal de Lisboa cf. Maria do Carmo Dias Farinha, “A Madeira nos arquivos da Inquisição”, *Actas do I Colóquio Internacional de História da Madeira, 1986*, vol. I, Direcção Regional dos Assuntos Culturais, Funchal, 1989, pp. 695-696 e 722-723; Paulo Drumond Braga, *A Inquisição nos Açores [...]*, pp. 23-48; Ana Margarida Santos Pereira, *A Inquisição no Brasil: Aspectos da sua Actuação nas Capitánias do Sul (De meados do séc. XVI ao início do séc. XVIII)*, Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2006, pp. 82-102; Aldair Carlos Rodrigues, “Formação e Actuação da Rede de Comissários do Santo Ofício em Minas Colonial”, *Revista Brasileira de História*, vol. 29, n.º 57, São Paulo, 2009, pp. 145-164; Grayce Mayre Bonfim Souza, *Para Remédio das Almas: Comissários, Qualificadores e Notários da Inquisição portuguesa na Bahia (1692-1804)*, Salvador da Baía, Dissertação apresentada ao Programa de pós-graduação em História Social da Universidade da Baía, para a obtenção do título de doutor em História, 2009, exemplar mimeografado. Outros historiadores estudaram a actuação específica de determinado comissário. Casos de Luiz Mott, “Um nome...em nome do Santo Ofício: o cônego João Calmon, Comissário da Inquisição na Bahia Setecentista”, *Universitas, Revista de cultura da Universidade Federal da Bahia*, n.º 37, Baía, 1986, pp. 15-32; David Higgs, Guilherme Pereira das Neves, “O Oportunismo da Historiografia: o padre Bernardo Luís Ferreira Portugal e o Movimento de 1817 em Pernambuco”, *Anais da VIII Reunião Anual da Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica*, São Paulo, 1989, pp. 179-184; James E. Wadsworth, “Joaquim Marques de Araújo: o poder da Inquisição em Pernambuco no fim do Período Colonial”, *De Cabral a Pedro I: aspectos da colonização portuguesa no Brasil*, organização de Maria Beatriz Nizza da Silva, Porto, Humbertipo, 2001, pp. 309-320; David Higgs, “Servir ao Santo Ofício nas Minas Setecentistas: o Comissário Nicolau Gomes Xavier” *A Inquisição em Xequê: Temas, Controvérsias, Estudos de Caso*, organização de Ronaldo Vainfas, Bruno Feitler, Lana Lage, Rio de Janeiro, Editora da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2006, pp. 113-124. Sobre o cargo nos tribunais castelhanos e aragoneses cf., de entre outros, Jaime Contreras, *El Santo Oficio de la Inquisición de Galicia (poder, sociedad y cultura)*, Madrid, Akal/Universitaria, 1982, pp. 67-177; Miguel Angel Placer Rueda, “Familiares y Comisarios de la Inquisición Extremeña (Santo Oficio y Control del Territorio en los Siglos XVII y XVIII)”, *Comunicações apresentadas ao 1.º Congresso Luso-Brasileiro sobre Inquisição*, coordenação de Maria Helena Carvalho dos Santos, vol. 2, Lisboa, Sociedade Portuguesa de Estudos do século XVIII, Universitaria Editora, 1989, pp. 893-920; Gonzalo Cerrillo Cruz, “Los Comisarios de la Inquisición de Sevilla en el Siglo XVIII”, *El Centinela de la Fe [...]*, pp. 95-171; José Enrique Pasamar Lázaro, “El Comisario del Santo Oficio en el Distrito Inquisitorial de Aragón”, *Revista de la Inquisición*, n.º 6, Madrid, 1997, pp. 191-238; Marina Torres Arce, *Inquisición, Regalismo y Reformismo Borbónico. El Tribunal de la Inquisición de Logroño a finales del Antiguo Régimen*, Santander, Servicio de Publicaciones de la Universidad de Cantabria, Fundación Marcelino Botín, 2006, pp. 117-191 e 319-325.

demais poderes tornaram dispensável o provimento de oficiais menores e familiares⁷⁰⁵. Em Abril de 1570, o cardeal D. Henrique dispôs que os inquisidores de distrito procurassem pessoas capazes de desempenhar o cargo⁷⁰⁶. Em 1580, começou a ser traçada a rede de comissários nos portos marítimos, tendo o inquisidor geral escrito aos bispos, cujas dioceses compreendessem território banhado pelo Atlântico, para que nomeassem agentes nos portos de mar⁷⁰⁷. Mais tarde, em 1592, após visita ao tribunal conimbricense, foi ordenado aos “Inquisidores, que daqui em diante não commetão, o perguntar das testemunhas fora do lugar onde reside o Sancto Officio, mas que mandem isso algũa pessoa de confiança, deputado ou hum notario pello menos. E porque isto algũas vezes se não poderá fazer, enformem-se os Inquisidores de pessoas de confiança dos lugares de seu destrito que tenham suficiencia, e virtude. E com sua informação lhes mandarey passar cartas de comissarios, e assi de escrivães a pessoas de confiança que com elles escrevão”⁷⁰⁸. No ano de 1593, o Conselho Geral pretendeu saber quais os indivíduos capazes de servir como comissários no distrito conimbricense, insistindo no mesmo sentido no ano seguinte⁷⁰⁹. Segundo a hipótese levantada por Joaquim Romero Magalhães a rede de comissários já estaria organizada em 1608⁷¹⁰. Seria contudo uma rede deficitária, não cobrindo de forma conveniente a totalidade do reino. Em Dezembro de 1661, faltavam comissários e familiares no distrito conimbricense⁷¹¹. No ano de 1673, a Inquisição de Coimbra foi inspeccionada por Manuel de Magalhães de Meneses. A visitação descortinou algumas das debilidades do tribunal, entre as quais a falta de comissários em muitas das localidades sob alçada daquele distrito. Como resultado, o Conselho Geral estipulou que “nomeassem vossas merces para as principaes, pessoas capazes de serem providas”⁷¹². Passariam dez anos até que fosse provido o primeiro comissário no território em estudo, concretamente em Pombal.

⁷⁰⁵ Francisco Bethencourt, *História das Inquisições* [...], p. 54.

⁷⁰⁶ Maria do Carmo Dias Farinha, “A Madeira nos Arquivos [...]”, pp. 691-692.

⁷⁰⁷ Francisco Bethencourt, *História das Inquisições* [...], pp. 178-180.

⁷⁰⁸ O traslado da visitação encontra-se publicado em Joaquim Romero Magalhães, “Em Busca [...]”, pp. 215-221. No mesmo ano, na visita ao tribunal olisiponense, levada a cabo pelo mesmo visitador, foi igualmente determinado que os inquisidores nomeassem comissários nos principais lugares de distrito, cf. Francisco Bethencourt, *História das Inquisições* [...], p. 171.

⁷⁰⁹ Cf. Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, livro 292, fls. 518, 528-529 e 532.

⁷¹⁰ Joaquim Romero Magalhães, “Em Busca [...]”, p. 206.

⁷¹¹ “Li no Conselho a carta de vossas merces do correo passado, pelo que tocava á falta de comissarios e familiares e ordenouse me respondesse a vossas merces que se enformassem vossas merces de sogeitos para hũa e outra occupação nos lugares em que fossem necessarios e os propusessem para se prover”, Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, livro 25, fls. 214-214v.

⁷¹² Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, livro 26, fls. 312 e 336.

Os dados fornecidos por José Veiga Torres apontam para um total de 2561 comissários, providos entre 1580 e 1820. A evolução pautou-se pelos números seguintes: de 1580 a 1620, foram nomeados 132 indivíduos; entre 1621 e 1670, 297; de 1671 a 1720, 637; desde 1721 a 1770, 1011; e de 1771 a 1820, 484⁷¹³. Segundo a tese defendida pelo autor, o crescimento do número destes agentes registado no último quartel de Seiscentos encontrou razão de ser no aumento de familiares providos⁷¹⁴. De facto, a crescente procura de uma familiatura implicou a criação, por parte do Santo Ofício, de uma rede de comissários e notários capazes de levar a cabo as crescentes diligências de provas de sangue⁷¹⁵. O controlo sobre as habilitações conferiu aos comissários amplos poderes, na medida em que podiam camuflar algum defeito de sangue dos habilitandos, ou pelo contrário obstruir as pretensões destes. Por exemplo, em Maio de 1708, Inácio da Fonseca Saraiva ao alegar a existência de cristãos-novos entre os familiares do Santo Ofício de Vila Real, apontou como culpados da situação os comissários “que sobre os sobornarem buscão as cazas e quintas dos pretendetes para se hospedarem e tirarem ahi as inquiriçoens aproveitando sse de testemunhas tão infectas como os pretendentes”⁷¹⁶. Por seu turno, em Novembro de 1729, foi decidido em Conselho que não fosse cometida ao comissário de Bragança, João de Sá Pereira do Lago, diligência alguma tocante à “família dos Moraes Sarmiento proxivamente habilitados pello Santo Officio porque devendo perguntar testemunhas em Vinhaes somente, as pergunta <tambem> em Bragança e busca sempre os inimigos e mal affectos a esta família que senão dezenganão com as repetidas habilitaçoens do Santo Officio e os mais delles mossos”⁷¹⁷. No entanto, que fique claro que não cabia aos comissários decidir da limpeza de sangue do candidato. Quem tudo resolvia era o órgão máximo do Tribunal, ou seja, o Conselho Geral.

Em 1613, o Regimento de D. Pedro de Castilho estipulou a existência de um comissário com seu escrivão nos “luguares principaes de cada districto da Inquisição: mormente nos portos de mar, & assi nos luguares de Africa, & nas ilhas da Madeira,

⁷¹³ José Veiga Torres, “Da Repressão Religiosa para a Promoção Social. A Inquisição como instância legitimadora da Promoção Social da Burguesia Mercantil”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.º 40, Outubro, 1994, p. 130.

⁷¹⁴ José Veiga Torres, “Da Repressão Religiosa [...]”, p. 113.

⁷¹⁵ José Veiga Torres, “Da Repressão Religiosa [...]”, pp. 113-114 e 123.

⁷¹⁶ Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, livro 29, fls. 296-298.

⁷¹⁷ Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, livro 32, fl. 138. Os exemplos sucedem-se em vários estudos, cf. por exemplo, Maria do Carmo Dias Farinha, “A Madeira nos Arquivos [...]”, p. 700; José Veiga Torres, “Um ‘Escusado’ Habilitado”, *Revista Económica e Social*, 2.ª série, n.º 4, Lisboa, 2002, pp. 55-82.

Terceira, & são Miguel, Cabouerde, & são Thome, & capitánias do Brasil”⁷¹⁸. Mais tarde, em 1640 com a publicação de novo regulamento foi consagrado um título particular aos comissários e escrivães de seu cargo. O documento determinou que houvesse “em cada uma das cidades, vilas e lugares mais notáveis, um comissário, com seu escrivão”⁷¹⁹. Ao pretendente a comissário eram exigidos determinados pré-requisitos. Era necessário que fosse cristão-velho, de sangue limpo, sem ascendentes reconciliados ou penitenciados pelo Tribunal e de boa vida e costumes. Além das qualidades gerais impostas à totalidade dos cargos inquisitoriais, eram exigidos atributos específicos. O habilitando necessitava ser eclesiástico de prudência e virtude, capaz de guardar segredo nos negócios do Santo Ofício. A instituição pretendia indivíduos que “dêem de si bom exemplo” não devendo fazer “agravo ou vexação a pessoa alguma com o poder de seu ofício, nem consentirão que a façam seus familiares, e não tomarão mercadorias ou mantimentos a pessoa alguma por menos preço de ordinário”⁷²⁰.

Em Portugal o acesso ao cargo de comissário do Santo Ofício não se encontrava condicionado por qualquer *numerus clausum*, estando a obtenção do lugar depende do Conselho Geral⁷²¹. Havia inclusive quem solicitasse o cargo *ad honorem*, isto é, existindo um número suficiente de comissários na zona era solicitado o lugar sem ser necessário exercê-lo na prática⁷²². Ao contrário do que se verificou em outros tribunais ibéricos, de que foi exemplo Logroño, não foram detectadas pressões para que o habilitando fosse natural da localidade onde iria desempenhar o cargo⁷²³. Todos os requisitos eram minuciosamente certificados num complexo e extenso processo de habilitação. Com vista à obtenção do cargo, aqueles que possuíam determinadas parentelas, não deixavam de efectuar pressões. Paradigmático foi o caso do bispo de

⁷¹⁸ *Regimento do Santo Offício da Inquisiçam dos Reynos de Portugal*, Lisboa, Pedro Crasbecck, 1613, Título I, capítulo II, fl. 1.

⁷¹⁹ *Regimento do Santo Offício da Inquisição dos Reynos de Portugal*, Lisboa, Manuel da Silva, 1640, Livro I, título I, fl. 1e título XI, fls. 51-54.

⁷²⁰ *Regimento dos Comissários do Santo Ofício e escrivães de seu cargo* publicado em *Documentos para a História da Inquisição em Portugal*, introdução e leitura de Isaias da Rosa Pereira, Porto, Arquivo Histórico Dominicano Português, 1984, p. 97.

⁷²¹ Fernanda Olival, “Clero e Família [...]”, p. 102.

⁷²² Fernanda Olival, “Rigor e Interesses: os Estatutos de Limpeza de sangue em Portugal”, *Caderno de Estudos Sefarditas*, n.º 4, Lisboa, 2004, p. 163.

⁷²³ Marina Torres Arce, *La Inquisición en su Entorno: Servidores del Santo Oficio de Logroño en el Reinado de Felipe V*, Santander, Universidad de Cantabria, 2001, pp. 240-241.

Angola, D. frei José de Oliveira, que por duas ocasiões tentou acelerar as diligências do seu sobrinho a comissário da instituição⁷²⁴.

Os comissários tinham como funções realizar pessoalmente as diligências que lhes fossem cometidas pelos inquisidores, sobremaneira efectuar provas de pureza de sangue, realizar sumários diversos, redigir e actualizar relações de familiares, elaborar róis de livros de falecidos, executar prisões por delegação de poderes e verificar o cumprimento das sentenças por parte dos penitenciados. Controlavam a entrada de livros nos portos marítimos, estando encarregues de proceder à visita das livrarias. Estavam ainda incumbidos de denunciar todos os casos pertencentes ao Santo Ofício de que tivessem conhecimento, assim como registar denúncias que lhes fossem feitas, remetendo-as de seguida para o Tribunal. Por vezes, eram remetidos editais da fé, sobretudo na Quaresma, a estes delegados inquisitoriais para que os fizessem publicar nos templos⁷²⁵. Foi o que aconteceu a 4 de Março de 1695, quando foram enviados ao comissário de Pombal, frei Manuel de Almeida Pinto, três editais da fé, para que os divulgasse nas igrejas “sircunvezinhas a essa villa [Pombal] de mais concurço e hum nessa ditta villa [Louriçal]”⁷²⁶.

O cargo, tal como o de familiar, não era assalariado. Ainda assim, pelos serviços prestados, auferiam por cada dia passado fora do local de residência, seis tostões⁷²⁷. Tal maquia viria a ser aumentada em dois tostões pelo inquisidor Geral, D. Nuno da Cunha de Ataíde⁷²⁸. Tratando-se de função não remunerada havia que compreender contrapartidas. Assim sendo, o principal atractivo em obter o comissariado, e como observaremos o cargo de familiar do Santo Ofício, residia nos direitos e privilégios inerentes à função. As regalias compreendiam foro privado em causas criminais, sendo autores ou réus, e em causas cíveis, sendo réus, dispensa de aposentadoria e isenção de

⁷²⁴ A 6 de Março de 1706, em carta enviada pelo Conselho Geral ao tribunal de Coimbra, fez-se saber que “o Bispo de Angola D. frei Jozeph de Oliveira me lembrou as diligências de seu sobrinho para comissario dizendo que era filho de familiar”. Poucos dias depois, a 13 do mesmo mês, novo correio no qual foi referido que “o Bispo de Angola não cessa em lembrar as diligências de seu sobrinho para comissário”, cf. Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, livro 29, fls. 131 e 132v.

⁷²⁵ Sobre os éditos da fé cf. James E. Wadsworth, *Agents of Orthodoxy. Honor, Status and the Inquisition in Colonial Pernambuco, Brazil*, Lanham, Rowman & Littlefield Publishers, 2007, pp. 42-43.

⁷²⁶ Lisboa, AN/TT, Conselho Geral do Santo Ofício, Habilitações, António, mc. 29, doc. 773, fl. 4v.

⁷²⁷ *Regimento do Santo Offício da Inquisição dos Reynos de Portugal*, Lisboa, Manuel da Silva, 1640, Livro I, título XI, fl. 53; *Regimento dos Comissários do Santo Ofício e escrivães de seu cargo* publicado em *Documentos para a História da Inquisição em Portugal [...]*, pp. 97-98. Elias Lipinier, *Terror e Linguagem. Um Dicionário da Santa Inquisição*, Lisboa, Contexto, 1999, pp. 62-63.

⁷²⁸ Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, livro 31, fls. 65v-66, 226-226v e 233.

determinados impostos⁷²⁹. Em 1787, o Papa Pio VI concedeu aos ministros e oficiais da Inquisição, enquanto assistissem ao Tribunal, a dispensa de residência nos benefícios após meia década de serviço⁷³⁰. Ainda assim, os privilégios nem sempre seriam cumpridos, nomeadamente no que respeita à impossibilidade de lhes serem tomados animais para condução de mantimentos destinados ao exército⁷³¹.

Mas os privilégios inerentes à função não constituíam o único motivo aprazível para servir ao Santo Ofício na ocupação de comissário. Na mente dos candidatos pairaria a possibilidade de ascender na hierarquia eclesiástica⁷³². Recordemos que estes agentes foram por diversas ocasiões designados visitantes pelos antístites. Na diocese de Coimbra essa realidade foi sobretudo visível com D. João de Melo. Durante a governação deste prelado os visitantes que realizaram maior número de visitas eram comissários do Santo Ofício. Estes realizaram 38,9% do total de visitas⁷³³. Mais tarde, em 1784 e 1785, José Caetano Rebelo Tavares Mesquita, arcipreste e vigário de Abiul, visitou o arcediagado de Penela, sendo secretário o padre António Pedro da Costa⁷³⁴.

A leitura e análise dos processos de habilitação ao Santo Ofício de naturais e ou moradores no território em estudo permitiu identificar 28 comissários do Santo Ofício que levaram a cabo diligências neste espaço geográfico. Ao tempo da provisão somente quatro habilitados a comissário eram moradores nas freguesias em questão, ainda que posteriormente, aí tenham residido outros três, conforme é possível verificar no quadro abaixo.

⁷²⁹ *Documentos para a História da Inquisição em Portugal (século XVI)*, introdução e leitura de Isáfas da Rosa Pereira, volume I, Lisboa, 1987, pp. 113-115.

⁷³⁰ Cf. James E. Wadsworth, “Joaquim Marques [...]”, p. 309.

⁷³¹ Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, livro 29, fl. 214-216 e livro 32, fl. 518.

⁷³² Aldair Carlos Rodrigues, “Formação e Atuação [...]”, p. 154.

⁷³³ Josival Nascimento dos Santos, *A relação entre D. João de Melo [...]*, pp. 50-59.

⁷³⁴ Coimbra, AUC, Devassas Penela, livro 75. Joaquim Ramos de Carvalho, José Pedro Paiva, “Reportório das Visitas Pastorais [...]”, p. 193. Refira-se que já em 23 de Outubro de 1780, o vigário de Abiul, havia procedido à visita da freguesia do Alvorger por impedimento do visitador Doutor António de Sousa Negrão, arcediago prior do Salvador de Coimbra, desembargador da Mesa eclesiástica de Coimbra, cf. Coimbra, AUC, Devassas Penela, livro 73, fl. 10.

Quadro VIII

Comissários do Santo Ofício residentes no território em análise

Nome	Natural	Morada	Idade	Estatuto	Provisão	Fonte
Manuel de Almeida Pinto	Pombal	Pombal	---	Beneficiado da igreja de São Martinho de Pombal	1683/10/25	Hab, mç. 31, doc. 691
Heitor de Almeida do Amaral	Pombal	Porto*	---	Abade de São Pedro de Miragaia; Desembargador da Relação Eclesiástica do Porto	1707/12/19	Hab, mç. 1, doc. 10
José Rodrigues Maia	Pombal	Fonte Arcada**	35	Reitor de São Tiago de Fonte Arcada, comarca de Penafiel, bispado do Porto	1730/08/25	Hab, mç. 88, doc. 1312; IC, liv. 260, fls. 243-243v.
José Anastácio de Sousa	Pombal	Pombal	41	Sacerdote do hábito de São Pedro, bacharel em cânones	1748/04/05	Hab, mç. 57, doc. 891
Francisco José Marques	Soure	Mogadouro***	49	Bacharel em cânones, prior da igreja de Mogadouro, arcebispado Primaz	1755/07/08	Hab, mç. 104, doc. 1675
José Caetano Rebelo Tavares de Mesquita	Abiúl	Abiúl	34	Sacerdote do hábito de São Pedro, bacharel em cânones, vigário de Abiúl	1762/08/03	Hab, mç. 92, doc. 1336
Manuel José da Silva	Coimbra	Louriçal	58	Vigário do Louriçal, bacharel em cânones, mestre em artes	1787/03/20	Hab, mç. 250, doc. 1598; IC, liv. 262,

* Em 1724, sendo interrogado na habilitação ao Santo Ofício de João Eliseu de Sousa, afirmou ser natural e morador em Pombal, cf. Lisboa, AN/TT, Conselho Geral do Santo Ofício, Habilitações, João, mç. 56, doc. 1066, fl. 6v.

** No momento da habilitação estava consultado para vigário de Tapéus, termo da Redinha. Mais tarde, foi vigário de Almagreira e posteriormente de Pombal.

*** Anos mais tarde, foi vigário de Tapéus, sendo lhe endereçadas múltiplas comissões por parte do Santo Ofício, cf. Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, livros 13 e 14. Posteriormente, foi vigário de Pombal, cf. Coimbra, AUC, Cabido da Sé de Coimbra, Estado das igrejas, fabricas e Confrarias (1774-1775), III, 1.^a D, 4, 1, 120, p. 38.

Tomando em consideração os contingentes demográficos da paróquia de Pombal, que em meados de Setecentos era a maior do arcediagado de Penela, e pressupondo que o número destes agentes inquisitoriais pudesse estar relacionado com a dinâmica populacional, seria de esperar uma quantidade significativa de comissários na vila. No entanto, essa situação não se verificou. Semelhante realidade encontrou Fernanda Olival ao comparar os comissários de várias localidades do Alentejo na primeira metade do século XVIII. Portalegre não obstante ter apenas 60% da população de Beja, contou com sete comissários, contra apenas quatro pacenses. Como tal o número da população não justificaria um maior ou menos número de comissários. Ao invés, a investigadora apontou as ligações familiares aos cristãos-novos para explicar a escassez de comissários naquela localidade⁷³⁵. Terá ocorrido semelhante realidade na vila em apreço? Tal hipótese não se afigura plausível. É conhecido que até Dezembro de

⁷³⁵ Fernanda Olival, “Clero e Família [...]”, pp. 102-103, 111-112.

1496, a comunidade judaica fixada em Pombal terá sido reduzida⁷³⁶. Por outro lado, como será possível verificar, após o estabelecimento da Inquisição em Portugal foram poucos os pombalenses acusados e sentenciados por culpas de judaísmo. Porventura a proximidade geográfica relativamente à sede do Tribunal, aliada ao facto de a vila não ser porto de mar, poderá ter motivado a escassez de agentes. Acrescente-se os requisitos exigidos aos pretendentes, isto é, nem todos os eclesiásticos possuíam formação académica, rendas e bons costumes que os inquisidores procuravam. Na verdade, pese a escassez de agentes algumas das petições ao cargo foram indeferidas⁷³⁷.

O primeiro comissário do Santo Ofício morador em Pombal foi nomeado no final do século XVII, concretamente a 25 de Outubro de 1683. Tratou-se de frei Manuel de Almeida Pinto, beneficiado na igreja de São Martinho. O eclesiástico apresentou como motivo o “grande desejo de servir de commissario do Santo officio e porque naquella villa nem nas circumvezinhas não ha commissario algum, por cuja cauza vam as comissois remetidas aos parochos”⁷³⁸. O vigário das igrejas de Pombal, António Vaz Cardoso, na informação extrajudicial, referiu ser o pretendente “necessario naquella villa aonde não há comissário”⁷³⁹. De facto, até esta data, a maior parte das comissões eram endereçadas aos párocos. Por exemplo, em Pombal frei Pedro de Lemos, vigário da vila, efectuou duas diligências de habilitação, uma em 1619 e outra em 1621⁷⁴⁰. Em 1648, frei Valério da Costa e o padre António Brás Botão, vigários de Pombal e Abiul, respectivamente, receberam comissões do Santo Ofício no âmbito da candidatura a familiar de Manuel Mateus Temudo⁷⁴¹. Frei Francisco Carvalho, vigário de Santiago de Litém, executou as provas de limpeza de sangue de Diogo Mexia de Magalhães, em

⁷³⁶ Cf. Saul António Gomes, *A Comuna Judaica de Leiria das Origens à Expulsão, Introdução ao seu estudo histórico e documental*, Lisboa, Cátedra de Estudos Sefarditas «Alberto Benveniste» da Universidade de Lisboa, 2010, pp. 153-154; Idem, *Pombal Medieval* [...], p. 54.

⁷³⁷ Desenvolveremos esta questão adiante.

⁷³⁸ Lisboa, AN/TT, Conselho Geral do Santo Ofício, Habilitações, Manuel, mç. 31, doc. 691, fl. não numerado.

⁷³⁹ Lisboa, AN/TT, Conselho Geral do Santo Ofício, Habilitações, Manuel, mç. 31, doc. 691, fl. não numerado.

⁷⁴⁰ Lisboa, AN/TT, Conselho Geral do Santo Ofício, Habilitações, António, mç. 1, doc. 22; Lisboa, AN/TT, Conselho Geral do Santo Ofício, Habilitações, Francisco, mç. 3, doc. 103. De igual forma, estes eclesiásticos realizaram diligências de outras espécies. Por exemplo, a frei Pedro de Lemos foi remetida uma comissão dos inquisidores de Coimbra em 1635, relativa a Diogo Rodrigues, alfaiate, natural da Pelariga, termo de Pombal, morador em Torres Novas, preso nos cárceres do Santo Ofício de Lisboa por culpas de judaísmo a 18 de Maio de 1635. No caso, devido a doença do vigário, a diligência coube a António Dinis Manso, beneficiado em São Martinho de Pombal “de quem o ditto vigario se fia na administração dos sacramentos nesta freguezia e em outras couzas de importancia”, cf. Lisboa, AN/TT, Inquisição de Lisboa, proc. 11093, fls. 30-32v.

⁷⁴¹ Lisboa, AN/TT, Conselho Geral do Santo Ofício, Habilitações, Manuel, mç. 64, doc. 1296.

1663⁷⁴². No ano de 1677, foi remetida uma comissão ao padre frei António Gomes da Cunha, vigário de Pombal, a fim de elaborar as diligências de habilitação de Manuel Teixeira de Carvalho⁷⁴³. Ao padre Pedro Saro da Cunha, morador junto à Redinha, foi dirigida uma comissão em 1678⁷⁴⁴, enquanto que o atrás mencionado António Vaz Cardoso efectuou a diligência de 1683⁷⁴⁵. Ao Lourical deslocou-se por duas ocasiões o vigário de Paião, Francisco Dias Galvão, em 1675 e 1683⁷⁴⁶. Por sua vez, o Doutor frei Leonardo Monteiro, abade de Santa Maria de Ceíça, cumpriu uma diligência naquela vila em 1638⁷⁴⁷. Em 1669, foi a vez do vigário da vila de Ega, frei Clemente Fernandes, levar a cabo uma diligência na Redinha⁷⁴⁸. No século XVIII, algumas comissões continuaram a ser remetidas, ainda que esporadicamente, a indivíduos que não comissários da instituição. Por exemplo, em 1723, frei José Pinto, vigário de Pombal, foi encarregue das diligências de habilitação de Bento Luís Correia de Melo, um pombalense residente no Porto⁷⁴⁹. Por seu turno, em 1729, o vigário do Lourical, Jerónimo Ferreira de Távora, recebeu comissão dos inquisidores de Coimbra, para executar as provas de limpeza de sangue de Francisco Xavier de Almeida Castelo-Branco⁷⁵⁰.

Em Abril de 1688, foi sondado para comissário frei António Fernandes, vigário da igreja de Santiago de Litém. Nesse ano, a Inquisição de Coimbra remeteu ao Conselho Geral um documento contendo informações sobre três clérigos, a saber

⁷⁴² Lisboa, AN/TT, Conselho Geral do Santo Ofício, Habilitações, Diogo, mç. 3, doc. 106.

⁷⁴³ Lisboa, AN/TT, Conselho Geral do Santo Ofício, Habilitações, Manuel, mç. 26, doc. 600.

⁷⁴⁴ Lisboa, AN/TT, Conselho Geral do Santo Ofício, Habilitações, Luís, mç. 5, doc. 143. Este religioso havia sido escrivão numa outra diligência remetida ao vigário da Ega frei Clemente Fernandes. A 23 de Novembro de 1669, esse comissário informou ter escolhido para escrivão o licenciado Pedro Saro da Cunha uma vez “que os clerigos que ha dentro da villa [Redinha] sam moços e alguns parentes. O que escolhi he o licenciado Pedro Saro da Cunha he moço christão velho porque o era seu pay Gaspar Saro tambem formado [...] parentes de pessoas que tiveram cargos em essa Inquisição, merecedor de que se lhe encarreguem semelhantes commissões para as partes da Redinha e Pombal que a mim me ficam mais longe e elle menos occupado, não digo isto por me escusar”, cf. Lisboa, AN/TT, Conselho Geral do Santo Ofício, Habilitações, João mç. 10, doc. 330, fl. 26.

⁷⁴⁵ Lisboa, AN/TT, Conselho Geral do Santo Ofício, Habilitações, Manuel, mç. 31, doc. 691.

⁷⁴⁶ Lisboa, AN/TT, Conselho Geral do Santo Ofício, Habilitações, António, mç. 17, doc. 558; Lisboa, AN/TT, Conselho Geral do Santo Ofício, Habilitações, Manuel, mç. 31, doc. 691.

⁷⁴⁷ Lisboa, AN/TT, Conselho Geral do Santo Ofício, Habilitações, João, mç. 4, doc. 137.

⁷⁴⁸ Lisboa, AN/TT, Conselho Geral do Santo Ofício, Habilitações, João, mç. 10, doc. 330.

⁷⁴⁹ Lisboa, AN/TT, Conselho Geral do Santo Ofício, Habilitações, Bento, mç. 7, doc. 112.

⁷⁵⁰ Lisboa, AN/TT, Conselho Geral do Santo Ofício, Habilitações, Francisco, mç. 53, doc. 1074. Outros casos foram localizados. Entre a correspondência recebida na Inquisição de Coimbra de familiares e comissários (1668-1671) encontra-se um documento sobre uma diligência que António de Miranda Henriques, capelão de Ansião, efectuou à vila de Abiul a 25 de Junho de 1668. O clérigo declarou que sobre o negócio dos ilustres inquisidores de Évora “achei que as tais pessoas erão das principaes e muito limpas de sangue que hũas erão da dita villa e outras da Ribeira de Litem que dista dahi hũa legoa”. Gastou três dias e meio na diligência, tendo assinado a informação em Ansião a 20 de Julho de 1668, cf. Lisboa, AN/TT Inquisição de Coimbra, livro 20, fl. 77.

Dionísio Vaz de Matos, prior de São Pedro do Rego, o licenciado Manuel Dias e o referido vigário de Litém. Foi deliberado que os inquisidores conimbricenses propusessem um dos três para ocupar o cargo “ou outro sujeito se houver mais capas, insinuando-lhe faça petição”⁷⁵¹. Não localizámos o seu processo de habilitação nem tão pouco alguma outra referência à sua actuação enquanto comissário pelo que se intui que terá sido preterido. Talvez já evidenciasse as condutas lascivas e a falta de zelo pastoral de que viria a ser acusado mais tarde em sede de visita pastoral, como referimos na segunda parte desta tese.

A presença de comissários na região em apreço foi intermitente. As petições da esmagadora maioria dos pretendentes aludiram à falta de comissários. Factores como a não substituição de agentes entretanto falecidos, a mudança de residência, a doença ou a idade avançada contribuíram para o défice da rede. Tenhamos em consideração três testemunhos que comprovam a situação de carência de agentes. Em 1747, José Anastácio de Sousa desejava servir “a Vossa Eminencia e ao dito Tribunal no exercício de commissario por concorrerem no suplicante os requisitos necessarios e ser abastado de bens e não aver naquella villa [Pombal] outro commissario”⁷⁵². O comissário frei José Rodrigues Maia questionado sobre a necessidade deste delegado apresentou um mapa dos comissários à época: “na dita villa de Pombal minha pátria não há mais commissarios do que eu e com ella confina esta minha igreja [Almagreira] que está no termo de Soure, e o são os reverendos vigários da igreja de Tapeos, termo da villa da Redinha em distancia de tres legoas à mesma villa de Pombal, e o da igreja do Payão em outra semelhante distancia pouco mais ou menos, e o reverendo vigario do Alvorge, e parece há outro commissario na villa de Penella na distancia de quatro, ou sinco legoas”⁷⁵³. O comissário da vila de Penela seria porventura o padre António Aires Pessoa de Figueiredo. Este ao pretender ocupar o cargo, mencionou ser pessoa nobre das principais famílias de Penela “em a qual ouve sempre commissario e não somente na mesma villa mas tambem o ouve no mesmo tempo no lugar do Espinhal, termo della, que era o reverendo Manoel Gracia Arnaut (já he falecido), e na dita villa o era no mesmo tempo o reverendo D. Pedro Sarmento Coelho, que há mais de quatro annos está morador na cidade da Guarda, parrochiando o priorado de Santiago, com cuja morte e abzencia se acha a ditta villa e termo sem comissário e na mesma forma estão sem elle

⁷⁵¹ Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, livro 28, fl. 114.

⁷⁵² Lisboa, AN/TT, Conselho Geral do Santo Ofício, Habilitações, José, mç. 57, doc. 891, fl.2.

⁷⁵³ O parecer foi assinado em Almagreira a 17 de Dezembro de 1747, cf. Lisboa, AN/TT, Conselho Geral do Santo Ofício, Habilitações, José, mç. 57, doc. 891, fls. 4-4v.

as villas de Podentes, Rabaçal, Pombalinho, e Cham de Couce que são as mais próximas á dita villa, e supposto que o reverendo prior de São Salvador da villa de Miranda do Corvo (que dista duas legoas da dita vila) tenho a dita ocupação de comissário se acha a mais de outo annos emcapacitado para a poder exercer por estar aleijado, e não poder moverse senão encostado a huma moleta”⁷⁵⁴. Frei Domingos Colaço da Silva Carvalho, natural de Ceira e beneficiado na igreja de Soure, provido em 6 de Abril de 1761, mencionou que “em ambas as terras assim na da sua origem, como na da sua rezidencia ha muita falta de commissarios, pois naquella e seus contornos não ha mais que o parocho, e este impossibilitado pella idade de setenta annos e muitos achaques, e nesta e muitas legoas em roda ha tão somente o vigario de Thapeus”⁷⁵⁵. Portanto, mais do que conhecer o computo geral dos comissários que compunham a rede inquisitorial, importa averiguar qual o número exacto dos que executavam de facto as funções inerentes ao cargo, averiguando os que mudavam de residência, os que estavam impossibilitados por doença ou idade avançada, ou aqueles a quem não eram cometidas diligências.

Na ausência de comissários as diligências eram maioritariamente cometidas a delegados das freguesias vizinhas o que evidentemente acarretava despesas extraordinárias ao Santo Ofício. Além dos comissários de Pombal, deslocaram-se a Abiul os de Pombalinho e os de Pelmá. Ao Louriçal, além dos agentes de Abiul e Pombal, viajaram com relativa frequência os de Montemor-o-Velho e os de Paião e com menor assiduidade, os comissários de Cernache, Ega, Tapéus e Soure. À vila de Pombal deslocaram-se comissários de Alvorge, Águas Belas, Pelmá, Penela, Pussos e Sebal. À Redinha, além dos comissários de Abiul e Pombal, deslocaram-se os comissários de Soure e Tapéus. Da mesma sorte os comissários de Abiul e Pombal executaram diligências em paróquias vizinhas⁷⁵⁶.

Tenhamos em atenção este grupo de homens que executou diligências do Santo Ofício nas freguesias em estudo. No que respeita à idade dos providos esta nem sempre

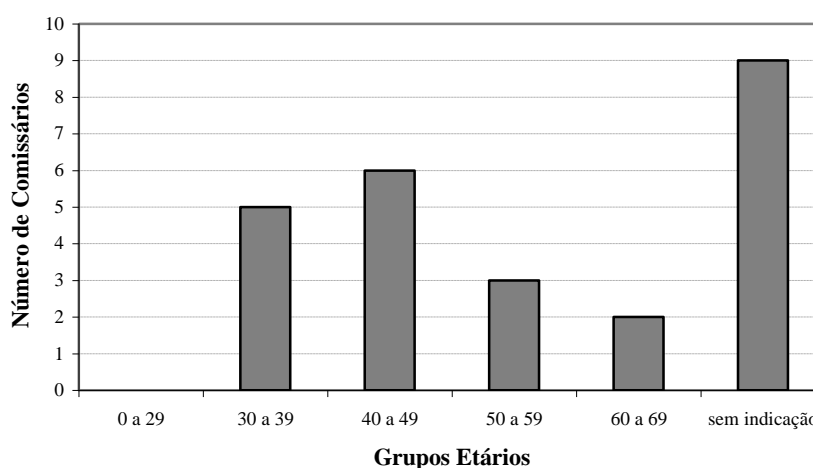
⁷⁵⁴ Lisboa, AN/TT, Conselho Geral do Santo Ofício, Habilitações, António, mç. 65, doc. 1308, fl. 1.

⁷⁵⁵ Lisboa, AN/TT, Conselho Geral do Santo Ofício, Habilitações Incompletas, doc. 1280, fl. 1. Este homem servia como notário da Inquisição de Coimbra há 12 anos. Não encontrámos qualquer notário da Inquisição de Coimbra a efectuar diligências de habilitação no território em análise, ainda que tal fosse susceptível de suceder. Um mapa do século XVIII, aferia a possibilidade do notário João Rodrigues Ventura, da vila de Penela, poder efectuar diligências às freguesias de Abiul, Redinha e Vila Cã a três léguas de distância, e Pombal a três léguas e meia de distância, cf. Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, livro 248. Apenas numa única ocasião localizámos um notário da Inquisição de Lisboa em Pombal. Tratou-se de Matias de Matos Cardoso, quaternário da Sé de Leiria e notário do Santo Ofício. Este esteve na vila em 1724, por ocasião da habilitação a familiar de António de Sousa Valdez, cf. Lisboa, AN/TT, Conselho Geral do Santo Ofício, Habilitações, António, mç. 66, doc. 1330.

⁷⁵⁶ Cf., por exemplo, Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, livro 14, fl. 162 e Conselho Geral do Santo Ofício, Habilitações, José, mç. 100, doc. 1430, fl. 83.

foi apontada. Tal sucedeu em nove ocasiões⁷⁵⁷. A maioria da população em estudo tinha idades compreendidas entre os 34 e os 49 anos, destacando-se o escalão etário dos 40 aos 49 anos, como é perceptível no gráfico abaixo. O delegado mais novo tinha 34 anos de idade. Tratou-se de José Caetano Rebelo Tavares de Mesquita, sacerdote do hábito de São Pedro, vigário da igreja de Nossa Senhora das Neves da vila de Abiul, provido a 3 de Agosto de 1762⁷⁵⁸. Por seu turno, o comissário mais velho tinha já completado os 64 anos de idade. Tratou-se de Manuel Carvalho Curado, natural de Verride, vigário da igreja do Sebal⁷⁵⁹. O aspirante a comissário necessitava de ser “maduro”. Ainda que não tenhamos localizado nenhuma norma relativa à idade mínima exigida ao candidato é evidente que esta constituía um derradeiro predicado. Seriam exigidos os 40 anos apontados por Nicolau Eymerich, ou os 30 referidos por Peña⁷⁶⁰? São conhecidos casos de pretendentes recusados por ausência desta característica⁷⁶¹. Portanto apontaríamos pelo menos os 30 anos como requisito necessário à obtenção do cargo⁷⁶². No caso em análise a média das idades situou-se nos 45,7 anos de idade, enquanto a moda registada foi 40 e 49 anos.

Gráfico 4
Grupos Etários dos Comissários do Santo Ofício



⁷⁵⁷ De igual forma, não possuímos dados para três comissários cujo processos não localizámos.

⁷⁵⁸ Lisboa, AN/TT, Conselho Geral do Santo Ofício, Habilitações, José, mç. 92, doc. 1336.

⁷⁵⁹ Lisboa, AN/TT, Conselho Geral do Santo Ofício, Habilitações, Manuel, mç. 101, doc. 1877.

⁷⁶⁰ Gonzalo Cerrillo Cruz, “Los comisarios [...]”, pp. 100-101 e 111.

⁷⁶¹ Ana Margarida Santos Pereira, *A Inquisição no Brasil* [...], p. 84; David Higgs, “Servir ao Santo Ofício [...]”, p. 115.

⁷⁶² Ainda assim refira-se que no Brasil são conhecidos vários casos de indivíduos que, sendo bastante jovens, alcançaram carta de comissário, cf. Grayce Mayre Bonfim Souza, *Para Remédio* [...], pp. 140-141.

No caso do habilitando ser letrado o Tribunal concedia-lhe primazia sobre os demais candidatos. De facto, a regra parece ter sido o provimento de eclesiásticos licenciados ou bacharéis em teologia ou em cânones⁷⁶³. Os dados coligidos reforçam essa ideia. Francisco Freire da Silveira, natural de Coimbra, vigário do Alvorge, comissário desde 1693, era Doutor em cânones⁷⁶⁴. Em 1718, Gonçalo Godinho, natural de Condeixa-a-Nova, vigário da Ega referiu ser licenciado, sem todavia particularizar o curso. Dos restantes habilitados, oito mencionaram ser bacharéis em cânones, sendo que um destes, Manuel José da Silva, provido a 20 de Março de 1787, natural de Coimbra e morador no Lourçal, onde era vigário na igreja de São Tiago, além daquela formatura era também mestre em artes⁷⁶⁵. Manuel Garcia Arnaut, vigário do Espinhal, e Francisco Coelho de Carvalho, vigário do Paião, deferidos ao cargo em 1690 e 1738 respectivamente, expuseram ser bacharéis sem especificar a área. Em 13 processos não foi fornecido qualquer dado relacionado com a formação académica⁷⁶⁶.

O cargo de comissário do Santo Ofício foi sobretudo desempenhado pelo clero secular, por norma por aqueles que ocupavam o topo da carreira paroquial⁷⁶⁷. No caso em análise, aquele que porventura ocupou o cargo de maior relevo foi o pombalense Heitor de Almeida do Amaral, que em 1707, ao tempo do seu provimento, além de abade de São Pedro de Miragaia, comarca e bispado do Porto, era desembargador da Relação Eclesiástica do Porto. O direito de apresentação do abade de Miragaia cabia à mesa episcopal, sendo a renda daquele clérigo fixada em 50 moedas, cerca de 240 mil réis⁷⁶⁸. Dos restantes comissários doze eram vigários, nove priores e um reitor. As diferentes designações do clero local estariam ligadas a factores diversos tais como a

⁷⁶³ José Veiga Torres, “Da repressão religiosa [...]”, p. 124.

⁷⁶⁴ Lisboa, AN/TT, Conselho Geral do Santo Ofício, Habilitações, Francisco, mç. 23, doc. 614.

⁷⁶⁵ Lisboa, AN/TT, Conselho Geral do Santo Ofício, Habilitações, Manuel, mç. 250, doc. 1598.

⁷⁶⁶ De igual forma, não possuímos para elementos para os três comissários cujos processos não localizámos.

⁷⁶⁷ Em distintas áreas geográficas os padres da companhia de Jesus exerceram as funções de comissários, cf. Maria do Carmo Dias Farinha, “A Madeira nos Arquivos [...]”, pp. 695-696; Paulo Drumond Braga, *A Inquisição nos Açores* [...], pp. 25-29; Ana Margarida Santos Pereira, *A Inquisição no Brasil* [...], pp. 89-92; Aldair Carlos Rodrigues, “Formação e atuação [...]”, pp. 150-151. Em África a Inquisição contou com a colaboração de franciscanos em Cabo Verde e Guiné, e de capuchinhos italianos e agostinhos descalços em São Tomé e Príncipe, cf. Filipa Ribeiro da Silva, *A Inquisição em Cabo Verde, Guiné e S. Tomé e Príncipe (1536 a 1821): Contributo para o estudo da política do Santo Ofício nos territórios africanos*, Tese mestrado em História dos Descobrimentos e da Expansão Portuguesa apresentada à Universidade Nova de Lisboa, 2002, exemplar mimeografado.

⁷⁶⁸ Lisboa, AN/TT, Memórias paroquiais, vol. 30, nº 231c, p. 1726. Para a conversão utilizámos os quadros apresentados por Avelino de Freitas de Meneses, “As Finanças [...]”, pp. 362-363.

topografia da localidade em que ficava situada a igreja ou os direitos de apresentação⁷⁶⁹. Quatro dos habilitados eram beneficiados, sendo que um deles ocupava o cargo de escrivão e secretário das habilitações da comarca de Coimbra. Tratou-se de Domingos Colaço da Silva Carvalho, beneficiado na paroquial de Soure, comissário do Santo Ofício desde 14 de Abril de 1761⁷⁷⁰. Um outro agente apenas acusou ser sacerdote do hábito de São Pedro. Tratou-se pois de um conjunto homogêneo que aliou às funções sacerdotais as tarefas inquisitoriais⁷⁷¹.

Laços de parentesco com outros ministros e oficiais da instituição não deixavam de ser declarados ao ambicionar o cargo. Dez dos pretendentes, o mesmo é dizer 35,7% dos comissários que levaram a cabo diligências no território em análise, alegaram relações de consanguinidade com outros membros do Tribunal. Francisco Freire da Silveira era filho de Estêvão da Silveira da Costa porteiro da casa do despacho da Inquisição de Coimbra⁷⁷². Três indivíduos eram filhos de familiares do Santo Ofício. Entre estes contou-se José Anastácio de Sousa filho de Manuel Gonçalves Serrão e irmão de João Eliseu de Sousa ambos familiares do Santo Ofício⁷⁷³. José Caetano Rebelo Tavares de Mesquita era irmão de um familiar da Inquisição de Lisboa⁷⁷⁴. Por outro lado, Bento Borges Pedrosa, provido em 1729, era irmão do comissário do Santo Ofício de Bemposta⁷⁷⁵. Dionísio Gomes de Almeida era sobrinho de um familiar da Inquisição conimbricense⁷⁷⁶. Parentescos afastados não deixavam de ser mencionados. Assim, Manuel Garcia Arnaut afirmou ser primo do procurador dos cárceres do Santo Ofício, bem como de um familiar da instituição⁷⁷⁷. Heitor de Almeida do Amaral evocou ser primo de José de Almeida do Amaral promotor e deputado da Inquisição de Coimbra e do desembargador Pedro de Almeida do Amaral familiar do Santo Ofício de

⁷⁶⁹ Para esta questão na diocese de Coimbra cf. Joaquim Ramos de Carvalho, José Pedro Paiva, “A Diocese de Coimbra [...]”, pp. 235-239.

⁷⁷⁰ Lisboa, AN/TT, Conselho Geral do Santo Ofício, Habilitações Incompletas, doc. 1280.

⁷⁷¹ Nos reinos de Aragão e Castela idêntica realidade motivou queixas por parte dos capítulos das igrejas, que acusavam os comissários de incumprimento das funções paroquiais cf. Jaime Contreras, *El Santo Oficio* [...], p. 84. Enrique Pasamar Lázaro, “El comisario del Santo [...]”, p. 197 e 210.

⁷⁷² Lisboa, AN/TT, Conselho Geral do Santo Ofício, Habilitações, Francisco, mç. 23, doc. 614.

⁷⁷³ O pai já havia falecido, cf. Lisboa, AN/TT, Conselho Geral do Santo Ofício, Habilitações, José, mç. 57, doc. 891.

⁷⁷⁴ Lisboa, AN/TT, Conselho Geral do Santo Ofício, Habilitações, José, mç. 92, doc. 1336.

⁷⁷⁵ Lisboa, AN/TT, Conselho Geral do Santo Ofício, Habilitações, Bento, mç. 8, doc. 122.

⁷⁷⁶ Lisboa, AN/TT, Conselho Geral do Santo Ofício, Habilitações, Dionísio, mç. 1, doc. 9.

⁷⁷⁷ Lisboa, AN/TT, Conselho Geral do Santo Ofício, Habilitações, Manuel, mç. 41, doc. 887.

Lisboa⁷⁷⁸. Francisco Coelho de Carvalho era cunhado de Veríssimo de Sousa Henriques, familiar do tribunal olisiponense⁷⁷⁹.

A análise da correspondência expedida pela Inquisição de Coimbra aos comissários de distrito possibilitou determinar o volume das diligências endereçadas aos delegados de Pombal e Abiul entre 1753 e 1769. Neste período foram remetidas ao comissionado de Pombal, José Anastácio de Sousa, 34 diligências entre extrajudiciais (16), requisitórias (dez), comissões (seis) e mandados de prisão (dois). O delegado de Abiul, José Caetano Rebelo Tavares de Mesquita, recebeu 25 correios, contendo ordens para executar extrajudiciais (14), requisitórias (seis) e comissões (cinco)⁷⁸⁰. Foi ainda incumbido de realizar róis dos familiares das vilas de Pussos a 27 de Setembro de 1766, e de Ansião a 6 de Outubro de 1766⁷⁸¹. Os dados não possibilitam retirar grandes ilações até porque estão incompletos. Por exemplo, não existe nos livros estudados qualquer referência ao pedido do rol dos familiares de Abiul assinado pelos inquisidores conimbricenses a 7 de Dezembro de 1762, e remetido a José Anastácio de Sousa⁷⁸².

Paralelamente, a actuação dos comissários pode ser percepcionada através da leitura dos cadernos do promotor. O padre António Aires Pessoa de Figueiredo, comissário de Penela, denunciou o pombalense Domingos João, conhecido por “Mestre de Curar Bois” a 6 de Junho de 1733⁷⁸³. Diversas denúncias foram feitas a estes homens, os quais de seguida as encaminhavam ao Santo Ofício. Destaque para Manuel de Almeida Pinto, comissário em Pombal, que remeteu quatro delações, a primeira a 13 de Janeiro de 1689 e a derradeira a 24 de Julho de 1697⁷⁸⁴. Frei José Rodrigues Maia, enquanto vigário de Tapéus, denunciou dois casos. A 20 de Julho de 1736, delatou Maria, solteira, natural e moradora na Redinha por proposições⁷⁸⁵. No mesmo ano, a 16 de Setembro denunciou uma Madalena, mulher solteira, mendicante, a *Parva* de alcunha, natural de Soure por práticas mágicas⁷⁸⁶. Além destas denúncias feitas pelo próprio, redigiu e assinou outras quatro que lhe foram feitas por populares entre 1737 e 1743⁷⁸⁷. Aos restantes comissários, residentes no território em estudo, foi feita somente

⁷⁷⁸ Lisboa, AN/TT, Conselho Geral do Santo Ofício, Habilitações, Heitor, mç. 1, doc. 10.

⁷⁷⁹ Lisboa, AN/TT, Conselho Geral do Santo Ofício, Habilitações, Francisco, mç. 58, doc. 1135.

⁷⁸⁰ Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, livros 13 e 14.

⁷⁸¹ Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, livro 14, fls. 285 e 287.

⁷⁸² Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, mç. 27, doc. 1.

⁷⁸³ Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, livro 363, fl. 381.

⁷⁸⁴ Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, livro 311 fls. 524-528; livro 315, fls. 452-460; livro 317, fls. 186-187v; livro 318, fls. 423-425.

⁷⁸⁵ Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, livro 364, fl. 339.

⁷⁸⁶ Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, livro 366, fl. 238.

⁷⁸⁷ Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, livro 369, fl. 442; livro 381, fl. 317; livro 382, fls. 4-5 e fl. 27.

uma delação. Em 1763, o padre José Caetano Varela, residente no Louriçal, remeteu missiva a José Anastácio de Sousa, contendo uma denúncia dada em nome de uma Ana Maria, solteira, daquela vila⁷⁸⁸. Em 1765, o comissário de Abiul, José Caetano Rebelo Tavares Mesquita remeteu ao Santo Ofício uma carta contendo as denúncias que lhe haviam dado Luzia Maria da Conceição, da Infesta, freguesia de Santiago de Litém, e Josefa Maria, do lugar de Azenha, Abiul⁷⁸⁹. O comissário do Louriçal, Manuel José da Silva, assinou uma denúncia que lhe foi feita por D. Joaquim Guadalupe, confessor do convento daquela vila, em Agosto de 1793⁷⁹⁰. Localizámos sete comissários de fora que remeteram também denúncias respeitantes aos moradores nas freguesias em análise, com destaque para Francisco Freire da Silveira que remeteu duas denúncias⁷⁹¹.

A relação entre comissários e restantes autoridades eclesiásticas foi em determinadas ocasiões tensa⁷⁹². A propósito refira-se que a consulta dos livros paroquiais, necessária à emissão de certidões constantes dos processos de habilitação ao Santo Ofício, nem sempre foi autorizada aos delegados, tendo-se registado alguns conflitos⁷⁹³. No território em análise não detectámos qualquer atrito do género.

Em determinadas situações foram os comissários que não desempenharam de forma adequada as suas funções. A acusação mais usual teve que ver com o abuso de funções. Os exemplos dos excessos praticados pelos delegados inquisitoriais são variados⁷⁹⁴. No distrito inquisitorial de Coimbra, em Setembro de 1686, existiram queixas contra os comissários por estes não efectuarem as diligências com a brevidade desejada⁷⁹⁵. A situação deve ter-se arrastado o que explica novas instruções no mesmo sentido⁷⁹⁶. Este e outros factores, tais como a quebra do sigilo inquisitorial, falsas declarações, o não envio de certidões requisitadas ou até mesmo uma caligrafia imperceptível, poderiam ter como consequência o afastamento da função. Assim, não obstante a conservação do lugar não lhes seriam remetidas quaisquer diligências⁷⁹⁷. No território em análise somente existem informações de um caso de incumprimento de

⁷⁸⁸ Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, livro 401, fls. 13-15.

⁷⁸⁹ Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, livro 401, fls. 18-19.

⁷⁹⁰ Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, livro 410, fls. 131-146.

⁷⁹¹ Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, livro 323, fls. 163-164; livro 325, fls. 419-419v; livro 330, fls. 416v-417.

⁷⁹² Cf. Paulo Drumond Braga, *A Inquisição nos Açores* [...], p. 36.

⁷⁹³ Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, livro 30, fls. 248-251, e livro 31, fl. 362.

⁷⁹⁴ Ana Margarida Santos Pereira, *A Inquisição no Brasil* [...], pp. 84-89. Para Aragão e Castela cf. José Enrique Pasamar Lázaro, "El Comisario [...]", pp. 207-208; Jaime Contreras, *El Santo Oficio* [...], pp. 83, 145-148 e 152.

⁷⁹⁵ Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, livro 28, fl. 27.

⁷⁹⁶ Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, livro 31, fls 267-267v.

⁷⁹⁷ Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, livro 29, fls. 241 e 511; livro 31, fl. 288.

tarefas. O caso remonta a 1728, ano em que o vigário do Louriçal, Jerónimo Ferreira de Távora, foi incumbido de realizar a habilitação ao Santo Ofício de Francisco Xavier de Almeida Castelo Branco. Sendo a primeira data do processo 12 de Fevereiro de 1728, aquele pretendente apenas obteve provisão a 6 de Março de 1734. O vigário pretendeu justificar a demora excessiva com motivos de saúde e obrigações pastorais. Note-se que neste caso não estamos perante um comissário da instituição. Assim sendo, a única consequência do incumprimento terá sido a impossibilidade de voltar a ser incumbido de matéria pertencente ao Santo Ofício⁷⁹⁸.

A instituição não faria uso de todos os seus agentes⁷⁹⁹. Recordemos os que solicitavam o cargo *ad honorem*, ou os que por má conduta se viam arredados das comissões. A 29 de Janeiro de 1718, o inquisidor geral ordenou que os inquisidores de Coimbra “mandem tirar hum rol de todos os comissários desse districto e quais são a quem se mandão as diligencias”⁸⁰⁰. Pouco depois, a 7 de Maio de 1718, foi remetida para o Tribunal conimbricense a lista dos comissários de que se havia de servir aquela Inquisição⁸⁰¹. Figuraria entre os excluídos algum dos comissários estudado? Não tendo localizado a referida relação apenas podemos cogitar. Não deixa de ser estranho que José Rodrigues Maia provido comissário a 25 de Agosto de 1730, tenha sido encarregue de apenas três diligências de habilitação ao Santo Ofício, uma em 1732, outra em 1738 e a derradeira em 1748. Por exemplo, as provas de limpeza de sangue da esposa de Bernardo Fernandes da Costa, provido familiar em 1735, foram dirigidas a José Anastácio de Sousa, que à data não era ainda comissário. Quais os motivos? Porventura o Tribunal não confiaria neste seu agente⁸⁰²? Teria sido informado da falta de zelo e

⁷⁹⁸ A 22 de Dezembro de 1733, os inquisidores de Coimbra remeteram carta ao vigário referindo que “tendo passado tanto tempo, athe o presente a não remeteo [diligencia] vossa merce satisfeita, e porque semelhantes demoras alem de serem prejudiciaes aos pertendentes fazem duvidoza a rectidão deste Tribunal, não podemos deixar de estranha-las a vossa merce, e com mayor razão por constar nesta meza que por algumas vezes se lembrou a vossa merce a expedição da dita deligencia e posto que tambem constou que vossa merce padecia queixas, nunca estas podião ser tão prolongadas que o impedissem para dar execução dentro de tantos annos a dita comissão, e sendo-o devia remete-lla com noticia do impedimento que tinha para se cometer a outrem. Agora esperamos que vossa merce sem demora algua a remeta concluída avizando-nos na volta desta do motivo que teve para tanta demora”. O vigário respondeu a 28 de Dezembro de 1733, referindo que havia iniciado a inquirição a 28 de Novembro de 1729, mas que por lhe “sobrevir huma perigoza doença e dilatada [...] por espaço de tres annos [...] tambem o escrivão que he o cappellão das religiozas [...] pessoa de maior idade tem estado por vezes gravamente enfermo, e como concluir esta diligencia depende de jornada fora as queixas de hum e outro, e as frequentes ocupaçoins das incumbencias de ambos tem ocasionado a demora”, cf. Lisboa, AN/TT, Conselho Geral do Santo Ofício, Habilitações, Francisco, mç. 53, doc. 1074, fls. 51-52.

⁷⁹⁹ Esta realidade foi registada em diferentes espaços geográficos, cf., a título de exemplo, Grayce Mayre Bonfim de Souza, *Para Remédio* [...], p. 161.

⁸⁰⁰ Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, livro 30, fl. 365.

⁸⁰¹ Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, livro 30, fl. 378.

⁸⁰² Tal não constituiria caso isolado, cf. Fernanda Olival, “Clero e Família [...]”, p. 107.

conduta desregrada deste comissário? Ou terá sido a formação rudimentar deste clérigo a responsável pelo reduzido número de diligências remetidas? Estudos efectuados comprovaram que a instituição dirigia maioritariamente as comissões a comissários com formação académica, por norma bacharéis em cânones⁸⁰³. De igual forma desconhecemos os motivos pelos quais Heitor de Almeida do Amaral não tenha sido encarregue de nenhuma diligência de habilitação em Pombal. Aliás, não localizámos nenhum documento que comprove a participação deste agente com a instituição. Em 1724, João Eliseu de Sousa obteve carta de familiar da Inquisição de Coimbra. No começo do processo o comissário de Penela, António Aires Pessoa de Figueiredo, foi encarregue de executar a extrajudicial. A 24 de Fevereiro de 1724, este delegado comunicou aos inquisidores ter-se informado sobre o pretendente com várias testemunhas entre as quais o licenciado Heitor de Almeida, abade pensionário de São Pedro de Miragaia, comissário do Santo Ofício, natural e morador em Pombal⁸⁰⁴. Ora, se residia um agente em Pombal o que terá motivado os inquisidores de Coimbra a remeter a extrajudicial a um comissário de fora? Após a informação inicial o comissário de Penela regressou a Pombal com nova comissão. Desta feita Heitor não foi interrogado. Terá entretanto abandonado a vila? As fontes não o revelam, nem parece ser relevante. Os dados permitem contudo esboçar um possível enredo. Os rumores sobre a ausência de capacidades e desonestidade deste eclesiástico ainda que não tenham tido como consequência o indeferimento ao cargo de comissário, podem ter privado o candidato de uma actuação efectiva.

Os comissários do Santo Ofício, legatários dos homónimos colaboradores do inquisidor medieval⁸⁰⁵, constituíram-se, tal como afirmou Francisco Bethencourt, em “verdadeiros delegados dos inquisidores no distrito”⁸⁰⁶. Uma carta de 11 de Junho de 1695, remetida pelo Conselho Geral para os inquisidores de Coimbra, atesta a importância da função: “Sua Illustrissima me disse agora que escrevesse a vossas merces que nas informações para comissários se tenha toda a consideração que se requiere para a eleição de quem se fião as mais importantes diligencias do Santo officio, e de que tanto depende sua reputação, a honra, e credito das famílias, e que não basta que sejam christãos velhos, não tendo de muito boa e exemplar vida, e saa consciencia,

⁸⁰³ Aldair Carlos Rodrigues, “Formação e Atuação [...]”, pp. 152-155.

⁸⁰⁴ Lisboa, AN/TT, Conselho Geral do Santo Ofício, Habilitações, João, mç. 56, doc. 1066, fl. 6v.

⁸⁰⁵ Gonzalo Cerrillo Cruz, “Los Comisarios [...]”, pp. 100-101; José Enrique Pasamar Lázaro, “El Comisario [...]”, p. 194.

⁸⁰⁶ Francisco Bethencourt, *História das Inquisições* [...], p. 52.

tendo ciencia e prudencia para inquirir e apurar a verdade, o que se não espera dos que forem parciaes e se virem suas paixões que com effeito destas se arruinão os negocios mais importantes, e seria lamentável disgracia que no Santo officio se experimentassem taes effeitos”⁸⁰⁷. A reputação do Tribunal junto das populações dependeu em grande medida da actuação destes indivíduos. Efectuando as diligências dos que pretendiam ingressar nas fileiras do Tribunal controlaram o crédito e honra das famílias, podendo omitir ou criar entraves à ascensão social. Pelo demonstrado, a importância e autoridade destes homens foi inquestionável, tendo contribuído de forma significativa para o enraizamento do Tribunal e para o aumento dos níveis de vigilância sobre os povoados rurais⁸⁰⁸. Foram, utilizando a expressão de Sónia Siqueira, verdadeiros “postos avançados da guarda da ortodoxia”⁸⁰⁹.

1.2 – Os Familiares do Santo Ofício

Herdeiros da denominada milícia de Jesus Cristo⁸¹⁰, os familiares da Inquisição Moderna surgiram da necessidade que a instituição sentiu de contar com agentes leigos capazes de amparar o exercício dos inquisidores⁸¹¹. Actuando por delegação de poderes,

⁸⁰⁷ Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, livro 28, fl. 522.

⁸⁰⁸ Ana Margarida Santos Pereira, *A Inquisição no Brasil* [...], p. 82.

⁸⁰⁹ Sonia A. Siqueira, *A Inquisição Portuguesa e a Sociedade Colonial*, São Paulo, Atica, 1978, p. 161. James Wadsworth considerou os comissários no Brasil como espinha dorsal do poder inquisitorial cf. James E. Wadsworth, *Agents of Orthodoxy* [...], 44.

⁸¹⁰ Elvira Cunha de Azevedo Mea, *A Inquisição de Coimbra no Século XVI. A Instituição, os Homens e a Sociedade*, Porto, Fundação Engenheiro António de Almeida, 1997, p. 174; Elias Lipinier, *Terror e Linguagem* [...], pp. 108-109; Gonzalo Cerrillo Cruz, “Aproximación al Estatuto Jurídico de los Familiares de la Inquisición Española”, *Manuscripts: Revista d’Història Moderna*, n.º 17, Barcelona, 1999, pp. 142-143.

⁸¹¹ Sobre as familiaturas nos tribunais de Évora e Coimbra cf. António Borges Coelho, *Inquisição de Évora. Dos Primórdios a 1688*, volume 1, Lisboa, Editorial Caminho, 1987, pp. 68-72; Elvira Cunha de Azevedo Mea, *A Inquisição de Coimbra* [...], pp. 174-188. Nos espaços ultramarinos sob a jurisdição do tribunal de Lisboa cf. Paulo Drumond Braga, *A Inquisição nos Açores* [...], pp. 49-106; Daniela Buono Calainho, *Agentes da Fé. Familiares da Inquisição Portuguesa no Brasil Colonial*, Bauru, São Paulo, Editora da Universidade do Sagrado Coração, 2006; Ana Margarida Santos Pereira, *A Inquisição no Brasil* [...], pp. 102-112; James E. Wadsworth, *Agents of Orthodoxy* [...]; Aldair Carlos Rodrigues, *Sociedade e Inquisição em Minas Colonial: os Familiares do Santo Ofício (1711-1808)*, São Paulo, Dissertação apresentada ao Programa de pós-graduação em História Social do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para a obtenção do título de mestre em História, 2007, exemplar mimeografado; Idem, “Poder e Autoridade Inquisitorial: A Atuação dos Familiares do Santo Ofício nas Minas Setecentistas”, *Revista de História*, n.º 162 (1.º semestre de 2010), São Paulo, 2010, pp. 51-72. Sobre a temática no tribunal de Goa cf. Maria Emília Ferreira Martins, *Os Funcionários Portugueses da Inquisição de Goa através das Habilitações do Santo Ofício: 1640-1820*, 2 volumes, Lisboa, Dissertação de Mestrado em História dos Descobrimentos e da Expansão Portuguesa apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2002, exemplar mimeografado. Uma análise comparativa entre os familiares nas penínsulas Ibérica e Itálica em Francisco Bethencourt, *História das Inquisições* [...], pp. 47-51 e 122-130. Sobre os familiares dos tribunais espanhóis cf., entre outros, Ricardo Garcia Carcel, “Numero Y Sociologia de los Familiares de la

tinham como funções delatar, prender, escoltar prisioneiros, distribuir éditos dos autos-da-fé, acompanhar os penitenciados durante a mencionada cerimónia e assistir aos comissários no decorrer das visitas às livrarias e às naus estrangeiras. Concomitantemente, estavam obrigados a participar nos restantes dias festivos do Tribunal da Fé, tais como, São Domingos, São Pedro Mártir e Corpo de Deus, associando-se ainda a determinadas cerimónias régias⁸¹².

Como já foi referido, o cargo de familiar do Santo Ofício não era remunerado pelo que um dos principais atractivos residia nos diversos privilégios e isenções concedidos pelos monarcas⁸¹³. A familiatura, como atestado de limpeza da linhagem, concedia ao habilitado um capital simbólico, permitindo-lhe ascender socialmente⁸¹⁴. Caso não fosse nobre, passava a tocar a nobreza através da incorporação no chamado “estado do meio”⁸¹⁵.

Inquisicion Valenciana”, *La Inquisicion Española. Nueva Vision. Nuevos Horizontes*, direcção de Joaquín Pérez Villanueva, Madrid, Siglo Veintiuno de España Editores, 1980, pp. 271-283; Jaime Contreras, *El Santo Oficio* [...], pp. 67-177; Miguel Ángel Placer Rueda, “Familiares y Comisarios [...]”, pp. 893-920; Gonzalo Cerrillo Cruz, “Los Familiares de la Inquisición en la Época Borbónica”, *Revista de la Inquisición*, n.º 4, Madrid, 1995, pp. 177-204; Idem, “Aproximación al Estatuto [...]”, pp. 156-157; Marina Torres Arce, *Inquisición, Regalismo* [...], pp. 117-191 e 325-334.

⁸¹² Cf. *Regimento dos Familiares do Santo Ofício* publicado em *Documentos para a História da Inquisição em Portugal* [...], pp. 95-96. A propósito das entradas régias cf. Ana Maria Alves, *As Entradas Régias Portuguesas: uma Visão de Conjunto*, Lisboa, Livros Horizonte, [s.d.]. Recorde-se o arco triunfal da Inquisição erigido, numa das entradas da praça da Ribeira, aquando da entrada de Filipe II de Portugal em Lisboa no ano de 1619, cf. Miguel Soromenho, “*Ingegnosi Ornamenti*. Arquitecturas Efémeras em Lisboa no Tempo dos Primeiros Filipes”, *Arte Efémera em Portugal* [...], pp. 21-33.

⁸¹³ Tal afirmação é correcta pelo menos até à limitação do número dos familiares privilegiados em 1693. A 19 de Agosto de 1608, os inquisidores eborenses enviaram uma carta ao Conselho Geral na qual davam conta de não serem necessários familiares naquele distrito “porque não servem senão de se ajudarem de privilégios e fazerem o Santo Ofício odioso, e com suas demandas nos gastarem o tempo e inquietarem”, cf. António Borges Coelho, *Inquisição de Évora* [...], vol. I, p. 69.

⁸¹⁴ José Veiga Torres, “Da Repressão Religiosa [...]”; Idem, *Limpeza de Geração. Para o Estudo da Burguesia Vianense do Antigo Regime (séculos XVII e XVIII) Através das Inquirições do Santo Ofício*, Viana do Castelo, Câmara Municipal de Viana do Castelo, 2008. Tenhamos presente que a carta de familiar configurava-se como trunfo importantíssimo no momento de obter determinados cargos, permitindo de igual forma o livre acesso a determinadas associações, tais como a irmandade de São Jorge, cf. Georgina Silva dos Santos, *Ofício e Sangue. A Irmandade de São Jorge e a Inquisição na Lisboa Moderna*, Lisboa, Edições Colibri, Instituto de Cultura Ibero-Atlântica, 2005, p. 27, 179.

⁸¹⁵ Conceito seiscentista da autoria de António de Villas Boas e Sampayo, cf. António de Villas Boas e Sampayo, *Nobiliarchia Portuguesa. Tratado da Nobreza Hereditária e Política*, Lisboa, Francisco Vilela, 1676. Sobre as questões referentes ao “estado do meio” cf. Isabel M. R. Mendes Drumond Braga, “A Mulatice como Impedimento de Acesso ao ‘Estado do Meio’”, *O Espaço Atlântico de Antigo Regime: Poderes e Sociedades. Actas*, Lisboa, Instituto Camões, 2008, disponível on-line no endereço http://cvc.instituto-camoes.pt/eaar/coloquio/comunicacoes/isabel_drumond_braga.pdf (consultado a 20 de Novembro de 2011) Idem, “Das Dificuldades de Acesso ao ‘Estado do Meio’ por parte dos Cristãos Velhos”, *Actas do Congresso Internacional de História. Território, Culturas e Poderes*, vol. II, Braga, Núcleo de Estudos Históricos da Universidade do Minho, 2007, pp. 13-30; Idem, “Marcas de Infâmia: Sangue Mouro e Dificuldades de Acesso ao ‘Estado do Meio’”, *Minorias ÉtnicoReligiosas na Península Ibérica (Período Medieval e Moderno)*, Lisboa, Edições Colibri, Évora, CIDEHUS, Alicante, Universidade de Alicante, 2008, pp. 411-430.

No ano de 1562, D. Sebastião concedeu largos privilégios aos familiares do Santo Ofício, tais como isenção do pagamento de determinados impostos; impossibilidade de lhes serem tomadas de aposentadoria as casas de residência, adegas e cavalariças; licença de porte de armas ofensivas e defensivas; autorização de uso de vestuário de seda, extensível à mulher e filhos; e desobrigação do serviço militar. Em 1566, foram isentos do pagamento de 100 mil cruzados, deliberados em Cortes. Mais tarde, em 1580 adquiriram foro privado⁸¹⁶, que seria alargado aos descendentes directos por disposição do Conselho Geral no ano de 1634. Filipe II concedeu-lhes alvará de fiança em 1584. Em 1686, obtiveram o direito de aposentadoria⁸¹⁷.

As regalias concedidas aos familiares foram motivo de debate e contestação⁸¹⁸. Temendo que a nobreza reforçasse o seu poder por intermédio da familiatura, os monarcas de Portugal e Castela pretenderam vedar, numa primeira fase, o acesso desta ao cargo. Neste período o Tribunal procurou preencher as suas fileiras recorrendo a indivíduos de menor estatuto social, mas com cabedais suficientes de forma a não comprometer o exercício das suas funções⁸¹⁹. Em 1592, Martim Gonçalves da Câmara, na visita que efectuou à Inquisição de Coimbra por parte do Conselho Geral, recomendou que “os Familiares da Inquisição sejam mecânicos e não de maior condição. E se ao presente há alguns que não sejam mecânicos sejam logo espedidos, porque se tem visto que não servem a Inquisição e somente o querem por razão dos privilégios”⁸²⁰. O cenário modificou-se no início de Seiscentos quando, em 1604, a

⁸¹⁶ O alvará do cardeal D. Henrique de 20 de Janeiro de 1580, determinou que “Nas causas crimes dos familiares ou sejam autores ou réus serão outrossim os ditos inquisidores juizes, excepto nos casos seguintes, *scilicet*: - crime de leja majestade humana, - de rebelião ou desobediência a meus mandados, - e em casos de aleive, - força de mulher ou roubo dela, - ou de roubador público, - ou de quebrantamento de casa, ou de igreja, ou mosteiro, - ou queima de campo, ou casa, com dolo, - e em resistência ou desacato qualificado contra minhas justiças; e quando tiverem ofícios meus ou públicos dos povos e repúblicas e delinquir em neles, e em cousas tocantes aos ditos seus ofícios e carregos, em os quais casos conhecerão as justiças seculares contra os ditos familiares, e não em outros por graves que sejam [...] E nos crimes dos familiares não conhecerão outrossim os inquisidores, além dos atrás exceptuados, em o caso de homicídio qualificado, e de moeda falsa, e de tirar com besta e arcabuz”. O documento encontra-se transcrito em *Documentos para a História da Inquisição em Portugal (século XVI)* [...], pp. 113-114.

⁸¹⁷ *Traslado Autentico de todos os Privilégios concedidos pelos Reis destes Reynos & Senhorios de Portugal aos Officiaes & Familiares do Santo Officio da Inquisição*, Lisboa, Manescal da Costa, 1691. Elvira Cunha de Azevedo Mea, *A Inquisição de Coimbra* [...], pp. 164-165; Daniela Buono Calainho, *Agentes da Fé* [...], pp. 42-45. Sobre os privilégios dos familiares em Castela e Aragão cf. Gonzalo Cerrillo Cruz, “Aproximación al estatuto [...]”, pp. 150-156.

⁸¹⁸ Por exemplo, em Julho de 1617, os familiares do distrito de Évora foram alvo de críticas e queixas por pretenderem que os seus gados não pagassem coimas quando pela sua passagem destruíssem fazenda alheia, cf. António Borges Coelho, *Inquisição de Évora* [...], vol. I, pp. 69-70.

⁸¹⁹ José Veiga Torres, “Da repressão religiosa[...]”, p. 122

⁸²⁰ Joaquim Romero Magalhães, “Em Busca [...]”, pp. 206-207. O documento demitia de funções dois nobres: “Que Antonio Gonçalves da Cunha e Francisco Soares que ora servem nos Autos da Fee não

Suprema determinou que não deveriam ser aceites por ministros e familiares indivíduos de baixa condição social uma vez que tal desprestigiava a instituição. Como referiu Francisco Bethencourt esta mudança foi motivada pela “necessidade de estabilização, de reconhecimento e de enraizamento social dos tribunais”⁸²¹.

Os privilégios dos familiares nem sempre foram cumpridos, nomeadamente no que respeitou à isenção ao serviço militar. Por outro lado, a isenção de exercer cargos municipais suscitou forte objecção por parte dos municípios, que entendiam que a regalia não era coerente com o estipulado nas Ordenações do Reino. A 1 de Junho de 1682, D. Pedro na condição de príncipe regente, estabeleceu por despacho régio o número de familiares que gozaria do referido privilégio: dois em cada cidade ou cabeça de comarca e um em cada vila ou lugar com jurisdição à parte. Mais tarde, a 3 de Abril de 1693, o agora D. Pedro II, limitou o número dos familiares que gozavam dos privilégios inerentes ao cargo: “por ser conveniente à boa administração da justiça que se evitem os muitos privilégios que há neste Reino, e haver crescido excessivamente o numero dos familiares, sobrando muitos para as diligências do serviço do Santo Ofício, que foi a causa porque os Senhores Reis meus predecessores lhes concederam os privilégios”⁸²². A conjuntura que o império atravessava justificava tais medidas. A limitação, que demorou dez anos a ser posta em prática⁸²³, não teve impacto nas familiaturas atribuídas, cujo número continuou em crescimento⁸²⁴.

Segundo a hipótese levantada por Elvira Cunha de Azevedo Mea, o acordo entre a Coroa e a Inquisição de Valência de 1554, no qual se regulamentaram diversos pontos relativos aos familiares tais como o seu número, qualidades e jurisdição competente, constituiu-se no documento que serviu de base à estruturação das familiaturas em Portugal⁸²⁵. No que toca a regimentos, a primeira referência à figura dos familiares surgiu no *Regimento do Santo Ofício da Inquisição dos Reynos de Portugal* de 1613. O documento, pouco pormenorizado relativamente ao cargo, mencionava que nas cidades

servão daqui em diante nelles nem seão admitidos por familiares, nem outras pessoas de sua qualidade, somente homens de menor condição, mas de confiança e fazenda”, cf. Idem, *Ibidem*, p. 219.

⁸²¹ Francisco Bethencourt, *História das Inquisições* [...], pp. 126 e 285.

⁸²² Lisboa, AN/TT, Conselho Geral do Santo Ofício, livro 381, fls. 1v-2 Sobre os familiares do número, isto é, aqueles que gozavam dos privilégios cf. James E. Wadsworth, “Os Familiares do Número e o Problema dos Privilégios”, *A Inquisição em Xequê: Temas, Controvérsias, Estudos de Caso*, organizadores Ronaldo Vainfas, Bruno Feitler e Lana Lage, Rio de Janeiro, Editora da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2006, pp. 97-112.

⁸²³ James E. Wadsworth, “Os Familiares do Número [...]”, p. 100.

⁸²⁴ José Veiga Torres, “Da Repressão Religiosa [...]”, pp. 125-126; José Veiga Torres, *Limpeza de Geração* [...], pp. 35-37.

⁸²⁵ Elvira Cunha de Azevedo Mea, *A Inquisição de Coimbra* [...], pp. 176-177. Sobre esta e outras Concórdias cf. Gonzalo Cerrillo Cruz, “Aproximación al estatuto [...]”, pp. 143-146.

e vilas “avera os familiares do sancto officio que o Inquisidor geral ordenar”⁸²⁶. Com a publicação do regimento de 1640, foi incluído um título específico consagrado aos familiares do Santo Ofício. O texto referia as qualidades e requisitos que haveriam de possuir os habilitandos, quais as tarefas e as obrigações inerentes ao cargo, bem como o salário auferido pela execução das diligências de que fossem encarregados⁸²⁷. A escolha devia recair sobre indivíduos de bom procedimento, confiança, qualidade reconhecida, conduta íntegra e possuidores de fazenda que lhes permitisse viver abastadamente. Pelo tempo dispendido no exercício das suas funções receberiam 500 réis ao dia. O documento estipulava ainda que o familiar não se fizesse acompanhar por mais que um homem apeado “ao qual se pagará conforme ao uzo da terra, & sendo lhe necessario mais, darão conta aos Inquisidores, para lhe ordenarem o que devem fazer”⁸²⁸. Era exigido que o aspirante procedesse de família cristã-velha, de limpo sangue, e que os seus ascendentes não tivessem sido reconciliados ou penitenciados pelo Tribunal. Se até 1560, o critério da limpeza de sangue, apenas era visível em determinados colégios e ordens regulares, no final da centúria estava presente nas mais variadas instituições, tais como ordens militares e cabidos. A limpeza de sangue foi igualmente uma exigência das inquisições ibéricas. Nos tribunais castelhanos e aragoneses os estatutos entraram em vigor em 1545, enquanto no caso português terão entrado em execução no ano de 1570⁸²⁹.

⁸²⁶ *Regimento do Santo Officio da Inquisiçam dos Reynos de Portugal*, Lisboa, Pedro Crasbecck, 1613, Título I, capítulo II, fl. 1.

⁸²⁷ *Regimento do Santo Officio da Inquisição dos Reynos de Portugal*, Lisboa, Manuel da Silva, 1640, Livro I, título XXI, fls. 72-73; *Regimento dos Familiares do Santo Officio* publicado em *Documentos para [...]*, pp. 95-96.

⁸²⁸ *Regimento do Santo Officio da Inquisição dos Reynos de Portugal*, Lisboa, Manuel da Silva, 1640, Livro I, título XXI, fls. 72-73. O Regimento do Cardeal da Cunha repetiu as disposições relativas aos familiares do Santo Ofício. A única diferença residiu no facto de o texto de 1774, não ter indicado o valor a pagar no tempo gasto com as diligências: “Haverão pelo tempo, que gastarem nas Diligencias do Santo Officio, o que se lhes acha presentemente estabelecido”, *Regimento do Santo Officio da Inquisição dos Reinos de Portugal*, Lisboa, Miguel Manescal da Costa, 1774, Livro I, título IX, p. 37.

⁸²⁹ Francisco Bethencourt, *História das Inquisições [...]*, p. 125. Por provisão de 1578, o Cardeal D. Henrique exigiu que os critérios de limpeza fossem aplicados a todos os oficiais: “precedendo a informação de sua limpeza, vida e costumes conforme ao Regimento do Santo Ofício, a qual, pela presente, outrossim mandamos que se faça sempre por autos, e inquirição que se tirará pela pessoa ou pessoas que nós ou os do dito Conselho Geral para isso elegermos com muita diligência e cuidado de maneira que não possa succeder por pouca advertência serem admitidas ao tal cargo pessoas suspeitas por qualquer via que seja”. Provisão publicada por António Baião no *Archivo Historico Portuguez*, vol. V, 1907, p. 14 *apud* Maria Teresa Sena, “A Família do Marquês de Pombal e o Santo Ofício (amostragem da importância do cargo de familiar na sociedade portuguesa e oitocentista), *Pombal Revisitado. Comunicações ao Colóquio Internacional organizado pela Comissão das Comemorações do 2.º Centenário da Morte do Marquês de Pombal*, coordenação de Maria Helena Carvalho dos Santos, vol. I, Lisboa, Estampa, 1984, pp. 342-343. Sobre os estatuto de limpeza de sangue em Portugal cf. sobretudo Fernanda Olival, “Rigor e Interesses [...]”, pp. 151-182; João de Figueirôa-Rêgo, «A Honra Alheia por um Fio» *Os Estatutos de Limpeza de Sangue no espaço de expressão Ibérica (sécs. XVI-XVIII)*, Lisboa,

A obtenção da carta de familiar implicava que o candidato fosse sujeito a um criterioso processo de habilitação, através do qual se indagava a pureza de sangue da sua pessoa e respectivos ascendentes até à terceira geração. No caso de o pretendente ser casado, ou pretender abandonar o estado de solteiro, os estatutos eram de igual forma aplicados ao cônjuge⁸³⁰. Como veremos, em diversos processos foram levantados rumores de defeito no sangue. Quando tal aconteceu o auto tornou-se mais extenso, sendo interrogadas mais testemunhas o que naturalmente encareceu as provas, pagas a expensas do candidato⁸³¹. Pese o rigor das habilitações em matéria de pureza de sangue houve quem tivesse conseguido contornar tal requisito⁸³².

Em Portugal, a rede de familiares pautou-se, comparativamente com o que sucedeu nos tribunais castelhanos e aragoneses, por uma organização tardia. Ao analisar a correspondência entre os tribunais de distrito e o Conselho Geral, Francisco Bethencourt concluiu que nos primeiros tempos não existiu uma verdadeira rede de familiares. Em 1608, o tribunal de Évora contabilizava somente sete familiares, e em

Fundação Calouste Gulbenkian, Fundação para a Ciência e a Tecnologia, 2011. O rigor do processo de habilitação foi sendo reforçado por um conjunto de medidas tomadas pelos diferentes inquisidores gerais, cf. Fernanda Olival, “Rigor e interesses [...]”, p. 165; Ricardo Pessa de Oliveira, *Uma Vida no Santo Ofício: o Inquisidor Geral D. João Cosme da Cunha*, Lisboa, Dissertação de Mestrado em História Moderna apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2007, exemplar mimeografado, p. 113. Sobre a evolução do modelo das habilitações do Santo nos tribunais espanhóis cf. Gonzalo Cerrillo Cruz, “Aproximación al Estatuto [...]”, p. 148. Não obstante, a limpeza de sangue ter começado a ser exigida aos familiares da Inquisição castelhana em 1545, os primeiros textos sobre a matéria datam de 1513, cf. Jean-Pierre Dedieu, “Limpieza, Pouvoir et Richesse. Conditions d’entrée dans le Corps des Ministres de l’Inquisition. Tribunal de Tolède XVIe-XVIIe siècles”, *Les Sociétés Fermées dans le Monde Ibérique (XVIe-XVIIIe siècles). Définitions et Problématique*, Paris, Maison des Pays Ibériques, 1986, pp. 171-174.

⁸³⁰ No caso de pretender contrair matrimónio o habilitado deveria informar o Tribunal para que fossem feitas as provas de limpeza à futura esposa. Ao não cumprir com o estipulado o seu nome era riscado do livro das criações, cf. António Baião, “Graves Irregularidades no Recrutamento de Oficiais do Santo Ofício”, *Episódios Dramáticos da Inquisição Portuguesa*, 3.ª edição, vol. III, Lisboa, Seara Nova, 1973, pp. 171-173. Ainda assim, a suspensão nem sempre terá sido aplicada, cf. Maria Teresa Sena, “A Família do Marquês [...]”, p. 345. Caso o pretendente tivesse filho bastardo as inquirições eram alargadas a este. Por exemplo, o pombalense Luís Godinho ao requerer a sua habilitação ao Santo Ofício não referiu a existência de uma filha ilegítima. Fê-lo posteriormente por carta: “Senhor meu em este correio de 12 me fez avizo o Doutor João Correa do Vale meu sobrinho que vossemecê nos fizera a honra da advertencia de que se tinha eu filhos bastardos por ser perciza esta noticia para se por em execusão as deligencias, que justamente todos devemos dezejar, principalmente em o tempo de hoje. O que assim adverido senhor tenho hũa filha natural cujo nome e de sua mãe e avôs aqui remeto a vossemecê a que pesso o favor da brevidade possível e que me reconheça por seu criado dando-me muitas occaziois de seu serviso em que muito estimarei occupar-me; a pessoa de vossemecê guarde Deos muitos annos. Lisboa 12 de Junho de 677. Criado de vossemecê Luís Godinho. [Ao lado: Minha filha se chama Hyeronima, sua mãe Izabel Rodrigues, seu avô Francisco Gonsalves, sua avô Antónia Rodrigues, todos naturais da villa de Pombal], cf. Lisboa, AN/TT, Conselho Geral do Santo Ofício, Habilitações, Luís, mç. 5, doc. 143, fl. 2.

⁸³¹ Sobre os custos de uma nomeação cf. James E. Wadsworth, *Agents of Orthodoxy* [...], pp. 62-68.

⁸³² Francisco Bethencourt, *História das Inquisições* [...], pp. 124-125. A maioria dos estudos revela exemplos desta realidade, cf., entre outros, António Baião, “Graves Irregularidades [...]”, pp. 164-166; José Veiga Torres, “Um ‘Escusado’ [...]”, p. 62.

1624 existiam apenas 40 em todo o distrito⁸³³. Em 1578, o Inquisidor-Geral, após a visitação realizada à Inquisição olisiponense, determinou que “por sermos informados que indo os ministros do Santo Ofício fazer algumas [dili]gências a lugares do distrito, por não conhecerem a gente da terra as não [po]dem fazer com a segurança que é necessária, os inquisidores se informarão [pelas] pessoas que lhes parecer em cada um dos lugares e terras grossas e de muita população de seu distrito quem poderá servir nelas de familiar, assentando-se o número que bastará em cada lugar, o qual será o menos que lhes [parecer] que basta para este efeito, e com a informação que se tirar da vida, [costu]mes e limpeza dos que assim ordenarem que se elejam, nos escre[verão] para lhes mandarmos passar suas cartas”⁸³⁴. No que respeita à Inquisição de Coimbra o primeiro documento relativo a familiares data de 1567. Nele o inquisidor geral indicou que deveriam existir naquele tribunal 20 familiares. Três anos volvidos o cardeal acrescentou que em cada cidade ou lugar dos principais deveria existir um ou dois familiares, devendo ser escusados sujeitos cobiçosos, ou que procedessem de famílias condenadas ou penitenciadas pelo Santo Ofício⁸³⁵. Em 1592, foi estipulado o número de oito familiares na cidade de Coimbra, dois na do Porto, igual número na de Bragança e um em cada cidade e lugar grande do distrito, números que segundo Elvira Mea pouco ultrapassariam os estabelecidos em 1567⁸³⁶.

Vários documentos comprovam a escassez de familiares na área de jurisdição da Inquisição de Coimbra. No Porto não existia qualquer familiar no ano de 1596. Idêntica realidade conhecia Aveiro em 1600⁸³⁷. Testemunhos referentes à irmandade de São Pedro Mártir apontam no mesmo sentido. A confraria integrava indivíduos que entravam ao serviço do Santo Ofício, não podendo incorporar pessoas que não fossem ministros, oficiais ou familiares. Não obstante, em Coimbra, a 18 de Abril de 1620, os inquisidores publicaram um edital, no qual, achando que o número de familiares e ministros não era “bastante para se poder conservar e perpetuar a dita irmandade com a decencia e autoridade” necessárias, ordenaram que pudessem ser admitidos “por irmãos

⁸³³ António Borges Coelho, *Inquisição de Évora* [...], vol. 1, p. 69; Francisco Bethencourt, *História das Inquisições* [...], p. 50.

⁸³⁴ *Documentos para a História da Inquisição* [...], p. 108.

⁸³⁵ José Veiga Torres, “Da repressão religiosa [...]” pp. 120-121; Elvira Cunha de Azevedo Mea, *A Inquisição de Coimbra* [...], p. 177.

⁸³⁶ Elvira Cunha de Azevedo Mea, *A Inquisição de Coimbra* [...], pp. 182-184.

⁸³⁷ Elvira Cunha de Azevedo Mea, *A Inquisição de Coimbra* [...], p. 183.

e confrades todos e quaisquer cristãos velhos” que dessem provas da sua limpeza de sangue⁸³⁸.

A 13 de Outubro de 1708, o Conselho Geral enviou uma carta, à Mesa de Coimbra, na qual advertia para a possível insuficiência de familiares no acompanhamento dos penitenciados em auto-da-fé: “advertisse que para acompanhar os presos ao auto havião de ser chamados os familiares em primeiro lugar e na falta deste aos collegiaes tantos de hum como do outro collegio [São Paulo e São Pedro] e não havendo estes aos persionistas que vossemeces entenderem erão servidos”⁸³⁹. A aparente escassez de familiares contrasta com uma carta enviada a 8 de Setembro de 1620, por Filipe III a D. Fernão Martins Mascarenhas, na qual o monarca “informado que tendes feito nas Inquisições desse Reino muitos familiares super-numerários, e porque não podendo elegê-los (como o sabeis), e em gozando eles de isenções e privilégios de familiares causa novidade dizer-se que os criastes, e eu quero saber as razões que houve para o fazer”⁸⁴⁰.

A documentação estudada possibilitou a identificação de 36 indivíduos que ao tempo da provisão eram moradores no território em estudo⁸⁴¹. No que respeita à naturalidade deste grupo detectámos 16 proveniências distintas. Onze haviam nascido em Pombal, seis no Louriçal, quatro em Abiul, dois em Almagreira e igual número em Ansião. Os restantes eram oriundos de Aveiro, Chaves, Coimbra, Lisboa, Maiorca, Ourém, Penela, Redinha, Soure e Vila Nova de Anços. De notar ainda a presença de um indivíduo proveniente do continente americano, concretamente da cidade da Baía.

⁸³⁸ Lisboa, BNP, Reservados, cod. 668, fls. 181-182. Ricardo Pessa de Oliveira, “Para o Estudo da Irmandade São Pedro Mártir no final do Século XVIII”, *Do Absolutismo ao Liberalismo. Actas do IV Congresso Histórico de Guimarães*, vol. I, Guimarães, Câmara Municipal de Guimarães, 2009, p. 513. A própria formação da confraria em Coimbra mais tardia do que a de Lisboa, dado que a primeira eleição dos juizes apenas aconteceu a 1 de Maio de 1620, parece reforçar a ideia de escassez de familiares e comissários, cf. Ricardo Pessa de Oliveira, “Para o Estudo da Irmandade [...]”, p. 512. Sobre a confraria de São Pedro Mártir em Portugal cf. ainda Francisco Bethencourt, *História das Inquisições* [...], pp. 89-94; Paulo Drumond Braga, “Uma Confraria da Inquisição. A Irmandade de S. Pedro Mártir (breves notas)”, *Arquipélago. História*. 2.^a série, vol. II, Ponta Delgada, 1997, pp. 449-458.

⁸³⁹ Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, livro 29, fl. 320.

⁸⁴⁰ *A Inquisição em Portugal. Séculos XVI-XVII. Período Filipino*, ed. Isaías da Rosa Pereira, Lisboa, Vega, 1993, p. 111.

⁸⁴¹ Uma *Relação dos familiares com data de juramento 1745-1818* deu conta, entre os familiares da Figueira da Foz e seu termo, do doutor José Soares, médico do partido da vila do Louriçal, contudo o documento não indica a data de juramento, nem tão pouco o registo do mesmo, cf. Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, mç. 27, doc. 42. Não localizámos o processo de habilitação deste indivíduo pelo que não foi contabilizado na nossa análise. Afiguram-se duas hipóteses. Por um lado o processo de habilitação pode ter-se perdido, por outro este personagem poderá tratar-se de José Caetano Carvalho, médico do partido do Louriçal criado familiar a 8 de Julho de 1774, cf. Lisboa, AN/TT, Conselho Geral do Santo Ofício, Habilitações, José, mç. 143, doc. 2815. Além dos 36 familiares referidos, localizámos os processos de outros 13 naturais do território em estudo mas moradores em outras localidades.

Relativamente à morada ao tempo da habilitação 20 afirmaram residir em Pombal, nove no Lourical, seis em Abiul e um na Redinha.

Impõe-se efectuar duas considerações. Por um lado integraram este grupo dois indivíduos que foram criados familiares da Inquisição de Lisboa, a saber António de Sousa Valdez e Martinho José Rebelo Tavares de Mesquita. O primeiro era filho de Luís de Sousa Valdez, que fora tesoureiro mor do Reino e familiar do Santo Ofício, e de sua mulher Luísa Maria Fernandes de Sá. Bacharel em Leis e estudante na mesma Faculdade da Universidade de Coimbra, era natural de Lisboa e morador em Pombal há poucos dias “e nella tem domicilio e taobem na cidade de Coimbra e na villa de Pedrogão aonde taobem vai assistir”⁸⁴². Pese o local de residência, foi criado familiar da Inquisição olisiponense a 22 de Dezembro de 1724, tendo tomado juramento, em pessoa, naquela Mesa, a 10 de Março de 1725⁸⁴³. O segundo agente em causa obteve provisão de familiar daquele tribunal de distrito a 5 de Outubro de 1741, não obstante assistir naquele momento na vila de Abiul. Efectuou juramento no palácio dos Estaus por seu procurador a 30 do mesmo mês e ano⁸⁴⁴.

Um segundo apontamento está relacionado com as incorporações de familiares de um determinado tribunal de distrito em outro. O caso de João Rodrigues Rosa, natural da Redinha e morador em Lisboa, na rua do Lagar do Cebo, freguesia de São Nicolau, cirurgião, com loja ao Rossio é paradigmático⁸⁴⁵. Tendo obtido carta de familiar da Inquisição de Lisboa a 28 de Abril de 1751, tomou juramento no mesmo dia, naquela cidade, no palácio dos Estaus⁸⁴⁶. Mais tarde, em 1758, a sua provisão foi registada na Inquisição de Coimbra⁸⁴⁷. Tal parece corresponder a uma mudança de domicílio e consequente incorporação no tribunal com jurisdição sobre a área da nova residência. De facto, em Agosto de 1758, ao solicitar a habilitação de Josefa Maria Teodora com quem pretendia casar, João Rodrigues Rosa afirmou ser natural e morador na Redinha⁸⁴⁸.

⁸⁴² Lisboa, AN/TT, Conselho Geral do Santo Ofício, Habilitações, António, mç. 66, doc. 1330, fl. 3v.

⁸⁴³ Lisboa, AN/TT, Inquisição de Lisboa, livro 111, fl. 112v.

⁸⁴⁴ Lisboa, AN/TT, Inquisição de Lisboa, livro 115, fl. 307.

⁸⁴⁵ Lisboa, AN/TT, Conselho Geral do Santo Ofício, Habilitações, João, mç. 94, doc. 1589, fl. 9v.

⁸⁴⁶ Lisboa, AN/TT, Inquisição de Lisboa, livro 115, fl. 307.

⁸⁴⁷ Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, livro 261, fl. 302. Ao lado da provisão foi indicado o dia e local do juramento. Assim sendo, considerámos este indivíduo na nossa análise, pelo que o universo em estudo passará a ser constituído por 37 homens.

⁸⁴⁸ Lisboa, AN/TT, Conselho Geral do Santo Ofício, Habilitações, João, mç. 94, doc. 1589. Parece ter fixado residência definitiva na Redinha, já que a 28 de Janeiro de 1766, testemunhou numa devassa episcopal, cf. Coimbra, AUC, Devassas Penela, livro 70, fl. 152v. Por este motivo iremos ter em conta este indivíduo nas análises que se seguem. Tal incorporação não foi caso singular. Refira-se a título meramente exemplificativo, o protagonizado por António Rebelo Franco. A 13 de Janeiro de 1703, foi

Outros mudariam de local de residência sem a referida agregação. Por exemplo, Manuel Gonçalves Serrão, natural de Pombal e morador na Baía, onde era capitão de um dos terços de infantaria, provido familiar da Inquisição lisiponense a 10 de Março de 1694, regressou a Pombal alguns anos depois, sendo testemunha em diversos processos de habilitação, o primeiro dos quais ocorreu em 1708⁸⁴⁹. Francisco Godinho Ribeiro, natural e morador em Vermoíl aquando da sua habilitação a familiar do tribunal de Lisboa, veio a residir em Pombal, tendo desempenhado o cargo de juiz de fora⁸⁵⁰. José da Costa de Azevedo habilitado para familiar do Santo Ofício de Goa em 1687, que alegou ser natural de Lisboa e morador em Goa, residiu em Pombal quer antes do embarque para Goa quer após o seu regresso⁸⁵¹. Estes indivíduos continuaram a designar-se como familiares do Santo Ofício pelo que se infere que em Portugal, ao contrário do que sucedeu nos tribunais de Castela e Aragão, a mudança de residência não implicou a perda da familiatura⁸⁵².

O primeiro familiar criado no território em estudo residia em Pombal. Tratou-se de António Nunes designado a 16 de Outubro de 1619⁸⁵³. O Lourçal passou a contar com um agente do Santo Ofício no ano de 1638, sendo o seu nome João de Góis Silveira⁸⁵⁴. Em Abiul o primeiro familiar foi Manuel Mateus Temudo, provido no ano de 1648⁸⁵⁵. A Redinha contou apenas, ao longo dos três séculos de existência da instituição, com dois agentes inquisitoriais, ambos na segunda metade do século XVIII. O primeiro foi João Rodrigues Rosa que, como já referimos, foi agregado no tribunal de Coimbra em 1758, o segundo e derradeiro foi José Simões Perdigão, criado a 14 de Fevereiro de 1769⁸⁵⁶. Nas restantes freguesias em estudo, isto é Almagreira, Mata

correu do Conselho Geral para a Mesa de Coimbra do qual constava uma petição deste familiar do Santo Ofício da Inquisição de Lisboa para ser incorporado na Inquisição de Coimbra, cf. Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, livro 680, fl. 402.

⁸⁴⁹ Lisboa, AN/TT, Conselho Geral do Santo Ofício, Habilitações, Manuel, mç. 47, doc. 1060; Lisboa, AN/TT, Conselho Geral do Santo Ofício, Habilitações, Henrique, mç. 1, doc. 16.

⁸⁵⁰ Lisboa, AN/TT, Conselho Geral do Santo Ofício, Habilitações, Francisco, mç. 22, doc. 588. A 15 de Março de 1707, D. João V fez mercê ao dito Francisco do cargo de juiz de fora das vilas de Pombal e da Redinha por um período de três anos, cf. Lisboa, AN/TT, Registo Geral de Mercês, D. João V, livro 5, fl. 393.

⁸⁵¹ Lisboa, AN/TT, Conselho Geral do Santo Ofício, Habilitações, José, mç. 5, doc. 88; Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, livro 317, fls. 300-305.

⁸⁵² Maria Isabel Perez de Colosia Rodriguez, “Normativa Inquisitorial sobre los Familiares del Santo Oficio II”, *Baetica. Estudios de Arte, Geografía e Historia*, n.º 17, Málaga, 1995, p. 410; Gonzalo Cerrillo Cruz, “Aproximación al Estatuto [...]”, p. 150.

⁸⁵³ Lisboa, AN/TT, Conselho Geral do Santo Ofício, Habilitações, António, mç. 1, doc. 22, fl. 1.

⁸⁵⁴ Lisboa, AN/TT, Conselho Geral do Santo Ofício, Habilitações, João, mç. 4, doc. 137, fl. não numerado.

⁸⁵⁵ Lisboa, AN/TT, Conselho Geral do Santo Ofício, Habilitações, Manuel, mç. 64, doc. 1296.

⁸⁵⁶ Lisboa, AN/TT, Conselho Geral do Santo Ofício, Habilitações, João, mç. 94, doc. 1589; Lisboa, AN/TT, Conselho Geral do Santo Ofício, Habilitações, José, mç. 115, doc. 2578.

Mourisca, Santiago de Litém e Vila Cã, não existiram familiares do Santo Ofício. Como explicar a ausência de agentes nestas localidades? Terá estado relacionada com baixos índices populacionais? Ou será que a baixa actividade repressiva do Tribunal nestas áreas geográficas condicionou tal inexistência? Ao longo da Época Moderna, os contingentes populacionais de Abiul e da Redinha foram sempre semelhantes. Por sua vez, na segunda metade de Setecentos, a freguesia de Santiago de Litém registou valores populacionais análogos. Assim sendo, parece pouco verosímil que os índices populacionais tenham de facto condicionado semelhante realidade. A hipótese que se afigura como mais provável terá sido a racionalização dos contingentes, isto é, sendo Santiago de Litém e Vila Cã termo de Pombal, os familiares existentes na vila estariam incumbidos de exercer as suas funções nas três freguesias. Algo de semelhante sucederia na freguesia de Mata Mourisca que distava apenas uma légua do Lourçal⁸⁵⁷, e com a de Almagreira, termo de Soure, freguesia em que existiram vários agentes do Santo Ofício.

A presença de familiares não foi constante, sendo a sua ausência ou escassez depreendida das petições que davam início aos processos de habilitação. Em 1647, Manuel Mateus Temudo deu conta da inexistência de familiares em Abiul e lugares circunvizinhos⁸⁵⁸. Anos depois, em 1663, Diogo Mexia de Magalhães afirmou que “na dita villa [Pombal] não ha familiar do Sancto Officio”⁸⁵⁹. Mais tarde, em 1675, António de Almeida Castelo Branco, desejava “servir o Santo Officio na occupação de familiar e porque he homem nobre, e na ditta villa [Lourçal] e muitos lugares circunvezinhos os não há”⁸⁶⁰. No ano de 1691, Silvestre Luís de Carvalho afirmou que “dezeja[va] muito servir ao Santo Officio na occupação de familiar, e porque nelle supplicante concorrem todos os requisitos, e na ditta villa [Pombal] e seu termo não ha familiar algum”⁸⁶¹. O pombalense José Mascarenhas de Figueiredo, provido em 1694, desejava “servir o

⁸⁵⁷ Coimbra, AUC, Informações Paroquiais de 1721, doc. 155.

⁸⁵⁸ Lisboa, AN/TT, Conselho Geral do Santo Ofício, Habilitações, Manuel, mç. 64, doc. 1296, fl. 1.

⁸⁵⁹ Lisboa, AN/TT, Conselho Geral do Santo Ofício, Habilitações, Diogo, mç. 3, doc. 106, fl. 1.

⁸⁶⁰ Lisboa, AN/TT, Conselho Geral do Santo Ofício, Habilitações, António, mç. 17, doc. 558, fl. 3. “Antonio de Almeida de Castello-Branco Henriques, natural da Villa do Lourçal do Bispado de Coimbra, e filho de Amaro de Almeida de Castello-Branco, e D. Leonor Henriques. Soube com perfeição a língua Latina, e não menos pericia teve na Historia Secular, e Ecclesiastica. Militou em Africa à sua custa com seu irmão Sebastião Botelho. Falleceo a 11 de Novembro de 1699. Compoz *Noticia dos prodigiosos suores da Mãe de Deos com o titulo de Senhora da Guia sita no lugar dos Francezes, e dos portentosos milagres, que a mesma Senhora tem obrado*. Desta obra como de seu Author se lembra Fr. Agostinho de Santa Maria Sanct. Mar. Tom. 4. liv. 2. tit. 42. O lugar dos Francezes he Freguesia de Mata Mourisca do Bispado de Coimbra, onde existe este Sanctuario.”, Diogo Barbosa Machado, *Bibliotheca Lusitana historica, critica e cronologica*, tomo 4, Oficina Patriarcal de Francisco Luís Ameno, 1759, p. 22.

⁸⁶¹ Lisboa, AN/TT, Conselho Geral do Santo Ofício, Habilitações, Silvestre, mç. 1, doc. 6, fl. 2.

Santo Offício no cargo de familiar naquella Comarca por serem muito poucos os que há nella, e por ter capacidade e requezitos nesseçarios para bem o servir”⁸⁶². Em 1702, Simão João mencionou que “na dita freguezia [Abiul] e termo não ha familiares por ter falecido algum que havia”⁸⁶³. Também Mateus de Sousa e Luz, designado familiar do Santo Ofício a 19 de Dezembro de 1727, apontou possuir todos os “requezitos necessarios, poiz he homem de bom procedimento e capacidade, vive a ley da nobreza, e abastado de fazendas e juntamente por haver poucos familiares naquelle destrito [Pombal]”⁸⁶⁴.

As listas de familiares elaboradas por comissários do Santo Ofício a pedido do Conselho Geral contribuem de forma significativa para o conhecimento da rede de familiares. Com estas relações a instituição pretendia conhecer o número de agentes leigos existentes e a antiguidade de cada um, de forma a verificar se o contingente era o necessário. Do rol constaria todo e qualquer “familiar que fosse creado na dita villa ou no seu termo, posto que ao prezente ahi não asista, [...] porem nella não deve asentar outro qualquer que depois de ser familiar fosse rezidir na dita villa ou no seu termo”⁸⁶⁵. Segundo hipótese levantada por José Veiga Torres tais pedidos poderiam significar ausência de controlo por parte do Conselho Geral no que respeita ao crescimento do número de familiaturas concedidas⁸⁶⁶. Não negando esta hipótese parece-nos que tais solicitações estariam principalmente relacionadas com os familiares do número. Por exemplo, a 8 de Fevereiro de 1755, seguiu carta do Conselho Geral para a Mesa de Coimbra em que se informava que “para se deferir as petições de varios familiares que pedem privilegios do numero he preciso que vossemecês remetão ao Conselho róis dos familiares que houver”⁸⁶⁷.

No decurso da nossa pesquisa localizámos cinco relações relativas ao território em estudo. A 14 de Dezembro de 1695, o comissário do Santo Ofício da vila de Montemor-o-Velho, Dionísio Gomes de Almeida, elaborou um “rol dos familiares do Santo Ofício que ha nesta vila de Montemor o Velho e seu termo”, no qual deu conta da existência de um familiar no couto do Lourçal: António de Almeida Castelo Branco, de 68 anos de idade⁸⁶⁸. As restantes listagens datam da segunda metade do século XVIII⁸⁶⁹.

⁸⁶² Lisboa, AN/TT, Conselho Geral do Santo Ofício, Habilitações, José, mç. 7, doc. 126, fl. 2.

⁸⁶³ Lisboa, AN/TT, Conselho Geral do Santo Ofício, Habilitações, Simão, mç. 5, doc. 92.

⁸⁶⁴ Lisboa, AN/TT, Conselho Geral do Santo Ofício, Habilitações, Mateus, mç. 3, doc. 49, fl. 2.

⁸⁶⁵ Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, mç. 72, doc. 80.

⁸⁶⁶ José Veiga Torres, “Da Repressão Religiosa [...]”, p. 125.

⁸⁶⁷ Lisboa, AN/TT, Conselho Geral do Santo Ofício, livro 370, fl. 217v.

⁸⁶⁸ Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, mç. 72, doc. 1.

A 30 de Dezembro de 1762, o comissário de Pombal, José Anastácio de Sousa informou a Mesa de Coimbra que na vila de Abiul e seu termo existia somente um familiar: Bernardo Fernandes da Costa, provido a 25 de Setembro de 1735⁸⁷⁰. Em Setembro de 1775, a vila e termo do Louriçal contava com dois familiares do Santo Ofício: Francisco Martins Cardoso e José Caetano de Carvalho, criados a 30 de Junho de 1753 e 8 de Julho de 1774, respectivamente⁸⁷¹. A 25 de Junho de 1784, o comissário de Abiul, José Caetano Rebelo de Tavares e Mesquita, foi incumbido de proceder ao levantamento do número de familiares da vila de Pombal por ser “conveniente constar nesta Meza o numero de familiares do Santo Officio que há na villa [...] e seu termo e a antiguidade de cada hum, e se a dita villa he populoza e dilatado o seu termo”⁸⁷². Na resposta, a 31 de Julho, o comissário deu conta da existência de dois familiares, a saber José Pedro de Sousa, criado a 2 de Outubro de 1751, e Manuel Freire de São José, a 7 de Fevereiro de 1783⁸⁷³. A 11 de Outubro de 1792, os inquisidores de Coimbra, Manuel António Ribeiro da Mota e Pedro Falcão Cota e Meneses, solicitaram relações dos familiares de Pombal e do Louriçal. Infelizmente, as respostas dos comissários não se encontram entre a documentação consultada⁸⁷⁴. Na *Relação dos familiares com data de juramento 1745-1818*, apenas surge um familiar na vila de Pombal, a saber, o já mencionado Manuel Freire de São José; e outro na vila do Louriçal, de seu nome José Soares, médico do partido da vila⁸⁷⁵.

O decreto de D. Pedro II que limitou o número dos familiares privilegiados, deliberou que “nas mais vilas do Reino há de haver dois familiares ou um somente, conforme o numero de moradores”⁸⁷⁶. Estariam compreendidas neste tópico as vilas de Abiul, Louriçal, Pombal e Redinha? A lista de familiares da vila de Pombal,

⁸⁶⁹ A 10 de Abril de 1754, foi carta ao comissário de Paião, Francisco Coelho de Carvalho, solicitando rol dos familiares da vila do Louriçal. A relação ter-se-á perdido, cf. Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, livro 13, fl. 38v.

⁸⁷⁰ Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, mç. 27, doc. 1.

⁸⁷¹ Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, mç. 72, doc. 31. Não deixa de ser estranho que a referência aos familiares do Louriçal tenha sido incluída nos familiares da Figueira da Foz, uma vez que o Louriçal integrava o termo da vila de Montemor-o-Velho. Não obstante, quando a 27 de Maio de 1775, foi solicitada a listagem dos familiares da vila da Figueira e seu termo, o comissário João Gaspar Coelho respondeu, a 27 de Setembro do mesmo ano, que “a vila da Figueira consta de quatrocentos fogos, e he populoza, tem por distrito a vila do Louriçal com todo o seu termo que compreende a freguezia da Mata Mourisca, a qual dista quatro legoas da vila da Figueira [...]”, cf. Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, mç. 72, doc. 31.

⁸⁷² Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, mç. 72, doc. 80.

⁸⁷³ Teria entretanto falecido o familiar António Ferreira provido a 30 de Dezembro de 1752, ou seja, entre as datas de criação de José Pedro de Sousa e Manuel Freire de São José, cf. Lisboa, AN/TT, Conselho Geral do Santo Ofício, Habilitações, António, mç. 117, doc. 2014.

⁸⁷⁴ Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, mç. 72, doc. 44 e doc. 81.

⁸⁷⁵ Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra mç. 27, doc. 42.

⁸⁷⁶ Lisboa, AN/TT, Conselho Geral do Santo Ofício, livro 381, fls. 1v-2.

apresentada a 31 de Julho de 1784, mencionou que a 11 de Janeiro de 1785, o Conselho Geral havia concedido dois familiares à localidade. Tratar-se-ia de dois familiares do número⁸⁷⁷. A questão dos familiares do número é complexa e encontra-se ainda por estudar⁸⁷⁸. Ingressar no “numero dos privilegiados”, como surge nas fontes, implicava que o familiar remetesse uma petição ao Tribunal. Após o requerimento inicial o Conselho Geral enviava a petição para a Mesa com jurisdição sobre a área de residência do agente⁸⁷⁹. Tais súplicas foram enviadas em grande número. A obtenção ou recusa do pretendido era condicionada pela antiguidade do familiar⁸⁸⁰. Se a resposta ao intento dos familiares fosse afirmativa era-lhes passada uma certidão⁸⁸¹. O carácter impreciso do decreto de 1693 torna complexo identificar as localidades cujos familiares gozariam de privilégios.

A investigação permitiu localizar diversos documentos relativos a petições endereçadas por pombalenses à instituição. Em Julho de 1707, Diogo Mexia de Magalhães enviou ao Tribunal uma petição a fim de entrar no número dos privilegiados⁸⁸². Em Setembro do mesmo ano, foi a vez de Silvestre Luís de Carvalho pretender ingressar nos familiares do número⁸⁸³. A proximidade cronológica das petições deixa antever que seriam dois os familiares do número na vila. Mas tenhamos em atenção outra particularidade. Diogo Mexia de Magalhães foi provido em 1663. Ou seja, 30 anos antes do decreto de D. Pedro II. Como tal terá gozado dos privilégios até 1693. Se o diploma tivesse conferido pelo menos um familiar à vila, Diogo teria continuado por antiguidade a gozar dos privilégios. Assim sendo resulta difícil encontrar explicação para esta petição no ano de 1707, numa altura em que contava já com 44 anos de familiatura. Anos mais tarde, em Março de 1725, António de Sousa

⁸⁷⁷ Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, mç. 72, doc. 80. Já no século XVII, num período em que não se colocava o problema do número dos privilegiados, parece ter sido norma a existência de dois familiares em simultâneo em Pombal. Em 1621, quando Francisco Luís Mosqueta foi designado, António Nunes ainda exercia o cargo: “e porque na dita villa de Pombal não ha mais que hum familiar”, cf. Lisboa, AN/TT, Conselho Geral do Santo Ofício, Habilitações, Francisco, mç. 3, doc. 103, fl. não numerado. Em 1677, Luís Godinho na petição que deu início ao seu processo de habilitação referiu que “na dita villa [Pombal] não á mais que hum familiar que he morador e cazado nesta corte, avendo sempre dous, e elle supplicante he sobrinho de Francisco Luís Mosqueto, familiar que foi ja defunto”, cf. Lisboa, AN/TT, Conselho Geral do Santo Ofício, Habilitações, Luís, mç. 5, doc. 143, fl. 1.

⁸⁷⁸ Conhecemos somente um estudo que se debruçou sobre a matéria, cf. James E. Wadsworth, “Os Familiares do Número [...]”, pp. 97-112.

⁸⁷⁹ Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, livro 29, fl. 65.

⁸⁸⁰ Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, livro 31, fls. 301-301v.

⁸⁸¹ Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, livro 29, fl. 204.

⁸⁸² Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, livro 29, fl. 235; livro 679, fl. não numerado [correio de 30 de Julho de 1707].

⁸⁸³ Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, livro 679, fl. não numerado [correio de 10 de Setembro de 1707].

Valdez requereu pertencer ao número dos familiares de Pombal, não obstante ter sido criado familiar do tribunal lisiponense⁸⁸⁴. Sabemos que em 1751, Mateus de Sousa e Luz era familiar do número da vila de Pombal⁸⁸⁵. Poucos anos depois, a 12 de Setembro de 1758, Manuel Simões Serrano, morador no lugar da Fonte da Gota, freguesia de Abiul, ao efectuar uma denúncia ao promotor da Inquisição de Coimbra mencionou ser familiar do número da cidade de Coimbra⁸⁸⁶. Abiul apenas teria um familiar do número. Em 1732, ano em que Manuel foi criado familiar do Santo Ofício, ainda deveria ser vivo o familiar Simão João habilitado em 1702. Pelo que deve ter sido mais fácil a Manuel solicitar entrar no número dos familiares de Coimbra. Outra hipótese que se pode colocar é a de os familiares da vila de Abiul entrarem no número dos privilegiados daquela urbe.

Além dos ditos privilegiados existiam os denominados supranumerários. Diogo Mexia de Magalhães criado familiar, como já referimos, no ano de 1663, ainda exercia o cargo no ano de 1709, tendo testemunhado num sumário, tirado pelo comissário Francisco Freire da Silveira, contra o familiar Francisco Ribeiro Godinho⁸⁸⁷. Entre a data da sua provisão e a época do referido testemunho foram criados oito familiares na vila. Admitindo que, entre os limites cronológicos apontados, algum pudesse ter falecido, certamente o número de dois familiares a exercer funções em simultâneo terá sido ultrapassado. Os dados coligidos comprovam tal realidade. Testemunharam, na referida ocasião, outros três pombalenses familiares do Santo Ofício, a saber Luís da Melo da Silva, José Mascarenhas de Figueiredo e Manuel das Neves Lamprea. As casas de morada do capitão Francisco Faca Furtado, também ele familiar do Santo Ofício, foram um dos locais em que a demorada diligência decorreu⁸⁸⁸. Assim sendo, pelo menos cinco indivíduos ocupavam o cargo à data.

⁸⁸⁴ Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, livro 31, fl. 365.

⁸⁸⁵ Lisboa, AN/TT, Conselho Geral do Santo Ofício, Habilitações, José, mç. 64, doc. 986.

⁸⁸⁶ Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, livro 396, fl. 89. Localizámos a petição que este familiar fez para ser dos do número, documento enviado em Março de 1733, cf. Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, livro 32, fl. 363.

⁸⁸⁷ Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, livro 338, fls. 64-257. De referir, que, a 21 de Março de 1713, Diogo Mexia de Magalhães ainda ocupava o cargo, tendo testemunhado nas informações de sangue e geração de Catarina da Silva, filha de Manuel Martins e Joana Luísa, natural da vila de Pombal e moradora em Lisboa, casada com António das Neves Alfaiate, que pretendia obter provisão de ama do Paço, cf. Lisboa, AN/TT, Conselho Geral do Santo Ofício, Habilitações de Mulheres, mç. 1, doc. 20, fls. 8-10.

⁸⁸⁸ Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, livro 338, fls. 64-257. O sumário prolongou-se de 24 de Abril a 1 de Junho de 1709. Noutro processo, a saber o da habilitação de Henrique Henriques de Carvalho, testemunharam três familiares em Pombal, a saber Diogo Mexia de Magalhães, José Mascarenhas de Figueiredo e Manuel Gonçalves Serrão. A diligência ocorreu de 21 a 23 de Janeiro de 1708, nas casas de

No Louriçal não terá sido apenas em 1775, que dois indivíduos desempenharam o cargo sincronicamente. António de Lemos e Melo e João António Pereira foram designados em datas próximas, o primeiro a 13 de Julho de 1696 e o segundo a 9 de Janeiro de 1699, pelo que tal suposição se afigura muito provável. Em Abiul, na primeira metade de Setecentos, parecem ter exercido o cargo duas, senão três pessoas em simultâneo. De facto, o vereador da câmara Manuel Simões Serrano e o juiz ordinário Bernardo Fernandes da Costa foram providos em datas próximas: o primeiro a 26 de Setembro de 1732 e o segundo a 25 de Setembro de 1735⁸⁸⁹. António Marques, lavrador do lugar do Rebolo, freguesia de Abiul, de 80 de idade, sendo chamado a testemunhar na diligência de habilitação de Bernardo Fernandes da Costa referiu que um tio da mulher do habilitando, irmão do pai da dita, chamado Simão João era familiar do Santo Ofício⁸⁹⁰. Pelo que se depreende que este colaborador criado a 13 de Julho de 1702 ainda desempenhava o cargo.

No que respeita à evolução do número de familiares no território em estudo verificou-se um ligeiro crescimento no período de 1621 a 1670, tendo a maior expansão ocorrido entre 1671 e 1720, com destaque para os decénios de 1691 a 1700 e 1701 a 1710, em que seis e cinco dos indivíduos obtiveram a familiatura, respectivamente. Ou seja, 30% do total de familiares providos⁸⁹¹. Nos decénios seguintes, o número de cartas concedidas manteve-se estável, com destaque para os períodos compreendidos entre 1731 e 1740, e 1751 e 1760, em que foram providos quatro agentes. O início do governo de D. João Cosme da Cunha coincidiu com uma diminuição acentuada no número de providos, o que, entre outros factores, se explica pela decadência do prestígio da instituição⁸⁹².

Tentemos de seguida estabelecer a proporção entre o número de familiares presentes em cada freguesia com a população existente. Segundo os dados da visita *ad*

morada do familiar Francisco Faca Furtado, cf. Lisboa, AN/TT, Conselho Geral do Santo Ofício, Habilitações, Henrique, mç. 1, doc. 16.

⁸⁸⁹ Outro familiar do Santo Ofício de seu nome Martinho José Rebelo Tavares de Mesquita, criado em 1741, afirmou-se natural e morador na Quinta de Seiça, termo da vila de Ourém, mas assistente na vila de Abiul, Lisboa, AN/TT, Conselho Geral do Santo Ofício, Habilitações, Martinho, mç. 4, doc. 72, fl. 2. No entanto, da habilitação não consta nenhuma diligência realizada em Abiul, como seria de esperar.

⁸⁹⁰ Lisboa, AN/TT, Conselho Geral do Santo Ofício, Habilitações, Bernardo, mç. 6, doc. 101, fl. 68v.

⁸⁹¹ Nas capitanias do Sul do Brasil foi registada idêntica realidade, cf. Ana Margarida Santos Pereira, *A Inquisição no Brasil* [...], p. 106.

⁸⁹² José Veiga Torres, “Da Repressão Religiosa [...]”, pp. 127-129; Ricardo Pessa de Oliveira, *Uma Vida no Santo Ofício* [...], pp. 113-115. Em Espanha a quebra na concessão de familiaturas teve início nos primeiros anos de Setecentos, cf. Gonzalo Cerrillo Cruz, “Los Familiares [...]”, pp. 177-204; Idem, “Los Comisarios [...]”, p. 95. Em certos casos existiu, após o decréscimo inicial, uma ligeira recuperação, cf. Miguel Angel Placer Rueda, “Familiares y Comisarios [...]”, pp. 904-906.

limina do bispado de Coimbra de 1675⁸⁹³, a paróquia de Pombal contava com 3700 pessoas de comunhão, 2030 de confissão e 15 sacerdotes. Nas paróquias do termo existiam à data, 1180 pessoas de comunhão e 194 de confissão. Neste ano a presença da Inquisição em Pombal, e respectivo termo, era assegurada apenas por um familiar. Assim sendo, existiria a agigantada proporção de um familiar para mais de 5000 residentes. Na mesma data, a população do Louriçal seria composta por 1640 pessoas de comunhão e 250 de confissão. Enquanto a paróquia da Mata Mourisca teria 406 fregueses de comunhão e 150 de confissão. Desta feita, a proporção seria de um familiar para 2446 habitantes⁸⁹⁴. Em Abiul, com a criação do primeiro familiar em 1648, a relação familiar/habitante seria aproximadamente de 1 para 1145. Os valores obtidos, longe de demonstrarem uma especificidade do território em estudo, estão antes conformes aos dados apurados para outras localidades do Reino, comprovando a escassez de agentes e consequente insuficiência da rede de familiares em Portugal⁸⁹⁵. Pese o aumento nas familiaturas concedidas entre 1691 e 1710, quer parecer que o número de familiares foi sempre insuficiente, pelo menos quando comparado com os valores obtidos nos períodos áureos dos tribunais castelhanos e aragoneses⁸⁹⁶.

Por alvará régio de 23 de Março de 1759, foi erigida a fábrica de chapéus na Gramela, Pombal. O estabelecimento desta unidade industrial acarretou consigo a vinda de artesãos especializados de proveniência estrangeira. Alguns destes professavam confessionalizações distintas pelo que poderiam transmitir ideias heterodoxas aos autóctones⁸⁹⁷. Concomitantemente, a localização de Pombal na estrada Ocidental levou a que passassem pela vila muitos forasteiros, sobretudo na segunda metade de Setecentos. Caso dos famosos Nicola Albani, José Gorani, Richard Twiss, William

⁸⁹³ Vaticano, ASV, Archivio della Congregazione del Concilio, Relationes Dioecesium, Coimbra, 252, fls. 71-74.

⁸⁹⁴ Em 1675, não existia qualquer familiar na vila do Louriçal. Apenas no ano seguinte foi provido António de Almeida Castelo Branco, cf. Lisboa, AN/TT, Conselho Geral do Santo Ofício, Habilitações, António, mc. 17, doc. 558.

⁸⁹⁵ Paulo Drumond Braga, *A Inquisição nos Açores* [...], pp. 61-63. Para o Brasil cf. James E. Wadsworth, *Agents of Orthodoxy* [...], p. 125. Em determinados locais os contingentes inquisitoriais terão sido mais elevados. A vila de Viana contava em 1683 com 19 familiares do Santo Ofício, cf. José Veiga Torres, “Um ‘Escusado’ [...]”, pp. 60-61. O Porto em 1684 contabilizava “tantos familiares que não é preciso este” [o inglês Samuel Palmer], cf. António Baião, “Graves Irregularidades [...]”, p. 182.

⁸⁹⁶ Por exemplo, em Santiago de Compostela a relação chegou a ser de um familiar para 40 ou 50 vizinhos, cf. Jaime Contreras, *El Santo Oficio* [...], p. 83. Em Valência a proporção chegou a ser de um familiar para 40 vizinhos, cf. Ricardo García Cárcel, “Número y sociología de los familiares de la Inquisición valenciana”, *La Inquisición Española: Nueva Visión, Nuevos Horizontes*, direcção de J. Perez Villanueva, Madrid, Siglo Veintiuno, 1980, p. 277.

⁸⁹⁷ Um dos estrangeiros moradores na vila foi inclusivamente preso e sentenciado pelo Santo Ofício em 1762. Tratou-se de Christian Schneyder, de 36 anos de idade, natural de Hanover, morador em Pombal desde 1761, com o ofício de marceneiro e estalajadeiro, o qual professava a religião de Lutero, cf. Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, proc. 5752.

Dalrymple, José Cornide, Dexoteux, James Murphy, Heinrich Friedrich Link e Robert Southey, ou de perfeitos desconhecidos como um tal Mahomet, de 20 anos de idade, natural de Fez, que por ali passou no ano de 1739⁸⁹⁸. Se estes motivos poderiam ter incrementado o número de familiares existentes tal não se verificou. Após a data de criação da fábrica de chapéus da Gramela, apenas um familiar foi provido em Pombal. Não esqueçamos que a Inquisição perdera prestígio. Havia sido enfraquecida e esvaziada de poderes pelas reformas perpetradas por Sebastião José de Carvalho de Melo. O desaparecimento da distinção entre cristão-velho e cristão-novo e consequente abolição dos estatutos de limpeza de sangue, pelo menos de forma oficial, não tanto oficiosa, parece estar por detrás da quebra no número de familiaturas concedidas.

Quadro IX
Evolução do número de familiares do Santo Ofício

Períodos de meio século	Número Total*	N.º dos providos no território em estudo
1570-1620	702	2
1621-1670	2285	3
1671-1720	5488	17
1721-1770	8680	13
1771-1820	2746	2

*Fonte: José Veiga Torres, “Da repressão religiosa [...]”, p. 127.

Os familiares provinham de grupos sócio profissionais diversos. Destaque para aqueles que “viviam de sua fazenda”. Estavam nesta condição 12 dos habilitados. Em alguns casos esta situação foi especificada. Do seu morgadio deu conta em 1701, Luís de Melo da Silva: “vive á Ley da nobreza luzidamente por ser morgado rico, com bom procedimento”⁸⁹⁹. Em 1728, Francisco Xavier de Almeida Castelo Branco tinha de suas

⁸⁹⁸ Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, livro 375, fls. 265 e 285v.

⁸⁹⁹ Lisboa, AN/TT, Conselho Geral do Santo Ofício, Habilitações, Luís, mç. 10, doc. 249, fl. 2. Em 1701, ano em que solicitou a familiatura afirmou ser natural de Pombal e morador em Celas, Coimbra. No entanto, era natural de Vila do Conde, arcebispado de Braga, e morador desde a idade de 4 anos em Pombal, cf. Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, livro 338, fl. 80. A mesma informação consta do processo de habilitação do filho, Bento Luís Correia de Melo. No assento de baptismo do filho a 2 de Setembro de 1703 é referido que os pais eram moradores em Pombal. As testemunhas do processo do filho referiram também que os seus pais viveram em Pombal por dez ou 12 anos, cf. Lisboa, AN/TT, Conselho Geral do Santo Ofício, Habilitações, Bento, mç. 7, doc. 112, fls. 2 e 5. A 24 de Abril de 1709, testemunhou numa diligência referindo ser morador em Pombal, cf. Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, livro 338, fl. 81.

fazendas e morgados dois mil cruzados⁹⁰⁰. Bernardo Fernandes da Costa, habilitado em 1735, havia sido almocreve contratando com suas bestas e “hoje vive de suas fazendas que valerão mais de dous mil cruzados que lhe renderão cada anno *deductis expensis* e com o seu negocio da saboaria de que tratou e dos mais negócios de que uza duzentos mil reis”⁹⁰¹. Em 1752, Francisco Martins Cardoso morava “ha annos na villa do Lourical em hũa fazenda que ally comprarão seus paes”⁹⁰². A propriedade rendia ao provendo “tres moios de milho, que com os lucros da logea e dos contractos de azeite e de vinhos fará de renda cada anno cento e sincoenta mil reis”⁹⁰³.

Alguns dos nomeados integravam a oligarquia camarária. Em 1691, João da Silva Botelho era escrivão do judicial, órfãos e notas na vila de Abiul. António de Lemos e Melo era, em 1695, proprietário do ofício de escrivão dos órfãos na vila do Lourical. No ano de 1727, Mateus de Sousa e Luz, que referiu viver de sua fazenda, era igualmente proprietário de um ofício de escrivão das notas da cidade do Porto. Mais tarde, em 1732, Manuel Simões Serrano, que também vivia de sua fazenda, desempenhava o cargo de vereador na câmara de Abiul. No sector da administração contabilizámos três indivíduos. No ano de 1714, Bernardo Ferreira de Vasconcelos era juiz de fora de Pombal⁹⁰⁴. João Eliseu de Sousa era em 1724 juiz de fora da Golegã⁹⁰⁵. O atrás mencionado Bernardo Fernandes da Costa desempenhava o cargo de juiz ordinário em Abiul. O sector médico ficou representado por três cirurgiões, sendo dois

⁹⁰⁰ Pela informação extrajudicial sabemos que este habilitando não tinha “officio algum nem mais occupação que a de ser mordomo da Universidade de Coimbra [na vila do Lourical], vive de suas muitas e boas fazendas que tem em diversas partes, e por esta cauza me não puderam dizer o seo vallor, e fora estas de dous morgados que tem hum na comarca de Vizeu aonde chamam Canidello, e outro na comarca de Braga, de que tudo junto terá de renda cada anno dous para tres mil cruzados, conforme os preços mais ou menos subidos que tiverem os fructos”, cf. Lisboa, AN/TT, Conselho Geral do Santo Officio, Habilitações, Francisco, mç. 53, doc. 1074, fl. 2v. A propósito das suas propriedades Bernardo da Costa Homem, escrivão da vedoria da Universidade de Coimbra na vila do Lourical, de onde era natural e morador, referiu que o habilitando “possue nesta mesma villa as fazendas vinculadas á capella de Sam Francisco sita na igreja da mesma da qual he administrador as quais constam de cazas, vinhas, terras, e moinhos tudo junto da mesma igreja, e outro moinho com suas terras aonde chamam o porto da Matta Mourisca, e assim mais possue hum prazo sito aonde chamam a Silveirinha que tudo ao parecer delle testemunha rendera the nove ou des mil cruzados, e assim mais sabe posue varias fazendas nos lemites de Verride, Maiorqua, Serra Ventozo, Urmar e Copeiro”, cf. Lisboa, AN/TT, Conselho Geral do Santo Officio, Habilitações, Francisco, mç. 53, doc. 1074, fl. 18.

⁹⁰¹ Lisboa, AN/TT, Conselho Geral do Santo Officio, Habilitações, Bernardo, mç. 6, doc. 101, fls. 15v-16.

⁹⁰² Lisboa, AN/TT, Conselho Geral do Santo Officio, Habilitações, Francisco, mç. 78, doc. 1379, fl. 4.

⁹⁰³ Lisboa, AN/TT, Conselho Geral do Santo Officio, Habilitações, Francisco, mç. 78, doc. 1379, fl. 5.

⁹⁰⁴ Francisco Godinho Ribeiro que era estudante quando foi criado familiar em 1696, viria a desempenhar o cargo de juiz de fora de Pombal.

⁹⁰⁵ Aquando da habilitação para comissário de seu irmão, José Anastácio de Sousa, era corregedor de Lagos, cf. Lisboa, AN/TT, Conselho Geral do Santo Officio, Habilitações, José, mç. 57, doc. 891, fl. 1.

do partido, dois boticários e dois médicos do partido⁹⁰⁶. Inteiravam o sector cultural dois estudantes e um opositor na Faculdade de Leis da Universidade de Coimbra. Este último, Mateus das Neves Lampreia, provido em 1692, contou com o parecer favorável dos doutores da Universidade de Coimbra “que muito bem o conhecem nos dizem he capaz da dita occupação e bem procedido”⁹⁰⁷. Dois dos nomeados pertenciam ao sector artesanal: um alfaiate e um que se disse marceneiro e curtidor. Trataram-se dos dois primeiros familiares criados em Pombal. Depois destes, ou seja, após 1621, nenhum dos providos se enquadraria neste estatuto sócio profissional. Um era rendeiro, a saber Manuel Mateus Temudo, o qual recolhia as rendas do mosteiro do Lorvão em Abiul⁹⁰⁸. Em seis casos não foi registado o estatuto ou profissão dos habilitados. Dos restantes indivíduos dois eram fidalgos da Casa de Sua Majestade, enquanto outro apenas mencionou ser bacharel formado em cânones.

A idade dos habilitandos nem sempre foi indicada. Os nove casos em que tal sucedeu remontam ao século XVII. Na centúria seguinte, foram tomadas medidas no sentido de tornar as diligências mais rigorosas. A 17 de Março de 1708, D. Nuno da Cunha de Ataíde ordenou que “nas informações das petições dos pretendentes a familiares [...] se declare nellas a idade que tem”⁹⁰⁹. No dia 24 daquele mês, foi enviada carta do Conselho Geral para a Inquisição de Coimbra onde se informava que “se há de declarar a idade dos que foram solteiros somente”⁹¹⁰. Em Julho de 1720, o mesmo inquisidor geral mandou anexar ao processo certidões de baptismo dos habilitandos, bem como dos seus pais e avós⁹¹¹. O gráfico seguinte permite verificar que a maioria da população em estudo tinha idades compreendidas entre os 20 e os 49 anos, destacando-se o escalão etário dos 30 aos 39 anos. A média de idades foi de 34,1 anos, enquanto a moda foi 30 anos. O provido de mais tenra idade foi Henrique Henriques de Carvalho e

⁹⁰⁶ Em 1585, um alvará régio concedia aos médicos cristãos velhos o monopólio dos partidos médicos das câmaras, misericórdias e hospitais, cf. Jorge Valdemar Guerra, “Judeus e Cristãos Novos na Madeira, 1461-1650”, *Arquivo Histórico Regional da Madeira – Série Transcrições Documentais*, 1, 2003, pp. 163-164. Possuir uma familiatura dotava os boticários de um estatuto privilegiado. A carta além de conferir aos boticários maior crédito perante a população, concedia direito de preferência no momento de obter ou manter determinado ofício, cf. José Pedro Sousa Dias, *Droguistas, Boticários e Segredistas. Ciência e Sociedade na Produção de Medicamentos na Lisboa de Setecentos*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, Fundação para a Ciência e a Tecnologia, 2007, p. 260.

⁹⁰⁷ Lisboa, AN/TT, Conselho Geral do Santo Ofício, Habilitações, Mateus, mç. 2, doc. 32, fl.1

⁹⁰⁸ Segundo António Viegas Arnaut, morador em Abiul, juiz dos direitos reais e almoxarife naquela vila, Manuel Mateus Temudo “avera tres ou quatro anos que aqui tem huma renda com huns cunhados”. Anteriormente fora mercador de panos de lã, cf. Lisboa, AN/TT, Conselho Geral do Santo Ofício, Habilitações, Manuel, mç. 64, doc. 1296, fl. não numerado.

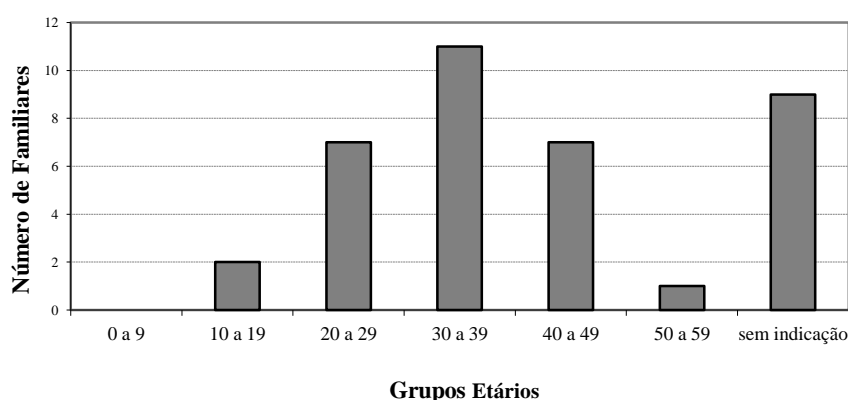
⁹⁰⁹ Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, livro 29, fl. 277

⁹¹⁰ Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, livro 29, fl. 278

⁹¹¹ Fernanda Olival, “Rigor e interesses [...]” p. 165.

Serrão, natural e morador em Pombal, estudante em Coimbra, de 16 anos, criado a 18 de Outubro de 1708⁹¹². O seu irmão, Sebastião Caetano Serrão, pretendeu habilitar-se pelo Santo Ofício, mas faleceu no decorrer do processo, pelo que os inquisidores de Coimbra decidiram, a 26 de Setembro de 1707, continuar as informações com vista a habilitar o irmão do falecido⁹¹³. Por seu turno, o indivíduo mais velho contava 55 aniversários. Tratou-se de Simão João, natural e morador em Abiul, capitão da vila e homem rico que vivia de suas fazendas, designado a 13 de Julho de 1702⁹¹⁴.

Gráfico 5
Grupos Etários dos Familiares do Santo Ofício



No que respeita à situação matrimonial em que se encontravam estas pessoas os dados obtidos comprovam equidade entre solteiros e casados: 19 casados e 17 solteiros. Um único indivíduo havia assistido à morte do cônjuge. Assim sendo, verifica-se que

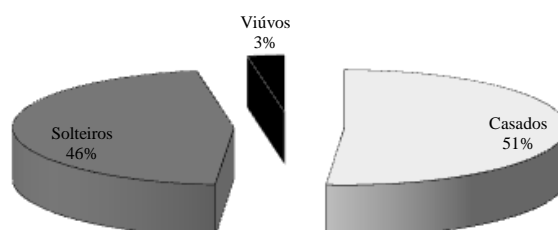
⁹¹² Lisboa, AN/TT, Conselho Geral do Santo Ofício, Habilitações, Henrique, mç. 1, doc. 16. As testemunhas indicaram que o pretendente poderia ter idade compreendida entre 16 e 20 anos, o que levou os deputados a requererem uma certidão de idade, fl. 83v. No derradeiro parecer foi referido que "visto que ainda não tem 16 annos e os fara em Outubro futuro, o secretário do Conselho dará conta a Sua Illustrissima para que o dito Senhor lhe mande passar carta de familiar no tempo que for servido, Lisboa, 12 de Maio de 1708", fl. 85v. A idade mínima exigida para ocupar o cargo parece ter sido a de 18. No parecer final que concedeu a carta a Lourenço António de Almeida Castelo Branco, tendo este apenas 17 anos de idade, foi referido concorrerem no habilitando "capacidade, idade suficiente e os mais requizitos pessoais [...]", cf. Lisboa, AN/TT, Conselho Geral do Santo Ofício, Habilitações, Lourenço, mç. 4, doc. 63, fl. não numerado. Já no processo de Francisco Godinho Ribeiro, familiar de Vermoil, os deputados foram do parecer que deveria passar carta, uma vez que o candidato possuía os requisitos necessários e "sem embargo de ter só dezoito annos de idade, por ser filho de familiar e ter já feito conclusões na faculdade dos Sagrados Canones" devia ser deferido o seu pedido", cf. Lisboa, AN/TT, Conselho Geral do Santo Ofício, Habilitações, Francisco, mç. 22, doc. 588, fl. não numerado. Em Castela, desde 1627, foi estabelecido que os habilitandos deveriam ter no mínimo 25 anos de idade a fim de desempenharem mais correctamente as suas funções. Ainda assim, este requisito poderia ser, e foi por vezes, dispensado, cf. Gonzalo Cerrillo Cruz, "Aproximación al Estatuto [...]", p. 147.

⁹¹³ Lisboa, AN/TT, Conselho Geral do Santo Ofício, Habilitações, Henrique, mç. 1, doc. 16, fl. 1.

⁹¹⁴ Lisboa, AN/TT, Conselho Geral do Santo Ofício, Habilitações, Simão, mç. 5, doc. 92.

em Portugal, ao contrário do que sucedeu em Castela e Aragão, a situação matrimonial não foi factor determinante no provimento das familiaturas⁹¹⁵.

Gráfico 6
Situação Matrimonial dos Familiares do Santo Ofício



Número considerável de pretendentes, bem como as suas esposas, ou mulheres com quem pretendaram casar, possuía laços de parentesco com outros ministros e oficiais da Inquisição. Esta realidade não foi exclusiva da região em apreço, sendo igualmente aferida em outras áreas geográficas⁹¹⁶. No universo em estudo, 41%, isto é, 15 dos admitidos eram parentes de alguém que ocupava cargos inquisitoriais. Refira-se a título de exemplo alguns dos casos observados. Em Pombal, Diogo Mexia de Magalhães era irmão do inquisidor de Évora, Pedro Mexia de Magalhães⁹¹⁷. Na mesma vila, Manuel Rodrigues Preto, habilitado para familiar em 1739, era sobrinho de Bento Gomes Patrício, que fora provido no mesmo cargo em 1711. Por outro lado, era cunhado do jesuíta Manuel de Figueiredo, deputado da Inquisição de Goa⁹¹⁸.

No Lourical destaque para a família Almeida de Castelo Branco. Lourenço António de Almeida Castelo Branco criado em 1708 era irmão de Francisco Xavier de Almeida Castelo Branco provido no ano de 1734. Por sua vez o avô destes havia sido

⁹¹⁵ Gonzalo Cerrillo Cruz, “Aproximación al Estatuto [...]”, p. 147; Maria Isabel Perez de Colosia Rodriguez, “Normativa Inquisitorial [...]”, pp. 410 e 412-413..

⁹¹⁶ Paulo Drumond Braga, *A Inquisição nos Açores [...]*, pp. 69-73; Ana Margarida Santos Pereira, *A Inquisição no Brasil [...]*, pp. 109-110. Exemplo de verdadeira linhagem inquisitorial foi o de Sebastião José de Carvalho e Melo, cf. sobretudo Maria Teresa Sena, “A Família do Marquês [...]”, pp. 337-385. Para o caso espanhol, cf. Jaime Contreras, *El Santo Oficio [...]*, pp. 119-123; Ángeles Cristóbal Martín, *Confianza, Fidelidad y Obediencia. Servidores Inquisitoriales y Dependencias Personales en la Ciudad de Logroño (siglo XVII)*, Logroño, Instituto de Estudios Riojanos, 1994.

⁹¹⁷ Lisboa, AN/TT, Conselho Geral do Santo Ofício, Habilitações, Diogo, mç. 3, doc. 106, fl. 1. Pedro Mexia de Magalhães foi nomeado inquisidor de Évora a 7 de Novembro de 1662, tendo tomado posse do cargo a 29 desse mês e ano, cf. Maria do Carmo Jasmins Dias Farinha, *Os Arquivos da Inquisição* Lisboa, Arquivo Nacional da Torre do Tombo, 1990, p. 332.

⁹¹⁸ Lisboa, AN/TT, Conselho Geral do Santo Ofício, Habilitações, Manuel, mç. 115, doc. 2092, fls. 28 e 118.

António de Almeida de Castelo Branco familiar desde 1676⁹¹⁹. Na mesma vila, João de Andrade Mesquita que obteve carta em 1689 era tio de Manuel de Andrade Mesquita, natural de Almagreira e morador no Rio de Janeiro, que seria provido em 1731⁹²⁰.

Parentescos mais afastados não deixaram de ser frisados. Assim, em 1750, João Rodrigues Rosa mencionou ser viúvo de Ana Rosa, que fora prima direita de João da Mata, familiar da Inquisição de Lisboa⁹²¹. Pese o facto de ascendentes directos desempenharem cargos inquisitoriais, e como tal terem realizado e sido aprovados em diligências de pureza de sangue, não se detectaram dispensas como sucedeu em outros espaços ibéricos, de que o tribunal de Logroño é exemplo⁹²². Ainda assim, convém registar um caso sucedido no final da primeira metade do século XVII. A 28 de Março de 1648, o Conselho Geral informou o tribunal conimbricense que havia recebido as diligências de Manuel Mateus Temudo residente em Abiul e a petição de Niculao Mendes de Barros morador em Ansião “o qual he cunhado de Manuel Matheus de tal modo que creio que as diligencias feitas bastarão para ambos justificando se os parentescos [...] por escuzar trabalho e dispeza”⁹²³.

1.3 – Entraves à ascensão social: Pretensões indeferidas

Milhares de petições foram remetidas ao Santo Ofício no entanto, nem todos os habilitandos conseguiram ingressar nas fileiras do Tribunal⁹²⁴. A formação da estrutura inquisitorial esteve sujeita a critérios de destrição os quais constituíram, utilizando a

⁹¹⁹ Lisboa, AN/TT, Conselho Geral do Santo Ofício, Habilitações, António, mç. 17, doc. 558; Lisboa, AN/TT, Conselho Geral do Santo Ofício, Habilitações, Lourenço, mç. 4, doc. 63; Lisboa, AN/TT, Conselho Geral do Santo Ofício, Habilitações, Francisco, mç. 53, doc. 1074. Realce o facto de os dois irmãos serem igualmente parentes de um deputado da Instituição uma vez que o seu avô materno Manuel Pinto da Silva era irmão inteiro de Maria Marques da Silva, mãe do doutor João Rodrigues Pinto, deputado da Inquisição de Coimbra. No momento em que Francisco Xavier de Almeida Castelo Branco pretendeu ocupar o cargo o seu irmão já havia falecido, cf. Lisboa, AN/TT, Conselho Geral do Santo Ofício, Habilitações, Francisco, mç. 53, doc. 1074, fl. 2v.

⁹²⁰ Lisboa, AN/TT, Conselho Geral do Santo Ofício, Habilitações, João, mç. 22, doc. 538; Lisboa, AN/TT, Conselho Geral do Santo Ofício, Habilitações, Manuel, mç. 99 doc. 1845. Em 1739, vivia no arrabalde da ponte da cidade de Leiria, fl. 2. [diligência de Paula de Jesus].

⁹²¹ Lisboa, AN/TT, Conselho Geral do Santo Ofício, Habilitações, João, mç. 94, doc. 1589.

⁹²² Marina Torres Arce, *Inquisición, Regalismo* [...], pp. 159-160.

⁹²³ Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, livro 24, fl. 356.

⁹²⁴ Sobre habilitações recusadas cf. Maria do Carmo Dias Farinha, “A Madeira nos Arquivos [...]”, pp. 700 e 728; Paulo Drumond Braga, *A Inquisição nos Açores* [...], pp. 53-59; José Veiga Torres, “Um ‘Escusado’ [...]”, pp. 55-82; Daniela Buono Calainho, *Agentes da Fé* [...], pp. 110-120; Ana Margarida Santos Pereira, *A Inquisição no Brasil* [...], pp. 107-109 e IX-XI; Maria Emília Ferreira Martins, *Os Funcionários Portugueses* [...], pp. 78-81 e 87; Ricardo Pessa de Oliveira, *Uma Vida no Santo Ofício* [...], p. 116. Cf., igualmente Isabel M. R. Mendes Drumond Braga, Isabel M. R. Mendes Drumond Braga, “A Mulatice [...]”; Idem, “Das Dificuldades [...]”, pp. 13-30; Idem, “Marcas de Infâmia [...]”, pp. 411-430.

expressão de Daniela Buono Calainho, a “Inquisição dentro da Inquisição”⁹²⁵. Entre os motivos que conduziram à recusa do provimento contaram-se a fama de ter antepassados cristãos-novos, mulatos ou mouriscos. Tendo sido sobretudo a ascendência cristã-nova que contribuiu para o avolumar das recusas⁹²⁶. Entre 1682 e 1725, foram preteridos 139 homens por mulatice, dos quais 124 pretenderam ser familiares e 15 comissários⁹²⁷. Entre os postulantes 31 foram rejeitados por descenderem de muçulmanos, destes 29 cobiçaram uma familiatura, enquanto dois haviam requerido servir como comissário⁹²⁸. No cômputo geral a percentagem de habilitandos recusados por defeito de mulatice situou-se entre os 2 e os 3%⁹²⁹. Por seu turno, os candidatos recusados por sangue mouro representaram menos de 1%⁹³⁰. Tenhamos presente que as recusas podiam advir de defeitos de sangue por parte da esposa do habilitando. Outros factores não teriam a mesma importância no momento de atribuir o cargo. Por exemplo, o pretendente a comissário da Baía, João Calmon, sobre o qual foi levantado o rumor de ter ascendentes de gentio do Brasil, conseguiu obter a provisão desejada. Segundo um comissário da instituição tal casta era tolerada pelo Tribunal⁹³¹.

Os impedimentos recaíram de igual forma sobre cristãos-velhos. Analfabetismo, alcoolismo, escassez de proventos, deficiência mental, relações ilícitas, ofícios de baixo estatuto, crimes cometidos, bem como parentelas presas ou sentenciadas pela instituição constituíram alguns dos motivos que condicionaram tal desfecho⁹³². Foram 154 os habilitandos cristãos-velhos a quem foi negada a familiatura, sendo que a esmagadora maioria destes homens residia na área jurisdicional do tribunal de Coimbra⁹³³. No que respeita ao ritmo das recusas, estudos efectuados por Isabel M. R. Mendes Drumond Braga comprovam que este seguiu um percurso paralelo ao das candidaturas providas, mas contrariamente ao que sucedeu com o ritmo das familiaturas concedidas, não

⁹²⁵ Daniela Buono Calainho, *Agentes da Fé* [...], p. 30.

⁹²⁶ Daniela Buono Calainho, *Agentes da Fé* [...], pp. 110-113; Isabel M. R. Mendes Drumond Braga, “Das Dificuldades [...]”, p. 16.

⁹²⁷ Isabel M. R. Mendes Drumond Braga, “A Mulatice [...]”, p. 5.

⁹²⁸ Isabel M. R. Mendes Drumond Braga, “Marcas de Infâmia [...]”, p. 420. São conhecidos casos de recusa de comissários pelo mesmo defeito em datas anteriores, cf. Idem, *Ibidem*, p. 426.

⁹²⁹ Isabel M. R. Mendes Drumond Braga, “A Mulatice [...]”, p. 8.

⁹³⁰ Isabel M. R. Mendes Drumond Braga, “Marcas de Infâmia [...]”, p. 422.

⁹³¹ Cf. Luiz Mott, “Um nome [...]”, pp. 20-21; Grayce Mayre Bonfim Souza, *Para Remédio* [...], p. 116. Outros casos são conhecidos, cf. por exemplo Isabel M. R. Mendes Drumond Braga, “A Mulatice [...]”, p. 11. Não obstante, em algumas situações tal ascendência motivou a recusa da provisão desejada, cf. Daniela Buono Calainho, *Agentes da Fé* [...], p. 114.

⁹³² Isabel M. R. Mendes Drumond Braga, “Das Dificuldades de Acesso [...]”, pp. 16 e 22.

⁹³³ Isabel M. R. Mendes Drumond Braga, “Das Dificuldades de Acesso [...]”, pp. 18-19.

existiu uma tendência de crescimento⁹³⁴. Concomitantemente, esta historiadora verificou que o número de cristãos-velhos recusados decaiu a partir de 1708, acentuando-se após esta data o problema da mulatice⁹³⁵.

Entre 1682 e 1725, entre os pretendentes a comissários recusados contaram-se dois residentes em Pombal. Ora, neste período apenas localizámos dois comissários residentes na região em apreço: Manuel de Almeida Pinto e Heitor de Almeida do Amaral. Como tal, pese a escassez de comissários, em quatro candidatos apenas dois obtiveram provisão.

Frei Mateus Cardoso Cordeiro, bacharel formado em Teologia, natural de Vila Nova de Anços e vigário das igrejas de Pombal, não alcançou o seu intento⁹³⁶. O padre tivera um filho resultante de uma relação ilícita com Antónia Rodrigues, solteira, sua criada, residente no lugar da Ponte da Assamaça, Pombal⁹³⁷. O eclesiástico enfrentou ainda rumores, que entretanto foram considerados falsos, de ter solicitado, no acto da confissão, a uma Clara de Moraes, casada com José Mendes da vila de Soure. A 1 de Maio de 1703, os inquisidores de Coimbra, Afonso Cabral Botelho e Nuno Mascarenhas de Brito, mostraram-se favoráveis às pretensões do eclesiástico⁹³⁸. Não obstante, de pouco valeu aquele parecer ou o facto de ter inclusivamente colaborado com o Tribunal, denunciando dois rapazes por crimes de magia em 1692⁹³⁹. A sua pretensão foi indeferida pelo Conselho Geral⁹⁴⁰.

No ano de 1715, o padre frei António Rodrigues Tomás, bacharel em Cânones, natural da vila de Ferreira e beneficiado na colegiada da vila de Pombal foi “bem informado” para comissário do Tribunal mas foi considerado “suspeito”, motivo que lhe valeu a recusa⁹⁴¹. O benefício rendia-lhe cerca de 80 mil réis. Em Pombal era proprietário de casas, vinha e horta que lhe rendiam 20 mil réis. Além disto tinha ainda rendimento de dinheiro a juro. Na vila de Ferreira auferia 20 mil réis anuais

⁹³⁴ Isabel M. R. Mendes Drumond Braga, “A Mulatice [...]”, pp. 7-8; Isabel M. R. Mendes Drumond Braga, “Marcas de Infâmia [...]”, pp. 422 e 424-425.

⁹³⁵ Isabel M. R. Mendes Drumond Braga, “Das Dificuldades de Acesso [...]”, p. 21; Isabel M. R. Mendes Drumond Braga, “Marcas de Infâmia [...]”, pp. 423-424.

⁹³⁶ Lisboa, AN/TT, Conselho Geral do Santo Ofício, livro 36, fl. 158; Conselho Geral do Santo Ofício, Habilitações Incompletas, doc. 4802.

⁹³⁷ Lisboa, AN/TT, Conselho Geral do Santo Ofício, Habilitações Incompletas, doc. 4802, fl. 1v.

⁹³⁸ Lisboa, AN/TT, Conselho Geral do Santo Ofício, Habilitações Incompletas, doc. 4802, fl. 2v.

⁹³⁹ Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, livro 315, fls. 452-460.

⁹⁴⁰ Mais tarde, a 15 de Novembro de 1714, Bernardo Cardoso Cordeiro, sobrinho de Mateus Cardoso Cordeiro, com quem residia, obteve carta de familiar do Santo Ofício, cf. Lisboa, AN/TT, Conselho Geral do Santo Ofício, Habilitações, Bernardo, mç. 5, doc. 73.

⁹⁴¹ Lisboa, AN/TT, Conselho Geral do Santo Ofício, livro 36, fl. 9; Conselho Geral do Santo Ofício, Habilitações Incompletas, doc. 736.

provenientes de bens patrimoniais⁹⁴². O religioso foi dado como sendo de muito boa vida e costumes e de juízo e capacidade. Acrescente-se o facto deste beneficiado ter, em pelo menos três ocasiões, colaborado com a instituição que agora lhe vedava acesso. Havia sido escrivão em pelo menos dois processos de habilitação ao Santo Ofício⁹⁴³. Por outro lado, no início de Novembro de 1702, havia remetido ao promotor do tribunal conimbricense uma denúncia que lhe fora feita por Benta Maria Sacramento⁹⁴⁴. O clérigo era formado, tinha um benefício eclesiástico, propriedades, dinheiros a juro, era bem visto perante a sociedade. Era portanto o protótipo do comissário pretendido pela instituição. O que terá então motivado a recusa? O que significaria “suspeito”? E se a instituição desconfiou deste indivíduo porque razão, anos volvidos, voltou a contar com a sua colaboração⁹⁴⁵?

Noutros processos rumores de defeitos de sangue foram levantados, contudo os habilitandos acabaram por ser providos. Tal ocorreu na habilitação de Bento Cardoso Lucas, na qual houve quem afirmasse que o avô materno do habilitando era difamado de cristão-novo⁹⁴⁶. De igual forma, no processo para comissário de frei Francisco José Marques não pesou o rumor de defeito de sangue por parte do avô paterno, irmão de um ferreiro de Tapéus infamado⁹⁴⁷.

Quatro dos providos haviam mantido relações ilícitas, sendo que três deles haviam inclusive gerado um filho. Por exemplo, sobre o pombalense Heitor de Almeida do Amaral recaiu a fama de ter engravidado uma sua ama que fora parir para as partes de Pombal. Além disso, foram levantadas dúvidas sobre as suas capacidades para ocupar o cargo. A este propósito refira-se que pese as suas insistências junto do prelado do Porto nunca almejava ser visitador do bispado. Apenas fora, por uma ocasião, secretário de visita de “que ouvera depois mormuração de mimos que aceitara”⁹⁴⁸. Pese estes argumentos acabou por ser provido. Sendo que neste caso, não devem ser descuradas as ligações familiares do candidato. Recordemos sobretudo o parentesco com José de Almeida do Amaral, promotor e deputado da Inquisição de Coimbra.

⁹⁴² Lisboa, AN/TT, Conselho Geral do Santo Ofício, Habilitações Incompletas, doc. 736, fl. 4v.

⁹⁴³ Lisboa, AN/TT, Conselho Geral do Santo Ofício, Habilitações, Manuel, mç. 47, doc. 1060; Lisboa, AN/TT, Conselho Geral do Santo Ofício, Habilitações, José, mç. 7, doc. 126, fls. 11-11v.

⁹⁴⁴ Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, livro 694, fls. 145-146v.

⁹⁴⁵ Testemunhou em processos de habilitação, cf. Lisboa, AN/TT, Conselho Geral do Santo Ofício, Habilitações, Bento, mç. 7, doc. 112; Lisboa, AN/TT, Conselho Geral do Santo Ofício, Habilitações, António, mç. 66, doc. 1330. Indicou testemunhas ao comissário por impedimento do vigário, cf. Lisboa, AN/TT, Conselho Geral do Santo Ofício, Habilitações, Bernardo, mç. 5, doc. 73.

⁹⁴⁶ Lisboa, AN/TT, Conselho Geral do Santo Ofício, Habilitações, Bento, mç. 12, doc. 170.

⁹⁴⁷ Lisboa, AN/TT, Conselho Geral do Santo Ofício, Habilitações, Francisco, mç. 104, doc. 1675.

⁹⁴⁸ Lisboa, AN/TT, Conselho Geral do Santo Ofício, Habilitações, Heitor, mç. 1, doc. 10 fl. 9v.

De igual forma, no processo de habilitação de Manuel José da Silva, vigário do Louriçal, foram levantadas questões tocantes ao seu comportamento. O pároco havia sido compreendido numa devassa “janeirinha” por concubinato com uma criada. Não chegou a ser pronunciado “porem que chegando isto à noticia do Exmo. Senhor Bispo D. Miguel em ocasião que o ditto habilitando pertendia certa igreja o ditto prelado mandara chamar a elle escrivão para o enformar do referido facto para o que lhe foi apresentar os autos com os dittos das testemunhas pello que não conseguiu a igreja pertendida”⁹⁴⁹. Concomitantemente, o vigário andava amancebado com uma Brizida, filha de Manuel da Silva Pateiro, do Casal da Rola, Louriçal. Outras rotinas do eclesiástico foram apontadas. Ao que parece Manuel José da Silva agredia frequentemente uma Josefa, sua criada, natural de Tentúgal, pelo facto de esta se recusar a lavar-lhe os pés e a catar-lhe a cabeça. Por outro lado, admitia em sua casa ajuntamentos de homens e mulheres de fora a “tangeres bailes e danças”, indo exercitar algumas noites a casa de uns cavalheiros de Pombal, que tinham estado no Louriçal com a família feminina no Verão de 1786, com o pretexto de tomarem águas férreas⁹⁵⁰. Por sua vez, António Marques da Costa, lavrador que afirmou viver de sua fazenda, casado, natural e morador no Louriçal, de 60 anos de idade, referiu várias maledicências sobre o habilitando interrogando-se inclusive sobre a capacidade deste para ocupar o cargo pretendido⁹⁵¹. Embora as testemunhas tenham atestado comportamentos tão condenáveis, o certo é que obteve provisão de comissário a 20 de Março de 1787.

Entre os habilitandos a familiares recusados contaram-se três pombalenses e um morador em Abiul. Entre 1682 e 1725, foram providos 16 novos familiares na área geográfica em estudo: dez em Pombal, quatro no Louriçal e dois em Abiul. Assim sendo, constatamos que foram recusados 20% dos pretendentes.

O pombalense Diogo de Sousa de Vasconcelos foi recusado em 1697 por ser descendente de cristãos novos de judeus⁹⁵². O habilitando, fidalgo da Casa Real, havia prestado serviço militar “na Província da Beira em praça de soldado e cappitam de infantaria por espaço de hum anno, e 6 mezes e 14 diaz”⁹⁵³. Tinha sido procurador da vila de Pombal nas Cortes de 1679-1680. Pouco depois, a 2 de Abril de 1680, D. Pedro

⁹⁴⁹ Lisboa, AN/TT, Conselho Geral do Santo Ofício, Habilitações, Manuel, mç. 250, doc. 1598, fls. 103v-104.

⁹⁵⁰ Lisboa, AN/TT, Conselho Geral do Santo Ofício, Habilitações, Manuel, mç. 250, doc. 1598, fls. 104-104v.

⁹⁵¹ Lisboa, AN/TT, Conselho Geral do Santo Ofício, Habilitações, Manuel, mç. 250, doc. 1598, fls. 106-107v.

⁹⁵² Lisboa, AN/TT, Conselho Geral do Santo Ofício, livro 36, fl. 39v.

⁹⁵³ Lisboa, AN/TT, Registo Geral de Mercês, Ordens Militares, livro 14, fl. 264.

II havia-lhe feito mercê de uma tença de 12\$000 réis com hábito de Cristo. O seu pai, Álvaro de Sousa de Vasconcelos, tinha servido, por espaço de 12 anos, nos postos de alcaide-mor e capitão-mor de Pombal⁹⁵⁴. O pretendente a familiar pertencia a uma das principais famílias da vila, era outrossim senhor e administrador das rendas de capela na igreja de Santa Maria do Castelo⁹⁵⁵. Acresce que havia sido provedor da Santa Casa da Misericórdia da vila de Pombal, cargo que desde logo evidência tratar-se de um poderoso local e o poder que exercia sobre centenas de indivíduos⁹⁵⁶. Perante os dados enunciados não se vislumbria uma recusa por parte do Santo Ofício. Mas esta acabou por acontecer. O Tribunal descortinou que o bisavô paterno de Diogo havia sido casado com D. Leonor da Silva, neta paterna de Jorge Leão cristão-novo “que dizem foi dogmatista”⁹⁵⁷. Por outro lado, a avó materna do pretendente havia sido D. Brites, descendente da família Castro do Rio⁹⁵⁸. O processo de habilitação ao Santo Ofício de Diogo de Sousa de Vasconcelos desapareceu o que poderá atestar um eventual branqueamento da memória, fenómeno verificado em outras instituições⁹⁵⁹. Que consequência terá tido a recusa para este indivíduo? Sabemos que continuou a assumir posições de relevo na vila. Segundo Pinho Leal, em 1709, na sagração do novo templo da vila e trasladação da imagem de Nossa Senhora do Cardal, Diogo foi um dos homens que carregou o andor da Senhora.⁹⁶⁰ Foi o primeiro defunto a ser sepultado na igreja do

⁹⁵⁴ Lisboa, AN/TT, Registo Geral de Mercês, Ordens Militares, livro 14, fl. 264. A 9 de Abril de 1643, D. João IV “por o conde de Castel Melhor, alcaide mor da villa do Pombal, me pedir o proper a Alvaro de Souza de Vasconcelos, fidalgo de minha Caza, para servir o ditto cargo na mesma villa enquanto elle esta exercendo o de governador das Armas na província de entre Douro e Minho e tendo eu concideração as boas partes e qualidades que concorrem na pessoa do ditto Alvaro de Souza de Vasconcelos, que o fazem capaz de occupar este posto, crendo d'elle que na occupação d'elle procedera com toda a satisfação, zello e fidelidade. Hey por bem e me praz por todos estes respeitos de prover do ditto cargo de Alcaide mor da villa de Pombal para que o sirva enquanto durar a auzencia do ditto conde proprietario d'elle e com a mesma jurisdição preheminencia e poderes com que elle o ouvera de fazer se presente fora”, cf. Lisboa, AN/TT, Chancelaria D. João IV, livro 16, fls. 54v.-55.

⁹⁵⁵ António Carvalho da Costa, *Corografia Portuguesa* [...], tomo III, pp. 105 e 109; Fr. Agostinho de Santa Maria, *Santuário Mariano* [...], tomo IV, pp. 475-476.

⁹⁵⁶ Leiria, ADL, Cartório Notarial de Pombal, livro 2, fl. 117. A propósito do exercício da governança das misericórdias cf. Maria Antónia Lopes, “A Identificação dos Dirigentes das Misericórdias como Método para a História das Elites. O Caso de Coimbra nos séculos XVIII e XIX”, *Actas do Congresso Internacional de História. Território* [...], vol. II, pp. 323-334.

⁹⁵⁷ Poderá tratar-se de Jorge Leão preso pelo Santo Ofício na centúria de Quinhentos pelo crime de judaísmo. Já estava preso em 10 de Janeiro de 1545. Foi libertado a 10 de Junho de 1548, sob fiança de mil cruzados, cf. Lisboa, AN/TT, Inquisição de Évora, proc. 11267.

⁹⁵⁸ Sobre esta família cf. Francisco Bethencourt, *História das Inquisições* [...], pp. 266-267.

⁹⁵⁹ Fernanda Olival, *As Ordens Militares e o Estado Moderno. Honra, Mercê e Venalidade em Portugal (1641-1789)*, Lisboa, Estar, 2001, p. 166; Isabel M. R. Mendes Drumond Braga, “Marcas de Infâmia [...]”, p. 425.

⁹⁶⁰ Augusto Soares d’Azevedo Barbosa de Pinho Leal, *Portugal Antigo e Moderno* [...], vol. VII, pp. 132-133.

convento do Cardal, a 8 de Maio de 1710⁹⁶¹. Como tal o impacto da inabilitação teria sido comedido a nível local.

Noutros casos embora tenham sido levantados rumores de cristãnovice as familiaturas foram obtidas⁹⁶². Por exemplo, em 1638, o facto de algumas testemunhas terem referido que o sogro de João de Góis Silveira era parente de João Couto e Maria do Couto, infamados de cristãos novos, não foi motivo para que a carta de familiar fosse negada⁹⁶³. Mais tarde, em 1675, o rumor de que D. Maria de Amorim, cônjuge do habilitando António de Almeida de Castelo Branco, tinha defeito de cristãnovice por parte da avó paterna não foi suficiente para o não provimento⁹⁶⁴.

Na área geográfica em análise, e no referido período, somente um candidato viu o seu provimento negado devido ao defeito de mulatice. Tratou-se de Manuel Gomes Coelho, natural e morador na vila de Pombal que pretendeu ingressar no Santo Ofício em 1707⁹⁶⁵. O comissário Francisco Freire de Silveira, achou ser o habilitando por via paterna “conhecidamente mullato e tanto assim que o vigario da ditta villa me disse tambem que o ditto Manoel Gomes era irmão legitimo do padre Jozeph de Barros Coelho o qual sabia elle de certo que para ser clérigo o ditto padre [...] fora despençado, e o cappitam Francisco Taqua Furtado me disse tambem que o ditto padre [...] pertendera ser comiçario do Santo Ofício e o não conseguira”⁹⁶⁶. De facto, o padre José de Barros Coelho havia sido recusado para comissário no ano de 1706. Bacharel formado em cânones, natural de Pombal e reitor da igreja de São Pedro de Freixo de Numão, comarca de Pinhel, bispado de Lamego, assistiu ao indeferimento devido a fama de mulatice⁹⁶⁷. O comissário que executou a diligência em Abiul e Pombal averiguou que a fama carecia de pouco crédito, podendo ser falsa, uma vez que havia

⁹⁶¹ Leiria, ADL, Registos Paroquiais, Óbitos, Pombal, livro 1 (1645-1746), fl. 217v.

⁹⁶² Sobre esta matéria cf. Pedro de Azevedo, “Irregularidades da Limpeza de Sangue dos Familiares de Vila Rial”, *Archivo Historico Portuguez*, vol. 10, Lisboa, 1916, pp. 17-40; António Baião, “Graves Irregularidades [...]”, pp. 163-188. Outrossim, localizámos um natural da Redinha, morador em Lisboa a quem foi negada a familiatura por sangue hebreu. Tratou-se de Salvador Nunes de Loureiro, bisneto de Antónia Gomes “de quem disse uma pessoa ser cristã nova e na Redinha sua terra se não achou noticia della”, cf. Lisboa, AN/TT, Conselho Geral do Santo Ofício, livro 36, fl. 212.

⁹⁶³ Lisboa, AN/TT, Conselho Geral do Santo Ofício, Habilitações, João, mç. 4, doc. 137.

⁹⁶⁴ Lisboa, AN/TT, Conselho Geral do Santo Ofício, Habilitações, António, mç. 17, doc. 558, fls. 46v; 47v-48; 50; 51v-52; 58v-59.

⁹⁶⁵ Lisboa, AN/TT, Conselho Geral do Santo Ofício, livro 36, fl. 168.

⁹⁶⁶ Lisboa, AN/TT, Conselho Geral do Santo Ofício, Habilitações Incompletas, doc. 4167. O habilitando era filho legítimo de Bento Gomes, morador em Pombal e natural de Abiul, e de sua mulher Maria Francisca, do lugar dos Lameiros, freguesia de Vila Cã, termo de Pombal. Neto paterno de Diogo Coelho e de sua mulher Francisca Gomes naturais de Abiul, já falecidos. Neto materno de Simão Francisco e de sua mulher Ana Manuel, dos Lameiros. A primeira data do processo, que apenas consta de extrajudicial, é de 4 de Março de 1707.

⁹⁶⁷ Lisboa, AN/TT, Conselho Geral do Santo Ofício, livro 36, fl. 118v; Conselho Geral do Santo Ofício, Habilitações Incompletas, doc. 3064.

principiado por casamento de uma irmã da bisavó do pretendente com um negro de nome Miguel da Cunha⁹⁶⁸. Repare-se que neste caso, nem o facto do comissário admitir a falsidade da fama fez com que a candidatura fosse deferida. Uma questão se levanta. Os dados indicados pelo Conselho Geral indicam o ano de 1706 como o da recusa deste padre⁹⁶⁹. Por seu turno, os documentos que constam do processo de habilitação incompleto datam de 1709 e 1710. Terá o clérigo feito chegar a sua petição ao Tribunal em 1706 e a diligência sido iniciada três anos depois? Ou tendo-lhe sido negado o cargo numa primeira ocasião, almejou obtê-lo através de uma segunda tentativa? Esta parece a hipótese mais plausível uma vez que sendo o irmão indeferido para familiar em 1707, já existe referência à recusa deste clérigo.

Noutros processos o rumor de sangue negro foi levantado, contudo os habilitandos acabaram por ser providos. Paradigmático foi o sucedido na habilitação de Luís de Melo Silva. A fama terá resultado de palavras proferidas por Diogo Mexia de Magalhães, capitão-mor da vila de Pombal, na ocasião em que foi opositor à dita capitania, com o avô do pretendente, Gaspar da Costa⁹⁷⁰. O falso enunciado teria tido como objectivo eliminar concorrência. Por seu turno, os padres João Cardoso e frei Mateus Cardoso atribuíram a fama a António de Almeida do Amaral, homem de má-língua e consciência. Os eclesiásticos acrescentaram ser o defeito falso porquanto Valério da Costa, bisavô do pretendente, pai de Gaspar da Costa, fora vigário da igreja de Pombal, habilitado pela Mesa da Consciência e Ordens⁹⁷¹. O habilitando acabou provido em 1705.

Mas outras razões conduziram ao afastamento dos habilitandos, tais como a existência de parentes que houvessem sido presos ou sentenciados pelo Santo Ofício. No ano de 1695, o capitão José Soares Godinho, natural e morador em Abiul, casado,

⁹⁶⁸ “Em especial me disse Manoel Borges alcaide da ditta villa [Abiul] homem de outenta annos de idade que era falça a fama que havia [...] porque dizia elle ditto Manoel Borges que conhecera muito bem Diogo Coelho e sua molher Maria Bras, pais do ditto Diogo Coelho, e bisavo do ditto padre, que se levantou seu principio por se cazar hũa irmã da bisavo do ditto padre com hum negro chamado Miguel da Cunha, e Manoel de Barros homem tambem já velho disse que a bisavo do ditto padre era mulata por cuja cauza entende pella variedade ser falça a fama e ser verdade o que diz o ditto Manoel Borges e muito mais porque no dito lugar dos Lameiros não ha tal fama e só hũa pessoa falou nisso [...]. Alvorge 23 de Maio de 1710. (Ass.) Francisco Freire da Silveira, cf. Lisboa, AN/TT, Conselho Geral do Santo Ofício, Habilitações Incompletas, doc. 3064, fl. 3v.

⁹⁶⁹ Lisboa, AN/TT, Conselho Geral do Santo Ofício, livro 36, fl. 118v

⁹⁷⁰ Tratou-se do pai do familiar Diogo Mexia de Magalhães.

⁹⁷¹ Lisboa, AN/TT, Conselho Geral do Santo Ofício, Habilitações, Luís, mç. 10, doc. 249, fl. 1. Já o capitão e familiar do Santo Ofício Manuel Gonçalves Serrão alegou que a dita fama provinha de Manuel Ferreira, cirurgião, homem de má língua, já falecido, o qual referira que a família dos Azevedos tinha fama de mulato, cf. Lisboa, AN/TT, Conselho Geral do Santo Ofício, Habilitações, Luís, mç. 10, doc. 249, fl. 134-134v.

não almejou ocupar o cargo de familiar sendo “julgado por pessoa de cuja qualidade não conta”⁹⁷². Manuel Soares de Campos, irmão do pai do pretendente, havia sido preso pelo Santo Ofício, tendo estado seguro alguns anos nos cárceres do tribunal conimbricense⁹⁷³. Segundo o que o comissário Francisco Freire da Silveira conseguiu apurar o tio do habilitando, entretanto falecido, estivera preso, “saindo livre, não declarando se fora da culpa por não ser christão novo [...] mas pellas mais circumstancias de seos dittos entendi eu [comissário] que sahiria do Santo Officio bem julgado por christão velho por quanto as mesmas testemunhas disserão que na ditta villa de Abiul se fizerão festas publicas quando sahira o ditto Manoel Soares dos carceres tio do ditto capitão Jozeph Soares Godinho, o qual pella imformação que tirei he tambem muito bem procedido e muito capaz de servir o Santo Officio no cargo de familiar”⁹⁷⁴. Os inquisidores de Coimbra João Carneiro de Moraes e António Monteiro Paim mostraram-se contrários à admissão deste habilitando. A 11 de Julho de 1695, deram conta ao Conselho Geral que o tio do pretendente fora preso por culpas de judaísmo em 12 de Novembro de 1674 “e continuando se sua cauza em estado de negativo e alegando ser christão velho se fes deligencia sobre a qualidade e foi julgado como de pessoa de cuja qualidade de sangue não constava e assim o confirmou o Conselho em 27 de Janeiro de 1682 e ainda que os informantes nos digão que elle tem capacidade e a molher do mesmo he christã velha nos parece o não admitta V. illustrissimo Senhor ao lugar que pertende”⁹⁷⁵.

Candidatos houve, que viram recusados os seus intentos por motivos caricatos. Foi o caso do doutor João da Mota Banha. Em 1708, a habilitação deste pombalense, filho de João Gomes Banha, barbeiro de profissão, e de Isabel da Mota, foi recusada por não ter “mais que a petição despachada”⁹⁷⁶. Tratou-se de uma situação invulgar cuja explicação pode estar na sua partida, repentina, para o continente asiático. De facto, na

⁹⁷² Lisboa, AN/TT, Conselho Geral do Santo Ofício, livro 36, fl. 106v.

⁹⁷³ Lisboa, AN/TT, Conselho Geral do Santo Ofício, Habilitações Incompletas, doc. 3510, fl. 1v.

⁹⁷⁴ Lisboa, AN/TT, Conselho Geral do Santo Ofício, Habilitações Incompletas, doc. 3510, fl. 2v.

⁹⁷⁵ Lisboa, AN/TT, Conselho Geral do Santo Ofício, Habilitações Incompletas, doc. 3510, fl. 4. O processo parece ter-se prolongado por alguns anos. A 31 de Março de 1708, o Conselho Geral requereu ao tribunal de Coimbra o envio do processo de Manuel Soares de Campo. O processo foi recebido em Lisboa a 7 de Abril, tendo regressado a Coimbra a 4 de Agosto daquele ano cf. Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, livro 29, fls. 278v, 281 e 307.

⁹⁷⁶ Lisboa, AN/TT, Conselho Geral do Santo Ofício, livro 36, fl. 114v; Coimbra, AUC, Devassas Penela, livro 33, fls. 112-112v. Refira-se que, em 1700, este indivíduo havia alcançado um partido de médico na Universidade de Coimbra. Para tal haviam sido realizadas diligências que atestaram a limpeza de sangue da sua família, cf. Coimbra, AUC, Processos de Habilitação a Partidos Médicos e Boticários, cx. 14, doc. 569. A propósito dos partidos médicos cf. Ana Maria Leitão Bandeira, “Catálogo dos Processos de Habilitação a Partidos Médicos e Boticários (1658-1771)”, *Boletim do Arquivo da Universidade de Coimbra*, vol. XV e XVI, Coimbra, 1997, pp. 353-516.

monção de Março de 1709, partiu para Goa a fim de desempenhar o cargo de desembargador da Relação⁹⁷⁷.

Outros factores não teriam um peso tão significativo. Na habilitação de Francisco Martins Cardoso, morador no Louriçal, uma das testemunhas inquiridas, de seu nome João Rodrigues, seareiro, morador no lugar de Lagares, freguesia de Almagreira, de 55 anos de idade, referiu que o habilitando “he de boa vida e costumes porem ouvio elle testemunha dizer fora mormurado [*sic*] por ter em sua caza huma ama cujo nome elle testemunha nam sabe e que para ella sahir de caza do sobredito fora necessario que a declarassem por publica excomungada mas depois tambem ouvio dizer a tinha outra vez em sua caza sem que o Ordinario lho impida”⁹⁷⁸. Por seu turno José Simões Perdigão, boticário da Redinha, não obstante ter tido no passado dois filhos de duas mulheres solteiras e inclusive ter sido apresentado na cadeia da vila “donde estivera algum tempo para se livrar de huma molher solteyra da dita villa da Redinha, que pario hum menino haverá dois annos pouco mais ou menos e o obrigou a justiça, e para elle se ver livre lhe pagara”⁹⁷⁹, conseguiu que lhe fosse concedida a familiatura a 14 de Fevereiro de 1769.

Entre a documentação da Inquisição de Coimbra encontra-se um registo do correio de 8 de Agosto de 1701, em que se mandou “informar” de Filipe Marques, moço, solteiro, filho legítimo de Filipe Marques e de Maria Luís moradores na aldeia dos Redondos, freguesia de São Martinho da vila de Pombal. Não existe qualquer processo de habilitação deste pombalense, nem tão pouco outra qualquer referência ao seu nome. Terá a sua habilitação sido recusada? O seu nome não consta dos recusados entre 1682 e 1725, pelo que nos interrogamos se o referido livro corresponderá ao número total de recusas ou apenas a uma parte. A 26 de Novembro de 1722, foi pedido “para se informar” de Bernardo Fernandes, natural do lugar dos Ramalhais, morador no lugar do Serodio, freguesia de Abiul⁹⁸⁰. Nos anos imediatos não parecem ter sido realizadas diligências, pelo que poderá tratar-se de outro candidato recusado. Em 1735, Bernardo Fernandes da Costa, natural e morador em Abiul, filho de pais nascidos e moradores nos Ramalhais, foi habilitado. Coloca-se pois a hipótese de se tratar da mesma pessoa. Talvez tivesse sido recusado uma primeira vez e admitido

⁹⁷⁷ Cf. Lisboa, AN/TT, Registo Geral de Mercês, D. João V, livro 3, fls. 230 e 230v.

⁹⁷⁸ Lisboa, AN/TT, Conselho Geral do Santo Ofício, Habilitações, Francisco, mç. 78, doc. 1379, fl. 34v.

⁹⁷⁹ Lisboa, AN/TT, Conselho Geral do Santo Ofício, Habilitações, José, mç. 115, doc. 2578, fl. 4v.

⁹⁸⁰ Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, livro 679, fl. não numerado [correio de 26 de Novembro de 1722].

posteriormente. Ainda assim, e admitindo esta possibilidade, refira-se que no seu processo não existe qualquer referência a essa primeira tentativa de obter a familiatura, uma vez que a primeira data que encontramos é 5 de Maio de 1735⁹⁸¹.

Após 1725, desconhecemos quantos indivíduos viram as suas habilitações rejeitadas. Localizámos apenas um caso em que o habilitando, não tendo sido recusado, ficou suspenso *ad tempus*⁹⁸². Tratou-se de José Simões Serrano, casado com Ana da Silva, natural e morador no lugar da Fonte da Gota, freguesia de Abiul, filho de Manuel Simões Serrano, familiar do Santo Ofício e de sua mulher Domingas das Neves. Este pretendeu a familiatura no início da segunda metade de Setecentos. No entanto, no decurso das diligências efectuadas pelo Tribunal da Fé foram levantados rumores de mulatice sobre o avô paterno da sua esposa, e de um relacionamento ilícito entre José e uma Catarina, rapariga solteira, natural e moradora do lugar de Vale da Figueira, freguesia de Abiul⁹⁸³.

Ainda assim os inquisidores de Coimbra Sebastião Pita de Castro e António Gonçalves Garrido mostraram-se favoráveis à concessão da familiatura “porque estava na posse dos requisitos, não servindo de impedimento a fama que padece de mulatice a sua mulher por parte do avô paterno por estar fora do grau, nem o trato que se diz tem com Catarina pois como não he pra comissário nem para notario e não consta que haja devacidade e na sua petição protesta que se acha emmendado”⁹⁸⁴. De pouco serviu a opinião expressa pelos inquisidores de Coimbra, uma vez que o Conselho Geral votou a suspensão temporária da habilitação. Interrupção que parece ter sido eterna já que a provisão parece não ter chegado a ser concedida.

Como é sabido os estatutos de pureza de sangue foram cruciais para o alinhamento da estrutura inquisitorial. Mais do que ser cristão-velho importava

⁹⁸¹ Lisboa, AN/TT, Conselho Geral do Santo Ofício, Habilitações, Bernardo, mç. 6, doc. 101.

⁹⁸² Lisboa, AN/TT, Conselho Geral do Santo Ofício, livro 376, fl. não numerado [letra J, ano 1753, 18 de Setembro].

⁹⁸³ Do amancebamento haviam resultado dois filhos ilegítimos: Manuel e Teresa, já falecidos, cf. Lisboa, AN/TT, Conselho Geral do Santo Ofício, Habilitações Incompletas, doc. 3508, fl. 6. Em 1754, perante a demora de um veredicto o habilitando tornou a enviar uma petição à Inquisição referindo que “como porem tenha medeado mais de hum anno depoes da ditta supplica sem ter avizo para o depozito que costuma anteceder a habilitaçam e o supplicante esteja certo de não ter macula algua que respeite a pureza de sangue pois he filho de Manoel Simoens Sarrano familiar do Santo Oficio e a ditta sua mulher tem hum irmão taobem familiar discorre lhe obstaria a fama ou rumor que no dito lugar houve de que o supplicante tinha comunicação menos licita com hũa molher da ditta freguezia, cuja fama ainda que sem fundamento verídico, tem feito cessar evitando a mais leve occasiao da sua subsistência de tal sorte que ainda para as pessoas que a isso se capacitem tem pello ditto modo mostrado com o seu exemplar procedimento perfeita emenda”, cf. Lisboa, AN/TT, Conselho Geral do Santo Ofício, Habilitações Incompletas, doc. 3508, fl. 9.

⁹⁸⁴ Lisboa, AN/TT, Conselho Geral do Santo Ofício, Habilitações Incompletas, doc. 3508, fls. 11-11v.

conseguir provar essa condição. Com o alongar dos processos aumentavam as despesas do processo, pago às custas do candidato, pelo que além da pureza de sangue, era essencial deter determinado poder económico. A carta de familiar funcionava como atestado de limpeza, aumentava o capital simbólico do habilitado, concedendo privilégios e honra, permitindo, no caso de não ser nobre, ascender ao «estado do meio» e iniciar ou consolidar a cobiçada ascendência social. Noutras situações a familiatura cessava qualquer mancha de honra associada a determinada família.

No território em estudo, nem todos os que solicitaram o ingresso na instituição obtiveram sucesso. Entre 1682 e 1725, foram recusados para familiares quatro moradores no território em estudo e para comissários dois eclesiásticos. Relativamente aos indeferimentos, nenhum dos motivos se sobrepôs aos demais. No que toca a leigos recusados as fontes revelaram um caso de cristã-novice, um de mulatice, um de parentes presos pelo Santo Ofício e um por motivos burocráticos. Por seu turno, um dos pretendentes a comissário foi indeferido devido a conduta imprópria, enquanto o outro foi considerado “suspeito”. No território em estudo, na cronologia supracitada, não existiu nenhuma situação de recusa por sangue mouro. O rigor do processo de habilitação parece ter sido mais acentuado no provimento de comissários. Compreensível, se tivermos em conta que destes dependia a reputação do Tribunal junto das populações e o crédito e honra das famílias.

Torna-se necessário questionar os dados. Os seis casos de recusas representaram a totalidade de indeferidos no período em análise? Provavelmente não. A investigação deu a conhecer outros indivíduos que, possivelmente, assistiram ao mesmo desfecho, como foi o caso do pombalense Filipe Marques. Verificou-se que em determinados processos pese os rumores de defeito no sangue ou de hábitos duvidosos a habilitação foi bem sucedida. Por outro lado, é inevitável questionar a rectidão dos que testemunhavam nos processos de habilitação? Será que alguns dos inquiridos levantaram falsos rumores movidos por vingança? Será que foram subornados para tal? Ou pelo contrário terão silenciado certos defeitos por terem sido previamente aliciados pelos candidatos? Importa ainda questionar a imparcialidade dos comissários que efectuavam as diligências de habilitação. Por outro lado, com o passar dos anos seria difícil que alguém recordasse os passados indecorosos dos habilitados. Portanto é possível que alguns dos habilitados tenham conseguido contornar o rigor do processo de habilitação.

Capítulo 2 – Crime e repressão inquisitorial

2.1 – A acção repressiva inquisitorial em Pombal

A actuação do Tribunal da Fé no território em apreço sentiu-se de forma quase imediata. No ano de 1546, ou seja, uma década depois da sua fundação, o Santo Ofício português interessou-se por uns papéis de conteúdo erasmiano, descobertos numa casa de João da Fonseca, morador em Pombal. Após 1565, ano em que a Inquisição de Coimbra foi restabelecida, a actividade repressiva do Tribunal passou a realizar-se de forma mais efectiva. Ainda assim, no século XVI, apenas seriam processados dois indivíduos, um por crimes contra o Santo Ofício e outro por proposições. A maioria dos autos, a saber 15, foi instaurada na centúria seguinte, enquanto no século XVIII, foram sentenciados seis indivíduos. Por seu turno, no século XIX, até 1821, ano em que a instituição foi extinta pelas Cortes Gerais Constituintes, não foi instaurado qualquer processo.

Ao longo dos 285 de existência da instituição foram delatados cerca de duas centenas de indivíduos, dos quais apenas foram sentenciados 23. No que respeitou ao sexo dos sentenciados existiu um certo equilíbrio entre géneros, já que 57% dos réus eram homens e 43% mulheres, proporção que não sofreu alterações significativas no que respeitou ao número das delações que acabaram por ser arquivadas.

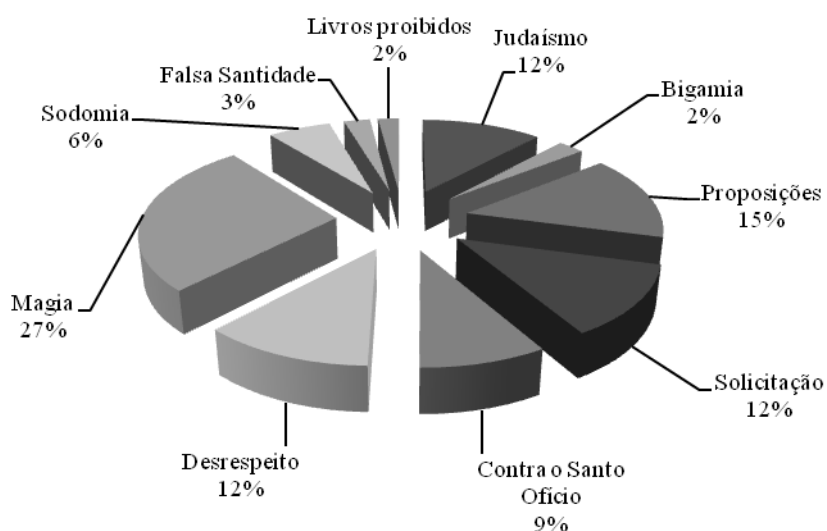
Quadro X
Percentagens de processados

Sexo	Número denunciados	Número processados	Percentagens processados
Masculino	115	13	11,3%
Feminino	80	10	12,5%
Total	195	23	11,8%

Ao analisarmos o volume de denúncias e os processos instaurados verificou-se que apenas 11,8% das delações originaram processo. Assim sendo, surgiu evidente a existência de duas realidades distintas. Se o Tribunal centrou a sua actuação sobre os cristãos-novos judaizantes, a população mostrou-se particularmente preocupada com outros casos, nomeadamente os que envolviam magia. Esta realidade é claramente

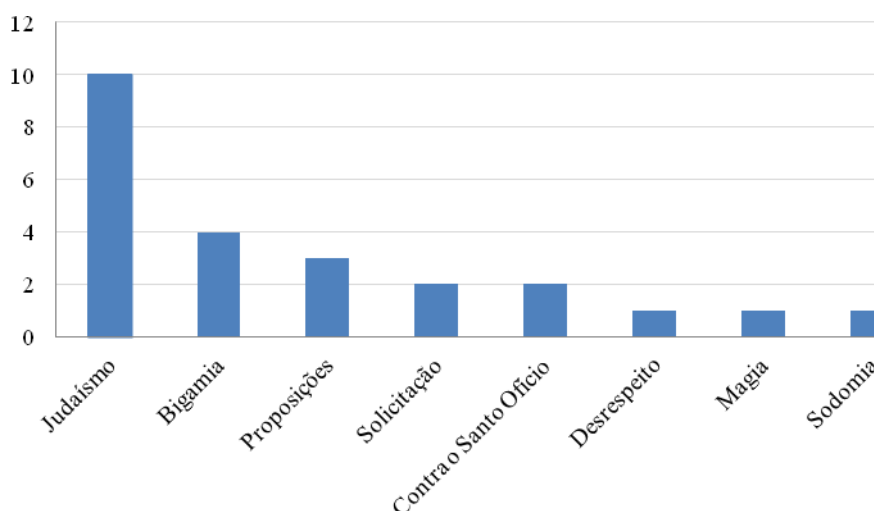
evidente se observarmos o número de denúncias arquivadas. De facto, a maioria das delações tocou a casos de magia (27%), seguidas pelas delações de juízos proferidos, ou seja, proposições (15%). Os casos de judaísmo delatados partilharam o terceiro lugar, juntamente com as situações de desrespeito e de solicitação (12% cada). Seguiram-se as denúncias por crimes contra a instituição (9%), sodomia (6%), falsa santidade (3%), posse de livros proibidos (2%) e bigamia (2%).

Gráfico 7
Distribuição das denúncias por crime



O gráfico número 7 é bastante elucidativo quanto à distribuição dos processos por delito. A maioria dos réus foi processada por judaísmo, crime que representou 42% da actividade do Tribunal na área geográfica em apreço. Tal não constitui uma novidade já que, pelo menos, até 1773, este delito monopolizou a actividade repressiva do Santo Ofício. Ainda assim, apenas foram processados dez judaizantes dos quais, como teremos oportunidade de verificar, apenas um residia, ao tempo da prisão, em Pombal, o que poderá apontar para uma reduzida comunidade cristã-nova neste espaço geográfico. No que respeita à actividade repressiva seguiram-se as causas por bigamia (17%), por proposições (13%), por solicitação (8%), por crimes contra o Santo Ofício (8%), por desrespeito (4%), por magia (4%) e por sodomia (4%). Os processados residiam preferencialmente em Pombal e no Louriçal, mas também, ainda que em menor proporção, e por ordem decrescente, em Abiul, na Redinha, em Almagreira e em Santiago de Litém.

Gráfico 8
Distribuição dos processos por delito



Apresentada esta informação base sobre o número de crimes, percentagens e ritmos repressivos importa analisar cada delito pormenorizadamente, trabalho que iremos desenvolver ao longo das páginas seguintes.

2.2 – Judaísmo

A presença de judeus na Península Ibérica é bastante remota, encontrando-se documentada desde o século III. No actual território português existem vestígios de população judaica pelo menos desde os séculos V e VI⁹⁸⁵. Ao contrário do que sucedeu em distintas áreas geográficas do espaço europeu, na Península Ibérica, sobremaneira em Portugal, as comunidades judaicas conheceram uma situação privilegiada. Neste último reino as medidas segregacionistas tomadas ao longo de sucessivos reinados, tais como a obrigatoriedade de uso de sinal distintivo, o constrangimento a habitar um espaço físico distinto, ou a restrição das relações entre judeus e cristãos, conheceram eficácia limitada, sendo o seu incumprimento realidade comprovada. Paralelamente,

⁹⁸⁵ Maria José Pimenta Ferro Tavares, *Os Judeus em Portugal no Século XIV*, 2.^a edição, Lisboa, Guimarães Editores, 2000, p. 11; Jorge Martins, “A Questão Judaica em Portugal. Bibliografia essencial comentada”, *Clio. Revista do Centro de História da Universidade de Lisboa*, nova série, n.º 9, Lisboa, 2003, p. 144.

acresce que em Portugal raramente ocorreram revoltas populares contra a minoria religiosa⁹⁸⁶.

A situação modificou-se com chegada ao reino de conversos castelhanos fugidos à Inquisição⁹⁸⁷. Este acontecimento motivou a eclosão de conflitos sociais um pouco por todo o território. Assim, em 1482, a comuna de Lisboa foi alvo de ataque⁹⁸⁸. Em Julho de 1485, a cidade do Porto pretendeu escorraçar os neófitos do reino vizinho, desejo novamente expresso em Março de 1487. Repetidamente o monarca mostrou-se contrário à vontade dos vereadores⁹⁸⁹. Em Abril desse ano, D. João II ordenou que o comportamento dos conversos castelhanos fosse devassado, vedando-lhes a saída do reino, sob pena de morte. Na sequência das inquirições, alguns dos relapsos foram inclusive queimados, como foi o caso de João de Niebla⁹⁹⁰.

Entretanto, em Castela a relação entre judeus e cristãos conheceu cisão definitiva em 1492, ao ser decretada a expulsão geral dos judeus daquele reino⁹⁹¹. O acontecimento motivou nova leva de judeus e conversos a passar a Portugal. Perante a situação, D. João II autorizou, mediante pagamento, a permanência por espaço de oito meses aos que pretendessem utilizar o reino como escala para outras paragens. Em simultâneo, permitiu a fixação permanente a 600 famílias, a troco de verba mais elevada⁹⁹². A chegada desta população ampliou fortemente a tensão social. A 19 de Outubro de 1492, numa tentativa de serenar os ânimos, o monarca concedeu largas benesses aos judeus que abjurassem⁹⁹³. Os que optaram pela permanência na antiga religião passaram à condição de cativos do rei, enquanto os seus descendentes, menores

⁹⁸⁶ Sobre esta matéria cf. Maria José Pimenta Ferro Tavares, *Os Judeus em Portugal no Século XIV* [...], pp. 72-79; Idem, *Os Judeus em Portugal no Século XV*, vol. 1, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, 1982, pp. 398-423.

⁹⁸⁷ Sobre a Inquisição em Castela e Aragão estabelecida em 1478 e 1482, respectivamente, cf. a síntese apresentada por Roberto López-Vela “Inquisizione Spagnola”, in *Dizionario storico dell’Inquisizione*, vol. 2, direcção de Adriano Prosperi com a colaboração de Vincenzo Lavenia e John Tedeschi, Pisa, Edizioni Della Normale, 2010, pp. 827-845.

⁹⁸⁸ Maria José Pimenta Ferro Tavares, *Os Judeus em Portugal no Século XV* [...], vol. 1, pp. 423-424.

⁹⁸⁹ Humberto Baquero Moreno, “Reflexos na Cidade do Porto da Entrada dos Conversos em Portugal nos fins do Século XV”, *Revista de História*, vol. 1, Porto, 1978, pp. 19-23. Já em 1481, os vereadores do Porto haviam expulsado os judeus, provenientes de Arrifana e Zurara, os quais haviam transportado cadáveres de parentes para serem enterrados no cemitério da cidade, cf. Maria José Ferro Tavares, *Os Judeus em Portugal no Século XV* [...], vol. 1, pp. 425-426.

⁹⁹⁰ Maria José Pimenta Ferro Tavares, *Judaísmo e Inquisição. Estudos*, Lisboa, Editorial Presença, 1987, pp. 113-114.

⁹⁹¹ Luis Suárez Fernández, *La Expulsión de los Judios de España*, Madrid, Mapfre, 1992; Francisco Bethencourt, *História das Inquisições* [...], p. 243. Anos antes alguns prelados haviam decretado a expulsão da minoria dos seus bispados. Por exemplo, a 1 de Janeiro de 1483, foi decretada a expulsão dos judeus da Andaluzia.

⁹⁹² Maria José Pimenta Ferro Tavares, “Judeus e Conversos Castelhanos em Portugal”, *História Medieval. Anales de la Universidad de Alicante*, n.º 6, Alicante, 1987, pp. 349-351.

⁹⁹³ Maria José Pimenta Ferro Tavares, *Os Judeus em Portugal no Século XV* [...], vol. 1, p. 428.

de idade, foram baptizados e entregues a Álvaro de Caminha, donatário de São Tomé, tendo participado na colonização daquele arquipélago⁹⁹⁴.

O início do reinado de D. Manuel, no que respeita à questão judaica, ficou marcado por medidas políticas opostas. Tendo começado por decretar a libertação dos judeus castelhanos da condição de cativos imposta pelo antecessor, veio pouco depois a determinar a expulsão da minoria do reino. O édito assinado em Dezembro de 1496, resultante quer de pressões internas quer externas, compelia judeus e mouros a abandonar o reino até final de Outubro de 1497, sob pena de morte e confisco de bens⁹⁹⁵. Às minorias restava permanecer no reino como cristãs, ou abandonar o território entregando bens e filhos menores.

Por diversos motivos, que não cabe aqui escarpelizar, a maioria permaneceu em Portugal tendo sido baptizados um pouco por todo o território, passando a ser designados por cristãos-novos de judeus e cristãos-novos de mouros ou mouriscos, concretamente⁹⁹⁶. Foram então decretadas medidas que visaram a integração destes indivíduos. No entanto, a política não alcançou os objectivos traçados, pois ainda que a conversão tenha possibilitado à minoria aceder à nobreza, à Igreja, às magistraturas, aos cargos municipais, às ordens militares e ao direito de cidadania, a maioria cristã-velha não olvidava o passado dos convertidos⁹⁹⁷. Levantamentos populares contra os cristãos-novos foram registados em Lisboa, Évora e Gouveia, sendo de destacar pela violência o ocorrido a 19 de Abril de 1506, na Corte⁹⁹⁸. Pouco depois, em 1515, panfletos de cariz anti-semita foram afixados na mesma cidade⁹⁹⁹. Por seu turno, os cristãos-novos, ou uma parte deles, optaram também pela diferença. Continuaram a casar entre si, a habitar a antiga judiaria e a manter as práticas religiosas preconizadas pelo culto judaico. O próprio termo cristão-novo reforçava o isolamento¹⁰⁰⁰. Como referiu Maria José Pimenta Ferro Tavares o baptismo dos judeus não foi seguido de uma doutrinação

⁹⁹⁴ Maria José Pimenta Ferro Tavares, *Os Judeus em Portugal no Século XV* [...], vol. 1, pp. 483-485.

⁹⁹⁵ Maria José Pimenta Ferro Tavares, *Judaísmo e Inquisição* [...], pp. 26-29; Elvira Cunha de Azevedo Mea, *A Inquisição de Coimbra* [...], pp. 38-39.

⁹⁹⁶ Maria José Pimenta Ferro Tavares, *Os Judeus em Portugal no Século XV* [...], vol. 1, p. 490.

⁹⁹⁷ Maria José Pimenta Ferro Tavares, *Judaísmo e Inquisição* [...], p. 89.

⁹⁹⁸ Yosef Hayim Yerushalmi, *The Lisbon Massacre of 1506 and the royal image in the Shebet Yehudah*, Cincinnati, Jewish Institut os Religion, 1976; François Soyer, "The Massacre of the New Christians of Lisbon in 1506: a new Eyewitness Account", *Cadernos de Estudos Sefarditas*, vol. 7, Lisboa, 2007, pp. 221-244; Susana Basto Mateus, Paulo Mendes Pinto, *Lisboa, 19 de Abril de 1506. O Massacre dos Judeus*, Lisboa, Alêtheia, 2007.

⁹⁹⁹ Maria José Pimenta Ferro Tavares, *Judaísmo e Inquisição* [...], p. 119.

¹⁰⁰⁰ Marco António Nunes da Silva, "Cripto-Judaísmo em Portugal seiscentista", *Cadernos de Estudos Sefarditas*, vol. 3, Lisboa, 2003, p. 247.

continua o que contribuiu para “uma vivência exterior cristã e uma fé interior mosaica”¹⁰⁰¹.

A 21 de Abril de 1522, D. João III confirmou a lei de 30 de Maio de 1497, comprometendo-se a não indagar sobre o comportamento dos cristãos-novos por espaço de 16 anos. Em Abril de 1524, permitiu a saída da minoria do reino e autorizou a venda de bens de raiz, prometendo não os distinguir da maioria ao ratificar a lei de 1 de Março de 1507. Não obstante, esta política foi prontamente interrompida. Ainda em 1524, o monarca ordenou que fosse averiguado o comportamento religioso dos cristãos-novos¹⁰⁰². Em 1525, nas Cortes de Torres Novas, grassaram acusações contra a comunidade cristã-nova. Nesse mesmo ano, novo surto de peste foi mais uma vez atribuído à minoria¹⁰⁰³. Entretanto, aumentou a convicção de práticas judaicas entre os conversos. Por outro lado, a presença de David Reubeni em Portugal entre 1525 e 1526, reacendeu a esperança na vinda do Messias junto das comunidades cristãs-novas¹⁰⁰⁴. Concomitantemente, intensificaram-se as pressões de Carlos V, descontente com o facto de continuarem a entrar em Portugal conversos castelhanos. Deste modo, em 1525, D. João III instou junto do papado o estabelecimento de um Tribunal do Santo Ofício em Portugal, pedido que renovou em 1531¹⁰⁰⁵. Ao forte abalo sísmico sentido no reino neste último ano, atribuído ao criptojudaísmo dos cristãos-novos, juntava-se a urgência de por cobro às dificuldades financeiras da Fazenda Real, significativas desde finais da década de 20, as quais se esperava colmatar com o confisco de bens. A 17 de Dezembro de 1531, o papa Clemente VII estabeleceu uma Inquisição com jurisdição sobre casos de criptojudaísmo, luteranismo, e outras heresias¹⁰⁰⁶. O documento, que nunca chegou a ser aplicado, deve ter causado pânico e desejo de fuga entre os conversos, pelo que a 14 de Junho de 1532, estes foram proibidos de abandonar o reino por espaço de três anos¹⁰⁰⁷. O período que se seguiu à expedição da bula de 1531, ficou marcado por uma

¹⁰⁰¹ Maria José Pimenta Ferro Tavares, “Para o Estudo dos Judeus de Trás-os-Montes no Século XVI: A 1.ª Geração de Cristãos Novos”, *Cultura – História e Filosofia*, vol. IV, Lisboa, 1985, p. 377.

¹⁰⁰² Maria José Pimenta Ferro Tavares, *Judaísmo e Inquisição* [...], pp. 120-122.

¹⁰⁰³ Elvira Cunha de Azevedo Mea, *A Inquisição de Coimbra* [...], pp. 43-44.

¹⁰⁰⁴ Maria José Pimenta Ferro Tavares, *Judaísmo e Inquisição* [...] pp. 122-123; Idem, “Características do Messianismo Judaico em Portugal”, *Estudos Orientais*, vol. 2, Lisboa, 1991, pp. 245-266; Elvira Cunha de Azevedo Mea, *A Inquisição de Coimbra* [...], pp. 44-45.

¹⁰⁰⁵ Maria José Pimenta Ferro Tavares, *Judaísmo e Inquisição* [...], pp. 126-127. Em 1515, D. Manuel I, instigado pela pressão castelhana havia instado, junto de Leão X, a fundação de uma Inquisição no reino, cf. Idem, *Ibidem*, pp. 118-119; Giuseppe Marcocci, “A Fundação da Inquisição em Portugal: um novo olhar”, *Lusitania Sacra*, 2.ª série, tomo XXIII, Lisboa, 2011, pp. 17-40.

¹⁰⁰⁶ Maria José Pimenta Ferro Tavares, *Judaísmo e Inquisição* [...], pp. 127-128.

¹⁰⁰⁷ João José Alves Dias, “A comunicação entre o poder central e local. A difusão de uma lei em 1532”, *Ensaaios de Historia Moderna*, Lisboa, Editorial Presença, 1988, p. 132.

longa negociação entre o papado e Portugal, que não cabe especificar no âmbito deste trabalho¹⁰⁰⁸. Finalmente, a 23 de Maio de 1536, Paulo III, pela bula *Cum ad nihil magis*, estabeleceu o Santo Ofício da Inquisição em Portugal¹⁰⁰⁹. O documento, publicado no mês de Outubro de 1536, não compreendia, tal como a bula de 1531, a totalidade de poderes requerida, nomeadamente no que respeitava à jurisdição sobre casos de heresia, ao confisco de bens e ao sigilo processual¹⁰¹⁰. Tais prerrogativas apenas seriam consagradas na bula *Meditatio cordis* de 16 de Julho de 1547.

Em Castela num primeiro momento, compreendido entre 1483 e 1525, o judaísmo mereceu particular atenção por parte das autoridades inquisitoriais. A partir da década de 50 do século XVI, as percentagens de judaizantes penitenciados diminuíram consideravelmente¹⁰¹¹. Nova perseguição significativa foi registada a partir de 1630, para o que contribuiu fortemente a entrada de cristãos-novos portugueses naquele reino. A sua presença, significativa desde 1580-1590, foi de tal forma que aquele período foi apelidado de época portuguesa ou século dos portugueses¹⁰¹². Após este período o

¹⁰⁰⁸ Sobre esta questão cf. Maria José Pimenta Ferro Tavares, *Judaísmo e Inquisição* [...], pp. 127-138; Elvira Cunha de Azevedo Mea, *A Inquisição de Coimbra* [...], pp. 45-51. Sobre os antecedentes do estabelecimento da Inquisição em Portugal e o papel desempenhado no processo pelos teólogos da Corte, cf. Giuseppe Marcocci, “A Fundação da Inquisição em Portugal [...]”, pp. 17-40.

¹⁰⁰⁹ O documento encontra-se publicado em *Corpo Diplomático Português* [...], tomo 3, Lisboa, Academia Real das Ciências de Lisboa, 1868, pp. 302-307 e em *Documentos para a História da Inquisição em Portugal* [...], pp. 23-27.

¹⁰¹⁰ Giuseppe Marcocci, “A Fundação da Inquisição em Portugal [...]”, p. 38.

¹⁰¹¹ Jean Pierre Dedieu, “Los Cuatro Tiempos de la Inquisición”, *Inquisición Española: Poder Político* [...], pp. 18-27; Catherine Brauet-Noble, Marie-José Marc, “La Unificación Religiosa y Social: la Represión de las Minorías”, *Inquisición Española: Poder Político* [...], pp. 126-147; Lleonard Muntaner i Mariano, “Los Grandes Ciclos de Actividad de la Inquisición Española en Mallorca (1488-1691)”, *Perfiles Jurídicos de la Inquisición Española*, direcção de José António Escudero, Madrid, Instituto de Historia de la Inquisición da Universidade Complutense, 1989, p. 760.

¹⁰¹² Jean Pierre Dedieu, “Los Cuatro Tiempos [...]”, p. 21-25; Catherine Brauet-Noble, Marie-José Marc, “La Unificación Religiosa [...]”, pp. 137-143; Jaime Contreras, *El Santo Oficio* [...], pp. 590-595; Idem, “Marranismo Hispanico, Marranismo Português”, *Historia de la Inquisición en España y America*, direcção de J. Perez Villanueva e B. Escandell Bonet, vol. 2, *Estructuras del Santo Oficio*, Madrid, Biblioteca de Autores Cristianos, Centro de Estudios Inquisitoriales, 1993, pp. 621-627; Maria Angeles Fernandez Garcia, “Los Judeoconversos Portugueses y la Inquisición Granadina en el Siglo XVII”, *Inquisição. Comunicações apresentadas ao 1.º Congresso Luso-Brasileiro sobre Inquisição*, coordenação de Maria Helena Carvalho dos Santos, vol. 2, Lisboa, Sociedade Portuguesa de Estudos do Século XVIII, Universitária Editora, 1989, pp. 551-555; Dinaci Lhamby, “Los Judíos Portugueses en el Tribunal Inquisitorial de Córdoba”, *Inquisição. Comunicações* [...], vol. 1, pp. 415-422; Isabel Maria Ribeiro Mendes, “Portugueses na Inquisição de Toledo: o Processo de Manuel Gomes da Silveira (1631-1632), Médico de Guadalupe”, *Portugaliae Historica*, 2.ª série, vol. I, Lisboa, 1991, pp. 179-198; Rafael Carrasco, “Preludio al ‘Siglo de los Portugueses’. La Inquisición de Cuenca y los judaizantes lusitanos en el siglo XVI”, *Hispania: Revista española de Historia*, vol. 47, n.º 166, Madrid, 1987, pp. 503-559; Idem, “Inquisición y Judaizantes Portugueses en Toledo (segunda mitad del siglo XVI)”, *Manuscrits: Revista d’Història Moderna*, n.º 10, Barcelona, 1992, pp. 41-60; Erika Puentes Quesada, “Un Linaje «portugués» en Pastrana. La Familia de Sederos de Simon Muñoz”, *Manuscrits: Revista d’Història Moderna*, n.º 10, Barcelona, 1992, pp. 157-182.

judaísmo voltaria a ser ferozmente perseguido nas primeiras décadas do século XVIII¹⁰¹³.

Em Portugal o delito quase monopolizou a acção do Tribunal, em especial até 1773, data em que se assistiu à abolição da distinção entre cristãos-novos e cristãos-velhos¹⁰¹⁴. Na Inquisição do Porto, entre 1541-1542, os casos de judaísmo representaram 90% dos delitos sentenciados¹⁰¹⁵. No decorrer dos séculos XVI e XVII, no território sob alçada do tribunal de Coimbra 83,4% dos processos foram movidos contra judaizantes¹⁰¹⁶. Idêntica proporção foi registada em Évora entre 1533 e 1668¹⁰¹⁷. Naquele distrito inquisitorial a percentagem manteve-se elevada no século XVIII¹⁰¹⁸. Estudos de caso evidenciam os dados gerais. Por exemplo, na vila de Mourão entre 1597 e 1669, a razão de cristãos-novos penitenciados por judaísmo foi de 81,8%¹⁰¹⁹. Situação análoga sucedeu em Alvito entre 1542 e 1641¹⁰²⁰. Em Olivença a percentagem de judaizantes processados elevou-se a 92,9% no período compreendido entre 1559 e 1782¹⁰²¹. Mais a Sul, no Algarve, entre 1635 e 1637, dos 215 penitenciados pelo tribunal eborense apenas quatro eram cristãos-velhos, sendo que dois estiveram

¹⁰¹³ Catherine Brauet-Noble, Marie-José Marc, “La Unificación Religiosa [...]”, pp. 144-146; Rafael de Lera García, “La Última Gran Persecución Inquisitorial contra el Criptojudaísmo: el Tribunal de Cuenca, 1718-1725”, *Perfiles Jurídicos* [...], pp. 805-838; Idem, “Gran Ofensiva Antijudía de la Inquisición de Granada (1715-27)”, *Inquisição. Comunicações* [...], vol. 3, pp. 1087-1108; Antonio Peñafiel Ramón, “Reductos Judaizantes en el Siglo XVIII. El Tribunal del Santo Oficio de Murcia”, *Revista de la Inquisición*, vol. 2, Madrid, 1992, pp. 49-70; José Martínez Millán, “La Persecución Inquisitorial contra os Criptojudíos en el Siglo XVIII. El Tribunal de Llerena (1700-1730)”, *Historia de la Inquisición en España y América*, direcção J. Perez Villanueva e B. Escandell Bonet, vol. 3 (*Temas y Problemas*), Madrid, Biblioteca de Autores Cristianos, Centro de Estudios Inquisitoriales, 2000, pp. 557-656.

¹⁰¹⁴ Isaiás da Rosa Pereira, *Considerações em torno da Carta de Lei de D. José I, de 1773, relativa à Abolição das Designações de “Cristão-velho” e “Cristão-novo”*, Lisboa, [s.n.], 1988.

¹⁰¹⁵ Hermínia Vasconcelos Vilar, “A Inquisição do Porto: Actuação e Funcionamento (1541-1542)”, *Revista de História Económica e Social*, n.º 21, Lisboa, 1987, pp. 29-46.

¹⁰¹⁶ José Veiga Torres, “Uma Longa Guerra Social. Novas perspectivas para o estudo da Inquisição Portuguesa. A Inquisição de Coimbra”, *Revista de História das Ideias*, vol. 8, Coimbra, 1986, p. 66. No século XVI, a percentagem de processados por práticas criptojudáicas ascendeu aos 88,19%, cf. Elvira Cunha de Azevedo Mea, *A Inquisição de Coimbra* [...], pp. 318, 357-358.

¹⁰¹⁷ António Borges Coelho, *Inquisição de Évora* [...], vol. 2, p. 72. Entre 1541 e 1550, a percentagem rondou os 73,3%, cf. Maria do Carmo Teixeira Pinto, Lucília Maria Luís Ferreira Runa, “Inquisição de Évora: dez anos de funcionamento (1541-1550)”, *Revista de História Económica e Social*, n.º 22, Lisboa, 1988, pp. 51-76.

¹⁰¹⁸ Maria Benedita Aires de Almeida Araújo, “Subsídios para o Estudo da Actuação Inquisitorial no sul do País”, *Primeiras Jornadas de História Moderna*, vol. 1, Lisboa, Centro de História da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1989, p. 428.

¹⁰¹⁹ João dos Santos Ramalho Cosme, *A vila de Mourão na Inquisição de Évora (1559-1782). Subsídios para o seu Estudo*, [Mourão], Câmara Municipal de Mourão, 1989, pp. 11-13 (cálculos efectuados a partir dos dados fornecidos pelo autor).

¹⁰²⁰ António João Feio Valério, *Alvito: o Espaço e os Homens (1251-1640). Subsídios para a História de uma vila Alentejana*, vol. 1, Lisboa, Dissertação de Mestrado em História Moderna apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1993, exemplar mimeografado, pp. 748-751.

¹⁰²¹ João dos Santos Ramalho Cosme, “Olivença na Inquisição de Évora (1559-1782)”, *Revista de Estudios Extremeños*, tomo 46, n.º 2, Badajoz, 1990, pp. 381-382.

implicados na fuga de cristãos-novos¹⁰²². Por seu turno, no tribunal lisiponense no período decorrido entre 1540 e 1629, 68% dos processos incidiram sobre judaizantes¹⁰²³. No mesmo distrito, na primeira metade de Setecentos, 80% dos sentenciados foram cristãos-novos na maioria acusados de judaizar¹⁰²⁴. Relativamente ao arquipélago da Madeira, Isabel Drumond Braga estima que, ao longo da Época Moderna, o delito tenha representado 33% do total de processados¹⁰²⁵. Por sua vez, nos Açores, entre 1557 e 1802, a percentagem de judaizantes foi de 23%, sendo o delito que originou maior número de processos¹⁰²⁶.

De igual forma as visitas de distrito protagonizadas pela Inquisição registaram, na maioria das ocasiões, percentagens elevadas de judaizantes, independentemente dos objectivos que motivaram o seu adimplemento¹⁰²⁷. Assim, a visita ao bispado de Portalegre em 1578-1579, resultou na delação de 113 cristãos-novos, isto é, 80% dos delatados¹⁰²⁸. Pelo contrário a visita ao priorado do Crato em 1587-1588, registou simplesmente 10% de situações de judaísmo, ainda que neste caso se trate apenas de confissões¹⁰²⁹. No espaço jurisdicional lisiponense a visita à vila de Tomar no ano de

¹⁰²² Joaquim Romero Magalhães, “E Assim se Abriu Judaísmo no Algarve”, *Revista da Universidade de Coimbra*, vol. 29, Coimbra, 1981, p. 28.

¹⁰²³ Francisco Bethencourt, *História das Inquisições* [...], p. 279.

¹⁰²⁴ Maria Luísa Braga, “Cristãos-Novos Penitenciados pela Inquisição de Lisboa (1707-1750): Uma Interpretação da Eficácia do Tribunal”, *Estudos em Homenagem a Jorge Borges de Macedo*, Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica, Centro de Arqueologia e História da Universidade de Lisboa, 1992, pp. 389 e 407.

¹⁰²⁵ Isabel M. R. Mendes Drumond Braga, “A Inquisição e a Sociedade Madeirense na Época Moderna: Elementos para o seu Estudo”, *Portos, Escalas e Ilhéus no Relacionamento entre o Ocidente e o Oriente. Actas do Congresso Internacional Comemorativo do Regresso de Vasco da Gama a Portugal*, coordenação de Avelino de Freitas de Meneses, vol. 2, [s.l.], Universidade dos Açores, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2001, pp. 183-255. Entre 1690 e 1719, a percentagem de casos de judaísmo delatados foi de 8,3%, cf. Maria do Carmo Jasmins Dias Farinha, “A Inquisição na Madeira no período de transição entre os séculos XVII e XVIII (1690-1719)”, *Actas do III Colóquio Internacional de História da Madeira*, Funchal, Centro de Estudos de História do Atlântico, 1993, pp. 880-883.

¹⁰²⁶ Paulo Drumond Braga, *A Inquisição nos Açores* [...], p. 170.

¹⁰²⁷ Sobre as áreas visitadas, ritmos e cerimonial de visita cf. Francisco Bethencourt, “Inquisição e Controle Social”, *História & Crítica*, n.º 14, 1987, pp. 5-18. A finalidade das visitas divergiu no tempo e no espaço, cf. Idem, *História das Inquisições* [...], pp. 189-190. Por exemplo, o objectivo da visita da Inquisição a Tomar em 1561, passou por desvendar o autor da afixação, na porta da igreja de São João, de um papel contendo ideias heréticas, cf. Maria do Carmo Teixeira Pinto, “A Visita do Licenciado Pedro Álvares de Paredes a Tomar (1561)”, *Arqueologia do Estado* [...] vol. 1, pp. 357-373. Pelo contrário, a Visita da Inquisição ao Arcebispado de Braga no ano de 1565, a pedido de D. frei Bartolomeu dos Mártires, foi motivada pelo comportamento dos cônegos da sé após o sínodo de 1564, cf. Giuseppe Marcocci, “O Arcebispo de Braga, D. Frei Bartolomeu dos Mártires (1559-82). Um caso de Inquisição pastoral?”, *Revista de História da Sociedade e da Cultura*, vol. 9, Coimbra, 2009, pp. 136-137.

¹⁰²⁸ Maria Paula Marçal Lourenço, “Para o Estudo da Actividade Inquisitorial no Alto Alentejo: a Visita da Inquisição de Lisboa ao bispado de Portalegre em 1578-1579”, *A Cidade. Revista Cultural de Portalegre*, n.º 3, nova série, 1989, pp. 114, 120-122.

¹⁰²⁹ Maria Paula Marçal Lourenço, “Inquisição e Cristãos-Velhos: a Visita ao Priorado do Crato em 1587-1588”, *A Cidade. Revista Cultural de Portalegre*, n.º 8, nova série, Portalegre, 1993, pp. 40, 46-49.

1561, resultou na denúncia maioritária de cristãos-novos¹⁰³⁰. Em Santarém, na visitação de 1624-1625, 60,2% das denúncias recaíram sobre judaizantes¹⁰³¹. Nos arquipélagos dos Açores e da Madeira as primeiras visitas registaram número elevado de denúncias contra cristãos-novos acusados de judaizar, proporção que diminuiu consideravelmente nas visitas seguintes¹⁰³². No Brasil o judaísmo foi sempre o delito com maior cifra de denúncias¹⁰³³. De igual forma, em Angola e no Congo um inquérito conduzido pelo inaciano Jorge Pereira, nos últimos anos do século XVI, visou sobretudo os cristãos-novos, os quais representaram 66,6% dos denunciados¹⁰³⁴.

Diversas visitas de distrito foram realizadas na área jurisdicional do tribunal coimbrão. Por exemplo, o Porto foi alvo de duas visitas, uma em 1564-1565 e outra em 1570, atingindo o judaísmo percentagens elevadas particularmente na segunda visitação¹⁰³⁵. Na ida da Inquisição a Braga, Viana da Foz do Lima e Vila do Conde no primeiro semestre de 1565, o delito ocupou a segunda posição com 14% das denúncias¹⁰³⁶. A zona da Beira foi visitada em 1579, pelo doutor Marcos Teixeira. Nesta ocasião o judaísmo representou 76,5% das denúncias¹⁰³⁷. Na mesma linha, a deslocação do Santo Ofício ao Minho e a Trás-os-Montes, em 1583, revelou um claro predomínio de delatados por práticas criptojudasizantes¹⁰³⁸.

¹⁰³⁰ Maria do Carmo Teixeira Pinto, “A Visita do Licenciado [...]”, pp. 360 e 368.

¹⁰³¹ Maria Paula Marçal Lourenço, “Uma Visita da Inquisição de Lisboa: Santarém 1624-1625”, *Inquisição. Comunicações* [...], vol. 2, pp. 578-583.

¹⁰³² Cf. os trabalhos de Fernanda Olival, “A Inquisição e a Madeira: A Visita de 1618”, *Actas do I Colóquio Internacional de História da Madeira*, vol. 2, Funchal, Governo Regional da Madeira, 1989, pp. 773 e 787-788; Idem, “A Visita da Inquisição à Madeira em 1591-92”, *Actas. III Colóquio Internacional de História da Madeira*, Funchal, Centro de Estudos de História do Atlântico, 1993, pp. 503-504; Paulo Drumond Braga, *A Inquisição nos Açores* [...], pp. 166-167.

¹⁰³³ Sonia A. Siqueira, *A Inquisição Portuguesa* [...], pp. 235-266; *Confissões da Bahia: Santo Ofício da Inquisição de Lisboa*, organização de Ronaldo Vainfas, São Paulo, Companhia das Letras, 1997; Lina Gorenstein, “A terceira visitação do Santo Ofício às partes do Brasil (século XVII)”, *A Inquisição em Xexé* [...], pp. 25-31; Ana Margarida Santos Pereira, *A Inquisição no Brasil* [...], pp. 112-137.

¹⁰³⁴ José Augusto N. Silva Horta, “A Inquisição em Angola e Congo: O Inquérito de 1596-98 e o Papel Mediador das Justiças Locais”, *Arqueologia do Estado* [...], vol. 1, pp. 392-393 e 402-403.

¹⁰³⁵ Maria do Carmo Teixeira Pinto, “As Duas Visitas da Inquisição ao Porto no século XVI: Notas para o seu estudo”, *Xudeus e Converos na História. Actas do Congresso Internacional*, direcção de Carlos Barros, vol. 2, Santiago de Compostela, Diputación Orense, Editorial de la Historia, 1994, pp. 371-387. Sobre a visita de 1570, cf. igualmente Elvira Cunha de Azevedo Mea, *A Inquisição de Coimbra* [...], pp. 231-236. O tribunal coimbrão apenas foi restabelecido em 1565, pelo que na primeira visita mencionada, a área estava sob alçada do tribunal olisiponense, cf. Idem, *Ibidem*, pp. 67-85.

¹⁰³⁶ Isabel M. R. Mendes Drumond Braga, “A Visita da Inquisição a Braga, Viana do Castelo e Vila do Conde em 1565”, *Revista de la Inquisición*, n.º 3, Madrid, 1994, pp. 41-42 e 50-51. Percentagem compreensível tendo em conta o objectivo da visita.

¹⁰³⁷ Elvira Cunha de Azevedo Mea, *A Inquisição de Coimbra* [...], pp. 236-246.

¹⁰³⁸ Isabel M. R. Mendes Drumond Braga; Paulo Drumond Braga, “Jerónimo de Sousa por Terras de Trás-os-Montes, em 1583”, *Páginas da História da Diocese de Bragança-Miranda. Congresso Histórico 450 Anos da Fundação. Actas*, Bragança, Comissão de Arte Sacra de Bragança-Miranda, 1997, p. 793. Sobre esta visita cf. igualmente Elvira Cunha de Azevedo Mea, *A Inquisição de Coimbra* [...], pp. 247-

Número considerável de cristãos-novos havia-se estabelecido no bispado de Coimbra. Desta realidade tomou conhecimento o bispo-conde D. frei João Soares durante uma peregrinação que efectuou a Jerusalém. Na ocasião, o prelado foi informado que na sua diocese abundavam cristãos-novos endinheirados que guardavam a Lei Velha¹⁰³⁹. Mais tarde, em 1592, o bispo daquela diocese D. Afonso de Castelo Branco solicitou junto do inquisidor geral que o arcediagado de Seia fosse visitado pelo Santo Ofício por “aver naqueles lugares muitos judeus que sam mui parentes de cristãos novos, de que estam aquelas terras cheias”¹⁰⁴⁰. No ano seguinte, o antístite insistiu na premência da visita àquele território¹⁰⁴¹. Quanto a Pombal e freguesias limítrofes a documentação nada refere. No entanto, quer parecer que a situação geográfica da área em estudo, situada a escassas léguas da sede do tribunal, aliada à ausência de uma comunidade cristã-nova de vulto terá tornado perfeitamente dispensável a ocorrência de uma visita, até porque a organização de tal mecanismo gerava enormes dificuldades, e havia outros locais que urgia visitar. De facto, como bem mencionou Elvira Cunha de Azevedo Mea a dimensão, geográfica e humana, da área jurisdicional do tribunal coimbrão, aliada à insuficiência de funcionários e a factores de cariz económico condicionaram o número de visitas¹⁰⁴². Deste modo, as visitas cobriram sobretudo espaços periféricos, mormente zonas de fronteira com Castela que constituíam locais de entrada e fixação de conversos castelhanos¹⁰⁴³. Acresce que os casos de judaísmo descobertos em outras zonas do distrito inquisitorial coimbrão, com particular destaque para Bragança, vieram obstruir a acção do Tribunal¹⁰⁴⁴.

Os vestígios da presença judaica na região em apreço remontam ao século XV. Após a instauração de uma feira franca a 4 de Maio de 1440, alguns judeus revelaram interesse em radicar-se em Pombal, ainda assim o seu número não terá sido elevado¹⁰⁴⁵. Apenas é conhecido o caso de Salomão Conde, assistente naquela vila, que a 27 de

251. Para outras visitas não existem dados. É o caso da realizada a Gouveia em 1564 e à comarca de Ribacoa em 1587, cf. Idem, *Ibidem*, pp. 92-260.

¹⁰³⁹ Elvira Cunha de Azevedo Mea, *A Inquisição de Coimbra* [...], p. 93.

¹⁰⁴⁰ Elvira Cunha de Azevedo Mea, *A Inquisição de Coimbra* [...], p. 263.

¹⁰⁴¹ Elvira Cunha de Azevedo Mea, *A Inquisição de Coimbra* [...], pp. 263-264.

¹⁰⁴² Elvira Cunha de Azevedo Mea, *A Inquisição de Coimbra* [...], pp. 228, 247 e 261.

¹⁰⁴³ Maria Paula Marçal Lourenço, “Para o Estudo da Actividade Inquisitorial no Alto Alentejo [...]”, pp. 110-111; Francisco Bethencourt, *História das Inquisições* [...], p. 188. A mesma realidade foi constatada em Espanha, cf. Jaime Contreras, *El Santo Oficio* [...], p. 479. Francisco Bethencourt referiu que os espaços menos visados pela visita inquisitorial foram os situados na área de influência da sede de distrito. Sendo o caso mais evidente o do tribunal de Coimbra, onde a vasta área localizada entre Aveiro, Viseu, Sertã e Leiria não foi alvo de uma única visita, cf. Francisco Bethencourt, “Inquisição e Controle [...]”, p. 8.

¹⁰⁴⁴ Elvira Cunha de Azevedo Mea, *A Inquisição de Coimbra* [...], p. 264.

¹⁰⁴⁵ A carta régia pode ser consultada em Saul António Gomes, *Pombal Medieval* [...], pp. 135-137.

Abril de 1442, recebeu privilégio de poder comercializar em todo o reino em igualdade de circunstâncias com os mercadores cristãos¹⁰⁴⁶. Na mesma centúria, passaram por Pombal outros judeus, como mestre Abraão e Fernão Rodrigues Loborinho, que desde Leiria seguiram o pregador Simão de São Mateus e dois moços judeus, ao que parece forçadamente convertidos¹⁰⁴⁷. No século XVI, a comunidade cristã-nova não seria por certo elevada. Conhecemos apenas cinco casos, entre os quais João da Fonseca, natural de Viseu e morador em Pombal¹⁰⁴⁸.

O número de delatados, processados e sentenciados por culpas de judaísmo foi bastante reduzido, o que parece comprovar a ausência de uma comunidade cristã-nova de vulto. De facto, ao longo dos quase três séculos de existência do Tribunal da Fé, apenas 23 indivíduos foram delatados por semelhantes culpas e destes somente dez foram processados. Factores distintos motivaram a não abertura de processo. Em determinados casos os delatados já haviam falecido¹⁰⁴⁹, noutros existia uma única testemunha, sem qualquer relação de parentesco com o acusado¹⁰⁵⁰, por fim, em

¹⁰⁴⁶ Lisboa, AN/TT, Chancelaria de D. Afonso V, livro 35, fl. 98v. O documento já foi referido por Maria José Ferro Tavares, *Os Judeus em Portugal no Século XV* [...], vol. 2, p. 288; Saul António Gomes, *A Comunidade Judaica de Leiria* [...], pp. 153-154; Idem, *Pombal Medieval* [...], p. 54..

¹⁰⁴⁷ Maria José Pimenta Ferro Tavares, *Os Judeus em Portugal no Século XV* [...], vol. 1, p. 442.

¹⁰⁴⁸ Lisboa, AN/TT, Inquisição de Lisboa, proc. 13256. Foi preso a 12 de Outubro de 1546, pelo licenciado Aires Botelho, provisor e vigário geral do bispado de Coimbra, em virtude de terem sido encontrados numa sua casa, dentro de uma arca, umas conclusões heréticas de conteúdo erasmiano. O caso chegou ao conhecimento do Santo Ofício, tendo este Tribunal mandado fazer diligências. Acabou por ser absolvido, ficando unicamente obrigado a pagar as custas do processo inquisitorial. Por lapso António Borges Coelho referiu ser este indivíduo natural de Pombal, cf. António Borges Coelho, *Inquisição de Évora* [...], vol. 2, p. 79.

¹⁰⁴⁹ Foi o caso dos pombalenses João Coelho Sequeira, sua irmã Isabel de Castro, e Catarina Batista, filha do primeiro, os quais foram denunciados por práticas criptojudais na segunda metade do século XVII, veja-se por exemplo, Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, proc. 6880 e 8318. Isabel falecera na Maceira como o comprova o assento de óbito redigido por frei Luís de Carvalho: “aos 13 do dito mes [Fevereiro] de 664 me disserão que fallecera na igreja da Masseira, bispado de Leiria Izabel de Castro desta villa, irmã de João Coelho”, cf. Leiria, ADL, Registos Paroquiais, Pombal, Óbitos, livro 1, fl. 51v. João Coelho faleceu a 5 de Abril de 1666, tendo sido o seu corpo sepultado na igreja da Misericórdia da vila, cf. Leiria, ADL, Registos Paroquiais, Pombal, Óbitos, livro 1, fl. 58v.

¹⁰⁵⁰ No século XVI, foram denunciados Joana Leoa, mulher de Luís Galvão, cristão-novo, moradora em Pombal, Miguel de Sousa, cristão-novo e sua mulher, moradores em Pombal e Fernão de Anes, o *Bichão* de alcunha, morador na Redinha, todos culpados “em hũa denunciação que anda no caixão de Coimbra”, cf. Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, livro 61, fls. 153v., 237 e 293. Ainda que o livro de onde foram retirados estes dados respeite a culpas de judaísmo surgem arrolados indivíduos processados por diferentes delitos como por exemplo, Margarida Braz, cristã-velha, mulher de Vicente Rodrigues, cristão-velho, lavrador, morador no termo de Pombal, processada por proposições, cf. Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, proc. 8742. Como tal, existe a possibilidade de alguns dos indivíduos indicados terem sido denunciados por outros delitos que não judaísmo. Na segunda metade de Seiscentos, concretamente a 8 de Novembro de 1667, António de Sousa de Vasconcelos, meio cristão-novo, capitão-mor da vila de Pombal, foi delatado por Cristóvão de Sá, natural e morador em Montemor-o-Velho, por semelhantes práticas, cf. Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, processos 6880, fl. não numerado. Apesar destes indivíduos não terem sido presos é necessário mencionar que são conhecidos diversos casos de prisões que resultaram de um único testemunho, sem relação de parentesco, cf. Elvira Cunha de Azevedo Mea, *A Inquisição de Coimbra* [...], pp. 367 e 427.

algumas situações, parece ter sido a conjuntura que o Tribunal atravessava a justificar a ausência de processo. Centremos a nossa atenção num caso específico. No início de Seiscentos, Tomás da Fonseca, “homem grosso de mea estatura”, rendeiro, morador na Redinha, foi preso nos cárceres da Inquisição de Coimbra. Durante as sessões de interrogatório “deu” em Genebra Nunes, Duarte Nunes, Maria da Fonseca e Joana, todos moradores na Redinha, sua mulher e filhos respectivamente¹⁰⁵¹. Contra Genebra e a filha mais velha, Maria, acrescia a denúncia feita por Brás Pires da Mota e seu filho João Brás no decurso de uma visita pastoral que terá tido lugar no ano de 1592. Estes compareceram na Inquisição de Coimbra a 4 de Janeiro de 1603, onde confirmaram ter observado mãe e filha “com hũa tourinha pintada com cornos assi como o que poem nos presepios”, o que lhes pareceu ser “cousa de Judeus”¹⁰⁵². O caso teria sucedido alguns anos antes, quando a família de Tomás da Fonseca, fugida “das alteraçõis de Dom Antonio” e da peste que grassava em Coimbra, se agasalhou, por espaço de cinco semanas, em casa de Brás Pires, na Moita, termo de Pedrogão¹⁰⁵³. Ora, verificou-se que pese os vários testemunhos, tanto Genebra como os filhos permaneceram em liberdade¹⁰⁵⁴. Tenha-se em consideração que o testemunho de Tomás da Fonseca era o bastante para se proceder à prisão dos referidos familiares. O Regimento de 1552 estipulava que “por uma só testemunha se não procedera à prisão, ordinariamente, salvo quando parecer aos inquisidores que é caso para isso e que a testemunha é pessoa de crédito e que fala verdade, tendo primeiro tomado informação dela conforme o direito”¹⁰⁵⁵, fórmula que confinava a prisão ao livre arbítrio dos inquisidores. Acresce

¹⁰⁵¹ Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, proc. 4868, fls. 95v-96v, 98v, 102. Duarte Nunes era solteiro e tinha 27 anos; Maria da Fonseca tinha 26 anos e havia casado. Se no processo do pai foi referido que vivia em Coimbra, na denúncia dada por Brás Pires este afirmou que Maria “he a que lhe parece que estava casada na Redinha”, cf. Lisboa, AN/TT, Tribunal do Santo Ofício, mç. 22, doc. 23. Joana já havia falecido. O casal tinha mais duas filhas Gracia dos Anjos, freira professa no mosteiro de Santa Ana (Coimbra), e Isabel Ramires de 19 anos, solteira que vivia em companhia do pai na Redinha, cf. Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, proc. 4868, fl. 2.

¹⁰⁵² Lisboa, AN/TT, Tribunal do Santo Ofício, mç. 22, doc. 23.

¹⁰⁵³ Lisboa, AN/TT, Tribunal do Santo Ofício, mç. 22, doc. 23. Segundo o testemunho de Brás Pires o episódio teria ocorrido no ano de 1583. É provável que tenha ocorrido um pouco antes, uma vez que a peste referida deve ter sido a de 1580-1581. Sobre esta epidemia cf. António de Oliveira, *A Vida Económica e Social de Coimbra* [...], pp. 264-266. Cf. ainda Paulo Drumond Braga, “Dois Surtos de Peste em Lisboa: 1579-1581”, *Revista da Biblioteca Nacional*, série 2, vol. 7, n.º 2, Lisboa, Julho-Dezembro de 1992, pp. 7-22.

¹⁰⁵⁴ Uma outra filha do casal, Gracia dos Anjos, freira em Santa Ana de Coimbra foi mais tarde processada, cf. Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, proc. 1858. Não foi caso único em que havendo denúncias sobre vários elementos de uma família apenas um era preso, cf. Maria José Pimenta Ferro Tavares, “Judeus e Criptojudaizantes na ilha a Madeira (séculos XV e XVI)”, *Estudos em Homenagem a Jorge Borges de Macedo*, Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica, Centro de Arqueologia e História da Universidade de Lisboa, 1992, pp. 121-122.

¹⁰⁵⁵ *Regimento do Cardeal D. Henrique (1552)* in José Eduardo Franco, Paulo de Assunção, *As Metamorfoses de um Polvo. Religião e Política nos Regimentos da Inquisição Portuguesa (século XVI-*

que quando “a testemunha he tão conjunta em sangue com o culpado, que prepondera mais o sobredito, que por esta qualidade se lhe deve, que o que se lhe pode diminuir pellos outros defeitos que tem, assim em conformidade desta limitação. Por testemunho do pai se prendem no Santo Officio os filhos e o inverso, pello testemunho do filho se prende o pai; a molher pello do marido e o marido pello da molher”¹⁰⁵⁶. Portanto, se o seu testemunho era legal, o que terá motivado a não abertura do processo? Os anos de 1600 a 1605 constituíram um período extremamente complexo e delicado para o tribunal de Coimbra. Além do escândalo dos falsários de Bragança ocorrido em 1597, e que resultou na prisão de cristãos-velhos acusados, por quase três centenas de cristãos-novos, de judaizarem¹⁰⁵⁷, pairava a ameaça de um perdão geral¹⁰⁵⁸. Por tudo isto a Inquisição passou a ponderar cuidadosamente as prisões que efectuava. Evidencia-o o facto de a partir de 1600, a prisão por testemunhos singulares ter passado a exigir a aprovação do Conselho Geral¹⁰⁵⁹. Por outro lado, no que respeita ao caso em apreço, os depoimentos de Brás Pires e do filho não evidenciavam qualquer cerimónia judaica, apenas davam conta de ter observado mãe e filha na posse de um objecto, que associavam à religião judaica. Denúncia demasiado inconsistente, tanto mais que era conhecida a confusão e ignorância dos delatores relativamente àquele culto. De facto,

XIX), estudo introdutório e edição integral dos regimentos da Inquisição portuguesa, Lisboa, Prefácio, 2004, p. 113.

¹⁰⁵⁶ Elvira Cunha de Azevedo Mea, *A Inquisição de Coimbra* [...], p. 361. Mais tarde, esta ideia veio estipulada no Regimento de 1640: “& não bastará hũa só testemunha para ser preza a pessoa denunciada; salvo se for marido, ou molher, ou sua parenta dentro do primeiro grao de consanguinidade, contado por direito canonico”, *Regimento do Santo Offício da Inquisição dos Reynos de Portugal*, Lisboa, Manuel da Silva, 1640, Livro II, título IV, fl. 89.

¹⁰⁵⁷ Cf. Elvira Cunha de Azevedo Mea, *A Inquisição de Coimbra* [...], pp. 474-480.

¹⁰⁵⁸ Elvira Cunha de Azevedo Mea, *A Inquisição de Coimbra* [...], pp. 481-487. As negociações relativas ao perdão geral eram seguidas com atenção e debatidas. Luís Pinto, cristão-novo, boticário de Coimbra a 12 de Setembro de 1602, confessou que no ano anterior entrando na sua botica Luís Nunes da Fonseca, cristão-novo, ora morador no Lourçal “vindo a falar sobre o perdão geral que esperavão se concedesse a gente da nação se derão conta hum ao outro de como guardavão a lei de Moises em tudo o que podião”, cf. Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, proc. 9925. Sobre este período cf. Ana Isabel López-Salazar Codes, *Inquisición Portuguesa y Monarquía Hispánica en tiempos del perdón general de 1605*, Lisboa, Edições Colibri, Centro Interdisciplinar de História, Culturas e Sociedades da Universidade de Évora, 2010. Em Beja havia sucedido caso semelhante ao dos falsários de Bragança, cf. Giuseppe Marcocci, “A Inquisição Portuguesa sob Acusação: o protesto internacional de Gastão de Abrunhosa”, *Cadernos de Estudos Sefarditas*, vol. 7, Lisboa, 2007, pp. 32-34.

¹⁰⁵⁹ Joaquim Romero Magalhães, “Em Busca [...]”, pp. 197 e 225; Elvira Cunha de Azevedo Mea, *A Inquisição de Coimbra* [...], p. 367. Sobre a questão do testemunho singular e o amplo debate que suscitou cf. Ana Isabel López-Salazar Codes, “«Che se Riduca al Modo di Procedere di Castiglia». El Debate sobre el Procedimiento Inquisitorial Portugués en Tiempos de los Austrias”, *Hispania Sacra*, vol. 59, 119, Madrid, 2007, pp. 243-268; Giuseppe Marcocci, “A Inquisição Portuguesa sob Acusação [...]”, pp. 31-81; Bruno Feitler, “Da ‘prova’ como objeto de análise da praxis inquisitorial: o problema dos testemunhos singulares no Santo Officio português”, in *História do Direito em perspectiva. Do Antigo Regime à Modernidade*, organização de Ricardo Marcelo Fonseca e Airton Cerqueira Leite Seelaender, Curitiba, Juruá Editora, 2008, pp. 305-314.

por vezes, determinados objectos eram confundidos com a “toura”, isto é a *torah*¹⁰⁶⁰. A própria Inquisição teria perfeita noção desta realidade¹⁰⁶¹. Por tudo isto os inquisidores devem ter deferido a prisão de Genebra para tempo mais acomodado, o que não chegou a suceder. A 16 de Janeiro de 1605, era publicado o breve papal que consignava um perdão geral aos cristãos-novos¹⁰⁶².

Atentemos de seguida nos indivíduos processados: três homens e sete mulheres. No que respeita à situação matrimonial os dados obtidos comprovam um claro predomínio dos casados. Apenas foi processado um solteiro e um viúvo. Quanto à morada dos judaizantes quatro residiam no Louriçal, dois na Redinha e um em Pombal. Os restantes indivíduos, embora não residissem no território em estudo ao tempo da prisão, foram contabilizados por terem aí permanecido período considerável das suas vidas¹⁰⁶³. Os processados eram naturais de diversas localidades. Três haviam nascido em Pombal e dois em Coimbra. Os restantes eram oriundos de Alvaiázere, Aveiro, Moreira, Porto e Trancoso.

O primeiro indivíduo processado por judaísmo, na área geográfica em questão, residia no Louriçal. Tratou-se de Ana Mendes, cristã-nova, residente naquela localidade, casada com Luís Nunes da Fonseca, sentenciada no ano de 1602¹⁰⁶⁴. Por sua vez, o último processado por semelhante delito foi David Brandão, morador na mesma

¹⁰⁶⁰ Diversos estudos dão conta de semelhantes situações, cf. Isaías da Rosa Pereira, “O que conheciam os cristãos das práticas e costumes judaicos. Um curioso processo na Inquisição de Lisboa”, *Arqueologia e História*, série X, vol. I/II (I), Lisboa, 1984-1988, pp. 193-199; Isabel M. R. Mendes Drumond Braga; Paulo Drumond Braga, “Jerónimo de Sousa [...]”, p. 795.

¹⁰⁶¹ Esta situação surge evidenciada no processo de Tomás da Fonseca, casado com Genebra. Entre os seus bens constava “hũa cabeça que parecia ser de toura prata vaã por dentro dourada com hũa moldura pella banda de dentro, que parece servia de a encaixarem no corpo da dita bezerra que se podia fazer de qualquer cousa e por lhe parecer que era notavel poderia ser de bezerra com que os judeos fazem suas ceremonias”. O réu afirmou ter herdado o objecto, atestando tratar-se de uma cabeça de leão. A 7 de Fevereiro de 1602, estando os inquisidores e deputados conimbricenses em despacho foi observado o objecto e “pareceo que visto a dita cabeça ter mais semelhança de cabeça de leão que de toura ou bezerra se não devia fazer mais diligencia no caso”, cf. Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, proc. 4868, fls. 11-11v; 6v-7v, 58.

¹⁰⁶² Tomás da Fonseca, marido de Genebra, gozou do perdão geral. A 18 de Janeiro de 1605, abjurou em forma, perante os inquisidores e testemunhas, “que se confessou [...] Sua Santidade manda no breve do perdão geral que hora concedeu aos da nação dos christãos novos destes Reynos o qual Thomas da Fonseca sendo presente por dizer que queria gozar do dito perdão fez a dita abjuração”, cf. Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, proc. 4868.

¹⁰⁶³ Filipa Pereira, presa pelo tribunal olisiponense em Dezembro de 1667, moradora em Lisboa há cerca de ano e meio, havia residido em Pombal onde fora casada com o pombalense João Coelho Sequeira, cf. Lisboa, AN/TT, Inquisição de Lisboa, proc. 4139. A irmã deste, Bernarda Sequeira, era natural de Pombal, onde residiu período considerável da sua existência tendo, posteriormente, mudado a residência para a Maceira, termo de Leiria. Sebastião Botelho, filho de Bernarda Sequeira, era natural da vila de Pombal onde por vezes residia, cf. Lisboa, AN/TT, Inquisição de Lisboa, proc. 615, fls. 9-10; Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, proc. 6880, fl. não numerado.

¹⁰⁶⁴ O seu marido, natural da Covilhã, teve contra si alguns testemunhos por judaísmo, no entanto não chegou a ser processado, cf. Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, proc. 9925.

localidade, preso a 20 de Agosto de 1699¹⁰⁶⁵. No que respeita aos ritmos repressivos foram visíveis três etapas distintas, que coincidiram precisamente com as fases de maior violência repressiva registadas no cômputo geral¹⁰⁶⁶. A primeira vaga de prisões ocorreu em 1601, ano em que foram entregues nos cárceres inquisitoriais dois cristãos-novos residentes na área em estudo. A Inquisição encontrava-se no tempo de expansão plena (1573-1604), assim classificado por Joaquim Romero Magalhães¹⁰⁶⁷. O curto período em que D. António Matos de Noronha desempenhou o cargo de inquisidor geral havia deixado marcas indeléveis na instituição. Cunho que havia passado pela redacção de normas processuais mais rigorosas, pela reorganização do Conselho Geral e pela tentativa de alargamento da jurisdição do Tribunal a outros delitos, tais como a solicitação¹⁰⁶⁸. Em matéria de cristãos-novos durante o seu governo assistiu-se a um acentuar da repressão sobre os mesmos. Assim entre 1601 e 1605, período que nos interessa particularmente, o tribunal de Coimbra sentenciou 326 indivíduos¹⁰⁶⁹. A segunda fase de prisões sucedeu entre 1619-1621, com a prisão de outros três indivíduos. Por esta altura o cargo de inquisidor geral era ocupado por D. Fernão Martins Mascarenhas, tendo sido precisamente no seu governo, sobretudo a partir de 1621, que teve início a fase de maior caudal repressivo do Tribunal¹⁰⁷⁰. Mais tarde, em Outubro de 1629, Filipe IV nomeou D. Francisco de Castro inquisidor geral, tendo este tomado posse a 20 de Maio de 1630, em Coimbra. No que respeita à repressão inquisitorial o período, em que este liderou a instituição, ficou marcado por uma ligeira acalmia, se comparado com a fase anterior. Ainda assim, o número de processados manteve-se elevado¹⁰⁷¹. Foi precisamente nesta fase que se registou a última vaga de prisões no território em estudo, tendo sido encarceradas quatro pessoas entre 1667-1668.

¹⁰⁶⁵ Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, proc. 7567. A sua mulher foi presa pela Inquisição castelhana.

¹⁰⁶⁶ Sobre os ritmos repressivos permanece essencial o texto de José Veiga Torres, “Uma Longa Guerra Social: os Ritmos da Repressão Inquisitorial em Portugal”, *Revista de História Económica e Social*, n.º 1, Lisboa, 1978, pp. 55-68.

¹⁰⁶⁷ Joaquim Romero Magalhães, “Em Busca [...]”, pp. 194-214.

¹⁰⁶⁸ José Veiga Torres, “Uma Longa Guerra Social: os Ritmos [...]”, pp. 55-68; José Pedro Paiva, “Noronha, António Matos de”, in *Dizionario Storico dell’Inquisizione* [...], vol. 2, pp. 1117-1118.

¹⁰⁶⁹ Sendo esta uma etapa de alta em termos repressivos, era já visível uma ligeira queda quando comparado com os anos de 1598-1599, em que foram sentenciados 460 indivíduos, cf. José Veiga Torres, “Uma Longa Guerra Social: os Ritmos [...]”, p. 63.

¹⁰⁷⁰ José Veiga Torres, “Uma Longa Guerra Social: os Ritmos [...]”, p. 64; José Pedro Paiva, “Mascarenhas, Fernão Martins”, in *Dizionario Storico dell’Inquisizione* [...], vol. 2, pp. 1004-1006.

¹⁰⁷¹ José Veiga Torres, “Uma Longa Guerra Social: os Ritmos [...]”, pp. ; José Pedro Paiva, “Castro, Francisco de”, in *Dizionario Storico dell’Inquisizione* [...], vol. 1, pp. 302-304.

Relativamente ao estatuto sócio profissional dos processados verificou-se que a maioria estava ligada ao comércio e à cobrança de rendas. Luís Nunes da Fonseca, Tomás da Fonseca e David Brandão eram rendeiros. O segundo era igualmente mercador que tivera loja de panos em Coimbra¹⁰⁷². Por sua vez, David Brandão, homem “de estatura ordinaria, cabelo castanho, branco de cara, e groço”¹⁰⁷³, assistia a cobrar as rendas que Martim Cardoso possuía no campo de Coimbra “e haverá dois anos que assiste a esta ocupação, e pelo seu trabalho não lhe deu mais que de comer e beber para ele e seus filhos, sem que ouvesse assinado porção alguma certa, e neste prezente anno, que principiou este São João próximo passado de seiscentos e noventa e nove dice o ditto Martim Cardoso, que vindo os seus sócios a ditta renda lhe faria porção certa nos dous ramos, que elle declarante havia de arecadar no Lourisal, porem ahinda não havião feito nem ajustado o quanto havia de ser”¹⁰⁷⁴. David era igualmente contratador e fabricante de tabaco, o que o obrigava a constantes deslocações, pela Península Ibérica¹⁰⁷⁵. Maria da Costa, cristã-nova era casada com João Ares Cabral, cristão-velho, o qual era também rendeiro. Por seu turno, o marido da pombalense Joana Coelho, João de Azambuja Ribeiro, cristão-velho, era almoxarife dos direitos reais na vila da Ega e seu termo¹⁰⁷⁶. Em três situações os réus/maridos das rés afirmaram viver de sua fazenda. Quanto às restantes actividades expressas na documentação contava-se um escrivão e um sombreireiro. Num caso o cônjuge de uma das rés não tinha ofício algum. Portanto, eram indivíduos que se distinguiam da maioria cristã-velha ligada sobretudo ao cultivo da terra¹⁰⁷⁷. Outros dados permitem averiguar os níveis económicos destas famílias. Em primeiro lugar, número considerável possuía criados¹⁰⁷⁸. Em segundo, os bens declarados na sessão do inventário permitem atestar os patrimónios dos processados. A este respeito, cite-se o caso de D. Bernarda de Sequeira que atestou possuir dois prazos

¹⁰⁷² Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, proc. 4868, fl. 16v.

¹⁰⁷³ Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, proc. 7567, fl. não numerado.

¹⁰⁷⁴ Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, proc. 7567, fl. não numerado.

¹⁰⁷⁵ Em Portugal, além do Lourçal, assistiu em Coimbra, na Figueira da Foz, em Lisboa, em Mogadouro, em Moreira e em Muxagata. Em Castela, entre outras localidades, esteve em Andújar, em Betanzos, em Ciudad Rodrigo, em Ledesma, em Málaga, em Porcuna, em Salamanca, em Saucelle e em Sedaví.

¹⁰⁷⁶ Lisboa, AN/TT, Inquisição de Lisboa, proc. 4139, fl. 38v. Anteriormente, havia servido no cargo de juiz da vila de Pombal, cf. Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, proc. 1310, fls. 122v e 141.

¹⁰⁷⁷ De referir que alguns cristãos-novos estavam vinculados à terra, como o demonstra desde logo a posse de terrenos agrícolas, sobre a questão cf. Isabel M. R. Mendes Drumond Braga, *Bens de Hereges. Inquisição e Cultura Material. Portugal e Brasil (Séculos XVII-XVIII)*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2012, pp. 109-124.

¹⁰⁷⁸ Por exemplo, Luís Nunes e Ana Mendes, marido e mulher, possuíram inúmeros criados, tanto em Coimbra, como no Lourçal, cf. Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, proc. 2403, fl. 4v. Por seu turno, Filipa Pereira na sessão de inventário declarou que devia o salário de quatro anos a Águeda, sua criada, natural de Pombal, cf. Lisboa, AN/TT, Inquisição de Lisboa, proc. 4139, fl. 27v.

perpétuos, um da Casa do Duque do Cadaval, em Vila Nova de Anços¹⁰⁷⁹, e outro do Cabido da Sé de Coimbra, na Maceira¹⁰⁸⁰. Por último, questões de tratamento evidenciam o estatuto social dos sentenciados. Neste campo destaque para a utilização do “Dona” empregado por Bernarda¹⁰⁸¹.

No caso em estudo não se verificou uma tendência para a endogamia, característica que ressaltou em outras comunidades cristãs-novas¹⁰⁸². Registou-se igual percentagem de casamentos endogâmicos e “mistos”. Assim, entre aqueles que haviam contraído esponsais cinco haviam-no feito com cristãos-novos e igual número com cristãos-velhos. No entanto, se tivermos em atenção o sexo dos processados o cenário é diferente. Verificou-se que entre os homens, que haviam contraído matrimónio, todos haviam casado com mulheres cristãs-novas. Realidade discrepante no caso das mulheres. De facto, entre os maridos das processadas cinco eram cristãos-velhos e apenas dois cristãos-novos. Estes dados parecem comprovar o casamento misto como parte da estratégia de integração social da minoria cristã-nova na maioria cristã-velha¹⁰⁸³.

¹⁰⁷⁹ “E lhe paga de foro hum moio e quatro alqueires de milho, e ella declarante recebia do ditto prazo sendo os annos bons, seis ou sette moios de milho, que lhe pagavão varios cazeiros, conforme ao uso, e costume daquella terra, e neste anno prezente não sabe ainda o que lhe renderia porque ao tempo de sua prisão não tinha ainda cobrado”, cf. Lisboa, AN/TT, Inquisição de Lisboa, proc. 121, fl. 1v.

¹⁰⁸⁰ “E lhe paga dez tostoís de foro, e hum capão, e consta das cazas em que vivia, hum pomar pequeno, hũa levada de agoa e outros pedaços de terra, tudo couza pouca”, cf. Lisboa, AN/TT, Inquisição de Lisboa, proc. 121, fl. 1v. O seu filho Rodrigo Botelho, natural da Maceira e morador em Tomar era proprietário de umas casas em Pombal, localizadas junto à ermida de Santo António “que são de capella e andão arendadas em tres mil réis, e tem obrigação de tres missas a igreja de São Martinho”. Tinha mais um prazo do Duque de Cadaval em Vila Nova de Anços, o qual constava de 30 geiras de terra, das quais metade pertencia a ele e outra metade à sua mãe e suas irmãs D. Filipa de Melo e D. Joana Perestrelo, e pagava ao Duque pela terra um moio de pão baixo, e tem pago todo o dito foro. Tinha junto a Leiria uma quinta a que chamam da Maceira, que consta de casas, terras de pão, laranjal, cidral, uns moinhos de duas pedras, “o qual tudo he foreiro à meza capitular da cidade de Coimbra em nove capões e desta fazenda pertence a metade a elle declarante e a outra a metade à ditta sua mai e irmaas”. Tinha peças de ouro e prata mas “não sabe particularmente das resão disso, nem do mais que estava de suas portas a dentro porque sua molher era a que corria com isso”. Tinha algum dinheiro em casa, tinha um cavalo “que lhe obrigarão a comprar russo rodado, que lhe custou vinte sette mil reis e andava no campo de Villa Nova de Anços”. Não tinha dívidas. Por outro lado deviam-lhe a ele alguns homens. Em Tomar num lugar chamado Avesadas possuía dois olivais, “que ambas à safra darão cem sacos de azeitonas e são livres. E que no sitio onde chamão os Mustaes junto à mesma villa, tem outros dous olivães que ambos darão sincoenta sacos de azeitona à safra e são livres”, cf. Lisboa, AN/TT, Inquisição de Lisboa, proc. 5716, fls. 43-44v.

¹⁰⁸¹ Era viúva de Manuel Botelho Cid, natural de Pombal, homem que viveu de sua fazenda. O seu pai, já defunto, havia sido António Coelho Sequeira, homem nobre, cristão-velho, natural da vila de Ponte de Lima, que fora morador em Pombal, cf. Lisboa, AN/TT, Inquisição de Lisboa, proc. 121, fls. 6v-7v.

¹⁰⁸² Cf. por exemplo José Pedro Paiva, “As Entradas da Inquisição, na Vila de Melo, no Século XVII: Pânico, Integração/Segregação, Crenças e Desagregação Social”, *Revista de História das Ideias*, vol. 25, Coimbra, 2004, pp. 192-193.

¹⁰⁸³ Sobre os riscos que estas uniões implicavam cf. José Pedro Paiva, “As Entradas da Inquisição, na Vila de Melo [...]”, p. 193.

A idade dos processados foi sempre indicada. A esmagadora maioria tinha idades compreendidas entre os 20 e os 59 anos, com destaque para os escalões etários dos 30 aos 39 e dos 50 aos 59 anos. O sentenciado mais novo tinha 20 anos de idade. Tratou-se de Leonarda Ribeiro, moradora no Lourical, recolhida aos cárceres de Coimbra a 30 de Outubro de 1621. Por sua vez, o indivíduo de idade mais avançada foi a pombalense Bernarda de Sequeira a qual, à data da sua prisão, a 31 de Outubro de 1667, contava 80 aniversários. A ausência de indivíduos com idade inferior a 20 anos não surpreende. Na maioria dos casos o ensino da crença judaica, feito no interior do lar, sobretudo por via feminina, apenas ocorria quando os jovens atingiam os 16-18 anos, ou seja, quando demonstravam suficiente uso da razão¹⁰⁸⁴. Deste modo procurava impedir-se que a inocência da criança a conduzisse quer à auto-denúncia, quer à delação de parentes¹⁰⁸⁵. Assim, David Brandão afirmou ter dez anos quando o pai lhe transmitiu os ensinamentos judaicos¹⁰⁸⁶. Leonarda Ribeiro teria cerca de 12 anos quando a mãe lhe comunicou idênticos preceitos¹⁰⁸⁷. Já Ana Mendes e Maria da Costa teriam 15 e 18 anos, respectivamente¹⁰⁸⁸. O pombalense Sebastião Botelho confessou ter 22 anos quando foi incitado ao judaísmo¹⁰⁸⁹, enquanto Agostinha de Castro teria 25 anos de idade¹⁰⁹⁰. Por seu turno, Filipa Pereira tinha 32 anos quando o tio paterno, António Rodrigues, lhe apontou os preceitos da lei judaica. O ensino tardio não deixou de espantar o marido, João Coelho Sequeira¹⁰⁹¹. Tomás da Fonseca referiu ter 37 anos aquando do seu ensino¹⁰⁹², enquanto Bernarda de Sequeira pretendeu convencer os inquisidores lisiponenses que apenas havia abraçado o judaísmo em 1656, quando contava 68 anos de idade. O inquisidor João de Castilho atribuiu-lhe “diminuição no credito porque não era de crer fosse de crer o author de seu judaísmo Lourenço de

¹⁰⁸⁴ Elvira Cunha de Azevedo Mea, *A Inquisição de Coimbra* [...], p. 382; Isabel M. R. Mendes Drumond Braga, *Os Estrangeiros e a Inquisição* [...], p. 140. Sobre a importância da mulher cristã-nova na transmissão da Lei mosaica cf. Maria José Pimenta Ferro Tavares, “Judeus e Criptojudaisantes [...]”, pp. 124-126; Hermínia de Vasconcelos Vilar, “A comunidade cristã-nova do Porto no século XVI: Notas para o seu estudo”, *Xudeus e Conversos* [...], vol. 2, p. 391; Saul António Gomes, “Cristãos-novos Leirienses: Alguns Tópicos em torno do caso de Catarina Rodrigues do Penedo (1562-1563)”, *Leiria-Fátima. Órgão Oficial da Diocese*, Ano V, n.º 14, Leiria, Maio-Agosto, 1997, pp. 125-126.

¹⁰⁸⁵ Esta realidade surge documentada em diversos estudos, cf. por exemplo, Isabel M. R. Mendes Drumond Braga, *Os Estrangeiros e a Inquisição* [...], pp. 148-149.

¹⁰⁸⁶ Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, proc. 7567, fl. não numerado.

¹⁰⁸⁷ Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, proc. 5636, fls. 1-3.

¹⁰⁸⁸ Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, proc. 2403, fls. 23-23v e proc. 6065, fl. 3-3v.

¹⁰⁸⁹ Lisboa, AN/TT, Inquisição de Lisboa, proc. 615, fls. 26-27v.

¹⁰⁹⁰ Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, proc. 2860, fls. 1-1v.

¹⁰⁹¹ Lisboa, AN/TT, Inquisição de Lisboa, proc. 4139, fls. 30-30v e 40.

¹⁰⁹² Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, proc. 4868, fl. 66-67.

Saá”¹⁰⁹³. De facto, não era de supor na declaração da ré, tanto mais que a sua filha Maria de Melo afirmara ter sido ensinada por Bernarda cerca de 1649¹⁰⁹⁴.

Os processos atestam ainda a presença de diversos cristãos-novos que por motivos vários se deslocaram ao território em análise e nele comunicaram a sua crença, praticando algumas cerimónias judaicas. Por exemplo, em 1621, Maria de Noronha, pouco antes de ser presa pelo Santo Ofício, deslocou-se ao Louriçal para assistir ao casamento de sua sobrinha Leonarda Ribeira, tendo permanecido naquele couto por espaço de um mês¹⁰⁹⁵. D. Maria Madalena de Sá era proprietária de uma quinta no lugar dos Anjos, termo de Pombal, local onde se registaram alguns ajuntamentos¹⁰⁹⁶. Por volta de 1656, permaneceu durante alguns meses na quinta da Gramela, propriedade de sua irmã D. Isabel de Ataíde e de Gonçalo da Costa Coutinho¹⁰⁹⁷. Neste local encontrou-se com João Coelho Sequeira e sua irmã Isabel de Castro “e estando todos tres entre praticas de que não he lembrada se declararão”¹⁰⁹⁸. Paralelamente, deslocou-se à vila de Pombal, tendo estado nas casas de D. Filipa Pereira e de D. Bernarda Sequeira¹⁰⁹⁹. Lourenço de Sá Sotto-Maior e Cristóvão de Sá estiveram por diversas ocasiões em Pombal em casa de seu parente João Coelho Sequeira¹¹⁰⁰. Os filhos da pombalense D. Bernarda de Sequeira, Rodrigo Botelho, D. Joana e D. Filipa estiveram outrossim, por algumas ocasiões, na vila¹¹⁰¹. António Rodrigues, Gaspar Pereira e João da Costa visitaram Pombal por volta de 1648, com o intuito de conviver com a sua familiar Filipa Pereira¹¹⁰². Mais tarde, por volta de 1664, a mesma mulher foi visitada pelo primo Pedro da Silva, morador numa quinta do termo de Tomar¹¹⁰³. Por último em 1666, recebeu a irmã Maria da Silva, moradora em Alvaiázere, tendo na ocasião declarado serem seguidoras da Lei de Moisés no monte da Melga, termo de Pombal¹¹⁰⁴.

¹⁰⁹³ Lisboa, AN/TT, Inquisição de Lisboa, proc. 121, fls. 3-6.

¹⁰⁹⁴ Lisboa, AN/TT, Inquisição de Lisboa, proc. 4711, fls. 55-55v.

¹⁰⁹⁵ Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, proc. 2860, fl. não numerado.

¹⁰⁹⁶ Lisboa, AN/TT, Inquisição de Lisboa, proc. 4139, fl. 17v.

¹⁰⁹⁷ Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, proc. 1310, fl. 122.

¹⁰⁹⁸ Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, proc. 1310, fl. 564v.

¹⁰⁹⁹ “Disse mais que haverá quinze annos na ditta villa de Pombal em casa de Dona Bernarda Sequeira [...] natural da ditta villa donde ao depois se passou a viver á quinta da Maceira [...] se achou com ella e com Rodrigo Botelho [...] e estando todos tres entre praticas de que não he lembrada se declararão e derão conta”, cf. Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, proc. 1310, fls. 565-565v.

¹¹⁰⁰ Lisboa, AN/TT, Inquisição de Lisboa, proc. 4139, fl. 7-7v; Inquisição de Coimbra, proc. 6880, fls. não numerados.

¹¹⁰¹ Lisboa, AN/TT, Inquisição de Lisboa, proc. 4139, fls. 25v-26.

¹¹⁰² Lisboa, AN/TT, Inquisição de Lisboa, proc. 4139, fls. 29v-30.

¹¹⁰³ Lisboa, AN/TT, Inquisição de Lisboa, proc. 4139, fls. 34v-35.

¹¹⁰⁴ Lisboa, AN/TT, Inquisição de Lisboa, proc. 4139, fls. 43-43v.

Os judaizantes residentes no espaço geográfico em estudo haviam observado um conjunto de preceitos e práticas religiosas judaicas preconizados pela Lei Velha, que em nada diferiam das demais comunidades cristãs-novas, independentemente da área geográfica habitada. Festejavam a *Páscoa de Pessah*, também denominada de Páscoa do pão ázimo ou Páscoa do cordeiro. Guardavam os sábados de trabalho, praticavam uma série de jejuns, tais como os *thanis*, ou jejuns pequenos, à segunda e quinta-feira; o *yom kippur*, também conhecido por jejum do dia Grande, ou do Perdão, que tinha lugar no mês de Setembro; e o *Purim*, igualmente designado por jejum da Rainha Ester, que ocorria no mês de Fevereiro. Concomitantemente, proferiam orações judaicas e tinham em conta diversas prescrições alimentares confeccionando os alimentos segundo ritual específico. Por outro lado, os processos atestam a existência de crenças messiânicas¹¹⁰⁵. À semelhança do que sucedeu em outras áreas geográficas, também em Pombal, ocorreu a associação entre a crença judaica e a riqueza. Esta ideia consta do processo de D. Bernarda de Sequeira, a qual foi incentivada, por João Lopes Mathão, cristão-novo e advogado leiriense, e por Lourenço de Sá, a abraçar o judaísmo para “ter bom despacho nas causas que trasia e remedio em sua pobreza, e tambem salvar sua alma”¹¹⁰⁶.

Durante a celebração da *Páscoa de Pessah*, principal festividade religiosa judaica, eram guardados oito dias de descanso. A sua preparação implicava a limpeza das habitações, cujas paredes eram caiadas, e a destruição de qualquer alimento fermentado. As refeições desta festividade eram confeccionadas e servidas em louça nova e vidrada adquirida especificamente para o efeito. Neste período eram servidos alimentos amargos tais como cordeiro, pão ázimo, alfaces, alho-porro e aipo. Era consumida igualmente fruta seca acompanhada de pão moído¹¹⁰⁷. Seria porventura com o intuito de celebrar esta festividade que, na quinta-feira de Endoenças, Tomás da Fonseca costumava ordenar o abate de um carneiro, sendo que em “hum dos annos

¹¹⁰⁵ Por exemplo, Tomás da Fonseca foi advertido a crer “na lei de Moises e esperasse pelo Messias que havia de vir”, cf. Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, proc. 4868, fl. 66. Mais tarde, Sebastião Botelho afirmou crer no Messias que “lhe dizião que era o Deos do pay de Moises”, cf. Lisboa, AN/TT, Inquisição de Lisboa, proc. 615, fl. 33v.

¹¹⁰⁶ Lisboa, AN/TT, Inquisição de Lisboa, proc. 121, fls. 3-4v. As demandas resultavam de problemas que parentes lhe haviam colocado por morte de seu marido o que impossibilitou as partilhas, cf. Lisboa, AN/TT, Inquisição de Lisboa, proc. 121, fls. 1v-2. Sobre a ligação estabelecida entre o judaísmo e a riqueza cf., entre outros, Maria do Carmo Teixeira Pinto, *Os Cristãos-Novos de Elvas no Reinado de D. João IV. Heróis ou Anti-Heróis*, dissertação de Doutoramento apresentada à Universidade Aberta, Lisboa, 2003, pp. 221-222, exemplar mimeografado; Marco António Nunes da Silva, “Cripto-Judaísmo [...]”, p. 259.

¹¹⁰⁷ Maria José Pimenta Ferro Tavares, “A Religiosidade Judaica”, *Congresso Internacional Bartolomeu Dias e a sua Época. Actas*, vol. 5, *Espiritualidade e Evangelização*, Porto, Universidade do Porto, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1989, p. 373.

vestira, ou mandara vestir hum moço na pelle delle que andara pella villa [Redinha] fazendo festa”¹¹⁰⁸.

A guarda dos sábados era acompanhada pelo uso das melhores indumentárias. A este propósito Tomás da Fonseca referiu que “avera sette ou oito annos na villa da Redinha em hum sabado jazendo elle confitente na cama lhe levou hũa sua filha por nome Joanna jaa defunta hũa camisa lavada pera que a vestisse e com esta occassiam se deram conta como viviam na lei de Moises”¹¹⁰⁹. Durante o *sabbath* Ana Mendes trajava os melhores vestidos que possuía, tal como era um gibão de setim vermelho. De igual forma colocava um capelo cavado dos “melhores e mais finos que tinha”¹¹¹⁰. A preparação do sábado começava na tarde do dia anterior. Durante o *Adlacadoneu* eram consertados os candeeiros, com azeite e pavios novos. Estes, acessos mais cedo do que o habitual, eram deixados arder até por si se apagarem¹¹¹¹. De igual modo, procedia-se à limpeza da habitação, sendo as camas feitas de lavado, e à confecção dos alimentos que seriam servidos no dia seguinte. Continua a constituir o melhor reportório o processo de Ana Mendes, a qual “ordinariamente cozia peixe, feijões e outros legumes à sexta-feira de forma a que quando viesse o jantar do sábado não se fazia outra coisa mais”¹¹¹². Da mesma forma mandava as criadas amassar e cozer o pão à sexta-feira¹¹¹³. Por volta de 1591, Duarte Nunes, filho de Tomás da Fonseca, estando na Vacariça, em companhia do pai, recusou arrecadar certa renda por ser sábado, o que fazia por observância da lei de Moisés¹¹¹⁴. Alguns cristãos-novos não deixaram de referir certas contrariedades que os impediam de realizar a guarda do sábado. O caso de Agostinha de Castro é paradigmático. Esta não cumpria continuamente a cerimónia por temer ser observada pelo marido, Brás Ribeiro, cristão-velho¹¹¹⁵.

¹¹⁰⁸ Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, proc. 4868, fl. 24. Em 1601, coube a Francisco Domingues a tarefa de matar o carneiro. Sendo interrogado pelo Santo Ofício afirmou desconhecer o motivo da matança, bem como o episódio do rapaz vestido com a pele do carneiro. Noutro ano, havia sido António Rodrigues, o *Coçalhobos* de alcunha, morador na Redinha, que matara ao réu em uma quarta-feira da Semana Santa um carneiro. Este indivíduo afirmou que o réu “queria mandar ha sua filha freira que he em Sam Martinho do Bispo diguo no Mosteiro dahi como na verdade lho vio mandar com outras cousas que disse lhe mandava de follar, como erão queijadas e outros mimos como sempre costumava” e que do dito caso não sabia mais. E tinha o réu por bom cristão, cf. o fl. 27v do referido processo.

¹¹⁰⁹ Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, proc. 4868, fl. 102

¹¹¹⁰ Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, proc. 2403, fl. 2.

¹¹¹¹ O ritual implicava a bênção dada pelo chefe do agregado familiar, cf. Maria José Pimenta Ferro Tavares, “A Religiosidade Judaica [...]”, p. 371.

¹¹¹² Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, proc. 2403, fl. 2.

¹¹¹³ Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, proc. 2403, fl. 5.

¹¹¹⁴ Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, proc. 4868, fls 96-96v.

¹¹¹⁵ Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, proc. 2860, fl. 3v. Esta ré tinha a peculiaridade de haver nascido nos cárceres do Santo Ofício, fl. 14v. Sobre esta realidade cf. Isabel M. R. Mendes Drumond Braga, “Nascer nos Cárceres do Santo Ofício”, *Arquipélago. História*, 2.^a série, vol. 2, Ponta Delgada,

A observância de jejuns surge com frequência documentada. Por exemplo, em certa ocasião, Tomás da Fonseca e o irmão Estêvão Dias aproximando-se a hora do jantar recusaram comer por ser segunda-feira¹¹¹⁶. Da mesma forma, Agostinha de Castro jejuava às segundas e às quintas “sem comer, nem beber em todo dia senão a noute”¹¹¹⁷. Esta praticava ainda os jejuns da Rainha Ester e do dia Grande¹¹¹⁸. Por sua vez, David Brandão confessou ter realizado diversos jejuns, entre os quais o do *yom kippur* “estando sem comer e beber até à noite, ceando então peixe e coisas que não fossem de carne”¹¹¹⁹. Tenhamos em consideração que além da crença religiosa os jejuns podiam ser motivados por diferentes causas, tais como o desejo de cura de determinada enfermidade¹¹²⁰. Nesta conformidade, no final do século XVI, Ana Mendes praticou um jejum para que uma menina, que tinha em sua casa, encontrasse melhora na doença que padecia¹¹²¹.

A maioria das cerimónias praticadas seria, em princípio, acompanhada de orações¹¹²². Não obstante, os documentos são extremamente parcos nesta matéria. A única oração transcrita em processo data do início do século XVI, tendo sido revelada por Agostinha de Castro. Esta afirmou que se encomendava a Deus do Céu invocando a seguinte reza: “Padre Nosso pequenino que tem as chaves do paraíso quem as tem quem as terá todas as almas salvara, molheres quando fores a igreja rezai as orações e abri os corações, e se vos Deos ouvir o seu Reino podereis ir”¹¹²³. Por sua vez, Filipa Pereira rezava um rosário de Padre Nossos¹¹²⁴. Mais tarde, na segunda metade de Seiscentos, David Brandão, achando-se em Castela, teve acesso a orações judaicas escritas. No entanto, recusou transcrevê-las “por reseat lhas achaçe a justiça que muitas vezes lhe entrava em caza”¹¹²⁵. O mesmo homem declarou rezar ao “Padre Nosso sem dizer Jesus

1997, pp. 435-447. Em casamentos mistos era comum este e outros géneros de dificuldades, cf. Paulo Drumond Braga, *A Inquisição nos Açores* [...], p. 248.

¹¹¹⁶ Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, proc. 4868, fl. 67.

¹¹¹⁷ Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, proc. 2860, fl. não numerado.

¹¹¹⁸ Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, proc. 2860, fl. 2, 7, 8v.

¹¹¹⁹ Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, proc. 7567, fl. não numerado.

¹¹²⁰ Outros motivos, tais como o desejo de contrair matrimónio ou a ambição de sucesso em causas judiciais, eram igualmente validos para a pratica cf. Fernanda Olival, “A Visita da Inquisição [...]”, p. 510.

¹¹²¹ Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, proc. 2403, fls. 28-28v.

¹¹²² Sobre as orações judaicas cf. Elvira Cunha de Azevedo Mea, “Orações Judaicas na Inquisição Portuguesa – século XVI”, *Jews and Conversos. Studies in Society and the Inquisition*, direcção de Yosef Kaplan, Jerusalém, World Union of Hebrew Studies, 1981, pp. 149-178; Maria José Pimenta Ferro Tavares, “A Religiosidade Judaica [...]”, pp. 375-376; Maria do Carmo Teixeira Pinto, *Os Cristãos-Novos de Elvas* [...], pp. 227-229.

¹¹²³ Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, proc. 2860, fl. 2v.

¹¹²⁴ Lisboa, AN/TT, Inquisição de Lisboa, proc. 4139, fl. 30.

¹¹²⁵ Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, proc. 7567.

no final, oferecido ao Deus do Céu”¹¹²⁶. Outros, como Sebastião Botelho, afirmaram não proferir oração alguma¹¹²⁷. Apesar de escassos, os dados obtidos permitem retirar algumas conclusões. Em primeiro lugar surge evidente o empobrecimento do culto, fortemente motivado pela proibição da posse de livros em hebraico, pelo encerramento das sinagogas, pela ausência de rabinos e pelo controlo inquisitorial. Após o baptismo forçado, as orações passaram a ser transmitidas oralmente pelo que se foram perdendo ao longo das gerações. Ainda assim alguns indivíduos tinham acesso a orações escritas, nomeadamente quando efectuavam viagens ao estrangeiro¹¹²⁸. Por outro lado, detecta-se a assimilação de elementos cristãos. De facto, muitos passaram a utilizar as orações católicas ainda que lhes conferissem um novo significado, direccionando ao seu Deus¹¹²⁹. Nesta conformidade, por vezes eram lidos os salmos de David em línguas vulgares, ou em latim, concebendo um desígnio judaico à reza¹¹³⁰.

A alimentação dos cristãos-novos caracterizou-se por certas peculiaridades. Evitavam o consumo de determinado tipos de carne e peixe e não aproveitavam o sangue dos animais¹¹³¹. Outrossim não empregavam a manteiga na confecção dos alimentos, constituindo o azeite a única gordura admitida. Os processos estudados fornecem diversos elementos a este respeito. Por exemplo, em certa ocasião Tomás da Fonseca e sua irmã Isabel recusaram comer lampreia por ser peixe defeso na Lei Velha¹¹³². A aversão pela carne de porco é facilmente percebida¹¹³³. Ainda assim,

¹¹²⁶ Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, proc. 7567.

¹¹²⁷ Lisboa, AN/TT, Inquisição de Lisboa, proc. 615, fl. 33v.

¹¹²⁸ Cf. Maria José Pimenta Ferro Tavares, “Judeus e Criptojudaisantes [...]”, p. 121.

¹¹²⁹ Marco Antônio Nunes da Silva, “Cripto-Judaísmo [...]”, pp. 255-266.

¹¹³⁰ Isabel M. R. Mendes Drumond Braga, *Os Estrangeiros e a Inquisição [...]*, p. 142. Em outras situações processava-se a encomendação a determinada imagem cristã, que para os cristãos-novos representava uma figura da Lei Velha. Por exemplo, no mosteiro de Nossa Senhora de Campos, existia uma imagem com a inscrição de Nossa Senhora, que na realidade representava a Rainha Ester, cf. Adelaide Filomena Amaro Lopes Cardoso, *As Religiosas e a Inquisição no Século XVII. Quadros de vida e espiritualidade*, Dissertação de Mestrado em História Moderna apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto, 2003, exemplar mimeografado, p. 168.

¹¹³¹ “Que nam comem toucinho, nem lebre, nem coelho, nem aves afogadas, nem inguia, nem polvo, nem congro, nem arraya, nem pescado que nam tenha escama”, cf. *Collectorio de Diversas Letras Apostolicas, Provisões Reaes e Outros Papeis, em que se contem a Instituição, & primeiro progresso do Sancto Officio em Portugal, & varios Privilegios que os Summos Pontífices, & Reys destes Reynos lhe concederão*, Lisboa, Casas da Inquisição, 1596, fl. 5. Sobre a alimentação cf. Francisco Santana, “Aspectos da Alimentação Setecentista em Processos Inquisitoriais”, *Fraternidade e Abnegação. A Joaquim Veríssimo Serrão, os Amigos*, vol. 1, Lisboa, Academia Portuguesa de História, 1999, pp. 439-451; Isabel M. R. Mendes Drumond Braga, *Do Primeiro Almoço à Ceia. Estudos de História da Alimentação*, Sintra, Colares Editora, 2004, pp. 24-33.

¹¹³² Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, proc. 4868, fl. 12v.

¹¹³³ A abominação era tal que alguns chegavam a provocar o vômito após a sua ingestão, cf. Paulo Drumond Braga, *A Inquisição nos Açores [...]*, p. 225. Outros comiam carne de porco em público de forma a desfazer qualquer suspeita que pairasse sobre a sua pessoa, cf. José Pedro Paiva, “As Entrada da Inquisição, na Vila de Melo [...]”, p. 190.

este alimento era relativamente comum nas casas dos cristãos-novos, encontrando-se, a maior parte das vezes, reservado aos criados¹¹³⁴. Este facto surge comprovado mais uma vez no processo de Ana Mendes. Esta, em determinada situação, deu um pedaço de lombo de porco, que lhe haviam oferecido, a dois serviçais. Após a confecção da carne, a ama não só recusou lavar o prato com a restante louça, como nunca mais o quis voltar a utilizar¹¹³⁵. Filipa Pereira confessou que estando na quinta da Maceira por volta do ano de 1664, em companhia de familiares, “por ocasião de o ditto Sebastião Botelho ter vindo da cassa e traser huns coelhos, disserão as dittas Dona Joanna e Dona Felippa a ella confitente que era aquillo cousa que não comião, e ella confitente lhes disse tambem que a não comia”¹¹³⁶. A mesma Filipa Pereira tendo recebido em sua casa, em Pombal, Pedro da Silva, seu primo de Tomar, por ocasião de “hũas sopas que ella confitente lhe tinha mandado para almoçar com talhadas de chourisso, o ditto seu primo as não quis comer, e insistindo ella confitente em lhe perguntar a causa porque não comia as dittas sopas, elle lho não quis diser mas riosse, disendo as palvras seguintes /vasse embora não seja menina/ e ainda que não falarão na crença da Lei de Moises, ficou ella confitente entendendo que o ditto seu primo cria nella”¹¹³⁷. O consumo de pão ázimo também surge documentado. Leonarda Ribeiro afirmou ter comido “bolos asmos em companhia da dita sua mai que se fazião em caza e se comião no borralho”¹¹³⁸. A sua mãe, Agostinha de Castro, confirmou o consumo deste alimento, acrescentado que por vezes recebia bolos asnos, remetidos pelas irmãs, residentes em Coimbra¹¹³⁹.

De igual forma, o modo de confeccionar os alimentos era diferente. O próprio acto de matar os animais era distinto, obedecendo a um ritual específico¹¹⁴⁰. No que respeita à preparação dos alimentos Ana Mendes ao adquirir carne do açougue “a lançava em hua guamella, ou alguidar grande e a cobria daugua, onde a deixava estar hua ou duas horas, e depois a lavava em outras auguas tirando-lhe todas as pelhancasas que nella vinhão, e assi limpa e lavada a punha a escorrer em hum cesto [...] e depois a salguava, e quando vinha ao cozer da dita carne pera comer lhe bota na panella muitos

¹¹³⁴ Marco Antônio Nunes da Silva, “Cripto-Judaísmo [...]”, p. 251; Maria do Carmo Teixeira Pinto, *Os Cristãos-Novos de Elvas [...]*, p. 224. A mesma realidade foi atestada em Castela, cf. Pilar Huerga Criado, *En la raya de Portugal: solidaridad y tensiones en la comunidad judeoconversa*, Salamanca, Edição Universidad de Salamanca, 1994, p. 186.

¹¹³⁵ Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, proc. 2403, fl. 5v.

¹¹³⁶ Lisboa, AN/TT, Inquisição de Lisboa, proc. 4139, fls. 34-34v.

¹¹³⁷ Lisboa, AN/TT, Inquisição de Lisboa, proc. 4139, fls. 34v-35.

¹¹³⁸ Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, proc. 5636, fl. 3.

¹¹³⁹ Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, proc. 2860, fl. 4v.

¹¹⁴⁰ Cf. *Collectorio de Diversas Letras Apostolicas [...]*, fl. 5.

adubos e ahos e outras almoxarifadas que ella denunciante não entendia. Mas nunca lhe metia toucinho [...] nem cousa de porco, somente vindo a sua casa hum lavrador [...] trouxe hua lingoiça a dita Anna Mendes que ella denunciada deu dia de Entrudo a noite a ella denunciante que a ceasse [...], e acabado de cear tomou o espeto em que se asou a lingoiça e o meteo no fogo atee se apurar”¹¹⁴¹.

Entre a documentação compulsada não existem dados sobre variadas cerimónias e práticas judaicas. O que mais uma vez evidencia o empobrecimento do culto. De facto, todo um conjunto de jejuns e festas importantes prescritas na Lei, tais como a *Páscoa de Shavuoth*, o *Tissa-be-ab*, a *Páscoa das cabanas* ou de *sukkot* não foram mencionados¹¹⁴². Paralelamente, a prática da circuncisão, a bênção do recém-nascido e os rituais ligados à morte, bem como outras práticas como o abotoar de cima para baixo, varrer as casas às avessas ou deitar farinha ao canto das portas não surgem arrolados¹¹⁴³.

O grupo em análise, como os demais cristãos-novos colhidos na malha inquisitorial, intentavam perpassar uma imagem de verdadeiros cristãos junto da comunidade cristã-velha. A maioria destes indivíduos conhecia as orações cristãs, frequentava o confessionário, ao menos uma vez por ano, assistia à missa aos Domingos e dias Santos¹¹⁴⁴, comungava e participava em procissões. Por outro lado, alguns realizavam romarias, instituía legados pios e capelas por sua alma e possuíam objectos ligados ao culto religioso cristão. A estratégia delineada passava de igual forma pelo ingresso de membros do agregado familiar no clero regular. Paralelamente, alguns indivíduos ingressavam nas confrarias e nas irmandades locais, desempenhando importantes funções, tais como juiz, mordomo ou tesoureiro, o que lhes possibilitava a obtenção de promoção e afirmação social. De igual modo, com frequência doavam quantias elevadas de dinheiro às colectividades a que pertenciam¹¹⁴⁵. Faziam-no por

¹¹⁴¹ Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, proc. 2403, fls. 1-1v.

¹¹⁴² Sobre estas cerimónias cf. Maria José Pimenta Ferro Tavares, “A Religiosidade Judaica [...]”, pp. 372-375.

¹¹⁴³ Semelhante realidade sucedeu em Elvas, localidade onde também não existiram testemunhos da prática da circuncisão e de todo o cerimonial que antecedia o amortalhamento, ou a procura de terra virgem para o enterro cf. Maria do Carmo Teixeira Pinto, *Os Cristãos-Novos de Elvas [...]*, pp. 224-226.

¹¹⁴⁴ Alguns detinham inclusive lugares de relevo dentro do templo. Por exemplo, Simão de Almeida, escrivão e morador na Redinha disse que via o réu [Tomás da Fonseca] continuamente ir à igreja aos domingos e dias santos e muitos dias pela semana e “nella tinha lugar que se custuma dar aos homens onrados [*sic*] christãos velhos de boa vida e costumes”, cf. Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, proc. 4868, fls. 35-35v. Esta prática era corrente em outras regiões, cf. José Pedro Paiva, “As Entradas da Inquisição, na Vila de Melo [...]”, p. 190.

¹¹⁴⁵ Maria José Pimenta Ferro Tavares, “Para o Estudo dos Judeus [...]”, p. 378; Idem, “Judeus e Criptojudaizantes [...]”, pp. 128-129; Hermínia de Vasconcelos Vilar, “A comunidade [...]”, p. 396. Maria do Carmo Teixeira Pinto, *Os Cristão-Novos de Elvas [...]*, pp. 233-234.

“amor do mundo”¹¹⁴⁶ ou ainda como referiu uma filha de D. Bernarda, “por não dar mau exemplo de si”¹¹⁴⁷, portanto por obrigação. Não menos importante era a obtenção dos sacramentos. Por exemplo, Bernarda Sequeira havia sido baptizada na igreja de São Martinho da vila de Pombal e crismada no mesmo templo pelo bispo de Coimbra, D. Afonso de Castelo Branco, tendo sido seu padrinho Luís de Sousa de Vasconcelos, “senhor da ditta villa”¹¹⁴⁸. Por outro lado, em 1607, Agostinha de Castro foi madrinha de crisma de Catarina, filha de António da Costa e de Domingas Rodrigues, e de Sebastiana, filha de Francisco e de Catarina, criada¹¹⁴⁹. No mesmo ano, Leonarda Ribeiro, filha de Agostinha de Castro, foi madrinha na confirmação de Francisca, filha de Pedro Francisco e de Apolónia Fernandes¹¹⁵⁰. O que resulta destes episódios é que o sacramento da confirmação, além de reforçar a imagem de bom cristão, possibilitava o estabelecimento de vínculos importantíssimos, inclusivamente à principal nobreza da localidade.

Relativamente à pertença a confrarias apenas possuímos informações sobre um indivíduo, o já mencionado Tomás da Fonseca. Este era confrade de todas as confrarias da cidade de Coimbra, onde havia residido. Naquela urbe tinha sido por algumas ocasiões juiz da confraria de Santo António “e lhe fez muitas festas em que gastou muito de sua casa”¹¹⁵¹. Na Redinha havia sido juiz e governador da confraria de Nossa Senhora do Rosário e, ao tempo da sua prisão, ocupava similar cargo na confraria do Santíssimo Sacramento. Nesta vila tinha mandado erigir uma charola de pedraria, com colunas e degraus, para o crucifixo que se encontrava na praça da igreja paroquial, obra em que despendeu cerca de quinze mil réis¹¹⁵². Havia inclusive agasalhado em sua casa o vigário da Redinha enquanto aquele não tomou casa, o que sucedeu por espaço de dois meses¹¹⁵³. Era tido pela população da Redinha como bom cristão, sendo que alguns populares afirmaram que o costumavam ver a rezar¹¹⁵⁴.

¹¹⁴⁶ Lisboa, AN/TT, Inquisição de Lisboa, proc. 4139, fl. 41.

¹¹⁴⁷ Tratou-se de D. Filipa de Melo, natural de Pombal, moradora na Maceira, para onde foi em tenra idade, cf. Lisboa, AN/TT, Inquisição de Lisboa, proc. 4137, fl. 34.

¹¹⁴⁸ Lisboa, AN/TT, Inquisição de Lisboa, proc. 121, fls. 8-8v. Foi comendador da vila no final do século XVI, cf. Joaquim Eusébio, *Pombal* [...], p. 114.

¹¹⁴⁹ Leiria, ADL, Registos Paroquiais, Lourçal, Baptismos, livro 1 (1562-1648), fls. 180 e 181v.

¹¹⁵⁰ Leiria, ADL, Registos Paroquiais, Lourçal, Baptismos, livro 1 (1562-1648), fl. 195v.

¹¹⁵¹ Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, proc. 4868, fls. 33-33v.

¹¹⁵² Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, proc. 4868, fls. 20, 33v, 35v e 36v.

¹¹⁵³ Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, proc. 4868, fl. 36.

¹¹⁵⁴ Foi o caso de Cristóvão Cordeiro, que afiançou ter observado o réu junto à charola “asentado de joelhos”, cf. Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, proc. 4868, fl. 36v. Com frequência os cristãos-novos rezavam em público como forma de dissimular a sua verdadeira identidade religiosa, cf. Antonio Peñafiel Ramón, “Reductos Judaizantes [...]”, p. 67.

A instituição de capelas era outra das estratégias seguida pela população em estudo¹¹⁵⁵. A pombalense Isabel de Castro ao falecer instituiu a sobrinha Joana Botelho sua universal herdeira. Entre os bens delegados contava-se uma propriedade “de pão” na Aldeia dos Anjos, termo de Pombal, a qual trazia arrendada a João Lopes, morador no dito lugar pelo preço de 25 alqueires de milho e 2.000 réis em dinheiro. A fazenda deixada apenas em sua vida tinha obrigação de doze missas. Por alma de Isabel de Castro a sobrinha mandou fazer três ofícios de nove lições cada, na igreja da Maceira¹¹⁵⁶.

Com alguma frequência participavam em romarias, momento por norma aproveitado para camuflar algum jejum ou a guarda do sábado judaico¹¹⁵⁷. As informações a este respeito são relativamente parcas. Apenas sabemos que a pombalense Joana Coelho efectuou uma romaria a Nossa Senhora da Nazaré¹¹⁵⁸, tal como o fez sua prima Ana Botelho¹¹⁵⁹.

Concomitantemente, a posse de objectos ligados ao culto religioso cristão permitia dissipar dúvidas em relação ao credo seguido. Assim, entre os bens de Tomás da Fonseca contava-se uma cruz de ouro, pequena¹¹⁶⁰. Por seu turno, Filipa Pereira era proprietária de um relicário de ouro, uma veronica de prata, de triângulo, com uma imagem de Nossa Senhora, e uma custódia¹¹⁶¹.

À semelhança das famílias cristãs-velhas, economicamente favorecidas, diversos agregados cristãos-novos tentaram colocar a sua descendência secundogénita em institutos e casas religiosas¹¹⁶². O ingresso no clero regular constituía trecho importante da estratégia familiar pois possibilitava manter a integridade patrimonial, ao mesmo tempo que possibilitava a criação de “verdadeiras oligarquias” naquelas casas, em

¹¹⁵⁵ Maria José Pimenta Ferro Tavares, “Judeus e Criptojudasizantes [...]”, p. 120.

¹¹⁵⁶ Lisboa, AN/TT, Inquisição de Lisboa, proc. 1988, fls. 35v-36.

¹¹⁵⁷ Maria José Pimenta Ferro Tavares, “Judeus e Criptojudasizantes [...]”, p. 127 e 129; Maria do Carmo Teixeira Pinto, *Os Cristão-Novos de Elvas* [...], p. 233. A participação em rituais de determinada confraria servia o mesmo propósito, cf. Fernanda Olival, “A Visita da Inquisição à Madeira [...]”, 503-504; Maria do Carmo Teixeira Pinto, *Os Cristão-Novos de Elvas* [...], p. 233.

¹¹⁵⁸ Lisboa, AN/TT, Inquisição de Lisboa, proc. 4711, fl. 41v.

¹¹⁵⁹ Lisboa, AN/TT, Inquisição de Lisboa, proc. 400, fl. 21.

¹¹⁶⁰ Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, proc. 4868, fl. 4

¹¹⁶¹ Lisboa, AN/TT, Inquisição de Lisboa, proc. 4139, fl. 6

¹¹⁶² Sobre esta temática cf. Elvira Cunha de Azevedo Mea, “1621-1634. Coimbra. O Sagrado e o Profano em choque”, *Revista de História das Ideias*, vol. 9, 2.^a parte, Coimbra, 1987, pp. 235-248; Georgina Silva dos Santos, “Entre Jesús y Moisés: el Marranismo en los Conventos Ibéricos durante el Siglo XVII”, *Historias Compartidas. Religiosidad y Reclusión Femenina en España, Portugal y América. Siglos XV-XIX*, [León], Universidad de León [México], Universidad Autónoma de Puebla, 2007, pp. 195-210. Maria do Carmo Teixeira Pinto, *Os Cristão-Novos de Elvas* [...], pp. 235-241.

resultado da admissão de vários membros de um mesmo agregado familiar¹¹⁶³. Acresce que, no caso dos cristãos-novos, tal acto reforçava a imagem de bom cristão que se pretendia divulgar¹¹⁶⁴. Os processos de freiras professoras cristãs-novas judaizantes, presas e sentenciadas pela Inquisição, demonstram que os preceitos da Lei de Moisés continuavam a ser seguidos, sempre que possível, no interior dos conventos¹¹⁶⁵. O locutório constituía local privilegiado para a comunicação da crença, que era desta forma conservada e renovada a cada visita de familiares¹¹⁶⁶. Na primeira metade do século XVII, cerca de cinco dezenas de religiosas foram processadas pelo tribunal de Coimbra. Uma dessas mulheres foi Gracia dos Anjos, filha de Tomás da Fonseca e de Genebra Nunes, moradores na Redinha. Esta era freira professora no mosteiro de Santa Ana de Coimbra, da Ordem dos Eremitas de Santo Agostinho¹¹⁶⁷, tendo entrado naquele espaço por volta de 1595, aos 14 anos de idade¹¹⁶⁸. Gracia referiu ter sido incitada ao judaísmo dentro do mosteiro, por uma companheira de cela, o que teria ocorrido por volta do ano de 1607, portanto quando teria 24 anos¹¹⁶⁹. Possivelmente estaria a ocultar o seu verdadeiro mestre de crença. Tanto mais que António Correia de Sá, preso por culpas de judaísmo na Inquisição de Coimbra, a 18 de Setembro de 1621, referiu que deslocando-se ao dito mosteiro para visitar Gracia “estando ambos soos a hũa grade do dito mosteiro vierão a falar na gente da nação e na lei de Moises e com ocazião destas praticas se declararão hum com o outro de como crião e vivião na dita lei de Mouses e nella esperavão salvarce, e a mesma declaração tiverão dipois por outras vezes, no mosteiro novo de Santa Ana, e a ultima foi avera tres annos estando ambos soos e que a dita Gracia dos Anjos na primeira declaração disse a elle confitente que o dito Thomas da Fonseca seu pai a avia ensinado”¹¹⁷⁰. No mesmo período cronológico, a Inquisição

¹¹⁶³ José Pedro Paiva, “Os Mentores [...]”, pp. 201-208. Ver a título de exemplo o sucedido no convento de Santa Clara de Moura, cf. Adelaide Filomena Amaro Lopes Cardoso, *As Religiosas e a Inquisição* [...], p. 78.

¹¹⁶⁴ Georgina Silva dos Santos, “Entre Jésus y Moisés [...]”, p. 199.

¹¹⁶⁵ Uma listagem de freiras cristãs-novas penitenciadas pelo tribunal de Coimbra entre 1621 e 1634, foi apresentada por Elvira Cunha de Azevedo Mea, “1621-1634 [...]”, pp. 236-238. Sobre as religiosas processadas pelo tribunal de Évora no século XVII, cf. Adelaide Filomena Amaro Lopes Cardoso, *As Religiosas e a Inquisição* [...]. A autora apresenta um rol das religiosas processadas pelos três tribunais de distrito, cf. pp. 184-191.

¹¹⁶⁶ Além do locutório eram comunicadas e realizadas práticas judaicas em diferentes espaços conventuais cf. Elvira Cunha de Azevedo Mea, “1621-1634 [...]”, pp. 238-239; Georgina Silva dos Santos, “Entre Jésus y Moisés [...]”, pp. 200-202.

¹¹⁶⁷ Cf. Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, proc. 1858. As freiras encontravam-se desde 1556, numa quinta em São Martinho, tendo entrado no novo convento no ano de 1610, cf. Fortunato de Almeida, *História da Igreja em Portugal* [...], vol. 2, Porto, Lisboa, Civilização, 1968, pp. 141-142.

¹¹⁶⁸ Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, proc. 1858, fl. 2.

¹¹⁶⁹ Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, proc. 1858, fl. 18v.

¹¹⁷⁰ Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, proc. 1858, fls. 25-25v.

abriu processo contra outras 12 freiras professoras na mesma casa religiosa, o que comprova desde logo a existência de uma verdadeira “micro-comunidade” de judaizantes no interior daquele espaço¹¹⁷¹.

No território em análise ingressaram no clero regular outras duas raparigas. Maria da Costa, cristã-nova, natural de Coimbra e moradora na Redinha, presa por culpas de judaísmo a 19 de Março de 1619, andara em solteira em hábito de freira, tendo na ocasião adoptado o nome de Maria da Esperança¹¹⁷². No entanto, desconhecemos qualquer outro aspecto relativo a este período da sua existência, inclusivamente o espaço conventual em que terá ingressado. Por outro lado, a pombalense Catarina Batista, filha de João Coelho Sequeira e de Filipa Pereira, ingressou no convento de Figueiró dos Vinhos, da Ordem dos Carmelitas Descalços, onde adoptou o nome de Catarina do Espírito Santo e continuou a judaizar¹¹⁷³. A 8 de Novembro de 1667, Cristóvão de Sá referiu que quatro anos antes “em hũa grade do mosteiro das freiras da villa de Figueiro dos Vinhos se achou com sua parenta por via paterna, não sabe em que grao, Catharina Baptista que tinha parte de christã nova, religiosa professa do mesmo mosteiro hora defunta [...] e estando ambos sós entre praticas de que não he lembrado se declararam”¹¹⁷⁴.

Uma última questão de fundo se coloca. Quais os reais efeitos que estas prisões produziram nestes indivíduos e nas localidades em que residiam? Após a leitura da sentença em auto-da-fé, os sentenciados recebiam instrução religiosa, o que na Inquisição de Coimbra, na maior parte dos casos tinha lugar nas igrejas de Santa Cruz ou de Santa Justa¹¹⁷⁵. O período de aprendizagem era por norma reduzido. Por exemplo, Ana Mendes saiu no auto-da-fé celebrado em Coimbra a 15 de Setembro de 1602. A sua doutrinação, em Santa Justa, não chegou a durar dois meses. A 8 de Novembro desse ano, estava já suficientemente instruída na fé¹¹⁷⁶. Mais célere foi a doutrinação de Filipa Pereira. Após a leitura da sentença no auto-da-fé, realizado a 11 de Março de 1668, no Terreiro do Paço, em Lisboa, mostrava estar assaz instruída a 28 desse mês e ano¹¹⁷⁷.

¹¹⁷¹ Expressão utilizada por Georgina Silva dos Santos no seu estudo sobre as clarissas judaizantes da cidade de Beja, cf. Georgina Silva dos Santos, “Entre Jesús y Moisés [...]”, p. 209.

¹¹⁷² Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, proc. 6065, fl. 3.

¹¹⁷³ Lisboa, AN/TT, Inquisição de Lisboa, proc. 1988, fl. 38. Havia sido incitada ao judaísmo pela tia paterna Isabel de Castro, natural e moradora em Pombal, pouco antes de ingressar no dito convento, cf. Lisboa, AN/TT, Inquisição de Lisboa, proc. 4139, fl. 46v.

¹¹⁷⁴ Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, proc. 6880, fls. não numerados.

¹¹⁷⁵ Elvira Cunha de Azevedo Mea, *A Inquisição de Coimbra* [...], p. 415.

¹¹⁷⁶ Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, proc. 2403.

¹¹⁷⁷ Lisboa, AN/TT, Inquisição de Lisboa, proc. 4139, fls. 53-56.

Afigura-se tarefa difícil, senão impossível, avaliar a veracidade da abjuração realizada. Será que era abandonada a anterior crença? Segundo a opinião expressa no final de Quinhentos, por Manuel do Vale, notário do tribunal eborense, os sentenciados saíam do cárcere “peores”¹¹⁷⁸. A propósito cite-se o caso de D. Maria Madalena de Sá, proprietária de uma quinta no termo de Pombal, presa duas vezes pelo tribunal de Coimbra, a primeira a 18 de Novembro de 1624 e a segunda a 11 de Janeiro de 1666. A 13 de Junho de 1671, em sessão referiu que “haverá quarenta e seis annos e os fez no mez de Maio proximo passado sahindo ella confitente destes carceres no corredor dos mesmos, estando já pera sahir na procissão se chegou a ella Maria de Paiva [...] tambem pennitenciada no mesmo auto, e esta lhe disse [...] que se não arrependesse de haver tido crença na lei de Moises sem embargo da confissão que tinha feito nesta meza, porquanto tambem ella fizera semelhante confissão e não estava arrependida, e ainda que abjurasse no auto, isto fosse pro forma, e não de coração, porque tambem ella havia de fazer o mesmo, e porquanto só a dita lei de Moises era boa e verdadeira pera a salvação das almas e ouvindo ella confitente o que a mesma lhe disse por ser mulher entendida, sua amiga e parenta tomou o ditto conselho e ficou crendo na ditta lei de Moises como de antes cria”¹¹⁷⁹. Não obstante, tais factos não anulam a possibilidade de alguns dos judaizantes terem abjurado de forma sincera.

Finalizada a doutrinação, estes indivíduos além de um conjunto de penitências espirituais, eram sujeitos a distintas medidas proibitivas que lhes criavam variados obstáculos no quotidiano. Desde logo ficavam impedidos de se ausentar do reino sem autorização do Tribunal. Impedimento que deve ter sido particularmente penoso para David Brandão, tanto pela actividade profissional desempenhada, que o compelia a constantes deslocações, como pelo facto de a mulher residir em Castela. Por outro lado, os sentenciados ficavam impedidos de desempenhar determinados cargos, portar vestidos finos, ou empregar metais preciosos. Foi o caso do pombalense Sebastião Botelho o qual foi proibido de exercer officios públicos “nem os mais conteúdos na carta que lhe for dada”¹¹⁸⁰. Acresciam ainda os constrangimentos ocasionados pelo confisco de bens. É paradigmático o caso de João da Azambuja Ribeiro, marido de Joana Coelho,

¹¹⁷⁸ Giuseppe Marcocci, “A Inquisição Portuguesa sob Acusação [...]”, p. 31.

¹¹⁷⁹ Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, proc. 1310, fls. 562-563.

¹¹⁸⁰ Lisboa, AN/TT, Inquisição de Lisboa, proc. 615, fl. 47v. Quanto à sua irmã Joana Botelho os inquisidores acordaram que “em sua pessoa não trará ouro, prata ou pedraria nem vestirá de seda”, cf. Lisboa, AN/TT, Inquisição de Lisboa, proc. 1988, fl. 59v. Uma carta do cardeal infante D. Henrique datada de 1575, reafirmava a proibição dos penitenciados pelo Tribunal da Fé em exercerem cargos e officios públicos. Proibição que se estendia a filhos e netos de relaxados ao braço secular, cf. Giuseppe Marcocci, “A Inquisição Portuguesa sob Acusação [...]”, pp. 34-35.

e genro de Filipa Pereira, ambas presas por culpas de judaísmo. Este solicitou ao desembargador e juiz do fisco de Lisboa o levantamento do sequestro de uns foros, que havia resultado da prisão da sua sogra. Para o efeito foi obrigado a dar fiança segura e abonada “aos foros vemsidos e se vemserem desde o anno de seissentos e setenta e dous em diante a contento da gente do fisco”, sendo seu fiador António Fernandes, lavrador e morador na quinta da Ordem, Pombal¹¹⁸¹. As dificuldades eram de igual forma sentidas pelos descendentes dos processados, uma vez que os critérios de pureza de sangue barravam as pretensões daqueles. Recordemos o já mencionado capitão José Soares Godinho, natural e morador na vila de Abiul, cuja pretensão de obter uma familiatura do Santo Ofício em 1695, esbarrou na prisão que o tio havia sofrido pela instituição.

Semelhantes dados evidenciam as dificuldades sentidas por esta população em reorganizar as vidas no pós-cárcere inquisitorial¹¹⁸². Como tal, surge desde logo uma questão: será que estes indivíduos continuaram a assistir nas mesmas localidades? Ou o descrédito tornara insustentável a permanência em povoações de dimensões reduzidas como era o caso. A leitura dos registos paroquiais pode ser útil na procura de uma resposta a esta questão. Tomemos por exemplo o caso de Tomás da Fonseca. Através da leitura do processo inquisitorial de Gracia dos Anjos sabemos que em 1621, aquele já havia falecido. Os assentos de óbito da paróquia da Redinha conservados no arquivo distrital de Leiria têm início no ano de 1614. Ao consultarmos este livro não localizámos Tomás, nem Genebra Nunes, sua mulher. Portanto, ou teriam falecido no período 1605-1614, ou teriam abandonado a Redinha após o processo na Inquisição. Semelhante consulta dos registos da paróquia do Lourçal não permitiu localizar qualquer assento dos sentenciados por este delito, residentes naquele couto. Ainda

¹¹⁸¹ Leiria, ADL, Cartório Notarial, Pombal, livro 2, fls. 64v-65 [Pombal, 16 de Dezembro de 1677. Obrigasam que fas João d’Azambuja Ribeiro e fiamsa tambem que o próprio fes ao Fisco Real da cidade de Lisboa]

¹¹⁸² O caso de Francisco Ferreira é exemplificativo, e ainda que não tenha sido contabilizado nesta análise, por ser natural de Abiul mas morador em Lisboa, merece ser aqui apontado. Este homem “baixo de corpo”, mercador de profissão, foi sentenciado a abjurar em forma, hábito e cárcere perpétuo. Saiu no auto-da-fé de 16 de Março de 1561. A 24 de Abril daquele ano, alegando as enfermidades que padecia e o facto de ser muito pobre “e essa pobreza que tinha ser ja gastada e ter dous filhos e duas filhas pera casar”, solicitou junto dos inquisidores “avendo respeito ao muito tempo que aque esta preso e ao acima dito lhe comutem ho carcere e abeto pera ho bairro”. A 30 de Abril, foi-lhe concedida a mercê, no entanto continuou a usar o hábito penitencial. Mais tarde, invocando novamente as suas muitas doenças solicitou que lhe fosse perdoado o hábito “pera que possa olhar per sua casa e curar-se e pera que assim filhas como irmãs não fação algum desmancho de si por serem moças e já molheres”. A sua petição foi atendida, sendo-lhe impostas penas espirituais e “dará hũa esmola de cinco cruzados pera os presos pobres do carcere da Santa Inquisiçam”, cf. Lisboa, AN/TT, Inquisição de Lisboa, proc. 8934, fls. 23-26.

assim, parece excessivo afirmar peremptoriamente a partida desta população, devido ao processo inquisitorial, tendo por base esta pesquisa.

Relativamente aos efeitos provocados nas localidades em estudo, estes terão sido mais cometidos. Em Pombal e freguesias limítrofes não se registaram as denominadas “entradas” da Inquisição¹¹⁸³. Os dados compulsados não evidenciam repercussões sobre as estruturas do poder local. Tivesse sido preso António de Sousa de Vasconcelos, capitão-mor da vila de Pombal, delatado na segunda metade de Seiscentos, e a história talvez tivesse sido diferente.

Quadro XI
Processados por culpas de Judaísmo

Nome	Natural	Morada	Idade	Estado	Prisão	Sentença	Auto-da-Fé	Fonte
Ana Mendes	Trancoso	Louriçal	30	Casado	20/05/1601	1	15/09/1602	IC, proc. 2403
Tomás da Fonseca	Aveiro	Redinha	55	Casado	27/04/1601	3	06/01/1605	IC, proc. 4868
Maria da Costa	Coimbra	Redinha	38	Casado	19/03/1619	2	29/03/1620	IC, proc. 6065
Agostinha de Castro	Coimbra	Louriçal	50	Casado	30/10/1621	1	28/11/1621	IC, proc. 2860
Leonarda Ribeiro	Porto	Louriçal	20	Casado	30/10/1621	1	28/11/1621	IC, proc. 5636
Bernarda Sequeira	Pombal	Maceira	80	Viúvo	31/10/1667	4	10/12/1673	IL, proc. 121
Sebastião Botelho	Pombal	Maceira	38	Solteiro	31/10/1667	1	11/03/1668	IL, proc. 615
Filipa Pereira	Alvaiázere	Lisboa	50	Casado	07/12/1667	1	11/03/1668	IL, proc. 4139
Joana Coelho	Pombal	Pombal	26	Casado	09/03/1668	1	26/05/1669	IL, l. 9, fl. 277
David Brandão	Moreira	Louriçal	40	Casado	20/08/1699	2	18/12/1701	IC, proc. 7567

Legenda:

- 1 – Abjuração em forma, com cárcere e hábito a arbítrio dos inquisidores.
- 2 – Abjuração em forma, com cárcere e hábito perpétuo.
- 3 – Abjuração em forma, com cárcere e hábito perpétuo com insígnias de fogo.
- 4 – Relaxado em estátua

¹¹⁸³ Uma descrição detalhada do processo em José Pedro Paiva, “As Entradas da Inquisição [...]”, pp. 169-208.

2.3 – Bigamia

O delito de bigamia, à semelhança do pecado nefando, foi simultaneamente perseguido pelas autoridades civis, pelos tribunais diocesanos¹¹⁸⁴ e pelo Santo Ofício constituindo como tal um crime de foro misto¹¹⁸⁵. Para o Tribunal da Fé quem casava segunda vez, em vida do primeiro cônjuge, era suspeito de heresia pois indiciava “sentir mal do sacramento do matrimónio”, nomeadamente do seu carácter de indissolubilidade¹¹⁸⁶. Assim, à Inquisição interessava averiguar a intenção e o ânimo com que o indivíduo havia contraído segundo ou terceiro matrimónios¹¹⁸⁷. Além do possível erro de doutrina, a intromissão do Santo Ofício na perseguição aos bigamos ficou a dever-se a questões de eficácia. A Inquisição configurava-se, mercê da rede de agentes inquisitoriais e do sistema de comunicação entre tribunais distritais, como a única instituição capaz de exercer um controlo efectivo sobre indivíduos que eram, na esmagadora maioria das ocasiões, migrantes¹¹⁸⁸.

¹¹⁸⁴ Segundo as Constituições do bispado de Coimbra os bigamos além de incorrerem em excomunhão e outras penas do direito, seriam presos e degredados para as galés, ou para o Brasil, “polo tempo que parecer”, cf. *Constituições Synodales do Bispado de Coimbra*, Coimbra, António de Mariz, 1591, fl. 36.

¹¹⁸⁵ Sobre o conceito de foro misto cf. a síntese apresentada por Joaquim Ramos de Carvalho, “Confessar e Devassar [...]”, pp. 52-53. Sobre a bigamia em Portugal antes do estabelecimento do Santo Ofício, cf. Isabel M. R. Mendes Drumond Braga, “Para o Estudo da Bigamia em Portugal no século XV”, *Os Reinos Ibéricos Na Idade Média, Livro de Homenagem ao Professor Doutor Humberto Carlos Baquero Moreno*, coordenação de Luís Adão da Fonseca, Luís Carlos Amaral e Maria Fernanda Ferreira Santos, vol. 2, Porto, Civilização, 2003, pp. 519-527. Sobre a punição do delito após 1536, cf., sobretudo, Elvira Cunha de Azevedo Mea, “Mulheres nas Teias da Expansão”, *O Rosto Feminino da Expansão Portuguesa. Actas do Congresso*, vol. 1, Lisboa, Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres, 1995, pp. 65-75; Isabel M. R. Mendes Drumond Braga, “Bigamia e Insularidade. O caso da Madeira na Época Moderna”, *Isleña*, n.º 28, Funchal, 2001, pp. 69-75; Idem, *A Bigamia em Portugal* [...]; Idem, “Bigamia e Poligamia, Portugal”, in *Dizionario Storico dell’Inquisizione*, [...], vol. 1, pp. 196-197. Para o Brasil cf. Donald Ramos, “Bigamia e Valores Sociais e Culturais no Brasil Colonial: o caso de Manuel Lourenço Flores e o seu Contexto Histórico”, *Sexualidade, Família e Religião na Colonização do Brasil*, coordenação de Maria Beatriz Nizza da Silva, Lisboa, Horizonte, 2001, pp. 113-124; Isabel M. R. Mendes Drumond Braga, “O Brasil Setecentista como Cenário da Bigamia”, *Estudos em Homenagem a Luís António de Oliveira Ramos*, vol. 1, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2004, pp. 299-311. Sobre o delito nos tribunais espanhóis cf., entre outros, Jaime Contreras, *El Santo Oficio* [...], pp. 536-537, 565-566 e 643-654; Manuel Torres Aguilar, “Algunos Aspectos del Delito [...]”, pp. 117-138; Idem, “El Delito de Bigamia [...]”, 173-232; Michel Boeglin, “Bigamia e Poligamia, Spagna”, in *Dizionario Storico dell’Inquisizione*, [...], vol. 1, pp. 197-199. Para Itália cf. a síntese apresentada por Kim Siebenhüner, “Bigamia e Poligamia, Italia”, in *Dizionario Storico dell’Inquisizione*, [...], vol. 1, pp. 194-196.

¹¹⁸⁶ Refira-se que para alguns autores, como Carena, os bigamos partilhavam as ideias dos reformistas protestantes, uma vez que aqueles, ainda que não defendessem a simultaneidade das uniões, aceitavam a possibilidade de enlaced sucessivos, cf. Manuel Torres Aguilar, “Algunos Aspectos del Delito [...]”, pp. 123-124.

¹¹⁸⁷ *Regimento do Santo Officio da Inquisição dos Reynos de Portugal*, Lisboa, Manuel da Silva, 1640, Livro III, título XV, fls. 182-183.

¹¹⁸⁸ Jaime Contreras, *El Santo Oficio* [...], p. 536; Manuel Torres Aguilar, “El Delito de Bigamia [...]”, pp. 181-182.

O Santo Ofício procurou, desde cedo, imiscuir-se na perseguição aos bigamos. Em 1536, o monitório do inquisidor geral D. Frei Diogo da Silva, apelava à denúncia dos que “casassem duas vezes, sendo o primeiro marido, ou a primeira mulher vivos, sentindo mal do sacramento do matrimonio”¹¹⁸⁹. Na verdade, em Portugal, a Inquisição perseguiu bigamos de forma sistemática desde a década de 50 do século XVI¹¹⁹⁰. Não obstante, como referiu Elvira Cunha de Azevedo Mea existia “uma certa indefinição quanto à competência do Santo Ofício”¹¹⁹¹. Tal facto, originou, desde logo, problemas jurisdicionais, sobremaneira com os prelados do reino¹¹⁹². Paradigmático foi o caso que envolveu o prelado lisboeta, D. Miguel de Castro (1586-1625) o qual “não permite que os seus officiaes, & visitadores remettão [ao Santo Ofício] aquelles que comettem tal delicto”¹¹⁹³. A 29 de Junho de 1612, o inquisidor geral, D. Pedro de Castilho, remeteu missiva para Roma dando conta do caso¹¹⁹⁴. A 23 de Agosto desse ano, ficou estabelecido que “o delitto da Bigamia, se conhece no Santo Officio, & a elle se remettent os delinquentes do foro secular, & que maiormente devem ser remetidos do foro Ecclesiastico, & que portanto ao diante [o arcebispo de Lisboa] remeta taes delinquentes ao foro da Sancta Inquisição”¹¹⁹⁵. Desta feita, ficava estabelecido que o conhecimento do delicto cabia somente à Inquisição. De resto, o Regimento de 1613, fazendo referência a este documento, estipulou que “os Inquisidores conhecerão do crime dos que se casão segunda vez, sendo viva a primeira mulher, ou marido, pella suspeita que contra elles resulta, de sentirem mal do sacramento do Matrimonio: sem embargo de os Ordinarios se quererem intrometer no conhecimento delle: por quanto

¹¹⁸⁹ *Collectorio de Diversas Letras Apostolicas* [...], fl. 6.

¹¹⁹⁰ Francisco Bethencourt, *História das Inquisições* [...], p. 149. Refira-se que 22,6% dos processos contra bigamos foram instaurados antes do Tribunal ter obtido competência legal sobre o delicto. O primeiro processo de bigamia instaurado pelo tribunal eborense datou de 1548. O congénere olisiponense iniciou a perseguição aos que casavam segunda vez, sendo o primeiro cônjuge vivo, em 1550. Por sua vez, o tribunal de Coimbra, procedeu contra bigamos desde 1560, cf. Isabel M. R. Mendes Drumond Braga, *A Bigamia em Portugal* [...], p. 182. Em Castela, concretamente no tribunal de Santiago a intervenção sobre o delicto iniciou-se em 1530-1540, cf. Jaime Contreras, *El Santo Oficio* [...], p. 648. Na Península Itálica, a Inquisição Romana começou a reivindicar jurisdição sobre o delicto em 1580. Em determinados locais, como por exemplo Veneza, tais pretensões tiveram pouco sucesso, uma vez que as autoridades seculares mantiveram a sua posição firme, cf. Kim Siebenhüner, “Bigamia e Poligamia, Italia [...]”, p. 194.

¹¹⁹¹ Elvira Cunha de Azevedo Mea, *A Inquisição de Coimbra* [...], p. 328.

¹¹⁹² Isaías da Rosa Pereira, *A Inquisição em Portugal* [...], pp. 53-54; Elvira Cunha de Azevedo Mea, *A Inquisição de Coimbra* [...], pp. 328 e 331.

¹¹⁹³ *Collectorio das Bullas e Breves Apostolicos* [...], fl. 89v.

¹¹⁹⁴ Recorde-se que este prelado já protagonizara caso semelhante em 1601, cf. Elvira Cunha de Azevedo Mea, *A Inquisição de Coimbra* [...], p. 331.

¹¹⁹⁵ *Collectorio das Bullas e Breves Apostolicos* [...], fls. 89v-90. Sobre o litígio cf. Daniel Norte Giebels, *A relação entre o arcebispo de Lisboa D. Miguel de Castro e a Inquisição (1586-1625)*, tese de mestrado em História Moderna apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Coimbra, 2008, pp. 68-139, exemplar mimeografado.

sua Sanctidade tem determinado, que o caso pertence aos Inquisidores privativamente”¹¹⁹⁶.

A bigamia ocupou um lugar secundário no quadro repressivo inquisitorial. No nordeste da Península Itálica, nomeadamente no tribunal de Veneza, o delito representou unicamente 1%. Idêntica percentagem foi registada no congénere do Friuli. No centro, concretamente no tribunal de Siena, entre 1580 e 1640, os casos de bigamia equivaleram a 3% do total de processados. Por seu turno, no sul, em Nápoles, entre 1564 e 1740, a proporção subiu aos 9,5%¹¹⁹⁷. Em Castela e Aragão a realidade foi em tudo idêntica, sendo que no cômputo geral o delito representou menos de 6%¹¹⁹⁸. Não obstante, tal percentagem oculta disparidades dignas de registo. Por exemplo, no tribunal de Granada a percentagem foi pouco significativa, representando o delito 3,4% no século XVI, 6% em Seiscentos, 3,2% no século seguinte e 5,7% em Oitocentos¹¹⁹⁹. Entre 1560 e 1700, as causas de bígamos no tribunal de Toledo representaram somente 5%¹²⁰⁰. Já no congénere sevilhano, no mesmo período, a bigamia equivaliu a 10%¹²⁰¹. Por sua vez, no tribunal da Galiza, entre 1560 e 1700, foram sentenciados 248 bígamos, o que representou 11,3% do total de processados por aquele juízo¹²⁰².

De igual forma, em Portugal o número de processados por bigamia, quando comparado com os julgados por outros delitos, não foi significativo¹²⁰³. Isabel Drumond Braga estipulou que entre 1536 e 1767, os processos por bigamia tenham representado somente 1,5% dos crimes julgados pelos três tribunais do reino¹²⁰⁴. No século XVI, o tribunal conimbricense instaurou 2311 processos, dos quais apenas 31 respeitaram a culpas de bigamia¹²⁰⁵. No tribunal eborense até 1668, foram processados 179 bígamos,

¹¹⁹⁶ *Regimento do Santo Officio da Inquisiçam dos Reynos de Portugal*, Lisboa, Pedro Crasbecck, 1613, Título V, capítulo XXXII, fl. 30.

¹¹⁹⁷ Francisco Bethencourt, *História das Inquisições* [...], pp. 270-271; Kim Siebenhüner, “Bigamia e Poligamia, Italia [...]”, p. 195.

¹¹⁹⁸ Jaime Contreras, *El Santo Oficio* [...], p. 455; Francisco Bethencourt, *História das Inquisições* [...], pp. 272-273.

¹¹⁹⁹ Flora Garcia Ivars, *La Repercusion en el Tribunal Inquisitorial de Granada 1550-1819*, Madrid, Akal, 1991, p. 160.

¹²⁰⁰ Michel Boeglin, “Bigamia e Poligamia, Spagna [...]”, p. 198.

¹²⁰¹ Michel Boeglin, “Bigamia e Poligamia, Spagna [...]”, p. 198. No século XVIII, o tribunal de Sevilha terá julgado 138 indivíduos por bigamia, cf. Manuel Torres Aguilar, “El Delito de Bigamia [...]”, p. 191.

¹²⁰² “En Galicia, el bígamo, junto al judaizante y el blasfemo, es el personaje más asiduo en las Audiencias del Tribunal de Santiago”, cf. Jaime Contreras, *El Santo Oficio* [...], pp. 466 e 644.

¹²⁰³ Não obstante, em documento papal ter sido referido que “nesse Reyno, & suas Provincias he muy frequente o delitto de Bigamia”, cf. *Collectorio das Bullas e Breves Apostolicos* [...], fl. 89v.

¹²⁰⁴ Isabel M. R. Mendes Drumond Braga, *A Bigamia em Portugal* [...], p. 184.

¹²⁰⁵ Elvira Cunha de Azevedo Mea, *A Inquisição de Coimbra* [...], pp. 328-331 e 357. Neste período, entre visitas e denúncias, a bigamia correspondeu a 2,8% das situações delatadas, cf. Idem, *Ibidem*, p. 280.

autos que corresponderam a 2% do total de julgados por aquele juízo¹²⁰⁶. A única excepção parece ter sido registada nos Açores, onde a bigamia foi, a seguir ao judaísmo, o delito que mais processos originou. Neste arquipélago, ao longo do funcionamento do tribunal, foram processados 22 bígamos, que corresponderam a 19,6% do total de processados¹²⁰⁷. Por sua vez, na Madeira os bígamos representaram somente 5%¹²⁰⁸, enquanto no Brasil o delito equivaleu a 8,7%¹²⁰⁹. No tribunal de Goa, o delito representou 2% e 0,4%, na primeira e segunda, metades do século XVIII, respectivamente¹²¹⁰.

De igual forma as visitas inquisitoriais registaram, na maioria das ocasiões, percentagens pouco significativas de bígamos. Em 1565, a visita inquisitorial ao arcebispado de Braga, resultou no conhecimento de seis casos de bigamia¹²¹¹. Na visita à região de Entre Douro e Minho realizada em 1570, chegaram ao conhecimento da Inquisição três casos¹²¹². Por sua vez, na deslocação de Jerónimo de Sousa ao Minho e a Trás-os-Montes em 1583, foram denunciados três bígamos¹²¹³. Na visita a Braga de 1618, foi delatada unicamente uma situação¹²¹⁴. No território sob alçada jurisdicional do tribunal eborense, a visita ao priorado do Crato em 1587-1588, registou simplesmente uma situação de bigamia, ainda que neste caso se trate apenas de confissões¹²¹⁵. Algo idêntico sucedeu, na área jurisdicional do tribunal olisiponense, concretamente na visita a Santarém em 1624-1625, em que apenas um indivíduo foi delatado, pelo que o delito

¹²⁰⁶ António Borges Coelho, *Inquisição de Évora [...]*, vol. 1, pp. 266-267. De 1541 a 1550, a bigamia representou apenas 1,5% do total de processados, cf. Maria do Carmo Teixeira Pinto, Lucília Maria Luís Ferreira Runa, “Inquisição de Évora [...]”, p. 52. Mais tarde, entre 1682 e 1750, o mesmo tribunal de distrito terá processado 68 indivíduos, cf. Maria Luísa Braga, *A Inquisição em Portugal [...]*, p. 172.

¹²⁰⁷ Paulo Drumond Braga, *A Inquisição nos Açores [...]*, pp. 170, 175 e 414.

¹²⁰⁸ Isabel M. R. Mendes Drumond Braga, “Bigamia e Insularidade [...]”, pp. 70-71. Entre 1690 e 1719, foram denunciados três casos de bigamia, o que correspondeu a 5% do total de casos denunciados, no referido período, cf. Maria do Carmo Jasmins Dias Farinha, “A Inquisição na Madeira [...]”, p. 880.

¹²⁰⁹ Isabel M. R. Mendes Drumond Braga, *A Bigamia em Portugal [...]*, p. 103. Em trabalho posterior, a mesma autora indicou a percentagem de 7,5%, cf. Idem, “O Brasil Setecentista [...]”, p. 302. Ronaldo Vainfas referiu a bigamia como o delito moral mais perseguido pela Inquisição, cf. Ronaldo Vainfas, *Trópico dos Pecados, Moral, Sexualidade e Inquisição no Brasil*, 2.^a edição, Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1997, p. 256.

¹²¹⁰ Maria de Jesus dos Mártires Lopes, “A Inquisição de Goa na segunda metade do século XVIII. Contributo para a sua História”, *Studia*, n.º 48, Lisboa, 1989, p. 262; Idem, “A Inquisição de Goa na primeira metade de Setecentos”, *Mare Liberum*, n.º 15, Lisboa, 1998, p. 129 (cálculos efectuados a partir dos dados fornecidos pela autora).

¹²¹¹ Isabel M. R. Mendes Drumond Braga, “A visita da Inquisição a Braga [...]”, pp. 41, 56-57.

¹²¹² Elvira Cunha de Azevedo Mea, *A Inquisição de Coimbra [...]*, p. 232.

¹²¹³ Isabel M. R. Mendes Drumond Braga, Paulo Drumond Braga, “Jerónimo de Sousa [...]”, pp. 794, 800-801.

¹²¹⁴ Maria da Conceição Costa Carneiro, *A População Bracarense na Visitação Inquisitorial de 1618*, Porto, Dissertação de Mestrado em História Moderna, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2000, pp. 67-68 e 193-196, exemplar mimeografado, pp. 198-199.

¹²¹⁵ Maria Paula Marçal Lourenço, “Inquisição e cristãos-velhos [...]”, p. 44.

correspondeu tão-somente a 0,5% do total de situações descobertas¹²¹⁶. No arquipélago dos Açores, durante a visita de 1592-1593, foi indiciado um caso de bigamia, enquanto, na de 1619-1620, foram reportadas três situações¹²¹⁷. No Brasil o delito representou 4,95% das denúncias feitas em visitação¹²¹⁸.

No território em análise localizámos somente quatro processos de bigamia¹²¹⁹. A escassez de casos poderá encontrar explicação em dois motivos principais. Primeiro, as dimensões da malha urbana de Pombal e freguesias limítrofes. Ainda que a freguesia de São Martinho tenha registado índices populacionais elevados¹²²⁰, não deixaria de constituir um local exíguo onde todos se conheceriam. Assim sendo, não constituiria o local ideal para quem procurava permanecer no anonimato¹²²¹. Segundo, a passagem da estrada real pela vila. Este facto poderia promover encontros indesejados com personagens de um passado, que se pretendia enterrar.

O primeiro episódio de bigamia foi descoberto em 1620. O actor principal foi Simão Álvares, natural do termo de Torres Novas. Este havia contraído primeiro matrimónio em Pombal em 1607, e segundo enlace em Cádis em 1613¹²²². Por sua vez, o derradeiro caso chegou ao conhecimento do Tribunal da Fé no ano de 1709¹²²³. José

¹²¹⁶ Maria Paula Marçal Lourenço, “Uma visita da Inquisição de Lisboa [...]”, pp. 583, 587-588.

¹²¹⁷ Paulo Drumond Braga, *A Inquisição nos Açores* [...], p. 167.

¹²¹⁸ Sonia A. Siqueira, *A Inquisição Portuguesa* [...], p. 255. No que toca a culpas confessadas nas visitas dos séculos XVI e XVII, a bigamia ficou-se pelos 1,96%, cf. Idem, *Ibidem*, pp. 227-228.

¹²¹⁹ Dois indivíduos foram processados pelo tribunal de Coimbra e igual número pelo congénere de Lisboa. Acrescente-se que em Pombal, na visita pastoral do ano de 1686, foi denunciado Manuel João, o *Duro* de alcunha, morador em Sacutos, então freguesia de Pombal, por ter casado segunda vez em Coima sendo a sua primeira mulher, Maria Lopes, viva. Manuel Jorge, lavrador dos Sacutos, uma das testemunhas da devassa, referiu que “avera des annos pouco mais ou menos que indo elle ao Alentejo [...] estando elle testemunha em Salvaterra Alentejo veo hũa molher correndo gritando atras de Manoel João, o *Duro* de alcunha, homem cazado, do luguar dos Sacutos, freguezia de Pombal, aonde tinha sua molher e ja tinha hum filho naquelle tempo, e então estava em Salvaterra e vendo elle testemunha a molher lhe perguntou se o vira passar e elle o conhecera, e lhe disse a elle testemunha que aquelle homem estivera em sua caza e que cazara com ella e que se abzentara avia hum anno e que o não vira senão naquella ocazião, o que vendo elle testemunha se espantou porquanto sabia muito bem hera qua cazado”, cf. Coimbra, AUC, Devassas Penela, livro 32, fl. 250v. Mais tarde, em 1745, foi delatado Manuel Rodrigues, o *Grandão*, por ter contraído segundo matrimónio em Castela, sendo viva a primeira mulher, Jacinta Gonçalves, moradora em Casais Novos, Abiul. Após as visitas, foi decretado que as culpas fossem remetidas ao Santo Offício, cf. Coimbra, AUC, Devassas Penela, livro 62, fls. 101-102, 107-107v, 111v-112v e 113v. Contudo, não localizámos qualquer documento inquisitorial referente a estes homens. Assim sendo colocam-se três hipóteses: as denúncias não chegaram a ser remetidas ao Tribunal da Fé; as denúncias foram remetidas mas não foi instaurado qualquer auto; os processos perderam-se.

¹²²⁰ Joaquim Ramos de Carvalho, José Pedro Paiva, “A Diocese de Coimbra [...]”, pp. 207 e 264.

¹²²¹ A bigamia foi tendencialmente um crime cidadão, cf. André Fernandez, *Au Nom du Sexe. Inquisition et Répression Sexuelle en Aragon (1560-1700)*, Paris, L'Harmattan, 2003, p. 68.

¹²²² Lisboa, AN/TT, Inquisição de Lisboa, proc. 2478, fls. 19 e 33.

¹²²³ O comissário do Santo Offício D. Pedro Coelho Sarmiento remeteu uma carta ao tribunal de Coimbra dando conta do caso. Chegou a efectuar diligências a fim de apurar a verdade do caso. Seguiu-se troca de correspondência entre os tribunais de Coimbra e de Lisboa. Não obstante, o caso foi apenas sentenciado anos mais tarde, desta feita pelo tribunal de Lisboa, após a apresentação voluntária de José da Costa, a 7 de Maio de 1717. A 28 desse mês e ano, o promotor do tribunal de Lisboa, António Ribeiro de Abreu,

da Costa, natural de São Vicente da Beira, onde casou com Maria Nunes em 1694, tornou-se bígamo ao contrair segunda união em Lisboa. Após o segundo matrimónio assistiu por alguns anos na vila de Abiul, em companhia da segunda mulher¹²²⁴. Dos quatro processos, três foram instaurados no século XVII e apenas um na centúria seguinte. Recorde-se que em Portugal a maioria dos processos de bigamia correram precisamente no século XVII (240 processos)¹²²⁵.

Os processos examinados respeitam a três homens e a uma mulher. Semelhantes dados parecem comprovar que a bigamia tendeu a ser um delito predominantemente masculino. Facto que, entre outros aspectos, encontra explicação na maior mobilidade geográfica dos homens¹²²⁶. Os indivíduos em análise tinham idades compreendidas entre os 30 e os 40 anos de idade. Concretizando, Maria Ferreira tinha completado 30 anos de idade. Simão Álvares tinha 31 anos, quando optou por confessar voluntariamente as suas culpas no tribunal de Lisboa. Por sua vez, Manuel Viegas Lobo, ao ser recolhido aos cárceres inquisitoriais de Coimbra, tinha 37 anos. O mais velho, José da Costa, tinha 40 anos de idade. Estes dados, idênticos aos registados noutros estudos, remetem para um primeiro casamento precoce¹²²⁷. É paradigmático o

solicitou que o tribunal de Coimbra remetesse o traslado do sumário contra José da Costa. O que sucedeu a 7 de Junho de 1717, cf. Lisboa, AN/TT, Inquisição de Lisboa, proc. 11685, fl. 25.

¹²²⁴ Lisboa, AN/TT, Inquisição de Lisboa, proc. 11685, fls. 12 e 23. Em certidão anexada ao processo é referido que o segundo matrimónio sucedeu a 3 de Dezembro de 1712. Ora esta informação não parece ser correcta. Por um lado, o réu foi denunciado primeira vez em Abiul no ano de 1709. Por outro, o próprio José da Costa apresentado em 1717, declarou ter estado casado com a segunda esposa durante oito anos, ou seja, tinham casado em 1709.

¹²²⁵ Isabel M. R. Mendes Drumond Braga, *A Bigamia em Portugal* [...], pp. 182-183.

¹²²⁶ Em Portugal, ao longo da Época Moderna, 81% dos bígamos eram do sexo masculino, cf. Isabel M. R. Mendes Drumond Braga, *A Bigamia em Portugal* [...], p. 93. A este propósito cf., ainda, António Borges Coelho, *Inquisição de Évora* [...], vol. 1, pp. 226-227; Maria Luísa Braga, *A Inquisição em Portugal* [...], p. 172; Paulo Drumond Braga, *A Inquisição nos Açores* [...], p. 414; Maria do Carmo Teixeira Pinto, Lucília Maria Luís Ferreira Runa, “Inquisição de Évora [...]”, p. 58; Isabel M. R. Mendes Drumond Braga, “Bigamia e Insularidade [...]”, p. 71; Idem, *Os Estrangeiros e a Inquisição* [...], p. 312. Para Castela e Aragão, cf. por exemplo, Jean-Pierre Dedieu, “El Modelo Sexual [...]”, p. 279; Jaime Contreras, *El Santo Oficio* [...], p. 648; André Fernandez, *Au Nom du Sexe* [...], p. 66. Em Sevilha, no século XVIII, foram processadas 46 mulheres, o que correspondeu a 32% do total de processados pelo delito, cf. Manuel Torres Aguilar, “El Delito de Bigamia [...]”, p. 195. Na Península Itálica, nomeadamente, em Nápoles, existiram dois períodos distintos. Antes de Trento os bígamos foram predominantemente mulheres, que contraíram segundo enlace por se julgarem viúvas, ou por considerarem o primeiro matrimónio inválido. Pelo contrário no século XVII, a situação modificou-se tendo sido processados sobremaneira homens, cf. Kim Siebenhüner, “Bigamia e Poligamia, Italia [...]”, p. 196.

¹²²⁷ Em Portugal, os bígamos tinham idades compreendidas entre os 18 e os 77 anos. A maioria andava nas faixas etárias dos 26 aos 30 e dos 36 aos 40, cf. Isabel M. R. Mendes Drumond Braga, *A Bigamia em Portugal* [...], pp.93-94. No arquipélago da Madeira, os bígamos tinham entre 33 e 40 anos de idade, cf. Isabel M. R. Mendes Drumond Braga, “Bigamia e Insularidade [...]”, pp. 71-72. Semelhante realidade foi registada nos Açores, cf. Paulo Drumond Braga, *A Inquisição nos Açores* [...], p. 415. No Brasil, durante o século XVIII, os bígamos tinham, maioritariamente, menos de 40 anos, cf. Isabel M. R. Mendes Drumond Braga, “O Brasil Setecentista [...]”, p. 309. Em Aragão a média de idades dos bígamos foi, no caso das mulheres 32 anos, e no dos homens, os 36 anos de idade, cf. André Fernandez, *Au Nom du Sexe*

caso de Maria Ferreira. Esta casou, a primeira vez, com Francisco António, na igreja de Santo Adrião, vila do Sul, bispado de Viseu¹²²⁸. Tinha a idade exigida para contrair matrimónio, ainda assim, apenas 14 anos¹²²⁹. Por seu turno, o seu cônjuge teria apenas 15 ou 16 anos. Poucos meses depois de recebidos acabaram por ser afastar, sem que o casamento tivesse sido consumado¹²³⁰. A acreditar no testemunho de Maria Ferreira, após o casamento “se recolherão na caza da mai e padraсто della re por assi ficar no contrato dotal, e depois de assi recolhidos não teve com ella copulla o ditto seu marido [...] e hũa noite estiverão na mesma cama mas esta certa que não teve com ella copulla [...] e porque o ditto Francisco Antonio se foi pera caza de seu pai, e o padraсто della re a lançou fora de caza sem lhe dar couza alguma se recolheo em hũa caza só, aonde algumas vezes foi o ditto Francisco Antonio porem não teve copulla com ella”¹²³¹. Entretanto, Maria contraiu relação ilícita com Francisco Cardoso, homem nobre, da vila do Sul, do qual veio a engravidar. O adultério motivou o primeiro marido a querelar da esposa “dissendo que [a criança] era do padraсто della [...] e este foi prezo e alcançando perdão se vierão pera Villa Nova de Anços a saber ella re e o ditto seu padraсто e mai”¹²³². Anos mais tarde, veio a contrair casamento bígamo, na vila da Redinha, com João Dias Perreira¹²³³.

Ainda que o delito tenha sido cometido por indivíduos de todos os quadrantes sociais, a maioria dos bígamos provinha dos estratos mais modestos¹²³⁴. Não deixa de ser significativo que dois dos processados tivessem ligações ao sector artesão. Simão

[...], p. 67. Em Castela, nomeadamente na Galiza, os bígamos tinham sobretudo idades compreendidas entre os 18 e os 20 anos e os 35 e os 40 anos, cf. Jaime Contreras, *El Santo Oficio* [...], p. 648.

¹²²⁸ Maria, natural da Redinha, era filha de Francisco Gomes, carpinteiro, e de Catarina Ferreira. Aos seis anos mudou-se para a vila do Sul, em virtude de a mãe, depois de enviudar, ter contraído novo enlace com Manuel Rebelo, almocreve, natural daquela vila. Segundo um testemunho, a mãe de Maria ganhava a vida com “huma tendazinha em huma canastrinha que hera o seu trato”, cf. Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, proc. 9038, fls. não numerados.

¹²²⁹ Recorde-se que a idade mínima para contrair matrimónio era 14 anos no caso dos homens e 12 anos no caso das mulheres “& avendo algũa duvida, se informara primeyro pelo livro dos bautizados, ou per testemunhas que o possão bem saber”. Contudo, eram admitidas algumas excepções: “e os que antes da dita idade tiverem prudencia & disposição conveniente para casar, não poderão ser recebidos sem nossa licença [Bispo] ou de nosso Provisor”, cf. *Constituições Synodales do Bispado de Coimbra*, Coimbra, António de Mariz, 1591, fl. 34.

¹²³⁰ O caso já foi referido por Isabel M. R. Mendes Drumond Braga, *A Bigamia em Portugal* [...], p. 129.

¹²³¹ Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, proc. 9038, fls. não numerados.

¹²³² Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, proc. 9038, fls. não numerados.

¹²³³ Após o recebimento deslocaram-se de imediato para o termo de Soure “aonde estava sua mai junto a quinta de Luis Ribeiro Cabral em huma casa de palha e dipois [...] tomarão casa e vivião ambos nella em hum casal ahí perto”. Por seu turno, Maria, ao confessar as suas culpas, mencionou assistir em Montemor-o-Velho, cf. Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, proc. 9038, fl. não numerado.

¹²³⁴ Cf. Isabel M. R. Mendes Drumond Braga, *A Bigamia em Portugal* [...], pp. 99-100. A mesma realidade foi registada no Brasil colonial, cf. Ronaldo Vainfas, *Trópico dos Pecados* [...], pp. 105-106. Em áreas distintas do continente europeu o cenário foi idêntico, cf. Michel Boeglin, “Bigamia e Poligamia, Spagna [...]”, p. 195; Kim Siebenhüner, “Bigamia e Poligamia, Italia [...]”, p. 196.

Álvares era alfaiate, enquanto Maria Ferreira era filha de um carpinteiro. Refira-se que esta, entre os dois matrimónios, serviu no convento de Nossa Senhora de Campos, em Montemor-o-Velho, por espaço de cinco anos¹²³⁵. Já José da Costa era zelador de almotaçaria¹²³⁶. Apenas um dos bigamos pertencia à nobreza. Tratou-se de Manuel Viegas Lobo, filho de Sebastião Lobo de Magalhães e de Maria de Almeida do Amaral¹²³⁷. Este havia casado primeira vez, em 1693, por procuração, com D. Mariana de Sousa e Vasconcelos, filha de António de Sousa e Vasconcelos, da principal nobreza de Pombal¹²³⁸. Mais tarde, em 1695, ao ser degredado perpetuamente para São Tomé, contraiu segundo enlace, desta feita, com D. Ana Correia de Carvalho, descendente dos Alva Brandão, uma das famílias mais prestigiadas daquele arquipélago¹²³⁹. Em São Tomé, fruto das boas relações que manteve com o governador José Pereira Sodré, exerceu o importante cargo de ouvidor geral. Ao ser preso pela Inquisição tinha na sua posse bens de valor avultado. Entre as peças de ourivesaria contavam-se 60 botões, umas fivelas grandes, e três anéis, um dos quais tinha um diamante e, outro, uma esmeralda. Entre as pratas constavam quatro botões, um paliteiro com dois palitos, uma

¹²³⁵ Cf. Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, proc. 9038. Entre os bigamos processados pela Inquisição portuguesa 25% pertenciam ao sector artesanal, cf. Isabel M. R. Mendes Drumond Braga, “Bigamia e Poligamia, Portugal [...]”, p. 196. Em Aragão, no tribunal de Valência, 42% dos processados pelo delito eram artesãos, cf. Stephen Haliczzer, *Inquisición y Sociedad en el Reino de Valencia (1478-1834)*, Valencia, Ediciones Alfons el Magnanim, Generalitat Valenciana, 1993, p. 475.

¹²³⁶ Antes de se mudar para Lisboa havia sido alcaide do juiz de fora da vila de São Vicente da Beira, cf. Lisboa, AN/TT, Inquisição de Lisboa, proc. 11685, fls. 67-67v.

¹²³⁷ Referiu ser “pessoa muito nobre, per si e seus pais, e avos, e he da familia dos Lobos e Magalhaens, familia muito nobilissima e filhados por Sua Magestade, o que tudo consta do theor do brazão daquella familia”. O pai havia sido escrivão das sisas e notas de Abiul, tendo servido em diversas ocasiões como provedor da Misericórdia daquela vila e, outrossim, como governador da confraria do Senhor. Cargos que foram igualmente ocupados por Manuel Viegas Lobo. Refira-se que, segundo o testemunho do familiar do Santo Ofício, Diogo Mexia de Magalhães, Manuel era “mao christão, pouquo temente a Deus e a seus Santos, e era homem temerario de mao corassão e insolente”, cf. Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, proc. 6928, fl. não numerado.

¹²³⁸ Cf. António Carvalho da Costa, *Corografia Portuguesa*, [...], tomo III, pp. 226-227; Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, proc. 6928.

¹²³⁹ Foi degredado por acórdão da Relação de 8 de Janeiro de 1695. Antes do degredo havia estado preso em diversos locais. Primeiro esteve encarcerado no aljube de Coimbra, em virtude de ter cometido incesto com Maria do Amaral de Melo, irmã de Heitor de Almeida do Amaral, que seria mais tarde, provido a comissário do Santo Ofício. Posteriormente esteve preso na cadeia de Montemor-o-Velho, de onde foi remetido para a cadeia do Limoeiro, em Lisboa, a fim de ser degredado para São Tomé. O motivo da segunda prisão é facilmente perceptível através da sua confissão. Tendo trato ilícito com uma mulher de “boa geração” chamada D. Mariana de Sousa, tendo-a em sua casa durante dois anos “em huas suas cazas do Castello, termo da villa de Abiul [...] donde elle declarante era morador e tratando no dito tempo lascivamente procurarão os parentes da mesma denunciar a elle declarante de varios crimes no juízo secular por cuja rezão o prenderão na vila de Montemor o Velho”. Acrescente-se que, além das aventuras amorosas, Manuel Viegas Lobo havia também sido responsável pela morte de um irmão de Manuel da Silva Correia, escrivão do judicial da vila de Abiul, cf. Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, proc. 6928. A propósito desta família e do caso em questão cf. Arlindo Manuel Caldeira, *Mulheres, Sexualidade e Casamento no Arquipélago de S. Tomé e Príncipe (Séculos XV-XVIII)*, 2.ª edição, Lisboa, Edições Cosmos, 1999, pp. 133-136.

campainha, uma cadeia com chave, um sinete e umas fivelas pequenas. Em dinheiro portava 13 são vicentes¹²⁴⁰ e 5.860 réis em prata. Entre os restantes pertences, constava um boldrié de seda bordada, duas bolsas, uma de couro e outra de retros vermelho, e um polvorinho¹²⁴¹.

Quadro XII
Bígamos no território em análise

Data	Nome	Idade	Estatuto	1.º Cônjuge	Local	2.º Cônjuge	Local	Fonte
1620	Simão Álvares	31	Alfaiate	Antónia Pereira	Pombal	Maria de Liza	Puerto de Santa Maria, Cádiz	IL, proc. 2478
1682	Maria Ferreira	30	Pai: Carpinteiro	Francisco António	Vila do Sul	João Dias Pereira	Redinha	IC, proc. 9038
1698	Manuel Viegas Lobo	37	Homem nobre, ouvidor geral São Tomé	D. Mariana de Sousa e Vasconcelos	Abiul	D. Ana Correia de Carvalho	São Tomé, Ilha de	IC, proc. 6928
1717	José da Costa	40	Zelador de almotaçaria	Maria Nunes	S. Vicente da Beira	Ana Maria	Lisboa	IL, proc. 11685

Como é possível verificar pelo quadro anterior, o segundo casamento realizou-se sempre em local distinto do primeiro. Ou seja, entre o primeiro matrimónio e o casamento bígamo sucedeu sempre uma fase de migração¹²⁴². As causas para o afastamento dos casais legítimos foram múltiplas. Entre estas, destaque para a necessidade de cumprir penas de degredo ou fugir a problemas com a justiça. Cite-se por exemplo, o caso de José da Costa, que fugiu de São Vicente da Beira, abandonando consequentemente a primeira mulher, em virtude de ter cometido um crime¹²⁴³. A duração dos matrimónios variou imenso. Se em alguns casos o primeiro casamento foi mais longo que o segundo, noutras sucedeu precisamente o inverso, havendo inclusive uma situação em que os enlances tiveram a mesma duração¹²⁴⁴. Simão Álvares que fez

¹²⁴⁰ Moeda de ouro mandada lavar por D. João III com o peso de mil réis, cf. Rafael Bluteau, *Vocabulario Portuguez e Latino* [...], tomo 8, Lisboa, Pascoal da Silva, 1721, p. 496.

¹²⁴¹ Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, proc. 6928, fls. não numerados.

¹²⁴² A mesma realidade foi visível em muitos outros casos, quer em Portugal, quer em distintas áreas geográficas, como por exemplo na Península Itálica, cf. Kim Siebenhüner, “Bigamia e Poligamia, Italia [...]”, p. 196.

¹²⁴³ Lisboa, AN/TT, Inquisição de Lisboa, proc. 11685, fl. 7v. A propósito de outros motivos que conduziam à migração cf., por exemplo, Isabel M. R. Mendes Drumond Braga, “O Brasil Setecentista [...]”, p. 306.

¹²⁴⁴ Sobre estes aspectos cf. Isabel M. R. Mendes Drumond Braga, *A Bigamia em Portugal* [...], pp. 94-96.

vida marital com a primeira mulher por espaço de quatro anos, esteve em companhia da segunda esposa apenas durante três meses. Estando em Cádiz “confessando sse ahi a hum religioso da Ordem de Sam Francisco o qual o obrigou a tornar a faser vida com sua primeira molher, o que elle confitente loguo fes vindo sse pera Torres Novas”¹²⁴⁵. Diferente foi o caso de Maria Ferreira. Se a primeira união durou apenas alguns meses, o casamento bígamo prolongou-se por seis anos e meio¹²⁴⁶. Por sua vez, José da Costa, sentenciado em 1717, conviveu oito anos com cada uma das esposas¹²⁴⁷.

Quadro XIII
Duração dos matrimónios e número de filhos resultantes de cada enlace

Nome	Duração 1.º matrimónio	N.º de filhos	Duração 2.º matrimónio	N.º de filhos	Fonte
Simão Álvares	4 anos	2	4 meses	1	IL, proc. 2478
Maria Ferreira	Meses	-----	6 anos e meio	-----	IC, proc. 9038
Manuel Viegas Lobo	4 meses ¹²⁴⁸	-----	20 meses	-----	IC, proc. 6928
José da Costa	8 anos	2	8 anos	3	IL, proc. 11685

Para encobrir o casamento bígamo os indivíduos em estudo recorreram a distintos estratagemas. Alguns optaram por mudar de nome e, ou, de apelido. Foi o caso de Simão Álvares que ao pretender contrair segundo matrimónio, mudou o nome para João da Silva. Devido à alteração do nome os denunciante eram obrigados a proceder à descrição física do delatado para correcta identificação do mesmo¹²⁴⁹. Assim, a 12 de Fevereiro de 1621, Jacome de Liza, pai da segunda esposa de Simão, ao delatar o caso à

¹²⁴⁵ Quando Simão compareceu no Santo Ofício estava em companhia da primeira mulher havia sete anos, cf. Lisboa, AN/TT, Inquisição de Lisboa, proc. 2478, fl. 34v. Depois de contrair matrimónio em Pombal com Antónia Pereira terá vivido algum tempo na Aldeia dos Anjos, termo daquela vila. Posteriormente, mudaram de residência para Torres Novas porque “neste tempo a ditta sua molher foi criar hum filho a Luís d’Atouguia”, cf. Lisboa, AN/TT, Inquisição de Lisboa, proc. 2478, fl. 33v.

¹²⁴⁶ Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, proc. 9038.

¹²⁴⁷ Lisboa, AN/TT, Inquisição de Lisboa, proc. 11685, fls. 68-69.

¹²⁴⁸ Na verdade, não chegaram a fazer vida marital. Depois de recebidos, por procuração, a sua esposa assistiu numa estalagem de Montemor-o-Velho, vila onde Manuel se encontrava preso “onde lhe falava na grade da dita cadea pello discurso de quatro ou sinco mezes [...] para que constasse aos parentes da mesma que a tratava como molher em rezão de o não perseguirem, mas não consumou o matrimónio com ella, a qual por não viver com a honestidade competente deixou de hir a dita cadea nos últimos mezes em que elle confitente esteve prezo”, cf. Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, proc. 6928, fl. não numerado.

¹²⁴⁹ Manuel Torres Aguilar, “Algunos Aspectos del Delito [...]”, p. 132; Idem, “El Delito de Bigamia [...]”, p. 203.

Inquisição de Lisboa descreveu Simão Álvares como homem “alto de corpo e aquele tempo tinha ainda pouca barba e quebrado do nariz”¹²⁵⁰.

Outra das estratégias utilizadas consistiu no recurso a testemunhas que assegurassem o estado religioso daquele que pretendia contrair matrimónio¹²⁵¹. O IV Concílio de Latrão (1215) decretara a obrigatoriedade da publicação dos banhos, questão que fora reafirmada em Trento¹²⁵². Não obstante, em certos casos, nomeadamente quando se estava demasiado longe da paróquia de origem, era difícil, senão impossível correr os banhos em tempo oportuno. Em tais casos, era comum recorrer ao testemunho de terceiros, dando fiança aos banhos¹²⁵³. Esta situação terá possibilitado a realização de diversas uniões bígamas, uma vez que era relativamente fácil convencer terceiros a testemunhar¹²⁵⁴. O atrás mencionado Simão Álvares apregoeou-se solteiro para casar segunda vez: “se correrão pregois e o ditto Jacome de Liza [pai da nubente] deu testemunhas de como elle confitente era solteiro e avia des annos que estava em Castella”¹²⁵⁵. Portanto, neste caso a iniciativa de contratar testemunhas falsas partiu dos familiares da futura esposa¹²⁵⁶. Importava restaurar a honra da família. Noutra situação, Manuel Viegas Lobo a fim de se passar por solteiro

¹²⁵⁰ Lisboa, AN/TT, Inquisição de Lisboa, proc. 2478, fls. 11, 15 e 19.

¹²⁵¹ Paulo Drumond Braga, *A Inquisição nos Açores* [...], p. 416; Armindo Manuel Caldeira, *Mulheres, Sexualidade e Casamento* [...], p. 117; Donald Ramos, “Bigamia e Valores Sociais [...]”, pp. 113-115 e 122. Noutras áreas geográficas a situação foi idêntica, cf. Manuel Torres Aguilar, “Algunos Aspectos del Delito [...]”, p. 133.

¹²⁵² Isabel M. R. Mendes Drumond Braga, *A Bigamia em Portugal* [...], p. 20; André Fernandez, *Au Nom du Sex* [...], p. 56. No decorrer do processo de casamento, o pároco era obrigado a registar, se algum dos paroquianos havia levantado impedimento, ou se ele próprio tinha conhecimento de algum facto impeditivo, ainda que estivesse obrigado a guardar o sigilo do sacramento da penitência. Por exemplo, “Manuel Cardoso Cordeiro, vigário encomendado na Collegiada Igreja de Sam Martinho de Pombal deste Bispado de Coimbra, que na ditta igreja, certefico, foram denunciados os contrahentes acima nomeados em trez dias festivos, estando o povo junto para a missa conventual na forma do Sagrado Concilio Tridentino, Constituições, e Synodos do Bispado, a elles não me saio pessoa alguma com impedimento, nem eu o sei, o que afirmo *in verbo sacerdotis*. Pombal, 30 de Março de mil, setecentos e dezasete annos. Manuel Cardoso Cordeiro. Vigario encomendado”, *apud* José Alberto Ferraz Martins, *Casamento e Sociedade no Bispado* [...], p. 25

¹²⁵³ Nos territórios ultramarinos, dada a distância da metrópole, e consequentemente das freguesias de origens, era possível deixar um depósito em dinheiro até chegarem os banhos aprovados, o que tinha como prazo dois anos, cf. Armindo Manuel Caldeira, *Mulheres, Sexualidade e Casamento* [...], p. 117; Donald Ramos, “Bigamia e Valores Sociais [...]”, pp. 121-122.

¹²⁵⁴ Isabel M. R. Mendes Drumond Braga, *A Bigamia em Portugal* [...], p. 157; Elvira Cunha de Azevedo Mea, “Mulheres nas Teias [...]”, p. 69. Refira-se que os falsos testemunhos eram de igual forma punidos, já que para os inquisidores estes indivíduos eram cúmplices dos bígamos, pelo que abjuravam de leve suspeita na fé, podendo ser sentenciados a degredo, cárcere a arbítrio e açoites, cf. Isabel M. R. Mendes Drumond Braga, *A Bigamia em Portugal* [...], pp. 157 e 162. Em Castela a realidade seria idêntica, cf. por exemplo, Jaime Contreras, *El Santo Oficio* [...], p. 653; Manuel Torres Aguilar, “El Delito de Bigamia [...]”, pp. 201-202 e 205.

¹²⁵⁵ Lisboa, AN/TT, Inquisição de Lisboa, proc. 2478, fl. 34.

¹²⁵⁶ Esta devia ser de resto uma situação comum, cf. por exemplo, Donald Ramos, “Bigamia e Valores Sociais [...]”, p. 120.

“falou a varias pessoas [...] como foram, o cirurgião Manoel de Souza que era natural do Reino, lugar das Pias ja defunto na ditta ilha, e alguas outras pessoas cujos nomes lhe não lembrão e ele denunciante [Manuel Barbosa] foi tambem pelo dito Manoel Viegas rogado para hir testemunhar de como era solteiro ao que elle denunciante respondeo o não conhecia nem sabia se era solteiro ou cazado [...] e com effeito [...] jurou que ouvira dizer vulgarmente e a seu amo ja falecido Jozeph Pereira Sodre em como o dito Manoel Viegas era solteiro”¹²⁵⁷. Deu portanto fiança aos banhos dizendo que era solteiro, os quais até à data da sua prisão ainda não tinham corrido¹²⁵⁸. Diferente parecer ter sido o caso de José da Costa que alcançou um despacho do cabido *sede vacante* pelo que os banhos não se correram “via ordinaria”¹²⁵⁹.

Depois de presos os bígamos apresentaram diversos argumentos que visaram a desculpabilização dos seus actos. Maria Ferreira alegou ter contraído segundo matrimónio por pensar que o primeiro marido havia falecido, pois “alguns almocreves a quem seu padraсто o perguntou lhe não derão razão se era vivo ou morto”¹²⁶⁰. Este era de resto um argumento bastante comum mas que, salvo raras excepções, os inquisidores atribuíam pouco ou nenhum crédito¹²⁶¹. Na maioria das ocasiões os testemunhos dos réus acabavam por provar que haviam agido de má-fé. Maria havia-se feito passar por solteira, ao invés de viúva, o que, aos olhos dos inquisidores, comprovava a sua verdadeira intenção¹²⁶². Além disso, dois anos após o casamento bígamo, recebeu notícias do primeiro marido mas optou por manter o embuste continuando junto do segundo¹²⁶³. Nesta conformidade, foi severamente castigada.

¹²⁵⁷ Além de Manuel Barbosa, criado do governador, testemunharam Manuel de Sousa, cirurgião, e Manuel Rodrigues, barbeiro, cf. Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, proc. 6928, fls. 29v.-30.

¹²⁵⁸ Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, proc. 6928, fl. 40

¹²⁵⁹ Lisboa, AN/TT, Inquisição de Lisboa, proc. 11685, fl. 12. A farsa protagonizada por José da Costa foi mais longe. Ao receber a visita inesperada de António, filho do primeiro enlace, pediu-lhe que o tratasse por tio em frente da segunda esposa, cf. Lisboa, AN/TT, Inquisição de Lisboa, proc. 11685, fls. 18-19.

¹²⁶⁰ Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, proc. 9038, fl. não numerado.

¹²⁶¹ Cf. por exemplo, Paulo Drumond Braga, *A Inquisição nos Açores* [...], p. 416. No caso do denominado bígamo de boa fé demonstrar ter realizado um esforço considerável para averiguar o paradeiro do primeiro cônjuge, ou se provasse ter recebido notícias falsas que davam conta da sua morte, sem que tivesse responsabilidade alguma na correspondência falsificada, o bígamo podia ser absolvido ou, ao menos, ver a sua pena reduzida, cf. Manuel Torres Aguilar, “El Delito de Bigamia [...]”, p. 197.

¹²⁶² Por norma, os bígamos, mesmo quando convencidos da sua viuvez costumavam afirmar-se solteiros, talvez porque assim o processo do segundo casamento fosse mais rapidamente concluído, cf. Ronaldo Vainfas, *Trópico dos Pecados* [...], p. 258.

¹²⁶³ Dois anos após o segundo enlace foi citada pelo primeiro marido “pera aver de se quitar della por justas causas que para isso tinha”, cf. Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, proc. 9038, fls. não numerados. São conhecidos casos em que mulheres que se tinha por viúvas, e que haviam contraído segundo matrimónio, ao receberem cartas do primeiro cônjuge, optavam por se apartar do segundo apresentando-se voluntariamente no Tribunal da Fé, cf. por exemplo, Isabel M. R. Mendes Drumond Braga, *A Bigamia em Portugal* [...], p. 188.

Outros optaram por alegar que não consideravam o primeiro matrimónio válido¹²⁶⁴. É paradigmático, o caso de Manuel Viegas Lobo. Durante dois anos tivera trato ilícito com D. Mariana de Sousa e Vasconcelos. Com o intuito de recuperar a honra da família, os familiares da dita mulher, poderosos locais, coagiram-no a casar¹²⁶⁵: “procurarão os parentes da mesma denunciar a elle declarante de varios crimes no juízo secular por cuja rezão o prenderão na vila de Montemor o Velho e porque os capitulos que derão os dittos parentes e procurarão se dessem contra elle declarante por outras pessoas erão em matérias capitães e por elles lhes dezião o havião de condenar a morte sendo aconselhado de que poderia livrar-se della cazando com a dita donna Mariana de Souza, [...] se rezolveo pella sobredita cauza fazer o dito matrimónio sem animo de que elle fosse valido”¹²⁶⁶. Mais tarde, após contrair segundo matrimónio, procurou anular o primeiro enlace, para o que enviou dinheiro para a metrópole¹²⁶⁷. O facto de ter redigido a procuração, para o primeiro casamento, pela própria mão, sem o recurso a um tabelião, o ter sido forçado a contrair o dito matrimónio e o não ter consumado o mesmo levaram-no a considerar o acto nulo. Não obstante, as regras eram explícitas: não era lícito contrair segundo matrimónio enquanto não fosse obtida certidão de nulidade.

As penas aplicadas aos bígamos compreenderam abjuração de leve em auto-da-fé, açoites, degredo, penitências espirituais, instrução ordinária e pagamento das custas do processo¹²⁶⁸. As principais diferenças respeitaram ao local onde seria cumprido o degredo e à duração do mesmo. Três dos bígamos foram sentenciados a degredo para

¹²⁶⁴ Isabel M. R. Mendes Drumond Braga, *A Bigamia em Portugal* [...], pp. 149-154.

¹²⁶⁵ Situação bastante usual, cf. entre outros, Elvira Cunha de Azevedo Mea, *A Inquisição de Coimbra* [...], p. 329; Isabel M. R. Mendes Drumond Braga, *A Bigamia em Portugal* [...], pp. 56, 69 e 153. Cf., ainda, Jaime Contreras, *El Santo Oficio* [...], pp. 650-651 e Donald Ramos, “Bigamia e Valores Sociais [...]”, p. 118.

¹²⁶⁶ Manuel escreveu inclusivamente à mãe, Maria de Almeida do Amaral, para que não “sintisse de fazer o dito recebimento, nem fizesse cazo da dita molher porque depois havia de anullar o dito matrimónio”, cf. Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, proc. 6928, fl. não numerado.

¹²⁶⁷ Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, proc. 6928, fl. 2.

¹²⁶⁸ Em algumas situações podiam ser aplicadas sanções pecuniárias, cf. Isabel M. R. Mendes Drumond Braga, *A Bigamia em Portugal* [...], p. 198. Em Castela as penas eram semelhantes, cf. Jaime Contreras, *El Santo Oficio* [...], pp. 565-566; Manuel Torres Aguilar, “El Delito de Bigamia [...]”, pp. 225-232. Após o cumprimento das penas o bígamo deveria voltar para a primeira esposa, cf. Elvira Cunha de Azevedo Mea, “Mulheres nas Teias [...]”, p. 70. Na Península Itálica, sabe-se que o réu devia ainda reparar os danos causados à segunda esposa, o que geralmente sucedia em forma de dote. O segundo casamento seria anulado e o segundo cônjuge declarado livre de qualquer compromisso. Se entretanto o primeiro cônjuge falecesse, era lícito ao bígamo retornar para junto da segunda esposa. No entanto, teria de alcançar dispensa de *impedimentum criminis*, a fim de concluir de forma legal a união bígama, cf. Kim Siebenhüner, “Bigamia e Poligamia, Italia [...]”, p. 195.

Angola: Simão Álvares por quatro anos¹²⁶⁹; Maria Ferreira por um período de sete anos¹²⁷⁰; e Manuel Viegas Lobo por cinco anos¹²⁷¹. Por sua vez, José da Costa, foi degredado por cinco anos para o Brasil¹²⁷². Apenas um dos bígamos em análise sofreu pena de açoites. Tratou-se de Maria Ferreira, a qual foi flagelada pelas ruas de Coimbra, *citra sanguinis effusionem*, ou seja, sem ter lugar derramamento de sangue¹²⁷³. Nenhum dos indivíduos em causa foi sentenciado a galés, facto intimamente ligado à qualidade do processado, ou à apresentação voluntária do mesmo. Tal ficou expresso na sentença de Manuel Viegas Lobo, ao ser referido que não ficava sujeito a pena de açoites e galés “por constar nestes autos da sua nobreza”¹²⁷⁴. Diferente foi o caso do alfaiate Simão Álvares, que escapou aos remos, não pelo estatuto social, mas em virtude de ter comparecido no Tribunal voluntariamente: “e de maior condenação o relevão tendo respeito a se haver apresentado”¹²⁷⁵.

¹²⁶⁹ Ouviu a sentença no auto celebrado na igreja de São Domingos, em Lisboa, a 9 de Janeiro de 1633. Concomitantemente foi sujeito a instrução ordinária, penitências espirituais e a pagar as custas do processo, cf. Lisboa, AN/TT, Inquisição de Lisboa, proc. 2478, fls. 45-45v.

¹²⁷⁰ Reconciliada a 21 de Fevereiro de 1683, no auto-da-fé celebrado no Pátio de São Miguel, Coimbra. Foi ainda condenada a açoites, cárcere a arbítrio, penitências espirituais, instrução ordinária e ao pagamento das custas dos autos, cf. Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, proc. 9038, fl. não numerado. Tratou-se da pena consagrada pelo Regimento de 1640: “sendo molher vil, terá a mesma pena de açoites, & será degredada pelo mesmo tempo [cinco até sete anos] para o Reyno de Angôla, ou partes do Brazil, segundo parecer aos Inquisidores, com respeito á qualidade da pessoa, & circunstancias da culpa”, cf. *Regimento do Santo Offício da Inquisição dos Reynos de Portugal*, Lisboa, Manuel da Silva, 1640, Livro III, título XV, fl. 183.

¹²⁷¹ Saiu no auto-da-fé, celebrado em Coimbra, no Pátio de São Miguel, a 14 de Junho de 1699. Teve ainda instrução ordinária, penas espirituais, ao mesmo tempo que se viu obrigado a pagar as despesas decorrentes do seu processo, cf. Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, proc. 6928.

¹²⁷² A sua sentença foi publicada no auto-da-fé celebrado na igreja do Convento de São Domingos de Lisboa a 24 de Outubro de 1717, estando presente, entre outros, D. João V, os inquisidores olisiponenses, o núncio apostólico e o embaixador de França, cf. Lisboa, AN/TT, Inquisição de Lisboa, proc. 11685, fls. 91-91v.

¹²⁷³ Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, proc. 9038, fl. não numerado. Por norma, tinham lugar 30 a 50 açoites, mais raramente uma centena, cf. Isabel M. R. Mendes Drumond Braga, *A Bigamia em Portugal* [...], p. 198. Na Inquisição espanhola os bígamos sofriam entre 100 e 300 açoites, cf. Manuel Torres Aguilar, “Algunos Aspectos del Delito [...]”, pp. 135 e 137. Por norma eram estipulados 200 açoites, cf. Idem, “El Delito de Bigamia [...]”, p. 226.

¹²⁷⁴ Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, proc. 6928. O Regimento de 1640 estipulou precisamente que “sendo pessoa nobre, que conforme á ordenação do Reyno seja escuza de pena vil, hirá degredada de cinco até oito annos para Africa, ou partes do Brazil”, cf. *Regimento do Santo Offício da Inquisição dos Reynos de Portugal*, Lisboa, Manuel da Silva, 1640, Livro III, título XV, fl. 183. No caso dos menos favorecidos os açoites e as galés constituíam a pena mais usual. O texto de 1640 referiu que “sendo pessoa plebea, será açoutada pelas ruas publicas, & degredada para as galès, por tempo de cinco até sette annos”, cf. *Regimento do Santo Offício da Inquisição dos Reynos de Portugal*, Lisboa, Manuel da Silva, 1640, Livro III, título XV, fl. 183. Em Portugal, entre 1536 e 1821, o degredo para as galés, apenas aplicado a homens, foi a pena mais usual, tendo sido aplicada em 48% das ocasiões, cf. Isabel M. R. Mendes Drumond Braga, *A Bigamia em Portugal* [...], pp. 196-197.

¹²⁷⁵ Cf. Lisboa, AN/TT, Inquisição de Lisboa, proc. 2478, fl. 45v. O processo deste individuo correu estando o mesmo em liberdade, o que de resto se encontrava estipulado no regimento do Santo Offício para os bígamos apresentados voluntariamente, *Regimento do Santo Offício da Inquisição dos Reynos de Portugal*, Lisboa, Manuel da Silva, 1640, Livro III, título XV, fl. 185.

Após a leitura da sentença, não era invulgar requerer a comutação dos castigos aplicados¹²⁷⁶. Em 1633, Simão Álvares suplicou que o degredo para Angola fosse perdoado ou, ao menos, comutado para o reino dado que, além do delito ter sido cometido muitos anos antes, “elle supplicante tem sua molher moça e pobre e com quatro filhos pequenos, cujo remedio depende do officio de alfaiate que elle exercita, e auzentando se perecerão, e sera mais propio o castigo em sua molher e filhos innocentes, que resultara do dito degredo, que não delle supplicante, alem de ser muito indisposto, de que se teme morrera provavelmente no caminho ficando seus filhos orfãos”¹²⁷⁷. Dado que se havia apresentado voluntariamente alcançou os seus propósitos, sendo o degredo comutado de Angola para Castro Marim, ainda que por seis anos¹²⁷⁸. Mais tarde, em Abril de 1683, Maria Ferreira solicitou que o degredo para Angola fosse comutado para o Brasil, invocando ter “asidentes continuos” e a sua “pobreza e muita necessidade que está padecendo na prizão”¹²⁷⁹. O seu pedido foi deferido a 17 de Maio desse ano¹²⁸⁰.

Numa época em que a separação, ainda que possível em determinadas situações, não possibilitava a realização de um segundo consórcio, enquanto o primeiro cônjuge fosse vivo, a bigamia afigurava-se como possibilidade de refazer a vida¹²⁸¹. As suspeitas de heresia que recaíram sobre estes indivíduos não foram conclusivas. Na verdade, nenhum dos réus considerou ser lícito contrair segundo matrimónio, sendo vivo o primeiro cônjuge. As motivações haviam sido de diferentes índoles. Para alguns o segundo matrimónio visou reforçar a sua posição na sociedade. É paradigmático o caso de Manuel Viegas Lobo. Ao ser degradado perpetuamente para um arquipélago longínquo não hesitou em estabelecer vínculos como uma das principais famílias da ilha de São Tomé. À ascensão social terá acrescido o aumento significativo dos seus bens. Para outros, como Maria Ferreira, funcionou como escapatória para o desamparo económico e social em que havia caído. Esta procurou justificar o duplo matrimónio alegando a “necessidade de remediar se”¹²⁸². Por outro lado, algumas uniões bígamas

¹²⁷⁶ Sobre este aspecto cf. Isabel M. R. Mendes Drumond Braga, *A Bigamia em Portugal* [...], pp. 200-204.

¹²⁷⁷ Lisboa, AN/TT, Inquisição de Lisboa, proc. 2478, fl. 51.

¹²⁷⁸ Lisboa, AN/TT, Inquisição de Lisboa, proc. 2478, fls. 51v-52.

¹²⁷⁹ Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, proc. 9038, fl. não numerado.

¹²⁸⁰ Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, proc. 9038, fl. não numerado.

¹²⁸¹ Isabel M. R. Mendes Drumond Braga, *Os Estrangeiros e a Inquisição* [...], p. 321.

¹²⁸² Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, livro 9038, fl. não numerado. Este era um argumento bastante usual entre bígamas, cf., por exemplo, Elvira Cunda de Azevedo Mea, “Mulheres nas Teias [...]”, pp. 68-69.

foram motivadas pela concupiscência¹²⁸³. Simão Álvares parece ter casado com a segunda esposa apenas para desfrutar dos prazeres carnavais. Perante os inquisidores, estando lavado em lágrimas, alegou que o segundo casamento tinha resultado de estar “ceguo de sua afeição e tentado do demonio [...] vencido de sua concupiscencia”¹²⁸⁴. Houve ainda quem, como José da Costa, tenha contraído matrimónio ilegal com o intuito de evitar as autoridades que perseguiram o concubinato¹²⁸⁵. Evitava-se um crime cometendo outro de maior gravidade.

Os processos estudados, se evidenciam que os casamentos haviam sido celebrados “na forma do Sagrado Concílio Tridentino”, como surge na documentação, revelam também que algumas das medidas de controlo estipuladas ou reafirmadas em Trento não passavam de “letra morta”¹²⁸⁶. Atesta-o o facto de, por exemplo, o assento matrimonial nem sempre ter sido registado. É paradigmático o caso de Maria Ferreira, em que não foram redigidos os assentos quer do primeiro quer do segundo, matrimónios. No livro dos casados da igreja de Santo Adrião, da vila do Sul, não se achou o termo do casamento “porque o abbade da dita igreja que morreo haverá pouco mais de quatro annos era hum perdido, nenhum cuidado tinha das couzas da igreja”¹²⁸⁷. Por sua vez, o vigário da Redinha, frei António Rodrigues Preto, afirmou não ter feito assento do matrimónio por esquecimento¹²⁸⁸. Assim sendo, é lícito concluir que algumas das principais resistências às orientações tridentinas provinham do interior da instituição.

¹²⁸³ Donald Ramos, “Bigamia e Valores Sociais [...]”, p. 117; Isabel M. R. Mendes Drumond Braga, *A Bigamia em Portugal* [...], pp. 69-70.

¹²⁸⁴ Lisboa, AN/TT, Inquisição de Lisboa, proc. 2478, fl. 38.

¹²⁸⁵ Ao chegar a Lisboa “se afeiçoou a Anna Maria, mulher solteira [...] e pelo discurso do tempo teve trato illicito com a mesma e vivendo com ella de portas a dentro na freguezia de Nossa Senhora da Encarnação o persuadio o parrocho da mesma freguezia a que a recebesse; e mudandosse daquella freguezia para a de Santa Catherina lhe fez as mesmas instancias o cura da dita freguezia, persuadindosse ambos que elle confitente era solteiro, como elle lhes havia dito”, cf. Lisboa, AN/TT, Inquisição de Lisboa, proc. 11685, fls. 68-68v. A este propósito cf. Manuel Torres Aguilar, “Algunos Aspectos del Delito [...]”, p. 121; Michel Boeglin, “Bigamia e Poligamia, Spagna [...]”, p. 199.

¹²⁸⁶ Ronaldo Vainfas, *Trópico dos Pecados* [...], p. 106.

¹²⁸⁷ Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, proc. 9038.

¹²⁸⁸ Alegação no âmbito de uma diligência realizada na Redinha a 18 de Janeiro de 1678, sendo comissário da mesma o padre Saro da Cunha. Anteriormente, a 6 de Dezembro de 1676, o mesmo vigário havia remetido uma certidão ao tribunal de Coimbra dando conta de ter recebido, dois anos antes, por marido e mulher João Dias Pereira, natural e morador na freguesia de Salvador, Coimbra, e Maria Ferreira, natural da Redinha, referindo não ter procedido ao registo do acto “por elles não esperarem se fazer seu asento e se perderam os banhos”, cf. Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, proc. 9038.

2.4 – Proposições

Por proposições entende-se toda a palavra proferida por um cristão, através da qual fossem reveladas ideias contrárias aos artigos da fé, aos mandamentos da Igreja e aos preceitos da Sagrada Escritura. Dentro da designação cabem ainda os juízos que atacavam e satirizavam a Igreja enquanto instituição¹²⁸⁹.

O homem da Idade Média e da Época Moderna blasfemava de forma recorrente¹²⁹⁰. O jogo e o consumo exagerado de vinho contavam-se entre os principais impulsionadores das injúrias ao divino¹²⁹¹. A matéria foi preocupação constante da teologia moral. São Tomás de Aquino (1225-1274) considerava a blasfémia como infidelidade, a qual podia ser posteriormente manifestada por intermédio de palavras injuriosas¹²⁹². Tratava-se de um pecado gravíssimo que violava o segundo mandamento da lei de Deus. Frei Luís de Granada (1504-1588) ao referir-se aos pecados mortais

¹²⁸⁹ Sobre proposições em Portugal, cf. Fernanda Olival, “O Controle sobre Proposições na Inquisição de Lisboa (1681-1700). Achegas para um Estudo da Temática”, *Inquisição. Comunicações* [...], vol. 2, pp. 661-686; Elvira Cunha de Azevedo Mea, *A Inquisição de Coimbra* [...], pp. 275-276 e 331-341; Paulo Drumond Braga, *A Inquisição nos Açores* [...], pp. 293-341; Francisco Bethencourt, “Rejeições e Polémicas”, *História Religiosa de Portugal* [...], vol. II, pp. 77-79; Isabel M. R. Mendes Drumond Braga, *Os Estrangeiros e a Inquisição* [...], pp. 263-280; Elisabete Picão Tomé, *Blasfémias no Tribunal da Inquisição de Coimbra. 1541-1750*, Coimbra, Dissertação de Mestrado em História Moderna apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2006, exemplar mimeografado; Ana Maria Mendes Ruas Alves, “*Por quantos anjos pariu a Virgem*”. *Injúrias e Blasfémias na Inquisição de Évora. 1541-1707*, Coimbra, Dissertação de Mestrado em História Moderna apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2006, exemplar mimeografado. Para Castela e Aragão cf. Jaime Contreras, *El Santo Oficio* [...], pp. 554-565, 627-643 e 654-662; Jean-Pierre Dedieu, “El Modelo Religioso: las Disciplinas del Lenguaje y de la Acción”, *Inquisición Española: Poder Político* [...], pp. 208-230; Juan Antonio Alejandro García, María Jesús Torquemada, *Palabra de Hereje. La Inquisición de Sevilla ante el Delito de Proposiciones*, Sevilha, Universidade de Sevilha, 1998; Juan Antonio Alejandro García, “Inquisición Sevillana y Proposiciones Heréticas: La Ley de Dios y los Pecados de la Carne”, *Historia, Instituciones, Documentos*, n.º 25, Sevilha, 1998, pp. 1-12; Michel Boeglin, “Disciplina Religiosa y Asentamiento de la Doctrina: El Delito de Proposiciones ante la Inquisición Sevillana (1560-1700)”, *Historia, Instituciones, Documentos*, n.º 30, Sevilha, 2003, pp. 121-144; Martí Gelabertó Vilagran, “Inquisición y Blasfémias en la Cataluña de los siglos XVI y XVII”, *Pedralbes. Revista d’Historia Moderna*, n.º 28, tomo 1, Barcelona, 2008, pp. 651-676; Idem, “No tomarás el nombre de Dios en vano. Blasfemia y castigo divino en Cataluña (siglos XVI-XVIII)”, *Espacio, Tiempo y Forma*, Série IV, *Historia Moderna*, n.º 23, Madrid, 2010, pp. 153-180.

¹²⁹⁰ Martí Gelabertó Vilagran, “No tomarás el Nombre de Dios [...]”, p. 154. A blasfémia era de tal forma comum que houve quem tenha referido ser vício mais espalhado que a lepra, cf. Luís Miguel Duarte, “‘A Boca do Diabo’. A blasfémia e o direito penal português da Baixa Idade Média”, *Lusitania Sacra*, 2.ª série, tomo IV, Lisboa, 1992, p. 66. Não por acaso, o franciscano Eiximenis (1340-1409) e o dominicano Vicente Ferrer (1350-1419), criticaram a facilidade com que os cristãos do seu tempo blasfemavam.

¹²⁹¹ No título 41 das *Ordenações Afonsinas*, intitulado “que nom joguem a dados dinheiros, nem aja hi tavollagem”, é claramente referido que o jogo proporcionava a ofensa verbal ao corpo celeste: “E porque muitos homees, nom esguardando o bem de Deos, nem a prol da terra honde som, dizem muitas e muy mas palavras, doestando Deos, e sua Madre, e os Santos, pollos quaees doestos veem aas terras muitas tempestades”, cf. *Ordenações Afonsinas*, reprodução fac-símile da edição de 1792, livro V, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1984, pp. 148-149.

¹²⁹² Jean-Pierre Dedieu, “El Modelo Religioso [...]”, p. 214; Luís Miguel Duarte, “‘A Boca do Diabo [...]’”, p. 65.

considerou que “el primero y el mas grave de todos es la blasphemia, que es un peccado muy vezinho a los tres mayores pecados del mundo, que son infidelidade, desesperacion, y odio de Dios (que es absolutamente el mayor de todos) al qual es muy semejante la blasphemia, porque el blasfemo si pudiesse en aquella hora tomar a Dios entre los dientes, parece que lo despedaçaria con aquel spiritu de furor que el Demonio le inspira”¹²⁹³. Uma das principais preocupações do concílio de Trento foi precisamente a educação religiosa do povo cristão e o controlo das suas palavras¹²⁹⁴. Para esta missão contou com o precioso auxílio do Tribunal da Fé. Tenhamos presente que a enunciação de determinadas palavras ou frases levantava a suspeita de erro em matéria de fé, o que acabou por motivar e justificar a intervenção do Santo Ofício.

Em Portugal, a jurisdição sobre as proposições pertencia simultaneamente a três instituições, a saber, os tribunais régios¹²⁹⁵, os tribunais episcopais¹²⁹⁶ e, a partir de 1536, o tribunal do Santo Ofício. Era portanto um crime *mixti fori* que, salvo casos específicos, deveria ser julgado pela instância que citasse e prendesse o acusado¹²⁹⁷. No entanto, se existisse suspeita de heresia os autos deveriam ser remetidos ao Tribunal da Fé “para se fazer nelle cumprimento de justiça, conforme a Extravagante do Papa Gregorio decimo tercio”¹²⁹⁸.

¹²⁹³ Fr. Luís de Granada, *Libro llamado Guia de Peccadores*, Lisboa, Joanes Blavio de Colonia, 1556, fls. 69v-70.

¹²⁹⁴ Entre as ferramentas utilizadas pela Igreja, com o intuito de persuadir os cristãos a deixar de blasfemar, contaram-se as narrações aterrorizantes de visionários e os *exempla*, cf. Martí Gelabertó Vilagran, “No tomarás el Nombre de Dios [...], pp. 153-180.

¹²⁹⁵ Relativamente à justiça secular é conhecida legislação contra o delito desde o século XIV. Uma lei de D. Dinis, datada de 20 de Junho de 1312, prescrevia para “quem quer que descreer de deus e de sancta Maria sa madre e os doestar, que lhi tirem a l̃ngua pelo pescoço e o queymem”, cf. *Livro das Leis e Posturas*, transcrição paleográfica de Maria Teresa Campos Rodrigues, introdução de Nuno Espinosa Gomes da Silva, Lisboa, Faculdade de Direito, 1971, p. 82. Mais tarde, Afonso V “declarando e temperando” as penas previstas quer na lei de D. Dinis, quer numa outra do reinado de D. Afonso IV, estipulou para os blasfemos penas corporais, tais como açoites e perfuração de língua com agulha de albarda, sanções pecuniárias e penas infamantes, de que é exemplo o andar “d’arredor da Igreja com hum a silva ao pescoço cinco sextas feiras”, cf. *Ordenações Afonsinas* [...], pp. 353-355. As *Ordenações Manuelinas* acrescentaram penas de degredo. A aplicação da penalização tinha em consideração factores como a condição social do acusado, o alvo da blasfémia, a gravidade do enunciado, bem como do contexto e local em que havia sido proferido, cf. *Ordenações Manuelinas*, reprodução fac-símile da edição de 1797, livro V, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1984, pp. 96-99. Tais disposições perpassaram sem alterações substanciais para as *Ordenações Filipinas*, reprodução fac-símile da edição de 1870, livro V, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1985, pp. 1149-1150.

¹²⁹⁶ O título 31 das constituições do bispado de Coimbra, impressas em 1591, foi dedicado às “blasfemias, maldizentes, & prejuíros, & penas delles”. As penas a aplicar variavam consoante a qualidade, idade e estado dos acusados, bem como do respectivo lapso em que o prevaricador incorresse. Estavam previstas penas pecuniárias, açoites, galés, degredo para África e penas infamantes, de que é exemplo permanecer por um dia, à porta da Sé, ou da igreja de onde o réu fosse freguês, com as mãos atadas, cf. *Constituições Synodales do Bispado de Coimbra*, Coimbra, António de Mariz, 1591, fls. 193v-195.

¹²⁹⁷ *Constituições Synodales do Bispado de Coimbra*, Coimbra, António de Mariz, 1591, fl. 195.

¹²⁹⁸ *Constituições Synodales do Bispado de Coimbra*, Coimbra, António de Mariz, 1591, fl. 195. Refira-se a propósito a divisão entre blasfémia simples e herética proposta por Nicolau Eymerich no *Directorium*

O monitório de D. Diogo da Silva apelava à denúncia dos que negassem a existência do Inferno e do paraíso, dos que colocassem em causa a transubstanciação, dos que negassem artigos da fé, dos que contestassem o poder de absolvição do sumo pontífice e prelados diocesanos, daqueles que questionassem a necessidade da confissão oral, dos que acreditassem que a salvação eterna era passível de ser atingida independentemente do credo seguido, dos que afirmassem que a onzena não era pecado, e dos que desdissem da virgindade e da pureza de Maria¹²⁹⁹.

O primeiro regimento inquisitorial que compreende disposições sobre a matéria é o de 1640. O título principia com uma referência ao breve de Júlio III, *in Multis*, datado de 1 de Fevereiro de 1554, e à constituição de Sisto V, documentos que estipularam que o conhecimento de qualquer proposição, independentemente de herética, ou não, pertenceria ao Santo Ofício¹³⁰⁰. As penas variavam consoante o tipo de palavras proferidas, a qualidade do prevaricador, o lugar, tempo e ocasião em as frases mal sonantes houvessem sido pronunciadas, e outrossim do escândalo que as mesmas tivessem provocado. Estava prevista a abjuração de leve suspeita na fé, ou de veemente, e a utilização de mordaza em auto público da fé. As sanções passavam por açoites, galés, degredo para territórios ultramarinos, instrução ordinária, penitências espirituais e penas pecuniárias. Caso o réu fosse membro do clero estava ainda estipulada a reclusão em lugar ou mosteiro conveniente. O tormento estava previsto em determinadas situações, nomeadamente quando o delato negasse o propósito das suas palavras. Os que optassem por comparecer de forma voluntária no Tribunal e confessar as suas culpas, sem que existisse qualquer delação prévia, abjurariam na Mesa perante os inquisidores¹³⁰¹. Estas disposições perpassaram praticamente sem alterações para o regimento de 1774. A única grande diferença consistiu na erradicação do tormento¹³⁰².

Na Inquisição romana as proposições ocuparam um lugar significativo na actividade repressiva inquisitorial. No tribunal de Veneza o delito representou 12% da processologia. Apenas os delitos de artes mágicas (29%) e de protestantismo (28%)

Inquisitorum. Dentro da primeira designação cabiam todas as expressões de ingratidão para com o corpo celeste motivadas pela ira momentânea. Na segunda classe estavam enquadrados os enunciados proferidos, de forma consciente, contra os artigos da fé, com intenção declarada de injuriar o divino, cf. Martí Gelabertó Vilagran, “Inquisición y Blasfemias [...]”, p. 652.

¹²⁹⁹ *Collectorio de Diversas Letras Apostolicas* [...], fls. 5v-6.

¹³⁰⁰ *Regimento do Santo Officio da Inquisição dos Reynos de Portugal*, Lisboa, Manuel da Silva, 1640, Livro III, título XII, fls. 175 e 178; Fernanda Olival, “A Inquisição e a Madeira [...]”, pp. 779-780.

¹³⁰¹ *Regimento do Santo Officio da Inquisição dos Reynos de Portugal*, Lisboa, Manuel da Silva, 1640, Livro III, título XII, fls. 175-178 (358-361).

¹³⁰² *Regimento do Santo Officio da Inquisição dos Reynos de Portugal*, Lisboa, Miguel Manescal da Costa, 1774, Livro III, título VIII, pp. 109-112.

foram mais expressivos. Neste tribunal destaque para o período compreendido entre 1721 e 1794, no qual as proposições representaram 56% dos autos instaurados. No congénere do Friuli o crime atingiu os 14%. À semelhança do tribunal de Veneza, também neste tribunal de distrito as proposições ocuparam o terceiro lugar. A repressão foi especialmente significativa entre 1671 e 1786 (21%). Por seu turno, no tribunal de Nápoles, a transgressão ocupou o quarto lugar, atrás da magia, heresias várias e bigamia. Ao contrário do sucedido nos tribunais de Veneza e do Friuli, em Nápoles a maioria das causas tiveram lugar entre 1591 e 1620¹³⁰³.

Nos tribunais de Castela e de Aragão, entre 1540 e 1700, o delito foi o mais significativo, tendo representado 27,1%. O período áureo da repressão ocorreu no século XVI¹³⁰⁴. Por exemplo, no tribunal da Santiago de Compostela as proposições representaram 56,3% na segunda metade do século XVI e apenas 16,6% na centúria seguinte¹³⁰⁵. No congénere de Sevilha, o crime mereceu particular atenção entre 1560 e 1630. A partir desta data o tribunal perseguiu sobretudo judaizantes¹³⁰⁶. No século XVIII, num período de decadência da instituição, a repressão sobre os blasfemos conheceu novo impulso¹³⁰⁷.

Em Portugal, as percentagens não foram tão elevadas. Entre 1541 e 1542, as blasfémias representaram 5,7% do total de casos inquiridos pela Inquisição do Porto¹³⁰⁸. Por sua vez, no século XVI, o tribunal de Coimbra processou 156 indivíduos pelo delito em análise, o que correspondeu a 6,8% da processologia¹³⁰⁹. No congénere eborense, até 1668, a percentagem foi somente de 3,3%¹³¹⁰. Particularmente significativos foram os primeiros dez anos de funcionamento deste tribunal de distrito, período em que as ofensas verbais ao divino representaram 9,3%¹³¹¹. Na Inquisição de Lisboa, no período compreendido entre 1681 e 1700, o delito atingiu os 4,2% do total de processos movidos por aquela instância¹³¹². No arquipélago dos Açores a percentagem foi de 15,8%¹³¹³, enquanto na Madeira foi de 36%¹³¹⁴. Por sua vez, no tribunal de Goa o crime

¹³⁰³ Francisco Bethencourt, *História das Inquisições* [...], pp. 270-271.

¹³⁰⁴ Jean-Pierre Dedieu, “El Modelo Religioso [...]”, pp. 208-211; Francisco Bethencourt, *História das Inquisições* [...], pp. 272-273.

¹³⁰⁵ Jaime Contreras, *El Santo Oficio* [...], pp. 466-467.

¹³⁰⁶ Michel Boeglin, “Disciplina Religiosa y Asentamiento [...]”, pp. 123-124.

¹³⁰⁷ Juan Antonio Alejandro García, “Inquisición Sevillana y Propositiones [...]”, p. 2.

¹³⁰⁸ Herminia Vasconcelos Vilar, “A Inquisição do Porto [...]”, pp. 32 e 41.

¹³⁰⁹ Elvira Cunha de Azevedo Mea, *A Inquisição de Coimbra* [...], pp. 273-276, 331-341 e 357.

¹³¹⁰ António Borges Coelho, *Inquisição de Évora* [...], vol. I, p. 236.

¹³¹¹ Maria do Carmo Teixeira Pinto, Lucília Maria Luís Ferreira Runa, “Inquisição de Évora [...]”, p. 52.

¹³¹² Fernanda Olival, “O Controle sobre Proposições [...]”, p. 669.

¹³¹³ Paulo Drumond Braga, *A Inquisição nos Açores* [...], pp. 170 e 330.

representou 5,8% e 7,1%, na primeira e segunda, metades do século XVIII, respectivamente¹³¹⁵. Refira-se ainda que, 73 dos estrangeiros processados pela Inquisição portuguesa (7,5%) foram-no por proposições¹³¹⁶.

Particularmente elevado foi o número de casos denunciados no decurso das visitas inquisitoriais. Apresentem-se alguns exemplos. Na deslocação do inquisidor Pedro Álvares de Paredes ao Minho em 1565, o delito representou 50%¹³¹⁷. A ida da instituição ao Minho e a Trás-os-Montes, em 1583, resultou no conhecimento de 25 novos casos, o que correspondeu a 18%¹³¹⁸. Na visita do tribunal lisiponense ao bispado de Portalegre em 1578-1579, as proposições surgiram em segundo lugar, logo após os casos de judaísmo. Nesta ocasião foram denunciados 32 indivíduos, o que equivaleu a 22,7%¹³¹⁹. Por seu turno, na visitação realizada em 1587-1588, ao priorado do Crato, 51% das confissões respeitaram ao crime em análise¹³²⁰. No ano de 1618, no decurso da visita à Madeira, entre confissões e denúncias, as proposições foram o delito mais significativo, tendo representado 38,4% do total de confissões¹³²¹. Refira-se por último o sucedido no arquipélago açoriano. Se na visita de 1575-1576, o delito ocupou a segunda posição (32,5%), nas visitações de 1591-1592 e de 1619-1620, o crime foi o mais reportado, com percentagens de 54,1% e 40,6% respectivamente¹³²².

No território em apreço 29 indivíduos foram denunciados por proferirem proposições. O primeiro caso chegou ao conhecimento do Tribunal da Fé, a 30 de Dezembro de 1570, e envolveu Álvaro Fernandes, porteiro e jurado, morador em Pombal¹³²³. A derradeira denúncia foi remetida a 13 de Agosto de 1797, tendo

¹³¹⁴ Isabel M. R. Mendes Drumond Braga, “A Inquisição e a Sociedade Madeirense [...]”, pp. 190-204. Entre 1690 e 1719, foram denunciados 13 casos de blasfémias, o que correspondeu a 22% do total de situações reportadas no referido período, cf. Maria do Carmo Jasmins Dias Farinha, “A Inquisição na Madeira [...]”, pp. 880 e 883-884.

¹³¹⁵ Maria de Jesus dos Mártires Lopes, “A Inquisição de Goa na segunda [...]”, p. 262; Idem, “A Inquisição de Goa na primeira [...]”, p. 129 (cálculos efectuados a partir dos dados fornecidos pela autora).

¹³¹⁶ Isabel M. R. Mendes Drumond Braga, *Os Estrangeiros e a Inquisição* [...], p. 265.

¹³¹⁷ Refira-se que na cidade de Braga os principais alvos das proposições foram o clero e as instituições da Igreja. Trataram-se sobretudo de críticas ao Concílio de Trento, aos bispos que participaram no mesmo e ao Papa. Esta realidade não pode ser desligada do conflito que por esta época opôs D. Frei Bartolomeu dos Mártires (1514-1590) aos cónegos da sé, cf. Isabel M. R. Mendes Drumond Braga, “A Visita da Inquisição a Braga [...]”, pp. 42-50.

¹³¹⁸ Isabel M. R. Mendes Drumond Braga, Paulo Drumond Braga, “Jerónimo de Sousa [...]”, pp. 793, 796-798.

¹³¹⁹ Maria Paula Marçal Lourenço, “Para o Estudo da Actividade Inquisitorial [...]”, pp. 123-125 e 137-138.

¹³²⁰ Maria Paula Marçal Lourenço, “Inquisição e Cristãos-Velhos [...]”, p. 40.

¹³²¹ Fernanda Olival, “A Inquisição e a Madeira [...]”, pp. 778-780.

¹³²² Paulo Drumond Braga, *A Inquisição nos Açores* [...], pp. 166-167.

¹³²³ Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, livro 76, fl. 22.

envolvido o louriçalense José João¹³²⁴. A maioria das delações ocorreu no século XVIII, centúria em que foram denunciados 21 indivíduos. No século XVII, foram acusadas três pessoas, enquanto no século XVI, apenas foram delatadas duas. Acrescente-se que três elementos do grupo em análise optaram por confessar voluntariamente as suas culpas, a saber Margarida Brás, moradora em Trás-os-Matos, freguesia de Vila Cã, em 1572¹³²⁵; João Ferreira, assistente em Ilha, freguesia da Mata Mourisca, em 1769¹³²⁶; e Inês Gertrudes, residente no Louriçal, no ano de 1793¹³²⁷.

Por outro lado, apenas dois indivíduos foram presos e conduzidos aos cárceres inquisitoriais. O primeiro foi Domingos Dias, lavrador, natural e morador em Casal dos Matos, Louriçal¹³²⁸. Este fora delatado em 1720, numa visita pastoral, por blasfemo, tendo sido a sua culpa remetida ao Santo Ofício¹³²⁹. Desconhecemos a data de prisão deste homem. Não obstante, esta deverá ter ocorrido em Julho de 1722, já que a 30 desse mês e ano, o tribunal de Coimbra pretendeu saber se existiam denúncias contra Domingos nos congéneres eborense e olisiponense¹³³⁰. Mais tarde, a 1 de Julho de 1762, o familiar do Santo Ofício, da vila de Pombal, António Ferreira, entregou Christiano Schneyder ao alcaide dos cárceres do tribunal de Coimbra¹³³¹.

No que respeita a sentenças, Margarida Brás depois de se ter apresentado na Inquisição de Coimbra por proferir determinados juízos, abjurou de veemente a 7 de Junho de 1573, em auto-da-fé, na praça da cidade de Coimbra. Não obstante, desconhecemos quais as penas a que ficou sujeita¹³³². Bastante mais tarde, a 14 de Março de 1723, Domingos Dias abjurou de leve em auto-da-fé celebrado na igreja do

¹³²⁴ Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, livro 413, fl. 286.

¹³²⁵ Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, proc. 8742. Pese os vários pedidos dirigidos a quem de direito o processo não veio à consulta. A razão apontada: o péssimo estado de conservação do documento. Esta justificação não deixa de surpreender pois que os referidos autos foram objecto de análise na dissertação de mestrado de Elisabete Picão Tomé realizada em 2006, cf. Elisabete Picão Tomé, *Blasfémias no Tribunal* [...], p. 148.

¹³²⁶ Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, livro 404, fl. 504.

¹³²⁷ Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, livro 410, fls. 120-130; Lisboa, AN/TT, Tribunal do Santo Ofício, mc. 24, doc. 53.

¹³²⁸ O seu processo foi referido no *Inventário dos Processos da Inquisição de Coimbra: 1541-1820*, leitura e introdução de Luís de Bivar Guerra, vol. 2, Paris, Fundação Calouste Gulbenkian, Centro Cultural Português, 1972, p. 354. Não obstante, não foi possível localizar o auto no Arquivo Nacional da Torre do Tombo.

¹³²⁹ Coimbra, AUC, Devassas Penela, extractos de culpados, livro 4, fl. 119.

¹³³⁰ Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, livro 73, fls. 154-155.

¹³³¹ Como já referimos, este homem era natural de Hanôver e morador em Pombal, onde era estalajadeiro. Era, outrossim, casado com a genebrense Antónia Prionetta. Assistia em Portugal há seis anos. Durante o primeiro lustro vivera em Lisboa, em casa do residente da Holanda, e no palácio de Palhavã. Posteriormente mudou-se para Pombal, vila onde morava há cerca de um ano, cf. Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, proc. 5752.

¹³³² Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, livro 4, fl. 129.

mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, tendo sido condenado a degredo para fora do bispado, por um período de dois anos¹³³³. Outros dois indivíduos foram apenas admoestados perante os inquisidores. Foi o caso de Christiano Schneyder e de João Ferreira. Começando pelo segundo, foi repreendido em Mesa ainda que os inquisidores o tenham considerado “atolado”¹³³⁴. Quanto ao primeiro, após três meses de prisão nos cárceres inquisitoriais, o Conselho Geral ordenou que os inquisidores de Coimbra “logo mandem soltar ao sobredito e o ponhão na sua liberdade por justos motivos que para isso há, e lhe digão que elle foi prezo por se não saber que era inglez de nasção, que o mandão soltar, mas que cuide em viver de sorte que não escandalize aos catholicos romanos; e que disto não assignara termo, nem se lhe pediram alimentos, nem custas do seu processo”¹³³⁵. Como é sabido os tratados assinados com Inglaterra, em 1642 e em 1654, haviam sido aproveitados para tocar a problemática religiosa. Por estes ficou estabelecido que nenhum súbdito da Grã-Bretanha, assistente em Portugal, fosse molestado por motivos de consciência. Assim sendo, poderia praticar a sua crença em privado, quer em casa quer em navio, podendo inclusivamente possuir livros proibidos, entre os quais bíblias em linguagem¹³³⁶. Não obstante, refira-se que qualquer protestante poderia ser preso pelo Tribunal da Fé bastando para tal que cometesse qualquer outro delito que estivesse sob alçada daquela instituição, como por exemplo proposições e desrespeito. Foi precisamente o que sucedeu neste caso. Ainda assim foi absolvido. Ora, a prisão deste individuo sucedeu em 1762. Recorde-se que no início desse ano, Portugal viu-se obrigado a participar na Guerra dos Sete Anos, abandonando a posição de neutralidade que assumira até então. França e Espanha, unidas pelo Pacto de Família, haviam pretendido que Portugal fechasse os seus portos às embarcações inglesas. O governo português entrava numa guerra para a qual não se encontrava minimamente preparado. O apoio britânico, traduzido no envio de meios humanos e materiais, era essencial¹³³⁷. Posto isto, coloca-se a questão de saber se estes acontecimentos terão

¹³³³ Lisboa, BNP, cod. 865, fl. 295.

¹³³⁴ Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, livro 404, fl. 504. A propósito de blasfemos considerados loucos pelos inquisidores, cf. por exemplo, Elisabete Picão Tomé, *Blasfémias no Tribunal* [...], pp. 56-57.

¹³³⁵ Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, proc. 5752, fl. não numerado.

¹³³⁶ Sobre esta temática cf. Isabel M. R. Mendes Drumond Braga, *Os Estrangeiros e a Inquisição* [...], pp. 76-77.

¹³³⁷ Gastão de Mello de Mattos, “Lippe, conde de”, *Dicionário de História de Portugal*, direcção de Joel Serrão, 2.^a edição, vol. III, Porto, Livraria Figueirinhas, 1984, pp. 530-531; Fernando Dores Costa, “Guerra no Tempo de Lippe e de Pombal”, *Nova História Militar de Portugal*, direcção de Manuel Themudo Barata e Nuno Severiano Teixeira, vol. 2, coordenação de António Manuel Hespanha, Mem Martins, Círculo de Leitores, 2004, pp. 331-350.

contribuído para a libertação de Christiano Schneyder. Não custa admitir que sim. Não seria de todo prudente sentenciar um súbdito britânico num momento em que era essencial assegurar o apoio daquele governo.

Regressando ao tema proposições, os dados compulsados evidenciam desde logo que apenas uma pequena percentagem de juízos mereceu a atenção do Tribunal da Fé. Entre tais enunciados contava-se a negação da transubstanciação; a contestação da existência de Paraíso, Inferno e Purgatório; a afirmação de que as relações sexuais fora do vínculo matrimonial não constituíam pecado mortal; e a contestação à virgindade de Nossa Senhora¹³³⁸. Facilmente se compreende o motivo das preocupações do Tribunal, uma vez que muitos destes juízos se aproximavam perigosamente do protestantismo.

A esmagadora maioria dos delatados pertencia ao sexo masculino, a saber 22 homens contra apenas sete mulheres¹³³⁹. No entanto, refira-se que o sexo feminino foi o que mais se manifestou a propósito da pureza e da virgindade de Maria¹³⁴⁰. Tal como referiu Paulo Drumond Braga a escassez de mulheres entre os autores de proposições não pode ser entendida como sinónimo de maior respeito pelas verdades da Igreja. Esta realidade resulta sobretudo da menor intervenção do sexo feminino na vida pública¹³⁴¹.

A documentação estudada revelou-se bastante parca no que respeita à idade dos delatados. Apenas existem informações para quatro dos implicados¹³⁴². A lourçalense Inês Gertrudes tinha 19 anos. Christiano Schneyder residente em Pombal afirmou ter 36 anos de idade. Por sua vez, Margarida Brás já havia festejado quatro décadas de vida. Refira-se ainda que uma outra denunciada era moça, o que remete para a juvenilidade¹³⁴³. O cruzamento das fontes inquisitoriais com a documentação produzida

¹³³⁸ Contestar a necessidade da confissão auricular; questionar os artigos da fé; negar a existência da vida para além da morte; contestar a obrigatoriedade dos jejuns impostos pela Igreja; negar a superioridade do sumo pontífice face aos demais prelados, bem como a faculdade que este tinha para conceder indulgências e a eficácia destas para o proveito das almas; afirmar que a onzena não constituía pecado mortal, eram outros dos juízos que deveriam ser denunciados, cf. *Documentos para a História da Inquisição em Portugal* [...], pp. 107-108.

¹³³⁹ O mesmo sucedeu quer em Portugal quer em Castela e Aragão, cf. por exemplo, Elvira Cunha de Azevedo Mea, *A Inquisição de Coimbra* [...], pp. 332, 334 e 337; Paulo Drumond Braga, *A Inquisição nos Açores* [...], pp. 330-331; Ana Maria Mendes Ruas Alves, “*Por quantos anjos* [...]”, p. 71; Michel Boeglin, “*Disciplina Religiosa y Asentamiento* [...]”, pp. 138-139.

¹³⁴⁰ Idêntica realidade em Elisabete Picão Tomé, *Blasfémias no Tribunal* [...], p. 78.

¹³⁴¹ Paulo Drumond Braga, *A Inquisição nos Açores* [...], p. 331.

¹³⁴² A propósito, refira-se que na visita pastoral do ano de 1718, na devassa do Lourçal, testemunhou um Domingos Dias, lavrador, morador em Casal dos Matos, de 66 anos de idade. Este poderá ser o mesmo indivíduo que foi sentenciado pela Inquisição de Coimbra, na década de 20 do século XVIII, por proposições, cf. Coimbra, AUC, Devassas Penela, livro 55, fl. 276.

¹³⁴³ A maioria dos processados por proposições no tribunal de Lisboa entre 1681 e 1700, tinha entre 26 e 30 ou 40 e 48 anos de idade, cf. Fernanda Olival, “*O Controle sobre Proposições* [...]”, p. 672. Relativamente aos sentenciados pelo congénere conimbricense a maior parte tinha entre 35 e 43 anos de idade, cf. Elisabete Picão Tomé, *Blasfémias no Tribunal* [...], pp. 80-81. Por sua vez, no tribunal de

no âmbito das visitas pastorais permitiu ainda conhecer a idade de mais três indivíduos: o pombalense António Gomes Balancia, delatado em 1689, teria cerca de 56 anos; Manuel Rodrigues Leal, morador em Abiul, denunciado no início de Setecentos, teria perto de 50 anos de idade; enquanto António Carlos de Castor, denunciado no final do século XVII, teria cerca de 46 anos de idade¹³⁴⁴.

No que respeita à situação matrimonial verificou-se um claro predomínio de solteiros, a saber 12. Quanto aos restantes acusados seis eram casados e apenas dois haviam assistido à morte do cônjuge¹³⁴⁵. Relativamente à morada destas pessoas oito residiam em Pombal, seis no Louriçal, quatro em Abiul, outros tantos na freguesia de Mata Mourisca, três em Vila Cã, dois na Redinha e igual número em Santiago de Litém.

O universo em estudo era constituído quase exclusivamente por cristãos-velhos¹³⁴⁶. A fama de cristã-novice recaiu apenas sobre dois dos delatados, a saber Manuel Rodrigues Leal e Manuel Viegas, ambos moradores em Abiul. Por seu turno, Christiano Schneyder era luterano.

No que respeita ao estatuto sócio profissional quer parecer que estamos em presença de indivíduos de condição social precária¹³⁴⁷. Não obstante existem algumas excepções. Desde logo saliente-se os eclesiásticos delatados, nomeadamente os vigários de Abiul e de Santiago de Litém¹³⁴⁸. Entre os leigos existiam alguns homens endinheirados para o comum da população. Por exemplo, António Francisco, morador em Viuveiro, freguesia de Vila Cã, termo de Pombal, delatado em 1729, era lavrador abastado¹³⁴⁹. Por seu turno, João Martins, morador em Marinha, freguesia do Louriçal, delatado na primeira metade de Setecentos, teria algumas posses e influência local. A denunciante advertiu os inquisidores que as testemunhas “não diram verdade do que

Évora foram processados, sobremaneira, indivíduos com idades compreendidas entre os 20 e os 50 anos de idade, cf. Ana Maria Mendes Ruas Alves, “*Por quantos anjos* [...]”, pp. 72-73.

¹³⁴⁴ Em Junho de 1692, Balancia testemunhou numa devassa episcopal referindo ter 60 anos de idade, cf. Coimbra, AUC, Devassas Penela, livro 41, fls. 261v-262. Mais tarde, no ano de 1708, foi a vez de Manuel Rodrigues Leal depor em idêntica circunstância, afirmando ter cerca de 50 anos, cf. Coimbra, AUC, Devassas Penela, livro 53, fl. 280. Em 1790, António Carlos de Castor, foi chamado a testemunhar, depois de referido por outra testemunha, tendo declarado ter 50 anos de idade, cf. Coimbra, AUC, Devassas Penela, livro 79, fl. 39v.

¹³⁴⁵ Desconhece-se a situação de nove pessoas. Outros estudos revelaram um predomínio de casados, cf. Fernanda Olival, “O Controle sobre Proposições [...]”, p. 672; Ana Maria Mendes Ruas Alves, “*Por quantos anjos* [...]”, p. 71.

¹³⁴⁶ A este propósito cf. Elvira Cunha de Azevedo Mea, “Nossa Senhora em Processos da Inquisição”, *Revista da Faculdade de Letras. História*, 2.^a série, vol. 1, Porto, 1984, pp. 136-137.

¹³⁴⁷ Outros estudos apontam neste sentido, cf. por exemplo, Isabel M. R. Mendes Drumond Braga, *Os Estrangeiros e a Inquisição* [...], p. 266; Ana Maria Mendes Ruas Alves, “*Por quantos anjos* [...]”, pp. 71-72; Michel Boeglin, “Disciplina Religiosa y Asentamiento [...]”, pp. 142-143.

¹³⁴⁸ No total foram delatados cinco membros do clero, três regulares e dois seculares.

¹³⁴⁹ Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, livro 358, fls. 99-112.

ouvirão ao delinquente senão se o prenderem primeiro, porque tremem delle [...] e a maior cauza das testemunhas terem medo de dizerem a verdade he por quazi todas dependerem da caza do delinquente”¹³⁵⁰. Refira-se ainda a existência de dois rendeiros no universo em estudo. Os restantes teriam uma situação menos favorecida. Dois indivíduos encontravam-se ligados ao sector agrícola, enquanto igual número pertencia ao sector artesão, nomeadamente um marceneiro, que era igualmente estalajadeiro, e um serralheiro. O sector militar ficou representado por um soldado que havia desertado do regimento de Dragões de Évora. Por sua vez, António Carlos de Castor era boticário, tendo servido anteriormente como escrivão¹³⁵¹. Contaram-se ainda um marchante, um porteiro e um trabalhador, isto é, um jornaleiro. Entre os mais desfavorecidos contava-se uma criada e uma mulher que sobrevivia à custa de esmolas.

Saliente-se ainda um aspecto não menos importante, que se prende com o comportamento social destes indivíduos. Por exemplo, Manuel Rodrigues Leal era homem de “coração tão danado que sempre lhe estava a roer e a dezenquieta-lo para fazer mal”¹³⁵², insolente, de mau viver, de quem todos tinham medo, má-língua, presumido de valente “ameassando ha de tirar a espingarda”¹³⁵³. Por seu turno, o pombalense António Gomes Balancia, a mulher, Isabel Ferreira, e os filhos, eram descompostos na forma de falar. Segundo os vereadores da câmara de Pombal o denunciado havia descomposto “com blasfemias a hum religioso de Sam Francisco que nella fes hũa Caresma [*sic*] e tanto que foi esperar o caminho para o mattar por cujo cazo foi prezo pello Ordinario desta cidade de Coimbra”¹³⁵⁴. João Francisco, o *Trabelho* de alcunha, morador em Rio Frio, Mata Mourisca, tinha por hábito “rogar muitas pragas”¹³⁵⁵. Serafina, criada do vigário de Santiago de Litém, denunciada em 1705, demonstrava ter semelhante costume¹³⁵⁶. Já o padre Salvador Nogueira havia solicitado uma mulher, no acto da confissão, e procedia a curas supersticiosas¹³⁵⁷, enquanto o lourçalense António Carlos de Castor, homem casado, mantinha uma relação ilícita

¹³⁵⁰ Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, livro 349, fl. 72.

¹³⁵¹ Coimbra, AUC, Devassas Penela, livro 74, fl. 96v e livro 79, fls. 39-39v.

¹³⁵² Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, livro 329, fl. 283.

¹³⁵³ Anteriormente, já havia disparado sobre um homem, pelo que foi condenado a cinco anos de degredo para África “o que não vai cumprir por as Justissas terem medo delle”, cf. Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, livro 329, fl. 284.

¹³⁵⁴ Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, livro 311, fl. 525v.

¹³⁵⁵ Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, livro 328, fl. 347.

¹³⁵⁶ Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, livro 325, fl. 336.

¹³⁵⁷ Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, livro 320, fls. 373-375.

com Rosa, solteira, moradora em Malhos, freguesia de Pombal¹³⁵⁸. Eram, portanto, indivíduos que adoptavam posturas desviantes às normas estabelecidas. Neste sentido, poderemos pensar a denúncia como mecanismo de libertação e recuperação de harmonia da comunidade.

Ao estudar a Inquisição de Santiago de Compostela, Jaime Contreras propôs uma metodologia em que distinguiu as proposições em quatro subgrupos: blasfémias; proposições contra o dogma e princípios da fé; proposições contra a Igreja e seus membros; e juízos desviantes em matéria erótico-sexual, isto é, proposições contra a moral¹³⁵⁹. Esta proposta foi posteriormente aplicada, com êxito, ao caso português por autores como Fernanda Olival, Paulo Drumond Braga e Isabel Drumond Braga¹³⁶⁰.

De acordo com esta distribuição verificou-se que no caso em análise sobressaíram as blasfémias, com 32 ocorrências. Por sua vez, 18 dos enunciados colocaram em causa o dogma ou os princípios da Igreja, enquanto apenas quatro visaram a Igreja e os seus membros¹³⁶¹. Na documentação estudada, não localizámos qualquer alusão a proposições contra a moral. Este facto não deixa de ser curioso, uma vez que seriam frequentes os enunciados de cariz sexual, nomeadamente afirmar que a fornicção simples, ou o recurso a prostitutas não constituíam pecado mortal¹³⁶².

O alvo preferido dos blasfemos foi Deus¹³⁶³. No total foram 15 as referências, seguindo-se os santos com oito menções, a Virgem Maria e Cristo com cinco alusões cada. Por norma eram questionados os atributos de Deus, nomeadamente a onnipresença e a onipotência. Tais enunciados surgiam vulgarmente perante adversidades, tais como perda de colheitas ou situações que o autor da proposição considerava injustas. Atentemos em alguns exemplos. As condições meteorológicas foram motivo para a pronúncia de distintas proposições contra Deus. Se tivermos

¹³⁵⁸ Foram delatados, primeira vez, na devassa episcopal do arcediagado de Penela, do ano de 1781. Antes já haviam sido, pela mesma culpa, presos pela justiça secular e conduzidos para a cadeia de Soure, cf. Coimbra, AUC, Devassas Penela, livro 74, fls. 92-92v, 93v, 96v-97. Cf. ainda, Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, livro 415, fl. 160.

¹³⁵⁹ Jaime Contreras, *El Santo Oficio* [...], pp. 554-565.

¹³⁶⁰ Fernanda Olival, “O Controle sobre Proposições [...]”, pp. 661-686; Paulo Drumond Braga, *A Inquisição nos Açores* [...], pp. 293-341; Isabel M. R. Mendes Drumond Braga, *Os Estrangeiros e a Inquisição* [...], pp. 263-280.

¹³⁶¹ Refira-se que optámos por considerar as proposições contra o Santo Ofício como crime contra a Inquisição, pelo que não foram contabilizadas neste capítulo.

¹³⁶² Jaime Contreras, *El Santo Oficio* [...], pp. 563-564 e 627-643; Isabel M. R. Mendes Drumond Braga, *Os Estrangeiros e a Inquisição* [...], pp. 278-279; Juan Antonio Alejandro García, “Inquisición Sevillana [...]”, pp. 1-11.

¹³⁶³ Noutros estudos é visível a mesma realidade. Para o caso português cf. por exemplo, Fernanda Olival, “O Controle sobre Proposições [...]”, pp. 670-671. Para Castela cf., entre outros, Jaime Contreras, *El Santo Oficio* [...], pp. 656, 660-662.

presente que à época estavam praticamente ausentes sistemas explicativos científicos que possibilitassem compreender os fenómenos da natureza e que o infortúnio tendia a ser entendido como castigo divino em virtude do relaxamento dos cuidados com a alma¹³⁶⁴, não surpreende a responsabilização do sagrado. Assim, no início do século XVIII, o já referido Manuel Rodrigues Leal afirmou “sobre Deos dar mais chuva ou menos chuva que devia agora de governar algum diabo”¹³⁶⁵. Mais tarde, corria o ano de 1725, o Abiulense Manuel Leal, irritado com a ocorrência de aguaceiros, afirmou que “ja não avia Deos, nem Santa Maria”¹³⁶⁶. Anos depois, a 11 de Outubro de 1769, João Ferreira, cego de nascimento, ao apresentar-se voluntariamente na Inquisição, revelou ter proferido diversas blasfêmias contra Deus e os Santos, como afirmar que “Deos era hum asno por não mandar chuva”¹³⁶⁷.

A 8 de Janeiro de 1689, António Gomes Balancia compareceu perante os oficiais da câmara de Pombal a fim de pagar uma condenação a que havia sido sujeito no valor de 4.000 réis¹³⁶⁸. Na referida ocasião, o escrivão pretendeu confirmar a quantia “por lhe parecer era mais o dinheiro que se lhe pedia, elle [Balancia] recuzou e dizendo o vereador Luis Botelho de Mello que bem se podia fiar do dito escrivão da camara [...] elle respondera com colera que avia occaziões que nem de Deos se podia fiar hum homem”¹³⁶⁹. Saliente-se ainda o caso delatado em 1707, e que teve como protagonista o já mencionado João Francisco, o *Trabelho*. Furioso por ter despendido 20 mil réis numa demanda judicial, tocante à água de um moinho, clamou “justiça do Padre eterno que me fizerão gastar os meus vinte mil reis, justiça do Inferno ja que a de Deos não pode”¹³⁷⁰.

Distinto foi o caso protagonizado, a 27 de Abril de 1741, pelo pombalense António Gonçalves Carneiro, soldado desertor do Regimento de Dragões de Évora, e por Teresa Lopes, viúva, mendiga, de 70 anos de idade, moradora no lugar do Palão, Vermoil, bispado de Leiria. Segundo consta, nas imediações de um moinho na Ranha de Cima, freguesia de Pombal, António agrediu Teresa com recurso a arma branca e “quiz obrigar a que jurasse na sua mão em como entregava a sua alma ao Diabo e a que

¹³⁶⁴ José Pedro Paiva, “A magia e a bruxaria”, *História Religiosa de Portugal* [...], vol. II, pp. 369-370.

¹³⁶⁵ Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, livro 329, fl. 283.

¹³⁶⁶ Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, livro 355, fl. 258.

¹³⁶⁷ Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, livro 404, fl. 404.

¹³⁶⁸ A título de curiosidade refira-se que os vereadores eram António de Andrade de Silva, Luís Botelho de Melo e Manuel João, Inácio da Silva, procurador do concelho, e Simão da Fonseca de Mancelos, escrivão da câmara, cf. Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, livro 311, fl. 525.

¹³⁶⁹ Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, livro 311, fls. 524-524v.

¹³⁷⁰ Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, livro 328, fl. 347.

renegava de Deos, o que repetio por tres vezes, e repugnando a sobredita como catholica, lhe deo huma facada no peito esquerdo e outra no braço direito e a conculcou com os pes”¹³⁷¹. O Tribunal do Santo Ofício interessou-se pelo sucedido, tendo remetido uma comissão a 24 de Outubro de 1741, ao comissário frei José Rodrigues Maia¹³⁷². Não obstante, o caso acabou por ser arquivado já que as testemunhas haviam presenciado o sucesso à distância, o que as impossibilitou de ouvir as supostas blasfêmias proferidas pelo soldado¹³⁷³.

Os santos constituíram outro dos alvos preferenciais dos autores de proposições. Parte dos enunciados parece resultar do desagrado pelo incumprimento da protecção celeste. Noutros casos quer parecer que estamos apenas perante comentários jocosos. Santo António foi o mais visado, com duas referências. Em 1705, a criada do vigário de Santiago de Litém, Serafina, afirmou que este santo “he animal [...] e vendo o menino Jesus que o santo tinha comsigo disse he seu filho”¹³⁷⁴. Mais tarde, em 1743, Mariana da Conceição, moradora em Água Travessa, Pombal, considerou Santo António “o maior Diabo que tinha o Inferno”¹³⁷⁵. Com apenas uma menção surgiram São Caetano, São Cristóvão, São Francisco e São Lourenço. Refira-se ainda que em duas situações o santo não foi identificado. Segundo uma denúncia do final do século XVII, o vigário de Santiago de Litém, frei Salvador Nogueira, negou celebrar uma missa em honra de São Caetano, por considerar aquele santo “hum begorriha, hum bogio e hum bonifate de seges e que o não achava capas de fazer nada e que quando o via tinha vontade de lhe pegar pelas pernas e de o botar por esses alqueves”¹³⁷⁶. Em 1705, a já mencionada Serafina observando uma imagem de São Cristóvão afirmou “que salvagem he esta e dissí mais vendo a imagem de Sam Francisco que Diabo hera aquillo”¹³⁷⁷. No mês de Agosto de 1740, Francisco Gomes da Silva, rendeiro, morador na Mata Mourisca, ao assistir à trasladação de uma imagem de São Lourenço para uma ermida reedificada, asseverou aos que a transportavam: “vosses levarão ou carregarão com aquelle bebado ou com aquelle ladrão as costas”¹³⁷⁸.

¹³⁷¹ Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, livro 726, fl. 438.

¹³⁷² Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, livro 726, fls. 439-439v.

¹³⁷³ Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, livro 726, fls. 440-440v. A propósito de um outro soldado pombalense pertencente ao mesmo regimento, morador em Évora, acusado em 1738, de ter blasfemado contra a Virgem e Jesus Cristo, cf. Lisboa, AN/TT, Inquisição de Évora, proc. 7551.

¹³⁷⁴ Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, livro 325, fl. 335.

¹³⁷⁵ Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, livro 383, fls. 27, 532-533.

¹³⁷⁶ Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, livro 320, fl. 374.

¹³⁷⁷ Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, livro 325, fl. 335.

¹³⁷⁸ Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, livro 378, fl. 166.

O Tribunal da Fé estava especialmente interessado nas proposições que colocavam em causa a virgindade e a pureza de Maria¹³⁷⁹. Não por acaso um dos poucos processados foi-o em virtude de tocar estas questões. Tratou-se do já mencionado Domingos Dias, do Casal dos Matos, Louriçal, processado por ter emitido distintos juízos contra “a pureza da Virgem Nossa Senhora”¹³⁸⁰. Significativas foram as denúncias de mulheres que se comparavam a Maria¹³⁸¹. Nestes casos não se tratava de negar os atributos da Virgem, mas antes evidenciar e defender a honra da visada. Para o território em estudo localizámos somente duas situações do género. A escolha das figuras evidencia claramente devoções locais. A 22 de Dezembro de 1694, a pombalense Natália da Fonseca, casada com Manuel Curado foi delatada porque 15 anos antes havia dito “que sua irman Brites da Fonsequa, hoje moradora na cidade de Leiria, hera tam virgem como Nossa Senhora do Cardal, sem embargo que a dita Brites da Fonsequa parira dahi a huns outo dias”¹³⁸². Mais tarde, por volta de 1719, uma Maria, solteira, moradora na vila da Redinha, afirmou ser tão pura quanto a Senhora da Estrela¹³⁸³.

As blasfémias contra Cristo foram variadas. Alguns dos enunciados foram proferidos em discussões. Resultavam pois de fúria momentânea. Por exemplo, na primeira década do século XVIII, João Martins, morador em Marinha, freguesia do Louriçal, ao ser repreendido por estar a cavar em terreno alheio retorquiu “que era capaz de cavar nas costas a hum Christo”¹³⁸⁴. Noutros casos o motivo para a evocação de Cristo era de outra índole. Cite-se por exemplo o caso de Mariana da Conceição, de Água Travessa, que afirmava que “havia de ser adorada como o menino Jezus”¹³⁸⁵. Tratava-se de uma mendiga, suspeita de ser feiticeira e como tal odiada e temida pela comunidade. Assim se compreende facilmente semelhante afirmação.

As juras envolvendo o divino parecem ter sido uma constante ao longo da Época Moderna. Na jura é visível a humanização de Deus, sendo frequente jurar pela sua cabeça, barbas, ventre e até unhas. Era ainda comum prestar juramento pelas tripas do

¹³⁷⁹ No tribunal de Coimbra, entre 1541 e 1750, as proposições contra a Virgem foram claramente maioritárias. Elisabete Picão Tomé localizou 83 casos, correspondentes a 34%, cf. Elisabete Picão Tomé, *Blasfémias no Tribunal* [...], pp. 69-70. A propósito de processos envolvendo Nossa Senhora cf. Elvira Cunha de Azevedo Mea, “Nossa Senhora [...]”, pp. 135-158.

¹³⁸⁰ Lisboa, BNP, cod. 865, fl. 295.

¹³⁸¹ Fernanda Olival, “O Controle sobre Proposições [...]”, p. 672.

¹³⁸² Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, livro 317, fls. 186-186v.

¹³⁸³ Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, livro 364, fl. 339.

¹³⁸⁴ Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, livro 349, fl. 72.

¹³⁸⁵ Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, livro 382, fl. 4v.

menino Jesus, e outrossim pela hóstia sagrada¹³⁸⁶. Relativamente ao território em análise, e no que toca à documentação inquisitorial, apenas localizamos duas situações deste tipo¹³⁸⁷. António Francisco, morador em Viuveiro, Vila Cã, costumava jurar “muitas orendas [*sic*] juras afirmando pela crus de Christo [...] fazendo ao mesmo tempo no chão com o dedo cruces e desfazendo-as logo com hira com o pé”¹³⁸⁸. Por seu turno, Serafina foi acusada de ser moça “juradeira e alguma ves jurou pella hostia sagrada”¹³⁸⁹.

Frequentes eram também os enunciados contra os dogmas e princípios da fé. Negava-se a transfiguração de Cristo, a transubstanciação, a Trindade e a existência do Inferno. Foram ainda alvo de enunciados os dias de jejum impostos pela Igreja, as pregações, as procissões e o santo sudário.

Em 1706, o padre Manuel Ferreira da Costa, natural de Matosinhos e assistente na Guia, ao pregar um sermão no púlpito da igreja paroquial da Mata Mourisca afirmou “que as glórias do Monte Thabor forão fíngidas”¹³⁹⁰. Segundo o autor da denúncia, o cura João Fernandes de Almeida, o denunciado persistiu “nos seus erros, por dizer dezejava encontrar-se comigo para disputar sobre elles, e vindo a esta caza os quis defender com philosophias sofisticas”¹³⁹¹.

Por vezes, o desejo dos pregadores em persuadir os fiéis conduzia a enunciados exagerados. É paradigmático o caso que se segue. Em Junho de 1735, foram remetidas duas denúncias contra frei Gaspar dos Réis, capucho, morador no convento de Pombal. Este ao pregar um sermão a 13 de Junho, na igreja do dito convento, pretendendo “hyporbolar o modo com que Santo Antonio excedia aos maos Sanctos na factura dos milagres, o assemelhou com Christo, dizendo que este os fazia por illicito, e imporpcionado modo, e que nesta operasão se equivocava com Christo, Sancto

¹³⁸⁶ *Constituições Synodales do Bispado de Coimbra*, Coimbra, António de Mariz, 1591, fl. 194; Paulo Drumond Braga, *A Inquisição nos Açores [...]*, p. 307; Elisabete Picão Tomé, *Blasfémias no Tribunal [...]*, p. 54; Martí Gelabertó Vilagran, “Inquisición y Blasfemias [...]”, p. 673.

¹³⁸⁷ Por seu turno, nas visitas pastorais estudadas foram delatados sete indivíduos por proposições, seis dos quais por juras. Por exemplo, em 1678, João Manuel, morador na freguesia de Almagreira, foi acusado de ser “homem munto jurador e que jura por juramentos inauditos como pelas tripas de Deos sendo nele este visio ordinario”, cf. Coimbra, AUC, Devassas Penela, livro 26, fl. 102. Mais tarde, na primeira década do século XVIII, Maria Ferreira, negra que obterá carta de alforria, jurava “por Deos Adorado, pellas tripas do menino Jesus, pella virgem sagrada, pellos anjos e outras semelhantes” e ainda “pello dia de Christo e pellos Anjos do Ceo”, enquanto João Fernandes, morador na freguesia de Vila Cã jurava pela hóstia sagrada, cf. Coimbra, AUC, Devassas Penela, livro 53, fls. 243v-244 e 271v.

¹³⁸⁸ Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, livro 358, fls. 99-112.

¹³⁸⁹ Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, livro 325, fl. 336.

¹³⁹⁰ O mesmo sermão já havia sido pregado na ermida de São João, no lugar da Ilha, então freguesia de Mata Mourisca, tendo sido posteriormente repetido na ermida de Nossa Senhora da Guia, lugar da mesma freguesia, cf. Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, livro 328, fls. 345-347v.

¹³⁹¹ Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, livro 328, fls. 345-347v.

Antonio”¹³⁹². No dia 11 do mesmo mês e ano, um outro religioso, frei André dos Réis havia proferido semelhante proposição durante uma pregação¹³⁹³. Não por acaso as três denúncias contra pregadores, por palavras proferidas nos púlpitos, datam da primeira metade de Setecentos. Tal deveu-se à importância que a Inquisição conferiu à matéria nesse período, tendo chegando a expedir um edital através do qual apelou à delação de pregadores duvidosos¹³⁹⁴.

As procissões e pregações suscitaram igualmente alguns comentários. Na segunda metade de Setecentos, Christiano Schneyder ao assistir à procissão do Enterro de Cristo, na companhia de João Batista Farinel, e outros oficiais da Real Fábrica de Chapéus da Gramela, perguntara “para que vinhão ver aquillo”¹³⁹⁵. Numa outra ocasião, referindo-se à pregação afirmara “que os portuguezes heram huns tolos em hir ver aquillo”¹³⁹⁶. De acordo com o testemunho do francês João Batista Aleixo, oficial da mesma fábrica, o réu havia afirmado “que o sudario que mostrava [o pregador] hera hum panno emmundo, e dizendo elle testemunha que hera a imagem de Christo que elle respondera que hera huma cara de materia emunda”¹³⁹⁷. O mesmo homem afirmou que o réu “em outras occazioens tem dito a elle testemunha que a lei evangelica não hera boa e que a sua [Luterana] hera melhor”¹³⁹⁸. Por seu turno, José Rodrigues Monteiro, oficial da mesma fábrica, declarou que Schneyder “em repetidas occazioens lhe mostrava hum livro que elle dizia he a Biblia e lendo nella dizia a elle testemunha que o corpo de Christo não estava na hostia consagrada”¹³⁹⁹.

A vida depois da morte foi matéria que mereceu algumas considerações por parte dos elementos do universo em estudo. No ano de 1786, o louricalense António Carlos de Castor, ao ser repreendido por José Gaspar da Mota, do lugar do Paço, freguesia de Almagreira, em virtude de andar amancebado com certa mulher, negou a existência do Inferno afirmando “que isso hera couza com que nos intimidavão para que

¹³⁹² Segundo frei José Pinto, vigário de Pombal, autor de uma denúncia contra frei Gaspar e outra contra frei André, “he certo que a palavra illicito no sentir dos gramaticos e theologos segnifica couza injusta ou obrada comtra as Leis”, cf. Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, livro 363, fls. 578-582.

¹³⁹³ Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, livro 363, fl. 580.

¹³⁹⁴ José Pedro Paiva, *Baluartes da Fé* [...], p. 133.

¹³⁹⁵ Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, proc. 5752, fl. não numerado.

¹³⁹⁶ Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, proc. 5752, fl. não numerado.

¹³⁹⁷ Na primeira sessão do seu processo, a 3 de Julho de 1762, Schneyder afirmou que “vendo que o pregador mostrava ao povo o Santo Sudario, observara elle reo que a pintura do mesmo [...] estava pouco viva e tinha deformidade [...] disse mais que na mesma converçavam [...] para provar o conceito que formava da pouca arte do pintor [...] acrescentara que em França costumava semelhante pintura ter tres cabeças aludindo á representação da morte de Christo em a cruz e dos dous ladroens que com elle foram crucificados”, cf. Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, proc. 5752, fl. não numerado.

¹³⁹⁸ Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, proc. 5752, fl. não numerado.

¹³⁹⁹ Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, proc. 5752, fl. não numerado.

no Mundo não vivesse cada hum como quizesse”¹⁴⁰⁰. Difusa era a ideia de “que não há mais que nascer e morrer”¹⁴⁰¹. É paradigmático o caso de Serafina, denunciada em 1705, que negou a existência da vida após a morte, afirmando que “coando ella morresse tambem morria sua alma”¹⁴⁰². Como bem asseverou Francisco Bethencourt semelhantes enunciados não espelhavam reflexões em torno da filosofia materialista. Tratava-se sim de pessoas rústicas e analfabetas que comparavam a existência humana à vida dos animais e para quem a alma era algo material, que terminaria na hora da morte¹⁴⁰³.

Os dias de preceito da Igreja foram igualmente alvo de contestação. No início do século XVIII, Manuel Rodrigues Leal, após ter sido repreendido por comer carne em dia defeso, afirmou “que os dias de jejum que ja la hiam”¹⁴⁰⁴. Semelhante ideia era defendida em 1797, por José João, morador no Louriçal, o qual considerava que “em sextas-feiras e sabbados tanto importava comer carne como peixe, porque nos Mandamentos de Deos não se prohibia a carne”¹⁴⁰⁵.

Houve ainda quem tenha emitido considerações sobre a eucaristia. Foi o caso do estudante José Nunes, natural e morador no Casal de Santo António, Louriçal. Em determinada conversa havia publicado a sua descrença em Deus, afirmando “ora mostrem-me em como há Deos. Não há Deos. Qual Deos, nem meio Deos”¹⁴⁰⁶. Após verbalizar tal ideia foi questionado sobre o motivo que o levava à igreja, ao que respondeu “que isso era huma historia que andava introduzida”¹⁴⁰⁷.

Era ainda comum afirmar que as imagens sagradas não passavam de pedra ou madeira, e como tal não conseguiam obrar qualquer milagre, nem tão-pouco eram dignas de qualquer espécie de reverência. Percepção afim ao posicionamento do protestantismo. Foi o caso de Serafina para quem “Nossa Senhora hera hum bocado de pedra que estava no altar”¹⁴⁰⁸.

¹⁴⁰⁰ Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, livro 415, fl. 160.

¹⁴⁰¹ *Documentos para a história da Inquisição [...]*, p. 108.

¹⁴⁰² Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, livro 325, fl. 335.

¹⁴⁰³ Francisco Bethencourt, “Rejeições e Polémicas [...]”, pp. 78-79.

¹⁴⁰⁴ Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, livro 329, fl. 283.

¹⁴⁰⁵ Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, livro 413, fl. 286.

¹⁴⁰⁶ Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, livro 410, fl. 136v. Havia estudado Gramática no Louriçal “em que fês pequeno progresso”. Posteriormente, em 1793, estudou no seminário de Coimbra tendo cursado Retórica e Lógica. Em 1794, voltou ao Louriçal continuado o estudo de Lógica na aula que o padre José Dias Frago, do lugar do Outeiro, Louriçal, leccionava, cf. Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, livro 410, fls. 132-136.

¹⁴⁰⁷ Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, livro 410, fl. 136v.

¹⁴⁰⁸ Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, livro 325, fls. 335-336.

Refira-se por último que dos dez indivíduos que se pronunciaram sobre questões dogmáticas, pelo menos metade sabia ler. Referimo-nos a membros do clero. Entre estes, destaque para o pregador Manuel Ferreira da Costa, estudante matriculado no curso de Cânones da Universidade de Coimbra. Assim sendo, parece claro que se no caso das blasfémias contra Deus, Cristo, a Virgem e os Santos estamos perante uma população predominantemente analfabeta, os juízos sobre questões dogmáticas seriam proferidos sobremaneira por indivíduos que sabiam ler e escrever. Dados que estão claramente de acordo com o avançado por Fernanda Olival¹⁴⁰⁹.

Na Época Moderna criticar o clero era algo bastante comum. Relativamente ao baixo clero, mereciam especial reprovação os que mantinham relações ilícitas, os que trajavam de forma inadequada, os que consumiam vinho de forma exagerada, ou ainda os que realizavam pregações contrárias ao espectável. Por sua vez, as elites clericais eram sobretudo atacadas pelo apego excessivo ao dinheiro e ao luxo. O Papa não escapava às críticas sendo por diversas ocasiões menosprezado. Havia por exemplo, quem comentasse a incapacidade do sumo pontífice mediar em conflitos entre potências europeias¹⁴¹⁰.

Para o território em estudo são particularmente escassos os enunciados contra a Igreja e os seus membros. Localizámos apenas quatro casos. Destes dois tiveram como alvo o sumo pontífice. Assim, em 1729, António Francisco, do Viuveiro, afirmou que o Papa “não hera Santo mas somente um homem”¹⁴¹¹. Idêntico foi o comentário tecido em 1797, por José João para quem a Igreja era “governada por hum homem”¹⁴¹². Semelhantes afirmações pretendiam negar o carácter sagrado do Papa, negando o poder que a autoridade máxima da Igreja tinha de proceder a excomunhões e a perdões¹⁴¹³.

No final de Seiscentos, o já mencionado frei Salvador Nogueira, sendo interrogado por uma paroquiana “que senificava [*sic*] em Dia de Ramos estarem os clerigos huns da parte de dentro da igreja e outros de fora e baterem a porta cantando, respondeo o ditto clerigo denunssiado que erão huns caes que estavam a ladrar huns de fora e outros de dentro, e que o mesmo era quando estavam fazendo alguns officios por alguns defuntos que os clerigos estavam huns de huma banda e outros da outra ladrando

¹⁴⁰⁹ Fernanda Olival, “O Controle sobre Proposições [...]”, p. 673.

¹⁴¹⁰ Jaime Contreras, *El Santo Oficio* [...], pp. 558-560; Isabel M. R. Mendes Drumond Braga, *Os Estrangeiros e a Inquisição* [...], pp. 275-278.

¹⁴¹¹ Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, livro 358, fls. 99-112.

¹⁴¹² Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, livro 413, fl. 286.

¹⁴¹³ Jean-Pierre Dedieu, “El Modelo Religioso [...]”, p. 226; Francisco Bethencourt, “Rejeições e Polémicas [...]”, p. 78.

como cais”¹⁴¹⁴. Por sua vez, Christiano Schneyder ao assistir a um sermão afirmou que o pregador “hera hum representante de comedia”¹⁴¹⁵.

Como parece ter ficado claro as proposições não constituíram preocupação central para o Santo Ofício. Pese a gravidade de algumas das frases delatadas, a esmagadora maioria das denúncias não originou processo. Estes dados parecem evidenciar uma postura de condescendência por parte do Tribunal. Posição a que não terá sido alheia a banalização do delito. Desta forma o aumento de denúncias verificado no século XVIII, não se traduziu num aumento dos autos instaurados. Para os inquisidores seria dado adquirido que os juízos denunciados resultavam, na maior parte das ocasiões, da má doutrinação, da rusticidade e da ignorância dos seus autores e não de ideias heterodoxas concebidas de forma pensada e consciente. Os próprios autores das denúncias demonstravam por vezes semelhante concepção. Por exemplo, em 1710, o padre José da Silva Botelho ao delatar Manuel Viegas informou que “como he rustico não atenderia a isto”¹⁴¹⁶. Na maioria das situações é possível descortinar que as blasfémias eram proferidas perante situações de tensão e de desespero. Tudo resultava de uma excessiva familiaridade com o sagrado, expressa no vocabulário popular. Tais enunciados longe de revelarem qualquer género de descrença, confirmam antes uma forte ligação com o divino. Tal como afirmou Jean-Pierre Dedieu tratava-se de “palavras desafortunadas más que verdaderas herejías”¹⁴¹⁷. A postura do Tribunal apenas foi alterada perante situações consideradas mais graves, ou seja, quando existiam fortes indícios de heterodoxia. Foi por exemplo, o caso do lavrador de Casal dos Matos que colocou em causa a virgindade de Maria; do soldado desertor que supostamente obrigara uma mulher a blasfemar contra Deus; ou ainda do estudante José Nunes que negou a existência desta divindade, não fosse dar-se o caso de, tal como o autor da denúncia frisou, “*causa studis* poderia ter bebido algum venenu”¹⁴¹⁸.

A escassez de processados no território em estudo não permite retirar grandes ilações no que respeita à dureza ou brandura das penas aplicadas. Não obstante, se cruzarmos os dados da nossa pesquisa com a informação dos trabalhos de outros autores

¹⁴¹⁴ Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, livro 320, fls. 374-374v.

¹⁴¹⁵ Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, proc. 5752, fl. não numerado.

¹⁴¹⁶ Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, livro 331, fl. 246.

¹⁴¹⁷ Jean-Pierre Dedieu, “El Modelo Religioso [...]”, p. 208.

¹⁴¹⁸ Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, livro 410, fl. 132.

quer parecer evidente que as penas aplicadas foram, no geral, leves¹⁴¹⁹. Um dos principais motivos de semelhante suavidade parece ser ter sido a política paciente de cristianização dos fiéis, adoptada pela Igreja¹⁴²⁰. Era necessário colocar termo à excessiva familiaridade com o sagrado. No entanto, semelhante tarefa não podia, sob pena de motivar consequências contrárias aos interesses da instituição, ser exercida de forma violenta. A estratégia requeria antes paciência e moderação. Mais do que punir era essencial catequizar uma população mal doutrinalizada¹⁴²¹. A este propósito refira-se a resposta que o cura da Mata Mourisca, padre João Fernandes de Almeida, deu, em 1721, a uma das questões do inquérito enviado pelo Cabido da Sé de Coimbra, por determinação da Academia Real da História Portuguesa: “achei [nesta freguesia] muyta falta de doutrina christã, pois <apenas> havia algum que soubesse os quatorze artigos de nossa Santa Fé Catholica, nem entende-llos distintamente, e isso só algum homem que sabia ler. Puz logo todo cuydado e disvelo em lhes ensinar a doutrina Christã, e lhes fiz aprender todas as orações da Cartilha do M. Ignacio e hoje sabem athe as Benaventuranças”¹⁴²².

2.5 – Solicitação

A *sollicitatio ad turpia*, ou solicitação em confissão, sucedia quando o confessor, no contexto da administração do sacramento da penitência, procurava seduzir o penitente, recorrendo a palavras, gestos e acções, de forma a satisfazer a sua concupiscência¹⁴²³. Não estava em causa o trato ilícito cometido pelo clérigo mas, antes,

¹⁴¹⁹ Elvira Cunha de Azevedo Mea, *A Inquisição de Coimbra* [...], p. 334-335; Paulo Drumond Braga, *A Inquisição nos Açores* [...], p. 340; Isabel M. R. Mendes Drumond Braga, *Os Estrangeiros e a Inquisição* [...], p. 280.

¹⁴²⁰ A expressão é de José Pedro Paiva, *Bruxaria e Superstição num País sem “caça às bruxas” 1600-1774*, 2.ª edição, Lisboa, Editorial Notícias, 2002, pp. 352-354.

¹⁴²¹ Acrescente-se que alguns consideravam que não pecavam ao pronunciar determinadas afirmações, desde que não tivessem premeditação de ofender a Deus. É paradigmático o caso do pombalense António Gomes Balancia, que ao ser repreendido pelas palavras pronunciadas respondera “que bem sabia o que dizia e que Deos o sabia; tem que se elle merese por tal palavra castigado, que Deos o castigaria retificando que tambem ordinariamente se dizia que não avia que fiar de Deos em tempo de Enverno mas que não hera pequado”, cf. Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, livro 311, fl. 524v.

¹⁴²² Coimbra, AUC, Informações Paroquiais de 1721, doc. 155.

¹⁴²³ Sobre este delito em Portugal, cf. Isabel M. R. Mendes Drumond Braga, Paulo Drumod Braga, “Um solicitante na Inquisição de Coimbra no século XVII: o padre António Dias”, *Vértice*, n.º 66, Lisboa, 1995, pp. 97-100; Paulo Drumond Braga, *A Inquisição nos Açores* [...], pp. 421-443; Isabel M. R. Mendes Drumond Braga, *Os Estrangeiros e a Inquisição* [...], pp. 341-345; Ricardo Varela Raimundo, “Sentir Mal do Sacramento [...]”, pp. 11-34; Ricardo Jaime Gouveia, *O Sagrado e o Profano* [...]; Idem, “Sollicitazione in confessionale, Portogallo”, in *Dizionario Storico dell’Inquisizione*, [...], vol. 3, pp. 1455-1459. Para o Brasil colonial, cf. Lana Lage da Gama Lima, “O padre e a moça: o crime de solicitação no Brasil no século XVIII”, *Ler História*, n.º 18, Lisboa, 1990, pp. 25-36; Idem, “Guardiães da

o local e o contexto em que o perpetrava. Assim sendo, a gravidade do delito assentava no abuso do sacramento divino, pelo que os confessores podiam ser considerados hereges, ou pelo menos suspeitos de o ser¹⁴²⁴. A solicitação na medida em que constituía “um sacrilegio cometido en el transcurso de uno de los sacramentos fundamentales de la Iglesia”¹⁴²⁵, passou a estar sob jurisdição do Tribunal da Fé.

O primeiro tribunal inquisitorial com competência para conhecer casos de solicitação foi o de Granada, concretamente a 18 de Fevereiro de 1559, por intermédio de bula de Paulo IV¹⁴²⁶. Os restantes tribunais de distrito castelhanos e aragoneses, apenas obtiveram análoga autoridade em 1561¹⁴²⁷. Em Portugal, o Santo Ofício obteve jurisdição sobre o delito a 12 de Janeiro de 1599, pelo breve *Muneris Nostri*, de Clemente VIII¹⁴²⁸. A 16 de Setembro de 1608, Paulo V por intermédio do breve *Cum Sicut* ampliou as competências do Tribunal, legando-lhe jurisdição exclusiva sobre o

Penitência: O Santo Ofício Português e a Punição dos Solicitantes”, *Inquisição. Ensaio sobre Mentalidade sobre Mentalidade, Heresias e Arte*, organização de Anita Novinsky e Maria Luiza Tucci Carneiro, Rio de Janeiro, Expressão e Cultura, São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 1992, pp. 739-749; Isabel M. R. Mendes Drumond Braga, “Confessar e solicitar no Brasil colonial”, *Inquisição Portuguesa. Tempo, Razão e Circunstância*, coordenação de Luís Filipe Barreto, José Augusto Mourão, Paulo de Assunção, Ana Cristina da Costa Gomes, José Eduardo Franco, Lisboa, São Paulo, Prefácio, 2007, pp. 331-342. Para Espanha cf. Juan Antonio Alejandre, *El Veneno de Dios* [...]; Adelina Sarrión Mora, *Sexualidad y Confesión. La Solicitación ante el Tribunal del Santo Oficio (siglos XVI-XIX)*, Madrid, Alianza Editorial, 1994; Gérard Dufour, *Clero y Sexto Mandamiento. La Confesión en la España del Siglo XVIII*, Valladolid, Ámbito, 1996; Stephen Haliczzer, *Sexualidade no Confessionário* [...]; Bernardo J. López Belinchón, “Sollecitazione in confessionale, Spagna”, in *Dizionario Storico dell’Inquisizione*, [...], vol. 3, pp. 1459-1461. Cf., ainda, Adriano Prosperi, *Tribunali della Conciencia* [...], pp. 508-519; Wietse de Boer, “Sollecitazione in confessionale”, in *Dizionario Storico dell’Inquisizione*, [...], vol. 3, pp. 1451-1455.

¹⁴²⁴ Juan Antonio Alejandre, *El Veneno de Dios* [...], p. 8; Adelina Sarrión Mora, *Sexualidad y Confesión* [...], p. 61.

¹⁴²⁵ Adelina Sarrión Mora, *Sexualidad y Confesión* [...], p. 59. Até então a solicitação tendia a ser um delito análogo a outras práticas que contrariavam o celibato clerical, cf. Ricardo Jaime Gouveia, *O Sagrado e o Profano* [...], p. 89.

¹⁴²⁶ Não obstante, em períodos anteriores a Inquisição já havia procedido contra solicitantes, cf. Ricardo García Cárcel, *Orígenes de la Inquisición Española. El Tribunal de Valencia, 1478-1530*, Barcelona, Ediciones Península, 1976, pp. 212-213; Idem, *Herejía y Sociedad en el Siglo XVI – la Inquisición en Valencia 1530-1609*, Barcelona, Ediciones Península, 1980, pp. 40-41.

¹⁴²⁷ Mais tarde, em 1593, o papa Clemente VIII concedeu à Inquisição castelhana e aragonesa jurisdição privativa sobre a solicitação, cf. Adelina Sarrión Mora, *Sexualidad y Confesión* [...], pp. 60-64.

¹⁴²⁸ Cf. *Collectorio das Bullas e Breves Apostolicos* [...], fls. 83v-84v. Já em 1585, havia sido remetido um Memorial ao Papa, no qual se requeria jurisdição do Santo Ofício sobre o delito, cf. Ricardo Jaime Gouveia, *O Sagrado e o Profano* [...], pp. 28-29 e 102-103. Mais tarde, a 23 de Dezembro de 1596, Filipe II em carta a D. António Matos de Noronha referiu que “a lembrança que fizestes sobre se impetrar outro breve como o há em Castela para a Inquisição proceder contra os sacerdotes que nas confissões solicitarem as suas filhas de penitência me pareceu mui boa e logo mandei escrever ao meu Agente que o pedisse a Sua Santidade, e tanto que vier vo-lo enviarei”, cf. Isaias da Rosa Pereira, *A Inquisição em Portugal* [...], p. 18. Refira-se que em Portugal, à semelhança do que sucedera em Castela e Aragão, a Inquisição procedeu contra solicitantes antes de obter jurisdição sobre o delito, cf. Ricardo Jaime Gouveia, *O Sagrado e o Profano* [...], pp. 104-111. Em Itália, o delito ficou sob jurisdição da Inquisição em 1622, cf. Wietse de Boer, “Sollecitazione in confessionale [...], p. 1451.

crime¹⁴²⁹. Pouco depois, a 29 de Novembro de 1612, novo documento pontifício alargou a acção inquisitorial aos confessores que na administração do sacramento da penitência solicitassem homens¹⁴³⁰. A 30 de Agosto de 1622, o breve de Gregório XV, mais uma vez não dirigido exclusivamente a Portugal, fixou os limites temporais do delito, alargando os comportamentos passíveis de serem sancionados¹⁴³¹. Mais tarde, a 8 de Março de 1634, o tribunal de Lisboa publicou um monitório pelo qual tornou obrigatória a delação dos casos de solicitação, sob pena de excomunhão¹⁴³². Por fim, a 1 de Junho de 1741, Bento XIV através da bula *Sacramentum Paenitentiae*, confirmou todas as disposições anteriores¹⁴³³.

O primeiro regimento da Inquisição portuguesa a referir a solicitação, ainda que de forma sumária, foi o de 1613. No referido documento as sanções a aplicar aos prevaricadores ficaram delegadas ao arbítrio dos inquisidores “conforme á calidade das culpas que cometerão, & da pessoa do delinquente, & mais circunstancias que no caso ouver, conformandose com o direyto”¹⁴³⁴. Coube ao regimento de 1640, estabelecer o código processual a aplicar aos confessores lascivos. Seculares e regulares deviam abjurar de leve suspeita na fé, na Sala do Santo Ofício. Os religiosos deveriam ainda ter a sentença lida, por um notário da Inquisição, no capítulo das suas Casas. Sendo clérigo secular incorria ainda em privação perpétua do exercício da confissão, em suspensão do exercício de ordens entre oito e dez anos, em degredo para fora do bispado, pelo mesmo período de tempo, e em expulsão perpétua da paróquia onde ocorrera a solicitação. O castigo sofreria acréscimo se o confessor tivesse “continuado no ditto crime com devassidão”, ou se tivesse chegado a consumir algum acto sexual¹⁴³⁵. Tratando-se de clérigo regular, além da privação perpétua de poder confessar, ficava sujeito a destituição de voz activa e passiva, entre três e cinco anos, suspensão das ordens pelo mesmo espaço de tempo, degredo para a Casa mais distante da sua Ordem, por um mínimo de oito anos e um máximo de dez, onde permaneceria encarcerado entre um a

¹⁴²⁹ *Collectorio das Bullas e Breves Apostolicos* [...], fls. 84v-85; Jaime Ricardo Gouveia, “Sollecitazione in confessional [...]”, p. 1456.

¹⁴³⁰ A este propósito cf. uma carta do cardeal Milino, datada de 2 de Fevereiro de 1613, na qual informou D. Pedro de Castilho do breve de 1612, in *Collectorio das Bullas e Breves Apostolicos* [...], fls. 85-85v.

¹⁴³¹ Ricardo Jaime Gouveia, *O Sagrado e o Profano* [...], pp. 30-31.

¹⁴³² *Collectorio das Bullas e Breves Apostolicos* [...], fls. 87v-88.

¹⁴³³ Cf. Juan Antonio Alejandre, *El Veneno de Dios* [...], pp. 239-243.

¹⁴³⁴ *Regimento do Santo Officio da Inquisiçam dos Reynos de Portugal*, Lisboa, Pedro Crasbecck, 1613, Título V, capítulo VIII, fl. 26.

¹⁴³⁵ Nestes casos o solicitante incorria em degredo para território ultramarino, cf. *Regimento do Santo Officio da Inquisição dos Reynos de Portugal*, Lisboa, Manuel da Silva, 1640, Livro III, título XVIII, fl. 187.

dois anos. Além disto, ficava também sujeito a jejuns de pão e água e a distintas penas espirituais. O regimento previa a diminuição das penas em determinados casos, como o não ter tido lugar nenhum acto consumado, e a ausência de fama pública e notória. No mesmo sentido, os que se apresentassem voluntariamente antes de estarem denunciados, por duas ou mais testemunhas, gozariam da comiserção do Tribunal. A reincidência no delito equivalia a ter de abjurar de veemente suspeito na fé, a suspensão vitalícia do exercício das ordens, a privação de qualquer ofício, dignidade ou benefício eclesiástico e a impossibilidade de concorrer a outros, e no degredo para as galés, entre oito e dez anos. Sendo regular seria ainda privado para sempre de voz activa e passiva. O Regimento estipulou ainda que os confessores que aconselhassem os penitentes solicitados a não denunciar os casos ao Santo Ofício fossem castigados¹⁴³⁶. Tais disposições passaram em grande medida para o regimento de 1774, texto que reconheceu ser este “gravissimo Delicto muito mais fragilidade, que malicia”¹⁴³⁷.

O delito contou sempre com fracas percentagens no quadro repressivo inquisitorial. Na Península Itálica, no período compreendido entre 1547 e 1794, os casos de solicitação julgados pelo tribunal de Veneza representaram unicamente 3,3%. Por sua vez, no tribunal do Friuli, entre 1557 e 1786, a percentagem foi de 4,5%¹⁴³⁸. De igual forma, a Inquisição espanhola registou percentagens diminutas de solicitantes, sendo que entre 1540 e 1700, o delito representou apenas 2,5% do total de processados pelos 19 tribunais de distrito¹⁴³⁹. Em Portugal o cenário não foi diferente. Entre 1606 e 1674, os solicitantes processados representaram somente 0,3% do total de sentenciados pela instituição¹⁴⁴⁰. O tribunal de Coimbra julgou a maioria dos casos (65,4%), seguido pelo congénere de Lisboa (26,9%) e finalmente pelo tribunal de Évora (7,7%). Segundo José Veiga Torres ao longo do funcionamento do tribunal conimbricense terão sido processados apenas 73 solicitantes, que corresponderam a uns meros 0,7% do total de

¹⁴³⁶ *Regimento do Santo Offício da Inquisição dos Reynos de Portugal*, Lisboa, Manuel da Silva, 1640, Livro III, título XVIII, fl. 189.

¹⁴³⁷ *Regimento do Santo Offício da Inquisição dos Reinos de Portugal*, Lisboa, Miguel Manescal da Costa, 1774, Livro III, título XV, p. 134.

¹⁴³⁸ Francisco Bethencourt, *História das Inquisições* [...], p. 270.

¹⁴³⁹ Francisco Bethencourt, *História das Inquisições* [...], p. 272. Por exemplo, de 1560 a 1700, o tribunal de Santiago processou 40 confessores, o que correspondeu a 1,8% dos sentenciados por aquela instância. Neste tribunal na segunda metade do século XVI, o delito representou somente 1,4%. Por sua vez, na centúria seguinte verificou-se um aumento da repressão sobre solicitantes, com o delito a subir aos 2,3%, cf. Jaime Contreras, *El Santo Oficio* [...], pp. 466-467.

¹⁴⁴⁰ Jaime Ricardo Gouveia, *O Sagrado e o Profano* [...], pp. 194-195.

processados por aquele juízo¹⁴⁴¹. A Sul, o tribunal de Évora terá julgado tão-somente sete clérigos entre 1533 e 1688, o que equivaleu a menos de 1% dos processados naquele distrito¹⁴⁴². Por sua vez, no tribunal olisiponense, entre 1681 e 1700, o delito representou 4,1% do total de indivíduos sentenciados¹⁴⁴³. Nas áreas sob jurisdição do Santo Ofício de Lisboa as percentagens foram um pouco mais elevadas. No arquipélago dos Açores os solicitantes representaram 12,3%¹⁴⁴⁴, enquanto na Madeira a percentagem foi de 9%¹⁴⁴⁵.

De igual modo, os casos registados no decorrer das visitas inquisitoriais foram pouco significativos. Por exemplo, na visita a Braga realizada em 1618, foram registados quatro casos¹⁴⁴⁶. Nos Açores, no decurso da visita de 1575-1576, foi denunciado apenas um caso de solicitação¹⁴⁴⁷. Por sua vez, a visita realizada em 1619-1620, ao mesmo arquipélago, resultou no conhecimento de 12 casos, o que correspondeu a 12,4% do total de situações denunciadas¹⁴⁴⁸. Na visita da Inquisição à Madeira em 1618, entre delatados e confessos 24% eram clérigos, e destes 72,2% estiveram implicados por solicitação¹⁴⁴⁹. Menos significativos foram os números registados na visita a Santarém, ocorrida em 1624-1625, em que a solicitação representou apenas 1% dos casos denunciados¹⁴⁵⁰. De igual forma, no Brasil os casos de solicitação foram exíguos¹⁴⁵¹.

No espaço geográfico em apreço, 24 confessores solicitantes foram denunciados ao Tribunal da Fé¹⁴⁵². Não obstante, apenas dois foram presos e sentenciados. A 1 de Março de 1769, o padre Manuel Gomes de Oliveira, vigário de Santiago de Litém, foi

¹⁴⁴¹ José Veiga Torres, “Uma Longa Guerra Social: os Ritmos [...]”, p. 70. Acrescente-se que entre 1541 e 1605, o tribunal conimbricense apenas tomou conhecimento de duas ocorrências, o que equivaleu a 0,04% do total de denúncias, cf. Elvira Cunha de Azevedo Mea, *A Inquisição de Coimbra* [...], p. 280.

¹⁴⁴² António Borges Coelho, *Inquisição de Évora* [...], vol. 1, p. 270.

¹⁴⁴³ Fernanda Olival, “O Controle sobre Proposições [...]”, p. 669.

¹⁴⁴⁴ Paulo Drumond Braga, *A Inquisição nos Açores* [...], pp. 170 e 438.

¹⁴⁴⁵ Isabel M. R. Mendes Drumond Braga, “A Inquisição e a Sociedade Madeirense [...]”, pp. 190, 214-221. Entre 1690 e 1719, os solicitantes representaram 5% dos denunciados, cf. Maria do Carmo Jasmins Dias Farinha, “A Inquisição na Madeira [...]”, p. 880.

¹⁴⁴⁶ Maria da Conceição Costa Carneiro, *A População Bracarense* [...].

¹⁴⁴⁷ Paulo Drumond Braga, *A Inquisição nos Açores* [...], pp. 166-167.

¹⁴⁴⁸ Paulo Drumond Braga, *A Inquisição nos Açores* [...], pp. 167 e 425. Este número não será alheio ao facto de apenas em 1618, ter sido publicado, na Sé de Angra, o breve de Paulo V de 1608, cf. Idem, *Ibidem*, p. 425.

¹⁴⁴⁹ Fernanda Olival, “A Inquisição e a Madeira [...]”, pp. 767 e 784-785.

¹⁴⁵⁰ Paula Paula Marçal Lourenço, “Uma Visita da Inquisição de Lisboa [...]”, p. 587.

¹⁴⁵¹ Sonia A. Siqueira, *A Inquisição Portuguesa* [...], pp. 227 e 255.

¹⁴⁵² Este número poderá ser provisório. Por um lado, não foram ainda encontrados diversos cadernos de solicitantes. Por outro, dos espécimes existentes não foi autorizada a leitura dos livros 624, 625, 631, 642 e 692. Refira-se que dois dos clérigos contabilizados eram moradores em conventos fora do espaço em questão, mas haviam delinquido nas paróquias em análise.

entregue ao alcaide dos cárceres do tribunal de Coimbra, Afonso José de Oliveira, pelo familiar José Pedro da Costa, de Ansião¹⁴⁵³. Mais tarde, a 31 de Janeiro de 1795, frei João da Venda, franciscano da Província de Santo António, deu entrada no mesmo calabouço, tendo sido conduzido, do convento de Pombal para Coimbra, pelo familiar João Gonçalves, negociante da cidade do Mondego¹⁴⁵⁴. Tal facto evidência que o número de processados, relativamente aos denunciados, foi muito diminuto. Esta realidade não constituiu um fenómeno local. Na verdade, em Portugal, no decurso dos séculos XVI e XVII, entre 920 solicitantes denunciados, apenas 78 foram efectivamente processados¹⁴⁵⁵. Diversos motivos contribuíram para o arquivamento das denúncias, entre os quais, a existência de uma única testemunha de acusação¹⁴⁵⁶; a qualidade, condição, ou falta de crédito, das solicitadas¹⁴⁵⁷; o facto do teor da delação ter sido por vezes considerado inconclusivo¹⁴⁵⁸; a existência de testemunhos falsos¹⁴⁵⁹; a negação do

¹⁴⁵³ Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, livro 282, fl. 326v. No 33.º caderno dos solicitantes do tribunal conimbricense pode ler-se: “tirou-se daqui o sumario tocante ao padre frei Manoel Gomes de Oliveira e juntamente o credito da testemunha do dito sumario. Contado no auto de 1759”, cf. Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, livro 733, fl. não numerado [após fl. 531]. O seu processo foi referido no *Inventário dos Processos da Inquisição de Coimbra* [...], vol. II, p. 422. Infelizmente, não localizámos o documento. Refira-se que a conduta deste eclesiástico era reprovável noutros campos. Em visita pastoral já havia sido delatado por diversos crimes, nomeadamente por possuir uma criada com menos de 50 anos de idade, o que ia contra as pastorais dos bispos, não redigir os assentos de baptismo e por desamparar a igreja. Pelo que havia sido pronunciado a livrar-se preso com suspensão por despacho de 29 de Dezembro de 1768, cf. Coimbra, AUC, Devassas Penela, Extractos de culpados, livro 2, fl. 36 e livro 3, fl. 76.

¹⁴⁵⁴ Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, livro 282, fl. 369. “Tirou-se daqui hũa denuncia extrajudicial contra o padre frei Joam da Venda, morador em Pombal para se ajuntar ao seu processo do anno de 1795”, cf. Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, livro 652, fl. 71. Quer parecer que este indivíduo e frei João de Santa Clara, referido no *Inventário dos Processos da Inquisição de Coimbra* [...], p. 434, serão na verdade a mesma pessoa. Não localizámos o processo deste capucho, no entanto descobrimos uma série de requerimentos com vista à comutação da pena a que foi sujeito, cf. Lisboa, AN/TT, Inquisição de Lisboa, proc. 15362. Segundo esta documentação este religioso havia sido preso a 4 de Fevereiro de 1795, ou seja, menos de uma semana depois de frei João da Venda. Acresce que no livro de registo de entrada nos cárceres não consta nenhum frei João de Santa Clara.

¹⁴⁵⁵ O tribunal de Évora processou somente 2,9% dos denunciados e o de Lisboa 4,9%. Já a Inquisição de Coimbra sentenciou 14% dos solicitantes delatados. De referir que a maior parte de processados residia na diocese de Coimbra, cf. Jaime Ricardo Gouveia, *O Sagrado e o Profano* [...], pp. 196-197, 203 e 207.

¹⁴⁵⁶ Jaime Ricardo Gouveia, *O Sagrado e o Profano* [...], pp. 153, 201. Stephen Haliczer, *Sexualidade no Confessionário* [...], pp. 81-82. No caso em estudo, a maioria dos solicitantes delatados, a saber 13, tiveram contra si apenas uma testemunha, sendo exigido um mínimo de duas para o caso prosseguir.

¹⁴⁵⁷ Foi o caso de Clara de Morais tida como mulher mal acostumada, “que como assim seja merese menos credito”, cf. Lisboa, AN/TT, Conselho Geral do Santo Ofício, Habilitações Incompletas, doc. 4802, fl. 2v.

¹⁴⁵⁸ Refira-se novamente o caso de Clara solicitada em 1698, pelo vigário de Pombal, frei Mateus Cardoso Cordeiro. Ao analisar a denúncia os inquisidores consideraram “pelas sercunstancias e formais palavras que disse não parese solesitação formal porque ainda que as tais palavras mostrem que se emcaminhavão a mau fim prensipalmente sendo ditas no confisionario a donde prensipalmente se deve repreender o pecado por ser em ofensa de Deos, e não pello credito e reprobção da pinitente; e em elle dizer a penitente que não tivesse trato com aquelle tal homem porque elle dito homem avia de publicar o seu defeito dizendo lhe mais a palavra, já se fora hum de nos, mostrava que repreendia o pecado mais por ser contra o credito da pinitente que por ser em ofensa de Deos, porem em não continuar com a pratica se mostra que ou não diria o que a denunsiação contem e falsamente o denunsiaria a dita molher [...] ou o diria inadvertidamente repreendendo primeiro o pecado e em segundo lugar o credito da pinitente e em

sucedido pela solicitada¹⁴⁶⁰; e a apresentação voluntária do confessor solicitante, o que por norma apenas sucedia quando o sacerdote receava ser delatado ou tomava conhecimento de ter sido já denunciado¹⁴⁶¹.

No espaço geográfico em apreço, o primeiro caso de solicitação chegou ao conhecimento da Inquisição em 1684. No século XVII, apenas outra denúncia foi remetida ao tribunal conimbricense, concretamente em 1699. Os restantes casos foram delatados no século XVIII: 12 na primeira metade da centúria e dez na segunda¹⁴⁶², o que evidencia um aumento significativo do número de solicitantes delatados na centúria de Setecentos¹⁴⁶³.

advertensia diria então as sobreditas palavras”, cf. Lisboa, AN/TT, Conselho Geral do Santo Ofício, Habilitações Incompletas, doc. 4802, fls. 4v-5.

¹⁴⁵⁹ Com alguma frequência, a Inquisição foi utilizada como arma em conflitos locais. O caso ocorrido em 1795, com o padre José Joaquim da Silva Bessa e Veiga, coadjutor do Lourical, acusado de ter solicitado duas raparigas evidencia tal realidade, cf. Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, livro 651, fls. 447-509.

¹⁴⁶⁰ Por exemplo, em Março de 1742, o tribunal de Coimbra recebeu uma denúncia contra o padre Sebastião Pereira, capelão das Carmelitas do Lourical, segundo a qual este havia solicitado Maria Castoa, sua criada de 20 anos de idade. No entanto, ao ser interrogada pelo Santo Ofício Castoa negou ter sido provocada para actos torpes. O comissário que executou a diligência expôs que “sem embargo do que me deixou duvidoso o modo com que respondia aos interrogatorios da comissão e dizendo lhe eu alguma couza para a sossegar da perturbação que lhe conheci do que me respondeo alcancei que ella intendia que não estava obrigada a depor a verdade fora de confissão quando a sua verdade cauzava mal a alguém ao que lhe respondi que ia errada, e lhe expliquei a obrigação em que estava pello juramento que tinha e a grande culpa que cometia se calase alguma couza que soubese do que lhe tinha perguntado, e perturbando se cada vez mais como pessoa que me pareceo de pouco e grozeiro juizo persistio no que tinha deposto”, cf. Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, livro 640, fls. 8-15. Certamente que, neste episódio, terá pesado a dependência económica e social da criada face ao suposto solicitante, sendo provável que o clérigo a tenha ameaçado e coagido para que esta negasse ter sido aliciada. A vulnerabilidade desta jovem era ainda maior pelo facto de ser natural de outra freguesia e pela sua idade precoce. Para que arriscar perder a sua única mais-valia, isto é, a boa fama, o crédito e a reputação? Por outro lado, seria dificultoso provar ter sido de facto solicitada, pois sendo serviçal do confessor não faltariam ocasiões para que este pudesse satisfazer a sua concupiscência fora do contexto confessional. Acrescente-se que no caso em apreço, além do abuso do sacramento o clérigo desrespeitou claramente as *Constituições do Bispado de Coimbra* que estipulavam que nenhum clérigo tivesse em sua casa mulheres com idade inferior a 50 anos, cf. *Constituições Synodales do Bispado de Coimbra*, Coimbra, António de Mariz, 1591, fl. 83v. Acrescente-se uma Pastoral do Bispo Conde de 14 de Outubro de 1741, na qual fora ordenado “em virtude do Espírito Santo e de obediência sob pena de suspensão, *ipso facto*, do exercício das ordens a todos os sacerdotes e mais clérigos de ordens sacras nossos súbditos que não conservem em casa mulher alguma que tenha menos de cinquenta anos completos, excepto sendo mãe ou irmã ou sobrinha filha de irmão ou irmã, as quais poderão servir com criados de menos idade que a de cinquenta anos que sejam em todo o caso de louváveis costumes e boa fama”, cf. Manuel Augusto Rodrigues, “As Preocupações Apostólicas [...]”, pp. 141-142.

¹⁴⁶¹ Foi o caso de frei Manuel da Expectação que a 14 de Fevereiro de 1743, compareceu no tribunal de Coimbra onde confessou as suas culpas, tendo a solicitada denunciado o caso perante o notário do Santo Ofício, João Rodrigues Ventura, a 21 de Fevereiro de 1743, ou seja, 7 dias depois da apresentação. Não quer parecer que se tenha tratado de um arrependimento repentino do frade, tanto mais que o caso havia sucedido na Quaresma de 1741. Sobre estes aspectos cf. Juan Antonio Alejandre, *El Veneno de Dios* [...], pp. 163-167; Adelina Sarrión Mora, *Sexualidad y Confesión* [...], pp. 342-346.

¹⁴⁶² Ressalte-se que duas das denúncias dadas no século XVIII, reportavam a factos ocorridos na centúria anterior. Por exemplo, a denúncia remetida por Pedro da Costa a 5 de Janeiro de 1707, informava de um episódio ocorrido em 1684, cf. Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, livro 326, fl. 482.

¹⁴⁶³ Paulo Drumond Braga, *A Inquisição nos Açores* [...], pp. 432-438; Jaime Ricardo Gouveia, *O Sagrado e o Profano* [...], pp. 159, 191. A propósito do aumento de denúncias no século XVIII, refira-se

A maioria dos denunciados pertencia ao clero secular. Estavam nesta condição 15 indivíduos, enquanto nove integravam o clero regular, concretamente cinco franciscanos da Província de Santo António, três freires professores da Ordem de Cristo e um frade Mariano¹⁴⁶⁴. No que respeita à residência destes confessores, seis residiam em Pombal¹⁴⁶⁵, cinco no Louriçal, quatro em Abiul, dois na Redinha¹⁴⁶⁶, outros tantos em Almagreira, um na Mata Mourisca e outro em Santiago de Litém¹⁴⁶⁷. Os restantes ainda que tenham prevaricado no território em estudo habitavam fora deste espaço. Assim, frei Mateus de Santa Teresa residia no seu convento de Aveiro, enquanto frei Gaspar de São Bernardino, morava em Coimbra, onde era mestre das reparações que então se faziam no colégio de São Boaventura¹⁴⁶⁸.

A documentação analisada revelou-se bastante deficitária no que respeita à idade dos solicitantes. Apenas conhecemos a idade de dois confessores. Frei Manuel da Exaltação tinha 44 anos, enquanto frei João de Santa Clara tinha já completado 55 anos de idade¹⁴⁶⁹. Comparando estes dados com os obtidos por Ricardo Jaime Gouveia para os séculos XVI e XVII, verifica-se que no caso em estudo a média de idades não andaria longe dos 47,5 anos, registados pelo referido autor¹⁴⁷⁰. Entretanto esclareça-se que a idade arrolada não se referia ao início do delito mas antes ao seu *terminus*.

que o número de cadernos de solicitantes aumenta exponencialmente nesta centúria, cf. Maria do Carmo Jasmins Dias Farinha, *Os Arquivos da Inquisição* [...], pp. 248-249.

¹⁴⁶⁴ Nos séculos XVI e XVII, os tribunais de Évora e de Lisboa receberam um maior número de denúncias contra elementos do clero regular, tendo igualmente processado mais religiosos que confessores seculares. Pelo contrário, no congénere conimbricense 56,4% das delações recaíram sobre clérigos seculares, sendo que este tribunal processou 40 elementos do clero secular contra apenas 11 regulares. Entre religiosos a maioria era composta por franciscanos, cf. Jaime Ricardo Gouveia, *O Sagrado e o Profano* [...], pp. 167-172, 209-213. Nos tribunais espanhóis a maioria dos solicitantes pertenciam ao clero regular. Por exemplo, entre 1723 e 1820, 981 dos denunciados pertenciam ao clero secular, enquanto 2794 eram membros de ordens religiosas. Entre os sentenciados a maioria pertencia igualmente ao clero regular, cf. Stephen Haliczer, *Sexualidade no Confessionário* [...], p. 109. Cf., igualmente, Adelina Sarrión Mora, *Sexualidad y Confesión* [...], pp. 239-242.

¹⁴⁶⁵ Refira-se que frei Caetano de Santa Teresa, morador no convento do Cardal, ao ser denunciado assistia em Lisboa. O comissário encarregue de averiguar a veracidade do caso mencionou que o religioso fora a Roma para tirar o hábito e se achava clérigo em Lisboa, cf. Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, livro 639, fl. 545v.

¹⁴⁶⁶ Quando foram denunciados assistiam ambos em Lisboa.

¹⁴⁶⁷ Ao tempo da denúncia o padre Salvador Nogueira, que havia sido vigário encomendado de Santiago de Litém, assistia “pera as partes de Nossa Senhora da Thocha e tem seo patrimonio na villa de Cantanhede”, cf. Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, livro 320, fl. 375.

¹⁴⁶⁸ Mais tarde, em 1707, este religioso residia no convento do Cartaxo, cf. Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, livro 326, fl. 482.

¹⁴⁶⁹ Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, livro 647, fl. 447; Inquisição de Lisboa, proc. 15362, fl. 1v. A propósito das idades dos solicitantes refira-se um outro caso, não contabilizado no presente estudo. Frei Henrique de Jesus Maria, capucho, natural de Lisboa, morador no convento da Pedreira, onde era lente de Filosofia, tinha 27 anos quando solicitou uma lourçalense estando esta assistente no convento de Santa Ana, extramuros de Coimbra, cf. Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, livro 651, fl. 712.

¹⁴⁷⁰ No referido estudo as idades dos clérigos processados variaram entre os 28 e os 71 anos, cf. Jaime Ricardo Gouveia, *O Sagrado e o Profano* [...], pp. 221-222. Nos Açores a média de idades dos padres

A administração do sacramento da penitência impunha um clero suficientemente instruído. No entanto, a formação dos confessores seria, em muitos casos, rudimentar, patenteando níveis de instrução doutrinária insuficientes e ignorância quanto à forma de administrar correctamente o sacramento¹⁴⁷¹. Esta situação, classificada por Frei Luís de Granada como calamidade da Igreja¹⁴⁷², motivou, por exemplo, a fundação de duas cátedras de *Casos de Consciência* por D. frei Bartolomeu dos Mártires¹⁴⁷³. Paralelamente, assistiu-se à proliferação de *Sumas de Casos de Consciência* e *Manuais de Confissão*, com destaque para a *Summa Caietana* de Tomás de Vio, publicada primeira vez em 1525, e o *Manual de confessores e Penitentes* de Navarro, cuja primeira edição traduzida em português data de 1560¹⁴⁷⁴. Segundo as *Constituições Sinodais do Bispado de Coimbra*, de 1591, o confessor deveria ser homem “letrado na sagrada escriptura, ou direyto canonico, ou ao menos saber os canones penitenciais, & casos de consciencia, & que saiba discernir os peccados, pois ha de ser juiz delles”¹⁴⁷⁵. No caso em análise são raros os elementos referentes à formação dos confessores delinquentes. Segundo as fontes apenas dois seriam portadores de grau académico: frei Mateus Cardoso Cordeiro, vigário da igreja de São Martinho de Pombal, delatado em 1700, era bacharel em Teologia, enquanto José Fernandes da Costa, clérigo do hábito de São Pedro, morador nos Ramalhais, freguesia de Abiul, denunciado em 1739, era bacharel em Cânones. Os estudos do capucho frei Manuel da Exaltação haviam sido mais elementares. Na infância havia aprendido latim, primeiro em Cantanhede e, posteriormente, em Coimbra. Mais tarde, aos 20 anos de idade professou, tendo então estudado Moral. O padre Agostinho Machado de Abreu, cura da Mata Mourisca, seria

solicitantes foi de 50 anos. Neste arquipélago o solicitante mais novo tinha 25 anos, enquanto o mais velho tinha 72, cf. Paulo Drumond Braga, *A Inquisição nos Açores* [...], pp. 438-439. Em alguns casos os solicitantes tinham idades bastante avançadas. Foi o caso de um franciscano de 81 anos de idade, processado pela Inquisição de Lisboa, cf. Ricardo Varela Raimundo, “Sentir Mal do Sacramento [...]”, p. 26. Também Sarrión Mora, detectou um caso similar, cf. Adelina Sarrión Mora, *Sexualidad y Confesión* [...], p. 233. De resto no tribunal de Cuenca os clérigos começavam a solicitar entre os 30 e os 50 anos, cf. Idem, *Ibidem*, p. 231. No congénere de Sevilha a idade média dos solicitantes foi de 48 anos, cf. Juan Antonio Alejandre, *El Veneno de Dios* [...], p. 50. Haliczzer estimou como média de idade dos solicitantes os 46 anos, tendo a maioria idades compreendidas entre os 35 e os 50 anos de idade, cf. Stephen Haliczzer, *Sexualidade no Confessionário* [...], pp. 122-123.

¹⁴⁷¹ Maria de Lurdes Correia Fernandes, “Do Manual de Confessores ao Guia de Penitentes. Orientações e Caminhos da Confissão no Portugal pós-Trento”, *Via Spiritus. Revista de História da Espiritualidade e do Sentimento Religioso*, vol. 2, Porto, 1995, p. 48.

¹⁴⁷² João Francisco Marques, “Confissão [...]”, p. 453.

¹⁴⁷³ João Francisco Marques, “Confissão [...]”, pp. 453-454.

¹⁴⁷⁴ Sobre a evolução da produção literária penitencial em Portugal cf. Maria de Lurdes Correia Fernandes, “Do Manual de Confessores [...]”, pp. 47-65.

¹⁴⁷⁵ *Constituições Synodales do Bispado de Coimbra*, Coimbra, António de Mariz, 1591, fl. 10.

“homem de poucas letras, e que he mais dado a cassador do que a lição dos livros”¹⁴⁷⁶. Por outro lado, no ano de 1763, o comissário frei Francisco José Marques, vigário de Tapéus, após realizar uma diligência por parte do Santo Ofício tocante ao padre Inácio, sacerdote do hábito de São Pedro, morador na Redinha, referiu que este “não he dos milhores estudantes”¹⁴⁷⁷. Tais dados parecem evidenciar que parte significativa manifestava débil preparação intelectual¹⁴⁷⁸.

A documentação estudada permitiu vislumbrar um pouco da personalidade e carácter destes homens. O atrás mencionado Agostinho Machado de Abreu seria homem de carácter duvidoso, que suscitava medo nos paroquianos “porque os descompoem de palavra”¹⁴⁷⁹. Já o padre José Mendes, coadjutor do Louriçal, foi descrito por uma das solicitadas como “fofite e alegre, e amigo de zombar e amigo de conversar com pesoas femeninas, como tambem muntas vezes se alegrava com vinho mas não perdia o juizo”¹⁴⁸⁰. Por sua vez, o padre Inácio, da Redinha, era “amigo de se tratar bem, tem munta parte de fufice e informando-me das suas acções achey que muntas nam sam dadas ao seo habito, porque sendo sacerdote do habito de Sam Pedro tem sido curioso em falar com molheres ainda nas ruas [...] era muito inquieto em sua caza com a sua gente”¹⁴⁸¹. Mais tarde, em 1779, uma Josefa Lourença, casada com José António, seareiro, do lugar dos Vascos, Almagreira, sendo chamada a depor num sumário contra o padre João Ferreira de Azevedo, “dice que sabia pello ver e conhecer que o reverendo denunciado fora sempre mal procedido e sabia pello ouvir dizer com publicidade que já quatro mossas delle parirão”¹⁴⁸². Perante estes dados é forçoso concluir que estes indivíduos estavam longe do arquétipo de confessor consagrado pelas constituições diocesanas, segundo as quais o confessor deveria ser “pessoa discreta, virtuosa, & de bom exemplo”¹⁴⁸³. Tratavam-se sobremaneira de homens que patenteavam falta de vocação para o sacerdócio, reduzida aceitação pelo celibato sacerdotal, e cuja intimidade proporcionada pela administração da confissão e matérias esquadrihadas, durante a mesma, propiciavam a transgressão¹⁴⁸⁴.

¹⁴⁷⁶ Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, livro 373, fl. 288.

¹⁴⁷⁷ Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, livro 648, fl. 169.

¹⁴⁷⁸ Semelhante realidade foi detectada no tribunal de Cuenca, cf. Adelina Sarrión Mora, *Sexualidad y Confesión* [...], pp. 247-253.

¹⁴⁷⁹ Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, livro 373, fl. 288.

¹⁴⁸⁰ Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, livro 729, fl. 330v.

¹⁴⁸¹ Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, livro 648, fl. 169.

¹⁴⁸² Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, livro 650, fl. 123v.

¹⁴⁸³ *Constituições Synodales do Bispado de Coimbra*, Coimbra, António de Mariz, 1591, fl. 10.

¹⁴⁸⁴ Jaime Ricardo Gouveia, *O Sagrado e o Profano* [...], p. 220.

Caracterizados os confessores solicitantes, interessa conhecer o perfil das 24 penitentes solicitadas¹⁴⁸⁵. No que respeita ao local de residência, sete destas mulheres eram moradoras na freguesia do Louriçal, quatro em Abiul, três em Almagreira, Pombal e Redinha, duas em Santiago de Litém e uma em Vila Cã¹⁴⁸⁶. Quanto ao estado religioso das penitentes 19 eram solteiras e apenas cinco haviam contraído matrimónio¹⁴⁸⁷. Entre as solteiras, duas encontravam-se recolhidas em conventos no momento da sedução. Assim, em 1684, Úrsula Teresa residia no convento do Louriçal, quando foi aliciada por frei Gaspar de São Bernardino. Um século depois, em 1794, a também louriçalense Felícia Clara de Castro, filha de António Carlos de Castor, foi seduzida quando estava “dentro da clausura do convento de Santa Anna extra muros da cidade de Coimbra”¹⁴⁸⁸.

O grupo em análise tinha idades compreendidas entre os 19 e os 52 anos de idade¹⁴⁸⁹. A esmagadora maioria tinha menos de 35 anos, sendo a média de idades 29,3 anos. Tal como no caso dos confessores a idade registada é a da data da denúncia, existindo casos em que o delito ocorrera vários anos antes. Por exemplo, em 1795, Mariana, solteira, do lugar da Torneira, freguesia do Louriçal, de 19 anos, denunciou ter sido aliciada pelo padre José Joaquim da Silva Bessa e Veiga no ano anterior. Por outro lado, em 1760, Teresa Maria de Jesus, moradora em Abiul, de 52 anos de idade, delatou um episódio sucedido sete anos antes, ou seja, quando tinha 45 anos de idade¹⁴⁹⁰. Esta situação era recorrente, sendo que na maioria dos casos mediavam diversos anos entre o delito e a denúncia¹⁴⁹¹. Neste campo o recorde foi estabelecido pela já mencionada Úrsula Teresa que apenas deu conta de ter sido assediada 23 anos mais tarde. Diversos

¹⁴⁸⁵ O número de solicitadas terá de ser obrigatoriamente maior uma vez que desconhecemos as penitentes aliciadas por frei Manuel Gomes de Oliveira, vigário de Litém, e frei João da Venda, morador no convento do Cardal. Refira-se que foram contabilizadas duas penitentes que tendo sido solicitadas fora do espaço em questão, denunciaram o caso quando moradoras no mesmo.

¹⁴⁸⁶ Ao tempo da denúncia uma das solicitadas morava em Lisboa.

¹⁴⁸⁷ Em Espanha 53,1% das solicitadas eram solteiras, 35,5% casadas e 11,4% viúvas, cf. Stephen Haliczzer, *Sexualidade no Confessionário* [...], p. 135. No tribunal de Sevilha a percentagem de solteiras foi superior: 54% solteiras, 38% casadas e 7% viúvas, cf. Juan Antonio Alejandre, *El Veneno de Dios* [...], p. 65.

¹⁴⁸⁸ Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, livro 651, fls. 708-713.

¹⁴⁸⁹ A idade das solicitadas nem sempre foi registada. Tal sucedeu em 14 ocasiões. Nos séculos XVI e XVII, a maioria das solicitadas tinha idades compreendidas entre os 18 e os 30 anos, cf. Jaime Ricardo Gouveia, *O Sagrado e o Profano* [...], pp. 225-226. No Brasil as penitentes tinham menos de 31 anos, cf. Isabel M. R. Mendes Drumond Braga, “Confessar e Solicitar [...]”, p. 341. Para Espanha, Haliczzer encontrou uma idade média de 27 anos, cf. Stephen Haliczzer, *Sexualidade no Confessionário* [...], p. 131. No tribunal de Sevilha a maioria tinha menos de 35 anos de idade, cf. Juan Antonio Alejandre, *El Veneno de Dios* [...], p. 70. Por seu turno, no congénere de Cuenca a maior parte das penitentes aliciadas tinha idades compreendidas entre 18 e 27 anos, cf. Adelina Sarrión Mora, *Sexualidad y Confesión* [...], pp. 274-275.

¹⁴⁹⁰ Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, livro 646, fls. não numerados [entre os fls. 230 e 231].

¹⁴⁹¹ Em Espanha a primeira solicitação sucedia em média seis anos antes da denúncia, cf. Stephen Haliczzer, *Sexualidade no Confessionário* [...], p. 131.

motivos poderiam contribuir para o retardar da denúncia. Entre estes poderia constar o parecer errado de confessores pouco conscienciosos. Foi o caso de Maria da Conceição de Lemos Gameira, moradora em Abiul, mulher de José Soares Godinho. Esta fora solicitada por volta de 1677, sendo então solteira e moradora em Seiça, Ourém, mas apenas denunciou o caso em 1684, alegando que “suposto que isto sucedeo há já alguns annos por conselho de hum confessor dilatou até agora esta denunciação, em que melhor aconselhada satisfaz a esta obrigação, por descargo de sua conciencia”¹⁴⁹².

As solicitadas provinham de diferentes estratos sociais, ainda que comumente pertencessem às camadas mais desfavorecidas¹⁴⁹³. Na documentação compulsada apenas existem dados para uma pequena parte das penitentes. Para as que existem dados, verificou-se que a maioria detinha ligações ao sector artesão¹⁴⁹⁴. Maria, solteira, do lugar dos Vascos, solicitada em 1737, era filha de João Ferreira, oficial de ferreiro¹⁴⁹⁵. Por sua vez, Catarina Maria, seduzida por volta de 1738, era filha de Manuel da Cunha, carpinteiro da vila de Pombal¹⁴⁹⁶. Rosa Maria, solteira, moradora no Paço, freguesia de Almagreira, provocada em 1754, era filha do alfaiate João Gonçalves¹⁴⁹⁷. Já Maria, solteira, moradora na freguesia de Abiul, solicitada cerca de 1735, era “alfaata [*sic*] que vive de sua industria e fazenda”¹⁴⁹⁸. As referências ao sector agrícola são muito escassas. Somente duas das solicitadas trabalhavam no campo, sendo que entre as tarefas desempenhadas se contava “gramar linho, arrendar e chaxar milho”¹⁴⁹⁹. Relativamente às camadas mais baixas da sociedade apenas existe menção a outro sector, o da criadagem¹⁵⁰⁰. No entanto, apenas uma mulher pertencia a este grupo.

¹⁴⁹² Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, livro 630, fl. 5. Ao tomar conhecimento de um caso de solicitação, o confessor estava obrigado a advertir a penitente para que denunciase a situação ao Santo Ofício, negando-lhe a absolvição enquanto não o fizesse, cf. Juan Antonio Alejandre, *El Veneno de Dios* [...], pp. 154-155. Perante este exemplo é perfeitamente plausível admitir que muitos casos de solicitação nunca tenham sido denunciados, tendo semelhantes casos sido “benévolamente tratado y concluido por la absolución comprensiva de algún otro confesor de conciencia poco escrupulosa, que evitó el procesamiento”, cf. Idem, *Ibidem* [...], p. 49.

¹⁴⁹³ Jaime Ricardo Gouveia, *O Sagrado e o Profano* [...], pp. 55 e 226. A mesma realidade foi registada em Espanha, cf. Juan Antonio Alejandre, *El Veneno de Dios* [...], p. 68; Stephen Haliczer, *Sexualidade no Confessionário* [...], p. 130.

¹⁴⁹⁴ Em Espanha número considerável de solicitadas tinha ligações a este ramo, cf. por exemplo, Stephen Haliczer, *Sexualidade no Confessionário* [...], p. 130.

¹⁴⁹⁵ Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, livro 729, fls. 309 e 313.

¹⁴⁹⁶ Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, livro 639, fl. 535.

¹⁴⁹⁷ Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, livro 643, fl. 366.

¹⁴⁹⁸ Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, livro 639, fl. 359.

¹⁴⁹⁹ Referimo-nos a Mariana e, sua prima, Maria, do lugar da Torneira, freguesia do Lourçal, presumivelmente solicitadas em 1794, pelo padre José Joaquim da Silva Bessa e Veiga, cf. Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, livro 651, fl. 451.

¹⁵⁰⁰ No estudo de Haliczer as criadas representaram 6% das solicitadas, cf. Stephen Haliczer, *Sexualidade no Confessionário* [...], p. 131.

Tratou-se de Maria Castoa, solteira, de 20 anos de idade, natural do Covão, freguesia de Mata Mourisca, moradora no Louriçal, criada do padre Sebastião Pereira, e solicitada pelo mesmo por volta de 1740¹⁵⁰¹. A propósito de uma outra penitente, a saber Clara de Morais, mulher de José Mendes, as fontes apenas indicaram ser muito pobre¹⁵⁰². Mas a solicitação recaiu de igual forma sobre mulheres de estratos sociais mais elevados. Por exemplo, a louriçalense Úrsula Teresa era irmã do sargento-mor daquela vila, e familiar do Santo Ofício, João de Andrade Mesquita¹⁵⁰³. Por seu turno, D. Luísa Maria de Melo, seduzida no início do século XVIII, por frei Mateus de Santa Teresa, religioso mariano, havia contraído matrimónio com José Mascarenhas de Figueiredo, familiar do Santo Ofício, e era filha de Manuel Vaz Preto Monteiro, secretário da Mesa da Consciência, também ele familiar da Inquisição¹⁵⁰⁴.

De forma a satisfazer os desejos carnis os confessores empregaram estratégias distintas, que foram desde a utilização de simples palavras até à consumação de actos sexuais¹⁵⁰⁵. O recurso à palavra constituiu uma das formas mais usuais de transmissão de sentimentos e paixões. Tenhamos em consideração alguns exemplos. Em 1732, o padre Joaquim Ribeiro, natural de Pombal e assistente ao tempo do delito na Redinha, estando na capela de Nossa Senhora da Estrela, solicitou Maria residente no Alvito, “dizendo que lhe queria muito que assim lhe quizera ela”¹⁵⁰⁶. Mais tarde, no ano de 1739, o padre José Fernandes da Costa, dos Ramalhais, Abiul, solicitou uma outra Maria, moradora em Serodio, lugar da mesma freguesia, afirmando ter “desej[os] com vossemece”¹⁵⁰⁷. Noutras ocasiões o discurso oral incidiu sobre os atributos físicos da penitente. Por exemplo, em 1738, frei Caetano de Santa Teresa, morador no convento do Cardal, elogiou uma Catarina Maria, afirmando que “era muito fermosa e que queria dar lhe hũa prenda mas que havia descobrir o peito”¹⁵⁰⁸. Idêntico foi o caso denunciado à Inquisição em 1760, envolvendo o padre Joaquim de Melo, vigário de Abiul, o qual tentou Teresa Maria de Jesus, moradora naquela vila, dizendo-lhe “que era muito

¹⁵⁰¹ Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, livro 640, fls. 8-15.

¹⁵⁰² Acrescente-se que fisicamente “esta moça não era mal paresida”, Lisboa, AN/TT, Conselho Geral do Santo Ofício, Habilitações Incompletas, doc. 4802, fl. 2v.

¹⁵⁰³ Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, livro 326, fl. 482.

¹⁵⁰⁴ Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, livro 694, fl. 269; Lisboa, AN/TT, Conselho Geral do Santo Ofício, Habilitações, José, mç. 7, doc. 126.

¹⁵⁰⁵ Sobre estes aspectos cf. Juan Antonio Alejandro, *El Veneno de Dios* [...], pp. 85-146; Ricardo Jaime Gouveia, *O Sagrado e o Profano* [...], pp. 35-69.

¹⁵⁰⁶ Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, livro 637, fl. 466.

¹⁵⁰⁷ Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, livro 639, fl. 359.

¹⁵⁰⁸ Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, livro 639, fl. 535.

airosa”¹⁵⁰⁹. Pouco depois, a 16 de Abril de 1763, Mariana Josefa, assistente na Redinha, acusou o padre Inácio morador na mesma vila de lhe ter dito em acto de confissão “que eu lhe parecia bem e que me queria muito”¹⁵¹⁰. Por sua vez, em 1794, o padre José Joaquim da Silva Bessa e Veiga, coadjutor na igreja do Louriçal, preferiu comentar a indumentária de Mariana elogiando “muito humas roupinhas que trazia vestidas as quais lhe vio na occazião que ella sobio para o degrau do confessorio tempo com que pelo aperto da gente lhe cahio a capa de hum hombro e no acto da mesma confissão lhe esteve perguntando quem lhas deo e oferecendo se lhe para lhe dar outras ou hum lenço”¹⁵¹¹.

Não raras vezes, a penitente ao confessar matérias de cariz sexual, despertava a lascívia no confessor, o qual aproveitava a oportunidade para intentar satisfazer os seus desejos¹⁵¹². Nesta conformidade, em 1768, Maria, solteira do lugar da Maçoeira, freguesia de Santiago de Litém, confessando-se com frei Salvador, franciscano morador no convento do Cardal, pronunciando-se “em materias contra a castidade elle lhe disse que lhe falase ella depois da confissão porque lhe queria dar o remedio para estas tentacoes, como ja tinha dado a outras pessoas e com effeito falando com ella fora da confissão no mesmo dia de tarde (porque de manham não houve ocazião) na capella do Senhor dos Milagres [...] ahi lhe principiou elle a falar nas ditas materias e com palavras e accoes deshonestas a solicitou para actos torpes”¹⁵¹³.

Concomitantemente, os confessores recorreram à linguagem gestual. Sinais com a boca, os olhos, as mãos, os pés e a testa, ou inclusivamente a exibição dos órgãos genitais serviram o propósito dos solicitantes. Por norma, estes movimentos constituíam complementos a mensagens anteriormente transmitidas, quer por via oral, quer pela escrita¹⁵¹⁴. Por exemplo, em 1761, Isabel Francisca, do lugar do Paço, Almagreira, denunciou o padre Bernardo de Almeida, vigário daquela paróquia, referindo que este lhe havia dirigido alguns “asenos e lhe impiscava os olhos”¹⁵¹⁵. Dois anos mais tarde, Mariana Josefa ao acusar o padre Inácio, afirmou que “elle do mesmo conficionario lhe fazia varias accois como eram pondo a sua mão direita na boca, na testa e nos olhos e

¹⁵⁰⁹ Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, livro 646, fl. não numerado [entre os fls. 230-231].

¹⁵¹⁰ Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, livro 648, fl. 156.

¹⁵¹¹ Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, livro 651, fl. 457v.

¹⁵¹² Sobre isto cf. Juan Antonio Alejandre, *El Veneno de Dios* [...], pp. 65-68; Jaime Ricardo Gouveia, *O Sagrado e o Profano* [...], pp. 60-61.

¹⁵¹³ Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, livro 649, fl. 407. Refira-se que ao tempo do delito o religioso encontrava-se paroquiando aquela freguesia em virtude do vigário se encontrar ausente, cf. Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, livro 649, fl. 415v.

¹⁵¹⁴ Juan Antonio Alejandre, *El Veneno de Dios* [...], pp. 134-146.

¹⁵¹⁵ Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, livro 647, fl. 53v.

tambem cosandosse na cabessa cujas accois foram muitas vezes e do mesmo lugar em que ella testemunha vinha no conhecimento de que eram para mão fim estas acções”¹⁵¹⁶.

Por norma, as palavras e os gestos eram acompanhados de acções concretas. Assim, em 1731, Isabel Nogueira, moradora na Machada, Pombal, confessando-se com Manuel da Fonseca, freire professo da Ordem de Cristo e beneficiado na igreja de São Martinho, terá implorado ao dito clérigo “a não perseguisse com alguma pertença inhonesta que *extra confessionem* lhe tinha feito, elle lhe respondeo que se algũa acçam lhe fizera fora porque a amava como sua irmam, e pedindo lhe por tres vezes perdam no mesmo tempo a apertou com as mãos pella cintura”¹⁵¹⁷. O padre José Mendes, coadjutor no Louriçal, além de proferir diversas palavras a uma Maria ter-lhe-á pedido “osculos, fazendo a deligencia para lhe meter as mãos nos peitos”¹⁵¹⁸. Noutra ocasião “fes toda a deligencia por lhe meter as mãos nos peitos, proferindo juntamente as palavras que lhe tinha munto amor, lançando lhe a mão ao pescoço por modo de abraço”¹⁵¹⁹. Mais tarde, Francisco Gonçalves da Cruz, capelão do recolhimento de Jesus Maria José de Santa Teresa do Louriçal, denunciado a 10 de Abril de 1769, solicitou Maria do Lado, recolhida naquele espaço, pronunciando “palavras de demaziado carinho e amor” e tocando-lhe com “a mão varias vezes em huma face”¹⁵²⁰.

Persuadir a penitente revelou-se, não poucas vezes, tarefa árdua. Quando as penitentes se mostravam relutantes em ter relações sexuais com o ministro de Deus, alguns confessores optavam por recorrer a proposições heréticas como forma de alcançar os seus propósitos. Tentavam sobremaneira desculpabilizar os seus comportamentos, negando o pecado em que incorriam¹⁵²¹. É paradigmático o caso do padre José Mendes, que ao solicitar uma Maria do lugar dos Vascos, freguesia de Almagreira, afirmou “não ser peccado estas accois mas amor que lhe tinha”¹⁵²². Noutros casos a convivência das penitentes podia ser alcançada através da oferta de bens matérias, tais como alimentos ou peças de vestuário, mas também dinheiro, realidade intimamente ligada à pobreza da maioria das solicitadas¹⁵²³. Por exemplo, em 1698, frei Mateus

¹⁵¹⁶ Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, livro 648, fl. 164.

¹⁵¹⁷ Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, livro 364, fl. 217 e livro 637, fl. 478.

¹⁵¹⁸ Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, livro 729, fl. 313v.

¹⁵¹⁹ Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, livro 729, fl. 315.

¹⁵²⁰ Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, livro 649, fl. 79.

¹⁵²¹ Juan Antonio Alejandre, *El Veneno de Dios* [...], pp. 108-116; Jaime Ricardo Gouveia, *O Sagrado e o Profano* [...], pp. 43-46.

¹⁵²² Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, livro 729, fls. 309 e 315v.

¹⁵²³ Sobre esta realidade cf. Paulo Drumond Braga, *A Inquisição nos Açores* [...], pp. 425 e 431; Isabel M. R. Mendes Drumond Braga, “Confessar e Solicitar [...]”, p. 341; Jaime Ricardo Gouveia, *O Sagrado e o Profano* [...], pp. 55-59. Em Espanha alguns dos solicitantes emprestavam ao penitente quantias de

Cardoso Cordeiro terá dado a Clara de Morais “doze vinteis no confessorio”¹⁵²⁴. Em 1794, o padre José Joaquim da Silva Bessa e Veiga pretendeu oferecer peças de vestuário a uma sua confessada, entre as quais um lenço¹⁵²⁵. O mesmo clérigo mandou entregar à mesma penitente, por intermédio de um rapaz de oito anos de idade, um pão e metade de um queijo flamengo¹⁵²⁶.

Pelo grau de intimidade que conferia, a confissão assumia-se como circunstância e local ideal para proceder à troca de correspondência amorosa¹⁵²⁷. Assim, em 1677, frei Manuel de São Francisco, solicitou Maria da Conceição de Lemos Gameiro e “lhe meteo hũa carta de amores em o peito”¹⁵²⁸. No início da segunda metade do século XVIII, o padre Inácio escreveu várias cartas a Guiomar Teresa Luísa “que dizião que lhe queria falar em segredo”¹⁵²⁹. Por seu turno, a lourçalense Felícia Clara de Castor recebeu de frei Henrique de Jesus Maria, “hũa impura correspondencia de cartas que a denunciante já queimou”¹⁵³⁰.

Alguns dos transgressores aproveitavam a oportunidade surgida pela administração do sacramento para agendarem encontros futuros, sendo que em determinados casos o confessor procurava dissimular os seus verdadeiros intentos. Por exemplo, em Janeiro de 1754, o padre João Ferreira, dos Vascos, freguesia de Almagreira, confessando Rosa Maria no “acto da confissão sacramental e antes de lhe conferir a absolvição a rogou para lhe falar de noite em alguma parte com o pretexto de lhe dizer humas couzas de muita importancia, e que não erão para mau fim”¹⁵³¹. Segundo a solicitada o padre a “enganara dizendo lhe que lhe queria ensinar humas orasois da Via Sacra, e que pera isso tanto que ella ouvisse hum tiro de noute fosse a hum tal sitio a hum pinhal”¹⁵³². Ao deslocar-se ao pinhal do Arneiro, pelas 19:00 horas, logo o clérigo a provocou para actos torpes, ao que se seguiu cópula carnal¹⁵³³. Por sua

dinheiro em troca de favores sexuais, cf. Stephen Haliczzer, *Sexualidade no Confessionário* [...], pp. 116-117.

¹⁵²⁴ Lisboa, AN/TT, Conselho Geral do Santo Ofício, Habilitações Incompletas, doc. 4802, fl. 2v.

¹⁵²⁵ Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, livro 651, fl. 458.

¹⁵²⁶ Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, livro 651, fl. 459.

¹⁵²⁷ Juan Antonio Alejandre, *El Veneno de Dios* [...], p. 29; Jaime Ricardo Gouveia, *O Sagrado e o Profano* [...], pp. 51-53.

¹⁵²⁸ Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, livro 630, fl. 5.

¹⁵²⁹ Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, livro 648, fl. 166.

¹⁵³⁰ Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, livro 651, fl. 713.

¹⁵³¹ Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, livro 643, fls. 366v-367.

¹⁵³² Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, livro 643, fl. 370; livro 650, fls. 123v-124v.

¹⁵³³ Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, livro 643, fl. 367-367v. Da relação resultou a penitente engravidar. Ao tomar conhecimento da gravidez o clérigo ter-lhe-á dito “vai bugiar que eu nunca te botei nada dentro”, cf. Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, livro 643, fls. 370v-371; livro 650, fls. 120v.

vez, o padre Inácio camuflou os seus intentos dizendo a Guiomar Teresa querer-lhe falar em segredo fora do confessional porque “a queria avizar de hũas pessoas que a andavam cataneando, com as quais ella falava sem o saber e que pello discursso do tempo viera ella testemunha no conhecimento de que era para mão fim por varias accois que lhe fazia”¹⁵³⁴.

Por vezes a consumação do acto tinha lugar no próprio confessional, ou lugar onde o sacramento fosse administrado¹⁵³⁵. No território em apreço apenas foi registado o caso do franciscano frei Gaspar de São Bernardino, o qual indo pregar os sermões da Quaresma de 1689, ao Louriçal, solicitou Maria Arnão, colocando nas mãos da penitente “as suas partes deshonestas, e fizera poluição”¹⁵³⁶.

A estratégia empregue passou igualmente pela simulação do acto de confissão¹⁵³⁷. No final do século XVII, o padre Salvador Nogueira, vigário de Santiago de Litém, de forma a camuflar os actos libidinosos, sobretudo porque “o marido da sobredita irma cazada suspeitava ou entendia o ditto padre tinha trato ilisito com ella se fingia a mesma doente e o mandava chamar pera com elle se comfekar por ser seo parcho e o sobredito hia e com a capa da confição tinha actos carnis com ella, fazendo primeiro diligenssia com a gente que em caza da mesma se achava que sahisse pera fora”¹⁵³⁸.

As autoridades eclesiásticas demonstraram enorme preocupação perante a proximidade excessiva entre os clérigos e as denominadas filhas espirituais¹⁵³⁹. Sobre o já referido padre Agostinho Machado de Abreu recaíram diversas denúncias a propósito do relacionamento que este mantinha com onze mulheres congregadas num espaço localizado no Casal da Clara “que consta de humas pequenas cazas e com poucos comodos”, de que fora instituidor o próprio cura “divulgando para isso que tinha licença”¹⁵⁴⁰. Segundo Francisco Xavier de Almeida Castelo Branco, familiar do Santo

¹⁵³⁴ Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, livro 648, fl. 166.

¹⁵³⁵ Jaime Ricardo Gouveia, *O Sagrado e o Profano* [...], pp. 46-47.

¹⁵³⁶ Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, livro 629, fl. 7. Na mesma data, o mesmo religioso solicitou Úrsula Teresa pedindo-lhe “hum osculo no confissionario que ella lhe não quis dar”, cf. Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, livro 326, fl. 482.

¹⁵³⁷ Sobre este aspecto cf. Juan Antonio Alejandre, *El Veneno de Dios* [...], p. 35; Jaime Ricardo Gouveia, *O Sagrado e o Profano* [...], p. 61.

¹⁵³⁸ Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, livro 320, fls. 373-373v.

¹⁵³⁹ Pedro Vilas Boas Tavares, “Molinosismo e Desculpabilização”, *Via Spiritus. Revista de História da Espiritualidade e do Sentimento Religioso*, vol. 2, Porto, 1995, p. 227. Para distintos teólogos, como Páramo e Venero, a existência de trato ilícito entre confessor e filha espiritual ainda que praticado fora do acto confessional e após largo período desde a administração do sacramento não deixava de constituir solicitação, cf. Juan Antonio Alejandre, *El Veneno de Dios* [...], pp. 43-46.

¹⁵⁴⁰ Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, livro 373, fl. 314.

Ofício, o pároco tinha “hum conficionario na igreja em que confeça as ditas recolhidas, o que tem feito por forma que se mete elle dentro e a penitente tão bem e fechando se com duas portas ficão ambos dentro, sem que de fora se vejão nem confeçor, nem penitente [...] e huma Caterina da Costa que foi do rancho das beatas do dito padre cura e sua confeçada dizia que do cura se não devia fiar mulher honrada, e que o rancho era huma putaria, e que quando se confeçavão com elle de madrugada, ou á noute sahião do dito confecionario suadas dezabotoadas e com os peitos á mostra”¹⁵⁴¹.

Como já foi referido, para evitar abusos na administração do sacramento da penitência foi introduzido o móvel do confessionário. No território em estudo, os dados compulsados permitem verificar que as directrizes tridentinas no respeitante à obrigatoriedade do móvel confessional foram de facto cumpridas¹⁵⁴². Na verdade, a maioria das penitentes referiu ter sido aliciada no confessionário, sendo que os únicos casos em que tal não sucedeu tiveram lugar no século XVII.

No que respeita aos autores das denúncias verificou-se que na esmagadora maioria das situações foram as próprias solicitadas a patentear o acontecimento¹⁵⁴³. Tenhamos presente que o penitente tinha 12 dias para denunciar o caso, sob pena de excomunhão, devendo fazê-lo pessoalmente na sala do Tribunal ou por intermédio de pessoa da sua confiança¹⁵⁴⁴. Ainda assim, apenas uma das aliciadas teve oportunidade de comparecer pessoalmente na Mesa do Santo Ofício. Tratou-se de Rosa Maria, do Paço, freguesia de Almagreira, a qual na manhã de 6 de Agosto de 1754, compareceu em Coimbra, na casa do oratório da Inquisição, perante o inquisidor Sebastião Pita de Castro¹⁵⁴⁵. Duas das penitentes seduzidas delataram diante de um comissário do Santo Ofício, enquanto uma das aliciadas acusou o seu confessor perante um familiar da instituição. Referimo-nos a Isabel Francisca, também ela moradora no lugar do Paço, a qual em 1761, dirigiu-se a casa do louriçalense Francisco Xavier de Almeida e Castelo Branco “e preguntando por mim, me dise que ella tinha cauza pertencente ao Santo Oficio e que me queria dar a conta, respondi lhe que me não pertencia ouvilla que fose

¹⁵⁴¹ Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, livro 373, fls. 336-337.

¹⁵⁴² A propósito dos confessionários conhecemos alguns dados relativos ao ano de 1811. A passagem dos franceses pelo Louriçal resultou na destruição de “dois confisionarios que havia na mesma igreja [matriz] aonde se confessavão as mulheres do povo” e “dois confessionários onde se confessavam as recolhidas”, cf. Coimbra, AUC, Invasões Francesas, Cat-Cor.B.Pimenta, doc. 120. Na Mata Mourisca, pela mesma altura, foi destruído “hum novo confessionario feito de pao de pinho de Flandes” e, outrossim, os confessionários do santuário de Nossa Senhora da Guia, cf. Coimbra, AUC, Invasões Francesas, Cat-Cor.B.Pimenta, doc. 121.

¹⁵⁴³ Cf. Jaime Ricardo Gouveia, *O Sagrado e o Profano* [...], pp. 130-152.

¹⁵⁴⁴ Jaime Ricardo Gouveia, *O Sagrado e o Profano* [...], p. 154.

¹⁵⁴⁵ Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, livro 643, fls. 366-368.

ter com hum comissario ou com o parcho, respondeu me que não podia ser, porque não tinha licença de seu marido para hir fora da terra, compadeci me della e ouvia”¹⁵⁴⁶. Este episódio evidencia um facto relevante. A limitação à liberdade de movimentos da mulher, realidade intimamente ligada à questão da honra familiar¹⁵⁴⁷ e que poderá ter impedido algumas penitentes de denunciar os abusos perpetrados por confessores no contexto da administração do sacramento da penitência.

Não obstante, o meio mais utilizado pelas aliciadas consistiu na delação escrita. Cinco das solicitadas valeram-se deste método, sendo que quatro remeteram as missivas a comissários do Santo Ofício e uma directamente aos inquisidores conimbricenses. Assim, em 1760, Teresa Maria de Jesus, moradora em Abiul, escreveu ao comissário de Pombal José Anastácio de Sousa¹⁵⁴⁸. Em 1763, o mesmo agente recebeu denúncias por parte das irmãs Mariana e Guiomar, residentes na Redinha¹⁵⁴⁹. Mais tarde, em 1789, a Abiulense, Ana Joaquina de Amaral Osório, referiu o seu caso ao vigário da vila e comissário do Santo Ofício, José Caetano Rebelo de Tavares e Mesquita¹⁵⁵⁰. Por sua vez, Maria do Lado, assistente no recolhimento do Carmo, da vila do Louriçal, remeteu directamente as suas denúncias aos inquisidores de Coimbra, primeiro em Maio de 1766, e posteriormente em Abril de 1769¹⁵⁵¹. Por fim, refira-se que na ausência de agentes inquisitoriais algumas das solicitadas procuraram o pároco local para que este remetesse a sua denúncia. Foi o caso de uma Maria, do lugar do Serodio, a qual em 1739, declarou ter sido solicitada perante o vigário de Abiul, frei José Moreira David pedindo-lhe que “fizesse [a denúncia] em seo nome por ser mulher e não saber ler nem escrever”¹⁵⁵².

Em sete ocasiões os agentes das denúncias foram parentes, amigos ou vizinhos das solicitadas. Os confessores tiveram igualmente um papel importante, tendo sido responsáveis por seis participações. Por seu turno, os missionários apostólicos remeteram duas acusações ao Tribunal. Por exemplo, a 4 de Novembro de 1702, frei Domingos do Rosário, missionário do Varatojo, estando em missão em Pombal,

¹⁵⁴⁶ Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, livro 647, fls. 53-53v. Posteriormente, a denúncia foi remetida por este familiar ao comissário de Vinha da Rainha, Felisberto da Silva Pimentel. Pouco depois, a 8 de Abril de 1761, os inquisidores de Coimbra incumbiram o comissário de Pombal, José Anastácio de Sousa, de averiguar o caso e o crédito da denunciante. O mesmo notificou Isabel a comparecer em Pombal, onde a interrogou a 24 de Abril.

¹⁵⁴⁷ Sobre esta questão cf. Stephen Haliczer, *Sexualidade no Confessionário* [...], pp. 133-136.

¹⁵⁴⁸ Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, livro 646, fls. não numerados [entre os fls. 230 e 231].

¹⁵⁴⁹ Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, livro 648, fls. 156 e 158.

¹⁵⁵⁰ Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, livro 652, fl. 76.

¹⁵⁵¹ Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, livro 649, fls. 79 e seguinte não numerado.

¹⁵⁵² Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, livro 639, fl. 359.

denunciou o caso sucedido com D. Luísa Maria de Melo “por não poder fazer para descargo de sua consciencia pessoalmente, nem por carta esta denunciação me pediu a quisesse fazer por ella”¹⁵⁵³. Por último, registre-se a colaboração entre Ordinário e Inquisição, tendo sido remetidos sumários tocantes a solicitantes em duas ocasiões. Assim, a 5 de Março de 1779, foi expedido para o Santo Ofício um “treslado dos ditos das testemunhas que depuzerão em huma denuncia que do Juizo Ecclziastico desta cidade se mandou tirar contra o padre João Ferreira de Azevedo do lugar dos Vascos freguezia de Almagreira”¹⁵⁵⁴; enquanto em 1795, foi enviado um “treslado de ditos de testemunhas que jurarão por parte da justiça eclesiástica desta cidade e bispado de Coimbra na denúncia contra o reverendo Joze Joaquim de Bessa, coadjutor na igreja do Louriçal”¹⁵⁵⁵.

A pena mais vezes aplicada, pela Inquisição aos sacerdotes solicitantes, consistiu na abjuração de leve suspeita na fé, sendo que apenas uma pequena percentagem foi condenada a abjurar de veemente. Recorde-se que o relaxamento ao braço secular não era passível de ser aplicado a réus solicitantes¹⁵⁵⁶. No caso em estudo apenas conhecemos a sentença de um dos processados. Referimo-nos ao já mencionado frei João de Santa Clara, cuja sentença foi publicada a 24 de Julho de 1795¹⁵⁵⁷. O acórdão compreendeu diversas sanções a saber, abjuração de leve, privação perpétua da administração do sacramento da penitência, da celebração da eucaristia e do exercício de voz activa e passiva, suspensão do exercício das ordens por nove anos, degredo para o convento mais remoto da sua Ordem pelo mesmo período, sendo o primeiro ano de cárcere e penitências *pro gravioribus*¹⁵⁵⁸. Paralelamente, foi impedido de reentrar na freguesia de Pombal, por ter sido o lugar onde havia delinquido, sendo sujeito a penitências espirituais, a instrução ordinária e ao pagamento das custas do processo¹⁵⁵⁹. Tratou-se portanto de uma sentença típica aplicada a confessores regulares solicitantes.

¹⁵⁵³ Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, livro 694, fl. 269.

¹⁵⁵⁴ Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, livro 650, fls. 123-124v.

¹⁵⁵⁵ Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, livro 651, fls. 454-466.

¹⁵⁵⁶ *Regimento do Santo Officio da Inquisição dos Reinos de Portugal*, Lisboa, Miguel Manescal da Costa, 1774, Livro III, título XV, p. 134. A propósito refira-se que em Portugal, nos séculos XVI e XVII, 68% dos solicitantes penitenciados abjuraram de leve, sendo que apenas 4% dos sentenciados abjurou de veemente suspeito na fé. Sobre as penas aplicadas cf. Jaime Ricardo Gouveia, *O Sagrado e o Profano* [...], pp. 235-241.

¹⁵⁵⁷ A sua sentença foi lida na Mesa conimbricense e em seguida no colégio de Santo António da Pedreira, perante o prelado e a restante comunidade, cf. Lisboa, AN/TT, Inquisição de Lisboa, proc. 15362, fl. 9.

¹⁵⁵⁸ Foi degredado para o convento de Cantanhede, cf. Lisboa, AN/TT, Inquisição de Lisboa, proc. 15362, fl. 4.

¹⁵⁵⁹ Lisboa, AN/TT, Inquisição de Lisboa, proc. 15362, fls. 1 e 9.

Mas quais terão sido as verdadeiras consequências da sentença para os confessores e para as localidades em que haviam prevaricado? O conjunto de penas aplicadas teria com toda a certeza um forte impacto no seu quotidiano, nomeadamente a nível económico. O degredo e a suspensão, neste caso perpétua, da administração de sacramentos, impossibilitavam que o clérigo pudesse obter qualquer género de proventos¹⁵⁶⁰. Por este motivo, foram inúmeros os requerimentos remetidos ao Conselho Geral suplicando a comutação das penas, alegando não raras vezes o estado de miséria em que se encontrava o eclesiástico¹⁵⁶¹. O caso em análise não constituiu excepção. No ano de 1796, frei Bernardo da Madre de Deus, guardião do convento de Nossa Senhora da Conceição, da vila de Cantanhede, requereu licença para que frei João de Santa Clara, pudesse celebrar missa, alegando estar com “grande falta de sacerdotes que me possam suprir as capellas, que para subsistência da mesma comunidade aseitei”¹⁵⁶². No ano seguinte, foi a vez do próprio frei João remeter semelhante pedido¹⁵⁶³. No final desse ano, frei Bernardo tornou a insistir dando conta que “a comunidade do dito convento se ve obrigada a suztenta-lo, e lhe faltão os meios para isso nessesarios”¹⁵⁶⁴. Não obstante, foi apenas em 1798, após novo requerimento, que obteve vitória parcial, já que alcançou licença para exercitar ordens, exceptuando a de presbítero, sendo simultaneamente perdoado do resto do degredo, podendo mudar de convento, excepto para o de Pombal¹⁵⁶⁵. Por fim, a 16 de Outubro de 1800, alcançou licença para poder celebrar¹⁵⁶⁶. Mas os efeitos da prisão e sentença não seriam estritamente económicos. Não podemos descorar o impacto em termos psicológicos. Abjurar de leve suspeito na fé, e no caso dos regulares, ouvir a sentença segunda vez perante a comunidade deveria causar enorme constrangimento. Além disso, o degredo para um convento afastado significava para alguns sofrer ofensas físicas e verbais¹⁵⁶⁷. No que toca aos efeitos produzidos na localidade em que havia ocorrido o delito as fontes não permitem retirar grandes ilações. Não obstante, o Tribunal ao interditar o

¹⁵⁶⁰ Alguns religiosos chegaram a ser expulsos da Ordem a que pertenciam, cf. Jaime Ricardo Gouveia, *O Sagrado e o Profano* [...], p. 244. Por outro lado, determinados confessores processados por solicitação ficavam reduzidos a esmolas, cf. Isabel M. R. Mendes Drumond Braga, Paulo Drumond Braga, “Um solicitante [...]”, pp. 99-100.

¹⁵⁶¹ Sobre estes aspectos, cf. Jaime Ricardo Gouveia, *O Sagrado e o Profano* [...], pp. 243-246.

¹⁵⁶² Lisboa, AN/TT, Inquisição de Lisboa, proc. 15362, fl. 8.

¹⁵⁶³ Lisboa, AN/TT, Inquisição de Lisboa, proc. 15362, fl. 7.

¹⁵⁶⁴ Lisboa, AN/TT, Inquisição de Lisboa, proc. 15362, fl. 6.

¹⁵⁶⁵ Lisboa, AN/TT, Inquisição de Lisboa, proc. 15362, fls. 1, 4-5.

¹⁵⁶⁶ Lisboa, AN/TT, Inquisição de Lisboa, proc. 15362, fl. 2.

¹⁵⁶⁷ Stephen Haliczer, *Sexualidade no Confessionário* [...], p. 103; Ricardo Varela Raimundo, “Sentir Mal do Sacramento [...]”, pp. 28-29.

clérigo a retornar ao lugar onde havia prevaricado, atingia um dos objectivos prioritários cessar qualquer réstia de escândalo público.

Por último, torna-se necessário interrogar os dados recolhidos. O que significam os 23 casos de confessores solicitantes encontrados? Corresponderam à totalidade de abusos cometidos no contexto da confissão? Ou pelo contrário, distintos confessores escaparam às garras inquisitoriais? É evidente que os dados têm de ser relativizados. Desde logo, o facto de não estarem documentadas situações anteriores à segunda metade de Seiscentos, não significa que não as houvesse. Assim sendo, parece evidente que estes números não representaram a totalidade dos confessores delinquentes. Recordemos por exemplo, a denúncia contra o padre António Lopes da Silva, dada na visita pastoral de 1795, e que não parece ter sido remetida à Inquisição¹⁵⁶⁸. Por outro lado, alguns solicitantes terão escapado à jurisdição inquisitorial graças à acção de confessores pouco escrupulosos que absolviam as penitentes não as obrigando a delatar o caso à Inquisição. Acresce que, como referiu Paulo Drumond Braga, nem todas as solicitadas teriam coragem de delatar o confessor, ainda que a tal estivessem obrigadas. Tal sucedia por questões de honra e receio de represálias¹⁵⁶⁹. Convém não esquecer a pressão e o controlo que os curas de alma e eclesiásticos locais detinham sobre os seus paroquianos, sendo como tal natural que estes preferissem a omissão de determinados casos.

2.6 – Contra o Santo Ofício

Os crimes contra o Santo Ofício incluíam diversas condutas que iam desde palavras que colocavam em causa a legitimidade da instituição e os seus procedimentos, isto é, proposições¹⁵⁷⁰, a actos que impediam o seu “recto ministério”, tais como encobrir réus, falsificar documentos, testemunhar falso, não respeitar os termos de segredo, injuriar ministros e funcionários inquisitoriais, não respeitar os privilégios destes, fazer-se passar por comissário ou familiar da instituição e assassinar ou incitar a matar oficiais do Tribunal¹⁵⁷¹. Como mencionou Jaime Contreras “no se trata de herejes

¹⁵⁶⁸ Coimbra, AUC, Devassa Penela, livro 81, fls. 190-192.

¹⁵⁶⁹ Paulo Drumond Braga, *A Inquisição nos Açores* [...], p. 438; Tomás A. Mantecón Movellán, “Mujeres Forzadas y Abusos Deshonestos en la Castilla Moderna”, *Manuscrits. Revista d’Història Moderna*, n.º 20, Barcelona, 2002, pp. 162, 166, 169, 177,

¹⁵⁷⁰ A propósito de proposições cf. o que escrevemos no capítulo desta tese dedicado ao tema.

¹⁵⁷¹ Sobre o delito em Portugal cf. António Borges Coelho, *Inquisição de Évora* [...], vol. 1, pp. 284-293; Elvira Cunha de Azevedo Mea, *A Inquisição de Coimbra* [...], pp. 345-354; Paulo Drumond Braga, *A*

formales, es obvio, pero no es difícil deducir que, en la mentalidad del Tribunal, quien encubre a un encausado o suplanta a un funcionario, quien testificó en falso o se resistió a la autoridad de la Inquisición, es sospechoso de connivencia com el hereje o simpatizante, acaso, de su doctrina”¹⁵⁷².

O peso que este tipo de delito representou no total da actividade repressiva inquisitorial foi muito diminuto. Esta ideia é válida não apenas para o caso português mas ainda para os tribunais castelhanos e italianos. Na Península Itálica, no tribunal de Veneza e no do Friuli o delito representou 1%, enquanto no de Nápoles subiu aos 2%¹⁵⁷³. Os valores registados nos tribunais de Castela e de Aragão foram superiores, sendo que no cômputo geral, entre 1540 e 1700, o delito representou 7,5%¹⁵⁷⁴. No entanto, esta percentagem eclipsa algumas diferenças dignas de registo. Se no tribunal da Sardenha o delito representou 25,8%, no congénere de Toledo, precisamente aquele que processou maior número de indivíduos pelo crime em análise, a percentagem desceu aos 9,3%¹⁵⁷⁵. Por seu turno, as causas julgadas nos tribunais de Córdoba e de Granada foram exíguas, sendo as percentagens de 3,5% e 3,3%, respectivamente.

Em Portugal, na Inquisição do Porto, entre 1541 e 1542, foram processados apenas dois indivíduos por culpas contra o Santo Ofício, o que equivaleu a 3,7%¹⁵⁷⁶. No século XVI, a Inquisição de Coimbra processou 52 pessoas pelo crime em análise o que correspondeu somente a 2,3%¹⁵⁷⁷. Segundo cálculos apresentados por José Veiga Torres, a percentagem de processados pelo crime em análise na Inquisição de Coimbra, ao longo do funcionamento do tribunal, teria sido de 4,5%. Depois dos casos de judaísmo, os crimes contra a instituição teriam sido aqueles que mais ocuparam a actividade do tribunal de Coimbra¹⁵⁷⁸. No que toca ao tribunal de Évora, são particularmente significativos os valores registados durante os primeiros dez anos do

Inquisição nos Açores [...], pp. 361-366; Isabel M. R. Mendes Drumond Braga, *Os Estrangeiros e a Inquisição* [...], pp. 289-293. Para Castela e Aragão cf. Jaime Contreras, *El Santo Oficio* [...], pp. 455-456 (nota 9) e 566-568.

¹⁵⁷² Jaime Contreras, *El Santo Oficio* [...], p. 566.

¹⁵⁷³ Francisco Bethencourt, *História das Inquisições* [...], pp. 270-271.

¹⁵⁷⁴ Francisco Bethencourt, *História das Inquisições* [...], p. 272.

¹⁵⁷⁵ O tribunal de Santiago registou idêntica percentagem. Refira-se que neste juízo de 1560 a 1599, o delito representou 12,8% das causas julgadas, cf. Jaime Contreras, *El Santo Oficio* [...], pp. 466-467.

¹⁵⁷⁶ Herminia Vasconcelos Vilar, “A Inquisição do Porto [...]”, pp. 30, 32-33 e 41.

¹⁵⁷⁷ Elvira Cunha de Azevedo Mea, *A Inquisição de Coimbra* [...], pp. 345 e 357.

¹⁵⁷⁸ José Veiga Torres, “Uma Longa Guerra Social. Novas perspectivas [...]”, pp. 66 e 70. Não obstante, refira-se que no século XVI, o delito ocupou o terceiro lugar no quadro da actividade repressiva inquisitorial, atrás de judaísmo e proposições heréticas, cf. Elvira Cunha de Azevedo Mea, *A Inquisição de Coimbra* [...], p. 357.

seu funcionamento, a saber 8,9%¹⁵⁷⁹. De igual forma, em territórios sob alçada jurisdicional da Inquisição de Lisboa não foram abertos processos em número significativo. Por exemplo, nos Açores entre 1557 e 1802, foram instaurados somente três autos, o que equivaleu a 2,6%¹⁵⁸⁰. Por sua vez, no arquipélago da Madeira o delito representou unicamente 1%¹⁵⁸¹. Já no tribunal de Goa o crime representou 2,8% e 1,4% na primeira e segunda, metades do século XVIII, respectivamente¹⁵⁸². Refira-se ainda que, entre os estrangeiros processados pela Inquisição portuguesa, entre 1536 e 1700, apenas 14 (1,4%) o foram por culpas análogas¹⁵⁸³.

Pese a escassez de processados, algumas das visitas inquisitoriais resultaram no conhecimento de número significativo de crimes contra o Santo Ofício. Em 1578-1579, no decurso da visita da Inquisição a Portalegre foram delatadas 16 pessoas por este delito, o que correspondeu a 11,3% de situações reportadas¹⁵⁸⁴. No espaço ultramarino o caso mais evidente parece ter sido o inquérito conduzido em Angola e no Congo, entre 1596 e 1598, em que o delito representou 13,4%¹⁵⁸⁵. Nas restantes visitas as percentagens foram menos significativas. Em 1579, na visita empreendida pelo doutor Marcos Teixeira à zona da Beira, os crimes contra o Santo Ofício representaram 2,5%¹⁵⁸⁶. A ida da instituição ao Minho, em 1565, resultou no conhecimento de seis situações¹⁵⁸⁷. No ano de 1583, na deslocação do canonista Jerónimo de Sousa ao Minho e a Trás-os-Montes, foram delatados três casos, correspondentes a 2,2% do total de situações denunciadas¹⁵⁸⁸. Na visita a Santarém, o delito constituiu 6,8% dos casos reportados¹⁵⁸⁹. Por seu turno, no arquipélago açoriano foram denunciados nove casos, a saber quatro na visita de 1575-1576 (5%) e cinco na de 1592-1593 (2,4%)¹⁵⁹⁰.

¹⁵⁷⁹ Maria do Carmo Teixeira Pinto, Lucília Maria Luís Ferreira Runa, “Inquisição de Évora [...]”, p. 52.

¹⁵⁸⁰ Paulo Drumond Braga, *A Inquisição nos Açores* [...], pp. 170 e 366.

¹⁵⁸¹ Isabel M. R. Mendes Drumond Braga, “A Inquisição e a Sociedade Madeirense [...]”, p. 190 e 253-254. Entre 1690 e 1719, foram denunciados três indivíduos por levantarem falsos testemunhos, o que correspondeu a 5,1% do total de delatados no referido período, cf. Maria do Carmo Jasmins Dias Farinha, “A Inquisição na Madeira [...]”, p. 880.

¹⁵⁸² Maria de Jesus dos Mártires Lopes, “A Inquisição de Goa na segunda [...]”, p. 262; Idem, “A Inquisição de Goa na primeira [...]”, p. 129 (cálculos efectuados a partir dos dados fornecidos pela autora).

¹⁵⁸³ Isabel M. R. Mendes Drumond Braga, *Os Estrangeiros e a Inquisição* [...], p. 289.

¹⁵⁸⁴ Maria Paula Marçal Lourenço, “Para o Estudo da Actividade Inquisitorial [...]”, pp. 125-126.

¹⁵⁸⁵ José Augusto N. Silva Horta, “A Inquisição em Angola e Congo [...]”, pp. 402-403.

¹⁵⁸⁶ Elvira Cunha de Azevedo Mea, *A Inquisição de Coimbra* [...], pp. 238 e 280.

¹⁵⁸⁷ Isabel M. R. Mendes Drumond Braga, “A Visita da Inquisição a Braga [...]”, pp. 57-58 e 65-67.

¹⁵⁸⁸ Isabel M. R. Mendes Drumond Braga, Paulo Drumond Braga, “Jerónimo de Sousa por Terras [...]”, pp. 794 e 800. Elvira Cunha de Azevedo Mea refere para a mesma visita quatro casos, cf. Elvira Cunha de Azevedo Mea, *A Inquisição de Coimbra* [...], p. 250.

¹⁵⁸⁹ Maria Paula Marçal Lourenço, “Uma Visita da Inquisição [...]”, pp. 586.

¹⁵⁹⁰ Paulo Drumond Braga, *A Inquisição nos Açores* [...], pp. 166-167.

No território em estudo 17 indivíduos foram denunciados à Inquisição por este delito. Destes apenas dois casos deram origem a processo. A primeira situação sucedeu em 1567, e envolveu o lourçalense António Pires, enquanto o segundo, e último, teve lugar anos mais tarde, em 1639, tendo como protagonista o vigário de Almagreira, padre frei António Leitão¹⁵⁹¹. A maioria das delações, a saber uma dezena, chegou ao conhecimento do Santo Ofício na centúria de Setecentos. Seguiu-se o século XVII, com seis situações reportadas e por fim o século XVI, com apenas uma ocorrência.

Tratou-se de um delito executado sobretudo por homens, já que apenas foram delatadas duas mulheres¹⁵⁹². No que respeita à idade dos prevaricadores as fontes revelaram-se extremamente parcas, sendo que apenas possuímos dados para quatro indivíduos. O mais novo tinha 26 anos, enquanto o mais velho contava com meio século de existência. Quanto ao estado religioso, o universo em estudo era constituído predominantemente por solteiros, a saber nove, contra apenas dois casados¹⁵⁹³. Relativamente à morada dos transgressores, seis assistiam em Pombal, três em Abiul, dois no Lourçal, igual número na Redinha, um em Almagreira, um na Mata Mourisca e outro em Santiago de Litém. O grupo dos delatados era composto essencialmente por cristãos-velhos, já que apenas um pertencia à minoria cristã-nova. Quanto ao estatuto sócio profissional as fontes sugerem distintos quadrantes sociais. Entre os indivíduos de estatuto mais proeminente constava D. António Velasques Sarmento, fidalgo da Casa Real, filho de D. Pedro Velasques Sarmento e neto de D. Tomás Velasques Sarmento¹⁵⁹⁴. Destaque ainda para dois familiares do Santo Ofício, a saber o capitão-mor de Pombal, Diogo Mexia de Magalhães, e o juiz de fora da mesma vila, Francisco Godinho Ribeiro. Por outro lado, três dos delatados provinham do círculo eclesiástico. Outros tantos integravam o sector da saúde, concretamente um cirurgião e dois barbeiros. Contaram-se ainda um escrivão e um procurador de concelho, enquanto o

¹⁵⁹¹ O processo de António Pires foi referido no *Inventário dos Processos da Inquisição de Coimbra* [...], vol. I, p. 32. Infelizmente, não foi possível localizar o documento. A propósito dos restantes implicados em crimes contra o Santo Ofício, refira-se a existência de uma mulher que acabou por ser processada mas por judaísmo, e outros dois homens que foram admoestados verbalmente na Mesa do Tribunal, sem qualquer outra penalidade. Entre eles Manuel Ferreira que optou por se apresentar voluntariamente na Mesa por palavras proferidas.

¹⁵⁹² A mesma realidade por exemplo em Elvira Cunha de Azevedo Mea, *A Inquisição de Coimbra* [...], p. 345 e Isabel M. R. Mendes Drumond Braga, *Os Estrangeiros e a Inquisição* [...], p. 289.

¹⁵⁹³ Desconhecemos o estado religioso de seis indivíduos.

¹⁵⁹⁴ Lisboa, AN/TT, Registo Geral de Mercês, Mercês de D. Pedro II, livro 13, fl. 214. Este indivíduo era natural de Penela, mas morador na vila de Abiul. O padre Carvalho da Costa apontou precisamente como pessoas nobres da vila de Penela os “Vellasques, Sarmentos, Fidalgos da Casa Real”, cf. António Carvalho da Costa, *Corografia* [...], tomo II, p. 94.

marido de uma das delatadas era rendeiro. Entre os indivíduos mais desfavorecidos constavam dois criados.

Analisado o perfil social dos acusados interessa verificar quais as práticas de que foram acusados. No território em análise sucederam distintas situações, a saber três crimes contra agentes inquisitoriais, igual número de proposições contra a instituição, outros tantos de testemunhos falsos, dois casos de falsos comissários ou familiares, uma tentativa de descoberta do sigilo inquisitorial e um caso de ocultação de um prisioneiro.

São conhecidos vários casos de rumores levantados sobre ministros, oficiais e familiares do Santo Ofício¹⁵⁹⁵. De facto, uma vez habilitado o indivíduo não ficava imune a que fossem levantadas suspeitas sobre a sua ascendência. Quando tal sucedia não era apenas o indivíduo que era questionado senão toda uma instituição. Tenhamos em consideração dois casos. A 15 de Agosto de 1705, foi missiva do Conselho Geral ao tribunal conimbricense. Atentemos ao teor da carta: “e me ordenou o mesmo senhor [Inquisidor Geral] fizesse avizo a vossemecê para que estranhasse muito ás pessoas que dizião que o promotor e deputado dessa Inquisição tinha defeito no sangue porque se lhe havião feitas repetidas diligencias e achado ser falso [...] e que chamasse á Meza hum fulano Mexia que vive na sua quinta junto a essa cidade <ou Pombal> e lhe fizesse a saber que o Santo officio não admite por seu ministro a pessoa algũa sem primeiro lhe constar que não tem deffeito algum no sangue, e se lhe fazerem todas aquellas diligencias necessarias para o poder ser [...] e que escrevessem ao comissário da villa de Pombal para que soubesse o sobredito, e podesse estranhar da parte do Santo officio ás pessoas que impozesse o tal defeito ao dito ministro. E que se faria todo o referido sem chegar á noticia do ditto promotor”¹⁵⁹⁶. O fulano Mexia era Diogo Mexia de Magalhães, capitão mor de Pombal e familiar do Santo Ofício, enquanto o promotor difamado era José de Almeida do Amaral, primo direito de Heitor de Almeida do Amaral, comissário da instituição, natural de Pombal. A 14 de Outubro de 1705, o familiar compareceu em Coimbra, perante o inquisidor Afonso Cabral Botelho, tendo sido admoestado a não tornar a colocar em causa a limpeza de sangue dos ministros, oficiais e familiares do Tribunal. Castigo demasiado brando para um familiar que colocou em questão um promotor e deputado e sobretudo a instituição. A Mesa fundamentou a suavidade da pena com a “leveza e inconsideração e pouca capacidade” de Mexia. A admoestação decorreu em segredo, sendo desconhecida do deputado e

¹⁵⁹⁵ Cf. por exemplo, Isabel M. R. Mendes Drumond Braga, “Das Dificuldades [...]”, p. 24-25.

¹⁵⁹⁶ Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, livro 29, fls. 95-95v.

promotor difamado. Neste caso, quer parecer que o principal motivo para tal brandura terá sido o parentesco do capitão-mor de Pombal com uma figura mais proeminente do que José de Almeida do Amaral. Diogo Mexia de Magalhães era irmão do inquisidor de Évora Pedro Mexia de Magalhães¹⁵⁹⁷.

O segundo caso, sucedeu em Abiul em 1758. A 12 de Setembro desse ano, Manuel Simões Serrano, familiar do Santo Ofício, remeteu uma denúncia ao promotor da Inquisição de Coimbra, delatando três rapazes da vila por o terem injuriado. Na noite de 25 de Junho desse ano, os jovens haviam forçado a entrada em casa do denunciante “e lhe prenderão para soldado o seu moço que tratava da sua besta, e costumava acompanhar o supplicante quando sahia ou aos seus negocios, ou as diligencias do Santo Officio, do qual fazia fiel de sua caza e naquelle tempo guarda dos frutos de suas fazendas”¹⁵⁹⁸. Um dos delatados, Francisco, solteiro, filho de Manuel Rodrigues, morador no lugar do Ventoso, colocou em causa a familiatura de Manuel Simões, afirmando que a obtivera a troco de moedas¹⁵⁹⁹. Perante a situação, a 16 de Setembro de 1758, os inquisidores de Coimbra ordenaram que o comissário José Anastácio de Sousa fosse indagar sobre o caso¹⁶⁰⁰. Desconhecemos as providências tomadas. O regimento de 1640, estipulava que “o que perturbar, & impedir o ministerio do Santo Officio, injuriando, ou offendendo seus ministros, & officiaes em desprezo da Inquisição, abjurará de leve suspeito na Fé, no lugar, que parecer aos Inquisidores; salvo se a qualidade da pessoa, & circunstancias da culpa pedirem mayor grao de abjuração, & será degredado a arbitrio dos Inquisidores para as galês, & açoutado publicamente, se na qualidade de sua pessoa podèr caber esta pena”¹⁶⁰¹. De igual forma, o texto determinava que “os que offenderem, injuriarem, ou mal tratarem os ministros, & officiaes do Santo Officio, ainda que não seja por cauza, ou razão de seu ministerio, serão também castigados, como perturbadores delle, mas com diferentes penas, & serão as que parecer, que convem para satisfação da justiça, & exemplo necessario aos delinquentes”¹⁶⁰². No caso em apreço parece nada ter resultado contra os que haviam

¹⁵⁹⁷ Lisboa, AN/TT, Conselho Geral do Santo Ofício, Habilitações, Diogo, mç. 3, doc. 106, fl. 1. Pedro Mexia de Magalhães foi nomeado inquisidor de Évora a 7 de Novembro de 1662, tendo tomado posse do cargo a 29 desse mês e ano, cf. Maria do Carmo Jasmins Dias Farinha, *Os Arquivos da Inquisição* [...], p. 332.

¹⁵⁹⁸ Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, livro 396, fl. 89.

¹⁵⁹⁹ Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, livro 396, fl. 89v.

¹⁶⁰⁰ Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, livro 396, fls. 90-91v.

¹⁶⁰¹ *Regimento do Santo Offício da Inquisição dos Reynos de Portugal*, Lisboa, Manuel da Silva, 1640, Livro III, título XXI, fls. 191-192.

¹⁶⁰² *Regimento do Santo Offício da Inquisição dos Reynos de Portugal*, Lisboa, Manuel da Silva, 1640, Livro III, título XXI, fl. 193.

cometido a afronta. João de Figueirôa-Rêgo ao analisar semelhantes casos de injúria contra familiares concluiu que a instituição, no momento de actuar contra os que haviam desfeiteado os familiares e o próprio Tribunal, tinha em consideração a qualidade dos que haviam cometido a injúria. Por exemplo em 1733, um dominicano ficou impune após ter injuriado um familiar. O motivo para a benevolência do Tribunal fora a nobreza do religioso em contraposição ao ofendido, homem de ofício¹⁶⁰³. Assim sendo, parece plausível admitir que algo de idêntico tenha sucedido em Abiul.

O caso mais grave de ofensa a um agente inquisitorial sucedeu em Pombal, no ano de 1709. Aquilo que começou por ser um desaguisado entre criados culminou com a tentativa de assassinato do comissário Heitor de Almeida do Amaral¹⁶⁰⁴. Segundo a documentação, um criado do juiz de fora e familiar do Santo Ofício, Francisco Godinho Ribeiro, chamado José, o *Pacabote*, ter-se-á desentendido na noite de 13 de Março com José de Barros, criado do comissário Amaral, por causa de “um escarro”¹⁶⁰⁵. No dia seguinte, por volta das 13 horas, o *Pacabote* ameaçou o comissário que se encontrava à janela da casa de seu irmão Feliz de Almeida, na rua da Corredoura. Por fim, no dia seguinte, pelas 9 horas, estando Heitor de Almeida do Amaral na mesma janela, na companhia do padre Luís Ribeiro Cabral, o criado do juiz de fora montado numa égua e empunhando uma pistola, terá proferido as palavras: “com vossemecê he senhor abade”, disparando em seguida a arma¹⁶⁰⁶. O caso foi denunciado pelo próprio comissário na Mesa do tribunal de Coimbra, a 21 de Março¹⁶⁰⁷. Após uma demorada diligência, conduzida pelo comissário do Alvorde, Francisco Freire da Silveira, ficou claro que o tiro havia sido ordenado pelo amo do *Pacabote* “por ser mal inclinado e soberbo e prezado de ter criados valentes para ser mais respeitado”¹⁶⁰⁸. Segundo o testemunho do padre Baltasar de Santo António, cónego secular da congregação de São João Evangelista, e particular amigo do juiz de fora, este confessara-lhe ter mandado dar o tiro no comissário “por este ameaçar atirar no seu criado e assim lhe faltar ao respeito,

¹⁶⁰³ João de Figueirôa-Rêgo, «A Honra Alheia [...]», pp. 282-283.

¹⁶⁰⁴ Era então abade de Miragaia, Porto. A sua deslocação a Pombal prendeu-se com o casamento de uma sobrinha com o capitão-mor de Soure, Paulo Ribeiro Cabral, cf. Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, livro 338, fl. 64.

¹⁶⁰⁵ Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, livro 338, fl. 81.

¹⁶⁰⁶ Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, livro 338, fl. 64v.

¹⁶⁰⁷ Depois dos desaforos sofridos o comissário retirou-se para a quinta de Paulo Ribeiro Cabral, capitão-mor de Soure, com quem havia casado a sua sobrinha, cf. Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, livro 338, fl. 185v.

¹⁶⁰⁸ Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, livro 338, fl. 256. Alguns meses antes, o mesmo juiz de fora havia tido um desaguisado com o doutor Mateus das Neves Lamprea, igualmente familiar do Santo Ofício, conflito a que já nos referimos na segunda parte desta tese.

mas que mandara dar somente com pólvora pera satisfazer a sua paixão”¹⁶⁰⁹. Já o familiar do Santo Officio, Diogo Mexia de Magalhães afirmou que “todos estes excessos, dezafios e delitos que cometeu o ditto Pacabote e o ditto seu parente que com elle andava forão obrados e executados com sciencia consentimento e aprovação do ditto juiz de fora desta villa [...] [o qual] he tam inclinado ao mal e amigo de que os seos criados sejam valentes e tímidos que por muntas vezes lhes tem ditto que não amiaçem mas que dem logo”¹⁶¹⁰. Não localizámos qualquer outro documento relativo a este caso pelo que desconhecemos as consequências que terá tido, quer para o *Pacabote* quer para o homem que havia engendrado o plano¹⁶¹¹. Através do cruzamento de fontes quer parecer que o então juiz de fora de Pombal nenhuma pena sofreu. A 8 de Julho de 1712, foi provido no cargo de juiz de fora de Tomar, mercê que recebeu “havendo respeito à boa informação que tem das letras e mais partes que concorrem no dito bacharel Francisco Godinho Ribeiro e que no de que o encarregar servirá como cumpre a seu serviço e a boa administração da justiça como o fes no lugar de juiz de fora do Pombal que servio e de que deu boa rezidencia”¹⁶¹².

No que respeita a proposições contra a Inquisição, localizamos somente três casos, sendo de realçar que este tipo de delito foi sobretudo praticado por mulheres. No final do século XVI, uma Maria, cristã-velha, criada de Ana Mendes, cristã-nova, moradora no Louriçal, informou a ama do que sucedera em auto-da-fé celebrado em

¹⁶⁰⁹ Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, livro 338, fls. 249v-250.

¹⁶¹⁰ Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, livro 338, fls. 100-101v. Refira-se que, anteriormente, Francisco Godinho Ribeiro havia-se desentendido com o Doutor Mateus das Neves Lampreia. Ao que parece o motivo da discórdia havia estado num jogo realizado em casa de António da Fonseca de Mancelos. Alguns dias depois, o juiz de fora, acompanhado por dois criados, foi esperar e desafiar o referido Mateus à porta do convento do Cardal. O primeiro chegou a desassanhar a espada, mas a intervenção do franciscano frei Alberto de São José, acabou por evitar o derramamento de sangue, cf. Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, livro 338, fls. 207-208 e 239.

¹⁶¹¹ A 23 de Julho de 1710, Francisco Godinho Ribeiro casou segunda vez com D. Maria Madalena Pereira de Lacerda e Melo, filha de Luís Botelho de Melo e de Dona Elvira de Mancelos, moradora em Pombal. Nesse ano, o comissário Francisco Freire da Silveira deslocou-se a Pombal para cumprir uma comissão dos inquisidores conimbricenses. No entanto, viu-se impossibilitado de executar a mesma porque “achei que [a habilitanda] não só ja não era moradora na ditta villa de Pombal desde o mez de Julho paçado [*sic*] mas tambem que era cazada com Francisco Godinho Ribeiro desde o ditto mez de Julho, e com elle era moradora na quinta dos Claros distante hũa legoa da ditta villa de Pombal e fora da freguezia; e lembrando-me assim que ha quazi de dois annos tirei hum summario de testemunhas por ordem de vossa senhoria contra o ditto Francisco Ribeiro Godinho por este mandar dar hum tiro com hũa pistola por hum seo criado na ditta villa a hum comiçario do Santo Officio [...] entendi que nesta diligencia havia algua simulação e falçidade por respeito do ditto Francisco Ribeiro Godinho e nestes termos me pareço acertado não fazer a diligencia antes dar a vossa senhoria esta conta para ordenar o que for servido e para que não houvesse duvida algua mandei vir o livro dos acentos [*sic*] dos cazados da ditta villa e nelle achei o acento [*sic*]”, cf. Lisboa, AN/TT, Conselho Geral do Santo Officio, Habilitações, Francisco, mc. 22, doc. 588. Assim sendo, quer parecer que a tentativa de homicídio não se traduziu em qualquer penalidade para o então juiz de fora de Pombal, que não só permaneceu no exercício do cargo de juiz, como continuou a ocupar o cargo de familiar do Santo Officio.

¹⁶¹² Lisboa, AN/TT, Registo Geral de Mercês, D. João V, livro 5, fl. 393.

Coimbra. A propósito dos relaxados na dita cerimónia referiu não compreender “aqueles malaventurados porque querem antes morrer que dizer creo em Deos” ao que Ana Mendes respondeu “e bem se eles os deixam ali estar tanto que os fazem desesperar”¹⁶¹³.

Anos mais tarde, a 23 de Outubro de 1702, o padre Manuel Ferreira, clérigo de Epistola, natural da Redinha, e estudante de Cânones da Universidade de Coimbra, compareceu voluntariamente diante do inquisidor conimbricense, Afonso Cabral Botelho. Perante este, confessou que na semana anterior, numa discussão que tivera com o estudante e familiar do Santo Ofício, Jacinto da Cunha, a “pedir lhe quisesse largar lhe as cazas que tinha tomado na rua Larga, de que elle confitente se havia despedido porque não tinha outras para honde hir e tinha ahinda nellas o seu fatto. E respondendo lhe o ditto Jacinto da Cunha que as não largava, lhe disse então elle confitente que diante do Conservador se abriguaria [*sic*] quem havia de ficar nellas, ao que o ditto Jacinto da Cunha lhe tornou a dizer, que era familiar e que o seu juiz era o do Fisco e que pello Santo Officio he que se havia de tratar esta materia, e então lhe respondeo elle confitente que não tinha nada com o Santo Officio nem se lhe dava do Santo officio porque se se queixase tambem havião de ouvir a elle confitente”¹⁶¹⁴. Alegou que pronunciara tais palavras sem ânimo de desrespeitar o Santo Ofício, pelo que foi apenas advertido a “ser mais atento no modo de falar, principalmente quando se lhe falla no Santo officio, porque as palavras que proferio assim como podem ter o sentido em que agora as confessa, admitem tambem outro no seo rigurozo [*sic*] e mais próprio seneficado [*sic*] que mostram have llas ditto por desprezo sem aquella atenção que a hum Tribunal tão recto e a hum procedimento tão ajustado se deve, maiormente elle confitente pello estado que tem e obrigado de suas ordens”¹⁶¹⁵.

O derradeiro caso foi delatado no ano de 1705. Serafina, criada do vigário de Santiago de Litém, após proferir diversas blasfémias e proposições contra o dogma e princípios da fé, fora repreendida por Josefa de São José, irmã do referido eclesiástico. Josefa ameaçou-a dizendo-lhe que “ella merecia a Santa Inquisição”, ao que a dita Serafina terá respondido que “não fazia cazo disso e que da Santa Inquisição zombava falando a isto alguma palavra inmunda e suja”¹⁶¹⁶.

¹⁶¹³ Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, proc. 2403, fl. 4.

¹⁶¹⁴ Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, livro 694, fls. 140-140v.

¹⁶¹⁵ Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, livro 694, fls. 140v-141.

¹⁶¹⁶ Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, livro 325, fl. 336.

A questão do testemunho falso preocupou deveras o Santo Ofício. O regimento de 1552, estipulou as precauções a ter com as testemunhas, nomeadamente a qualidade das mesmas “e o crédito que se lhes deve dar, segundo a qualidade do caso”¹⁶¹⁷. Semelhante cuidado foi reafirmado no regimento de 1613¹⁶¹⁸. No entanto o quadro penal para os que testemunhassem falso ou subornassem testemunhas apenas foi fixado no texto normativo de 1640. Entre as penalidades previstas figuravam penas de açoites e galés por um período de cinco a dez anos, e inclusivamente o relaxamento ao braço secular, no caso do falso testemunho ter contribuído para o relaxamento de um inocente¹⁶¹⁹. Se o falsário fosse membro do clero secular incorria em suspensão perpétua das ordens e degredo para as galés, São Tomé ou Angola, pelo tempo que os inquisidores julgassem apropriado. No caso de ser religioso, além de privação perpétua de voz activa e passiva e suspensão de ordens, seria degredado por espaço de dez anos para um mosteiro ermo.

No território em análise descortinamos apenas três situações de testemunhos falsos, sendo que apenas uma resultou em processo. Em 1567, António Pires, cristão-velho, escrivão do Louriçal, foi processado pelo Santo Ofício em virtude de ter subornado testemunhas para jurarem falso contra um cristão-velho. Ouviu a sentença no primeiro auto-da-fé realizado na cidade de Coimbra a 5 de Outubro desse ano, tendo sido degredado para o Brasil por um período de dois anos¹⁶²⁰.

Mais tarde, a 28 de Abril de 1644, o vigário da Redinha frei Francisco Ribeiro acusou Domingos Ferreira Banha, cirurgião, morador naquela vila, de induzir diversas pessoas a levantarem falsos testemunhos contra si, as quais tem vindo a “afrontar a elle supplicante em praças publicas, e derão delle caplos falssamente ante o ordinario e na meza da consciencia e ordens e dizendo publicamente avião de denunciar na meza do Santo Officio dizendo que elle supplicante dissera missa depois de aver comido e bebido e que cometia molheres na confissão e o que <mais> affectarem que sirva de maior afronta do supplicante”¹⁶²¹. A denúncia parece não ter tido qualquer seguimento, talvez porque as falsas acusações nunca tenham sido endereçadas ao Tribunal. De

¹⁶¹⁷ *Regimento do Cardeal D. Henrique in* José Eduardo Franco, Paulo de Assunção, *As Metamorfoses* [...], p. 113.

¹⁶¹⁸ *Regimento do Santo Officio da Inquisiçam dos Reynos de Portugal*, Lisboa, Pedro Crasbecck, 1613, Título IV, capítulo V, fl. 8.

¹⁶¹⁹ O Regimento cita o breve do papa Leão X de 1518.

¹⁶²⁰ Lisboa, AN/TT, Conselho Geral do Santo Ofício, livro 433, fl. 1; Inquisição de Coimbra, livro 4, fl. 110.

¹⁶²¹ Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, livro 72, fls. 170-170v.

qualquer modo resulta interessante verificar mais um exemplo de como a Inquisição era utilizada como campo de batalha para resolução de distintas querelas.

Em 1795, o padre José Joaquim da Silva Bessa e Veiga, coadjutor do Louriçal, foi acusado de ter solicitado duas raparigas. O referido clérigo era filho do padre Manuel José da Silva, vigário daquela vila e comissário do Santo Ofício. Pai e filho trataram de desmentir a acusação, demonstrando que a denúncia havia constituído arдил de inimigos capitais. Entre os desavindos contava-se Francisco José Varela, meio prebendado no Porto, assistente no Louriçal havia três anos, que havia sido reprovado para juiz da confraria do Santíssimo Sacramento da igreja do Louriçal, e o padre Bernardo Leal, que segundo o vigário actual pretendia “ser encomendado na igreja donde o fora 8 anos antes da minha posse da mesma”. Segundo informação do notário de Eiras, Jerónimo Fernandes Prata, o dito vigário “assim pello seu genio ameaçador e altivo como pella sua ambição tem adquirido varios inimigos (que são todas as pessoas mais poderosas da sua freguezia), para si e toda a sua familia. He tambem constante que tem padecido varios incómodos pella opposição que lhe tem feito os seus freguezes na administração dos bens das confrarias da sua igreja”¹⁶²². Após diversas diligências o Tribunal optou por arquivar o caso de solicitação. De igual forma, nada parece ter resultado contra os que haviam levantado falso testemunho.

A influência e prestígio social dos cargos inquisitoriais motivaram que determinados indivíduos fingissem ser comissários e familiares da instituição¹⁶²³. Entre os fundamentos apontados para o excesso contava-se o desejo de obter a honra e a estimação inerentes ao cargo, a extorsão de dinheiro a cristãos-novos, os actos de vingança, a resolução de assuntos particulares ou de terceiros e ainda desejos de outras índoles tais como o anseio de “usar mal” de determinada mulher¹⁶²⁴.

No território em análise foram vários os indivíduos que se fizeram passar por comissários e familiares do Santo Ofício¹⁶²⁵. Não obstante, apenas foi instaurado um processo. A 30 de Outubro de 1638, os oficiais da câmara de Soure dirigiram-se à freguesia de Almagreira com o intuito de derrubar o valado com que o vigário daquela

¹⁶²² Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, livro 651, fl. 509.

¹⁶²³ Cf. por exemplo, Elvira Cunha de Azevedo Mea, *A Inquisição de Coimbra* [...], pp. 186 e 346; Daniela Buono Calainho, *Agentes da Fé* [...], p. 157-165; Isabel M. R. Mendes Drumond Braga, “Das Dificuldades [...]”, p. 26-27; Aldair Carlos Rodrigues, “Poder e Autoridade Inquisitorial [...]”, p. 62-65.

¹⁶²⁴ Daniela Buono Calainho, *Agentes da Fé* [...], p. 161; Isabel M. R. Mendes Drumond Braga, “Das Dificuldades [...]”, p. 26-29.

¹⁶²⁵ A propósito de indivíduos que saíram em auto-da-fé no tribunal conimbricense cf. José Loureiro de Mendonça, António Joaquim Moreira, *História dos Principais Actos e Procedimentos da Inquisição em Portugal*, Lisboa, Círculo de Leitores, Imprensa nacional-Casa da Moeda, 1980, p. não numerada.

freguesia havia tapado a serventia de um terreno “e tomando lhe hũa das cruces que no ditto vallado estava, acudio o ditto vigario [...] dizendo contra os dittos officiaes que da parte do Santo officio de que era official, não arrancassem a ditta crus e da parte dos senhores inquisidores lhes dizia não bolissem com a ditta crus, nem a arrancassem; porque protestava illos [sic] accusar a Santa Inquisição. E perguntando lhe os ditos officiaes da camera vossemece he official do Santo officio? O ditto vigario lhe respondera que sim era, tornando a dizer que da parte do Santo Officio e dos senhores inquisidores não bolissem na ditta crus”¹⁶²⁶. Os oficiais da câmara reportaram o caso ao Tribunal da Fé, pelo que a 22 de Fevereiro de 1639, o vigário acabou por ser notificado a comparecer em Coimbra, ficando proibido de se ausentar da cidade enquanto corresse os autos¹⁶²⁷. O réu acabou apenas por ser repreendido na Mesa, escapando a maior punição “por elle estar detido nesta cidade há tantos dias e fazer nisso gastos”. Foi ainda obrigado a pagar as custas do processo e a ler uma declaração na estação da sua igreja em que declarasse que fizera “mal em appellidar o Santo officio e nomeasse official seu”¹⁶²⁸.

Outros casos parecem não ter originado processo. Por exemplo, os pombalenses António Mendes Botas, Manuel da Silva e Manuel Francisco Filipinho fizeram-se passar por familiares do Santo Ofício. Os três homens foram denunciados ao promotor conimbricense em três ocasiões, entre 26 de Março de 1695 e 11 de Janeiro de 1706. O delito teria ocorrido alguns anos antes, entre 1681 e 1693, segundo as datas apontadas nas denúncias. Os acusados haviam ido de noite a casa de uma Maria Lopes, casada, com o marido ausente, moradora no lugar dos Réis, freguesia de Almagreira, e prendendo-a da parte do Santo Ofício, pretenderam “usar mal” dela, o que não chegou a suceder. Numa tentativa de evitar a denúncia os homens terão ameaçado de morte a dita mulher¹⁶²⁹. O regimento de 1640 decretava que aqueles que se fingissem ministros e familiares da instituição seriam “condenados a que vão a Auto da Fè a ouvir sua sentença, & não farão abjuração; salvo se do crime rezultar tambem culpa contra a Fè; & sendo pessoa vil, terá pena de açoutes, & degredo, as quaes penas se poderão moderar, confôrme â qualidade dos Reos, & circunstancias, que diminuirẽ a culpa, & se forem pessoas de qualidade, terão degredo, & as mais penas arbitrarías, que parecer

¹⁶²⁶ Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, proc. 1255, fls. 9-9v.

¹⁶²⁷ Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, proc. 1255, fl. 29.

¹⁶²⁸ Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, proc. 1255, fl. 91.

¹⁶²⁹ Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, livro 317, fls. 300-305; livro 323, fls. 163-164; livro 325, fls. 419-419v. Sobre situações idênticas cf. António Borges Coelho, *Inquisição de Évora* [...], vol. 1, pp. 285-286.

aos Inquisidores, & huns & outros restituirão às partes tudo o que lhe tiverem levado”¹⁶³⁰. Posto isto, importa averiguar os motivos pelos quais o caso em análise não tenha chegado a constituir-se processo? Porventura o Tribunal terá atribuído pouco crédito aos testemunhos ministrados pelos delatores? Esta hipótese não se afigura como provável, tanto mais que as testemunhas que haviam denunciado o caso seriam merecedoras de crédito, uma vez que se tratavam de dois familiares do Santo Ofício, José da Costa Azevedo e Diogo Mexia de Magalhães. Assim sendo, quer parecer que, entre os motivos para o arquivamento das denúncias, terá pesado o facto de os denunciados não terem chegado a executar totalmente o seu intento. Por outro lado, Maria Lopes já havia falecido aquando da última denúncia, bem como um dos delinquentes. É certo que pessoas mortas podiam ser processadas por heresia pelo Santo Ofício, mas estas mortes, aliadas ao facto do delito ter ocorrido muitos anos antes, podem ter contribuído para o esquecimento do caso pela maioria população. A ter sido assim, a ausência de fama pública e notória poderia ter contribuído para o desfecho deste caso.

Entre os sucessos reportados à Inquisição constou uma tentativa de descoberta do segredo inquisitorial. A 23 de Julho de 1737, o familiar do Santo Ofício do Lourical, Francisco Xavier de Almeida Castelo Branco, denunciou por carta o padre Agostinho Machado de Abreu, cura da Mata Mourisca. Segundo o conteúdo da missiva o cura tentara descobrir quem jurara contra ele e “condemnara a Paschoal Francisco seu freguez de Porto Lameiro por lhe não declarar o que jurara contra elle sendo perguntado pello Tribunal do Santo Oficio e pello mesmo motivo condemnou e actualmente persegue a Manoel da Costa da Alagoa de Grou”¹⁶³¹. A 12 de Agosto de 1737, o acusado remeteu uma missiva ao Tribunal da Fé negando semelhantes acusações, “porque a respeito das testemunhas nada procurei saber dellas, nem com verdade o poderam afirmar e menos jurar, antes com tanta cautela me ouve nesta materia que falando em outras com algumas das testemunhas lhes dice algũas vezes que se ouvessem com cautela para que nem a mim, nem a outra pessoa revelassem cousa algũa do que

¹⁶³⁰ *Regimento do Santo Officio da Inquisição dos Reynos de Portugal*, Lisboa, Manuel da Silva, 1640, Livro III, título XXII, fl. 194. Em Castela as penas eram similares. Aquele que se fizesse passar por ministro ou oficial da instituição iria a auto-da-fé, e seria condenado a 200 açoites e quatro anos de galés. Caso o delinquente pertencesse à nobreza a sentença seria lida na Sala, e os açoites seriam substituídos por pena pecuniária, sendo degredado para as galés, ou para território fronteiriço, por um período de dois a três anos, cf. Jaime Contreras, *El Santo Oficio* [...], p. 566.

¹⁶³¹ Pelos mesmos motivos inquietava José da Silva, Simão Francisco e Manuel da Silva todos da Lagoa de Grou, João Bernardes, morador na Guia “publicando o há de executar por hũa sentença se a cazo foi contra elle na materia da denuncia para que concorreo”, cf. Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, livro 373, fl. 316.

tinhão jurado, porque nem eu o queria saber, o que lhe dizia pela obrigação commua de parochio, obrigado a instrui llos em tudo o que pertence à sua salvação. A respeito de as ameaçar he falcissimo porque so encontrando me com hũa lhe dice em boa pas: Basta fulano, que tambem vos sois meu contrario. Aludindo a que algũa rezam aparente tinha para o ser pelo ter condenado varias vezes antes de jurar por falta das suas obrigações”¹⁶³².

Segundo o regimento de 1640, aquele que perturbasse os trabalhos da instituição “offendendo, ameaçando, intimidando, ou procurando offender, ameaçar, ou intimidar as testemunhas, ou denunciantes” abjuraria de leve suspeito na fé, sofrendo penas de açoites e degredo para as galés a arbítrio¹⁶³³. No caso em consideração, ainda que o promotor conimbricense tenha requerido a abertura de processo contra o eclesiástico¹⁶³⁴, os inquisidores votaram no sentido de não julgar o delato “pello que respeita ao intimidar as testemunhas e perturbar o ministerio do Santo officio pois não consta de ameaços, nem que cometesse excesso punível neste foro”¹⁶³⁵.

Abjuração de leve, açoites e degredo a arbítrio dos inquisidores eram de igual forma as penas previstas para os que encobrissem determinada pessoa a fim de evitar que fosse presa pelo Santo Officio¹⁶³⁶. Para o território em análise localizámos um único caso desta natureza. No começo da década de 20 do século XVIII, o já mencionado D. António Velasques Sarmento além de ser acusado de práticas mágicas, foi também indiciado por acções contra o Santo Officio. Segundo o autor da denúncia, o denunciado mantinha uma amizade com Maria de Gouveia “que já foi penitenciada por este Santo Tribunal [...] que querendo-a prender o Santo officio em certa occasião o ditto D. Antonio a andara escondendo muito tempo por varias partes the que em hua derão com ella e a prenderam”¹⁶³⁷. O denunciante acrescentou que “em outra occasiam hindo o padre D. Pedro, comissario do Santo officio, irmam do mesmo D. Antonio fazer alguma

¹⁶³² Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, livro 373, fl. 318v.

¹⁶³³ *Regimento do Santo Officio da Inquisição dos Reynos de Portugal*, Lisboa, Manuel da Silva, 1640, Livro III, título XXI, fl. 192.

¹⁶³⁴ Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, livro 373, fl. 338.

¹⁶³⁵ Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, livro 373, fl. 342.

¹⁶³⁶ *Regimento do Santo Officio da Inquisição dos Reynos de Portugal*, Lisboa, Manuel da Silva, 1640, Livro III, título XXI, fl. 192.

¹⁶³⁷ Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, livro 350, fl. 326v. De facto, Maria de Gouveia já havia sido processada por duas ocasiões, a primeira em 1696, e a segunda no ano de 1708. Seria processada terceira vez em 1725, cf. Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, proc. 6399. O referido processo encontrasse em “muito mau estado” de conservação pelo que a sua leitura não foi autorizada. As datas dos seus processos foram consultadas em José Pedro Paiva, *Bruxaria e Superstição* [...], pp. 187 (nota 361) e 223. A propósito desta mulher cf. ainda, Idem, *Práticas e Crenças Mágicas. O Medo e a Necessidade dos Mágicos na Diocese de Coimbra (1650-1740)*, Coimbra, Minerva, 1992, pp. 169-172.

diligencia ao mesmo lugar do Alfafar, viera para casa dizendo: este D. Antonio nos ha de deitar a perder, e repetira muitas veses, do que intenderam ser diligencia contra a ditto Maria de Goveia”¹⁶³⁸. Esta denúncia, como tantas outras, não teve qualquer seguimento. Como explicar esta realidade? Terão os inquisidores entendido não serem os dados apresentados conclusivos? Terá sido o facto do delatado ser fidalgo da casa de Sua Majestade a motivar o arquivamento da denúncia? Os excertos da denúncia, se permitem antever o enorme sucesso desta curandeira que atrairia clientela não apenas dos estratos mais modestos mas igualmente gente de condição mais elevada, informam igualmente do parentesco do acusado com um agente do Tribunal da Fé¹⁶³⁹. Teria este elemento pesado? Refira-se que todos os episódios delatados pelo denunciante, Luís de Salazar, haviam-lhe sido contados por parentes de D. António. Estaríamos perante uma intriga familiar?

Dos elementos coligidos ressalta a escassez de processados face ao número de denúncias remetidas. Por outro lado, verificou-se que somente um dos processos culminou com a aplicação de uma pena severa, precisamente o do escrivão do Lourical acusado em 1567 de subornar testemunhas. Estes dados revelam por si só a importância que o Tribunal atribuiu a este crime, maiormente pelo tipo de testemunhas que admitia, de que era exemplo, familiares e seus dependentes, cúmplices, indivíduos de estatuto social inferior e até escravos¹⁶⁴⁰. O ano em que a sentença foi lida não deixa de representar algum significado. Segundo Joaquim Romero Magalhães, a Inquisição atravessava um tempo de “organização” no qual “se procuram os criminosos e se formaliza o espectáculo indispensável para imprimir bem fundo o imaginário dissuador”¹⁶⁴¹. Assim sendo, importava actuar eficazmente e com rigidez de forma a dissuadir semelhantes comportamentos.

Mas como explicar a escassez no número de processados? Teriam as causas por judaísmo condicionado a actividade da Inquisição? Períodos houve, nomeadamente o sucedido por volta da década de 30 do século XVII, em que este elemento poderia ser fulcral. Ainda assim, e no que respeita ao tribunal conimbricense, a repressão contra o delito em causa fez-se sentir de forma mais violenta precisamente entre 1616 a 1660,

¹⁶³⁸ Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, livro 350, fl. 326v.

¹⁶³⁹ José Pedro Paiva, *Bruxaria e Superstição* [...], p. 170, revelou que esta mulher alcançou enorme fama por toda a diocese de Coimbra, sobremaneira na faixa litoral da mesma, durante as primeiras décadas de Setecentos.

¹⁶⁴⁰ Bruno Feitler, “Da ‘Prova [...]’”, pp. 307-308.

¹⁶⁴¹ Joaquim Romero Magalhães, “Em Busca [...]”, p. 193.

período em que foram processados 233 indivíduos¹⁶⁴². Portanto, no caso em apreço não parece existir tal correlação. Acresce que entre 1695 e 1709, período em que foram delatados oito dos 17 indivíduos em estudo, a Inquisição de Coimbra julgou apenas 484 pessoas por judaísmo¹⁶⁴³, longe portanto de ritmos registados anteriormente.

Ao longo das páginas anteriores procuramos apresentar algumas propostas, que nos pareceram verosímeis, de forma a explicar as causas da benevolência do Tribunal face aos denunciados. Assim, em determinados contextos poderá ter sido a qualidade dos que haviam cometido o delito a motivar semelhante complacência. Por outro lado, verificou-se que a maioria das palavras proferidas contra a instituição não procuraram colocar em causa a legitimidade do mesmo. Quer parecer que o Tribunal entendeu que a maioria das situações delatadas, não foram cometidas “em ordem, & desprezo do ministerio do Santo Officio, senão por algum outro respeito particular”¹⁶⁴⁴. Esta ideia é perfeitamente visível nos casos de falsos comissários e familiares. Ao invés de demonstrar desprezo pela instituição estas ocorrências revelaram antes a influência e o prestígio social que semelhantes cargos representavam e o poder de uma das principais instituições do disciplinamento social do Antigo Regime.

2.7 – Desrespeito

O delito de desrespeito abarcava toda uma série de comportamentos tidos como procedentes de indivíduos que sentiam mal da fé. Por este motivo, foi alvo de perseguição por parte do Santo Ofício. Entre as condutas erróneas contavam-se atitudes menos próprias durante a celebração da eucaristia, desprezo pelo rosário, faltas de respeito para com as imagens sagradas e para com a hóstia, desacatos a crucifixos, e desrespeito por determinadas prescrições alimentares¹⁶⁴⁵. Nesta conformidade o

¹⁶⁴² Esta fase repressiva conheceu um ligeiro decréscimo entre 1641 a 1650, cf. José Veiga Torres, “Uma Longa Guerra Social: Novas Perspectivas [...]”, pp. ñ numeradas (quadros em apêndice).

¹⁶⁴³ José Veiga Torres, “Uma Longa Guerra Social: Novas Perspectivas [...]”, pp. ñ numeradas (quadros em apêndice).

¹⁶⁴⁴ *Regimento do Santo Offício da Inquisição dos Reynos de Portugal*, Lisboa, Manuel da Silva, 1640, Livro III, título XXI, fl. 192.

¹⁶⁴⁵ Sobre o delito em Portugal, cf. António Borges Coelho, *Inquisição de Évora [...]*, vol. 1, pp. 279-284; Paulo Drumond Braga, *A Inquisição nos Açores [...]*, pp. 343-359; Michèle Janin-Thivos Tailland, *Inquisition et Société au Portugal. Le cas du tribunal d'Évora 1660-1821*, Paris, Centre Culturel Calouste Gulbenkian, 2001, pp. 273-276; Isabel M. R. Mendes Drumond Braga, “A Inquisição e a Sociedade Madeirense [...]”, pp. 251-253; Idem, *Os Estrangeiros e a Inquisição [...]*, pp. 281-287. Sobre a questão nos tribunais de Castela e Aragão, cf. Jean-Pierre Dedieu, “El Modelo Religioso [...]”, pp. 217-220; Juan Bázquez Miguel, *La Inquisición en Cataluña. El Tribunal del Santo Oficio de Barcelona (1487-1820)*, Toledo, Arcano, 1990, pp. 301-306.

regimento do Santo Ofício de 1640, estipulou que “se algũa pessoa for tão ouzada, que em desprezo do santissimo Sacramento do altar, quebrar, derrubar, tomar, ou fazer algum outro desacato á Hostia consagrada, ou ao Caliz consagrado, ou a algũa imagem de Christo nosso Senhor, & de sua sagrada Cruz, ou da Virgem Maria nossa Senhora, será examinada pela ditta culpa, & posta a tormento, pela presunção, que contra ella rezulta de sentir mal de nossa santa Fè Catholica”¹⁶⁴⁶. Os delinquentes podiam ser equiparados a hereges formais, estando prevista abjuração de leve ou de veemente suspeita na fé, penas espirituais, açoites e degredo para as galés. Para os casos mais graves estava previsto o relaxamento ao braço secular¹⁶⁴⁷. Os que desrespeitassem imagens de santos deviam abjurar de leve, em auto público da fé, podendo inclusivamente ser degredados para África ou para Castro Marim, ao mesmo tempo que seriam sujeitos a penitências espirituais¹⁶⁴⁸. Aqueles que recebessem a comunhão sem estar em jejum seriam admoestados na Mesa. Se tornassem a prevaricar ser-lhes-ia instaurado processo, ficando a pena reservada ao arbítrio dos inquisidores¹⁶⁴⁹.

Em Portugal, à semelhança do que sucedeu em Castela e Aragão¹⁶⁵⁰, o delito foi pouco significativo. Atentemos em alguns exemplos. No arquipélago dos Açores, ao longo do funcionamento do Tribunal da Fé, apenas cinco indivíduos foram processados por desrespeito, o que correspondeu a 4,4% do total de sentenciados¹⁶⁵¹. Na Madeira o delito baixou aos 2%¹⁶⁵². Nos séculos XVI e XVII, apenas 25 dos estrangeiros processados pela Inquisição portuguesa o foram pelo delito em análise, o que equivaleu a 2,6%¹⁶⁵³.

¹⁶⁴⁶ *Regimento do Santo Offício da Inquisição dos Reynos de Portugal*, Lisboa, Manuel da Silva, 1640, Livro III, título XIII, fl. 179.

¹⁶⁴⁷ No regimento do Cardeal da Cunha de 1774, a possibilidade de ser relaxado ao braço secular desaparece, ou pelo menos, não é explícita: “se o réo for de vida libertina, e pouco ajustada com a verdadeira crença, e confessando o facto, negar a tenção; e concorrerem taes, e tão aggravantes circumstancias, assim na publicidade do Crime, como do geral escandalo, que delle resultou; e pareça aos Inquisidores, que para satisfação da Justiça não basta a Pena arbitraria, depois de examinarem o caso com grande consideração, tomarão Assento no Processo, e o farão subir ao Conselho Geral”, cf. *Regimento do Santo Offício da Inquisição dos Reinos de Portugal*, Lisboa, Miguel Manescal da Costa, 1774, Livro III, título IX, pp. 113-114.

¹⁶⁴⁸ O regimento de 1640, não refere a duração do degredo. Já o texto de 1774, elucida que o degredo teria a duração de três a cinco anos “para alguma das Conquistas do Reino”, cf. *Regimento do Santo Offício da Inquisição dos Reinos de Portugal*, Lisboa, Miguel Manescal da Costa, 1774, Livro III, título IX, p. 114.

¹⁶⁴⁹ *Regimento do Santo Offício da Inquisição dos Reynos de Portugal*, Lisboa, Manuel da Silva, 1640, Livro III, título XIII, fl. 179.

¹⁶⁵⁰ Jean-Pierre Dedieu, “El Modelo Religioso [...]”, p. 217.

¹⁶⁵¹ Paulo Drumond Braga, *A Inquisição nos Açores [...]*, pp. 170 e 357.

¹⁶⁵² Isabel M. R. Mendes Drumond Braga, “A Inquisição e a Sociedade Madeirense [...]”, pp. 190 e 251-253. Neste arquipélago, de 1690 a 1719, entre 59 denunciados, cinco foram-no por irreverências e agressões a imagens, ou seja, 8,5%, cf. Maria do Carmo Jasmins Dias Farinha, “A Inquisição na Madeira [...]”, p. 880.

¹⁶⁵³ Isabel M. R. Mendes Drumond Braga, *Os Estrangeiros e a Inquisição [...]*, p. 281.

De igual forma, as situações reportadas no decorrer das visitas inquisitoriais foram numericamente insignificantes. Por exemplo, na deslocação de Jerónimo de Sousa ao Minho e a Trás-os-Montes, em 1583, foram denunciados cinco indivíduos por este delito, o que correspondeu a 3,6% dos delatados¹⁶⁵⁴. A visita da Inquisição de Lisboa ao bispado de Portalegre, em 1578-1579, resultou apenas no conhecimento de duas situações¹⁶⁵⁵. Por seu turno, na visita a Santarém em 1624-1625, foram delatados dez indivíduos por práticas análogas, o que equivaleu a 5,6% do total de acusados¹⁶⁵⁶.

Em Pombal e freguesias limítrofes localizámos 23 indivíduos denunciados à Inquisição por este delito. Destes apenas um foi preso e processado, embora não tivesse chegado a ser sentenciado. Tratou-se do já referido Christiano Schneyder. A primeira situação chegou ao conhecimento do Tribunal da Fé no início da segunda metade do século XVII, enquanto as restantes foram reportadas ao longo da centúria seguinte.

A 20 de Fevereiro de 1652, uma Maria, de 28 anos de idade, natural de Mações de Caminho, termo de Alvaiázere, e moradora na Golegã, em casa do médico Ricardo da Costa, declarou perante um comissário do Santo Ofício, que por volta de 1640, havia assistido por espaço de dois meses na vila de Pombal “em caza de hũa gente de nação, a qual gente nos tempos de recolhimento dos fructos hia a hũa quinta fora da dita villa”¹⁶⁵⁷. Durante este período observara a sua ama, cujo nome não era lembrada, desrespeitar um crucifixo batendo-lhe, cuspiendo-lhe e por fim arremessando-o para debaixo da cama¹⁶⁵⁸. No seguimento da denúncia os inquisidores de Lisboa ordenaram que a denunciante fosse perguntada judicialmente, o que sucedeu a 12 de Março de 1652, na igreja paroquial da Golegã. No entanto, Maria não acrescentou nenhum facto significativo, somente que nunca observara a família rezar, nem ensinar às filhas as orações ou a doutrina cristã¹⁶⁵⁹. Neste caso, mais do que o testemunho único, parece ter sido o conteúdo da denúncia, demasiado vago, que terá motivado a não abertura de processo.

Mais tarde, a 2 de Novembro de 1702, frei António Rodrigues Tomás, beneficiado na igreja de São Pedro de Pombal, dirigiu-se ao tribunal inquisitorial de

¹⁶⁵⁴ Isabel M. R. Mendes Drumond Braga, Paulo Drumond Braga, “Jerónimo de Sousa por Terras [...]”, pp. 794 e 800.

¹⁶⁵⁵ Maria Paula Marçal Lourenço, “Para o Estudo da Actividade Inquisitorial [...]”, pp. 127-128 e 137.

¹⁶⁵⁶ Maria Paula Marçal Lourenço, “Uma Visita da Inquisição de Lisboa [...]”, pp. 583 e 587.

¹⁶⁵⁷ Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, livro 304, fls. 503-503v.

¹⁶⁵⁸ No seu testemunho apenas indicou ser a ama filha de um Gaspar Fernandes, morador na Rominha, Alvaiázere. Mais tarde, acrescentou que a ama era “mulher alta, alva de rosto [*sic*] e bem disposta, e o ditto seu marido tambem era homem alto, e bem disposto e preto de rosto”, cf. Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, livro 304, fls. 503-503v e 508v; livro 82, fl. 106.

¹⁶⁵⁹ Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, livro 304, fls. 507-510.

Coimbra onde, em nome de Benta Maria do Sacramento, denunciou Maria de Abreu “pessoa de nação por fama constante” e sua sobrinha Mariana, criança de oito anos de idade, ambas naturais e moradoras em Pombal. Segundo a delação Maria “em os sábados a tarde e nos Domingos de menhañ asoutava hũa imagem de Christo Senhor Nosso, e a aspergião com ourina [*sic*], em lugar de agoa benta; e que o mesmo fazia ella ditta Marianna em companhia da ditta sua tia”¹⁶⁶⁰. As duas terão tentado persuadir uma criada de Benta Maria do Sacramento para que “quizesse fazer com ella o mesmo, mostrando lhe hum telho e dizendo farião delle o seu Deos e o asoutarião, porque não era por mal”¹⁶⁶¹.

A 22 de Dezembro de 1711, D. Joana Luísa de Almeida, religiosa no convento de Santa Clara de Coimbra, denunciou à Inquisição uma filha de D. João da Silveira, recolhida no convento do Louriçal, pois tomara conhecimento que esta “deitara no vazo por donde as religiosas tomarão o lavatorio da comunhão, orina e pos de escremento, e asoutava hum santo Christo e ao despois o metia emtre a cama e se deitava em sima dele”¹⁶⁶².

No início do século XVIII, Manuel Rodrigues Leal, serralheiro, natural de Montemor-o-Velho e morador na vila de Abiul, além de ter proferido diversas proposições heréticas foi acusado de comer carne em dia proibido¹⁶⁶³.

Em Maio de 1737, D. Joana Maria, solteira, moradora no lugar do Vale, termo de Pombal, foi denunciada à Inquisição pelo capitão João Freire da Silva. Além de práticas mágicas esta mulher foi acusada de ter tido uma atitude pouco digna durante a celebração litúrgica: “na sexta feira da Paixão do presente anno estando hum beneficiado na igreja matrix da dita villa cantando no pulpito a Paixão disse em voz alta com grande galhofa [...] ai, ai que está rouco se me lá deixarão ir, melhor o havia de fazer”¹⁶⁶⁴.

No ano de 1762, Christiano Schneyder encontrando-se na praça da vila no momento em que passava a procissão do Enterro do Senhor, estando na ocasião em companhia de diversos oficiais da fábrica de chapéus da Gramela, questionou-os “para que vinhão ver aquillo e batendo com huas contas nos calcons na parte de tras com grande irrizão e

¹⁶⁶⁰ Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, livro 694, fls. 145v-146.

¹⁶⁶¹ Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, livro 694, fls. 145v-146.

¹⁶⁶² Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, livro 332, fl. 159.

¹⁶⁶³ Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, livro 329, fl. 283.

¹⁶⁶⁴ Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, livro 369, fl. 442.

mofa”¹⁶⁶⁵. Segundo o comissário da vila, José Anastácio de Sousa, o delato não “ouve missa, nem satisfes aos preceitos da quaresma, e que em sexta feira de paixão proxima passada emtrara na igreja [matriz] a tempo que se estava pregando o sermão da soledade de que elle delato se estava rindo e mostrando o pregador o sudário dise elle delato com irrizão e zombaria que aquillo era couza de comedia e sahindo a porsissão pela prasa a recolher se sahio elle delato para a mesma prasa onde zombando repetio o mesmo, e que elle faria outro melhor”¹⁶⁶⁶. De igual forma o réu “por muitas vezes vendo passar pella sua rua [...] muitas gentes cantando o Bendito e o [Louvado seja o Santíssimo Sacramento] elle se rria e fazia zombaria”¹⁶⁶⁷. Por outro lado, não tinha por hábito ajoelhar-se perante o Santíssimo Sacramento, quando este era conduzido a algum enfermo, afirmando em tom jocoso “que o levassem pera deante que la [na sua rua] não estava ninguem doente”¹⁶⁶⁸. Pese a gravidade das acusações, o processo foi interrompido, tendo o réu sido libertado, sem sofrer qualquer penalidade.

No final do século XVIII, Inês Gertrudes, uma louricalense de 19 anos de idade, filha de Garcia José, remeteu, por ordem do seu confessor, duas missivas ao tribunal de Coimbra, uma a 18 de Março de 1793¹⁶⁶⁹ e outra a 25 desse mês e ano¹⁶⁷⁰, nas quais deu conta de diversos actos de desrespeito que protagonizara. A par de distintas proposições que proferira contou que “tenho desprezado as sagradas imagens, arremeçando com ellas aos cantos e lugares indidentes, tenho cometido acções as mais torpes e dezhonestas com os santos crucifixos e tãobem com o Demonio em figura de mulher, acuzo-me em fim que dipois de comungar tenho tirado da boca as particulas consagradas porfanando as [*sic*] ao dipois em caza de muitas sortes, cometendo com ellas acções tãobem dezhonestas, e em fim lançando-as por ultimo em logares os mais indecentes”¹⁶⁷¹. Acusou ainda nove mulheres do Lourical por actos análogos, a saber,

¹⁶⁶⁵ Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, proc. 5752.

¹⁶⁶⁶ Christiano “não só rira e zombara do santo sudario mas tambem das imagens que hião na porsissão da soledade como era a de Nossa Senhora que nella hia e outras mais”, cf. Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, proc. 5752.

¹⁶⁶⁷ Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, proc. 5752.

¹⁶⁶⁸ Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, proc. 5752. A propósito de situações de desrespeito para com o Santíssimo Sacramento, cf. Paulo Drumond Braga, *A Inquisição nos Açores* [...], p. 354.

¹⁶⁶⁹ Lisboa, AN/TT, Tribunal do Santo Ofício, mc. 28, doc. 7; Lisboa, AN/TT, Tribunal do Santo Ofício, mc. 24, doc. 53.

¹⁶⁷⁰ Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, livro 410, fls. 120-130.

¹⁶⁷¹ Lisboa, AN/TT, Tribunal do Santo Ofício, mc. 24, doc. 53. Cf., ainda, Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, livro 410, fls. 123-123v. A propósito de questões relativas ao desrespeito para com a hóstia cf. Paulo Drumond Braga, *A Inquisição nos Açores* [...], p. 346; Isabel M. R. Mendes Drumond Braga, *Os Estrangeiros e a Inquisição* [...], pp. 283-284. Sobre o caso específico de um inglês calvinista, que em 1552, durante as festas de casamento do príncipe herdeiro, D. João, com D. Joana, arremessou a hóstia para o chão perante toda a corte, cf. Isaiás da Rosa Pereira, “O Desacato na Capela Real em 1552 e o

Clara, mulher de Manuel José; Maria, irmã de Clara, já viúva; Bárbara, esposa de António Leal; Francisca, filha de Francisco Escobar; Maria e Ana, filhas de José António; Ana Isabel, Margarida Madalena e uma Rita¹⁶⁷². Segundo o seu testemunho observara que as ditas mulheres “dezembrulhavam dos lenços ou de papeis algũas particulas se estas erão consagradas não sei, porem vi que elas as calcavam e as margulhavão [*sic*] em agua dipois não <sei> aonde as lançavam”¹⁶⁷³. No seguimento da primeira carta, o tribunal de Coimbra, a 20 de Março de 1793, remeteu uma comissão a D. Joaquim de Guadalupe, cónego regular de Santo Agostinho e qualificador do Santo Ofício, morador no Lourçal, para que este averiguasse a verdade do caso, qualificado pelo mesmo como “mina do Inferno”¹⁶⁷⁴. Não obstante, a diligência não chegou a ser efectuada. A 25 de Março, D. Joaquim ao tomar conhecimento do teor da segunda carta, verificando ser tão diferente da primeira e formalmente contrária, decidiu aguardar por novas disposições. Segundo o seu parecer “esta tão notavel variedade me faz duvidar do que devo fazer e me acrescenta o receio de que tudo isto seja mero effeito de hũa imaginação muito viva, muito voluvel e capaz de dizer e desdizer quanto se lhe representa no que he tão facil e tão fecundo o sexo feminino, especialmente em pouca idade”¹⁶⁷⁵. De igual forma, frei José de Santa Rita Cassia, confessor de Inês, referiu que esta “parece-me que da fundamentos de hum genio apreensivo, cheio de fantazia, de imaginação”¹⁶⁷⁶. Dois dias depois, ou seja, a 27 de Março, D. Joaquim de Guadalupe remeteu nova missiva para Coimbra referindo que Inês Gertrudes “dá grandes indicios de cerebro comovido com violencia, e fecundo em imaginar quimeras, porem por outra parte tãobem o padre [frei José] e eu não menos temos veementes suspeitas de que muitas coizas que ella diz não são falsas e que aqui sempre há conloyo de mulheres dezatinadas e entregues ás mais infames e sacrilegas profanações [...] mas senhor as declaraçoens que ella tem feito das pessoas e particularmente de hũa que a perverteu tem muitas vizos de verdadeiras; diz que hũa dessas pouco depois de ter comungado lhe

Processo do Calvinista Inglês perante o Ordinário de Lisboa”, *Anais da Academia Portuguesa de História*, 2.^a série, vol. 29, Lisboa, 1984, pp. 595-623.

¹⁶⁷² Na carta de 25 de Março de 1793, referiu terem sido suas cúmplices 53 pessoas, ainda que só tivesse observado as primeiras oito mulheres. Entre as restantes apenas sabia o nome de algumas, a saber, as irmãs Teresa, Rosa Maria, Joana e Francisca, moradoras em Pombal; Maria Josefa, de Almagreira; e Mariana, da Mata Mourisca, cf. Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, livro 410, fls. 123-123v. Na primeira carta havia delatado apenas as seis primeiras mulheres, cf. Lisboa, AN/TT, Tribunal do Santo Ofício, mc. 24, doc. 53.

¹⁶⁷³ Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, livro 410, fl. 123.

¹⁶⁷⁴ Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, livro 410, fl. 120.

¹⁶⁷⁵ Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, livro 410, 128v.

¹⁶⁷⁶ Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, livro 410, fl. 121.

mostrara a partícula que ella entende ser a mesma que a tal mulher tinha recebido e isto agora há poucos dias. Que hontem quinta feira santa em que a denunciante comungou se fora por a tal mulher junto a ella e lhe fizera as maiores instancias para que lhe desse a partícula tanto que a recebesse e outras coizas semelhantes”¹⁶⁷⁷. Após esta carta não localizámos qualquer outro documento relativo a Inês, nem tão pouco às restantes mulheres acusadas. Terão os fortes indícios de trastorno mental¹⁶⁷⁸ conduzido ao arquivamento do caso? Desde o Direito Romano que a loucura era tida como condição inimputável¹⁶⁷⁹. No que toca à Inquisição portuguesa, o regimento de 1613, estipulou que se a loucura fosse atestada não haveria lugar a pena “pois o furioso não he capaz della”¹⁶⁸⁰. Por seu turno, o regimento de 1640 determinou que, caso a loucura fosse confirmada, o réu deveria ser tratado convenientemente, estando previsto o seu internamento no Hospital Real de Todos-os-Santos, único espaço, ao longo da Época Moderna, que possuía enfermaria própria para albergar loucos¹⁶⁸¹. Se entretanto o réu melhorasse o processo deveria prosseguir, “& não melhorando no juizo, parará nos termos, em que estiver, & mandarão os Inquisidores entregar o prezo sobre fiança a algum parente seu dos mais chegados, que tiver”¹⁶⁸². Estas determinações perpassaram para o regimento de D. João Cosme de Cunha, texto que insistiu e aprofundou a questão dos exames que deveriam comprovar o estado mental do réu¹⁶⁸³. Retomando o caso de Inês Gertrudes, não é conhecido qualquer parecer médico que atestasse as suspeitas de D. Joaquim e de frei José. Não obstante, é bem provável que tais indícios, juntamente com a pouca idade de Inês, tenham contribuído para o arquivamento da denúncia¹⁶⁸⁴.

¹⁶⁷⁷ Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, livro 410, fls. 120 e 130.

¹⁶⁷⁸ Na Época Moderna, a doença mental era entendida como o resultado da perturbação das faculdades principais: imaginação, entendimento e memória, cf. Paulo Drumond Braga, “*Nam paressia ser muito certo no juizo e capacidade*. Réus, Doenças Psíquicas e Inquisição”, *Lusíada. História*, n.º 8, Lisboa, 2011, p. 248. Como menciona o mesmo autor, a p. 247, transtorno mental é a designação actualmente empregue pela medicina.

¹⁶⁷⁹ Paulo Drumond Braga, “*Nam paressia ser muito certo no juizo [...]*”, p. 248.

¹⁶⁸⁰ *Regimento do Santo Officio da Inquisiçam dos Reynos de Portugal*, Lisboa, Pedro Crasbecck, 1613, Título III, capítulo XXXII, fl. 14.

¹⁶⁸¹ Isabel dos Guimarães Sá, “Os Espaços de Reclusão e a Vida nas Margens”, *História da Vida Privada em Portugal [...]*, p. 294.

¹⁶⁸² Se posteriormente recuperasse a razão o processo seria retomado, cf. *Regimento do Santo Officio da Inquisição dos Reynos de Portugal*, Lisboa, Manuel da Silva, 1640, Livro II, título XVII, fl. 129.

¹⁶⁸³ *Regimento do Santo Officio da Inquisição dos Reynos de Portugal*, Lisboa, Miguel Manescal da Costa, 1774, Livro II, título X, pp. 80-81.

¹⁶⁸⁴ São conhecidos alguns casos similares, cf. Paulo Drumond Braga, “*Nam paressia ser muito certo no juizo [...]*”, p. 254.

No que respeita ao sexo dos delatados, os dados respeitam a 21 mulheres e apenas a dois homens¹⁶⁸⁵. Relativamente à morada destes indivíduos 11 residiam no Louriçal, nove em Pombal, um em Abiul, um em Almagreira e outro na Mata Mourisca. Entre os acusados quatro eram cristãos-novos¹⁶⁸⁶. Christiano Schneyder era luterano. Quanto aos restantes, desconhecemos qualquer dado relativo à sua geração. A documentação estudada aponta para que o delito tenha sido cometido por indivíduos de distintos grupos sociais¹⁶⁸⁷. Uma das delatadas, recolhida no convento do Louriçal, era filha de D. João da Silveira. Outra, de que igualmente se desconhece o nome, moradora em Pombal, era detentora de propriedades e de escravos, o que revela por si só determinado nível social. Os restantes seriam de estratos sociais mais modestos. Maria de Abreu era casada com um escrivão, enquanto Mariana era sobrinha deste. No que respeita aos homens acusados, um era serralheiro, enquanto o outro era marceneiro e estalajadeiro. Para os restantes não possuímos qualquer elemento a este respeito. Os dados revelam-se ainda mais escassos no que respeita às idades destes indivíduos. Apenas conhecemos as idades de quatro dos delatados. Mariana tinha oito anos de idade, Inês Gertrudes 19, Christiano Schneyder tinha 36 anos, enquanto Manuel Rodrigues Leal havia já completado meio século de existência. No que toca ao estado religioso o universo em estudo era constituído por sete solteiros, cinco casados e dois viúvos¹⁶⁸⁸. Assim sendo, a informação recolhida permite constatar que estamos perante um delito passível de ser cometido por indivíduos de todas as idades e de todos os estados religiosos¹⁶⁸⁹.

Os dados revelaram sobremaneira situações de sacrilégio envolvendo a hóstia consagrada e o crucifixo, ou seja, sobre o corpo e imagem de Cristo¹⁶⁹⁰. Como

¹⁶⁸⁵ A mesma realidade por exemplo nos denunciados na visita da Inquisição a Santarém em 1624-1625, onde em dez denunciados, 9 foram mulheres, cf. Maria Paula Marçal Lourenço, “Uma Visita da Inquisição de Lisboa [...]”, p. 587. Outros estudos mostraram que os homens eram os que mais prevaricaram, cf. Paulo Drumond Braga, *A Inquisição nos Açores* [...], p. 358; Isabel M. R. Mendes Drumond Braga, *Os Estrangeiros e a Inquisição* [...], p. 281.

¹⁶⁸⁶ Sobre um outro indivíduo, a saber Manuel Rodrigues Leal, pairava o rumor de ser cristão-novo, cf. Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, livro 329, fl. 283. Refira-se que no arquipélago dos Açores a maioria dos delatados por desrespeito eram cristãos-novos, cf. Paulo Drumond Braga, *A Inquisição nos Açores* [...], p. 358, cf. ainda pp. 344-345 e 353.

¹⁶⁸⁷ Entre os estrangeiros processados por desrespeito pela Inquisição portuguesa a maioria eram de estatuto modesto, cf. Isabel M. R. Mendes Drumond Braga, *Os Estrangeiros e a Inquisição* [...], p. 281. Na Madeira a realidade foi idêntica, cf. Idem, “A Inquisição e a Sociedade Madeirense [...]”, p. 253.

¹⁶⁸⁸ Desconhecemos o estado religioso de nove dos acusados.

¹⁶⁸⁹ A mesma realidade em Isabel M. R. Mendes Drumond Braga, *Os Estrangeiros e a Inquisição* [...], p. 281.

¹⁶⁹⁰ Curiosamente, não localizámos nenhuma situação de desacatos às cruzes que se encontravam ao longo dos caminhos, conduta tão frequente noutras áreas geográficas, cf. por exemplo, Paulo Drumond Braga, *A Inquisição nos Açores* [...], pp. 347-348; Isabel M. R. Mendes Drumond Braga, *Os*

interpretar semelhantes condutas? Estaremos, no caso específico dos cristãos-novos, perante uma atitude de ódio pela cristianização forçada? Talvez. De facto, tal revolta parece transparecer em vários processos de judaísmo. Por exemplo, Ana Mendes apelidava os cristãos-velhos de malditos. Em certa discussão, sendo referido por uma sua criada que o nome de Maria era o melhor, Ana contestou referindo que era antes o pior e “dizendo a denunciante que assim não podia ser por a Virgem Nossa Senhora se chamar Maria a sobredita respondeu que era pior porque as mais das Marias eram más mulheres”¹⁶⁹¹. No entanto, vale a pena frisar que tais atitudes não foram exclusivas de cristãos-novos, pelo que parece excessivo afirmar que tais actos quando perpetrados por estes tenham constituído sempre claros indícios de ódio pelo credo imposto¹⁶⁹².

Concomitantemente, alguns dos actos estudados indiciam terem sido causados ou pelo menos, potenciados, pela existência de transtornos mentais. Este parece ter sido o caso de Inês Gertrudes. De resto, estudos já realizados deram conta de condutas semelhantes protagonizadas por indivíduos que se veio a verificar serem loucos¹⁶⁹³. Não obstante, quer parecer que, na maioria das situações, tal como referiu Isabel M. R. Mendes Drumond Braga o delito seria cometido por indivíduos que demonstravam “mais rudeza e ignorância que falta de fé”¹⁶⁹⁴.

2.8 – Magia

A repressão da bruxaria foi, em determinadas regiões da Europa, bastante violenta. Desde a segunda metade do século XVI, sobremaneira nos territórios alemães e suíços, decorreu um verdadeiro clima de pânico que resultou num forte movimento de caça à bruxa. Outros territórios, tais como a Áustria, a Escócia, a França, a Holanda, a Hungria, a Inglaterra, o Luxemburgo, a Polónia, a Suécia e a Transilvânia, conheceram

Estrangeiros e a Inquisição [...], p. 285. Para Castela cf. Jean-Pierre Dedieu, “El Modelo Religioso [...]”, pp. 217-218.

¹⁶⁹¹ Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, proc. 2403, fl. 6. Diversos estudos demonstram idêntica realidade. Cf. por exemplo, Sonia A. Siqueira, *A Inquisição Portuguesa* [...], pp. 241 e 249; Marco Antônio Nunes da Silva, “Cripto-Judaísmo [...]”, p. 263. Sobre o caso de uma família de cristãos-novos portuguesa, residente em Madrid, acusada de maltratar um crucifixo no início do século XVII, cf. Juan Ignacio Pulido Serrano, *Injurias a Cristo. Religión, Política y Antijudaísmo en el Siglo XVII (Análisis de las corrientes antijudías durante la Edad Moderna)*, Madrid, Universidad de Alcalá, Instituto Internacional de Estudios Sefardíes y Andalusíes, 2002.

¹⁶⁹² Sobre esta situação cf. Ronaldo Vainfas, “Moralidades Brasilicas: Deleites Sexuais e Linguagem Erótica na Sociedade Escravista”, *História da Vida Privada no Brasil*, vol. 1, organização de Laura de Mello e Souza, 6.ª edição, São Paulo, Companhia das Letras, 1997, pp. 248-249.

¹⁶⁹³ São conhecidos outros casos de desrespeito protagonizados por indivíduos com transtornos mentais, cf. por exemplo Paulo Drumond Braga, “*Nam paressia ser muito certo no juizo* [...]”, p. 251.

¹⁶⁹⁴ Isabel M. R. Mendes Drumond Braga, “A Inquisição e a Sociedade Madeirense [...]”, p. 253.

períodos de forte intolerância face às práticas mágicas, ainda que com balizas temporais distintas¹⁶⁹⁵. A repressão foi de tal ordem que entre 1560 e 1680, estima-se que terão sido condenadas à morte cerca de 40 000 pessoas¹⁶⁹⁶.

Em Portugal, a repressão foi, quando comparada com a ocorrida nestes territórios, menos severa¹⁶⁹⁷. Conhecem-se apenas dez casos de indivíduos condenados à morte. Se no século XVI, a justiça secular condenou seis mulheres à morte¹⁶⁹⁸, nas duas centúrias seguintes, apenas quatro indivíduos seriam relaxados ao braço secular pelo Tribunal do Santo Ofício¹⁶⁹⁹. Segundo José Pedro Paiva, tal brandura resultou de uma multiplicidade de factores entre os quais se destacaria a formação intelectual das elites, dominada pelo pensamento de São Tomás de Aquino, e a situação concreta da Igreja portuguesa, que ao contrário do que sucedeu por quase toda a Europa, conservou as suas prerrogativas, não apenas em virtude dos casos de luteranismo terem sido insignificantes, mas também porque manteve os privilégios, conservou a riqueza, gozou de proteção régia e demonstrou enorme capacidade de renovação, inclusivamente no período pré-Trento¹⁷⁰⁰.

Alguns autores europeus aplicaram o termo bruxaria relativamente ao mito que abarcava pacto demoníaco, voo nocturno e assembleias de bruxas. Tal historiografia tendeu a empregar o vocábulo feiticeiro para designar os que executavam malefícios sem intervenção do diabo; e curador para aludir aos praticantes de magia benéfica¹⁷⁰¹. Como José Pedro Paiva referiu, tal classificação tem aplicabilidade discutível. A documentação inquisitorial evidência que a população não empregava tais vocábulos de forma rígida. Para esta importava sobretudo os actos praticados. Os meios aplicados

¹⁶⁹⁵ José Pedro Paiva, *Bruxaria e Superstição* [...], pp. 189-191.

¹⁶⁹⁶ Robert Muchembled, *Le Roi et la Sorcière. L'Europe des Bûchers XV-XVIII siècle*, Paris, Desclée, 1993, pp. 74-75, *apud* José Pedro Paiva, *Bruxaria e Superstição* [...], p. 189.

¹⁶⁹⁷ Sobre a magia em Portugal cf. sobretudo os trabalhos de Francisco Bethencourt, *O Imaginário da Magia. Feiticeiras, Saludadores e Nigromantes no século XVI*, Lisboa, Universidade Aberta, 1987; José Pedro Paiva, *Práticas e Crenças Mágicas* [...]; Idem, *Bruxaria e Superstição* [...]; Idem, “A Magia e a Bruxaria [...]”, pp. 369-375; Idem, “Stregoneria, Portogallo”, in *Dizionario storico dell'Inquisizione*, [...], vol. 3, pp. 1530-1533. Para o Brasil colonial, cf. principalmente, Laura de Mello e Souza, *O Diabo e a Terra de Santa Cruz, Feitiçaria e Religiosidade Popular no Brasil Colonial*, 7.^a edição, São Paulo, Companhia das Letras, 2000; Idem, *O Inferno Atlântico. Demonologia e Colonização. Séculos XVI-XVIII*, São Paulo, Companhia das Letras, 1993. Sobre o fenómeno em territórios castelhanos e da Península Itálica cf. as sínteses Oscar Di Simplicio, “Stregoneria, Spagna”, in *Dizionario storico dell'Inquisizione*, [...], vol. 3, pp. 1533-1537; Vincenzo Lavenia, “Stregoneria, Italia”, in *Dizionario storico dell'Inquisizione*, [...], vol. 3, pp. 1521-1530.

¹⁶⁹⁸ Yvonne Cunha Rêgo, *Feiticeiros, Profetas e Visionários. Textos Antigos Portugueses*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1981, pp. 13-21.

¹⁶⁹⁹ José Pedro Paiva, *Bruxaria e Superstição* [...], p. 77 (nota 189).

¹⁷⁰⁰ José Pedro Paiva, *Bruxaria e Superstição* [...], pp. 331-356.

¹⁷⁰¹ Francisco Bethencourt, *O Imaginário da Magia* [...], pp. 26-32; José Pedro Paiva, *Práticas e Crenças* [...], pp. 24-26.

eram relegados para segundo plano¹⁷⁰². Assim sendo, este autor utilizou a palavra mágicos ou agentes da magia para referir os acusados sem fazer qualquer distinção entre os mesmos. Feiticeiros e bruxos para designar os que praticavam malefícios, curador para denominar aqueles que executavam curas, e bruxaria para se referir ao mito diabólico associado a estes indivíduos¹⁷⁰³. Optámos por utilizar esta conceptualização, quer porque nos parece acertada, quer pelo facto de ter sido aplicada com êxito à diocese de Coimbra, de que faz parte a área geográfica em estudo.

No território português, a jurisdição sobre a magia ilícita recaía sobre três instituições, a saber, os tribunais régios¹⁷⁰⁴, os tribunais episcopais¹⁷⁰⁵ e, a partir de 1536, o tribunal do Santo Ofício. Como tal, este era um delito de foro misto que, salvo casos específicos, deveria ser julgado pela instância que desse início ao processo. No entanto, refira-se que existindo suspeita de heresia o caso era da exclusiva competência inquisitorial. Como seria de esperar a repartição jurisdicional nem sempre foi pacífica. É paradigmático, o conflito que estalou no início do século XVII, a propósito da alçada

¹⁷⁰² José Pedro Paiva, *Práticas e Crenças* [...], pp. 26-27.

¹⁷⁰³ José Pedro Paiva, *Práticas e Crenças* [...], p. 30.

¹⁷⁰⁴ No que respeita à justiça civil são conhecidas leis contra o delito desde o século XIV, cf. José Pedro Paiva, *Bruxaria e Superstição* [...], p. 192. No século seguinte, entraram em vigor as *Ordenações Afonsinas*, texto que previa a pena de morte para os que recorrendo a feitiçarias “de qualquer estado e condiçom que seja [...] trautando por ella morte, ou deshonra, ou alguũ outro dampno d’algũa pessoa, ou seu estado e fazenda”, cf. *Ordenações Afonsinas* [...], p. 153. Estavam ainda previstas penas para os que procurassem tesouros ou objectos perdidos. Tratando-se de “pessoa vil” incorria em prisão e açoites públicos, enquanto para os culpados de condição superior estava previsto o degredo para Ceuta, por um período de três anos, cf. *Ordenações Afonsinas* [...], pp. 153-154. As *Ordenações Manuelinas* resultaram mais elaboradas, discriminando um conjunto de práticas e crenças, bem como as respectivas penas para quem as praticasse. Assim sendo, feitiços com recurso a objectos sagrados, tais como pedra de ara, ou corporais, seriam punidos com a pena de morte. Idêntica penalização seria aplicada aos que invocassem “espiritos diabolicos”, ou usassem de feitiços “pera querer bem, ou mal a outrem”, cf. *Ordenações Manuelinas* [...], p. 92. Para os casos de adivinhação as penas passavam por açoites, marcação de ambas as faces com o sinal “ff”, degredo para São Tomé e penas pecuniárias. Por outro lado, o texto elenca uma série de superstições, largamente difundidas entre “a gente rustica” tais como “passarem os doentes por silvão, ou machieiro, ou lameira virgem”, ou passar o “Doyro, e Minho tres vezes”. Semelhantes comportamentos seriam punidos com açoites, degredo e penas pecuniárias, que variavam consoante a qualidade do acusado. Idênticas eram as penalidades aplicadas aos que benzessem animais sem terem para tal autorização régia ou do Ordinário, cf. *Ordenações Manuelinas* [...], pp. 93-94. Estas penalizações perpassaram sem alterações de monta para as *Ordenações Filipinas* [...], pp. 1150-1152.

¹⁷⁰⁵ O título 32 das *Constituições do Bispado de Coimbra*, impressas em 1591, era dedicado aos “feiticeyros, benzedeiros, agoureyros, & sorteyros”. O texto proibia a utilização de qualquer feitiçaria, sobremaneira a que utilizava objectos do sagrado, tais como pedra de ara ou corporais. As penas a aplicar aos prevaricadores variavam consoante a condição do réu. Assim, os clérigos incorriam em pena de prisão, suspensão das ordens e degredo a arbítrio. Por seu turno, os leigos de condição social inferior seriam expostos às portas da igreja da sua freguesia, com carocha na cabeça e uma vela na mão. Concomitantemente seriam condenados a pagar cinco cruzados. Caso não tivessem possibilidade de pagar a dita quantia, seriam condenados a penas corporais ou a degredo, cf. *Constituições Synodaes do Bispado de Coimbra*, Coimbra, António de Mariz, 1591.

sobre os ensalmadores, e que opôs o prelado olisiponense, D. Miguel de Castro (1586-1625), à Inquisição¹⁷⁰⁶.

Desde o estabelecimento da Inquisição em Portugal que o delito caiu sob sua alçada¹⁷⁰⁷. Antes, em 1531, D. João III ao remeter instruções a Brás Neto, embaixador junto da Santa Sé, explicitou que a futura instituição deveria ter jurisdição sobre semelhantes práticas, inclusivamente quando não existisse heresia¹⁷⁰⁸. O monitório de D. Frei Diogo da Silva, datado de 1536, apelava para a delação dos que invocassem e realizassem pacto demoníaco, bem como dos que possuíssem livros e escrituras por onde realizassem “os ditos çercos e invocações dos diabos”¹⁷⁰⁹.

No que toca a regimentos, a primeira referência ao delito surgiu no de 1640. O título dedicado a esta matéria inicia com uma referência à bula de Xisto V, pela qual se assentou que à Inquisição “está cometido o conhecimento de todos estes crimes, posto que não sejam hereticaes; assi porque ao menos não carecem de suspeita de heresia, como pela superstição, que há nelles tam contraria á Religião Christam”¹⁷¹⁰. O texto previa o relaxamento ao braço secular para aqueles que, tendo contra si provas consideráveis, não confessassem inteiramente as suas culpas, ou para os reincidentes que tivessem anteriormente abjurado em forma ou de veemente. Os que optassem por confessar as culpas gozariam da “misericórdia” do Tribunal. Para estes as penas, que variavam consoante o estado, sexo e qualidade dos réus, bem como do tipo de práticas de que eram acusados, passavam por abjuração em forma, ou de veemente, hábito penitencial, carocha com rótulo de feiticeiro, confisco de bens, degredo para as galés ou para a ilha do Príncipe, São Tomé ou Angola, açoites, instrução ordinária e distintas penas espirituais. O recurso ao tormento estava previsto em determinadas situações. Para os que optassem por apresentar voluntariamente as suas culpas, sem ter contra si

¹⁷⁰⁶ José Pedro Paiva, *Bruxaria e Superstição* [...], pp. 31-32. Recorde-se que a contenda obrigou à intervenção de Filipe II e de Paulo V.

¹⁷⁰⁷ A bula *Cum ad nihil magis*, de 23 de Maio de 1536, autorizou o Santo Ofício português a actuar sobre os que cometessem sortilégios heréticos: “Ac sortilegia haeresim manifeste sapientia instigante humani generis inimico comittere non vereantur, in gravissima divinae maiestatis offensam”, cf. *Collectorio de Diversas Letras Apostolicas* [...], fl. 1v.

¹⁷⁰⁸ “Que possam os inquisidores inquirir e proceder contra quaesquer sortiligos, feiticeiros, adivinhadores, encantadores e blasfemadores, postoque os taes dilitos e crimes não toquem a heresia”, cf. *Corpo Diplomático Portuguez* [...], tomo II, Lisboa, Academia Real das Ciências de Lisboa, 1865, p. 321.

¹⁷⁰⁹ *Collectorio de Diversas Letras Apostolicas* [...], fl. 6.

¹⁷¹⁰ *Regimento do Santo Offício da Inquisição dos Reynos de Portugal*, Lisboa, Manuel da Silva, 1640, Livro III, título XIV, fl. 180.

testemunho algum, estava estipulada a abjuração em forma, na Mesa, perante os inquisidores, um notário e duas testemunhas¹⁷¹¹.

O regimento do Cardeal da Cunha marcou um ponto de viragem fulcral no que toca à perseguição dos agentes da magia em Portugal¹⁷¹². A partir de 1774, os indivíduos passaram a ser condenados não devido ao pacto com o demónio, isto é, pelo crime de heresia, mas antes por fingimento, impostura, engano e superstição, o que evidentemente acarretou a erradicação da pena capital¹⁷¹³. As práticas mágicas passaram a ser consideradas como “manifestas imposturas maquinadas”, “delitos ideaes, e fantasticos” não condizentes com o “seculo illuminado” que então se vivia. Presumia-se que desprezando e ridicularizando tais actos e crenças “virão logo a extinguir-se, como a experiencia tem mostrado entre as Nações mais polidas da Europa”¹⁷¹⁴. Os culpados, dependendo da sua condição social, do seu estado religioso e do seu sexo, incorriam em penas que passavam por açoites, degredo, galés e prisão. Por outro lado, o Regimento considerava que os que insistissem em afirmar situações “temerarias, vans, fâtuas, e destituídas de toda a verosimilidade” fossem considerados loucos “sem necessidade de outra alguma Prova, ou Exame”, e como tal fossem internados no hospital Real de Todos os Santos, em ala competente¹⁷¹⁵.

Em Portugal, a magia ocupou um lugar diminuto na actividade repressiva inquisitorial¹⁷¹⁶. Entre 1536 e 1774, o Tribunal da Fé instaurou 912 autos¹⁷¹⁷. O tribunal de Coimbra processou a maioria das causas, tendo instaurado 370 processos. Por sua

¹⁷¹¹ *Regimento do Santo Officio da Inquisição dos Reynos de Portugal*. Manuel da Silva, Lisboa, 1640, Livro III, título XIV, fls. 180-182.

¹⁷¹² Esta é uma das ideias defendidas por José Pedro Paiva e com a qual estou totalmente de acordo, cf. José Pedro Paiva, *Bruxaria e Superstição* [...], pp. 12 e 194.

¹⁷¹³ *Regimento do Santo Officio da Inquisição dos Reinos de Portugal*, Lisboa, Miguel Manescal da Costa, 1774, Livro III, título XI, capítulo II, pp. 124-125.

¹⁷¹⁴ *Regimento do Santo Officio da Inquisição dos Reinos de Portugal*, Lisboa, Miguel Manescal da Costa, 1774, Livro III, título XI, pp. 120-122.

¹⁷¹⁵ *Regimento do Santo Officio da Inquisição dos Reinos de Portugal*, Lisboa, Miguel Manescal da Costa, 1774, Livro III, título XI, capítulo II, pp. 126-127.

¹⁷¹⁶ Pelo contrário, na Inquisição Romana o delito de artes mágicas foi sempre o mais significativo, cf. Francisco Bethencourt, *História das Inquisições* [...], pp. 270-271. Os valores registados nos tribunais de Castela e de Aragão foram menos significativos. Ainda assim, no cômputo geral, entre 1540 e 1700, o delito representou 7,9%, cf. Francisco Bethencourt, *História das Inquisições* [...], p. 272. Por exemplo, no tribunal de Santiago, entre 1560 e 1700, foram processados 140 indivíduos, o que correspondeu a 6,4% da actividade total. A maioria dos autos foi instaurada no século XVII. Assim se entre 1560 e 1599, foram abertos somente 20 processos, o que equivaleu a 1,9%, na centúria seguinte assistiu-se a um aumento exponencial do número de processados, os quais representaram 10,4%, cf. Jaime Contreras, *El Santo Oficio* [...], pp. 466-467.

¹⁷¹⁷ Neste número não entram os processados pelo tribunal de Goa, uma vez que não existem dados, cf. José Pedro Paiva, “Stregoneria, Portugallo [...]”, p. 1531.

vez, o tribunal de Lisboa julgou 288 indivíduos e o de Évora 254¹⁷¹⁸. No conjunto dos três tribunais de distrito os processos movidos aos agentes da magia representaram somente 2,9% do total de autos instaurados¹⁷¹⁹. Na Inquisição conimbricense, durante o século XVI, o delito representou somente 0,43% do total de causas julgadas¹⁷²⁰. Segundo José Veiga Torres, o crime terá correspondido a 3,1% da actividade do tribunal de Coimbra ao longo do seu funcionamento¹⁷²¹. No que respeita ao tribunal eborense, entre 1536 e 1668, a magia ocupou somente 1,2% da processologia¹⁷²². Em territórios sob alçada jurisdicional da Inquisição de Lisboa destaque para a percentagem atingida nos Açores. Neste arquipélago foram instaurados sete autos, o que equivaleu a 6,1% do total de processados¹⁷²³. Na Madeira apenas se conhecem dois processos, os quais representaram tão-só 2%¹⁷²⁴. Por fim refira-se que, entre os estrangeiros processados pela Inquisição portuguesa, nos séculos XVI e XVII, as práticas mágicas ocuparam 2,4% da processologia¹⁷²⁵.

No que respeita às visitas inquisitoriais destaque para a empreendida à Madeira em 1618. Nesta ocasião, na cidade do Funchal o delito representou 40,6% de situações reportadas¹⁷²⁶. Outras visitas não resultaram tão profícuas. Assim, na ida da instituição ao Minho, em 1565, a percentagem foi de 7%¹⁷²⁷. Já no arquipélago dos Açores apenas seis casos foram delatados, concretamente três na visita de 1575-1576 (3,8%) e outros tantos na de 1619-1620 (3,1%)¹⁷²⁸.

No território em análise 53 indivíduos foram denunciados à Inquisição por práticas mágicas. O primeiro caso foi reportado no ano de 1654. Até final do século

¹⁷¹⁸ José Pedro Paiva, “Stregoneria, Portogallo [...]”, p. 1531. Anteriormente, o mesmo autor havia indicado um total de 818 processos pelo delito em causa: 361 em Coimbra, 264 em Lisboa e 193 em Évora, cf. José Pedro Paiva, *Bruxaria e Superstição* [...], p. 208.

¹⁷¹⁹ José Pedro Paiva, “Stregoneria, Portogallo [...]”, p. 1531. No século XVI, a percentagem foi de 2%, cf. Francisco Bethencourt, *O Imaginário da Magia* [...], p. 251.

¹⁷²⁰ Elvira Cunha de Azevedo Mea, *A Inquisição de Coimbra* [...], p. 357.

¹⁷²¹ José Veiga Torres, “Uma Longa Guerra Social. Novas Perspectivas [...]”, p. 70. Refira-se que este autor apenas contabilizou 322 processos por feitiçaria, longe do número avançado por José Pedro Paiva. Por outro lado, para o período estudado por Elvira Cunha de Azevedo Mea, Veiga Torres aponta apenas dois processos, quando aquela autora referiu uma dezena.

¹⁷²² António Borges Coelho, *Inquisição de Évora* [...], vol. 1, p. 249. Entre 1541 e 1550, a percentagem ocupada pelos casos de feitiçaria foi de 1,8%, cf. Maria do Carmo Teixeira Pinto, Lucília Maria Luís Ferreira Runa, “Inquisição de Évora [...]”, p. 52.

¹⁷²³ Paulo Drumond Braga, *A Inquisição nos Açores* [...], pp. 170 e 392.

¹⁷²⁴ Isabel M. R. Mendes Drumond Braga, “A Inquisição e a Sociedade Madeirense [...]”, pp. 190 e 239-246. Entre 1690 e 1719, a percentagem de casos de magia delatados foi de 22%. No entanto, nenhuma das denúncias resultou na abertura de processo, cf. Maria do Carmo Jasmins Dias Farinha, “A Inquisição na Madeira [...]”, pp. 880 e 884.

¹⁷²⁵ Isabel M. R. Mendes Drumond Braga, *Os Estrangeiros e a Inquisição* [...], p. 297.

¹⁷²⁶ Fernanda Olival, “A Inquisição e a Madeira [...]”, p. 780.

¹⁷²⁷ Isabel M. R. Mendes Drumond Braga, “A Visita da Inquisição a Braga [...]”, pp. 41, 53-56 e 65-67.

¹⁷²⁸ Paulo Drumond Braga, *A Inquisição nos Açores* [...], pp. 166-167.

XVII, foram delatados mais seis sujeitos. A esmagadora maioria das delações ocorreu na primeira metade de Setecentos, período em que foram acusados 42 indivíduos. Pelo contrário, na segunda metade do século XVIII, apenas foram revelados quatro agentes mágicos. O derradeiro caso não se encontra datado, nem assinado. Contudo, o caderno do promotor ao qual a denúncia foi apenas contém documentação produzida entre 1778 e 1783, pelo que se presume que a mesma tenha sido remetida naquele período cronológico.

Em cerca de meia centena de denunciados, o Tribunal apenas prendeu e processou uma mulher. Tratou-se de Rosa Maria do Espírito Santo, casada, natural de Soure e moradora em Aroeiras, freguesia de Abiul, de quem trataremos adiante. Outros três indivíduos optaram por apresentar voluntariamente as suas culpas, dois por pacto demoníaco e outro por utilizar as denominadas cartas de tocar. Refira-se ainda o caso do curador Lourenço Ribeiro, morador em Parouvelo, Santiago de Litém, denunciado no ano de 1757, pelo familiar do Santo Ofício Luís Leite Pereira, residente em Ourém¹⁷²⁹. A 7 de Dezembro de 1759, a Mesa conimbricense remeteu ao comissário José Anastácio de Sousa dois mandados de prisão, um contra Lourenço Ribeiro e outro contra a filha deste, Maria¹⁷³⁰. Uma pesquisa pelo livro que contém o registo de entrada de presos nos cárceres conimbricenses entre 1725 e 1820, não permitiu localizar o registo de entrada deste indivíduo, nem tão-pouco da sua filha, pelo que desconhecemos se a prisão se terá efectivamente processado¹⁷³¹. Não obstante, através dos índices dos cadernos do promotor ficamos a saber que este indivíduo teve sumário e foi reprendido¹⁷³².

Os estudos existentes demonstraram que os mágicos perseguidos em Portugal eram na sua maioria mulheres, de idade avançada, não casadas, de baixo estrato social e sem formação literária¹⁷³³. Posto isto, importa averiguar se o universo em estudo correspondia a este estereótipo. No que respeita ao sexo dos delatados, verificou-se um certo equilíbrio, concretamente 30 mulheres e 22 homens. Sobre um dos delatados apenas foi referido tratar-se de pessoa rústica, sem ter sido especificado o seu sexo. Não obstante, tal proporção eclipsa pormenores dignos de registo. Assim, se tivermos em

¹⁷²⁹ Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, livro 392, fl. 572.

¹⁷³⁰ Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, livro 13, fl. 292.

¹⁷³¹ Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, livro 282.

¹⁷³² Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, livro 421, fl. 176v. O livro 388 da Inquisição de Coimbra a fls. 195 e seguintes teria mais informações sobre o denunciado, contudo actualmente o referido caderno termina abruptamente no fl. 65.

¹⁷³³ Cf. José Pedro Paiva, *Práticas e Crenças Mágicas* [...], pp. 184-194; Idem, *Bruxaria e Superstição* [...], pp. 161-164. Esta imagem tradicional não correspondeu totalmente à verdade no caso dos processados no século XVI, nomeadamente no que respeita à idade avançada, cf. Francisco Bethencourt, *O Imaginário da Magia* [...], p. 177.

atenção apenas os casos de feitiçaria o sexo feminino é claramente maioritário, concretamente 22 mulheres contra apenas nove homens. O peso da mulher neste género de denúncia está ligado à ideia negativa que gravitava em seu redor. Esta era correntemente associada ao pecado e tida como agente privilegiado do mal. Acresce que o sexo feminino era usualmente relacionado ao crime simbólico, perpetrado por intermédio do mau-olhado, enquanto o homem recorreria por norma ao crime por meios naturais, ou seja, ao assassinato¹⁷³⁴. Numa outra análise, se considerarmos os indivíduos acusados de praticarem unicamente curas supersticiosas verifica-se que 11 eram homens e apenas sete mulheres¹⁷³⁵. Assim sendo, constata-se que a feitiçaria era um universo predominantemente feminino, enquanto os homens estavam ligados à magia sobretudo por intermédio da actividade curativa¹⁷³⁶.

Quanto à morada destes indivíduos 18 residiam em Abiul, 15 em Pombal, quatro na Redinha, igual número em Vila Cã e no Louriçal, dois na Mata Mourisca, outros tantos em Santiago de Litém e um em Almagreira. Foram ainda contabilizados os casos de três indivíduos residentes fora da área em estudo em virtude dos episódios delatados terem aí ocorrido. Anobra, Leiria e Soure eram o local da sua procedência. Estes dados evidenciam desde logo um aspecto a ter em conta, ou seja, a mobilidade dos agentes mágicos. Por norma o espaço de actuação destes indivíduos confinava-se aos limites da sua freguesia. Mas se esta realidade era praticamente absoluta em situações que envolviam malefícios, o mesmo não sucedia em relação a feiticeiras que se dedicavam à magia amorosa ou à inclinação de vontades, e tão-pouco a curadores, alguns dos quais atingiam enorme sucesso, praticando curas em várias povoações circunvizinhas¹⁷³⁷. Em Pombal, atingiu fama digna de registo Domingos João, da Cumieira, acusado por cinco vezes à Inquisição entre Junho de 1733 e Maio de 1744. Este, segundo um comissário do Santo Ofício, era “chamado para muitas partes para curar bois, de tal maneira que lhe chamão o homem dos bois”¹⁷³⁸. Durante esta década procedeu a curas em Alvorge¹⁷³⁹, Coimbra¹⁷⁴⁰ e Santiago da Guarda¹⁷⁴¹. Com o propósito de aumentar o seu prestígio e a

¹⁷³⁴ Francisco Bethencourt, *O Imaginário da Magia* [...], p. 177.

¹⁷³⁵ Semelhante realidade em José Pedro Paiva, *Bruxaria e Superstição* [...], p. 162.

¹⁷³⁶ Esta ideia já foi afirmada por José Pedro Paiva, *Bruxaria e Superstição* [...], p. 162. Não por acaso Bluteau ao referir-se aos saladores ou salvadores mencionou que “pela mayor parte são homens de má vida, vagabundos, & feytyceyros”, cf. Rafael Bluteau, *Vocabulario Portuguez e Latino* [...], tomo 7, Lisboa, Pascoal da Silva, 1720, p. 460.

¹⁷³⁷ Sobre esta matéria cf. José Pedro Paiva, *Práticas e Crenças Mágicas* [...], pp. 218-223.

¹⁷³⁸ Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, livro 383, fl. 358v.

¹⁷³⁹ Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, livro 363, fl. 381; livro 383, fls. 358-358v.

¹⁷⁴⁰ Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, livro 726, fl. 247.

¹⁷⁴¹ Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, livro 372, fl. 369.

sua clientela transmitia que “havia poucos dias tinha vindo do Santo Officio aonde fora chamado e que la fora muito bem preguntado do modo de suas curas”¹⁷⁴². Outro curador de êxito considerável foi Manuel Ferreira, porteiro do concelho da vila de Abiul, delatado por seis ocasiões entre 1742 e 1743¹⁷⁴³. O seu campo de actuação extravasou os limites da freguesia de Abiul, estendendo-se às de Pousaflores e Santiago da Guarda¹⁷⁴⁴. À semelhança de Domingos João, também este afirmava que “tinha ido a esse Santo Tribunal e que trazia lisensa para poder curar”¹⁷⁴⁵.

A mobilidade não conheceu sentido único, isto é, não eram apenas os curadores residentes no actual concelho de Pombal que se deslocavam a outras freguesias. O inverso também se verificou. Por exemplo, nos alvares do século XVIII, uma Isabel Gomes, viúva, de idade avançada, moradora no termo de Montemor-o-Velho que aplicava distintos remédios como “são suadouros, com varios cozimentos de ervas [...] costuma ser levada de noute fora de sua caza a fazer curas a Leiria, Pombal, Redinha e outras muitas partes deste Reino”¹⁷⁴⁶. No mesmo período cronológico, um casal morador em São Brás, junto a Ansião, especializado em curar de farpões com recurso a “louro mastiguado e tambem alho e bafejam e parece dizem algumas pallavras”¹⁷⁴⁷, procedeu a diversas curas na freguesia de Abiul.

No que respeita à situação matrimonial os dados obtidos comprovam um claro predomínio de solteiros, a saber 18. Quanto aos restantes denunciados dez eram casados e apenas dois viúvos. No entanto, não possuímos informações para 23 indivíduos, o que corresponde a uma percentagem de 43,4%, a qual não pode deixar de ser considerada. Em relação à idade dos acusados a documentação revelou-se igualmente parca¹⁷⁴⁸. Apenas possuímos algum tipo de informação para oito pessoas e somente em três casos é dada a conhecer a idade concreta. O mais novo tinha 19 anos, enquanto o mais velho tinha 32. Os restantes dados são pouco precisos. Francisco Mendes, o *Mira* de alcunha, tesoureiro da igreja de São Martinho, era moço. Jovem seria também uma Josefa Maria,

¹⁷⁴² Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, livro 363, fl. 317. Estas afirmações seriam usuais entre os mágicos, cf. por exemplo, José Pedro Paiva, *Práticas e Crenças Mágicas* [...], p. 213.

¹⁷⁴³ O livro 384, a fl. 562, continha outra denúncia contra o porteiro, contudo actualmente o livro termina a fl. 535, cf. Lisboa, Inquisição de Coimbra, livro 421, fl. 265v.

¹⁷⁴⁴ Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, livro 379, fls. 260v, 297-298; livro 381, fls. 234-235.

¹⁷⁴⁵ Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, livro 381, fl. 374.

¹⁷⁴⁶ Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, livro 331, fls. 159-159v.

¹⁷⁴⁷ Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, livro 331, fl. 246.

¹⁷⁴⁸ Ao estudar o mundo mágico na diocese de Coimbra, José Pedro Paiva deparou-se com semelhante dificuldade, tendo apenas dados para cerca de 3% dos delatados, cf. José Pedro Paiva, *Práticas e Crenças Mágicas* [...], p. 187.

do Louriçal, acusada de executar malefícios¹⁷⁴⁹. Por seu turno, Catarina Gaspar, ao denunciar Antónia Tracalha, referiu que esta tinha mais de 50 anos de idade¹⁷⁵⁰. O padre José da Silva Botelho ao delatar um homem de Almagreira, cujo nome não indicou, referiu apenas tratar-se de um velho¹⁷⁵¹. De idade avançada era também uma suposta feiticeira de Abiul acusada de impedir o sucesso da arte venatória¹⁷⁵². Os dados que possuímos não permitem retirar grandes ilações. Ainda assim, e admitindo que a maioria pudesse ter idade avançada, surge evidente que este universo não estava adstrito aos mais velhos.

A quase totalidade dos denunciados pertencia à maioria cristã-velha. Na verdade, a fama de cristã-novice recaiu somente sobre três pessoas, concretamente as irmãs Joana Maria, Luísa Maria e Catarina Josefa, residentes no Vale, freguesia de Pombal, denunciadas em 1757, pelo capitão João Freire da Silveira¹⁷⁵³.

Quanto ao estatuto sócio profissional as fontes sugerem distintos quadrantes sociais. Entre os de estatuto mais proeminente constavam o já nosso conhecido D. António Velasques Sarmiento e José António da Fonseca Mancelos. Este último pertencia a uma das principais famílias da vila de Pombal. Era filho de Diogo da Fonseca de Mancelos e neto de António da Fonseca de Mancelos, provedor da Santa Casa da Misericórdia de Pombal e juiz da confraria das Almas da mesma vila¹⁷⁵⁴.

Entre os acusados constavam quatro elementos do clero, de entre os quais se destacaria o vigário de Santiago de Litém, Salvador Nogueira, igualmente acusado de proferir diversas proposições e de ter solicitado, no acto da confissão, uma mulher¹⁷⁵⁵. Refira-se ainda o pombalense Luís Nunes, neto materno do primeiro familiar do Santo Ofício da vila de Pombal, António Nunes, e assistente em casa de José Mascarenhas de Figueiredo¹⁷⁵⁶.

¹⁷⁴⁹ Lisboa, AN/TT, Tribunal do Santo Ofício, mç. 10, doc. 61.

¹⁷⁵⁰ Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, livro 377, fl. 273.

¹⁷⁵¹ Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, livro 331, fl. 243v.

¹⁷⁵² Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, livro 331, fl. 243.

¹⁷⁵³ Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, livro 369, fl. 442.

¹⁷⁵⁴ Leiria, ADL, Cartório Notarial, Pombal, livro 10, fls. 44 e 81v.-82v. A 12 de Abril de 1723, José receberia de D. João V a mercê de moço fidalgo, cf. Lisboa, AN/TT, Registo Geral de Mercês, Mercês de D. João V, livro 14, fl. 428. Esta mercê parece ter sido posterior à sua apresentação no Santo Ofício, uma vez que o caderno do promotor onde estaria apensa a sua apresentação contém documentação produzida entre 1717 e 1723.

¹⁷⁵⁵ Refira-se que entre 1600 e 1774, a Inquisição processou 10 eclesiásticos por práticas mágicas, cf. José Pedro Paiva, *Bruxaria e Superstição* [...], p. 163.

¹⁷⁵⁶ Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, livro 315, fls. 452-460. O seu avô era alfaiate, tendo obtido provisão de familiar do Santo Ofício no ano de 1619, cf. Lisboa, AN/TT, Habilitação do Santo Ofício, António, mç. 1, doc. 22; Inquisição de Coimbra, livro 253, fl. 125. Por seu turno, Mascarenhas de

Os restantes indivíduos possuíam uma condição social inferior. Rosa Maria do Espírito Santo, processada em 1728, era casada com António Pessoa, porteiro da vila de Abiul, enquanto o curandeiro Manuel Ferreira ocupou, anos mais tarde, o mesmo cargo. Dois dos acusados encontravam-se ligados ao sector artesão: o pai de uma das denunciadas era serralheiro, enquanto o pombalense Manuel da Ponte era aprendiz do ofício de sapateiro. O sector agrícola ficou representado por Lourenço Ribeiro, lavrador, residente na freguesia de Santiago de Litém¹⁷⁵⁷. Manuel Freire, o *Curto*, trabalhava à jorna¹⁷⁵⁸. Sobre um dos delatados apenas sabemos que era tesoureiro da igreja de São Martinho de Pombal. Entre os mais desfavorecidos contavam-se dois criados, duas escravas e três mulheres que viviam de esmolas. Por outro lado, um outro indivíduo foi qualificado de “pessoa rústica”, o que confere uma ideia de simplicidade e de fragilidade social. Não possuímos qualquer dado para 31 dos denunciados.

A virtude e a fama dos mágicos motivavam a sua procura por indivíduos de diferentes quadrantes sociais. Assim, se a maioria dos clientes possuía um estatuto socio profissional próximo aos mágicos consultados, outros indivíduos de estatuto mais proeminente não deixavam de recorrer aos seus serviços¹⁷⁵⁹. É paradigmático o caso de D. António Velasques Sarmento, o qual consultou algumas feiticeiras, tendo inclusivamente mantido uma relação próxima com a famosa Maria de Gouveia¹⁷⁶⁰. A propósito das relações de solidariedade dos mágicos, refira-se ainda que no ano de 1765, Manuel Freire, o *Curto*, ao dirigir-se a casa de Luzia Maria da Conceição, a fim de a curar de certa enfermidade, fez-se acompanhar por José Simões Serrano, filho de Manuel Simões Serrano, familiar do Santo Ofício¹⁷⁶¹.

Traçado o perfil do grupo em análise interessa conhecer as práticas concretas de que foram acusados. O campo de actuação dos agentes mágicos era bastante extenso. Para quase tudo se podia recorrer aos serviços de uma feiticeira ou de um curador. Estes eram procurados para inclinar vontades, sobremaneira tocantes ao universo dos afectos, resolver todo o tipo de enfermidade, alcançar protecção contra distintas adversidades,

Figueiredo viria também ele a obter semelhante provisão a 4 de Setembro de 1694, cf. Lisboa, AN/TT, Habilitação do Santo Ofício, José, mc. 7, doc. 126; Inquisição de Coimbra, livro 256, fls. 582v-583v.

¹⁷⁵⁷ Coimbra, AUC, Devassas Penela, livro 64, fl. 373.

¹⁷⁵⁸ Coimbra, AUC, Devassas Penela, livro 66, fl. 261v.

¹⁷⁵⁹ José Pedro Paiva, *Bruxaria e Superstição* [...], p. 173.

¹⁷⁶⁰ Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, livro 350, fls. 326-326v.

¹⁷⁶¹ Recorde-se que no princípio da segunda metade do século XVIII, José havia concorrido, sem êxito, ao cargo de familiar do Santo Ofício, cf. Lisboa, AN/TT, Conselho Geral do Santo Ofício, Habilitações Incompletas, doc. 3508.

ou descobrir o paradeiro de pessoas e bens¹⁷⁶². Eram igualmente capazes de executar malefícios vários, actividade que os tornava temidos no seio da comunidade. Não obstante, o que preocupou as autoridades inquisitoriais foi quando para executar qualquer uma das práticas mencionadas era realizado pacto com o demónio. Atentemos a cada um dos distintos campos de actuação dos mágicos.

Inclinar vontades, isto é, exercer algum tipo de controlo sobre actos e paixões, constituiu um dos principais campos de actuação das feiticeiras em Portugal, sobremaneira em espaço urbano¹⁷⁶³. Alcançar o amor de alguém motivava o recurso às denominadas feiticeiras eróticas¹⁷⁶⁴. Foi o caso de Esperança, solteira, de 32 anos, natural de Cabo Verde e moradora no Louriçal, escrava de António de Almeida de Castelo Branco. Esta compareceu perante o inquisidor Pedro de Ataíde de Castro, a 7 de Agosto de 1671, tendo confessado que 12 anos antes, sendo moradora em Vila Nova de Anços, onde servira D. Catarina de Morim, havia recorrido por diversas ocasiões aos serviços de uma Sebastiana Carvalhal com o intuito de impedir que certos homens, com quem mantinha relações ilícitas, contraíssem matrimónio com outras mulheres, ou pelo menos que após o casamento não deixassem de a procurar. Para a execução do feitiço, foram utilizados cabelos e sémen pertencentes àquele que se pretendia enfeitiçar, o que desde logo evidencia que as secreções humanas, bem como cabelos, e aparas de unhas eram considerados poderosos elementos para a magia erótica¹⁷⁶⁵.

Diferente era o modo utilizado no início de Setecentos por António de Abreu, criado do capitão-mor de Abiul, João da Fonseca de Mancelos e Torres. Este, para ter relações sexuais com mulheres, utilizava “humas penas de corvo concertadas de hum modo que explicara e depois botadas na igreja”¹⁷⁶⁶. Na segunda metade do século XVIII, o pombalense Manuel da Ponte foi denunciado por andar “divulgando com escandalo geral que sabe quatro modos distintos de feitissaria para convencer involuntariamente pessoas do sexo feminino para praticarem acções torpes com elle

¹⁷⁶² De facto, uma das especialidades destes indivíduos consistia na arte da adivinhação. Não obstante, na documentação compulsada, esta prática apenas foi aludida por uma vez. Nos alvares do século XVIII, um Manuel Jorge, soldado, natural de Semide, e assistente em Alcântara, denunciou uma mulher, a *Melra* de alcunha, a qual “veyo do Louriçal para Semide para fazer varias curas e adivinhações”, cf. Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, livro 326, fl. 635. A propósito da adivinhação cf. por exemplo, José Pedro Paiva, *Práticas e Crenças Mágicas* [...], pp. 128-134.

¹⁷⁶³ José Pedro Paiva, *Bruxaria e Superstição* [...], pp. 96-103.

¹⁷⁶⁴ Isabel M. R. Mendes Drumond Braga, *Os Estrangeiros e a Inquisição* [...], p. 300.

¹⁷⁶⁵ Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, proc. 6821, fls. 4v-5. Sobre a utilização destes elementos cf. Francisco Bethencourt, *O Imaginario da Magia* [...], pp. 85-88.

¹⁷⁶⁶ Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, livro 330, fl. 416v.

por tactos, palavras e outros diversos modos”¹⁷⁶⁷. Havia ainda quem recorresse a cartas de tocar¹⁷⁶⁸. Foi o caso do já mencionado Manuel Ferreira, porteiro de Abiul, o qual possuía “hũa carta de tocar com a qual conseguia tudo o que queria, principalmente de molheres”¹⁷⁶⁹.

A actuação dos mágicos foi particularmente intensa ao nível das curas. De facto, a maioria dos processados, tanto nos tribunais episcopais como no da Inquisição, foram-no em virtude de semelhantes práticas¹⁷⁷⁰. Numa época em que os profissionais acreditados não abundavam, em que os métodos utilizados continuavam a ser rudimentares, muitas vezes próximos dos aplicados por curadores, e em que a imagem pública do médico era assaz negativa não é de estranhar que as populações recorressem a outras soluções, tais como algebristas, exorcistas ou curandeiros¹⁷⁷¹.

Em Pombal e freguesias limítrofes foram delatados 27 indivíduos por semelhantes práticas. Destes, 18 foram denunciados exclusivamente por realizarem curas. Sete foram-no por tratarem de enfermidades e executarem malefícios, um por realizar simultaneamente curas e bênção de gados, enquanto outra das delatas se especializara em curas e adivinhações. Ou seja, eram indivíduos que possuíam poderes ambíguos que lhes possibilitavam executar o bem mas também o mal. Desta realidade deu conta o porteiro de Abiul, Manuel Ferreira, a uma sua cliente. Insatisfeito com o pagamento que auferira pelos serviços prestados “ameaçou por varias partes a enferma dizendo se preparasse que ainda havia de padecer mais, porquanto elle tinha poder para fazer bem e para fazer mal”¹⁷⁷².

O leque das doenças curadas por estes indivíduos era extenso, desde a cura do ar, espinhela, quebranto, mal do sentido, cobrão, osagre, lombrigas, mordeduras de animais, feridas, dores várias (cabeça, costas, dentes) e curas de feitiços¹⁷⁷³. As formas de determinar a enfermidade e a terapia a utilizar variavam de acordo com os saberes de cada curador. Por exemplo, em 1710, uma mulher de alcunha a *Henriques*, moradora

¹⁷⁶⁷ Refira-se que o denunciante se mostrou bastante descrente face aos supostos poderes de Manuel da Ponte: “porque ainda não fallando verdade e não sendo feiticeiro são reprehensíveis e dignas de se cohibirem as jactancias de que o suspecto uza, pertendendo tambem infamar pessoas honradas e de bom procedimento”, cf. Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, livro 407, fls. 126-126v.

¹⁷⁶⁸ A este propósito cf. José Pedro Paiva, *Bruxaria e Superstição* [...], p. 114.

¹⁷⁶⁹ Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, livro 382, fl. 5.

¹⁷⁷⁰ José Pedro Paiva, *Bruxaria e Superstição* [...], p. 103.

¹⁷⁷¹ Maria Benedita Araújo, *O Conhecimento Empírico dos Fármacos nos Séculos XVII e XVIII*, Lisboa, Edições Cosmos, 1992; Isabel M. R. Mendes Drumond Braga, *Assistência, Saúde Pública e Prática Médica em Portugal (séculos XV-XIX)*, Lisboa, Universitária Editora, 2001, pp. 9-39 e 93-125; Maria Beatriz Nizza da Silva, “A Vida Quotidiana”, *Nova História de Portugal* [...], vol. VII, pp. 458-460.

¹⁷⁷² Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, livro 379, fl. 297v.

¹⁷⁷³ Para tudo isto, cf. José Pedro Paiva, *Práticas e Crenças Mágicas* [...], pp. 78-119.

em Castelo, freguesia de Abiul, “curava dos cobrois que nascem no corpo so com palavras”¹⁷⁷⁴. Semelhante erupção cutânea era tratada à época por uma Antónia, moradora em Brinços, Abiul¹⁷⁷⁵. No mesmo lugar, Mariana João sabia “remedios pera vedar sangue”, ao que parece pronunciando certas palavras¹⁷⁷⁶. Por seu turno, José Gonçalves também residente em Brinços curava ferimentos de bala com recurso a “humas folhas de silva e humas palavras”¹⁷⁷⁷. Ainda em Abiul, Gaspar Mendes e uma outra mulher, casada com João das Neves, curavam o quebranto por “palavras ou oraçõis”¹⁷⁷⁸. Nos Caseirinhos, freguesia de Pombal, António Francisco curava erupções cutâneas como fogo “com algumas palavras para não lavar”¹⁷⁷⁹. Em Chão de Urmeiro, Vila Cã, o mau-olhado era tratado por Isabel Antunes¹⁷⁸⁰. Por seu turno, um curandeiro da vila de Anobra, bispado de Coimbra, que estava em Abiul recorria a “hum [livro] por donde cura por palavras sem saber ler”¹⁷⁸¹.

Em Maio de 1722, o padre Teotónio Pereira de Mesquita, confessor das freiras do convento do Santíssimo Sacramento, da vila do Louriçal, foi delatado por produzir e prescrever “hum vomitório sem conselho de medico a que chama o seu vinho santo, de que tem resultado o matarem muitas pessoas”¹⁷⁸². O sucesso deste remédio seria de tal monta que “o vigario do Paião pos huma condenação a todo o fregues seu que fosse buscar o tal vinho santo”¹⁷⁸³. O mesmo clérigo curava ainda “acidentes uterinos” recorrendo para tal a “huns autos da medicina, chamado Curvo, que o dito Padre confessor tem”¹⁷⁸⁴. Tratar-se-ia provavelmente da *Polyanthea Medicinal* obra que aconselhava em semelhantes casos “dar logo a cheirar à mulher sustocada o fumo de sola de çapato, ou deitar-lhe bochechas de Tabaco de fumo na boca, & nariz”, ou ainda “dar logo a beber tres onças de agua de flor de Laranja, em que se desatem doze grãos de Almiscar, tres da madre Cravo, & doze de Canela fina”¹⁷⁸⁵. Além destas práticas acresciam os vomitórios provocados por pós de Quintílio e sal de Vitriolo, e ainda distintas pímulas e purgas. Nesta obra, João Curvo Semedo não se limitou a preceituar

¹⁷⁷⁴ Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, livro 330, fl. 416v.

¹⁷⁷⁵ Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, livro 331, fl. 245.

¹⁷⁷⁶ Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, livro 331, fls. 243-243v.

¹⁷⁷⁷ Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, livro 330, fl. 417v.

¹⁷⁷⁸ Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, livro 330, fl. 417v.

¹⁷⁷⁹ Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, livro 330, fl. 418.

¹⁷⁸⁰ Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, livro 330, fl. 417v.

¹⁷⁸¹ Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, livro 330, fl. 416.

¹⁷⁸² Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, livro 347, fl. 316v.

¹⁷⁸³ Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, livro 347, fl. 316v.

¹⁷⁸⁴ Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, livro 347, fl. não numerado.

¹⁷⁸⁵ João Curvo Semedo, *Polyanthea Medicinal. Notícias Galenicis e Chymicas repartidas em tres Tratados*, Lisboa, Miguel Deslandes, 1697, p. 556.

mezinhas para curar. Advertia ainda que para prevenir futuros ataques era bom que a mulher tomasse carne de lobo, seca no forno e feita em pó, por 20 dias consecutivos¹⁷⁸⁶.

Mais tarde, as irmãs Mariana da Conceição e Ana da Encarnação, residentes em Água Travessa, Pombal, denunciadas à Inquisição por diversas ocasiões entre 1742 e 1743, curavam distintas enfermidades, entre as quais o “bucha virado”¹⁷⁸⁷.

O recurso a produtos de origem vegetal era uma constante. Na documentação existe referência a açafraão, aipo, alho, canela, cebola, folhas de silva e louro. De igual forma, assumiam papel preponderante os produtos de origem animal tais como ovos e mel¹⁷⁸⁸. Houve ainda quem tenha receitado “huns pos e que ajuntasse a estes o lixo de pombos moído e peneirado por hũa peneira as avesas e que os tomace por 18 dias”¹⁷⁸⁹. Não poucas vezes o receituário incluía a utilização de objectos sagrados, o que indica um forte sincretismo entre o mundo mágico e a religião. Estes serviam sobretudo para potencializar os efeitos dos remédios aplicados. Assim, a leiriense Arcângela Maria, que se deslocou a Pombal no ano de 1696, com o intuito de desfazer um feitiço, recorreu a diversos elementos do sagrado, nomeadamente a água benta e o rosário¹⁷⁹⁰. Por seu turno, Domingos João prescreveu a certo homem “huas ervas [...] e as metesse sem ninguem o ver debaixo da pedra de ara”¹⁷⁹¹.

A prática de curar de feitiços podia ser levada a cabo quer pelos responsáveis do mal, quer por outros curadores. Neste caso a primeira coisa que devia ser feita era proceder à identificação da feiticeira culpada pelo malefício, sendo que para tal existiam várias cerimónias¹⁷⁹². Apresente-se o ritual utilizado pelo porteiro Manuel Ferreira. No ano de 1742, deslocou-se ao lugar de Vale do Perneto, Abiul, para curar Maria Mendes e “chegando a cama da denunciante dipois de lhe preguntar algumas couzas mandara vir hum alguidar de agoa e thomando tres brazas de lume, lhas lansara dentro e tres pingas

¹⁷⁸⁶ João Curvo Semedo, *Polyanthea Medicinal* [...], pp. 556-560.

¹⁷⁸⁷ Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, livro 383, fl. 532.

¹⁷⁸⁸ Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, livro 383, fl. 532v.

¹⁷⁸⁹ Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, livro 383, fl. 532v.

¹⁷⁹⁰ Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, livro 318, fls. 423-425.

¹⁷⁹¹ Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, livro 363, fl. 381. A propósito da utilização deste elemento refira-se um caso reportado ao Santo Ofício, em 1720, em que se acusou Teresa Josefa, a *Janoa* de ter furtado “hum grande pedaço da pedra d’ara de sorte que se não pode dizer missa na que ficou em huma irmda chamada Nossa Senhora dos Anjos lemite desta villa [Pombal] em hum lugar que chamão Aldea dos Anjos”, cf. Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, livro 344, fl. 458. Provavelmente o elemento furtado terá sido utilizado na confecção de algum remédio ou inclusivamente na execução de algum feitiço.

¹⁷⁹² José Pedro Paiva, *Práticas e Crenças Mágicas* [...], p. 109.

de azeite e lhe dissera que ali avia de aparesser [sic] quem lhe tinha feito o mal”¹⁷⁹³. Já Manuel Freire, o *Curto*, morador em Fontainhas, Abiul, delatado em 1765, utilizava mais do que uma técnica. Em certa ocasião estando a sós com uma mulher enferma “ahi pegando em hũa braza de lume muito aceza e tendo a na mão fechada lhe dise que havia hum anno lhe tinhão feito mal e que fora em hũa festa a que ella fora assistir”¹⁷⁹⁴. Noutro episódio terá recorrido a uma tigela com água onde deitou diversos componentes¹⁷⁹⁵. Por estes exemplos, facilmente se percebe que a utilização da água como espelho, onde era possível identificar o agressor, encontrava-se bastante difundida¹⁷⁹⁶.

As curas eram igualmente aplicadas a animais doentes. Mariana da Conceição procedeu ao tratamento de diversos porcos, esfregando o focinho do animal com sal. Noutras ocasiões, além do sal, procedia à defumação do animal com cominhos e azeite de entre candeias¹⁷⁹⁷. Especialista na cura de gado era o já mencionado Domingos João. Não por acaso era conhecido por mestre de curar bois.

Num universo em que as adversidades podiam ser entendidas como resultado de malefícios, executados por indivíduos com poderes para tal, e em que o homem pouca capacidade detinha para contrariar as forças da natureza, era natural que se procurasse algo capaz de proteger homens e seus pertences¹⁷⁹⁸. Esta protecção era igualmente exercida pelos mágicos. Amuletos, relíquias e nóminas, usados correntemente por todos os grupos sociais e por todos os grupos etários, conferiam, aos seus portadores, protecção contra diversos males¹⁷⁹⁹. Um dos meios mais difundidos consistia na utilização de bolsas, por norma colocadas ao pescoço, as quais poderiam conter produtos que se julgavam virtuosos e/ou escritos. Assim, uma filha de Maria Gonçalves,

¹⁷⁹³ Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, livro 379, fl. 260. O mesmo procedimento foi utilizado para outras curas, cf. Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, livro 379, fls. 297-298; livro 381, fls. 234-235 e 373; livro 382, fl. 4.

¹⁷⁹⁴ Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, livro 401, fls. 18-18v.

¹⁷⁹⁵ Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, livro 401, fl. 19.

¹⁷⁹⁶ José Pedro Paiva, *Práticas e Crenças Mágicas* [...], p. 110.

¹⁷⁹⁷ Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, livro 383, fls. 532-532v.

¹⁷⁹⁸ José Pedro Paiva, *Práticas e Crenças Mágicas* [...], p. 119.

¹⁷⁹⁹ Francisco Bethencourt, *O Imaginário da Magia* [...], p. 144; José Pedro Paiva, *Práticas e Crenças Mágicas* [...], pp. 123-127. Rafael Bluteau referiu a existência de dois tipos de amuletos, um de “caracteres, figuras, & palavras, ridícula, supersticiosa, & como tal abominada dos bons Medicos; outra louvavel, & maravilhosa, não só para remedio, mas tambem para preservativo de muitas doenças, que só se curam com virtudes occultas, que os proprios Medicos não alcanção. Desta calidade são os que se seguem. Hum dente de cão macho, arrincado estando vivo, furandoo, & trazendoo ao pescoço que toque na carne, dizem que preserva de dores de dentes. As bisnagas, trazidas nas algibeiras, por tempo de seis meses, secão, & desinchão as almorreimas. O queixo de hum ouriço cacheiro, trazido ao pescoço, tira as dores de dentes, que procedem de corrimentos”, cf. Rafael Bluteau, *Vocabulario Portuguez e Latino* [...], tomo 1, Coimbra, Colégio das Artes da Companhia de Jesus, 1712, p. 356.

moradora em Água Travessa, Pombal, trazia ao pescoço “algũas couzas defensivas do demonio”¹⁸⁰⁰. Comum parece ter sido a oração de Nossa Senhora de Monserrate que impedia o seu portador de padecer de morte repentina e imprevista, sem possibilidade de confissão. Em 1710, este escrito existia na casa dos Moreiras da vila de Abiul. Neste caso possibilitava ainda o sucesso dos partos: “aquella oração botada ao pescoço a huma mulher que estiver de parto logo parira”¹⁸⁰¹. Tenhamos presente que o nascimento, apenas assistido por parteiras, com maior ou menor experiência, era um momento de perigo acrescido tanto para a mulher como para o recém-nascido. Assim sendo, pensava-se que o recurso ao mundo mágico possibilitava o aumento da taxa de sucesso daquele momento delicado¹⁸⁰².

Mas se alguns dos amuletos tinham uma função preventiva, outros havia que tinham capacidades curativas. A 8 de Novembro de 1710, foi delatado um Mateus Marques, do Chão de Urmeiro, Vila Cã, por estar na posse de “hum escrito que dis estas palavras *Ecce cruce[m] domini fugite partes adversae*, o qual escrito lhe derão os frades capuchos da villa de Pombal, dizendo lhe que botasse o dito escrito ao pescosso que logo lhe hiam humas maleitas que tinha, rezando tambem hum Padre Nosso a Santo Antonio”¹⁸⁰³. Por seu turno, Domingo João aconselhou um cliente para “que tomace hum pouco de asafrão em huma bolsa e a lancasse ao pescoço, e quando lhe dessem as dores apertasse a bolsa com a mão esquerda”¹⁸⁰⁴. Mais tarde, em 1757, Lourenço Ribeiro disponibilizava aos seus clientes “bocados do unguento para trazerem consigo e terem em caza, dizendo-lhe que a quem os trouxer consigo não poderão fazer feitiçaria algua, nem na caza em que estiver”¹⁸⁰⁵.

Em finais do século XVII, começou a disseminar-se, por intermédio dos negros escravos e negros forros oriundos do Brasil, as bolsas de mandinga que além de protegerem o seu portador de ser ferido em pendências, ainda conferiam sorte, dinheiro

¹⁸⁰⁰ Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, livro 383, fl. 532.

¹⁸⁰¹ Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, livro 330, fl. 418.

¹⁸⁰² Isabel M. R. Mendes Drumond Braga, *Assistência, Saúde Pública [...]*, p. 33. Mais uma vez é possível constatar que magia e religião não eram universos totalmente distintos. Se o mundo mágico atribuía protecção à mulher num momento especialmente delicado, também a religião disponibilizava distintas orações, bênçãos e relíquias destinadas a semelhante fim. Recorde-se por exemplo Santa Marinha, Virgem e Mártir.

¹⁸⁰³ Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, livro 331, fl. 246. O mesmo escrito podia ser adquirido na vila de Pombal, junto de certo homem. Estas palavras parecem ter sido comumente utilizadas em amuletos, cf. por exemplo, José Pedro Paiva, *Práticas e Crenças Mágicas [...]*, p. 124.

¹⁸⁰⁴ Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, livro 726, fl. 247.

¹⁸⁰⁵ Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, livro 392, fl. 572.

e ajudavam a atrair mulheres¹⁸⁰⁶. O uso destas bolsas, cujo nome advém dos Mandingas ou Malinkês, habitantes do vale Níger, no reino do Mali, na região denominada Costa da Mina ou da Guiné, por volta do século XIII, atingiu o seu ápice nas primeiras décadas de Setecentos. O assunto foi inclusivamente abordado por editais do Santo Ofício, o que comprova a difusão destes objectos. A propósito desta realidade refira-se que Rafael de Barros, morador em Brinços, Abiul, deu conta que sendo soldado em Lisboa, no início de Setecentos, fora abordado por diversas pessoas que o questionaram se “queria ter mendigua [*sic*] que o ensinarião e que muitos a trazião”¹⁸⁰⁷.

Uma outra prática consistia na utilização das denominadas cartas de tocar, escritos cuja actividade protectiva era activada quando transportados em contacto com o corpo. Para potencializar a virtuosidade destes escritos havia quem os colocasse previamente em contacto com objectos sagrados¹⁸⁰⁸. Assim procedeu, no final de Seiscentos, o pombalense Luís Nunes. Tendo na sua posse dois escritos que impossibilitavam o seu portador de sofrer qualquer mal¹⁸⁰⁹ procurou coloca-los debaixo da pedra de ara, durante três missas. Neste caso, além do contacto com a pedra de ara, muito apreciado e usual neste tipo de práticas, verificou-se a necessidade das cartas presenciarem três missas, cerimónias que as ajudariam a consagrar.

Noutros casos a obtenção de protecção era obtida pela pronúncia de certas palavras ou orações. Foi o caso de um homem, o *Valente* de alcunha, morador no lugar do Souto, freguesia de Vila Cã, delatado em 1710 por saber certas palavras que “não deixão offender com espada a quem as dis e com effeito he tambem publico que tendo o dito homem chamado Vallente huma pendencia com Andre Gomes da Guerra, do dito lugar de Villa Cam, a que acodio seu irmão Pedro de Figueiredo, do lugar do Alvorge, metendo-se-lhe a espada por muitas vezes a estocadas de nenhuma ves o puderão ferir sem trazer cura”¹⁸¹⁰.

Com bastante frequência era solicitada a protecção dos animais¹⁸¹¹. Na zona de Abiul o gado encontrava o seu pastoreio nas faldas da serra de Sicó. Ora esta zona era *habitat* de lobos pelo que os ataques deviam suceder com alguma regularidade. Não

¹⁸⁰⁶ Sobre este assunto cf, Daniela Buono Calainho, *Metrópole das Mandingas: Religiosidade Negra e Inquisição Portuguesa no Antigo Regime*, Rio de Janeiro, Garamond, 2008.

¹⁸⁰⁷ Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, livro 330, fl. 418.

¹⁸⁰⁸ Francisco Bethencourt, *O Imaginário da Magia* [...], pp. 52-53 e 68-69; José Pedro Paiva, *Bruxaria e Superstição* [...], pp. 112-117.

¹⁸⁰⁹ Um dos papéis continha uma oração a Nossa Senhora de Monserrate, enquanto o outro compreendia uma reza ao Justo Juiz.

¹⁸¹⁰ Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, livro 330, fl. 417v.

¹⁸¹¹ Sobre este aspecto cf. José Pedro Paiva, *Práticas e Crenças Mágicas* [...], pp. 119-123.

surpreende pois o recurso ao mundo mágico como forma de prevenir eventuais danos. A este propósito é interessante um caso denunciado à Inquisição a 12 de Outubro de 1710, pelo abiulense padre José da Silva Botelho. Este ouvira “dizer e fazer a quem não estou bem certo que ficando os guados fora de caza de noite era bom tomar outras tantas brazas de lume e polas debaixo de hum pucaro pera o guado não ter perigo dos lobos, quem o fes era pessoa rustica pello ouvir e não cre nisto pois sei eu que ao depoes disto faltarão muitas e muitas vezes os guados naquella caza e nunca tal se tornou a fazer”¹⁸¹². Temos notícia de outros indivíduos que benziam o gado, no entanto as fontes são praticamente omissas no que respeita aos rituais empregues. Assim, em 1710, um homem do lugar dos Meires, Almagreira, foi delatado por benzer gado¹⁸¹³. No mesmo ano a Inquisição tomou conhecimento de que o padre Manuel Moreira, de Abiul, dera a um Simão, filho de Manuel Fernandes, dos Ramalhais “hũa oração de Santo Antonio, que dita não teria perigo o gado que ficase fora de noite”¹⁸¹⁴.

Se as curas, as adivinhações, a inclinação de vontades e a elaboração de amuletos faziam dos mágicos indivíduos profícuos à comunidade, a capacidade que estes tinham de executar malefícios tornara-os temíveis e malqueridos. Ou seja, detinham uma situação ambivalente adjacente das suas capacidades opostas. Estes indivíduos eram assim culpabilizados pela população de distintas adversidades, tais como a morte, a doença e o dano sobre propriedade. Na diocese de Coimbra era ainda comum responsabilizar as supostas feiticeiras pelo insucesso em determinadas actividades, tais como a cinegética ou a pesca¹⁸¹⁵.

Frequentemente a suspeita recaía sobre determinada pessoa pelo facto de esta ter ameaçado previamente alguém que, algum tempo depois, sofria uma adversidade¹⁸¹⁶. Não poucas vezes, a ameaça resultava da nega de esmolas. Foi por exemplo o que sucedeu em 1736, com Mariana, filha de António João, do lugar dos Poios, termo da vila da Redinha, a qual ficou doente após ter negado uma esmola a Madalena, a *Parva* de alcunha, natural e moradora na freguesia de Soure.

As formas de transmitir um malefício eram variadas: através do toque, do olhar ou ainda da oferta de determinados objectos, previamente corrompidos¹⁸¹⁷. Exemplo do potencial mortífero das dádivas de feiticeiras foi o caso sucedido em 1731, com uma

¹⁸¹² Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, livro 331, fl. 243v.

¹⁸¹³ Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, livro 330, fl. 417v.

¹⁸¹⁴ Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, livro 331, fl. 243.

¹⁸¹⁵ José Pedro Paiva, *Práticas e Crenças Mágicas* [...], pp. 142-154.

¹⁸¹⁶ José Pedro Paiva, *Bruxaria e Superstição* [...], p. 126.

¹⁸¹⁷ José Pedro Paiva, *Práticas e Crenças Mágicas* [...], pp. 143-144.

rapariga de Abiul que faleceu depois de Domingas, a *Abana* de alcunha, a ter presenteado com uma rosa. Segundo o pai da falecida, uns pastores tinham visto a dita feiticeira “hir semeando por detras nas passadas da sobredita sua filha o quer que fosse, e que chegando a mesma sua filha a caza e a ditta denunciada atras della lhe pedira lhe desse huma esmola boa que fosse hum seromil de feijoes e que vindo a ditta sua filha com a esmola a denunciada lhe dera huma roza a cheirar e que logo ficara douda”¹⁸¹⁸.

A documentação revelou-se bastante parca no que respeita aos rituais empregues para proceder aos malefícios. Relativamente comum seria a execução de bonecos que representavam a vítima¹⁸¹⁹. Foi o caso das já mencionadas irmãs de Água Travessa, sobre quem recaiu a suspeita de terem enfeitiçado um filho de António Galvão Sotto Mayor, capitão dos auxiliares da ordenança da Redinha, utilizando para tal “uns bonecos e panos falsos e uns braços com dedos”¹⁸²⁰. Por seu turno, D. Francisca Inês de Oliveira, casada com José de Azevedo Povoas, assistente no Louriçal, estando doente achou nos “colchois e traviseiros [...] agulhas ferugentas, trapos cozidos com fiados e feaduras e outras couzas semelhantes que pareião feitos por parte do Diabo”¹⁸²¹.

As supostas feiticeiras possuíam ainda poderes para condicionar certas actividades humanas, tais como a cinegética. Assim, em 1710, o padre José da Silva Botelho informou o tribunal de Coimbra que Manuel Marques “ouvira dizer a hum homem que andando a cassa com hum clerigo, de alcunha o *Barroquas*, que indo ambos hum dia pera a cassa viram hũa velha, que não conheço, e não puderão matar couza alguma e dizendo o clerigo que aquella molher seria bruxa, se voltou e viera ter com ella, e lhe dera alguma couza, e voltara logo pera a dita cassa e matara bastante”¹⁸²². Na mesma data, no lugar do Vale, Vila Cã, “avia huma ou mais molheres que nunca cassador as vio, indo pera a cassa que a matasse”¹⁸²³.

Uma das crenças fortemente enraizada continuava a ser a das bruxas nocturnas¹⁸²⁴. Uma das principais ideias em torno deste mito consistia na admissão de que estas mulheres assassinavam crianças chupando-lhes o sangue. É paradigmático o caso denunciado a 31 de Outubro de 1654, pelo padre Francisco Rodrigues, morador na Maçoeira, freguesia de Santiago de Litém. Este ao depor em certa diligência do Santo

¹⁸¹⁸ Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, livro 359, fl. 338.

¹⁸¹⁹ Sobre esta prática cf. por exemplo, José Pedro Paiva, *Práticas e Crenças Mágicas* [...], pp. 144-145.

¹⁸²⁰ Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, livro 382, fl. 4.

¹⁸²¹ Lisboa, AN/TT, Tribunal do Santo Ofício, mc. 10, doc. 61.

¹⁸²² Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, livro 331, fl. 243.

¹⁸²³ Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, livro 331, fl. 243.

¹⁸²⁴ Sobre esta crença, cf. Francisco Bethencourt, *O Imaginário da Magia* [...], pp. 165-171; José Pedro Paiva, *Bruxaria e Superstição* [...], pp. 144-148.

Ofício tocante a um outro caso, referiu ter tido conhecimento de uma mulher residente em Outeiro, Vila Cã, a qual pelejara com a própria mãe, a *Castelhana* de alcunha, dizendo “basta mai que fostes tal que me chachastes a minha criança e a ditta criança morrea e lhe acharão a criança com nodoas em partes de seu corpo e algumas a modo de dentadas”¹⁸²⁵. Acreditava-se igualmente que estes indivíduos, através da ingestão de certas bebidas ou da utilização de distintos unguentos, possuíam a capacidade de se deslocar pelo ar. No que respeita ao território em estudo localizámos somente um relato de voo nocturno. Segundo uma denúncia, reportada ao Tribunal da Fé, D. António Velasques Sarmento havia ido de noite, em companhia de uma D. Cipriana e outras mulheres, a uma quinta, onde se teria despido e untado “para voar com ellas disendo certas palavras porem não voara”¹⁸²⁶. De igual forma, atribuía-se a estes indivíduos a capacidade de assumirem formas zoomórficas. Por volta de 1671, Esperança referiu que uma noite havia assumido a forma de pata¹⁸²⁷. Mais tarde, em 1721, um Lourenço, morador em Porto Coelho, Tapéus, então termo da Redinha, deslocando-se a um curral a fim de tratar do gado encontrou “hũa gata parda e dando lhe hũa boa pancada com hum forcado ella lhe fugira para outro curral de fora, começando a ganir como cão, e hindo atras della para lhe dar achara que ella se transformara em hũa mulher nua”¹⁸²⁸.

Uma das principais preocupações do Tribunal da Fé prendia-se com a questão do pacto com o demónio. Este era, de resto, assunto a que constituições sinodais, obras de teologia moral, manuais de confessores e comentários à legislação régia atribuíam enorme atenção e desvelo¹⁸²⁹. Para o Santo Ofício o contrato com o diabo constituía marca inegável de heresia, sobremaneira se, ao anjo caído, fossem atribuídos poderes que não possuía, tais como o domínio sobre o livre arbítrio¹⁸³⁰. Tenha-se em consideração que na época em estudo, a omnipresença do diabo no mundo dos vivos era

¹⁸²⁵ Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, livro 304, fl. 660v.

¹⁸²⁶ Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, livro 350, fl. 326.

¹⁸²⁷ Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, proc. 6821, fls. 7 e 15. “Na Ponte das Taboas em hũa noite [...] vindo ella confitente em figura de patto lhe dera Manoel Francisco, digo hum criado de Manoel Francisco oleiro, morador no Lourçal com hum pao em o braço que tinha doente por ella e outras pessoas [...] o quererem lançar da ponte”. Após a agressão “se achara na sua forma natural”. Tentava com esta história fantástica justificar perante D. António de Almeida Castelo Branco “hũa grande pizadura que tinha no braço direito”. Não obstante, ao comparecer pessoalmente na Mesa afirmou ser este episódio “mintira e o dissera por estar sem juízo e com dilirios”, cf. Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, proc. 6821, fl. 7.

¹⁸²⁸ Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, livro 346, fl. 370.

¹⁸²⁹ José Pedro Paiva, *Bruxaria e Superstição* [...], p. 38.

¹⁸³⁰ José Pedro Paiva, *Bruxaria e Superstição* [...], p. 58.

algo incontestável¹⁸³¹. Este era considerado grande sábio e perito em aliciar, tentar e ludibriar os espíritos mais fracos. No entanto, acreditava-se que o seu poder era limitado pela autoridade divina¹⁸³². A ubiquidade do anjo caído verificava-se inclusivamente ao nível da toponímia. Disso é exemplo, a existência de um lugar denominado Venda do Diabo¹⁸³³ (Pombal). O empenho da Igreja em rebaptizar terras e lugares, cujos nomes estavam explicitamente associado a crenças populares de feitiçaria e bruxaria foi uma constante¹⁸³⁴. Tal esforço é visível com o dito lugar da Venda do Diabo, hoje Venda da Cruz (Pelariga).

No caso concreto do território em análise localizámos somente três casos envolvendo pacto demoníaco. Em 1671, Esperança celebrou um contrato com o diabo a fim de aprender a realizar certas artes mágicas. Nesse preciso momento “se apartou em seu coração da fee de Christo Nosso Senhor, não o tendo por Deos verdadeiro, antes crendo que o Demonio lhe podia dar salvação pera a sua alma, e o paraizo que lhe promettera, e nesta crença viveo por espaço de quatro annos, que esteve na ditta villa”¹⁸³⁵. Pelas culpas confessadas foi admoestada em forma, tendo ficado impossibilitada de se ausentar do Louriçal sem licença da Mesa, e obrigada a comparecer nesta sempre que lhe fosse ordenado¹⁸³⁶.

No início do século XVIII, José António da Fonseca Mancelos compareceu perante os inquisidores conimbricenses tendo confessado ter realizado pacto com o demónio. No entanto, desconhecemos os contornos da sua apresentação bem como eventuais penas que lhe tenham sido imputadas uma vez que não localizámos o documento¹⁸³⁷.

A 27 de Julho de 1728, deu entrada nos cárceres do tribunal de Coimbra uma “molher de boa estatura, fergueira, naris asolhado, olhos pardos e o olho esquerdo mais rasgado por causa de hum achaque que nelle dice tivera”¹⁸³⁸. O seu nome, Rosa Maria

¹⁸³¹ Francisco Bethencourt, *O Imaginário da Magia* [...], p. 146; Isabel Maria Ribeiro Mendes, “Elementos para o Estudo da Crença no Demónio na Época Moderna”, *Revista de Ciências Históricas*, vol. IV, Lisboa, 1989, pp. 273-279.

¹⁸³² Francisco Bethencourt, *O Imaginário da Magia* [...], p. 148; Isabel Maria Ribeiro Mendes, “Elementos para o Estudo da Crença [...]”, pp. 275-279.

¹⁸³³ Cf. por exemplo, Leiria, ADL, Registos Paroquiais, Pombal, Baptismos, livro 3 (1677-1725), fl. 14v.

¹⁸³⁴ Francisco Bethencourt, *O Imaginário da Magia* [...], pp. 18-19.

¹⁸³⁵ Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, proc. 6821, fls. 6v-7.

¹⁸³⁶ Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, proc. 6821, fl. 8.

¹⁸³⁷ A informação da sua apresentação encontra-se nos índices dos cadernos do promotor do tribunal de Coimbra, cf. Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, livro 421, fl. 150v. O documento encontrar-se-ia no livro 349 a fl. 82. No entanto, este livro passa do fl. 81 para o fl. 83, pelo que os fólios em causa não foram localizados.

¹⁸³⁸ Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, proc. 6220, fl. 161.

do Espírito Santo, casada, natural de Soure, moradora em Aroeiras, Abiul. No decorrer do processo inquisitorial, declarou ter realizado pacto com o demónio para que aquela entidade a “tirassem da freguesia de Abiul e a puzesse na villa de Soure o que ella lhe pedio por mais de quinze vezes e elle lho prometeo por muitas mais e sempre lhe mintio”¹⁸³⁹. Tratava-se de uma mulher nitidamente perturbada que mencionou inclusivamente ter tido relações sexuais com o demónio¹⁸⁴⁰. Do casamento com António Francisco Pessoa resultara uma filha, de seu nome Josefa. No entanto, esta veio a falecer a 3 de Novembro de 1727¹⁸⁴¹. Este acontecimento traumático poderá ter contribuído para o acentuar dos devaneios desta mulher¹⁸⁴². Acresce que o marido devia dar má vida à sua mulher, segundo expressão da época. Assim se compreende que, segundo o seu depoimento, o diabo lhe tenha dito: “Eu quero ser teo, hei de fazer contigo melhor vida do que o homem que tens em caza”¹⁸⁴³. Esta hipótese explicaria igualmente a vontade de abandonar Abiul. É verosímil que, perante as adversidades, tenha perdido a esperança em Deus e recorrido aos poderes do seu opositor.

Na maior parte das vezes, o pacto implicava que o pactuante doasse uma parte do corpo ou algumas gotas de sangue ao demónio, em claro sinal de obediência¹⁸⁴⁴. Foi o que sucedeu com a cabo-verdiana Esperança. O pacto, realizado às zero horas de uma quarta-feira, implicou a oferta de “tres ou quatro gotas de sangue em hum vazo branco [...] o que tudo o Demonio bebo”¹⁸⁴⁵. Noutros casos o sangue vertido era aproveitado para redigir um acordo, numa clara analogia ao modelo notarial do contrato escrito¹⁸⁴⁶. O caso de Rosa do Espírito Santo é paradigmático. Segundo a sua confissão, o diabo teria imposto a redação de um acordo escrito no qual Rosa declarasse “que arenegava de Deos de Christo Senhor nosso que elle não morrera por ella nem ella queria morrer por elle e que renegava tambem da virgem Maria Senhora nossa e entregava sua alma e

¹⁸³⁹ Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, proc. 6220, fl. 128v.

¹⁸⁴⁰ Segundo o seu relato, o diabo “se tratou torpemente com ella declarante tendo copula com ella hum dia e outro não sempre e sem falta nenhuma excepto nos dias em que se achava impedida pella sua queixa natural, e observou ella declarante em todo o discurso do tal anno que tando o seo marido em caza sempre lhe pagava o debito hum dia e outro não dezencontrando ce da copola diabolica”, cf. Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, proc. 6220, fl. 110v.

¹⁸⁴¹ “Em os tres dias do mes de Novembro de mil e settecentos e vinte e sette annos faleceo hũa criança menor de sette annos filha de Antonio Francisco porteiro das Aroeiras desta freguesia, esta sepultada na igreja, de que fis este termo que asignei. O padre João de Barros”, cf. Leiria, ADL, Registos Paroquiais, Abiul, Óbitos, livro 2 (1716-1789), fl. 15.

¹⁸⁴² Refira-se que antes da morte de Josefa, Rosa já havia proferido diversas proposições heréticas, invocando o demónio, cf. Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, proc. 6220, fl. 4.

¹⁸⁴³ Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, proc. 6220, fl. 47.

¹⁸⁴⁴ Cf. Francisco Bethencourt, *O Imaginário da Magia* [...], p. 160; José Pedro Paiva, *Práticas e Crenças Mágicas* [...], pp. 170-172.

¹⁸⁴⁵ Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, proc. 6821, fl. 6.

¹⁸⁴⁶ Francisco Bethencourt, *O Imaginário da Magia* [...], p. 160.

corpo ao maior Demonio que tinha o inferno”¹⁸⁴⁷. Para a redação do dito contrato o demónio teria providenciado papel, tinteiro e duas penas, uma preta e outra branca. Note-se que, não obstante ser analfabeta, conseguiu, com o auxílio do demónio, firmar o acordo, tendo ficado na posse do documento. Na mesma ocasião, feriu o dedo mindinho da mão direita, com um alfinete de ferro, tendo vertido algumas gotas de sangue, as quais o demónio “tomou na pena preta e escreveo com o dito sangue em hum papel o qual ficou em poder do mesmo demonio”¹⁸⁴⁸.

As fontes inquisitoriais contêm várias descrições do diabo. Este podia assumir diferentes feições, quer manifestando-se por intermédio de sons, ventos ou vapores, quer assumindo formas zoomórficas ou antropomórficas. Existem ainda relatos de aparições sob a forma de anjos resplandcentes, de Santo António com o menino ao colo, de mulheres com cabelos soltos ou de homens comuns e até crianças¹⁸⁴⁹. Em 1671, Esperança referiu que aquela entidade lhe surgia sob múltiplas formas, tais como mancebo, bode, aveião (gavião?) “que ella não sabe explicar, nem comparar”¹⁸⁵⁰ e galgo pardo¹⁸⁵¹. Por seu turno, Rosa Maria do Espírito Santo mencionou que o diabo lhe surgia sob a forma de burro preto e também como homem “vestido de verde, chapeo branco, meias emcarnadas, capatos pretos”¹⁸⁵². Numa outra ocasião referiu ter observado “no caminho de Val do Milho na freguezia de Abiul em huma crus que ahi esta de pao como cursificado [*sic*] nella hum rapas de hum anno o qual ficou entendendo bem ser o demonio”¹⁸⁵³.

Os dados que se acabam de expor permitem retirar algumas conclusões. O primeiro aspecto a reter prende-se com a cronologia da repressão. A primeira denúncia surgiu apenas em 1654, ou seja, mais de um século depois do estabelecimento do Tribunal do Santo Ofício. A esmagadora maioria dos casos foram denunciados na primeira metade do século XVIII. Pelo contrário na segunda metade da centúria, foram escassos os agentes da magia delatados. Estes dados, conformes ao quadro geral de Portugal, comprovam que o movimento de repressão sucedeu tardiamente. A explosão

¹⁸⁴⁷ Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, proc. 6220, fl. 118.

¹⁸⁴⁸ Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, proc. 6220, fl. 119v.

¹⁸⁴⁹ Francisco Bethencourt, *O Imaginário da Magia* [...], pp. 155-158; Isabel Maria Ribeiro Mendes, “Elementos para o Estudo da Crença [...]”, pp. 274-275; José Pedro Paiva, *Práticas e Crenças Mágicas* [...], p. 176; Francisco Santana, *Bruxas e Curandeiros na Lisboa Joanina*, Lisboa, Academia Portuguesa de História, 1996, p. 38 Paulo Drumond Braga, *A Inquisição nos Açores* [...], pp. 397-398; Isabel M. R. Mendes Drumond Braga, *Os Estrangeiros e a Inquisição* [...], p. 307.

¹⁸⁵⁰ Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, proc. 6821, fl. 6v.

¹⁸⁵¹ Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, proc. 6821, fls. 6v e 15-15v.

¹⁸⁵² Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, proc. 6220, fls. 46v-47.

¹⁸⁵³ Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, proc. 6220, fl. 123v.

no número de delações ocorrida a partir de 1700, não parece significar um aumento das práticas mágicas ou dos seus agentes. Ao invés parece manifestar uma mudança de rumo da instituição repressora. Segundo José Veiga Torres existiram dois períodos distintos nos ritmos de repressão inquisitorial: um mais violento entre 1584 e 1674, e outro menos agressivo entre 1682 e 1767¹⁸⁵⁴. Uma das fases mais violenta teve lugar nas décadas de 20 e 30 do século XVII. Neste período, a Inquisição de Coimbra julgou 1846 indivíduos por judaísmo, e apenas 261 por outras culpas, com particular destaque para os delitos contra a própria instituição. As causas de magia foram apenas 16, ou seja, menos do que 1%¹⁸⁵⁵. Ora no século XVIII, dado que os processos movidos a judaizantes foram em menor número, o Tribunal podia deter-se mais particularmente sobre outros delitos, nomeadamente sobre a magia. A leitura dos editais do Santo Ofício poderia ser preciosa para aferir a modificação de rumo. É provável que estes tenham passado a conferir maior desvelo ao delito. Recorde-se que estes chegaram a incluir referências a bolsas de mandinga, objectos que, na primeira metade de Setecentos, grassavam pelas ruas da capital¹⁸⁵⁶. Quanto ao decréscimo de denúncias registado na segunda metade de Setecentos, pensamos que encontra resposta no crescente cepticismo relativamente a estas práticas, descrença espelhada no regimento de 1774.

O segundo aspecto prende-se com a fraca repressão inquisitorial. Em cerca de 50 indivíduos apenas um foi sentenciado em auto público da fé. Quer parecer que esta realidade encontra explicação no próprio conteúdo das denúncias. Como já referimos, aos inquisidores interessava sobretudo a questão do pacto demoníaco. Ora, na quase totalidade das delações não existe qualquer referência ao diabo. Esta realidade, como referiu José Pedro Paiva, aponta para a existência de duas atitudes face à magia. Por um lado, a elite, centrada no problema do pacto, por outro, a população em geral, preocupada com a capacidade que alguns indivíduos teriam para exercitar práticas benéficas, mas sobretudo maléficas, poderes que acreditavam ser naturais¹⁸⁵⁷.

Interessa, por último, tentar compreender quais os efeitos produzidos pela prisão nos réus e nas localidades em que residiam. Atentemos no caso de Rosa Maria do Espírito Santo. Esta abjurou em forma no auto-da-fé celebrado na igreja do convento de

¹⁸⁵⁴ José Veiga Torres, “Uma Longa Guerra Social: os Ritmos [...]”, pp. 56-57.

¹⁸⁵⁵ José Veiga Torres, “Uma Longa Guerra Social: Novas Perspectivas [...]”, pp. ã numeradas (quadros em apêndice).

¹⁸⁵⁶ A propósito dos editais da fé refira-se que em 1730, o padre Amaro Vicente Vaz, morador em Vila Cã, denunciou um caso de feitiçaria ao Santo Ofício “por satisfazer aos editos de ce Santo Tribunal”, cf. Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, livro 358, fl. 344.

¹⁸⁵⁷ José Pedro Paiva, *Práticas e Crenças Mágicas* [...], p. 161.

São Domingos de Lisboa, a 16 de Outubro de 1729. Os inquisidores condenaram-na a hábito penitencial a arbítrio, açoites *citra sanguinis efusionem*, penitências espirituais, instrução ordinária, confisco de bens, um ano de prisão nos cárceres do Santo Ofício e posterior degredo para Angola por um período de cinco anos¹⁸⁵⁸. Além do hábito penitencial, teve ainda de usar carocha com rótulo de feiticeira, castigo bastante difamante. Entre a data de entrada nos cárceres inquisitoriais e a data de saída dos mesmos mediou um período de dois anos e três meses. Considerando as condições precárias de tais espaços não é difícil supor que terão sido tempos difíceis¹⁸⁵⁹. O degredo a que foi condenada, aliado ao confisco de bens, não se adivinha fácil, tanto mais que era agora uma mulher só, sem o apoio paternal com o qual havia tido pendência grave e sem o auxílio do marido, entretanto falecido¹⁸⁶⁰. Quanto à localidade em que anteriormente residia, importava cessar o escândalo e repor a ordem social, pelo que ficou perpetuamente impossibilitava de retornar à freguesia de Abiul¹⁸⁶¹.

Refira-se por último que a prisão acarretava outra consequência contrária aos interesses dos inquisidores. É que ao condenar alguém por práticas mágicas o Tribunal estava como que a reconhecer os seus poderes, o que evidentemente aumentava o crédito e fama do réu. Não admira portanto que muitos, após a prisão, retomassem as práticas pelas quais haviam sido condenados¹⁸⁶². Não por acaso Domingos João, o mestre de curar bois da Cumieira, e Manuel Ferreira, porteiro da vila de Abiul, publicitavam terem estado no Tribunal da Fé.

¹⁸⁵⁸ Saiu dos cárceres olisiponenses a 23 de Outubro de 1730, depois de cumprido o ano de reclusão. O degredo para Angola foi comutado por igual período para o Algarve. Curiosamente foram os próprios inquisidores a solicitar a comutação alegando que a ré “he molher mossã, mostra sinais de arrependimento, tratavasse torpemente com o demonio que mais a perseguira hindo para terras onde a fee não he tam viva e pura”, cf. Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, proc. 6220, fl. 158.

¹⁸⁵⁹ Está para breve a publicação de um trabalho sobre o quotidiano nos cárceres do Santo Ofício, da autoria de Isabel M. R. Mendes Drumond Braga.

¹⁸⁶⁰ “Em os dezouto dias do mes de Novembro de mil e settecentos e vinte e nove annos faleceo com todos os sacramentos que se costumam administrar aos infermos Antonio Francisco <Pessoa> cazado que foi com Roza Maria do Espirito Santo [riscado: oficial de Porteiro] do lugar das Aroeiras desta freguezia, está enterrado no adro, de que fis este termo de licença do reverendo vigario dia mes e anno o qual assignei. O padre João de Barros”, cf. Leiria, ADL, Registos Paroquiais, Abiul, Óbitos, livro 2 (1716-1789), fl. 20v.

¹⁸⁶¹ A propósito das penas aplicadas pela Inquisição cf. José Pedro Paiva, *Bruxaria e Superstição* [...], pp. 218-221.

¹⁸⁶² José Pedro Paiva, *Práticas e Crenças Mágicas* [...], pp. 222-223; Idem, *Bruxaria e Superstição* [...], p. 203.

2.9 – Sodomia

Em Portugal o pecado nefando de sodomia, tido como o “mais torpe, çujo, e deshonesto”¹⁸⁶³, constituiu um delito de foro misto podendo ser julgado pela justiça civil, pelos tribunais diocesanos e, a partir da segunda metade do século XVI, pelo tribunal do Santo Ofício¹⁸⁶⁴.

Em 1550, D. João III incumbiu Baltasar de Faria, embaixador em Roma, de instar junto do Papado a autorização necessária para que a Inquisição conhecesse do “pecado maa, [...] tam grande e abonimable [*sic*] ante Deus, e ante os homens”¹⁸⁶⁵. Em Fevereiro de 1553, o monarca insistiu junto da Sé Apostólica a licença requerida¹⁸⁶⁶. Pese tal perseverança, a anuência papal apenas chegou em 1562, por intermédio do breve *Exponi Nobis*, numa altura em que era regente D. Catarina¹⁸⁶⁷. Não obstante, antes desta data a Inquisição já procedia contra sodomitas, o que evidencia o seu interesse pelo delito¹⁸⁶⁸. Em 1552, D. Fernão de Meneses Coutinho e Vasconcelos, arcebispo de Lisboa (1540-1564) havia concedido licença para que o tribunal lisiponense actuasse contra os sodomitas, em virtude de “virem à nossa informação [...] que era denunciado aos senhores inquisidores desta cidade como na dita cidade havia casa ou casas e pessoas tocadas do crime abominavel”¹⁸⁶⁹. No ano seguinte, D. João III havia autorizado que aquele tribunal pudesse “inquirir e inquirais sobre as pessoas que forem culpadas no pecado de sodomia, e achando alguns culpados os prendereis e procedereis todos juntamente contra eles”¹⁸⁷⁰. Mais tarde, em 1555, os inquisidores foram autorizados a proceder contra quaisquer pessoas, independentemente

¹⁸⁶³ Cf. *Ordenações Afonsinas* [...], p. 53.

¹⁸⁶⁴ A inclusão do delito no campo das competências do Tribunal da Fé ocorreu no âmbito do alargamento jurisdicional daquela instituição, cf. Francisco Bethencourt, *História das Inquisições* [...], p. 149.

¹⁸⁶⁵ *Corpo Diplomático Portuguez* [...], tomo VI, Lisboa, Academia Real das Ciências de Lisboa, 1884, pp. 379-380.

¹⁸⁶⁶ *Corpo Diplomático Portuguez* [...], tomo VII, Lisboa, Academia Real das Ciências de Lisboa, 1884, pp. 210-211. Em Agosto de 1553, D. João III remeteu ao comendador mor, D. João de Lencastre, novas determinações: “no neguocio do crime nefando asy mesmo ey por bem que se Sua Sanctidade o cometter a comgregaçam da reformaçam ou a alguuns outros cardeays o accepteys aos quaes falareys de minha parte nele com a ymstancia que o caso e a calidade d ele requiere. E quando viseys que por esta via nam podieys alcançar o que neste negocio vos tenho scrito que ajaes, tentareys se podeys nele aver o que vereys por este papel que vos mando em qye he de crer que Sua Sanctidade nam aja alguũa duvida”, cf. *Ibidem*, tomo VII, pp. 253-257.

¹⁸⁶⁷ O breve datado de 20 de Fevereiro de 1562, pode ser consultado em *Collectorio de Diversas Letras Apostolicas* [...], fls. 55v-56.

¹⁸⁶⁸ Cf., por exemplo, João José Alves Dias, “Para uma Abordagem do Sexo Proibido em Portugal no século XVI”, *Inquisição. Comunicações* [...], vol. 1, p. 152; Luiz Mott, “Justitia et Misericordia: A Inquisição Portuguesa e a Repressão ao Nefando Pecado de Sodomia”, *Inquisição. Ensaio* [...], p. 706.

¹⁸⁶⁹ *Documentos para a História da Inquisição em Portugal (Século XVI)*, [...], pp. 34-35.

¹⁸⁷⁰ *Documentos para a História da Inquisição em Portugal (Século XVI)* [...], pp. 47-48.

da sua qualidade ou condição, ainda que isentos, e em 1560, a autorização foi alargada aos membros das ordens de Cristo, Santiago e Avis¹⁸⁷¹. Por fim, importa referir que a 13 de Agosto de 1574, Gregório XIII autorizou o Santo Ofício a proceder contra o clero regular¹⁸⁷².

Se a justiça régia estabeleceu vínculos entre a sodomia e o crime de lesa-majestade, estipulando a morte pela fogueira aos que a praticassem¹⁸⁷³, a Inquisição assimilou o delito à heresia, pressupondo que as acções destes indivíduos poderiam constituir eco dos seus pensamentos em matéria de fé. Como apontou Ronaldo Vainfas, não se tratando de heresia formal o nefando entrou na esfera do Santo Ofício dada a existência de “presunção de erro em matéria de fé”¹⁸⁷⁴. Na mesma linha, Fernanda Molina apontou que “el conocimiento de la Inquisición sobre algunos delitos asociados com la moral sexual, como bigamia, la sollicitación y la sodomia, constituyeron el corolario de la expansión desmesurada de sus competencias. No obstante, a pesar de no constituir herejías en sentido estricto, dichas prácticas sexuales podían entrañar cierto

¹⁸⁷¹ *Documentos para a História da Inquisição em Portugal (Século XVI)* [...], pp. 29 e 48-49.

¹⁸⁷² Cf. *Collectorio de Diversas Letras Apostolicas* [...], fls. 56v-57v. O breve foi mandado aplicar a 7 de Outubro de 1575, cf. *Ibidem*, fls. 57v-58. No século XVII, durante o pontificado de Paulo V, “por cartas do cardeal Melino”, foi ratificada a jurisdição da Inquisição portuguesa em perseguir a sodomia, cf. Luiz Mott, “Inquisição e Homossexualidade”, *Inquisição. Comunicações* [...], vol. 2, p. 478. No restante espaço ibérico, Fernando, o Católico, através da pragmática de 14 de Janeiro de 1505, alargou o delito à jurisdição inquisitorial. Não obstante, pouco depois, a 18 de Outubro de 1509, a Suprema ordenou que os tribunais de distrito não intervissem nos casos de sodomia, exceptuando quando aqueles coincidissem com situações de heresia. Mais tarde, um breve de Clemente VII, datado de 1524, colocou sob jurisdição da Inquisição de Aragão a sodomia. Ainda assim, apenas os tribunais de Barcelona, Saragoça e Valência tiveram as suas competências alargadas. Por motivos vários, estes tribunais, não iniciaram a perseguição ao delito no imediato. Em Barcelona o primeiro sentenciado datou de 1552. Por seu turno, em Valência os primeiros processos sucederam em 1572. Já Saragoça iniciou a repressão ao nefando numa fase mais precose, pois os primeiros sentenciados foram-no na década de 1540. No que respeita a Castela o delito permaneceu sob alçada dos juízos secular e ordinário, cf. Bartolomé Bennassar, “El Modelo Sexual: la Inquisición y la Represión de los Pecados ‘Abominables’”, *Inquisición Española: Poder Político* [...], pp. 299-302; Rafael Carrasco, *Inquisición y Represión Sexual en Valencia. Historia de los Sodomitas (1565-1785)*, Barcelona, Laertes, 1985, pp. 11-12 e 68-70; André Fernandez, *Au Nom du Sexe* [...], pp. 74-80 e 89-92. Na Península Itálica apenas alguns tribunais conheceram o delito.

¹⁸⁷³ No ano de 1355, durante o reinado de D. Afonso IV, a sodomia foi assimilada a crime de lesa-majestade, cf. *Livro das Leis e Posturas* [...], pp. 481-484. Mais tarde, em 1449, foi estipulada a morte pela fogueira aos sodomitas, cf. *Ordenações Afonsinas* [...], pp. 53-54. Tais disposições transcorreram para as *Ordenações Manuelinas* tendo sido acrescentado o confisco de bens e a inabilitação dos descendentes dos sodomitas, equiparando uma vez mais o nefando a crime de lesa-majestade, cf. *Ordenações Manuelinas* [...], pp. 47-49. Em 1603, as *Ordenações Filipinas* estipularam que nos casos de sodomia “se haja por provado o delicto per duas testemunhas, posto que sejam de diferentes actos”. Eram portanto admitidos testemunhos singulares adminiculativos, ou seja, testificações de diferentes pessoas cuja prova se corroborava e complementava entre si, ao mesmo tempo que era admitido o segredo processual e o uso do tormento, cf. *Ordenações Filipinas* [...], pp. 1162-1164. De referir que tais textos estipularam igualmente penas a aplicar em casos de *molície*, bestialidade e *sodomia foeminarum*. A par das *Ordenações*, as Leis Extravagantes continham igualmente disposições sobre a sodomia, cf. António Asdrúbal Aguiar, “Crimes e delitos sexuais em Portugal na época das Ordenações”, *Archivo de Medicina Legal*, Lisboa, vol. 3, n.º 1-2, Março-Junho, 1930, pp. 118-144.

¹⁸⁷⁴ Ronaldo Vainfas, *Trópico dos Pecados* [...], pp. 261-271; Idem, “Moralidades Brasilicas [...]”, pp. 228, 242, 246 e 260.

contenido herético”¹⁸⁷⁵. A sodomia era tida como uma transgressão da ordem divina e, como tal, podia ser equiparada a heresia. Acrescia o perigo social inerente às práticas *contra natura*, dado que o delinquente atentava contra a hierarquia social estabelecida, destruía a virtude masculina e pervertia a juventude¹⁸⁷⁶. Assim sendo, como Bartolomé Benassar mencionou, a sodomia era “un pecado contra Dios, contra uno mismo y contra el prójimo”¹⁸⁷⁷.

Tenhamos em consideração que o termo pecado nefando abarcava diversas práticas *contra natura*, ou seja, todo e qualquer acto sexual cujo objectivo não passasse pela perpetuação da espécie, única finalidade atribuída ao sexo quando praticado entre cônjuges. Os comportamentos nefandos englobavam a relação sexual entre elementos do sexo masculino, tida por sodomia perfeita; o coito anal entre homem e mulher, ou sodomia imperfeita; a sodomia *foeminarum*, isto é, relações sexuais entre elementos do sexo feminino; as *molicies*, termo lato que incluía distintas práticas tais como onanismo, coito inter-femoral e *fellatio*¹⁸⁷⁸; bestialidade, ou seja, zoofilia; e *conatus*, expressão latina que designava qualquer tentativa frustrada dos actos atrás enunciados.

À Inquisição portuguesa interessou exclusivamente a sodomia consumada, ou seja, quando no decurso da cópula anal, entre dois homens ou entre homem e mulher, ocorresse ejaculação *intra vas*. Relativamente às restantes práticas, refira-se que o lesbianismo apenas despertou a atenção dos inquisidores no caso de ficar provada a ocorrência de penetração, quer por intermédio de clitóris com proporções exageradas, quer de dedos ou de pénis artificiais¹⁸⁷⁹. De resto, a temática gerou dúvidas acentuadas¹⁸⁸⁰, pelo que a 27 de Março de 1646, foi estabelecido que “sendo a materia duvidosa e não se havendo praticado athe gora naquele crime os breves apostólicos, não

¹⁸⁷⁵ Fernanda Molina, “La Herejización de la Sodomía en la Sociedad Moderna. Consideraciones Teológicas y Praxis Inquisitorial”, *Hispania Sacra*, vol. 62, 126, Madrid, 2010, p. 544. Neste artigo, a autora utilizou o conceito de *factum hereticale* (Bula *Super Illius Specula* de João XXII) para demonstrar que no caso dos sodomitas ainda que não existisse proposição errónea, os seus actos denunciavam os seus pensamentos a respeito da criação e da ordem Divina, cf. Idem, *Ibidem*, pp. 556-558.

¹⁸⁷⁶ Rafael Carrasco, *Inquisición y Represión* [...], pp. 42-44.

¹⁸⁷⁷ Bartolomé Benassar, “El Modelo Sexual [...]”, p. 295. A questão da existência ou não de vínculos entre sodomia e heresia está longe de gerar consenso entre os historiadores, cf. o debate de ideias de Luiz Mott, “Sodomia não é Heresia: Dissidência Moral e Contracultura”, *A Inquisição em Xequê* [...], pp. 253-266; e Ronaldo Vainfas, “Inquisição como Fábrica de Hereges: os Sodomitas foram Exceção?”, *A Inquisição em Xequê* [...], pp. 267-280.

¹⁸⁷⁸ Cf. Luiz Mott, “Sodomia, Portugal”, in *Dizionario storico dell’Inquisizione*, [...], vol. 3, p. 1450.

¹⁸⁷⁹ Paulo Drumond Braga, *Filhas de Safo. Uma História da Homossexualidade Feminina em Portugal (séculos XIII-XX)*, Lisboa, Textos Editores, 2011, p. 37.

¹⁸⁸⁰ Ronaldo Vainfas, *Trópico dos Pecados* [...], p. 155.

devia o Santo officio tomar conhecimento delle emquanto não ouvesse nova declaração da Se appostolica”¹⁸⁸¹.

No que respeita ao pecado de *molícies* algumas opiniões mostraram-se favoráveis ao conhecimento do delito por parte Santo Officio, “porque per experiencia se tem visto que de ordinario por este vicio se comessa o nefando e como a prizão do Santo Officio he tão infame e temida e este tribunal com seu segredo e inteligencia descobre muito <os delinquentes> he de crer que se absterão do vicio entendendo que serão descubertos e castigados com infâmia que he só o meio que os podera refrear deste delicto”¹⁸⁸². Não obstante, tais comportamentos mantiveram-se fora da alçada inquisitorial.

¹⁸⁸¹ A cópia do assento remetida ao tribunal conimbricense pode ser consultada em Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, livro 24, fl. 197. No território em análise, para o período cronológico em questão, não foi localizado qualquer caso de lesbianismo. Não se trata de um particularismo local. Na verdade, foram escassos os processos movidos pela Inquisição à sodomia *foeminarum*. Para o tribunal de Évora, António Borges Coelho não localizou qualquer processo de sodomia entre mulheres. O mesmo autor deu conta de apenas dois processos para o tribunal de Lisboa, cf. António Borges Coelho, *A Inquisição de Évora* [...], vol. 1, p. 269. Um dos poucos casos de lesbianismo, julgado pelo Santo Officio, resultou da relação de duas freiras do convento da Esperança em Angra, cf. Paulo Drumond Braga, *A Inquisição nos Açores* [...], pp. 454-456. No Brasil, 29 mulheres foram denunciadas por actos nefandos durante a visita de Heitor Furtado de Mendonça, cf. Lígia Belini, *A Coisa Obscura: Mulher, Sodomia e Inquisição no Brasil Colonial*, São Paulo, Editora Brasiliense, 1987; Ronaldo Vainfas, *Trópico dos Pecados* [...], pp. 182-187; Idem, “Moralidades Brasíliaicas [...]”, pp. 244-245. Nos tribunais espanhóis com competências sobre o delito, não existiu nenhum caso de lesbianismo, cf. Rafael Carrasco, *Inquisición y Represión* [...], pp. 34-37. Dada a escassez de casos de lesbianismo parece pertinente referir um episódio sucedido, num período anterior ao nosso estudo, no lugar da Ribeira de Litém, freguesia de São Simão de Litém, termo de Leiria, actual concelho de Pombal. O caso, sucedido em Abril de 1551, envolveu Branca Freire, casada com Fabião Álvares, lavrador, e uma Joana Fernandes, de Lisboa, ao tempo assistente no dito lugar. A relação entre as duas mulheres motivou a sua fuga. No entanto, escassas léguas percorridas, Joana foi presa, tendo sido condenada à pena capital. Após a sentença daquela, Branca foi igualmente detida na cadeia da Corte onde, após sofrer tormento de polé, foi condenada a sete anos de degredo para África, com barão e pregão. Em virtude de sucessivos perdões régios a sua pena foi reduzida. Assim a 22 de Abril de 1551, D. João III anuiu na dispensa do barão e pregão, sendo esta pena substituída por mais um ano de degredo. Mais tarde, a 29 de Janeiro de 1552, o monarca consentiu que o degredo fosse cumprido no couto de homiziados de Marvão, ao invés de África. Beneficiou de um terceiro perdão, a 18 de Abril de 1552, pela perda da fiança que havia feito em 1551, ao comprometer-se a embarcar para África a fim de cumprir a sentença judicial, cf. Lisboa, AN/TT, Chancelaria de D. João III, Perdões e Legitimações, livro 17, fls. 149v-150, livro 19, fls. 49v-50v e livro 20, fl. 109. O caso foi já objecto de estudo de Paulo Drumond Braga, “Dois Casos de Homossexualidade Feminina no Portugal Quinhentista”, *Vértice*, II série, n.º 72, Lisboa, 1996, pp. 87-90; Idem, *Filhas de Safo* [...], pp. 42-43.

¹⁸⁸² O autor, anónimo, admitia ainda o castigo aos infamados de somíticos “porque á Republica não escandaliza nem offende o delicto senão a publicação e infamia delle, logo o que mais convem he castigar o que mais escandaliza. Alem disto a infâmia de ordinario resulta sempre de ser devasso o delinquente. Convem logo castigo na infâmia porque com o temor delle não se devasse e não se devassando fica claro que se há de impedir o delicto [...] porem he digno de consideração o modo com que se há de castigar esta infâmia e se poderá o Principe quando lhe constar que está hum homem infamado neste crime desterrallo com pena de degredo em segredo, sem forma nem figura de juizo [...] porque ainda que a regra ordinaria de direito seja que ninguem se há de castigar sem ser ouvido e esta fama ou infâmias muitas vezes são rumor sem fundamento [...] comtudo he de advirtir que muitas vezes se pode dar castigo moderado a inocente quando ao bem commum assi convem”, cf. Lisboa, AN/TT, Armário Jesuítico, livro 20, mç. 1, n.º 23, fls. 68-68v. Refira-se ainda um parecer dos inquisidores olisiponenses, em finais de Seiscentos, a propósito de um Luís Delgado, preso por culpas de sodomia, no qual se assentou que “sem

Nos textos normativos inquisitoriais a primeira alusão ao nefando surgiu no regimento de 1613, ordenado por D. Pedro de Castilho tido como prelado “que não perdoava os sodomitas”¹⁸⁸³. Não obstante, tratou-se de uma breve referência. O documento restringiu a acção dos inquisidores aos casos de sodomia perfeita, deixando as restantes práticas, como a bestialidade ou a *molície* sob alçada de outras instâncias¹⁸⁸⁴. O regimento de 1640 resultou muito mais pormenorizado. Ficou estabelecido que os transgressores que, não tendo sido denunciados, se apresentassem de forma voluntária fossem apenas admoestados verbalmente. A reincidência daria lugar a castigo severo. O texto aprovou o recurso ao tormento em situações específicas, nomeadamente quando “os negativos, que não forem convencidos pela prôva da Iustiça”, e estabeleceu que dois actos de sodomia consumada bastavam para se proceder ao relaxamento ao braço secular e ao confisco de bens¹⁸⁸⁵. Tais disposições passaram em grande medida para o regimento de 1774. Sem embargo, o texto da segunda metade de Setecentos acrescentou dois pormenores dignos de nota. Por um lado o uso do testemunho singular “que neste Crime, assim como no da Solicitação, e do Sigilismo, se devem indispensavelmente admittir”¹⁸⁸⁶; e por outro, a possibilidade de se reservar a decisão régia situações de pena capital “havendo razão particular, e politica” para tal¹⁸⁸⁷.

Ao longo dos quase três séculos de funcionamento da Inquisição foram registadas 4.419 denúncias nos cadernos do nefando e abertos cerca de 550 processos contra sodomitas, sendo que apenas 394 foram efectivamente sentenciados¹⁸⁸⁸. A esmagadora maioria dos casos ocorreu no século XVII, centúria em que foram condenados 278 indivíduos. Por seu turno, no século XVI, 93 sodomitas foram castigados, enquanto no século XVIII, 23 homens foram julgados por práticas

embargo de não pertencer ao Santo Ofício o conhecimento do pecado de *molícies*, a devassidão com que se mostra que o réu o cometia, e sua primeira confissão em Évora, corroboram mais a suspeita e fica digno de ser exemplarmente castigado, pelo que se avizinha uma e outra culpa, a *molície* e a sodomia”, *apud* Luiz Mott, *Bahia: Inquisição e Sociedade*, Salvador, Editora da Universidade Federal da Bahia, 2010, p. 155.

¹⁸⁸³ Luiz Mott, “Inquisição e Homossexualidade [...]”, vol. 2, p. 477.

¹⁸⁸⁴ *Regimento do Santo Officio da Inquisiçam dos Reynos de Portugal*, Lisboa, Pedro Crasbecck, 1613, Título V, capítulo VIII, fls. 25v-26.

¹⁸⁸⁵ Existiam algumas excepções: menores de 20 anos e pessoas de qualidade, cf. *Regimento do Santo Officio da Inquisição dos Reynos de Portugal*, Lisboa, Manuel da Silva, 1640, Livro III, título XXV, fls. 198-201.

¹⁸⁸⁶ *Regimento do Santo Officio da Inquisição dos Reinos de Portugal*, Lisboa, Miguel Manescal da Costa, 1774, Livro III, título XXII, p. 148.

¹⁸⁸⁷ *Regimento do Santo Officio da Inquisição dos Reinos de Portugal*, Lisboa, Miguel Manescal da Costa, 1774, Livro III, título XXII, p. 148.

¹⁸⁸⁸ Luiz Mott, “Justitia et Misericordia [...]”, pp. 704 e 709; Idem, “Sodomia, Portugallo [...]”, p. 1450.

análogas¹⁸⁸⁹. Em Portugal, como os números indicam, o delito nunca obteve valores consideráveis, ocupando posição secundária no quadro da repressão inquisitorial¹⁸⁹⁰.

No tribunal lisiponense, onde correu a maioria dos autos (80%), os sodomitas representaram apenas 4,8% do total de processados¹⁸⁹¹. Um pouco superior foi a percentagem registada entre 1681 e 1700. Neste período a sodomia representou 7,1% do total de processos movidos por aquele juízo¹⁸⁹². Estudos de caso reforçam as fracas percentagens. Por exemplo, nos Açores, entre 1557 e 1802, em 114 processos apenas 11 foram relativos ao nefando, ou seja 9,7% dos sentenciados¹⁸⁹³, enquanto no arquipélago da Madeira os “somíticos” corresponderam tão-somente a 2%¹⁸⁹⁴. Na Inquisição de Évora o delito representou simplesmente 0,4%¹⁸⁹⁵. Por seu turno, no tribunal conimbricense, onde foram julgados 7,6% dos sodomitas em Portugal, os processados pelo nefando representaram simplesmente 0,3%¹⁸⁹⁶. Relativamente ao tribunal de Goa, para o século XVII, dada a ausência de documentação, conhecesse-se unicamente o

¹⁸⁸⁹ Luiz Mott, “Sodomia, Portugal [...],” p. 1450.

¹⁸⁹⁰ Os números avançados pela própria Inquisição apontam para maior cômputo de sodomitas. Por exemplo, a 20 de Dezembro de 1630, o tribunal lisiponense informou o Conselho Geral que, desde Agosto daquele ano, 290 indivíduos haviam sido denunciados por semelhante delito, 64 tinham optado por se apresentar na Mesa e 21 tinham sido presos, cf. Lisboa, AN/TT, Inquisição de Lisboa, livro 151, fl. 50. O documento encontra-se transcrito em Fernanda Olival, “A Inquisição e a Madeira [...]”, pp. 800-801. Em Aragão as percentagens de sodomitas julgados também não foram significativas. Entre 1541 e 1580, o tribunal de Saragoça, aquele onde a perseguição aos sodomitas foi mais intensa, procedeu contra cerca de 100 sodomitas, e 55 acusados de zoofilia, cf. Bartolomé Bennassar, “El Modelo Sexual [...]”, pp. 300-302. Em Valência, os sodomitas processados rondaram os 350, cf. Rafael Carrasco, *Inquisición y Represión* [...], pp. 72-74.

¹⁸⁹¹ Luiz Mott, “Justitia et Misericordia [...]”, p. 710; Idem, “Sodomia, Portugal [...]”, p. 1450. Lisboa sentenciou 58 indivíduos entre 1682 e 1750, cf. Maria Luísa Braga, *A Inquisição em Portugal. Primeira metade do século XVIII. O Inquisidor Geral D. Nuno da Cunha de Athayde e Mello*, Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica, 1992, pp. 161-162.

¹⁸⁹² Fernanda Olival, “O Controle sobre Proposições [...]”, p. 669.

¹⁸⁹³ Paulo Drumond Braga, *A Inquisição nos Açores* [...], pp. 170 e 469.

¹⁸⁹⁴ Isabel M. R. Mendes Drumond Braga, “A Inquisição e a Sociedade Madeirense [...]”, pp. 190 e 247-251. Entre 1690 e 1719, a percentagem de casos de sodomia delatados foi de 3,33%, cf. Maria do Carmo Jasmins Dias Farinha, “A Inquisição na Madeira [...]”, pp. 880 e 882.

¹⁸⁹⁵ Cf. Luiz Mott, “Justitia et Misericordia [...]”, p. 710; Idem, “Sodomia, Portugal [...]”, p. 1450. Cf., ainda António Borges Coelho, *Inquisição de Évora* [...], vol. 1, p. 267.

¹⁸⁹⁶ Luiz Mott, “Justitia et Misericordia [...]”, p. 710; Idem, “Sodomia, Portugal [...]”, p. 1450. Para o século XVI, Elvira Cunha de Azevedo Mea localizou 22 casos de sodomia (denúncias e apresentações) com particular destaque para 1578, ano em que 12 indivíduos ligados à Universidade e ao meio eclesiástico confessaram comportamentos nefandos, cf. Elvira Cunha de Azevedo Mea, *A Inquisição de Coimbra* [...], pp. 265-266. Segundo a mesma historiadora, durante o referido período, o tribunal de Coimbra terá instaurado apenas seis processos por sodomia, cf. Idem, *Ibidem*, pp. 334 e 357. Mais tarde, entre 1682 e 1750, registaram-se apenas sete condenações, cf. Maria Luísa Braga, *A Inquisição em Portugal* [...], pp. 161-162.

processo do padre João da Costa, preso em Dezembro de 1670¹⁸⁹⁷. No século XVIII, o delito representou 0,3% e 0,1%, na primeira e segunda, metades da centúria¹⁸⁹⁸.

No que respeita às visitas inquisitoriais, ainda que algumas tenham tido entre os seus objectivos devassar sobre actos de sodomia¹⁸⁹⁹, o número de denúncias registadas no seu decurso foi pouco significativo. Na verdade, a maioria das ocorrências resultou de confissões perante o visitador¹⁹⁰⁰. Citem-se alguns exemplos. Na visita ao priorado do Crato a sodomia foi o terceiro delito mais declarado, tendo representado 14% das confissões¹⁹⁰¹. Por seu turno, na área jurisdicional do tribunal olisiponense, na visita de 1618, ao arquipélago da Madeira, o delito ocupou posição de relevo entre os desvios confessados¹⁹⁰². Já as denúncias eram mais invulgares. No distrito conimbricense em 1570, a visita à região de Entre Douro e Minho resultou no conhecimento de quatro casos de sodomia¹⁹⁰³. Por sua vez, na visita a Trás-os-Montes realizada em 1583, 8% das delações respeitaram a casos de sodomia¹⁹⁰⁴. A propósito das visitas de distrito, mencione-se ainda, as visitas à Baía, a Pernambuco e ao Pará, ocorridas entres finais do século XVI, e a segunda metade do século XVIII, no decorrer das quais 165 homens e 29 mulheres foram implicados pelo delito¹⁹⁰⁵.

No território em análise doze indivíduos foram denunciados à Inquisição por semelhantes culpas. Destes apenas um foi processado e sentenciado. Tratou-se de João de Basto, filho de Matias de Basto, solteiro, de 20 anos de idade, sapateiro de profissão, natural e morador na vila de Abiul, preso nos cárceres de Coimbra a 14 de Dezembro de 1654¹⁹⁰⁶.

¹⁸⁹⁷ Cf. Lana Lage da Gama Lima, “Sodomia e pedofilia no século XVII: o processo de João da Costa”, *A Inquisição em Xeqe* [...], pp. 237-252.

¹⁸⁹⁸ Maria de Jesus dos Mártires Lopes, “A Inquisição de Goa na segunda [...]”, p. 262; Idem, “A Inquisição de Goa na primeira [...]”, p. 129 (cálculos efectuados a partir dos dados fornecidos pela autora).

¹⁸⁹⁹ Nomeadamente nas visitas aos Açores de 1575 e de 1619, cf. Paulo Drumond Braga, *A Inquisição nos Açores* [...], p. 469.

¹⁹⁰⁰ Fernanda Olival, “A Inquisição e a Madeira [...]”, p. 786.

¹⁹⁰¹ Maria Paula Marçal Lourenço, “Inquisição e Cristãos-Velhos [...]”, pp. 40, 44-46.

¹⁹⁰² Fernanda Olival, “A Inquisição e a Madeira [...]”, pp. 767 e 785-787.

¹⁹⁰³ Cf. Elvira Cunha de Azevedo Mea, *A Inquisição de Coimbra* [...], p. 232.

¹⁹⁰⁴ Isabel M. R. Mendes Drumond Braga, Paulo Drumond Braga, “Jerónimo de Sousa [...]”, pp. 794, 798-799 (cálculos efectuados a partir dos dados fornecidos pelos autores). Cf., igualmente Elvira Cunha de Azevedo Mea, *A Inquisição de Coimbra* [...], p. 250.

¹⁹⁰⁵ Ronaldo Vainfas, *Trópico dos Pecados* [...], pp. 167-169. A sodomia entre homens foi o crime mais denunciado na visita de Heitor Furtado Mendonça, Idem, *Ibidem*, p. 261.

¹⁹⁰⁶ O seu processo não foi localizado. Refira-se ainda que Luiz de Bivar Guerra não referiu este documento no *Inventário dos Processos da Inquisição de Coimbra*. Ainda assim, a leitura de um processo da Inquisição de Lisboa permitiu aceder a parte dos seus autos, cf. Lisboa, AN/TT, Inquisição de Lisboa, proc. 634.

Todos os casos delatados sucederam na segunda metade do século XVII. Em concreto, sete indivíduos tiveram os seus nomes inscritos nos cadernos inquisitoriais na década de 50, concretamente em 1654, enquanto os restantes chegaram ao conhecimento daquela instituição na última década de Seiscentos¹⁹⁰⁷. Verifica-se pois que a totalidade de casos sucedeu precisamente no período em que a repressão sobre o delito atingiu valores máximos¹⁹⁰⁸.

Relativamente à morada dos implicados oito residiam na freguesia de Abiul, dois em Pombal, um em Almagreira e outro em Vila Cã¹⁹⁰⁹. No que respeita à situação religiosa destes indivíduos os dados obtidos comprovam um claro predomínio dos solteiros, pois só um havia contraído matrimónio. As idades dos “somíticos” nem sempre foram indicadas. Não obstante, é possível constatar que os pacientes eram por norma bastante jovens, aumentando a idade no caso dos agentes¹⁹¹⁰. Por exemplo, Rodrigo Leitão e Miguel Flores tinham ambos 12 anos quando foram pervertidos pelo padre Luís Nunes¹⁹¹¹. Por seu turno, João de Basto tinha 17 anos quando, pela primeira vez, teve relações sexuais com Vicente Dourado da Costa. Segundo a confissão deste abiulense, tendo chegado àquela idade, migrou para Setúbal onde entrou ao serviço daquele nobre “e poucos dias depoes [...] este o levou a hũa sua vinha que tem em hum posto que chamão Val do Grou, e dormindo hũa noute nella mandou a elle confitente que se deitasse na cama em que elle Vicente Dourado estava e ahi tomou na mão o membro viril delle confitente e depoes que com tocamientos lho fes levantar, se virou com o trazeiro pera elle confitente e com sua propria mão encaminhou per seu trazeiro o membro viril delle confitente e com effeito o metteo dentro e detendoce asi algum espaço se afastou elle confitente sem então derramar semente dentro nem fora do vazo trazeiro do sobredito”¹⁹¹².

¹⁹⁰⁷ Apesar da última denúncia ter sido remetida à Inquisição em Maio de 1701, reportava-se a factos ocorridos anos antes. De facto, o familiar José Mascarenhas de Figueiredo deu conta de já ter transmitido o episódio ao comissário do Santo Ofício, frei Manuel de Almeida Pinto “e que elle morreu não sei se no mesmo tempo e que poderia ficar per dar”, cf. Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, livro 323, fl. 234.

¹⁹⁰⁸ Cf. Luiz Mott, “Justitia et Misericordia [...]”, pp. 710 e 736.

¹⁹⁰⁹ No que toca à naturalidade deste grupo, apenas um indivíduo havia nascido em local distinto daquele em que residia. Reportamo-nos ao padre Luís Nunes, natural de Lisboa, provavelmente da Madalena, freguesia onde haviam residido os seus pais, Simão Soeiro, que havia sido mercador, e sua mulher Catarina Pinto, cf. Lisboa, cf. Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, livro 266, fls. 47-47v.

¹⁹¹⁰ Situação idêntica foi registada em distintos espaços geográficos, cf. por exemplo Paulo Drumond Braga, *A Inquisição nos Açores* [...], pp. 469-470; Ronaldo Vainfas, *Trópico dos Pecados* [...], pp. 171-172. Em Valência sucedeu algo análogo, cf. Bartolomé Bennassar, “El Modelo Sexual [...]”, pp. 303-304.

¹⁹¹¹ Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, livro 266, fls. 47v-49.

¹⁹¹² Lisboa, AN/TT, Inquisição de Lisboa, proc. 634, fls. 29v-30. Vicente Dourado da Costa, cristão-velho, natural e morador em Setúbal, de 67 anos de idade, homem nobre que vivia de sua fazenda, viúvo de Luísa Lobo, ouviu a sentença no auto-da-fé celebrado no Terreiro do Paço, a 29 de Outubro de 1656,

A análise do estatuto sócio profissional deste grupo evidenciou que um número considerável de delatados pertencia à nobreza. No entanto, surpreende que apenas dois tenham desempenhado o papel de sedutor. Referimo-nos a Manuel Viegas Lobo, filho de Sebastião Lobo de Magalhães e Maria de Almeida do Amaral, casado a primeira vez com D. Mariana de Sousa e Vasconcelos¹⁹¹³; e a António da Fonseca de Mancelos, proveniente de uma das principais famílias da região, notabilizada sobretudo durante a Época Moderna¹⁹¹⁴. Os restantes elementos deste grupo social encontravam-se entre os pervertidos, ou se quisermos entre os seduzidos. Encontravam-se nesta condição três indivíduos, todos aliciados pelo beneficiado de Abiul, Luís Nunes. Entre eles, Francisco Lobo, filho de Máximo Lobo do Casal, nobre que desempenhava o cargo de juiz dos órfãos naquela vila¹⁹¹⁵. Pese o número elevado de nobres denunciados, nenhum foi julgado¹⁹¹⁶.

Dos restantes implicados, dois eram estudantes de latim¹⁹¹⁷, e outros tantos criados¹⁹¹⁸. As relações amorosas entre estes e amos evidenciam que, na esfera da

tendo sido entregue ao braço secular, cf. fls. 113-119 do referido processo. Este homem havia praticado actos homoeróticos com mais de uma dezena de jovens. Entre os seus parceiros sexuais, além de João de Basto, contava-se um Manuel Mendes, solteiro, filho de Jorge Domingues, lavrador, e de Maria Godinho, natural do lugar da Garriapa, freguesia de Vila Cã, termo de Pombal, morador em Lisboa, que voluntariamente se foi apresentar no Santo Ofício olisiponense a 11 de Novembro de 1654, cf. Lisboa, AN/TT, Inquisição de Lisboa, proc. 634, fls. 11v-14 e Inquisição de Lisboa, livro 138, fls. 183-188.

¹⁹¹³ Numa sessão do seu processo, referiu ser pessoa muito nobre por si e por seus pais e avós, sendo da família dos Lobos e Magalhães, família muito nobilíssima e filhados por Sua Majestade, o que tudo consta do teor do brasão daquela família, cf. Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, proc. 6928. António Carvalho da Costa, *Corografia Portuguesa*, [...], tomo III, pp. 226-227. Mariana era filha de António de Sousa Vasconcelos, de Pombal, cf. Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, proc. 6928, fl. não numerado.

¹⁹¹⁴ Saul António Gomes, *Pombal Medieval* [...], p. 58. Este indivíduo testemunhou numa diligência do Santo Ofício em 1709, tendo declarado ser solteiro, de 30 anos de idade, filho de outro António da Fonseca de Mancelos, então já falecido e que fora escrivão da câmara da vila de Pombal, cf. Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, livro 338, fl. 239.

¹⁹¹⁵ Máximo Lobo do Casal, casado com Maria José, integrava a principal nobreza de Abiul. A sua sepultura foi referida pelo pároco daquela vila, na resposta ao inquérito enviado pelo Cabido da Sé de Coimbra por determinação da Academia Real da História Portuguesa: “A 4.^a dis sepultura de Maximo Lobo do Casal e de sua mulher Maria Jozeph, e herdeiros hera de 671”, cf. Coimbra, AUC, Informações Paroquiais de 1721, doc. 1.

¹⁹¹⁶ A mesma realidade sucedeu em outras áreas geográficas, cf. por exemplo, Paulo Drumond Braga, *A Inquisição nos Açores* [...], p. 471. Situação análoga teve lugar em Valência, onde os nobres representaram menos de 6 % dos processados, cf. Rafael Carrasco, *Inquisición y Represión* [...], pp. 187-204.

¹⁹¹⁷ Entre os estudantes, um era nobre. Tratou-se de Miguel Flores. O outro aluno era Matias Guardado. O primeiro residia em Abiul, enquanto o segundo habitava em Chão do Ulmeiro, Vila Cã, termo de Pombal, cf. Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, livro 266, fls. 48v e 49v.

¹⁹¹⁸ Manuel, solteiro, de 15 anos de idade, “baixo de corpo, e delgado, cor do rosto trigueira, cabelo preto, olhos grandes”, guardava o gado do lavrador Manuel Simões, cf. Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, livro 266, fl. 50v. Por sua vez, João de Basto, que serviu como criado do padre Luís Nunes, havia aprendido o ofício de sapateiro em Lisboa, sob o patrocínio de Vicente Dourado da Costa, cf. Lisboa, AN/TT, Inquisição de Lisboa, proc. 634, fl. 30 e Inquisição de Coimbra, livro 269, fl. 70.

sexualidade, a hierarquia social não era necessariamente respeitada¹⁹¹⁹. É paradigmático o caso de João de Basto, o qual revelou ter consumado 40 cópulas anais com o seu amo, Vicente Dourado da Costa, alternando a situação de agente e paciente¹⁹²⁰. Tenhamos em consideração que, nestes casos, a sodomia podia representar para o parceiro de condição social inferior uma estratégia de mobilidade e ascensão social, na medida que, em troca de prazer, poderia obter uma panóplia de dádivas e sobretudo alcançar protecção redobrada por parte do amo¹⁹²¹. Por fim, um dos prevaricadores era eclesiástico. Tratou-se do padre Luís Nunes, natural de Lisboa, de 30 anos de idade, clérigo de missa, beneficiado na igreja de Nossa Senhora das Neves, de Abiul, vila onde era residente, o qual confessou as suas culpas no tribunal de Coimbra, a 4 de Novembro de 1654¹⁹²². Não obstante, ser o único clérigo envolvido ressalta o papel fulcral que este teve na perversão de inúmeros jovens, tendo tido, ou intentado ter, contactos sexuais com pelo menos nove indivíduos¹⁹²³. Recorde-se que o nefando era conhecido, desde a Idade Média, por vício dos clérigos, e segundo Luiz Mott um quarto dos sodomitas sentenciados pelo Santo Ofício português eram eclesiásticos, sobremaneira pertencentes ao clero secular¹⁹²⁴.

Foram distintas as práticas nefandas levadas a cabo por estes indivíduos. A documentação evidencia a penetração anal, o coito interfemoral, a masturbação, os ósculos e diversas tentativas de contactos sexuais malogrados. Como Ronaldo Vainfas alertou, é necessário cuidado redobrado ao analisar temáticas de cariz sexual. Parece evidente que os documentos apresentam, neste campo, limitações inerentes ao facto de o

¹⁹¹⁹ Luiz Mott, *O Sexo Proibido. Virgens, Gays e Escravos nas Garras da Inquisição*, Campinas, Papirus, 1988, pp. 46-47. No período em que João de Basto foi criado do padre Luís Nunes ocorreram distintas práticas homoeróticas entre ambos: “Padre Luís Nunes [...] depois de sua apresentação João de Basto, solteiro, seu criado, 15 ou 20 actos próximos de penetração no seo processo a 15 de Dezembro de 1654”, cf. Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, livro 269, fl. 70.

¹⁹²⁰ Lisboa, AN/TT, Inquisição de Lisboa, proc. 634, fls. 30-31v. Após a prisão de Vicente Dourado da Costa, este confessou ter praticado com João de Basto actos de sodomia consumada, masturbação e coito interfemoral: “per algumas veses o peccado de molicies com as mãos e por entre as pernas do ditto João de Basto”, cf. Lisboa, AN/TT, Inquisição de Lisboa, proc. 634, fls. 50v-51v.

¹⁹²¹ Rafael Carrasco já havia chamado a atenção sobre a sodomia ter constituído “un factor de movilidad social nada despreciable”, cf. Rafael Carrasco, *Inquisición y Represión* [...], pp. 190, 223.

¹⁹²² Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, livro 266, fls. 47-47v. Segundo a sua confissão, teria 24 anos aquando da primeira experiência homossexual.

¹⁹²³ Ao confessar voluntariamente a sua culpa perante o Santo Ofício, apenas mencionou práticas sodomíticas com cinco rapazes. No entanto, uma denúncia anterior deu conta de outros episódios envolvendo mais quatro jovens, cf. Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, livro 266, fls. 47-52v e livro 304, fls. 659-660.

¹⁹²⁴ Luiz Mott, “Inquisição e Homossexualidade [...]”, pp. 483-485; Idem, “Sodomia, Portugallo [...]”, p. 1451. Em Valência, o clero regular representou 13,5 % dos acusados, enquanto o secular correspondeu apenas a 3,3 %, cf. Rafael Carrasco, *Inquisición y Represión* [...], pp. 167, 172, 174-187. Em Barcelona e Saragoça, foram condenados 20 e 30 clérigos, respectivamente, cf. André Fernandez, *Au Nom du Sexe* [...], pp. 94-95.

notário registrar apenas o que interessava à Inquisição, ou seja, quantas vezes havia sido praticado o acto, e com quantos parceiros, qual a posição assumida durante a relação libidinosa, isto é, se fora agente ou paciente, a consciência do prevaricador face ao delito que cometera, e sobremaneira averiguar se houvera penetração e ejaculação *intra vas*¹⁹²⁵. Por este motivo, são escassas as referências a manifestações de afecto, ou qualquer género de preliminar ao acto sexual. A investigação deu conta dessa mesma realidade. Existe uma única referência a este respeito. Na denúncia dada pelo padre Francisco Rodrigues, de Santiago de Litém, este frisou que “ouvira ao padre Silvestre Pereira Correa, morador em Abiul, [...] que hum seu irmão por nome António indo com o ditto Luiz Nunez para hum lugar da freguesia de Abiul, o ditto Luiz Nunes lhe pedio hum beijo no caminho”¹⁹²⁶.

Persuadir os parceiros sexuais foi, por vezes, tarefa árdua. Apesar das diversas formas de aliciamento¹⁹²⁷, ou ameaças empregues¹⁹²⁸, em certas ocasiões registaram-se resistências por parte do que se pretendia seduzir¹⁹²⁹. Este parece ter sido o caso de um rapaz que “viera tarado de caza do padre Luis Nunes grittando com os calções nas mãos e as ataquas cortadas, dando a entender nisto que fugia o cachopo por não querer consentir”¹⁹³⁰. Além da resistência do jovem, a passagem citada indica claramente a agressividade com que o clérigo tentara efectuar o acto¹⁹³¹.

¹⁹²⁵ Ronaldo Vainfas, “Moralidades Brasíliaas [...]”, pp. 242-243. Tenhamos presente que o Santo Officio expurgou as confissões dos implicados no delito de sodomia, não passando para o papel os termos utilizados pelos mesmos, cf. João José Alves Dias, “Para uma Abordagem [...]”, p. 155. Em Valência os processos contêm maior variedade de expressões relativas ao acto sexual e aos órgãos genitais, cf. Rafael Carrasco, *Inquisición y Represión* [...], pp. 104-107; Bartolomé Bennassar, “El Modelo Sexual [...]”, pp. 308-309.

¹⁹²⁶ Vários estudos revelam o afecto existente entre estes indivíduos, cf. Luiz Mott, *O Sexo Proibido* [...], pp. 75-129, publicado com modificações esporádicas em Idem, *Bahia: Inquisição* [...], pp. 119-169, cf. principalmente pp. 126, 137-138. A propósito de um possível bilhete, remetido por um mestre de meninos a um aluno, cf. Idem, “Cupido na Sala de Aula: Pedofilia e Pederastia no Brasil Antigo”, *Cadernos de Pesquisa*, n.º 69, São Paulo, 1989, pp. 34-37.

¹⁹²⁷ Sobre o aliciamento dos parceiros, cf. entre outros, António Borges Coelho, *Inquisição de Évora* [...], vol. 1, pp. 267-269; Luiz Mott, “*In vino veritas*: vinho e aguardente no cotidiano dos sodomitas luso-brasileiros à época da Inquisição”, *Topoi. Revista de História*, vol. 6, n.º 10, Rio de Janeiro, 2005, pp. 13, 15-18; Paulo Drumond Braga, “Cheiram os Homens a Mulheres; não a Marte mas a Vénus”, *Lusitana. História*, série II, n.º 4, Lisboa, 2007, p. 196.

¹⁹²⁸ Por exemplo, na área jurisdicional do tribunal de Valência um ermitão penetrou por quatro vezes um rapaz, ameaçando-o com uma faca, cf. Rafael Carrasco, *Inquisición y Represión* [...], p. 125.

¹⁹²⁹ Em Valência, por vezes os sedutores foram agredidos fisicamente, cf. por exemplo, Rafael Carrasco, *Inquisición y Represión* [...], pp. 26-27.

¹⁹³⁰ Sobre situações forçadas cf. por exemplo, Isabel M. R. Mendes Drumond Braga, *Os Estrangeiros e a Inquisição* [...], pp. 331-332.

¹⁹³¹ Não obstante, estas formas de violência não constituíam agravo da pena, cf. Luiz Mott, “Cupido na Sala de Aula [...]”, p. 34. A violação seria usual nomeadamente em relações entre crianças e adultos, cf. Bartolomé Bennassar, “El Modelo Sexual [...]”, p. 309.

Os espaços do nefando eram variados. Em Lisboa, além das habitações particulares, os encontros ocorriam na zona da Ribeira, em estalagens, em tabernas e em igrejas, com destaque para a Sé. Por seu turno, em Coimbra o Chão dos Mestres era local frequentado por sodomitas¹⁹³². Os indivíduos residentes no território em análise praticaram sexo em casas de habitação, em espaços agrícolas, tal como nas proximidades de alguma vinha, em estalagens, mas também em navios que estabeleciam a ligação entre a metrópole e os espaços ultramarinos. O local arrolado maior número de vezes foi a habitação particular, não apenas a do agente, mas também a do cúmplice, sendo que dentro deste espaço físico a cama surgiu como elemento central¹⁹³³. Assim, por volta de 1652, o padre Luís Nunes sodomizou Matias Guardado, na casa do pai deste, Diogo Guardado, “por ocasião delle confitente ir ali dormir algũas vezes de passagem”¹⁹³⁴. Situação análoga sucedeu em 1654, no lar do lavrador Manuel Simões onde, “por ocasião de elle confitente ir dormir a caza do ditto lavrador de pazagem [sic] chamou pera a mesma cama ao ditto Manoel, e estando ambos despidos se pos elle confitente em sima do ditto moço que estava de bruços e mettendo seu membro viril no vazo trazeiro do ditto moço dentro derramou semente consumando ambos o peccado de sodomia sendo elle confitente agente e o ditto moço paciente”¹⁹³⁵. As estalagens constituíram outro dos espaços do nefando, ainda que no caso em análise apenas tenha sido registada uma ocorrência. A situação envolveu uma vez mais o clérigo de Abiul. Tendo o vigário de Vila Cã, pernoitado certa noite numa estalagem em Coimbra, na companhia do padre Luís Nunes observara que este “se erguera de noute da cama muito

¹⁹³² Luiz Mott, “Inquisição e Homossexualidade [...]”, pp. 493-500; João José Alves Dias, “Para uma Abordagem [...]”, pp. 156-157; Paulo Drumond Braga, *A Inquisição nos Açores* [...], p. 479; Isabel M.R. Mendes Drumond Braga, *Os Estrangeiros e a Inquisição* [...], pp. 334-336; Luiz Mott, “*In vino veritas* [...]”, pp. 13-15. Para Valência, Rafael Carrasco, verificou também práticas homoeróticas em hospitais, cf. Rafael Carrasco, *Inquisición y Represión* [...], pp. 22-23.

¹⁹³³ Também nos Açores, nas casas particulares, a cama foi o elemento mais vezes referido pelos sodomitas, cf. Paulo Drumond Braga, *A Inquisição nos Açores* [...], p. 479. A partilha da cama por indivíduos do mesmo sexo era perfeitamente usual, quer em estalagens, quer na própria casa de habitação, o que sucedia pela escassez de leitos. Sobre esta questão cf. Allain Collomp, “Famílias. Habitações e Coabitações”, *História da Vida Privada*, tradução portuguesa com revisão científica de Luís Armando de Carvalho Homem, direcção de Philippe Ariès e Georges Duby, vol. 3, Porto, Afrontamento, 1990, pp. 516-519. A atestar o comum desta situação encontram-se expressões tais como “não ha cousa melhor, do que dormir só na cama” ou “tenho cama separada, em que durmo só”, cf. Rafael Bluteau, *Vocabulário Portuguez e Latino* [...], tomo 2, Coimbra, Colégio das Artes da Companhia de Jesus, 1712, p. 66. Sobre a cama na Época Moderna cf. Fernanda Olival, “Os Lugares e Espaços do Privado nos Grupos Populares e Intermédios”, *História da Vida Privada em Portugal* [...], pp. 255-257. Cf. ainda Michelle Perrot, *Histoire de Chambres*, [Paris], Seuil, 2009.

¹⁹³⁴ Neste caso a sodomia não foi consumada uma vez que “por este [Matias Guardado] se magoar não derramou elle confitente dentro semente, o que tudo fes nas maons do ditto moço, e este fes o mesmo nas maons delle confitente”, cf. Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, livro 266, fl. 50.

¹⁹³⁵ Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, livro 266, fls. 50v-51.

mancinho e se fora ter com hum moço estudante que estava em outra câmara e o moço se comessara a queixar dele, ao outro dia o estallagadeiro disse ao sobredito vigario que lhe não levasse outro dia semelhante clerigo a caza [...] dando a entender nisto que elle queria cometer com o moço estudante peccado nefando”¹⁹³⁶. Por seu turno, Manuel Viegas Lobo confessou ter tido relações sexuais num navio. A 20 de Março 1698, estando preso na Inquisição por culpas de bigamia, declarou perante o inquisidor que viajando de São Tomé para Portugal, trouxera em sua companhia alguns escravos, entre os quais um preto de 7 ou 8 anos, cujo nome não estava lembrado, “e entendeo com elle tendo-o deitado aos pes da sua cama no navio em que vinha embarcado chegando o para si lhe pos o seu membro viril junto ao vazo trazeiro do mesmo mas não houve penetração, e por fora do dito vazo derramou elle confitente semente”¹⁹³⁷. Mais tarde, referiu que o rapaz se chamava Clas “e o vendeo no Canal a hum capitão inglês”¹⁹³⁸. Tenhamos em consideração que os escravos tendiam a ser considerados bens pessoais, sendo que o domínio do senhor poderia estender-se à esfera sexual. De resto não faltam exemplos de relações deste cariz entre senhores e escravos¹⁹³⁹. Nas ligações marítimas entre Portugal e as possessões ultramarinas, este género de contacto fortuito deveria ser bastante frequente, constituindo uma das poucas formas de aliviar o apetite sexual¹⁹⁴⁰. No caso em análise, os inquisidores não aplicaram qualquer pena ao confitente, uma vez que confessou o sucedido sem ter contra si qualquer testemunho.

Sendo a sodomia pecado gravíssimo, cujo castigo máximo era a pena capital, não será difícil antever o cuidado e o receio manifestado por estes indivíduos no momento de procurar prazer onde não era suposto encontrá-lo. Comprova-o o facto de, não poucas vezes, os actos terem lugar “tendo ambos os calções decidos [*sic*]”¹⁹⁴¹, ou seja, não existindo nudez total, o que confere uma ideia de pressa na cópula¹⁹⁴². Ainda

¹⁹³⁶ Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, livro 304, fls. 659-660. A propósito de um estalajadeiro de Coimbra, sentenciado pelo tribunal conimbricense em 1711, por culpas de sodomia, cf. Luiz Mott, “Inquisição e Homossexualidade [...]”, p. 489.

¹⁹³⁷ Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, proc. 6928, fl. não numerado.

¹⁹³⁸ Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, proc. 6928, fl. não numerado.

¹⁹³⁹ A este propósito cf. Luiz Mott, *O Sexo Proibido* [...], pp. 17-74. Sobre a homossexualidade envolvendo escravos cf. ainda Jorge Fonseca, *Escravos e Senhores na Lisboa Quinhentista*, Lisboa, Edições Colibri, 2010, pp. 349-352.

¹⁹⁴⁰ Cf. por exemplo, Jorge Fonseca, *Escravos e Senhores* [...], p. 352.

¹⁹⁴¹ Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, livro 266, fls. 48, 49.

¹⁹⁴² Não obstante, em alguns relatos os amantes surgem totalmente despidos. Por exemplo, em dois actos o padre Luís Nunes afirmou estar na cama com o parceiro “estando ambos despidos”, Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, livro 266, fls. 49v e 50v. Sobre esta questão cf. Ronaldo Vainfas, “Moralidades Brasileiras [...]”, p. 266.

assim, diversos indivíduos foram apanhados em flagrante deleite homoerótico¹⁹⁴³. Distintas possibilidades poderão explicar esta realidade. Por um lado, as características das habitações da época impossibilitavam níveis elevados de privacidade, podendo os indivíduos facilmente ser escutados ou, inclusivamente, observados em actos lascivos¹⁹⁴⁴. Por outra parte, alguns contactos aconteciam em locais públicos, tais como fontes, margens de rios ou terrenos baldios, espaços onde o grau de intimidade era, não raras vezes, superior¹⁹⁴⁵. Acrescente-se ainda a possibilidade de a exposição destes indivíduos ser deliberada, como forma de aumentar os níveis de excitação decorrentes da possibilidade de ser-se avistado. No território em consideração apenas dois indivíduos terão sido surpreendidos em pleno acto sexual. A denúncia chegou à Inquisição a 28 de Maio de 1701, por intermédio do familiar do Santo Ofício, José Mascarenhas de Figueiredo, o qual deu conta que estando merendando com Luís Nunes Botelho, natural de Pombal, residente na freguesia de Vermoil, este lhe dissera que “Antonio da Fonçequa de Mançellos, solteiro desta villa o acharão com outro João Pinheiro Botelho também solteiro no abeminavel pecado da sodomia”¹⁹⁴⁶.

Como foi mencionado, o pecado nefando abarcava igualmente a cópula anal praticada entre homem e mulher, designada por sodomia imperfeita ou imprópria¹⁹⁴⁷. Não obstante, os casos de cópula anal heterossexual registados pelo Santo Ofício

¹⁹⁴³ Cf. por exemplo, Ronaldo Vainfas, “Moralidades Brasíliaicas [...]”, pp. 256-257. Rafael Carrasco deu conta de situações em que o paciente, não consentidor, informava um familiar do Santo Ofício do local onde se processaria novo encontro homoerótico, e este escondido no local flagrava os delinquentes, cf. Rafael Carrasco, *Inquisición y Represión* [...], p. 26.

¹⁹⁴⁴ Sobre estes aspectos cf. Fernanda Olival, “Os Lugares e Espaços do Privado [...]”, pp. 244-275. A propósito das habitações no Brasil e a pouca intimidade que tais espaços proporcionavam cf. Ronaldo Vainfas, “Moralidades Brasíliaicas [...]”, pp. 226-227.

¹⁹⁴⁵ Cf. Ronaldo Vainfas, “Moralidades Brasíliaicas [...]”, p. 257. Não raras vezes as fontes aparecem como locais onde ocorriam relações sexuais. Por exemplo, em Leiria na segunda década do século XVII, Manuel de Andrade revelou ter tido contacto sexual com Rui Vieira junto a uma fonte cf. Paulo Drumond Braga, “Dados para o Estudo da Homossexualidade em Portugal no Século XVII: o Processo Inquisitorial de Manuel de Andrade”, *Vértice*, II série, nº 58, Lisboa, Janeiro-Fevereiro de 1994, p. 127; Idem, “Cheiram os Homens a Mulheres [...]”, p. 192. Sobre sodomitas surpreendidos cf. Ronaldo Vainfas, “Moralidades Brasíliaicas [...]”, pp. 256-257.

¹⁹⁴⁶ Cf. Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, livro 323, fl. 234. Desconhecemos se terá sido elaborado sumário de culpas, a fim de averiguar a veracidade das acusações. Refira-se outro caso envolvendo dois sourenses denunciados ao Tribunal da Fé por um pombalense. Nos derradeiros anos da década de 40 do século XVIII, o padre Joaquim Freire da Silva, morador em Água Travessa, termo de Pombal, denunciou perante o comissário da vila, frei José Anastácio de Sousa, que estando em Coimbra achara Sebastião Xavier Pereira Coutinho, filho do desembargador Jacinto da Costa de Vasconcelos, natural de Soure, em actos sodomíticos com um seu criado de nome Fernando, natural do termo daquela vila. A denúncia não se encontra datada, no entanto o livro em que está registada reporta-se aos anos de 1748-1750, cf. Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, livro 398, fl. 267.

¹⁹⁴⁷ A propósito desta matéria cf. Ronaldo Vainfas, *Trópico dos Pecados* [...], pp. 271-275. Para os tribunais de Aragão cf. André Fernandez, *Au Nom du Sexe* [...], pp. 87-89. Sobre casos de sodomia imperfeita apresentados perante o Santo Ofício, no México, cf. Gregório Saldarriaga, “Sujeitos sem História, Prática Calada e Marcas Apagadas: a Sodomia Imperfeita ante o Santo Ofício do México”, *Topoi. Revista de História*, vol. 5, n.º 9, Rio de Janeiro, 2004, pp. 9-32.

português foram pouco significativos¹⁹⁴⁸. Por exemplo, no tribunal de Évora entre 1660 e 1821, foram unicamente registados nove ocorrências¹⁹⁴⁹. Em Pombal, e freguesias limítrofes, somente duas situações foram reportadas ao Santo Ofício, sendo que nenhum dos implicados foi sentenciado.

No ano de 1655, Isabel Marques, mulher de Manuel Domingues, moradora na quinta de Santa Eufémia, freguesia de São Miguel, Montemor-o-Velho, denunciou perante o visitador episcopal, Jerónimo Tavares, cónego da Sé de Coimbra, que “avera oito annos que andando em caza della denunciante hũa prima com irmam do ditto Manoel Domingues seu marido a qual se chama Izabel filha de Gaspar Dias moradores na Almagreira, Arcediagado de Penela, o ditto Manoel Domingues seu marido tivera ajuntamento com ella consumando o pecado de sodomia, e estando ella denunciante [...] os achou na caza de fora no acto e para se serteficar ella denunciante no modo com que obravam pos a man entre elles e se certificou que tinham ajuntamento carnal sodomítico e ao dispois por duas vezes os achou no mesmo acto”¹⁹⁵⁰. Concluída a visita ao arcediagado de Vouga a devassa foi prontamente remetida ao Tribunal do Santo Ofício, que logo intimou Isabel a comparecer na Mesa. Este facto levam-nos a discordar de Rafael Carrasco, que admitiu que a fraca percentagem de casos de sodomia imperfeita, poderia indicar que o coito anal heterossexual “era más de la competência de los directores de conciencia, de los especialistas en cuestiones de moral matrimonial, que de los inquisidores”¹⁹⁵¹. Em Portugal não parece ter sido esse o caso. Em primeiro lugar, se assim fosse, o visitador episcopal não teria remetido a denúncia ao Tribunal da Fé. Em segundo, caso a tivesse remetido por desconhecer que a matéria não era da competência inquisitorial, a Inquisição tornaria a remeter o traslado da devassa. Pelo contrário, o Santo Ofício expeditamente instaurou sumário, pelo que fica demonstrada a atenção e jurisdição sobre esta forma de pecado *contra natura*. Regressando ao caso em apreço, a 17 de Agosto de 1655, perante o inquisidor conimbricense, Isabel referiu que “sospeitando ella testemunha mal do ditto seu marido pera com a dita Izabel [...] jazendo ella testemunha na cama com o ditto seu marido o achou menos de noute da

¹⁹⁴⁸ Ronaldo Vainfas, “Moralidades Brasília [...],” p. 258. Semelhante realidade foi registada em Valência, onde apenas foram abertos três processos que acabaram suspensos. Rafael Carrasco, *Inquisición y Represión* [...], p. 37. Em Saragoça registaram-se dez casos. Em Barcelona não foi registado nenhum, cf. Idem, *Ibidem*, p. 38. No México, apesar de o tribunal não possuir alçada sobre o delito, chegaram ao seu conhecimento seis casos. No entanto, nenhum teve seguimento, cf. Gregório Saldarriaga, “Sujeitos sem História [...],” pp. 10 e 13.

¹⁹⁴⁹ Michèle Janin-Thivos Tailland, *Inquisition et Société au Portugal* [...], p. 286.

¹⁹⁵⁰ Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, livro 366, fl. 307.

¹⁹⁵¹ Rafael Carrasco, *Inquisición y Represión* [...], p. 38.

cama e levantandose pera o buscar achou a ditta sua prima lansada de brusos na cama em que jazia na mesma caza e o dito seu marido junto a ella per de tras e por ser as escuras meteu a mao pera saber o que fazião achou que o ditto seu marido tinha o membro no vazo trazeiro da ditta sua prima mas não o tinha dentro porem estava em acto pera o fazer, sospeita ella testemunha que o faria mas se o fes ella o não vio”¹⁹⁵². Portanto, perante a Mesa inquisitorial, Isabel alterou substancialmente o seu testemunho, referindo tão-somente a prática de *conatus*, o que terá motivado o arquivamento do caso.

A segunda situação ocorreu em 1698, na localidade de Castelo, termo de Abiul, e envolveu o já mencionado Manuel Viegas Lobo e uma Maria Gomes, solteira, natural e moradora no lugar da Alagoa. Segundo a confissão de Lobo “depois de terem alguns actos lascivos persuadio a mesma a que consentisse em lhe metter o membro viril pello vazo trazeiro e com efeito mettendo-lhe o membro viril no dito vazo e dentro delle derramou semente consumando nesta forma o horrendo peccado nefando de sodomia por hũa vez [...] e agora lhe lembra que estando com a mesma na cama com animo de dormir com ella carnalmente pello seu vazo natural chegando a elle meteo o seu membro viril por seis ou sete vezes pello vazo trazeiro da mesma porem não derramou semente”¹⁹⁵³. O *Regimento do Santo Ofício* estipulou que as mulheres implicadas ouvissem a sentença na sala da Inquisição “pelo grande escandalo, & danno, que pôde rezultar de se levarem a Auto publico semelhantes culpas”. Concomitantemente previa que fossem degredadas para as ilhas de São Tomé, Príncipe ou para Angola¹⁹⁵⁴. Se no primeiro caso não terá existido qualquer pena contra Isabel uma vez que apenas existiram tentativas de penetração anal, não tendo ficado provada a consumação da sodomia, na segunda situação haveria motivos para aplicação de medidas penais. No entanto, não localizámos qualquer elemento que aponte para esse fim.

Raras foram as ocasiões em que a Inquisição relaxou os sodomitas ao braço secular¹⁹⁵⁵. No total apenas 30 indivíduos foram condenados à morte pela fogueira: três

¹⁹⁵² Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, livro 366, fls. 314-314v.

¹⁹⁵³ Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, proc. 6928, fl. não numerado.

¹⁹⁵⁴ *Regimento do Santo Ofício da Inquisição dos Reynos de Portugal*, Lisboa, Manuel da Silva, 1640, Livro III, título XXV, fl. 201. Na eventualidade de ser determinado que a mulher fosse a auto público, seria açoitada e degredada para os referidos locais.

¹⁹⁵⁵ Sobre as penas aplicadas cf. Luiz Mott, “Justitia et Misericordia [...]”, pp. 716-733 e 736-738. Em Aragão, entre 1541 e 1580, o tribunal de Valência sentenciou 12,29% dos sodomitas à morte pelo fogo, cf. Bartolomé Bennassar, “El Modelo Sexual [...]”, pp. 316-317. E entre 1566 e 1775, o mesmo tribunal de distrito relaxou apenas 15,6 % dos sentenciados, cf. Rafael Carrasco, *Inquisición y Represión [...]*, p. 75. Em distintas áreas geográficas, e em outros juízos, os números são mais elevados. Por exemplo, em Sevilha a justiça secular executou 55 indivíduos por culpas nefandas entre 1578 e 1616, enquanto em

no século XVI e 27 na centúria seguinte¹⁹⁵⁶. A pena aplicada em maior número de vezes consistiu em degredo para as galés ou para os territórios ultramarinos¹⁹⁵⁷. No caso em apreço o único processado ouviu a sentença em auto-da-fé, realizado a 18 de Abril de 1655, no terreiro de São Miguel, Coimbra, tendo sido condenado a açoutes e a cinco anos de galés¹⁹⁵⁸.

A Inquisição demonstrou enorme prudência ao proceder contra elementos da nobreza e do clero. Nestes casos os tribunais de distrito só actuavam depois de reunirem prova significativa e após deliberação do Conselho Geral¹⁹⁵⁹. Por exemplo, após a confissão do padre Luís Nunes, o promotor conimbricense requereu a prisão dos cúmplices Rodrigo Leitão e Matias Guardado. Segundo o assento dos inquisidores conimbricenses Alexandre da Silva e Mateus Homem Leitão, além do bom crédito da testemunha [Luís Nunes], a nobreza de Rodrigo não carecia de maior prova para se proceder ao encarceramento, “maiormente estando na mesma villa do Pombal indiciadas varias pessoas deste delicto, a que he necessario atalhar com o exemplo desta prizaõ”¹⁹⁶⁰. Mas, o parecer não alcançou unanimidade, uma vez que ao inquisidor Álvaro Soares de Castro pareceu que as culpas não eram bastantes “pera o delato Rodrigo Leitão ser prezo visto ser pessoa nobre e que portanto se esperasse que lhe acrescesse mais prova”¹⁹⁶¹. O caso foi remetido ao Conselho Geral, órgão que a 10 de Dezembro de 1654, estipulou que as provas existentes não eram suficientes para a

Valência o Santo Ofício, no mesmo período cronológico, relaxou menos de uma dezena de homens, cf. Rafael Carrasco, *Inquisición y Represión* [...], p. 77. Em Genebra entre 1444 e 1789, 75 pessoas foram processadas por sodomia e destas 31 foram condenadas à morte, cf. Luiz Mott, “Inquisição e Homossexualidade [...]”, p. 479. Por outro lado, na Holanda entre 1730 e 1732, foram encarcerados 300 sodomitas, sendo que destes 70 sofreram pena capital, cf. Theo van der Meer, *De wesentlijke sond van sodomie en andere vuyligheeden: Sodomietenvervolgingen in Amesterdam 1730-1811*, Amesterdam, Tabula, 1984, *apud* Luiz Mott, “Justitia et Misericordia [...]”, p. 704.

¹⁹⁵⁶ Luiz Mott, “Sodomia, Portogallo [...]”, p. 1451.

¹⁹⁵⁷ Por exemplo, no auto-da-fé celebrado na igreja do mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, a 18 de Junho de 1656, entres os culpados de sodomia três foram condenados a açoutes e degredo para as galés (dois por um período de cinco anos e um por espaço uma década), enquanto dois foram condenados a açoutes e degredo por cinco anos para o Brasil, cf. Lisboa, AN/TT, Inquisição de Lisboa, livro 9, fl. 117v.

¹⁹⁵⁸ “João de Basto, de 20 annos, çapateiro, filho de Mathias de Basto, alfaiate, natural e morador da villa de Abiul deste bispado. Agente paciente exercente, confesso convicto. Açoutes e 5 annos de galés”, cf. Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, livro 5, fl. 110v. O seu encarceramento não chegou a durar um ano, uma vez que havia sido preso a 14 de Dezembro de 1654. Segundo cálculos de Luiz Mott por norma os sodomitas ficavam encarcerados entre 12 e 18 meses, cf. Luiz Mott, “Justitia et Misericordia [...]”, p. 711. No tribunal de Valência a duração era semelhante, cf. Rafael Carrasco, *Inquisición y Represión* [...], p. 54.

¹⁹⁵⁹ João José Alves Dias, “Para uma Abordagem [...]”, p. 154. Nos tribunais inquisitoriais de Barcelona, Valência e Saragoça verificou-se semelhante cuidado, cf. Rafael Carrasco, *Inquisición y Represión* [...], pp. 13 e 51.

¹⁹⁶⁰ Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, livro 366, fl. 68v.

¹⁹⁶¹ Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, livro 366, fl. 68v.

prisão destes indivíduos¹⁹⁶². Mais interessante que o pedido de prisão, é a referência a diversos implicados no nefando em Pombal. Mas a que indivíduos se referiram os inquisidores? Aos cúmplices do beneficiado de Abiul? Se assim fosse porque referir Pombal e não aquela outra vila? Ou será que haviam sido remetidas à Inquisição distintas denúncias envolvendo outros tantos pombalenses? É possível que assim tenha sido, no entanto tais suposições carecem de suporte documental.

Concomitantemente, quando agiu contra eclesiásticos, o Tribunal tentou, sempre que possível e por motivos óbvios, não divulgar as penas aplicadas. Importava, utilizando as palavras de Rafael Carrasco “poner orden sin crear desórdenes”¹⁹⁶³. Cite-se um exemplo concreto ocorrido nos começos de Seiscentos. A 10 de Janeiro de 1613, a congregação romana do Santo Ofício, tendo conhecimento da entrada nos cárceres da Inquisição portuguesa de uns quantos clérigos regulares por culpas de sodomia, consignou que aqueles religiosos não saíssem em auto-da-fé, precisamente para evitar o escândalo público¹⁹⁶⁴.

Tenhamos em consideração o caso do clérigo de Abiul. No momento em que este confessou a culpa, já existia uma denúncia contra si. No entanto, a Mesa assentou que “sem embargo disso se fosse embora”¹⁹⁶⁵. O intervalo de tempo ocorrido entre a denúncia e a confissão foi bastante reduzido. A primeira sucedeu a 31 de Outubro de 1654, e a segunda a 4 de Novembro do mesmo ano, ou seja, menos de uma semana entre as duas. Parece evidente que o padre apenas confessou por ter tido notícia da delação. Sendo Abiul uma localidade de dimensões reduzidas seria dificultoso que o beneficiado não tomasse conhecimento da denúncia, tanto mais que a mesma havia sido dada perante o vigário da vila, António Brás Botão, com o qual o beneficiado privaria quotidianamente¹⁹⁶⁶. Assim sendo, a auto-delação parece ter constituído, não um arrependimento súbito, mas antes uma tentativa de evitar castigo severo, até porque

¹⁹⁶² Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, livro 366, fl. 70. João Alves Dias alertou para o facto de muitas das denúncias contra a nobreza serem “censuradas ou arquivadas”, cf. João José Alves Dias, “Para uma Abordagem [...]”, p. 154.

¹⁹⁶³ Rafael Carrasco, *Inquisición y Represión* [...], p. 61.

¹⁹⁶⁴ *Collectorio das Bullas e Breves Apostolicos, Carta, Alvarás e Provisoes Reaes que contém a Instituição e Progresso do Sancto Officio em Portugal, Varios Indultos e Privilegios que os Sumos Pontifices e Reys destes Reynos lhe Concederão*, Lisboa, Lourenço Craesbeeck, 1634, fls. 80-80v.

¹⁹⁶⁵ Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, livro 366, fl. 51.

¹⁹⁶⁶ A denúncia foi dada no decorrer de uma diligência sobre outro caso. A comissão havia sido remetida pelo Santo Ofício, ao vigário de Abiul, a 10 de Outubro de 1654. Na ocasião o Tribunal pretendia recolher informações sobre uma Catarina de Sousa, mulher de António Manuel, moradora no lugar da Catelaria, freguesia de Santiago de Litém, termo da vila de Pombal, a qual “tem publicado algumas couzas em que se canoniza santa dando motivo a gente rústica entre a qual vive a darem credito a semelhantes erros, e por esta razão ser tida por espessialmente favoressida de Deos”, Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, livro 304, fls. 642-676.

alguns dos actos confessados haviam ocorrido há vários anos. Provavelmente, se não tivesse existido a denúncia o clérigo jamais teria procurado o Santo Ofício.

O confronto entre o conteúdo da confissão e o teor da denúncia demonstra que o beneficiado, propositadamente ou por esquecimento, não referiu uma série de tentativas frustradas de sodomizar uns quantos rapazes. Por outro lado, após a confissão voluntária reincidiu no crime ao ter relações sexuais com João de Basto. Acresce que os actos praticados eram do conhecimento público. Conheciam-no, além dos cúmplices, o vigário de Abiul, o congénere de Vila Cã, o já mencionado padre Silvestre Pereira Correia e um Baltazar Cotrim, morador em Vila Cã. É possível que outros tantos conhecessem as tendências do clérigo. Assim sendo é necessário questionar alguns aspectos. Primeiramente parece evidente o encobrimento dos actos do beneficiado pelos restantes clérigos da área geográfica limítrofe. Mas que motivos levariam a semelhante ocultação? Repare-se que um irmão do padre Silvestre havia sido inclusivamente um dos visados pelo beneficiado Abiulense¹⁹⁶⁷. Será que o protegeram por se tratar de um elemento do clero? Ou será que o fizeram por temer represálias, que poderiam materializar-se em denúncias junto do Ordinário ou do Tribunal da Fé. Por outro lado, importa questionar se a reincidência no delito, não significaria, para a Inquisição, um falso arrependimento e como tal a prova cabal da intenção herética com que o beneficiado praticara os actos? Por último, sendo comportamento notório e constante, utilizando expressões da época, não deveria implicar castigo público? Não parece ter sido este o entendimento dos inquisidores, que permitiram desta feita que Luís Nunes escapasse às garras da Inquisição.

2.10 – Revelações Fingidas e Falsa Santidade

Na Época Moderna, a Igreja adoptou uma posição ambígua relativamente à questão da santidade. Se por um lado, instava os fiéis a seguir o caminho da virtude, aconselhando-os a reger a sua conduta tendo por base os modelos hagiográficos, por outra parte, quando alguém afirmava ter experimentado determinadas visões ou

¹⁹⁶⁷ Refira-se ainda que este Silvestre Pereira, na visita pastoral realizada em Abiul a 4 de Julho de 1653, sendo perguntado devassadamente pelos casos de visita “disse nada”, cf. Coimbra, AUC, Devassas Penela, livro 5, fl. 156. Ora, sendo o pecado nefando um dos casos contidos no edital de visita, e parecendo pouco provável que, já nesta altura, o padre Silvestre não conhecesse os desvios do beneficiado Nunes, tudo aponta para um encobrimento de delitos. Perante exemplos deste género é impossível não questionar a real eficácia da actividade visitacional no que respeitou ao controlo sobre o clero, nomeadamente no que se prendia com a vida e costumes deste grupo.

revelações, o discurso mudava, sobremaneira se tais práticas houvessem sido protagonizadas por rústicos ou mulheres. Tais pretensões eram comumente tidas como fingimento, abuso ou possessão demoníaca¹⁹⁶⁸.

Em 1588, com vista a regulamentar e estabelecer parâmetros para as canonizações havia sido criada, em Roma, a Comissão dos Ritos Sacros e das Cerimónias. Entre 1625 e 1634, o assunto foi de novo abordado. Entre outros aspectos, ficou estabelecida a impossibilidade de iniciar o processo de canonização sem que tivessem decorrido 50 dias desde a morte do indivíduo. Semelhantes medidas pretendiam sobretudo impedir a banalização do milagre e da santidade¹⁹⁶⁹.

O controlo sobre o fenómeno da santidade simulada acabou por cair sob alçada do Santo Ofício, no final do século XVI. Na Península Itálica, o primeiro processo foi instaurado pelo tribunal de Nápoles entre 1580 e 1590¹⁹⁷⁰. Não obstante, e tendo em consideração o tribunal siciliano, os processos terão sido em número reduzido¹⁹⁷¹. Em Portugal, um dos primeiros processos conhecidos data igualmente de 1590. No entanto, o período de maior perseguição inquisitorial ocorreu entre finais do século XVII e primeiras décadas da centúria seguinte, o que coincidiu com a intensificação da perseguição ao quietismo e aos agentes da magia¹⁹⁷². No caso concreto do tribunal de Coimbra, a repressão contra este delito manifestou-se essencialmente entre 1720 e 1723, anos em que foram instaurados 41 processos¹⁹⁷³.

¹⁹⁶⁸ Sobre a temática em Portugal cf. Laura de Mello e Souza, “Entre o Êxtase e o Combate: Visionárias Portuguesas do Século XVII”, *Inquisição. Ensaio sobre Mentalidade* [...], pp. 762-784; Francisco Bethencourt, “Rejeições e Polémicas [...]”, pp. 79-81; José Pedro Paiva, “Missões, Directores de Consciência, Exercícios Espirituais e Simulações de Santidade: o caso de Arcângela do Sacramento (1697-1701)”, *Gaudela. Revista Cultural*, n.º 1, Gouveia, 2000, pp. 3-28, disponível on-line: <http://www.uc.pt/chsc/recursos/jpp> (consultado a 14 de Novembro de 2012); António Vítor Ribeiro, *O Auto dos Místicos. Alumbrados, Profecias, Aparições e Inquisidores (Séculos XVI-XVIII)*, Dissertação de Doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2009, exemplar mimeografado.

¹⁹⁶⁹ José Pedro Paiva, “Missões, Directores de Consciência [...]”, p. 1 (citado pela versão on-line).

¹⁹⁷⁰ Gabriella Zarri, “«Vera» Santità, «simulata» Santità: ipotesi e riscontri”, *Finzione e Santità tra Medioevo ed età Moderna*, direcção de Gabriella Zarri, Turim, Rosenberg & Sellier, 1991, pp. 9 e 14.

¹⁹⁷¹ Marilena Modica Vasta, “La Santità Negata. Esperienze Religiose e Inquisizione nella Sicilia moderna”, *Finzione e Santità* [...], p. 392.

¹⁹⁷² José Pedro Paiva, “Missões, Directores de Consciência [...]”, p. 2. A propósito do quietismo cf. Pedro Vilas Boas Tavares, “A Corte Portuguesa perante a Condenação de Miguel de Molinos”, *Espiritualidade e Corte em Portugal (Séculos XVI a XVIII)*, Porto, Universidade do Porto, Faculdade de Letras, Instituto de Cultura Portuguesa, 1993, pp. 187-204; Idem, “Portugal e a Condenação de Miguel de Molinos: impacto e primeiras reacções”, *Via Spiritus. Revista de História da Espiritualidade e do Sentimento Religioso*, vol. 1, Porto, 1994, pp. 157-183; Idem, “Molinismo e Desculpabilização [...]”, pp. 203-240, Idem, *Beatas, Inquisidores e Teólogos: Reacção Portuguesa a Miguel de Molinos*, Dissertação de Doutoramento em Cultura Portuguesa apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto, 2002, exemplar mimeografado.

¹⁹⁷³ José Veiga Torres, “Uma Longa Guerra Social. Novas perspectivas [...]”, pp. não numeradas (quadros em apêndice).

Ao Santo Ofício cabia controlar as manifestações populares relativamente aos santos defuntos e sobretudo a santidade viva¹⁹⁷⁴. Em Portugal, no que toca a regimentos inquisitoriais, o primeiro a aludir ao delito em causa foi o de 1640. O texto estipulou penas para quem venerasse imagens ou prestasse culto a sepulturas de defuntos “ainda que morresse com opinião de santo”, sem a aprovação da Igreja. Entre as sanções constava o confisco das imagens e objectos com que se procedia ao culto indevido. No caso de reincidência as penas seriam, evidentemente, agravadas. Por outro lado, os eclesiásticos seriam castigados com maior rigor, por motivos facilmente compreensíveis¹⁹⁷⁵. Paralelamente, os que “com fingimento de virtude” afirmassem terem tido revelações celestiais e obrado milagres incorriam em açoites e degredo de galés¹⁹⁷⁶.

O regimento de 1774, veio agravar as penas e estabelecer com maior preciosismo as distintas situações. Assim, a veneração de imagens e culto de sepulturas indevido passou a dar lugar a degredo para Castro Marim, ou para a cidade de Miranda, por um período de três anos. A reincidência significaria degredo para território ultramarino, por seis anos. Falsas revelações e milagres seriam penalizados com açoites e galés por um período de cinco a sete anos. Quando protagonizados por nobres tais fingimentos implicavam degredo para Angola ou São Tomé, por espaço de dez anos. No caso de freiras as penas passavam pela privação de voz activa e passiva e reclusão no cárcere do convento da Ordem mais remoto, entre cinco e sete anos¹⁹⁷⁷. Ora o texto de 1774, além de indicar claramente que o delito teimava em persistir, e de indicar que o fenómeno ocorria com maior veemência no âmbito da vida regular feminina, introduz um ponto, a meu entender, fulcral, que se relaciona com a responsabilidade dos directores espirituais nos excessos das suas dirigidas: “por quanto algumas Pessoas com fingimentos de virtude, que fazem valer, e apregoar os seus Directores Espirituaes para fins sinistros”¹⁹⁷⁸. Recorde-se que a santidade fingida foi, não raras ocasiões, pretexto para encobrir relações ilícitas entre directores e filhas espirituais¹⁹⁷⁹. O regimento não

¹⁹⁷⁴ Adriano Prosperi, *Tribunali della Coscienza* [...], p. 431.

¹⁹⁷⁵ *Regimento do Santo Offício da Inquisição dos Reynos de Portugal*, Lisboa, Manuel da Silva, 1640, Livro III, título XX, fls. 190-191.

¹⁹⁷⁶ Tratando-se de nobres ou religiosos as penas seriam comutadas por outras ao arbítrio do inquisidor, cf. *Regimento do Santo Offício da Inquisição dos Reynos de Portugal*, Lisboa, Manuel da Silva, 1640, Livro III, título XX, fl. 191.

¹⁹⁷⁷ *Regimento do Santo Offício da Inquisição dos Reynos de Portugal*, Lisboa, Miguel Manescal da Costa, 1774, Livro III, título XVII, pp. 137-138.

¹⁹⁷⁸ *Regimento do Santo Offício da Inquisição dos Reynos de Portugal*, Lisboa, Miguel Manescal da Costa, 1774, Livro III, título XVII, p. 138.

¹⁹⁷⁹ José Pedro Paiva, “Missões, Directores de Consciência [...]”, p. 18, citado pela versão on-line.

estabeleceu as penas a aplicar a estes eclesiásticos, apenas que, no caso de ser comprovada a sua culpa, seriam castigados “com grande rigor pelos Inquisidores, segundo as Provas, e Indícios, que contra elles resultarem”¹⁹⁸⁰.

No território em análise localizámos somente cinco delações pelo delito em causa: quatro mulheres e um director espiritual. Estes dados evidenciam desde logo que a santidade simulada foi uma manifestação particularmente feminina. Fenómeno que sucedeu com maior intensidade no interior dos conventos regulares femininos, mas que também atingiu as comunidades de terceiras¹⁹⁸¹. Recorde-se que já na primeira metade do século XVII, o cardeal Scaglia havia defendido que a santidade fingida era própria de mulheres, sobretudo monjas, facto intimamente ligado à ignorância e fraqueza daquele sexo¹⁹⁸².

No que respeita aos ritmos de denúncia, a primeira denúncia chegou ao conhecimento do Tribunal da Fé em 1635, enquanto a derradeira terá sido remetida entre 1744 e 1764¹⁹⁸³. No século XVII, foram enviadas duas denúncias, enquanto na centúria seguinte foram remetidas três. Refira-se no entanto que nenhuma das delações originou processo inquisitorial.

Relativamente à idade das denunciadas os dados são bastante parcos. Apenas possuímos informação para uma das delatadas, a saber Josefa do Menino Jesus, a qual teria cerca de 25 anos¹⁹⁸⁴. Relativamente ao estado religioso e ao estatuto socioeconómico estamos, sobremaneira, em presença de mulheres solteiras e pobres. Por exemplo, em 1707, Josefa do Menino Jesus, assistente no recolhimento do Louriçal, era criada de Úrsula Teresa, recolhida no mesmo espaço. Por seu turno, na segunda metade de Setecentos, Maria do Carmo, cujo pai era tendeiro em Lisboa, costumava servir as religiosas do convento do Santíssimo Sacramento do Louriçal. Apenas uma das implicadas era casada e teria condição socioeconómica mais abastada. O seu nome Catarina de Sousa Cotrim, mulher de António Manuel da Fonseca, natural do lugar do Beco e moradora no da Catelaria, freguesia de Santiago de Litém, denunciada no ano de 1654¹⁹⁸⁵. As restantes residiam todas no Louriçal, o que parece estar intimamente ligado

¹⁹⁸⁰ *Regimento do Santo Officio da Inquisição dos Reinos de Portugal*, Lisboa, Miguel Manescal da Costa, 1774, Livro III, título XVII, p. 138.

¹⁹⁸¹ Marilena Modica Vasta, “La Santità Negata [...]”, pp. 389-411.

¹⁹⁸² José Pedro Paiva, “Missões, Directores de Consciência [...]”, p. 2, citado pela versão on-line.

¹⁹⁸³ A denúncia não se encontra correctamente datada, apenas foi indicado o dia, a saber 28. No entanto, o caderno do promotor a que a delação foi cozida contém documentação produzida entre 1744 e 1764.

¹⁹⁸⁴ Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, livro 330, fl. 274.

¹⁹⁸⁵ Fr. Agostinho de Santa Maria, *Santuário Mariano* [...], tomo IV, pp. 477-480. Foi sepultada na ermida de Nossa Senhora dos Milagres onde foi colocado “hum letereyro que dis desta sorte: sepultura de

ao fenómeno Maria do Lado, que certamente terá servido de exemplo e ajudado a estimular semelhantes uniões de alma com Deus, tenham sido elas verdadeiras, imaginadas ou fingidas. A propósito refira-se que em certa conversa entre a serva de Deus e uma outra mulher havia sido proferido que “ainda havia de vir tempo em que o Louriçal segunda Roma havia de ser”¹⁹⁸⁶.

Os documentos estudados apontam para o fingimento de êxtases, milagres, revelações e visões. Mas será que tudo não passava de uma impostura consciente? Interessa pois, tentar compreender as motivações das protagonistas destes episódios fantásticos. A ostentação e a obtenção de proveitos pessoais poderão ter funcionado como uma das principais razões para o fingimento dos arrebatamentos, revelações e milagres. De resto muitos tratadistas apontavam neste sentido¹⁹⁸⁷. No ano de 1707, o padre Pedro do Amaral Frutuoso, bacharel formado em cânones, capelão e confessor das recolhidas do Louriçal, ao denunciar Josefa do Menino Jesus, foi perentório ao afirmar que “a sobredita levada da vangloria de a terem por santa e virtuosa, afecta as virtudes que inculpa”¹⁹⁸⁸.

Outras pretenderam com os supostos milagres desculpar comportamentos moralmente condenáveis. O exemplo seguinte é paradigmático. Entre os casos denunciados na visita pastoral da igreja de São Tiago do Louriçal, no ano de 1704, contou-se o amancebamento de António Fernandes Cacheiro, homem casado, morador no lugar dos Vieirinhos, com Catarina, rapariga solteira, moradora no lugar da Portelinha. Esta relação ilícita era agravada pelo facto de existirem graus de parentesco entre ambos (afinidade e espiritual). Do trato ilícito resultara a gravidez de Catarina. Tratava-se de uma situação absolutamente banal. Acontece que Catarina pretendeu fazer crer que obtivera “leite sem acesso de homem, mas por milagre”¹⁹⁸⁹. Segundo afirmava “tinha leite o qual lhe dera Nossa Senhora da Nazareth tocando lhe com hum dedo nos

Antonio Manuel da Fonseca e de sua mulher Catarina de Souza”, cf. Coimbra, AUC, Informações Paroquiais de 1721, doc. 246. Refira-se que já havia sido delatada pela mesma culpa em 1652, numa visita pastoral. Após a devassa, foi pessoalmente a Coimbra no dia 13 de Outubro desse ano, tendo sido questionada pelo provisor do bispado. Negou as culpas, afirmando “que seus inimigos lhe levantarão o sobredito em rasam de certas duvidas que ha e a elle senhor provisor são notorias sobre a ermida dos Milagres para cuja fabrica ella por a maior parte dos gastos”. O provisor, tendo em conta a idade de Catarina e “parecer mulher de bom procedimento” ordenou que fosse admoestada mas que ficasse com a culpa em aberto, cf. Coimbra, AUC, Devassas Penela, livro 4, fls. 137-138 e 261.

¹⁹⁸⁶ Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, livro 291, fl. 885v.

¹⁹⁸⁷ José Pedro Paiva, “Missões, Directores de Consciência [...]”, p. 18. Recorde-se por exemplo o caso de uma Maria Gonçalves, natural de Ciudad Real e moradora em Évora, presa em 1546. Esta mulher calcorreou parte do Alentejo fingindo um milagre com o intuito de obter esmolas, cf. Isabel M. R. Mendes Drumond Braga, *Os Estrangeiros e a Inquisição* [...], p. 357.

¹⁹⁸⁸ Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, livro 330, fl. 274v.

¹⁹⁸⁹ Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, livro 325, fl. 291.

peitos, o qual leite era para lavar hum grande peccado que o dito seu compadre tinha”¹⁹⁹⁰. A 16 de Janeiro de 1705, a pronúncia da visita acordou que a denunciada fosse presa e a sua culpa remetida ao Santo Ofício, ressaltando que “nam se tomando lá conhecimento se livraram neste juízo”¹⁹⁹¹. Este poderá ter sido o desfecho, já que o Tribunal da Fé parece ter arquivado a denúncia. Independentemente disto, o que parece interessante é a origem de semelhante afirmação de Catarina. Nesta representação parece clara a analogia à Virgem e às almas do purgatório. Recorde-se por exemplo, a famosa obra de Pedro Machuca, *La Virgen y las Ánimas del Purgatório* (1517) em que a Virgem surge a confortar as almas que padecem no purgatório, derramando sobre estas, leite dos próprios seios. É provável que Catarina tivesse observado semelhante representação, o que desde logo evidencia a importância da iconografia na formulação de visões. A par da iconografia, a leitura de obras místicas, cujo teor era por vezes incompreendido e deturpado, era passível de inspirar e influenciar muitas das alucinações relatadas. Não por acaso a Inquisição procurou reduzir a produção de obras de mística, de revelações e de visões¹⁹⁹². A propósito cite-se uma interessante visão do Inferno da autoria de Maria do Carmo. Segundo consta, “estando de joelhos sobre a cama a meia noite em ponto pediu a Nosso Senhor lhe abrisse o inferno que o queria ver e logo o senhor lho mostrou, em que viu muitos bichos e serpentes e caldeiros de pes, fogo e fumo de emchofre [...] e também viu hum frade e hũa freira abraçados por hũa comfição mal feita, também viu hũa abbadeça e algumas freiras por acuzarem mas que não sei o que, viu mais peças de diferentes estados, e já aflita de não poder suportar o mau cheiro pediu ao Senhor lhe fechasse o que logo se fez”¹⁹⁹³. A descrição citada remete-nos imediatamente para a obra *Inferno*, datada do século XVI, de autoria desconhecida, patente no Museu Nacional de Arte Antiga, em Lisboa. Labaredas, fumo de enxofre, cheiro nauseabundo, demónios, serpentes, caldeirões de pés, um frade, entre outros, ou seja, tudo elementos presentes no discurso e iconografia religiosos sobre os horrores e tormentos do Inferno.

Um outro eventual motivo prende-se com a questão da limpeza de sangue. Lourçal, primeira metade do século XVII. Maria de Brito, que mais tarde viria a ser conhecida por Maria do Lado, tida e havida por santa, protagonista de êxtases, milagres,

¹⁹⁹⁰ Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, livro 325, fl. 290v.

¹⁹⁹¹ Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, livro 325, fl. 291.

¹⁹⁹² Laura de Mello e Souza, “Entre o Êxtase [...]”, pp. 765-766; José Pedro Paiva, “La Reforma Católica en Portugal [...]”, p. 16.

¹⁹⁹³ A propósito de uma interessante visão de origem popular do Inferno cf. José Pedro Paiva, “O Inferno e o Paraíso em duas Visões Marginais de Origem Popular”, *Ler História*, n.º 33, Lisboa, 1997, pp. 53-66.

raptos e revelações. Era filha de António Rego e de sua primeira mulher, Maria de Brito. Sobre a sua mãe, natural de Varatojo, Torres Vedras, recaía a suspeita de cristã-novice¹⁹⁹⁴. Cabe pois perguntar, até que ponto é que este misticismo não serviria, de forma consciente ou não, para uma emancipação face a semelhantes marcas de infâmia¹⁹⁹⁵.

Torna-se ainda necessário interrogar sobre o peso exercido por missionários, confessores e padres espirituais neste fenómeno. Em que medida a prédica e conselhos destes elementos não foram os principais responsáveis pela perturbação destas mulheres? A oração mental, os flagelos autoinfligidos e os constantes jejuns preceituados contribuíram decisivamente para os desvaneios destas criaturas. Tenhamos em atenção uma carta de Maria do Carmo para o padre Manuel da Conceição, do Louriçal. Na missiva Maria referiu ter satisfeito a penitência que o padre lhe havia preceituado tendo feito “duas horas de selício e duas de oração mental todos os dias [...] duas sextas feiras jejuei a pam e agoa e outra a não jejuei por não poder, tomei hũa rigorosa desplina que me vi bem aflita com ella [...] estando hũa ves em oração mental me apareceu hũa figura que me vi bem aflita com ella [...] estando outra ves em oração me apareceu hũa figura muito fermoza parecia a virgem Maria, eu fiquei fora de mim de contente, pedi lhe me levasse ella me dice inda não he tempo, truçe duas horas e meia de selício que me fes mal [...] há quinze dias trago silício na sintura e mande me dizer se quer que o traga mais tempo do que esta determinado”¹⁹⁹⁶. Por seu turno, Josefa do Menino Jesus realizava diversas penitências tais como “dormir sobre pedras, tojos e telhos agudos que lhe fazião muitas feridas” e açoitar-se com tojos “the regar o chão com sangue”¹⁹⁹⁷. Eram pois programas pesados, praticados de forma exagerada que certamente contribuíram para o acentuar das perturbações psicológicas registadas.

Em Portugal, era comum as populações venerarem certos indivíduos por santos, sem que para tal existisse licença das autoridades eclesiásticas. A conduta de vida exemplar aliada à incorruptibilidade dos corpos confirmava a santidade. Neste campo, o território em estudo não constituiu excepção. No final de 1633, o cabido de Coimbra tomou conhecimento que “no lugar do Louriçal e seus arredores se levantou de novo

¹⁹⁹⁴ Por esta razão o seu marido foi “tirar hum estromento do qual segundo ouviu dizer constou ser a dita Maria de Britto christam velha”, cf. Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, livro 291, fls. 843v, 858v e 863.

¹⁹⁹⁵ Semelhante hipótese foi levantada por José Pedro Paiva ao estudar o caso de Arcângela do Sacramento, cf. José Pedro Paiva, “Missões, Directores de Consciência [...]”, p. 18.

¹⁹⁹⁶ Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, livro 400, fl. 86.

¹⁹⁹⁷ Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, livro 330, fls. 273v, 279-279v.

certo modo de religião, e com indiscreto zello, e autoridade particular se venera por sancta certa molher ja defuncta que nelle morreu, ordenando-lhe a sepultura com ornamentos como que se costumão venerar os sanctos que a Igreja reconhece”¹⁹⁹⁸. A defunta venerada era Maria do Lado. A sua tumba, além de águas cheirosas, flores e ramalhete, recebera cortinas novas e um pano de veludo carmesim, mandado executar por D. Margarida de Lima, mulher de D. Henrique de Meneses, 5.º senhor do Louriçal¹⁹⁹⁹, o que evidência que a crença na sua santidade não foi exclusiva dos meios populares. Tirado o sumário de testemunhas, a Mesa, a 5 de Março de 1634, considerou não existir motivo para Maria do Lado ser tida por santa, nem a sua vida por extraordinária e milagrosa, antes havia “presumpções forçozas e quasi violentas que persuadem o contrario, alem do que algumas das couzas que contão della parecem fantasticas, fingidas e pouco verdadeiras”²⁰⁰⁰. Assim, e tendo em consideração o decreto de Urbano VIII, de 13 de Março de 1625, foi ordenada a remoção do túmulo e dos respectivos ornamentos. Os autos foram posteriormente remetidos ao Santo Ofício para análise dos abusos do padre espiritual de Maria do Lado, frei Bernardino das Chagas²⁰⁰¹. Este cometera diversos excessos, nomeadamente através da publicação da santidade e milagres da sua dirigida²⁰⁰², da distribuição de relíquias da mesma²⁰⁰³, quer ainda por ter afirmado ter licença do inquisidor geral para realizar experiências no corpo da defunta²⁰⁰⁴. Acrescente-se que havia encomendado a Gaspar Barbosa diversos painéis contendo representações das visões da sua dirigida²⁰⁰⁵. Segundo o testemunho de Manuel Vieira Freire, vigário do Louriçal, o director espiritual de Maria do Lado, após a morte desta, forjara os sinais que eram visíveis no seu corpo²⁰⁰⁶. Por seu turno, Manuel Arnaut do Couto, capitão de uma das companhias de infantaria do Louriçal, casado com uma prima de Maria do Lado, afirmou que “tinha para si que tudo o que se dizia dela era nada e que o autor de todas essas coisas era o padre frei Bernardino”²⁰⁰⁷.

¹⁹⁹⁸ Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, livro 291, fls. 830-831.

¹⁹⁹⁹ Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, livro 291, fls. 839-839v.

²⁰⁰⁰ Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, livro 291, fl. 894.

²⁰⁰¹ Foram entregues na Inquisição de Coimbra a 8 de Maio de 1635.

²⁰⁰² Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, livro 291, fls. 853v-854.

²⁰⁰³ Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, livro 291, fl. 895v.

²⁰⁰⁴ Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, livro 291, fls. 838v-839.

²⁰⁰⁵ Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, livro 291, fl. 846-847v.

²⁰⁰⁶ Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, livro 291, fls. 838-838v. A mesma opinião era partilhada por outras testemunhas, entre as quais Manuel Vieira, cônego na colegiada de Cedofeita, fl. 855.

²⁰⁰⁷ Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, livro 291, fl. 869.

Não obstante, o Tribunal da Fé não se interessou pelo caso, pois não consta que tenha executado qualquer diligência²⁰⁰⁸.

É chegado o momento de retirar algumas conclusões. Como se verificou as delatadas eram sobretudo mulheres solteiras e pobres, possivelmente bastante jovens. O fenómeno foi particularmente intenso no Louriçal, o que certamente encontra ligação com a figura de Maria do Lado, instituidora do convento daquela vila, mas também com a presença de outras religiosas que faleceram com opinião de virtude, de que é exemplo Soror Maria Joana²⁰⁰⁹. Assim sendo, é nossa opinião que o impacto de tais figuras poderia ter ocasionado a reprodução de arrebatamentos e visões.

Além deste aspecto, as motivações destas mulheres parecem ter sido de diversas índoles, tais como a ostentação e a obtenção de proveitos pessoais, a desculpabilização de comportamentos moralmente condenáveis, ou até mesmo, o desejo de remover determinadas marcas de infâmia. Por outro lado, não pode ser descurada a importância da oração mental, vulgarizada sobretudo na primeira metade do século XVIII, por intermédio da publicação de diversos manuais e devocionários²⁰¹⁰. Acrescente-se a função desempenhada pela iconografia, bem como o peso de jejuns e de disciplinas praticados de forma exagerada.

A população em geral, e não apenas as camadas mais baixas, tinham estas mulheres por favorecidas de Deus, atribuindo-lhes o poder de comunicarem directamente com o divino. Assim sendo, ao ser-lhes reconhecida semelhante capacidade, a Igreja perdia o monopólio da mediação entre os fiéis e Deus. Por exemplo, Josefa, filha do capitão José de Oliveira, terá perguntado em certa ocasião a Josefa do Menino Jesus “lhe soubesse de Deos em que estado estava a sua alma, esta lhe respondeo que a sua alma estava como aquella nuvem que hia pello ar correndo, a qual hera negra”²⁰¹¹. Numa outra ocasião, o galego D. Francisco de Lousada, terceiro da ordem de São Francisco, administrador do convento do Louriçal, “pedindo lhe lhe alcançasse de Deos hum Dom de grande amor seu ella lhe respondera passado algum tempo que ja Deos lhe tinha despachada a sua petição”²⁰¹².

²⁰⁰⁸ Lisboa, AN/TT, Inquisição de Lisboa, proc. 15497.

²⁰⁰⁹ Lisboa, AN/TT, Conselho Geral do Santo Ofício, livro 62.

²⁰¹⁰ Pedro Tavares Vilas Boas, “Caminhos e Invenções de Santidade Feminina em Portugal nos Séculos XVII e XVIII. (Alguns Dados, Problemas e Sugestões), *Via Spiritus. Revista de História da Espiritualidade e do Sentimento Religioso*, vol. 3, Porto, 1996, pp. 174-181.

²⁰¹¹ Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, livro 330, fl. 282.

²⁰¹² Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, livro 330, fl. 280v.

Não obstante, no caso em apreço, nenhuma das delações originou processo inquisitorial. Aliás, exceptuando o caso de Catarina de Sousa, o Tribunal não empreendeu qualquer diligência para verificar a veracidade dos factos denunciados. Terão as causas por judaísmo congestionado a acção do Tribunal e impossibilitado que este conferisse atenção a outros delitos, nomeadamente os casos de santidade fingida? Esta hipótese não se afigura como provável, tanto mais que das cinco denúncias três chegaram à Inquisição no século XVIII, duas na primeira metade e uma na segunda. Ora, neste período os processos por judaísmo estavam longe das cifras registadas anteriormente, nomeadamente nas décadas de 20 e 30 do século XVII. Acresce que foi precisamente nas primeiras três décadas do século XVIII, que o tribunal de Coimbra processou a maioria dos casos pelo delito em análise, com particular destaque para o período compreendido entre 1720 e 1725, em que foram processados 41 indivíduos²⁰¹³. Assim sendo, quer parecer que terá sido antes o conteúdo da denúncia o principal responsável pela não abertura de processo. Se em alguns casos o teor da acusação terá sido demasiado vago, noutros revelava intrigas e conflitos locais, o que certamente contribuiu para o decréscimo de credibilidade da mesma. Tomemos por exemplo o caso de Catarina de Sousa. Frei Agostinho de Santa Maria, no seu *Santuario Mariano*, referiu-se a este episódio, expondo “que por ser nimio o affecto, & a devoção que a serva de Deos Catherina de Sousa tinha à Senhora [...] a começarão a perseguir algumas pessoas [...] com odio declarado [...] & foy a perseguição de maneyra, que a levarão à Inquisição por hypocrita, embusteyra, levantando-lhe, que ella fingira o primeyro milagre, & os mais que a Senhora obrava. Porém reconhecida a sua candida singelez, & solida virtude, sahio mais pura, & justificada, do que o pertenderão os seus contrarios instigados do demonio”²⁰¹⁴. É evidente que este texto, escrito 50 anos após os factos sucedidos, não pode ser tomado à letra, tanto mais se tivermos em conta os objectivos a que se propunha. No entanto, o certo é que a diligência executada pelo vigário de Abiul, António Brás Botão, revelou um conflito entre Catarina e Francisco Bravo Botelho, nobre local, morador na quinta do Arneiro e mordomo da ermida de Nossa Senhora dos Milagres. Contenda que havia sido despoletada, ou pelo menos acentuada, pelas obras que se pretenderam empreender na referida ermida²⁰¹⁵. Assim

²⁰¹³ José Veiga Torres, “Uma Longa Guerra Social: Novas Perspectivas [...]”, pp. ã numeradas (quadros em apêndice).

²⁰¹⁴ Fr. Agostinho de Santa Maria, *Santuario Mariano* [...], tomo IV, pp. 477-480.

²⁰¹⁵ Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, livro 304, fls. 643v e 657.

sendo, quer parecer que este elemento poderá, em certa medida, ter contribuído para o arquivamento da denúncia.

2.11 – Posse de livros proibidos

A partir de finais do século XV, a leitura de determinadas obras ficou condicionada pela publicação de listas de livros proibidos. A invenção da imprensa, por volta de 1450, e a reforma protestante, iniciada no início do século XVI, contribuíram para a crescente censura de obras. As autoridades civis e eclesiásticas consideravam que determinadas obras, ao serem lidas por determinados indivíduos, tidos por incautos, poderiam motivar ideias contrárias aos princípios da fé e aos bons costumes²⁰¹⁶.

Em 1559, Paulo IV promulgou o primeiro índice geral. As obras consignadas no catálogo deveriam ser entregues ao Ordinário ou aos inquisidores, a fim de serem queimadas. O documento estipulava penas pesadas para os que imprimissem, lessem e possuíssem as obras condenadas. Tratou-se de um índice excessivamente rígido, facto que contribuiu para que nunca tivesse sido inteiramente observado²⁰¹⁷. A problemática seria de novo abordada no Concílio de Trento. Pouco depois da reunião conciliar ter terminado, concretamente a 24 de Março de 1564, assistiu-se à promulgação de novo índice por Pio IV. O documento que se pretendia obrigatório para toda a cristandade, acabou por conhecer aceitação reduzida²⁰¹⁸.

Em Portugal, que se conheça, o primeiro diploma sobre livros foi o alvará de D. Afonso V, de 18 de Agosto de 1451. Neste documento o monarca ordenou que as obras de determinados autores, entre os quais Johannes Wiclef, Johannes Huss e Frei Gáudio, fossem destruídas pelo fogo²⁰¹⁹. Mais tarde, no ano de 1521, após solicitação de Leão X (1475-1521), D. Manuel I terá tomado algumas medidas para evitar a difusão das teses luteranas em Portugal²⁰²⁰. Não obstante, o primeiro índice apenas foi promulgado em 1547, pelo Cardeal Infante D. Henrique²⁰²¹. Ainda assim, dado que não chegou a ser impresso, a sua divulgação, e obviamente êxito, terão sido comedidos. No ano de 1551,

²⁰¹⁶ Isaías da Rosa Pereira, *Notas acerca de Índices de Livros Proibidos e Bibliografia sobre a Inquisição*, Lisboa, 1976; *Índices dos Livros Proibidos em Portugal no Século XVI*, apresentação, estudo introdutório e reprodução fac-similada dos índices, por Artur Moreira de Sá, Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica, 1983; Isabel M. R. Mendes Drumond Braga, “As Realidades Culturais”, *Nova História de Portugal* [...], vol. VII, p. 547.

²⁰¹⁷ Isaías da Rosa Pereira, *Notas acerca de Índices* [...], p. 13.

²⁰¹⁸ Isaías da Rosa Pereira, *Notas acerca de Índices* [...], pp. 14-15.

²⁰¹⁹ *Índices dos Livros Proibidos em Portugal no Século XVI* [...], pp. 9-10.

²⁰²⁰ *Índices dos Livros Proibidos em Portugal no Século XVI* [...], p. 11.

²⁰²¹ Isaías da Rosa Pereira, *Notas acerca de Índices* [...], p. 19.

o mesmo inquisidor-geral por ter conhecimento “que algumas pessoas nam deixavam de teer e leer por livros que sam defesos e prohibidos: por nam saberem quaes eram”²⁰²² mandou publicar novo documento, que se assumiu como o primeiro índice expurgatório impresso em Portugal. Em 1559 e 1561, dois novos documentos foram dados à estampa. No ano de 1564, foram impressos o índice tridentino e um rol de livros defesos. Após estes, foram publicadas novas listagens em 1581 e 1597²⁰²³. A derradeira lista foi publicada no ano de 1624. Tratou-se de um rol preparado pelo inaciano Baltasar Álvares (1560-1630) a pedido do inquisidor-geral D. Fernando Martins de Mascarenhas (1548-1628)²⁰²⁴.

Pese as listas de livros proibidos, os éditos adicionais, as visitas às naus estrangeiras, às livrarias e às tipografias²⁰²⁵ e a fiscalização das bibliotecas particulares, a vigilância não foi, como não poderia ser, cabalmente eficaz²⁰²⁶. Prova-o por exemplo, uma lei de D. Sebastião de 18 de Junho de 1571, em que o assunto foi abordado. O documento estabeleceu a pena capital e o confisco de todos os bens para quem, independentemente do “estado, qualidade & preeminencia”, imprimisse, importasse, encomendasse, vendesse, emprestasse, possuísse ou lesse as obras heréticas interditas, desde que ficasse provado que o réu tinha perfeita noção da proibição. As mesmas penas seriam aplicadas aos que encobrissem estes prevaricadores²⁰²⁷. De facto, a circulação de livros proibidos era uma realidade. Aqueles que não possuíam licença para consultar obras defesas, podiam adquiri-las de diferentes maneiras. Sabe-se, por exemplo, que listas das publicações interditas chegaram a ser utilizadas por intelectuais para realizarem as suas encomendas. Por outro lado, viagens ao estrangeiro possibilitavam a aquisição de determinados espécimes. O contrabando, com recurso ao serviço de marinheiros, seria igualmente usual. Corrente era ainda a venda destas obras em livrarias, especialmente em Coimbra e Lisboa²⁰²⁸. Não menos habitual era o empréstimo ilegal de livros proibidos²⁰²⁹.

²⁰²² Provisão do Cardeal Infante D. Henrique a propósito do Rol dos Livros Defesos, datada de 4 de Julho de 1551, publicada em *Índices dos Livros Proibidos em Portugal no Século XVI* [...], pp. 72-73.

²⁰²³ Isafas da Rosa Pereira, *Notas acerca de Índices* [...], p. 19-22.

²⁰²⁴ Isabel M. R. Mendes Drumond Braga, “As Realidades Culturais [...]”, p. 548.

²⁰²⁵ Sobre esta matéria cf. Francisco Bethencourt, *História das Inquisições* [...], pp. 173-185.

²⁰²⁶ Isabel M. R. Mendes Drumond Braga, “As Realidades Culturais [...]”, pp. 548-549.

²⁰²⁷ *Índices dos Livros Proibidos em Portugal no Século XVI* [...], pp. 89-90.

²⁰²⁸ Luís António de Oliveira Ramos, “Da Aquisição de Livros Proibidos nos fins do Século XVIII (casos portugueses)”, *Revista da Faculdade de Letras, História*, vol. IV/V, Porto, 1973-74, pp. 329-331.

²⁰²⁹ A propósito deste aspecto cf. Maria Teresa Payam Martins, *A Censura Literária em Portugal nos séculos XVII e XVIII*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, Fundação para a Ciência e a Tecnologia, 2005, pp. 689-695.

Desde cedo, que a Inquisição portuguesa assumiu o controlo sobre a posse, circulação e leitura dos livros²⁰³⁰. Pese a competência do episcopado em semelhantes matérias, o Santo Ofício acabou por dominar a censura literária, facto a que não são alheias as decisões que foram sendo tomadas em Roma. Os inquisidores passaram a fiscalizar inclusivamente os textos dos prelados fossem eles teológicos ou destinados ao governo da diocese, tais como constituições sinodais ou cartas pastorais. As próprias bibliotecas dos antístites não escaparam à inspecção dos inquisidores. Não obstante, excepto algumas contendas pontuais, os bispos submeteram-se à hegemonia inquisitorial, apoiando e colaborando com o Tribunal da Fé²⁰³¹.

A visita às naus estrangeiras começou a ser posta em prática por volta de 1550. No ano seguinte, iniciavam as visitas às livrarias. A par dos índices de obras proibidas, de que o primeiro, como já referimos, data de 1547, os inquisidores deviam uma vez por ano publicar um édito sobre a matéria apelando à denúncia e à entrega dos espécimes proibidos²⁰³². Aquele que propositadamente lesse ou guardasse livros heréticos, tanto impressos como manuscritos, era suspeito de erro em matéria de fé, pelo que abjuraria de leve. Em determinados casos, dependendo da obra em questão e da condição do réu, poderia haver lugar a abjuração de veemente. As penas a aplicar aos prevaricadores foram deixadas ao arbítrio dos inquisidores²⁰³³.

No que respeita ao território em estudo, apenas quatro homens foram delatados pelo delito em causa. As denúncias chegaram ao conhecimento do Tribunal da Fé no

²⁰³⁰ Francisco Bethencourt, *História das Inquisições* [...], p. 173. Os primeiros indícios da censura inquisitorial encontram-se numa obra anónima intitulada *Ensino Cristão*, dada à estampa em 1539. No mesmo ano, a *Grammatica da lingua portuguesa com os mandamentos da santa mãe igreja*, da autoria de João de Barros, foi igualmente sujeita ao parecer dos qualificadores do Santo Ofício, cf. Israel S. Révah, *La censure inquisitoriale portugaise au XVIe siècle. Étude accompagnée de la reproduction en fac-similé des Index*, Lisboa, Instituto de Alta Cultura, 1960, p. 21. A censura prévia era partilhada por três instâncias: Inquisição, Bispos e, a partir de 1576, Desembargo do Paço. Situação apenas alterada entre 1768, com a criação da Real Mesa Censória, e 1794, com a abolição do tribunal da Real Mesa da Comissão Geral. Sobre a Real Mesa Censória criada a 5 de Abril de 1768, cf. Jorge Borges de Macedo, “Real Mesa Censória”, *Dicionário de História de Portugal*, direcção de Joel Serrão, vol. III, Lisboa, Iniciativas, 1971, pp. 40-42; Maria Adelaide Salvador Marques, *Pombalismo e Cultura Média. Meios para um diagnóstico através da Real Mesa Censória*, Lisboa, [s.n.], 1982; Piedade Braga Santos, “Actividade da Real Mesa Censória – Uma Sondagem”, *Cultura-História e Filosofia*, vol. 2, Lisboa, 1983, pp. 379-382; Isaías da Rosa Pereira, “A Real Mesa Censória e algumas bibliotecas da cidade de Angra em 1770”, *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*, vol. 50, Angra, 1992, p. 169; Maria Teresa Payam Martins, *A Censura Literária em Portugal* [...].

²⁰³¹ José Pedro Paiva, *Baluartes da Fé* [...], pp. 92-110.

²⁰³² *Regimento do Santo Offício da Inquisição dos Reynos de Portugal*, Lisboa, Pedro Crasbecck, 1613, Título V, capítulo XXIX, fl. 29. Anteriormente, no regimento publicado pelo cardeal D. Henrique em 1561, sobre as visitas aos navios estrangeiros, ficou estabelecido que os inquisidores publicassem éditos sobre os livros proibidos de forma trimestral, cf. Francisco Bethencourt, *História das Inquisições* [...], p. 178.

²⁰³³ *Regimento do Santo Offício da Inquisição dos Reynos de Portugal*, Lisboa, Manuel da Silva, 1640, Livro III, título XIX, fl. 189.

ano de 1710, por intermédio de carta do padre abiulense José da Silva Botelho. Um dos denunciados foi o pombalense Francisco Rodrigues, acusado de possuir “hum livro que não sei o nome, que lhe parecia estava proibido por esse Santo Tribunal”²⁰³⁴. O clérigo tivera notícia deste sucesso por intermédio de José de Barros, vigário de Freixo de Numão, o qual “dezia que o avia de avizar pera entregar o dito livro, e não sei o que nisto se passou”²⁰³⁵. Tratou-se de uma denúncia pouco precisa. Por um lado, o título da obra não foi declarado, nem existia certeza cabal de se tratar de livro proibido; por outro, era admitida a possibilidade de o acusado já ter entregado o espécime junto das autoridades competentes. No decurso da nossa investigação não localizámos qualquer outro documento referente a este caso. Assim sendo, são várias as hipóteses que se colocam. É possível que o Tribunal não se tenha interessado pelo assunto, devido ao carácter pouco preciso da delação. Por outro lado, importa questionar se o volume de actividade repressiva do tribunal conimbricense teria impossibilitado os inquisidores de se deterem sobre causas menos significativas, de que a posse de livros defesos seria exemplo. As primeiras décadas do século XVIII ficaram marcadas por uma diminuição das causas de judaísmo e pelo aumento da repressão sobre outros delitos, nomeadamente sobre as práticas mágicas. Entre 1701 e 1714, o tribunal de Coimbra instaurou cerca de 570 processos²⁰³⁶. Cifra bastante distante dos valores atingidos noutros períodos cronológicos. Assim sendo, esta hipótese afigura-se pouco provável. Por fim, levanta-se uma outra solução para este caso. Francisco Rodrigues, depois de advertido pelo vigário de Numão, poderá ter procedido à entrega da obra referida. A ser assim, a intervenção inquisitorial teria sido dispensada.

Entre as obras de leitura proibida constavam as *Trovas* de Gonçalo Anes Bandarra, sapateiro, nascido no início do século XVI, em Trancoso²⁰³⁷. Este havia sido preso pelo Santo Ofício, tendo abjurado no auto-da-fé celebrado a 3 de Outubro de 1541, na Ribeira de Lisboa, por ser “amigo de novidades, e com ellas cauzar grandes alvoroços nos Chrystãos novos, escrevendo trovas, que podião ter ruim sentido, dando outrosim declaraçoens a muytas authoridades da Sagrada Escripura, e repostas a

²⁰³⁴ Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, livro 331, fl. 243v.

²⁰³⁵ Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, livro 331, fl. 243v.

²⁰³⁶ José Veiga Torres, “Uma Longa Guerra Social: Novas Perspectivas [...]”, pp. ã numeradas (quadros em apêndice).

²⁰³⁷ A propósito das *Trovas* cf. José van den Besselaar, “As Trovas do Bandarra”, *Revista ICALP (Instituto de Cultura e Língua Portuguesa)*, vol. 4, 1986, pp. 14-30, disponível on-line: <http://cvc.instituto-camoes.pt/bdc/revistas/revistaicalp/bandarra.pdf> (consultado a 13 de Dezembro de 2012).

semelhantes perguntas, sendo homem sem letras”²⁰³⁸. De facto, e como bem demonstrou Maria José Ferro Tavares, os seus escritos haviam avivado a esperança messiânica entre os cristãos-novos do Reino²⁰³⁹. Por este motivo, foram proibidas as ditas trovas. Desde 1581 que as *Trovas do Bandarra* haviam sido incluídas no catálogo dos livros proibidos. Pese a proibição, a obra viria a conhecer duas edições no século XVII, ambas impressas em França²⁰⁴⁰. O que desde logo evidência o crescente interesse pelo livro. A 3 de Novembro de 1665, foi publicado novo édito do Santo Ofício proibindo as ditas Trovas, as quais “continham sentido ambiguo, e outras muitas couzas, que sabiam a Judaismo”²⁰⁴¹. Os que tivessem na posse destes escritos deveriam, sob pena de excomunhão maior e mais penas que parecessem aos inquisidores, proceder à entrega dos mesmos no Santo Ofício, dentro de três dias²⁰⁴².

No ano de 1710, o padre José da Silva Botelho, delatou Manuel Mendes, barbeiro, morador na aldeia do Vale, Vila Cã, pois sabia “pello ouvir que sempre anda a repetir hũa profecia do Bandarra”²⁰⁴³. O mesmo eclesiástico acusou Jerónimo Gomes, dos Lameiros, freguesia de Vila Cã²⁰⁴⁴, e Manuel Francisco, morador no lugar do Serodio, Abiul, pelo mesmo delito²⁰⁴⁵. Ora neste caso, parece claro que os acusados não estavam na posse do livro. O acesso a este ter-se-ia feito muito provavelmente de forma oral.

Nenhuma das delações motivou a instauração de processo. As possibilidades para tal realidade são múltiplas. Entre elas é lícito figurar o carácter vago da delação ou a entrega da obra proibida junto das autoridades competentes, o que tornaria desnecessária a intervenção inquisitorial. Os escassos dados coligidos se não permitem retirar grandes ilações, possibilitam verificar que pese todas as proibições a leitura e a

²⁰³⁸ Luiz Montez Matozo, *Ano Noticioso e Histórico*, fac-simile da edição de 1740, tomo I, Lisboa, Biblioteca Nacional, 1934, p. 50. Cf., ainda Lisboa, AN/TT, Inquisição de Lisboa, proc. 7197. Refira-se que antes de ser processado este indivíduo havia já confessado voluntariamente culpas perante o Santo Ofício: “Havendo-se antes ja ante Nós apresentado voluntariamente, confessando na meza o concurso das pessoas da naçam Hebreia, que concorriam a elle inquirindo o sentido das ditas trovas, presumindo aplica-lo ao preverso, e damnado intento da sua miseravel cegueyra, esperando ainda pela vinda do Messias”, cf. Luiz Montez Matozo, *Ano Noticioso* [...], tomo I, p. 50.

²⁰³⁹ Maria José Ferro Tavares, “Características do messianismo [...]”, pp. 255-261.

²⁰⁴⁰ “Foram impresas primeyra, e segunda vez furtivamente, sem autoridade nossa, no Reyno de França, e introduzidas neste clandestinamente”, cf. Luiz Montez Matozo, *Ano Noticioso* [...], tomo I, p. 50. As edições são as seguintes: *Paraphrase et concordancia de Alguas prophcias de Bandarra, Çapateiro de Trancoso por Dom Joam de Castro*, Paris, [s.n.], 1603; *Trovas do Bandarra apuradas e impressas, por ordem de hum grande Senhor de Portugal*, Nantes, Gvillielmo de Monnier, 1644.

²⁰⁴¹ O edital do Santo Ofício pode ser consultado em Luiz Montez Matozo, *Ano Noticioso* [...], tomo I, pp. 49-52.

²⁰⁴² Luiz Montez Matozo, *Ano Noticioso* [...], tomo I, p. 50.

²⁰⁴³ Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, livro 331, fl. 243.

²⁰⁴⁴ Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, livro 331, fl. 246v.

²⁰⁴⁵ Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, livro 331, fl. 243.

comunicação de determinadas obras continuava a ser usual. Ou seja, a vigilância absoluta era algo irrealizável.

Conclusão

O disciplinamento foi um instrumento de comunicação utilizado pelo poder político através das estruturas eclesiais com vista a reger a sociedade e a favorecer a ordem, agindo através da instrução, do controlo e da transformação dos comportamentos e da reforma dos ritos. Após o Concílio de Trento, o clero desempenhou uma acção mais actuante e efectiva relativamente ao controlo do comportamento dos fiéis, assunto naturalmente ligado ao discurso de natureza política. Bispos, confessores, curas de almas, inquisidores, padres missionários e pregadores constituíram agentes fulcrais na execução das directrizes tridentinas. Não obstante, coube aos antístites e aos inquisidores o papel principal neste processo, tendo contribuído decisivamente para a integridade religiosa de Portugal, para o reforço da autoridade da Coroa e para o disciplinamento das condutas quer de eclesiásticos quer de leigos.

Em 1536, com o surgimento de uma nova instituição no campo religioso, o Tribunal do Santo Ofício, poderiam ter sido desencadeadas disputas com as instâncias já existentes, nomeadamente com o episcopado, com o qual os inquisidores mantinham jurisdições comuns. Não obstante, em Portugal, salvo casos pontuais, já evidenciados por outros estudos, tal não se verificou. Assim, bispos e inquisidores colaboraram activamente para o disciplinamento social. Essa cooperação resultou evidente no território em apreço, sobretudo através de dois tópicos. Por um lado, a rede paroquial serviu a Inquisição, através da execução de diligências sobretudo até 1683, data do provimento do primeiro comissário do Santo Ofício em Pombal. Por outro lado, através dos prelados o Tribunal tomou conhecimento de diversos casos sucedidos no território sob sua jurisdição, nomeadamente duas situações de *sollicitatio ad turpia* (1779 e 1795), igual número de casos ligados à questão da santidade fingida (1634 e 1705), outros tantos de bigamia (1686 e 1745), um de práticas mágicas (1659), outro de sodomia imperfeita (1655) e um outro de proposições (1720). Registe-se ainda, num período anterior ao do presente estudo, a cooperação entre as duas instâncias ocorrida no ano de 1546, a propósito de João da Fonseca preso, a 12 de Outubro desse ano, pelo licenciado Aires Botelho, provisor e vigário geral do bispado de Coimbra. Assim sendo, além do delito de solicitação e de bigamia, que desde 1608 e 1612, respectivamente, haviam passado a ser competência exclusiva dos inquisidores, outros casos sobre os quais os prelados poderiam ter actuado nos tribunais episcopais acabaram por ser

remetidos para a Inquisição. Ou seja, se na teoria os bispos nunca perderam a competência para processar hereges, à excepção dos delitos atrás referidos, na prática sempre que um caso pressupunha erro em matéria de fé os autos passaram a ser remetidos para o Tribunal do Santo Ofício.

No que respeita a esta instância, se a sua actuação foi sentida de forma quase imediata no território em apreço, foi após 1565, ano em que a Inquisição de Coimbra foi restabelecida, que a actividade repressiva passou a realizar-se de forma mais efectiva. Em 1567, no primeiro auto-da-fé celebrado em Coimbra, a procissão foi encabeçada por António Pires, escrivão do Lourçal. Ainda assim, no século XVI, apenas seria processado um outro indivíduo, no caso por proposições. A maioria dos autos foi instaurada na centúria seguinte, sendo os casos de Judaísmo claramente majoritários, tendo representado 42% da actividade do Tribunal na área geográfica em apreço. Sem embargo, somente foram processados dez judaizantes o que apontou para uma reduzida comunidade cristã-nova neste espaço geográfico. No entanto, quando determinadas denúncias, envolvendo membros da nobreza local, chegaram ao conhecimento do Tribunal a opção passou pelo arquivamento das mesmas. Foi o caso de António de Sousa de Vasconcelos, capitão-mor de Pombal, delatado na segunda metade de Seiscentos. Tivesse este indivíduo sido processado e a realidade poderia ter sido distinta. No que respeita à actividade repressiva seguiram-se as causas por bigamia (17%), por proposições (13%), por solicitação (8%), por crimes contra o Santo Ofício (8%), por desrespeito (4%), por magia (4%) e por sodomia (4%).

Apenas 11,8% das delações originaram processo, o que revelou a existência de duas realidades distintas: a do Tribunal, sobremaneira, preocupado com a questão dos cristãos-novos judaizantes; e a da população particularmente inquietada com outros casos, nomeadamente os que envolviam magia. Esta realidade ficou evidenciada através da observação do número de denúncias arquivadas, já que a maioria respeitou a casos de magia (27%), seguidas pelas delações de juízos proferidos, ou seja, proposições (15%). Foram vários os motivos que levaram à não abertura de processo. Em determinados casos esta realidade parece ter resultado da conjuntura que o Tribunal atravessava. É paradigmático o primeiro lustro de Seiscentos, marcado pelo escândalo dos falsários de Bragança (1597) e pela ameaça de um perdão geral que viria a suceder em 1605. Noutras situações o arquivamento ficou a dever-se à existência de testemunhos singulares em casos em que estes não eram admitidos. Aconteceu ainda o acusado conseguir provar que a delação havia sido maquinada por inimigos capitais, único

testemunho não admitido no processo inquisitorial. Não obstante, o principal motivo para a escassa percentagem de processos movidos pareceu encontrar explicação no conteúdo da denúncia. Tal foi perfeitamente visível nos casos de magia. Se os inquisidores estavam sobremaneira interessados na questão do pacto demoníaco, o grosso da população preocupava-se principalmente com as capacidades benéficas de curadores e, sobretudo, maléficas de feiticeiras, poderes que acreditava serem natos.

Relativamente à eficácia da acção inquisitorial na área em estudo, parece certo que, até meados do século XVII, esta foi condicionada pela insuficiência de agentes. Se a habilitação do primeiro familiar de Pombal data de 1619, só em 1683, seria provido o primeiro comissário, ou seja, quase 150 anos depois da fundação do Tribunal. A presença deste único comissário continuava a ser manifestamente insuficiente, razão pela qual em 1688, foi sondado para ocupar o cargo o vigário de Santiago de Litém, frei António Fernandes Bernardes. A escassez de comissários obrigou o Tribunal a utilizar estratégias distintas, nomeadamente o envio de diligências a comissários de fora, com o consequente aumento de despesas, ou, como já referimos, a remessa das comissões a eclesiásticos não pertencentes aos quadros da Inquisição, o que em alguns casos levantou problemas de eficácia e de zelo. No século XVIII, com o crescimento do número de familiares e de comissários assistiu-se a um aumento exponencial do número de denúncias. Assim, se a Inquisição de Coimbra apenas terá tido conhecimento de oito e 54 casos, nos séculos XVI e XVII, respectivamente, no século XVIII, verificou-se uma autêntica explosão no número de delações com 133 casos a chegarem ao conhecimento do Tribunal da Fé. Estes dados vem questionar a tese de José Veiga Torres, autor que, ao constatar o aumento da rede de familiares e a diminuição significativa de processos movidos, defendeu que o Tribunal havia passado de instância repressiva a instrumento de promoção social. É evidente que a familiatura concedia ao habilitado um capital simbólico que lhe permitia, no caso de não ser nobre, ascender socialmente através da incorporação no denominado “estado do meio”, mas não deixa de ser verdade que parte considerável destes agentes colaborou de forma activa com o Tribunal. Os cadernos do promotor evidenciam esta realidade. Para o território em estudo, entre os denunciantes contaram-se pelo menos sete familiares do Santo Ofício, os quais denunciaram variadas transgressões à Inquisição. Entre eles destaque para o louriçalense Francisco Xavier de Almeida Castelo Branco que chegou mesmo a fazer as vezes de comissário, ao tomar a denúncia de um caso de *sollicitatio ad turpia*. Pese o incremento da rede de agentes, em quatro das oito freguesias em estudo não existiu

qualquer familiar, provavelmente por racionalização dos contingentes do Santo Ofício, o que certamente terá condicionado a acção do Tribunal.

Como ficou evidenciado a Inquisição não agiu isolada no processo de disciplinamento. Os bispos desempenharam um papel crucial. Recorde-se que entre os objectivos delineados pelo Concílio de Trento constou o reforço do poder dos antístites, que deveriam possuir mecanismos de normalização social, capazes de actuar sobre eclesiásticos, mas também sobre leigos. Entre os principais instrumentos do disciplinamento e do reforço da autoridade episcopal figurou a visita pastoral. Por estes motivos era espectável que os prelados tivessem conferido especial desvelo à sua realização, o que de facto sucedeu. A periodicidade com que as paróquias em estudo foram visitas foi bastante elevada, sobremaneira no século XVII. Na centúria seguinte ocorreram menos visitas, sendo que em Oitocentos a Guerra Peninsular e a Revolução Liberal contribuíram para a decadência da prática visitacional. Os prelados esforçaram-se por realizar as visitas em pessoa. Esse esforço foi visível sobremaneira na primeira metade do século XVII, período em que todos os prelados visitaram pelo menos uma vez o Sul do território diocesano. Alguns fizeram-no por mais que uma ocasião e não apenas nos anos imediatos à entrada na diocese, como foi o caso de D. João Manuel e de D. João Mendes de Távora. Se tal demonstrou o empenho destes antístites também evidenciou a necessidade que estes tiveram de reafirmar a sua autoridade através de uma presença constante nos distintos lugares da diocese. Já na segunda metade do século XVIII, D. Miguel da Anunciação visitou também por duas vezes o território em apreço, ainda que o tenha feito por razões distintas. A primeira, nos anos imediatos à sua entrada na diocese, a segunda após o seu regresso de Pedrouços. Não obstante, na maioria das ocasiões os prelados nomearam visitantes, cujo recrutamento variou consoante quem se encontrasse à frente da diocese.

Relativamente às testemunhas da devassa a análise empreendida confirmou o padrão já evidenciado por outros estudos. Ou seja, os escolhidos pelo visitador eram sobremaneira homens, casados, com idades compreendidas entre os 30 e os 60 anos de idade e com ligações ao sector agrícola. Por outro lado, ficou provada a inexistência de qualquer tipo de exclusão na escolha dos depoentes. Se algumas das testemunhas haviam sido delatadas em sede de visita pastoral, outras haviam-no sido ao Santo Ofício, existindo mesmo quem tivesse sido processado por aquele Tribunal. Acrescente-se que defeitos de sangue não foram factores impeditivos, sendo admitidos cristãos-novos ou indivíduos com fama de cristã-novice.

A maioria das delações respeitou a delitos morais, sobremaneira amancebamentos, tendo a embriaguez e a má-língua constituído o segundo e terceiro delitos mais significativos. Sem embargo, entre 1649 e 1805, período para o qual existem livros de devassa, ocorreram mutações significativas a este quadro geral. Assim, a percentagem avassaladora de delitos morais registada no século XVII, tendeu a decrescer na centúria seguinte, o que não significou necessariamente o decréscimo de casos de amancebamentos. Para este cenário contribuiu decisivamente a acção de D. Miguel da Anunciação, cujo governo ficou marcado pelo alargamento da tipologia de delitos. A partir de então, crimes pouco significativos, ou inexistentes, passaram a conhecer alguma relevância, como foi o caso da embriaguez ou o facultar casa de serão. Relativamente ao delito de má-língua verificou-se que a sua introdução não foi uma novidade embutida por D. João de Melo, como até agora se pensava, tendo o primeiro caso sido reportado na visita de 1652, em período de sede vacante.

Através dos livros de devassas verificou-se que, pese as melhorias do clero paroquial evidenciadas por outros estudos, a situação continuava longe de ser a preconizada por Trento. O incumprimento do celibato persistia como a principal falta, alguns continuavam a negligenciar o ensino doutrinal, outros não ministravam os sacramentos, continuavam a ser desrespeitadas as normas relativas ao traje eclesiástico e havia quem circulasse com armas, inclusivamente aquando da celebração litúrgica. Acresce que os níveis de instrução deste corpo social permaneciam deficitários. Além da maioria não deter formação universitária, continuavam a ser colados indivíduos que não sabiam celebrar missa, nem dominavam o latim. Por outro lado, de forma a subsistir, alguns continuavam a ver-se obrigados a realizar tarefas pouco condizentes com o estado clerical. Quanto à questão da residência, se boa parte cumpria com a obrigação, o problema estava longe de ser totalmente erradicado, continuando a existir quem optasse por se ausentar das respectivas paróquias por períodos superiores aos permitidos e sem a licença devida.

Relativamente aos registos paroquiais a sua existência já era uma realidade no período anterior a Trento, como de resto preconizavam as constituições diocesanas de 1548. No período em estudo os assentos tornaram-se cada vez mais completos, resultado das disposições deixadas pelos visitantes. Não obstante, alguns párocos não cumpriram com as ordens registadas. Na segunda metade do século XVIII, ainda havia quem não assentasse os termos de baptismo. Por outro lado, alguns párocos

demonstravam explicitamente o seu descontentamento com as disposições dos visitantes, como foi o caso do vigário da Redinha no ano de 1702.

No que respeita à reforma dos fiéis, a prática sacramental representou uma das grandes vitórias alcançadas. O baptismo era recebido por todos, maioritariamente nos prazos estatuídos. As normas relativas ao número de padrinhos entraram rapidamente em vigor. A partir dos inícios do século XVII, a confirmação principiou a ser ministrada com uma periodicidade assinalável. A confissão e comunhão frequentes passaram a ser uma realidade, sobremaneira desde finais de Seiscentos, sendo a percentagem dos que não cumpriam com o preceito da Quaresma insignificante. Relativamente ao matrimónio, ainda que as relações pré-conjugais não tenham cessado, os enlaces clandestinos praticamente desapareceram. Por fim, a quase totalidade dos fiéis, antes de falecer, confessava os seus pecados, comungava e recebia a extrema-unção.

Não obstante, a reforma dos fiéis conheceu algumas limitações. Os níveis de doutrinação pese os esforços de alguns párocos e de padres missionários, continuaram a ser deficitários. Alguns paroquianos não avisavam atempadamente os párocos quando algum familiar se encontrava às portas da morte, impossibilitando-os de receber os sacramentos. Outros furtavam-se ao acompanhamento do Santíssimo quando levado aos enfermos. A não assistência à missa e o trabalho aos domingos e dias santos persistiam. Neste particular, se as coimas aplicadas acabaram por impor a assistência da maioria da população à eucaristia, o mesmo não significou a adopção de condutas próprias àquele momento. Desta forma, conversar, galantear e até lutar eram comportamentos frequentes no interior dos templos ou em contexto processional.

No processo de disciplinamento os prelados depararam-se com distintos obstáculos. Neste particular adquiriu especial relevo a questão da apresentação dos titulares das igrejas. No território em apreço nenhum dos párocos era apresentado pelo bispo de Coimbra. Pelo contrário a Ordem de Cristo detinha um enorme poderio, cabendo ao rei, pela Mesa da Consciência e Ordens, a apresentação dos párocos da maioria das paróquias. Tal facto condicionava a acção dos prelados, que ficavam confinados à confirmação dos eclesiásticos apresentados. Poder que se situaria mais num campo teórico do que prático, já que quando D. Miguel da Anunciação, por motivos válidos, não quis admitir frei José Rodrigues Maia como vigário de Pombal, a apresentação régia acabou por prevalecer. Por outro lado, em matéria de disciplinamento, dado que os párocos de cinco das oito igrejas eram frades professores da

Ordem de Cristo, os bispos tinham as suas competências diminuídas, devendo remeter boa parte das culpas para o juízo geral das Ordens.

Por seu turno, algumas das medidas episcopais esbarraram nas políticas régias. Quando em 1767, D. Miguel da Anunciação proibiu as touradas realizadas em Abiul por ocasião das festas em honra de Nossa Senhora das Neves, o monarca, após requerimento da câmara de Abiul, acabou por condenar a ingerência do prelado na matéria, o que evidentemente se traduziu numa perda de autoridade do antístite na sua diocese. Por sua vez, a reestruturação dos espaços de culto, quer através da ampliação, construção ou demolição de templos, do melhoramento dos ornamentos necessários à celebração litúrgica e do cuidado colocado com a questão das imagens sagradas, esbarrou na inércia dos padroeiros, comendadores e titulares desses espaços. Não por acaso, D. Miguel da Anunciação optou por ordenar a edificação e demolição de ermidas na freguesia de Pombal sem aprovação régia.

O disciplinamento social levado a cabo por inquisidores e por prelados, com evidentes aproveitamentos por parte do poder régio, acabou por impor aos fiéis os modelos comportamentais preconizados por Trento. As duas instâncias patentearam formas de proceder distintas e agiram sobre grupos diferentes, a Inquisição, sobremaneira direccionada para o problema dos cristãos-novos judaizantes, procurou impor o medo por intermédio do segredo inquisitorial, da utilização do tormento e da severidade das penas, enquanto os prelados vigiando e punindo os desvios de cristãos-velhos na maioria dos casos optaram por substituir o rigor e o castigo pela brandura e temperança, conforme preconizava a obra de Lucas de Andrade. Inquisição e episcopado, em parte devido à colaboração evidenciada, contribuíram decisivamente para a submissão à autoridade dos crentes, quer em relação à Igreja quer relativamente à Coroa, e para aquilo que foi e é o fenómeno da religiosidade em Portugal, sobretudo marcado pela exteriorização dos rituais.

Fontes e Bibliografia

Fontes Manuscritas

Coimbra, Arquivo da Universidade de Coimbra (AUC)

Colegiada de São Tiago, livro 35.

Devassas Penela,

Capítulos de Visita (fragmentos diversos) mç. 1.

Extractos de culpados, livros 1, 2, 3, 4, 7, 8, 9 e 10.

Devassas, livros: 1, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 14, 15, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 26, 29, 31, 32, 33, 36, 41, 45, 46, 47, 49, 53, 54, 55, 56, 62, 64, 66, 67, 68, 70, 73, 74, 75, 76, 79, 81 e 83.

Informações Paroquiais de 1721, docs. 1, 134, 143, 155, 200, 246, 292.

Informações que se houveram a respeito de algumas das Igrejas da cidade e Bispado de Coimbra (III, 1.^a D, 7, 5, 42)

Invasões Francesas, Cat-Cor.B.Pimenta, docs. 117, 118, 119, 120, 121, 123, 124 e 125.

Mitra Episcopal de Coimbra, Autos e Sentenças, mç. 2.

Mitra Episcopal de Coimbra, Processos a Padres, cx. 2, (III. 1.^a D, 7, 3, 2)

Processos de Habilitação a Partidos Médicos e Boticários, cx. 14, doc. 569

Registo do rol de confessados do arcediagado de Penela, (III, 1.^a D, 7-5-6).

Registos Paroquiais, Tapéus, Baptimos, livro 1.

Rol de Confessados, (III, 1.^a D, 5-4-33)

Coimbra, Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra (BGUC)

Colecção das pastoraes dos bispados, Miscelânea, 3-11-4-205.

Manuscritos: 503, 3030.

Évora, Biblioteca Pública de Évora (BPE)

Códice: CIV/1-22d.

Leiria, Arquivo Distrital de Leiria (ADL)

Cartório Notarial de Pombal, livros 2 e 10.

Registos Paroquiais,

Baptismos: Abiul livros 1, 2 e 3; Almagreira livros 1 e 2; Mata Mourisca livros 2 e 3; Louriçal livros 1 e 3; Pombal livros 2, 3, 4, 5 e 7; Redinha livro 2; Santiago de Litém livro 2; Vila Cã livros 2 e 3.

Casamentos: Abiul livro 1; Almagreira livros 1 e 2; Louriçal livros 1 e 2; Mata Mourisca livro 1; Pombal livros 1 e 2; Santiago de Litém livro 1; Vila Cã livro 1 e 2.

Óbitos: Abiul livros 1 e 2; Almagreira livros 1 e 2; Louriçal livros 1 e 2; Mata Mourisca livros 1 e 2; Pombal livros 1, 2 e 3; Redinha livro 1; Santiago de Litém livros 1 e 2; Vila Cã livro 1.

Lisboa, Arquivos Nacionais/Torre do Tombo (AN/TT)

Armário Jesuítico, livro 20, mç. 1, n.º 23.

Chancelaria de D. Afonso V, livro 35

Chancelaria D. João III, livros 17, 18, 19 e 20

Chancelaria D. João IV, livro 16

Chancelaria de D. João V, livro 113

Chancelaria da Ordem de Cristo, Chancelaria Antiga, livros 12, 157, 196 e 251

Desembargo do Paço, Repartição da Estremadura e Ilhas, mç. 512, doc. 13 e 14

Conselho Geral do Santo Ofício,

Habilitações: António, mç. 1, doc. 22; mç. 17, doc. 558; mç. 29, doc. 773; 65, doc. 1308; mç. 66, doc. 1330; mç. 76, doc. 1470; mç. 117, doc. 2014

Bento, mç. 7, doc. 112; mç. 8, doc. 122; mç. 12, doc. 170

Bernardo, mç. 5, doc. 73; mç. 6, doc. 101

Diogo, mç. 3, doc. 106

Dionísio, mç. 1, doc. 9

Francisco, mç. 3, doc. 103; mç. 22, doc. 588; mç. 23, doc. 614; mç. 53, doc. 1074; mç. 58, doc. 1135; mç. 78, doc. 1379; mç. 104, doc. 1675

Heitor, mç. 1, doc. 10

Henrique, mç. 1, doc. 16

João, mç. 4, doc. 137; mç. 10, doc. 330; mç. 22, doc. 538; mç. 56, doc. 1066; mç. 94, doc. 1589

José, mç. 5, doc. 88; mç. 7, doc. 126; mç. 57, doc. 891; mç. 64, doc. 986; mç. 88, doc. 1312; mç. 92, doc. 1336; mç. 100, doc. 1430; mç. 115, doc. 2578; mç. 143, doc. 2815

Lourenço, mç. 4, doc. 63

Luís, mç. 5, doc. 143; mç. 10, doc. 249

Manuel, mç. 31, doc. 691; mç. 26, doc. 600; mç. 41, doc. 887; mç. 47, doc. 1060; mç. 64, doc. 1296; mç. 99 doc. 1845; mç. 101, doc. 1877; mç. 115, doc. 2092; mç. 250, doc. 1598

Martinho, mç. 4, doc. 72

Mateus, mç. 2, doc. 32; mç. 3, doc. 49

Silvestre, mç. 1, doc. 6

Simão, mç. 5, doc. 92

Habilitações de Mulheres, mç. 1, doc. 20

Habilitações Incompletas, doc. 736, 1280, 3064, 3508, 3510, 4167 e 4802

Livros: 36, 62, 370, 376, 381 e 433

Inquisição de Coimbra,

Livros: 4, 5, 13, 14, 20, 24, 25, 26, 28, 29, 30, 31, 32, 61, 72, 73, 76, 82, 248, 253, 256, 261, 266, 269, 282, 291, 292, 304, 311, 315, 317, 318, 320, 323, 325, 326, 327, 328, 329, 330, 331, 332, 338, 344, 346, 347, 349, 350, 355, 358, 359, 363, 364, 366, 369, 372, 373, 375, 377, 378, 379, 381, 382, 383, 384, 388, 392, 396, 398, 400, 401, 404, 407, 410, 413, 415, 421, 629, 630, 637, 639, 640, 643, 646, 647, 648, 649, 650, 651, 652, 679, 680, 694, 726, 729 e 733

Maços: 27 e 72

Processos: 1255, 1310, 1858, 2403, 2860, 4868, 5636, 5752, 6065, 6220, 6399, 6821, 6880, 6928, 7567, 8318, 8742, 9038 e 9925

Inquisição de Évora,

Processos: 7551 e 11267

Inquisição de Lisboa

Livros: 9, 111, 115, 138 e 151

Processos: 121, 400, 615, 634, 1988, 2478, 4137, 4139, 4711, 5716, 7197, 8934, 11093, 11685, 13256, 15362 e 15497

Ordem dos Frades Menores, Província de Santo António, Convento de Nossa Senhora do Cardal, mç. 23

Mesa da Consciência e Ordens, Tombos das Comendas, livro 409

Ministério do Reino, Informações de jurisdição eclesiástica: Informação dos párocos sobre o terramoto em Lisboa, distrito de Leiria, concelho de Pombal, mç. 638, n.º 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43 e 44

Ministério do Reino, Negócios Eclesiásticos, mç. 596, cx. 697

Memórias Paroquiais, vol. 1, n.º 10; vol. 3, n.º 6; vol. 21, n.º 94; vol. 22, n.º 81;
vol. 39, n.º 181; vol. 42, n.ºs 147 e 331; vol. 30, n.º 231c

Registo Geral de Mercês, D. Pedro II, livro 13

Registo Geral de Mercês, D. João V, livros 3, 5 e 14

Registo Geral de Mercês, D. José I, livro 23

Registo Geral de Mercês, Ordens Militares, livro 14

Tribunal do Santo Ofício, mç. 10, 22, 24 e 28

Lisboa, Biblioteca Nacional de Portugal (BNP)

Fundo Geral: códices 148, 151, 212, 668, 675 e 865

Pombalina: códice 678

Pombal, Arquivo Municipal de Pombal (AMP)

Livro de Acórdãos da Câmara Municipal de Pombal, 1812-1821

Livro de Acórdãos da Câmara Municipal de Pombal, 1821-1823

Livro de Acórdãos da Câmara Municipal de Pombal, 1823-1824

Roma, Archivum Romanum Societatis Iesu (ARSI)

Lusitania, 106, Historia, 1540-1614

Vaticano, Archivio Segreto Vaticano (ASV)

Archivio della Congregazione del Concilio, Relationes Dioecesium, Coimbra,
vol. 252

Fontes Impressas

ALBANI, Nicola, *Viaxe de Nápoles a Santiago de Galicia*, Santiago de Compostela, Xunta de Galicia, 2007.

ANDRADE, Lucas de, *Visita Geral que deve fazer hum Prelado no seu Bispado, apontadas as cousas por que deve perguntar. E o que devem os Parochos preparar para a visita*, Lisboa, Oficina de João da Costa, 1673.

CARVALHO, Henriques de, MACEDO, Abílio de, *Breve Notícia das Differentes Terras de Portugal por onde passam os Caminhos de Ferro: Pombal*, Coimbra, Imprensa Literária, 1867.

CASTRO, João Baptista de, *Mappa de Portugal Antigo e Moderno*, 3 tomos, Lisboa, Oficina Patriarcal de Francisco Luís Ameno, 1762-1763.

Collectorio de Diversas Letras Apostolicas, Provisões Reaes e Outros Papeis, em que se contem a Instituição, & primeiro progresso do Sancto Officio em Portugal, & varios Privilegios que os Summos Pontífices, & Reys destes Reynos lhe concederão, Lisboa, Casas da Inquisição, 1596.

Collectorio das Bullas e Breves Apostolicos, Carta, Alvarás e Provisoens Reaes que contém a Instituição e Progresso do Sancto Offício em Portugal, Varios Indultos e Privilegios que os Sumos Pontífices e Reys destes Reynos lhe Concederão, Lisboa, Lourenço Craesbeeck, 1634.

Confissões da Bahia: Santo Ofício da Inquisição de Lisboa, organização de Ronaldo Vainfas, São Paulo, Companhia das Letras, 1997.

Constituições do Bispado d'Évora, Lisboa, German Galharde, 1534.

Constituições Synodales do Bispado de Coimbra, Coimbra, [s.n.], 1548.

Constituições Sinodales do Bispado Dangra, Lisboa, João Blavio de Colonia, 1560

Constituições Synodales do Bispado de Miranda, Lisboa, Francisco Correa, 1565.

Constituições Synodales do Bispado de Coimbra, Coimbra, António de Mariz, 1591.

Corpo Diplomático Portuguez contendo os Actos e Relações Politicas e Diplomaticas de Portugal com as Diversas Potencias do Mundo, tomos II, III, VI e VII, Lisboa, Academia Real das Ciências de Lisboa, 1865-1884.

COSTA, António (padre) Carvalho da, *Corografia Portugueza eDescripçam Topográfica do Famoso Reyno de Portugal, com as noticias das Fundações das Cidades, Villas, & Lugares, que contem; Varões illustres, Genealogias das Familias Nobres, fundações de Conventos, Catalogos dos Bispos, Antiguidades, Maravilhas da Natureza, Edifícios, & outras Curiosas Observaçoes*, 3 tomos, Lisboa, Oficina Real Deslandesiana, 1706-1712.

DALRYMPLE, William, *Travels through Spain and Portugal in 1774; with a short account of the Spanish Expedition against Algiers in 1775*, Londres, J. Almon, 1777.

Documentos para a História da Inquisição em Portugal, introdução e leitura de Isaías da Rosa Pereira, Porto, Arquivo Histórico Dominicano Português, 1984.

Documentos para a História da Inquisição em Portugal (século XVI), introdução e leitura de Isaías da Rosa Pereira, volume I, Lisboa, 1987.

Forais Manuelinos do Reino de Portugal e do Algarve, conforme o exemplar do Arquivo Nacional da Torre do Tombo de Lisboa. Estremadura, edição de Luís Fernando de Carvalho Dias, [s.l.], Edição do Autor, 1962.

FRANCO, José Eduardo, ASSUNÇÃO, Paulo de, *As Metamorfoses de um Polvo. Religião e Política nos Regimentos da Inquisição Portuguesa (século XVI-XIX)*, estudo introdutório e edição integral dos regimentos da Inquisição portuguesa, Lisboa, Prefácio, 2004.

GONÇALVES, Rui, *Dos Privilegios & Prerrogativas que o Genero Feminino tem & por Direito Comum, & Ordenações do Reyno, mais que ho Genero Masculino*, edição fac-similada, Lisboa, Biblioteca Nacional de Lisboa, 1992.

GORANI, José, *Portugal. A Corte e o País nos anos de 1765 a 1767*, tradução, prefácio e notas de Castelo Branco Chaves, Lisboa, Editorial Ática, 1945.

GRANADA, Luís (fr.), *Libro llamado Guia de Peccadores*, Lisboa, Joanes Blavio de Colonia, 1556.

Índices dos Livros Proibidos em Portugal no Século XVI. Apresentação, estudo introdutório e reprodução fac-similada dos índices, por Artur Moreira de Sá, Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica, 1983.

Inquisição (A) em Portugal. Séculos XVI-XVII. Período Filipino, publicado por Isaías da Rosa Pereira, Lisboa, Vega, 1993.

Ioam (D.) Soarez, per Merce de Deos E da Sancta Igreja de Roma, Bispo de Coimbra, Conde d'Arganil &c. Fazemos saber aos que esta nossa carta virem como ho Papa Pio V nosso Senhor passou hũa Bulla, sobre a prohibição de correr touros & outras alimárias & anulação dos votos & juramentos feytos polo tempo sobre isto mesmo, [s.l.], [s.n.], [1567].

KOCH (General), *Memórias de Massena. Campanha de 1810 e 1811*, introdução de António Ventura, Lisboa, Livros Horizonte, 2007.

LINK, Heinrich Friedrich, *Notas de uma Viagem a Portugal e através de França e Espanha*, tradução, introdução e notas de Fernando Clara, Lisboa, Biblioteca Nacional, 2005.

Livro das Leis e Posturas, transcrição paleográfica de Maria Teresa Campos Rodrigues, introdução de Nuno Espinosa Gomes da Silva, Lisboa, Faculdade de Direito, 1971.

MACHADO, Diogo Barbosa, *Bibliotheca Lusitana Historica, Critica e Cronologica*, tomo 4, Oficina Patriarcal de Francisco Luís Ameno, 1759.

MATOZO, Luiz Montez, *Ano Noticioso e Histórico*, fac-simile da edição de 1740, tomo I, Lisboa, Biblioteca Nacional, 1934.

MURPHY, James Murphy, *Viagens em Portugal*, tradução, prefácio e notas de Castelo Branco Chaves, Lisboa, Livro Horizonte, 1998.

NIZA, Paulo Dias de, *Portugal Sacro-Profano, ou Catalogo Alfabetico de todas as Freguezias dos Reinos de Portugal, e Algarve*, 3 tomos, Lisboa, Miguel Manescal da Costa, 1767-1768.

Ordenações Afonsinas, reprodução fac-símile da edição de 1792, livro V, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1984.

Ordenações Manuelinas, reprodução fac-símile da edição de 1797, livro V, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1984.

Ordenações Filipinas, reprodução fac-símile da edição de 1870, livro V, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1985.

População (A) de Portugal em 1798. O Censo de Pina Manique, edição de Joaquim Veríssimo Serrão, Paris, Centro Cultural Português, Fundação Calouste Gulbenkian, 1970.

“Povoação da Estremadura no XVI. Seculo”, edição de Anselmo Braamcamp Freire, *Archivo Histórico Portuguez*, vol. VI, n.º 7, Lisboa, 1908, pp. 241-284.

Regimento do Santo Officio da Inquisiçam dos Reynos de Portugal, Lisboa, Pedro Crasbecck, 1613.

Regimento do Santo Offício da Inquisição dos Reynos de Portugal, Lisboa, Manuel da Silva, 1640.

Regimento do Santo Officio da Inquisição dos Reinos de Portugal, Lisboa, Miguel Manescal da Costa, 1774.

Sacrosanto (O), e Ecumenico Concilio de Trento em Latim e em Portuguez, 2 tomos, Lisboa, Oficina Patriarcal, 1781.

SAMPAYO, António de Villas Boas e, *Nobiliarchia Portugueza. Tratado da Nobreza Hereditária e Política*, Lisboa, Francisco Vilela, 1676.

SANTA MARIA, Agostinho (fr.) de, *Santuario Mariano, e Historia das Imagens Milagrosas de Nossa Senhora*, tomo IV, Lisboa, Oficina de António Pedrozo Galram, 1712.

SÃO JOSÉ, Caetano de, *Sermão no acto público da fé, que se celebrou na Praça do Rocio desta corte, em Domingo 14 de Outubro de 1714*, Lisboa, Oficina de José Lopes Ferreira, 1715.

SEMEDO, João Curvo, *Polyanthea Medicinal. Notícias Galenicas e Chymicas repartidas em tres Tratados*, Lisboa, Miguel Deslandes, 1697.

SOARES, Mateus, *Pratica, e Ordem pera os Visitadores dos Bispados, na qual se decidem muitas questões, assi em causas civis, como criminais, pertencentes aos avogados, no foro ecclesiastico, & secular*, Lisboa, Jorge Rodrigues, 1602.

SOUTHEY, Robert, *Journals of a Residence in Portugal 1800-1801 and a Visit to France 1838*, Oxford, The Clarendon Press, 1960.

TOLLENARE, Louis-François de, *Notes Dominicales, prises pendant un Voyage en Portugal et au Brésil en 1816, 1817 et 1818*, tomo I, Paris, Press Universitaire de France, 1971.

Traslado Autentico de todos os Privilégios concedidos pelos Reis destes Reynos & Senhorios de Portugal aos Officiaes & Familiares do Santo Officio da Inquisição, Lisboa, Manescal da Costa, 1691.

TWISS, Richard, *Travels through Portugal and Spain, in 1772 and 1773*, Londres, edição do autor, 1775.

Vescovo (Il), Il Clero, Il Popolo. Atti della visita personale di Feliciano Ninguarda alle pievi comasche sotto gli Svizzeri nel 1591, direcção de Sandro Bianconi e Brigitte Schwarz, Locarno, Armando Dadò Editore, 1991.

Vida da Serva de Deus Madre Maria do Lado, Braga, editora Franciscana Lourical, 1981.

Visitas (As) Pastorais da Matriz de São Sebastião de Ponta Delgada (1674-1739), introdução, transcrição e notas de Maria Fernanda Dinis Teixeira Enes, [Angra do Heroísmo], Secretaria Regional de Educação e Cultura, Direcção Regional dos Assuntos Culturais, Universidade dos Açores/Departamento de História, Filosofia e Ciências Sociais, 1986.

Voyage du ci.devant Duc du Chatelet, en Portugal, ou se trouvent des Détails intéressans sur ses Colonies, sur le Tremblement de Terre de Lisbonne, sur M. de Pombal et la Cour, par J. Fr. Bourgoing, ci-devant Ministre Plénipotentiaire de la République Française en Espagn.e, Membre associe de l'Institut National, tomo I, Paris, Chez F. Buisson, 1798.

Catálogos, Dicionários, Inventários e outras obras de Referência

ALMEIDA, Fortunato de, *História da Igreja em Portugal*, nova edição preparada e dirigida por Damião Peres, 4 volumes, Porto, Lisboa, Civilização, 1968-70.

BANDEIRA, Ana Maria Leitão, “Catálogo dos Processos de Habilitação a Partidos Médicos e Boticários (1658-1771)”, *Boletim do Arquivo da Universidade de Coimbra*, vol. XV e XVI, Coimbra, 1997, pp. 353-516.

BLUTEAU, Raphael, *Vocabulário Portuguez e Latino* [...], 10 tomos, Coimbra, Real Colégio das Artes, Lisboa, Oficina de José António da Silva, 1712-1728.

CARDOSO, Luís, *Dicionário Geográfico, ou Noticia Historica de todas as Cidades, Villas, Lugares e Aldeas, Rios, Ribeiras, e Serras dos Reynos de Portugal, e Algarve, com todas as cousas raras, que nelles se encontram, assim antigas, como modernas*, tomo I, Lisboa, Regia Oficina Sylviana, Academia Real, 1747.

FARINHA, Maria do Carmo Jasmins Dias, *Os Arquivos da Inquisição*, Lisboa, Arquivo Nacional da Torre do Tombo, 1990.

Inquisição (A) em Portugal (1536-1821). Catalogo da Exposição organizada por ocasião do 1.º Congresso Luso-Brasileiro sobre a Inquisição, Lisboa, Biblioteca Nacional, 1987.

Inventário dos Manuscriptos (secção XIII). Collecção Pombalina, Lisboa, Biblioteca Nacional de Lisboa, 1889.

Inventário dos Processos da Inquisição de Coimbra: 1541-1820, leitura e introdução de Luís de Bivar Guerra, 2 vols., Paris, Fundação Calouste Gulbenkian, Centro Cultural Português, 1972.

Inventário secção XIII, Manuscriptos, Lisboa, Biblioteca Nacional, 1896.

LEAL, Augusto Soares d'Azevedo Barbosa de Pinho, *Portugal Antigo e Moderno. Dicionário Geographico, Estatístico, Chorographico, Heraldico, Archeologico, Historico, Biographico e Etymologico de todas as Cidades e Villas e Freguesias de Portugal e Grande Número de Aldeias*, vol. VII, Lisboa, Cota d'Armas, 1990, (Fac-símile da edição de Lisboa, Livraria Editora de Mattos Moreira, 1873-1890).

LIPINER, Elias, *Terror e Linguagem Um Dicionário da Santa Inquisição*, Lisboa, Contexto, 1999.

MARTINS, Jorge, “A questão judaica em Portugal. Bibliografia essencial comentada”, *Clio. Revista do Centro de História da Universidade de Lisboa*, nova série, n.º 9, Lisboa, 2003, pp. 143-188.

Portugal no séc. XVIII: De D. João V À Revolução Francesa, Catálogo da Exposição organizada pela Biblioteca Nacional e pela Sociedade Portuguesa de Estudos do Século XVIII, Lisboa, 1989.

RIVARA, Joaquim Heliodoro da Cunha, *Catalogo dos Manuscritos da Bibliotheca Publica Eborensis*, tomo III, Lisboa, Imprensa Nacional, 1871.

Estudos

AGUIAR, António Asdrúbal, “Crimes e Delitos Sexuais em Portugal na Época das Ordenações”, *Archivo de Medicina Legal*, Lisboa, n.º 1-2 (III), Março-Junho, 1930, pp. 118-144.

ALEJANDRE CARCÍA, Juan Antonio, *El Veneno de Dios. La Inquisición de Sevilla ante el Delito de Solicitación en Confesión*, Madrid, Siglo Veintiuno Editores, 1994.

-----, María Jesús Torquemada, *Palabra de Hereje. La Inquisición de Sevilla ante el Delito de Propositiones*, Sevilha, Universidade de Sevilha, 1998.

-----, “Inquisición Sevillana y Propositiones Heréticas: La Ley de Dios y los Pecados de la Carne”, *Historia, Instituciones, Documentos*, n.º 25, Sevilha, 1998, pp. 1-12.

ALMEIDA, Luís Ferrand de, “Motins Populares no Tempo de D. João V. Breves Notas e alguns Documentos”, *Revista de História das Ideias*, n.º 6, Coimbra, 1984, pp. 321-343.

-----, “Sobre a Introdução e a Difusão do Milho Maís em Portugal”, *Páginas Dispersas. Estudos de História Moderna de Portugal*, Coimbra, Instituto de História Económica e Social, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1995, pp. 229-259.

ALVES, Ana Maria, *As Entradas Régias Portuguesas: uma Visão de Conjunto*, Lisboa, Livros Horizonte, [s.d.].

ALVES, Ana Maria Mendes Ruas, “*Por quantos anjos pariu a Virgem*”. *Injúrias e Blasfémias na Inquisição de Évora. 1541-1707*, Coimbra, Dissertação de Mestrado em História Moderna apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2006, exemplar mimeografado.

ALVES, Daniel Ribeiro, “Religiosidade e Mobilidade da População Portuguesa no início do Século XIX. As faltas à Desobriga Pascal em 1801”, *Penélope. Revista de História e Ciências Sociais*, n.º 28, Lisboa, 2003, pp. 31-55.

ALVES, M., “Pombal”, *Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura*, vol. XV, Lisboa, Verbo, [s.d.], col. 482-483.

AMORIM, Norberta, “Registos Paroquiais”, *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, direcção de Carlos Moreira Azevedo, vol. P-V, Apêndices, Lisboa, Círculo de Leitores, 2000, pp. 99-101.

ARAÚJO, Ana Cristina, *A Morte em Lisboa. Atitudes e Representações. 1700-1830*, Lisboa, Editorial Notícias, 1997.

ARAÚJO, Maria Benedita Aires de Almeida, “Subsídios para o Estudo da Actuação Inquisitorial no Sul do País”, *Primeiras Jornadas de História Moderna*, vol. 1, Lisboa, Centro de História da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1989, pp. 395-438.

-----, *O Conhecimento Empírico dos Fármacos nos Séculos XVII e XVIII*, Lisboa, Edições Cosmos, 1992.

ARAÚJO, Maria Marta Lobo de, *Rituais de Caridade na Misericórdia de Ponte de Lima (séculos XVII-XIX)*, Ponte de Lima, Santa Casa da Misericórdia de Ponte de Lima, 2003.

ARIÈS, Philippe, “O Casamento Indissolúvel”, *Sexualidades Ocidentais*, tradução de Gabriel Bonito, Lisboa, Contexto, 1983, pp. 138-157.

AZEVEDO, João Lúcio de, *O Marquês de Pombal e a sua época*, 2.^a edição, Lisboa, Clássica Editora, 1990.

AZEVEDO, Pedro de, “Irregularidades da Limpeza de Sangue dos Familiares de Vila Rial”, *Archivo Historico Portuguez*, vol. 10, Lisboa, 1916, pp. 17-40.

BAIÃO, António, *Episódios Dramáticos da Inquisição Portuguesa*, 3.^a edição, 3 vols., Lisboa, Seara Nova, 1972-1973.

BÁSQUEZ MIGUEL, Juan, *La Inquisición en Cataluña. El Tribunal del Santo Oficio de Barcelona (1487-1820)*, Toledo, Arcano, 1990.

BELINI, Ligia, *A Coisa Obscura: Mulher, Sodomia e Inquisição no Brasil Colonial*, São Paulo, Editora Brasiliense, 1987.

BENNASSAR, Bartolomé, “El Modelo Sexual: la Inquisición y la Represión de los Pecados ‘abominables’” *Inquisición Española: Poder Politico y Control Social*, tradução de Javier Alfaya, direcção de Bartolomé Bennassar, 2.^a edição, Barcelona, Crítica, 1984, pp. 295-320.

BESSELAAR, José van den, “As Trovas do Bandarra”, *Revista ICALP (Instituto de Cultura e Língua Portuguesa)*, vol. 4, 1986, pp. 14-30.

BETHENCOURT, Francisco, *O Imaginário da Magia. Feiticeiras, Saludadores e Nigromantes no século XVI*, Lisboa, Universidade Aberta, 1987.

-----, “As Visitas Pastorais. Um Estudo de Caso (Entradas, 1572-1593)”, *Revista de História Económica e Social*, n.º 19, Lisboa, 1987, pp. 95-122.

-----, “Inquisição e Controle Social”, *História & Crítica*, n.º 14, 1987, pp. 5-18.

-----, *História das Inquisições. Portugal, Espanha e Itália*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1994.

-----, “Rejeições e Polémicas”, *História Religiosa de Portugal*, direcção de Carlos Moreira Azevedo, vol. 2, *Humanismos e Reformas*, coordenação de João Francisco Marques e António Camões Gouveia, Lisboa, Círculo de Leitores, 2000, pp. 49-93.

BOEGLIN, Michel, “Disciplina Religiosa y Asentamiento de la Doctrina: El Delito de Propositiones ante la Inquisición Sevillana (1560-1700)”, *Historia, Instituciones, Documentos*, n.º 30, Sevilha, 2003, pp. 121-144.

-----, “Bigamia e Poligamia, Spagna”, in *Dizionario Storico dell’Inquisizione*, vol. 1, direcção de Adriano Prosperi com a colaboração de Vincenzo Lavenia e John Tedeschi, Pisa, Edizioni Della Normale, 2010, pp. 197-199.

BLACK, Maria Luísa Bívar, *Um Escrivão da Puridade no Poder. O Conde de Castelo Melhor 1662-1667*, Lisboa, SPB Editores e Livreiros, 1995.

BOER, Wietse de, “Sollecitazione in Confessional”, in *Dizionario Storico dell’Inquisizione*, vol. 3, direcção de Adriano Prosperi com a colaboração de Vincenzo Lavenia e John Tedeschi, Pisa, Edizioni Della Normale, 2010, pp. 1451-1455.

BRAGA, Isabel M. R. Mendes Drumond, “Entre o Sagrado e o Profano: as Procissões em Portugal no século XVIII segundo alguns Relatos de Estrangeiros”, *A Festa, Comunicações Apresentadas ao VIII Congresso Internacional*, coordenação de Maria Helena Carvalho dos Santos, vol. 2, Lisboa, Sociedade Portuguesa de Estudos do Século XVIII, Universitária Editora, 1992, pp. 455-468.

-----, “A visita da Inquisição a Braga, Viana do Castelo e Vila do Conde em 1565”, *Revista de la Inquisición*, n.º 3, Madrid, 1994, pp. 29-67.

-----, “Nascer nos Cárceres do Santo Ofício”, *Arquipélago. História*, 2.^a série, vol. 2, Ponta Delgada, 1997, pp. 435-447 (também publicado em *Vivências no Feminino*.

Poder, Violência e Marginalidade nos séculos XV a XIX, Lisboa, Tribuna da História, 2007, pp. 105-114.

-----“A Circulação e a Distribuição dos Produtos”, *Nova História de Portugal*, direcção de Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques, vol. V, *Portugal do Renascimento à Crise Dinástica*, coordenação de João José Alves Dias, Lisboa, Editorial Presença, 1998, pp. 195-247.

-----, “A Produção Artesanal”, *Nova História de Portugal*, direcção de Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques, vol. V, *Portugal do Renascimento à Crise Dinástica*, coordenação de João José Alves Dias, Lisboa, Editorial Presença, 1998, pp. 182-194.

-----, “As Realidades Culturais”, *Nova História de Portugal*, direcção de Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques, Vol. VII, *Da Paz da Restauração ao Ouro do Brasil*, coordenação de Avelino de Freitas de Meneses, Lisboa, Editorial Presença, 2001, pp. 465-565.

-----, *Assistência, Saúde Pública e Prática Médica em Portugal (séculos XV-XIX)*, Lisboa, Universitária Editora, 2001.

-----, “A Inquisição e a Sociedade Madeirense na Época Moderna: Elementos para o seu Estudo”, *Portos, Escalas e Ilhéus no Relacionamento entre o Ocidente e o Oriente. Actas do Congresso Internacional Comemorativo do Regresso de Vasco da Gama a Portugal*, coordenação de Avelino de Freitas de Meneses, vol. 2, [s.l.], Universidade dos Açores, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2001, pp. 183-255.

-----, “Bigamia e Insularidade. O Caso da Madeira na Época Moderna”, *Islenha*, n.º 28, Funchal, 2001, pp. 69-75.

-----, *Os Estrangeiros e a Inquisição Portuguesa (séculos XVI-XVII)*, Lisboa, Hugin, 2002.

-----, *A Bigamia em Portugal na Época Moderna. Sentir Mal do Sacramento do Matrimónio?*, Lisboa, Hugin, 2003.

-----, “Para o Estudo da Bigamia em Portugal no século XV”, *Os Reinos Ibéricos Na Idade Média, Livro de Homenagem ao Professor Doutor Humberto Carlos Baquero Moreno*, coordenação de Luís Adão da Fonseca, Luís Carlos Amaral e Maria Fernanda Ferreira Santos, vol. 2, Porto, Civilização, 2003, pp. 519-527.

-----, *Do Primeiro Almoço à Ceia. Estudos de História da Alimentação*, Sintra, Colares Editora, 2004.

-----, “O Peixe na Dieta Alimentar dos Portugueses (Séculos XVI-XVIII)”, *Do Primeiro Almoço à Ceia. Estudos de História da Alimentação*, Sintra, Colares Editora, 2004, pp. 35-59.

-----, “O Brasil Setecentista como Cenário da Bigamia”, *Estudos em Homenagem a Luís António de Oliveira Ramos*, vol. 1, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2004, pp. 299-311.

-----, “Confessar e Solicitar no Brasil Colonial”, *Inquisição Portuguesa. Tempo, Razão e Circunstância*, coordenação de Luís Filipe Barreto, José Augusto Mourão, Paulo de Assunção, Ana Cristina da Costa Gomes, José Eduardo Franco, Lisboa, São Paulo, Prefácio, 2007, pp. 331-342

-----“Das Dificuldades de Acesso ao ‘Estado do Meio’ por parte dos Cristãos Velhos”, *Actas do Congresso Internacional de História. Território, Culturas e Poderes*, vol. II, Braga, Núcleo de Estudos Históricos da Universidade do Minho, 2007, pp. 13-30.

-----, “Les Nourritures de la Mer, de la Criée à l’Assiette”, *Actes du Colloque du Musée Maritime de l’île Tatihou*, Caen, Centre de Recherche d’Histoire Quantitative, 2007, pp. 241-250.

-----, “A Mulatice como Impedimento de Acesso ao ‘Estado do Meio’ ”, *O Espaço Atlântico de Antigo Regime: Poderes e Sociedades. Actas*, Lisboa, Instituto Camões, 2008.

-----, “Marcas de Infâmia: Sangue Moura e Dificuldades de Acesso ao ‘Estado do Meio’”, *Minorias Étnico Religiosas na Península Ibérica (Período Medieval e Moderno)*, Lisboa, Edições Colibri, Évora, CIDEHUS, Alicante, Universidade de Alicante, 2008, pp. 411-430.

-----, “Bigamia e Poligamia, Portogallo”, in *Dizionario Storico dell’Inquisizione*, vol. 1, direcção de Adriano Prosperi com a colaboração de Vincenzo Lavenia e John Tedeschi, Pisa, Edizioni Della Normale, 2010, pp. 196-197.

-----, *Bens de Hereges. Inquisição e Cultura Material. Portugal e Brasil (Séculos XVII-XVIII)*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2012.

-----, BRAGA, Paulo Drumond, “Um Solicitante na Inquisição de Coimbra no século XVII: o padre António Dias”, *Vértice*, n.º 66, Lisboa, 1995, pp. 97-100.

-----, -----, “Jerónimo de Sousa por Terras de Trás-os-Montes, em 1583”, *Páginas da História da Diocese de Bragança-Miranda. Congresso Histórico 450 Anos da Fundação. Actas*, Bragança, Comissão de Arte Sacra de Bragança-Miranda, 1997, pp. 787-804.

BRAGA, Maria Luísa, *A Inquisição em Portugal. Primeira metade do século XVIII. O Inquisidor Geral D. Nuno da Cunha de Athayde e Mello*, Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica, 1992.

-----, “Cristãos-Novos Penitenciados pela Inquisição de Lisboa (1707-1750): Uma Interpretação da Eficácia do Tribunal”, *Estudos em Homenagem a Jorge Borges de Macedo*, Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica, Centro de Arqueologia e História da Universidade de Lisboa, 1992, pp. 387-416.

BRAGA, Paulo Drumond, “Dois surtos de peste em Lisboa: 1579-1581”, *Revista da Biblioteca Nacional*, série 2, vol. 7, n.º 2, Lisboa, Julho-Dezembro de 1992, pp. 7-22.

-----, “As Touradas em Portugal no século XVIII, segundo alguns Relatos de Estrangeiros”, *A Festa, Comunicações Apresentadas ao VIII Congresso Internacional*, coordenação de Maria Helena Carvalho dos Santos, vol. 2, Lisboa, Sociedade Portuguesa de Estudos do Século XVIII, Universitária Editora, 1992, pp. 649-666.

-----, “Dados para o Estudo da Homossexualidade em Portugal no século XVII: o processo inquisitorial de Manuel de Andrade”, *Vértice*, II série, n.º 58, Lisboa, Janeiro-Fevereiro de 1994, pp. 126-129.

-----, “Dois Casos de Homossexualidade Feminina no Portugal Quinhentista”, *Vértice*, II série, n.º 72, Lisboa, 1996, pp. 87-90.

-----, *A Inquisição nos Açores*, Ponta Delgada, Instituto Cultural de Ponta Delgada, 1997.

-----, “Uma Confraria da Inquisição. A Irmandade de S. Pedro Mártir (breves notas)”, *Arquipélago. História*. 2.ª série, vol. II, Ponta Delgada, 1997, pp. 449-458.

-----, “Cheiram os Homens a Mulheres; não a Marte mas a Vénus”, *Lusíada. História*, série II, n.º 4, Lisboa, 2007, pp. 187-199.

-----, *Filhas de Safo. Uma História da Homossexualidade Feminina em Portugal (séculos XIII-XX)*, Lisboa, Textos Editores, 2011.

-----, “*Nam paressia ser muito certo no juízo e capacidade*. Réus, Doenças Psíquicas e Inquisição”, *Lusíada. História*, n.º 8, Lisboa, 2011, pp. 243-258.

BRASIO, António Duarte, “Arcediagado de Penela”, *Papel das Áreas Regionais na Formação Histórica de Portugal. Actas do colóquio*, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1975, pp. 321-327.

BRAUET-NOBLE, Catherine, MARC, Marie-José, “La Unificación Religiosa y Social: la Represión de las Minorías”, *Inquisición Española: Poder Político y Control Social*, tradução de Javier Alfaya, direção de Bartolomé Bennassar, 2.^a edição, Barcelona, Crítica, 1984, pp. 126-170.

CAETANO, Marcello, “Recepção e Execução dos Decretos do Concílio de Trento em Portugal”, *Revista da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa*, vol. XIX, Lisboa, 1965, pp. 7-87.

CALAINHO, Daniela Buono, *Agentes da Fé. Familiares da Inquisição Portuguesa no Brasil Colonial*, Bauru, São Paulo, Editora da Universidade do Sagrado Coração, 2006.

-----, *Metrópole das Mandingas: Religiosidade Negra e Inquisição Portuguesa no Antigo Regime*, Rio de Janeiro, Garamond, 2008.

CALDEIRA, Arlindo Manuel, *Mulheres, Sexualidade e Casamento no Arquipélago de S. Tomé e Príncipe (Séculos XV-XVIII)*, 2.^a edição, Lisboa, Edições Cosmos, 1999.

CARDOSO, Adelaide Filomena Amaro Lopes, *As Religiosas e a Inquisição no Século XVII. Quadros de Vida e Espiritualidade*, Dissertação de Mestrado em História Moderna apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto, 2003, exemplar mimeografado.

CARNEIRO, Maria da Conceição Costa, *A População Bracarense na Visitação Inquisitorial de 1618*, Porto, Dissertação de Mestrado em História Moderna, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2000, exemplar mimeografado.

CARRASCO, Rafael, *Inquisición y Represión Sexual en Valencia. Historia de los Sodomitas (1565-1785)*, Barcelona, Laertes, 1985.

-----, “Prelúdio al ‘Siglo de los Portugueses’. La Inquisición de Cuenca y los Judaizantes Lusitanos en el siglo XVI”, *Hispania: Revista española de Historia*, vol. 47, n.º 166, Madrid, 1987, pp. 503-559.

-----, “Inquisición y Judaizantes Portugueses en Toledo (segunda mitad del siglo XVI)”, *Manuscripts: Revista d’Història Moderna*, n.º 10, Barcelona, 1992, pp. 41-60.

CARVALHO, Joaquim Ramos de, *As Visitas Pastorais e a Sociedade de Antigo Regime. Notas para o Estudo de um Mecanismo de Normalização Social*, Coimbra, Provas de capacidade científica apresentadas à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1985, exemplar mimeografado.

-----, “A Jurisdição Episcopal sobre Leigos em Matéria de Pecados Públicos: As Visitas Pastorais e o Comportamento Moral das Populações Portuguesas de Antigo Regime”, *Revista Portuguesa de História*, tomo XXIV, Coimbra, 1990, pp. 121-163.

-----, “Confessar e Devassar: a Igreja e a Vida Privada na Época Moderna”, *História da Vida Privada em Portugal*, direcção de José Mattoso, [vol. 2], *A Idade Moderna*, coordenação de Nuno Gonçalo Monteiro, [Lisboa], Círculo de Leitores, Temas e Debates, 2010, pp. 32-57.

-----, PAIVA, José Pedro, “Reportório das Visitas Pastorais da Diocese de Coimbra séculos XVII, XVIII e XIX”, *Boletim do Arquivo da Universidade de Coimbra*, volume VII, Coimbra, 1985, pp. 111-214.

-----, -----, “A Diocese de Coimbra no século XVIII. População, Oragos, Padroados e Títulos dos Párocos”, *Revista de História das Ideias*, vol. 11, Coimbra, 1989, pp. 175-268.

-----, -----, “A Evolução das Visitas Pastorais da Diocese de Coimbra nos séculos XVII e XVIII”, *Ler História*, n.º 15, Lisboa, 1989, pp. 29-41.

-----, -----, “Visitações”, *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, direcção de Carlos Moreira Azevedo, vol. P-V, Apêndices, Lisboa, Círculo de Leitores, 2001, pp. 365-370.

CASTAGNA, Paulo, “A Música como Instrumento de Catequese no Brasil dos séculos XVI e XVII”, *Confronto de culturas: Conquista, Resistência, Transformação*, organização de Francisca Nogueira Azevedo e John Manuel Monteiro, São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 1997, pp. 275-290.

CASTELO-BRANCO, Fernando, “Cartilhas Quinhentistas para Ensinar a Ler”, *Boletim Bibliográfico e Informativo*, n.º 14, Lisboa, 1971, pp. 109-152.

-----, “Portugal Quinhentista visto através das Cartilhas para Ensinar a Ler”, *Anais da Academia Portuguesa da História*, vol. 21, Lisboa, 1972, pp. 289-315.

CASTRO, Zília Osório de, “Jacobeia”, *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, direcção de Carlos Moreira Azevedo, vol. J-P, Lisboa, Círculo de Leitores, 2000, pp. 5-7.

CERRILO CRUZ, Gonzalo, “Los Familiares de la Inquisición en la Época Borbónica”, *Revista de la Inquisición*, n.º 4, Madrid, 1995, pp. 177-204.

-----, “Los Comisarios de la Inquisición de Sevilla en el Siglo XVIII”, *El Centinela de la Fe. Estudios Jurídicos sobre la Inquisición de Sevilla en el Siglo XVIII*, edição de Enrique Gacto Fernández, Sevilha, Universidade de Sevilha, 1997, pp. 95-171.

-----, “Aproximación al Estatuto Jurídico de los Familiares de la Inquisición Española”, *Manuscripts: Revista d’Història Moderna*, n.º 17, Barcelona, 1999, pp. 141-158.

CHAVES, Castelo Branco, *Os Livros de Viagens em Portugal no Século XVIII e a sua projecção Europeia*, 2.ª edição, Lisboa, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, Ministério da Educação, 1987.

CHORÃO, Maria José Mexia Bigotte, “Inqueritos Promovidos pela Coroa no Século XVIII”, *Revista de História Económica e Social*, Lisboa, n.º 21, Set.-Dez., 1987, pp. 93-130.

COELHO, António Borges, *Inquisição de Évora. Dos Primórdios a 1688*, 2 vols., Lisboa, Editorial Caminho, 1987.

COLLOMP, Allain, “Famílias. Habitações e Coabitações”, *História da Vida Privada*, tradução portuguesa com revisão científica de Luís Armando de Carvalho Homem, direcção de Philippe Ariès e Georges Duby, vol. 3, Porto, Afrontamento, 1990, pp. 501-541.

COLOSIA RODRIGUEZ, Maria Isabel Perez de, “Normativa Inquisitorial sobre los Familiares del Santo Oficio II”, *Baetica. Estudios de Arte, Geografía e Historia*, n.º 17, Málaga, 1995, pp. 403-419.

CONTRERAS, Jaime, *El Santo Oficio de la Inquisición de Galicia (Poder, Sociedad y Cultura)*, Madrid, Akal/Universitária, 1982.

-----, “Marranismo Hispanico, Marranismo Portugués”, *Historia de la Inquisición en España y America*, direcção de J. Perez Villanueva e B. Escandell Bonet, vol. 2, *Estucturas del Santo Oficio*, Madrid, Biblioteca de Autores Cristianos, Centro de Estudios Inquisitoriales, 1993, pp. 621-627.

COSME, João dos Santos Ramalho, *A Vila de Mourão na Inquisição de Évora (1559-1782). Subsídios para o seu Estudo*, [Mourão], Câmara Municipal de Mourão, 1989.

-----, “Olivença na Inquisição de Évora (1559-1782)”, *Revista de Estudios Extremeños*, tomo 46, n.º 2, Badajoz, 1990, pp. 373-395.

-----, “A População da Comarca de Estremoz em 1538 (?)”, *A Cidade. Revista Cultural de Portalegre*, n.º 8, nova série, Portalegre, 1993, pp. 83-107.

COSTA, Avelino de Jesus da, “A Virgem Maria Padroeira de Portugal na Idade Média”, *Lusitania Sacra. Revista do Centro de Estudos de História Eclesiástica*, Lisboa, 1957, pp. 7-49.

COSTA, Elisa Maria Lopes da, “Povoadores Açorianos em Terras Transtaganas: achegas para uma História por contar”, *A Cidade. Revista Cultural de Portalegre*, nova série, n.º 11, Portalegre, 1996, pp. 169-187.

-----, “Novos Destinos para as Gentes Açorianas em finais de Setecentos: terras de Além-Tejo um espaço a povoar?”, *O Faial e a Periferia Açoriana nos séculos XV a XX. Actas do Colóquio*, Horta, Núcleo Cultural da Horta, 1998, pp. 401-429.

-----, “Famílias Açorianas Povoadoras das Margens do Tejo no último quartel de Setecentos”, *O Faial e a Periferia Açoriana nos séculos XV a XX. Actas do III Colóquio*, Horta, Núcleo Cultural da Horta, 2004, pp. 227-244.

-----, “A Jacobeia. Achegas para a História de um Movimento de Reforma Espiritual no Portugal Setecentista”, *Arquipélago. História*, 2.ª série, vols. XIV-XV, Ponta Delgada, 2010-2011, pp. 31-48.

COSTA, Fernando Doreis, “Guerra no Tempo de Lippe e de Pombal”, *Nova História Militar de Portugal*, direcção de Manuel Themudo Barata e Nuno Severiano Teixeira, vol. 2, coordenação de António Manuel Hespanha, Mem Martins, Círculo de Leitores, 2004, pp. 331-350.

COSTA, Susana Goulart, “Visitas Pastorais na Paróquia do Faial da Terra. Apontamentos para o Estudo das Religiosidades de Antigo Regime (1698-1765)”, *Arquipélago. História*, 2.ª série, vol. III, 1999, pp. 65-118.

-----, *Viver e Morrer Religiosamente. Ilha de São Miguel. Século XVIII*, Ponta Delgada, Instituto Cultural de Ponta Delgada, 2007.

CRISTÓBAL MARTÍN, Ángeles, *Confianza, Fidelidad y Obediencia. Servidores Inquisitoriales y Dependencias Personales en la Ciudad de Logroño (siglo XVII)*, Logroño, Instituto de Estudios Riojanos, 1994.

CRISTÓVÃO, Francisco da Silva, “Catequese e Catecismos”, *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, direcção de Carlos Moreira Azevedo, vol. A-C, Lisboa, Círculo de Leitores, 2000, pp. 302-310.

DEDIEU, Jean-Pierre, “El Modelo Sexual: Defensa del Matrimonio Cristiano”, *Inquisición Española: Poder Politico y Control Social*, tradução de Javier Alfaya, direcção de Bartolomé Bennassar, 2.^a edição, Barcelona, Crítica, 1984, pp. 270-294.

-----, “Los Cuatro Tiempos de la Inquisición”, *Inquisición Española: Poder Politico y Control Social*, tradução de Javier Alfaya, direcção de Bartolomé Bennassar, 2.^a edição, Barcelona, Crítica, 1984, pp. 15-39.

-----, “El Modelo Religioso: las Disciplinas del Lenguaje y de la Acción”, *Inquisición Española: Poder Politico y Control Social*, tradução de Javier Alfaya, direcção de Bartolomé Bennassar, 2.^a edição, Barcelona, Crítica, 1984, pp. 208-230.

-----, “Limpieza, Pouvoir et Richesse. Conditions d’entrée dans le Corps des Ministres de l’Inquisition. Tribunal de Tolède XVIe-XVIIe siècles”, *Les Sociétés Fermées dans le Monde Ibérique (XVIe-XVIIIe siècles). Définitions et Problématique*, Paris, Maison des Pays Ibériques, 1986, pp. 169-187.

DI SIMPLICIO, Oscar, “Stregoneria, Spagna”, in *Dizionario Storico dell’Inquisizione*, vol. 3, direcção de Adriano Prosperi com a colaboração de Vincenzo Lavenia e John Tedeschi, Pisa, Edizioni Della Normale, 2010, pp. 1533-1537.

DIAS, João Alves, “A Comarca de Castelo Branco em 1527-1540”, *Primeiras Jornadas de História Moderna. Actas*, Lisboa, Centro de História da Universidade de Lisboa, 1986, pp. 841-849.

-----, “A Comunicação entre o Poder Central e Local. A Difusão de uma Lei em 1532”, *Ensaio de História Moderna*, Lisboa, Editorial Presença, 1988, pp. 129-143.

-----, “Para uma Abordagem do Sexo Proibido em Portugal no século XVI”, *Inquisição. Comunicações apresentadas ao 1.º Congresso Luso-Brasileiro sobre Inquisição*,

coordenação de Maria Helena Carvalho dos Santos, vol. 1, Lisboa, Sociedade Portuguesa de Estudos do Século XVIII, Universitária Editora, 1989, pp. 149-159.

-----, *Gentes e Espaços. Em Torno da População Portuguesa na Primeira Metade do século XVI*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, 1996.

DIAS, Luís Fernando de Carvalho, “A Relação das Fábricas de 1788”, *Boletim de Ciências Económicas da Faculdade de Direito de Coimbra*, n.º 3, Coimbra, 1955, pp. 188-261.

DIAS, José Pedro Sousa, *Droguistas, Boticários e Segredistas. Ciência e Sociedade na Produção de Medicamentos na Lisboa de Setecentos*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, Fundação para a Ciência e a Tecnologia, 2007.

DÓRIA, António Álvaro, “Castelo Melhor, Conde de”, *Dicionário de História de Portugal*, direcção de Joel Serrão, vol. II, Porto, Livraria Figueirinhas, 1984, pp. 11-12

DUARTE, Luís Miguel, “‘A Boca do Diabo’. A Blasfémia e o Direito Penal Português da Baixa Idade Média”, *Lusitania Sacra*, 2.ª série, tomo IV, Lisboa, 1992, pp. 61-82.

DUFOUR, Gérard, *Clero y Sexto Mandamiento. La Confesión en la España del Siglo XVIII*, Valladolid, Ámbito, 1996.

ENES, Maria Fernanda, *Reforma Tridentina e Religião Vivida (os Açores na Época Moderna)*, Ponta Delgada, Eurosigno Publicações, 1991.

EUSÉBIO, Joaquim, *Pombal 8 séculos de História*, 2.ª edição, Pombal, Câmara Municipal de Pombal, 2007.

FARINHA, Maria do Carmo Dias, “A Madeira nos Arquivos da Inquisição”, *Actas do I Colóquio Internacional de História da Madeira, 1986*, vol. I, Direcção Regional dos Assuntos Culturais, Funchal, 1989, pp. 689-739.

-----, “A Inquisição na Madeira no período de Transição entre os séculos XVII e XVIII (1690-1719)”, *Actas do III Colóquio Internacional de História da Madeira*, Funchal, Centro de Estudos de História do Atlântico, 1993, pp. 879-902.

FEITLER, Bruno, “Da ‘Prova’ como Objeto de Análise da Praxis Inquisitorial: o Problema dos Testemunhos Singulares no Santo Ofício Português”, in *História do Direito em perspectiva. Do Antigo Regime à Modernidade*, organização de Ricardo Marcelo Fonseca e Airton Cerqueira Leite Seelaender, Curitiba, Juruá Editora, 2008, pp. 305-314.

FERNANDES, Maria de Lurdes Correia, “Do Manual de Confessores ao Guia de Penitentes. Orientações e Caminhos da Confissão no Portugal pós-Trento”, *Via Spiritus. Revista de História da Espiritualidade e do Sentimento Religioso*, vol. 2, Porto, 1995, pp. 25-68.

FERNANDEZ, André, *Au Nom du Sexe. Inquisition et Répression Sexuelle en Aragon (1560-1700)*, Paris, L’Harmattan, 2003.

FERNÁNDEZ GARCÍA, María Ángeles, “Los Judeoconversos Portugueses y la Inquisición Granadina en el Siglo XVII”, *Inquisição. Comunicações apresentadas ao 1.º Congresso Luso-Brasileiro sobre Inquisição*, coordenação de Maria Helena Carvalho dos Santos, vol. 2, Lisboa, Sociedade Portuguesa de Estudos do Século XVIII, Universitária Editora, 1989, pp. 551-555.

FERNÁNDEZ TERRICABRAS, Ignasi, “Entre Ideal y Realidade: las Élités Eclesiásticas y la Reforma Católica en la España del siglo XVI”, *Optima Pars. Elites Ibero-Americanas do Antigo Regime*, coordenação de Nuno Gonçalo Monteiro, Pedro Cardim e Mafalda Soares da Cunha, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2005, pp. 13-45.

FERRO, João Pedro, *A População Portuguesa no Final do Antigo Regime (1750-1815)*, Lisboa, Editorial Presença, 1995.

FIGUEIRÔA-RÊGO, João de, «*A Honra Alheia por um Fio*» *Os Estatutos de Limpeza de Sangue no Espaço de Expressão Ibérica (sécs. XVI-XVIII)*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, Fundação para a Ciência e a Tecnologia, 2011.

FONSECA, Jorge, *Escravos e Senhores na Lisboa Quinhentista*, Lisboa, Edições Colibri, 2010.

GARCÍA CÁRCEL, Ricardo, *Orígenes de la Inquisición Española. El Tribunal de Valencia, 1478-1530*, Barcelona, Ediciones Península, 1976.

-----, *Herejía y Sociedad en el siglo XVI – la Inquisición en Valencia 1530-1609*, Barcelona, Ediciones Península, 1980.

-----, “Número y Sociología de los Familiares de la Inquisición Valenciana”, *La Inquisición Española: Nueva Visión, Nuevos Horizontes*, direcção de J. Perez Villanueva, Madrid, Siglo Veintiuno, 1980, pp. 271-284.

GARCÍA IVARS, Flora, *La Repercusion en el Tribunal Inquisitorial de Granada 1550-1819*, Madrid, Akal, 1991.

GELABERTÓ VILAGRAN, Martí, “Inquisición y Blasfemias en la Cataluña de los siglos XVI y XVII”, *Pedralbes. Revista d’Historia Moderna*, n.º 28, tomo 1, Barcelona, 2008, pp. 651-676.

-----, “No Tomarás el Nombre de Dios en Vano. Blasfemia y Castigo Divino en Cataluña (siglos XVI-XVIII)”, *Espacio, Tiempo y Forma*, Série IV, *Historia Moderna*, n.º 23, Madrid, 2010, pp. 153-180.

GIEBELS, Daniel Norte, *A Relação entre o Arcebispo de Lisboa D. Miguel de Castro e a Inquisição (1586-1625)*, tese de mestrado em História Moderna apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Coimbra, 2008, exemplar mimeografado.

GOMES, Saul António, “Cristãos-Novos Leirienses: Alguns Tópicos em torno do caso de Catarina Rodrigues do Penedo (1562-1563)”, *Leiria-Fátima. Órgão Oficial da Diocese*, Ano V, n.º 14, Leiria, Maio-Agosto, 1997, pp. 123-159.

-----, *A Comuna Judaica de Leiria das Origens à Expulsão, Introdução ao seu Estudo Histórico e Documental*, Lisboa, Cátedra de Estudos Sefarditas «Alberto Benveniste» da Universidade de Lisboa, 2010.

-----, *Pombal Medieval e Quinhentista. Documentos da sua História*, Batalha, CEPAE – Centro do Património da Estremadura, 2010.

GONÇALVES, Iria, “Notas de Demografia Regional. A Comarca de Leiria em 1537”, *Revista da Faculdade de Letras*, 4.ª série, n.º 1, Lisboa, 1976-1977, pp. 405-454.

-----, “As Festas do «Corpus Christi» do Porto na segunda metade do século XV: participação do Concelho”, *Um olhar sobre a Cidade Medieval*, Cascais, Patrimonia, 1996, pp. 153-176.

GORENSTEIN, Lina, “A Terceira Visitação do Santo Ofício às partes do Brasil (século XVII)”, *A Inquisição em Xaque: Temas, Controvérsias, Estudos de Caso*, organização de Ronaldo Vainfas, Bruno Feitler, Lana Lage, Rio de Janeiro, Editora da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2006, pp. 25-31.

GOUVEIA, António Camões, “A Sacramentalização dos Ritos de Passagem”, *História Religiosa de Portugal*, direcção de Carlos Moreira Azevedo, vol. 2, *Humanismos e Reformas*, coordenação de João Francisco Marques e António Camões Gouveia, Lisboa, Círculo de Leitores, 2000, pp. 529-557.

-----, “Sensibilidades e Representações Religiosas”, direcção de Carlos Moreira Azevedo, vol. 2, *Humanismos e Reformas*, coordenação de João Francisco Marques e António Camões Gouveia, Lisboa, Círculo de Leitores, 2000, pp. 317-367.

-----, “Procissões”, *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, direcção de Carlos Moreira Azevedo, vol. P-V, Apêndices, Lisboa, Círculo de Leitores, 2001, pp. 67-72

GOUVEIA, Jaime Ricardo, “Quod non est in actis, non est in mundo: Mecanismos de Disciplina Interna e Externa no Auditório Eclesiástico de Coimbra”, *Revista de História da Sociedade e da Cultura*, n.º 9, Coimbra, 2009, pp. 179-204.

-----, “Sollecitazione in Confessionale, Portogallo”, in *Dizionario Storico dell’Inquisizione*, vol. 3, direcção de Adriano Prosperi com a colaboração de Vincenzo Lavenia e John Tedeschi, Pisa, Edizioni Della Normale, 2010, pp. 1455-1459.

-----, *O Sagrado e o Profano em Choque no Confessionário. O delito de Solicitação no Tribunal da Inquisição. Portugal 1551-1700*, Coimbra, Palimage, 2011.

-----, *A Quarta Porta do Inferno. A Vigilância e Disciplinamento da Luxúria Clerical no Espaço Luso-americano (1640-1750)*, Tese de Doutoramento em História e Civilização apresentada ao Instituto Universitário Europeu de Florença, 2012, exemplar mimeografado.

GUERRA, Jorge Valdemar, “Judeus e cristãos novos na Madeira, 1461-1650”, *Arquivo Histórico Regional da Madeira – Série Transcrições Documentais*, n.º 1, Funchal, 2003, pp. 9-251.

HALICZER, Stephen, *Inquisición y Sociedad en el Reino de Valencia (1478-1834)*, Valencia, Ediciones Alfons el Magnanim, Generalitat Valenciana, 1993.

-----, *Sexualidade no Confessionário. Um Sacramento Profanado*, tradução de Maria Georgina Segurado, Mem-Martins, Publicações Europa-América, 1998.

HESPANHA, Manuel, *As Vésperas do Leviathan. Instituições e Poder Político Portugal – Século XVII*, Coimbra, Livraria Almedina, 1994.

HIGGS, DAVID, “Servir ao Santo Ofício nas Minas Setecentistas: o Comissário Nicolau Gomes Xavier” *A Inquisição em Xequê: Temas, Controvérsias, Estudos de Caso*, organização de Ronalo Vainfas, Bruno Feitler, Lana Lage, Rio de Janeiro, Editora da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2006, pp. 113-124.

-----, NEVES, Guilherme Pereira das, “O Oportunismo da Historiografia: o Padre Bernardo Luís Ferreira Portugal e o Movimento de 1817 em Pernambuco”, *Anais da VIII Reunião Anual da Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica*, São Paulo, 1989, pp. 179-184.

HORTA, José Augusto N. Silva, “A Inquisição em Angola e Congo: O Inquérito de 1596-98 e o Papel Mediador das Justiças Locais”, *Arqueologia do Estado. 1.^{as} Jornadas sobre Formas de Organização e Exercício dos Poderes na Europa do Sul, Séculos XIII-XVIII*, vol. 1, Lisboa, História & Crítica, 1988, pp. 387-415.

HUERGA CRIADO, Pilar, *En la Raya de Portugal: Solidaridad y Tensiones en la Comunidad Judeoconversa*, Salamanca, Edição Universidad de Salamanca, 1994.

JANEIRO, Helena Pinto, “A Procissão do Corpo de Deus na Lisboa barroca: o espaço e o poder”, *Arqueologia do Estado. 1.^{as} Jornadas sobre Formas de Organização e Exercício dos Poderes na Europa do Sul, Séculos XIII-XVIII*, vol. 2, Lisboa, História & Crítica, 1988, pp. 727-742.

JOÃO, Luís Inácio, *Visitas Pastorais em Leiria e freguesias vizinhas no século XVII. Elementos para o estudo duma situação sócio-religiosa*, Lisboa, Dissertação de mestrado em Sociologia Aprofundada e Realidade Portuguesa, apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 1988, exemplar mimeografado.

LAVENIA, Vincenzo, “Stregoneria, Italia”, in *Dizionario Storico dell’Inquisizione*, vol. 3, direcção de Adriano Prosperi com a colaboração de Vincenzo Lavenia e John Tedeschi, Pisa, Edizioni Della Normale, 2010, pp. 1521-1530.

LEAL, Bruno, *La Crosse et le Bâton. Visites Pastorales et Recherche des Pêcheurs Publics dans le Diocèse d’Algarve 1630-1750*, Paris, Centre Culturel Calouste Gulbenkian, 2004.

LERA GARCIA, Rafael de, “La Última Gran Persecución Inquisitorial contra el Criptojudaismo: el Tribunal de Cuenca, 1718-1725”, *Perfiles Jurídicos de la Inquisición Española*, direcção de José António Escudero, Madrid, Instituto de Historia de la Inquisición da Universidade Complutense, 1989, pp. 805-838.

-----, “Gran Ofensiva Antijudía de la Inquisición de Granada (1715-27)”, *Inquisição. Comunicações apresentadas ao 1.º Congresso Luso-Brasileiro sobre Inquisição*, coordenação de Maria Helena Carvalho dos Santos, vol. 3, Lisboa, Sociedade Portuguesa de Estudos do Século XVIII, Universitária Editora, 1989, pp. 1087-1108.

LHAMBY, Dinaci, “Los Judíos Portugueses en el Tribunal Inquisitorial de Córdoba”, *Inquisição. Comunicações apresentadas ao 1.º Congresso Luso-Brasileiro sobre Inquisição*, coordenação de Maria Helena Carvalho dos Santos, vol. 1, Lisboa, Sociedade Portuguesa de Estudos do Século XVIII, Universitária Editora, 1989, pp. 415-422.

LIMA, Lana Lage da Gama, “O Padre e a Moça: o Crime de Solicitação no Brasil no século XVIII”, *Ler História*, n.º 18, Lisboa, 1990, pp. 25-36.

-----, “Guardiães da Penitência: O Santo Ofício Português e a Punição dos Solicitantes”, *Inquisição. Ensaio sobre Mentalidade, Heresias e Arte*, organização de Anita Novinsky e Maria Luiza Tucci Carneiro, Rio de Janeiro, Expressão e Cultura, São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 1992, pp. 739-749.

-----, “Sodomia e Pedofilia no século XVII: o Processo de João da Costa”, *A Inquisição em Xequê: Temas, Controvérsias, Estudos de Caso*, organizadores Ronaldo Vainfas, Bruno Feitler e Lana Lage, Rio de Janeiro, Editora da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2006, pp. 237-252

LOPES, Maria Antónia, “A Identificação dos Dirigentes das Misericórdias como Método para a História das Elites. O Caso de Coimbra nos séculos XVIII e XIX”, *Actas do Congresso Internacional de História. Território, Culturas e Poderes*, vol. II, Braga, Núcleo de Estudos Históricos da Universidade do Minho, 2007, pp. 323-334.

LOPES, Maria de Jesus dos Mártires, “A Inquisição de Goa na segunda metade do século XVIII. Contributo para a sua História”, *Studia*, n.º 48, Lisboa, 1989, pp. 237-262.

-----, “A Inquisição de Goa na primeira metade de Setecentos”, *Mare Liberum*, n.º 15, Lisboa, 1998, pp. 107-136.

LÓPEZ BELINCHÓN, Bernardo J., “Sollecitazione in Confessionale, Spagna”, in *Dizionario Storico dell’Inquisizione*, vol. 3, direcção de Adriano Prosperi com a colaboração de Vincenzo Lavenia e John Tedeschi, Pisa, Edizioni Della Normale, 2010, pp. 1459-1461.

LOPÉZ-SALAZAR CODES, Ana Isabel, “‘Che se Riduca al Modo di Procedere di Castiglia’. El Debate sobre el Procedimiento Inquisitorial Portugués en Tiempos de los Austrias”, *Hispania Sacra*, vol. 59, 119, Madrid, 2007, pp. 243-268.

-----, *Inquisición Portuguesa y Monarquía Hispánica en Tiempos del Perdón General de 1605*, Lisboa, Edições Colibri, Centro Interdisciplinar de História, Culturas e Sociedades da Universidade de Évora, 2010.

LOPÉZ-VELA, Roberto, “Inquisizione Spagnola”, in *Dizionario Storico dell’Inquisizione*, vol. 2, direcção de Adriano Prosperi com a colaboração de Vincenzo Lavenia e John Tedeschi, Pisa, Edizioni Della Normale, 2010, pp. 827-845.

LOURENÇO, Maria Paula Marçal, “Para o Estudo da Actividade Inquisitorial no Alto Alentejo: a Visita da Inquisição de Lisboa ao Bispado de Portalegre em 1578-1579”, *A Cidade. Revista Cultural de Portalegre*, n.º 3, nova série, 1989, pp. 109-138.

-----, “Uma Visita da Inquisição de Lisboa: Santarém 1624-1625”, *Inquisição. Comunicações apresentadas ao 1.º Congresso Luso-Brasileiro sobre Inquisição*, coordenação de Maria Helena Carvalho dos Santos, vol. 2, Lisboa, Sociedade Portuguesa de Estudos do Século XVIII, Universitária Editora, 1989, pp. 567-595.

-----, “Inquisição e Cristãos-Velhos: a Visita ao Priorado do Crato em 1587-1588”, *A Cidade. Revista Cultural de Portalegre*, n.º 8, nova série, Portalegre, 1993, pp. 31-64.

LUÍS, Maria dos Anjos dos Santos Fernandes, *Vivências Religiosas e Comportamentos Sociais: Visitas Pastorais ao Concelho da Lourinhã no século XVII*, dissertação de mestrado em História Regional e Local apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2010, exemplar mimeografado.

MACEDO, Jorge Borges de, “Real Mesa Censória”, *Dicionário de História de Portugal*, direcção de Joel Serrão, vol. III, Lisboa, Iniciativas, 1971, pp. 40-42.

MACHADO, José Timóteo Montalvão, *Quem Livrou Pombal da Pena de Morte*, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1979.

MAGALHÃES, António, “Crianças Pobres e Doentes: a População Jovem como objecto de Práticas de Caridade na Santa Casa da Misericórdia de Viana da Foz do Lima (séculos XVI-XVIII)”, *A Infância no Universo Assistencial da Península Ibérica (séculos XVI-XIX)*, organização de Maria Marta Lobo de Araújo e de Fátima Moura Ferreira, Braga, Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, 2008, pp. 111-133.

MAGALHÃES, Joaquim Romero, “E Assim se Abriu Judaísmo no Algarve”, *Revista da Universidade de Coimbra*, vol. 29, Coimbra, 1981, p. 1-29.

-----, “Em Busca do ‘Tempos’ da Inquisição (1573-1615)”, *Revista de História das Ideias*, vol. 9, 2.^a parte, Coimbra, 1987, pp. 194-214.

MANTECÓN MOVELLÁN, Tomás A., “Mujeres Forzadas y Abusos Deshonestos en la Castilla Moderna”, *Manuscripts. Revista d’Història Moderna*, n.º 20, Barcelona, 2002, pp. 157-185.

MARCOCCI, Giuseppe, *I custodi dell’Ortodossia. Inquisizione e Chiesa nel Portogallo del Cinquecento*, Roma, Edizioni di Storia e Letteratura, 2004.

-----, “A Inquisição Portuguesa sob Acusação: o Protesto Internacional de Gastão de Abrunhosa, *Cadernos de Estudos Sefarditas*, vol. 7, Lisboa, 2007, pp. 31-81.

-----, “O Arcebispo de Braga, D. Frei Bartolomeu dos Mártires (1559-82). Um caso de Inquisição pastoral?”, *Revista de História da Sociedade e da Cultura*, vol. 9, Coimbra, 2009, pp. 119-146.

-----, “Toward a History of the Portuguese Inquisition Trends in Modern Historiography (1974-2009)”, *Revue de l'Histoire des Religions*, n.º 3, Paris, 2010, pp. 355-393.

-----, “A Fundação da Inquisição em Portugal: um novo olhar”, *Lusitania Sacra*, 2.^a série, tomo XXIII, Lisboa, 2011, pp. 17-40.

-----, *Pentirsi ai Tropici. Casi di Coscienza e Sacramenti nelle Missioni Portoghesi del'500*, Bolonha, Edizioni Dehoniane Bologna, 2013.

-----, PAIVA, José Pedro, *História da Inquisição Portuguesa 1536-1821*, Lisboa, A Esfera dos Livros, 2013.

MARQUES, A. H. de Oliveira, “As Bases da Cultura”, *Nova História de Portugal*, direcção de Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques, vol. 5, *Portugal do Renascimento à Crise Dinástica*, coordenação de João José Alves Dias, Lisboa, 1998, pp. 447-459.

MARQUES, António Manuel Erse, *O Concelho de Pombal nos Finais do Antigo Regime. Aspectos Demográficos e Sociais (1782-1834)*, Tese de Mestrado em História Moderna, Poderes, Ideias e Instituições, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2011, exemplar mimeografado.

MARQUES, João Francisco, “A Palavra e o Livro”, *História Religiosa de Portugal*, direcção de Carlos Moreira Azevedo, vol. 2, *Humanismos e Reformas*, coordenação de João Francisco Marques e António Camões Gouveia, Lisboa, Círculo de Leitores, 2000, pp. 377-447.

-----, “Rituais e Manifestações de Culto”, *História Religiosa de Portugal*, direcção de Carlos Moreira Azevedo, vol. 2, *Humanismos e Reformas*, coordenação de João Francisco Marques e António Camões Gouveia, Lisboa, Círculo de Leitores, 2000, pp. 517-529.

-----, “Confissão”, *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, direcção de Carlos Moreira Azevedo, vol. A-C, Lisboa, Círculo de Leitores, 2000, pp. 445-459.

MARQUES, Maria Adelaide Salvador, *Pombalismo e Cultura Média. Meios para um diagnóstico através da Real Mesa Censória*, Lisboa, [s.n.], 1982.

MARQUES, Maria Alegria Fernandes, “O Litígio entre a Sé de Coimbra e a Ordem do Templo pela Posse das Igrejas de Ega, Redinha e Pombal”, *Jornadas sobre Portugal Medieval. Actas*, Leiria, Câmara Municipal de Leiria, 1986, pp. 347-366.

-----, “O Arcediagado de Penela na Idade Média: algumas notas”, *Revista de História da Sociedade e da Cultura*, n.º 8, Coimbra, 2008, pp. 97-143.

MARTÍNEZ MILLÁN, José, “La Persecución Inquisitorial contra os Criptojudíos en el Siglo XVIII. El Tribunal de Llerena (1700-1730)”, *Historia de la Inquisición en España y America*, direcção J. Perez Villanueva e B. Escandell Bonet, vol. 3 (*Temas y Problemas*), Madrid, Biblioteca de Autores Cristianos, Centro de Estudios Inquisitoriales, 2000, pp. 557-656.

MARTINS, José Alberto Ferraz, *Casamento e Sociedade no Bispado de Coimbra no Primeiro Quartel do Século XVIII. Os Impedimentos de Matrimónio*, Coimbra, Dissertação de Mestrado em História Moderna apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1987, exemplar mimeografado.

MARTINS, Maria Emília Ferreira, *Os Funcionários Portugueses da Inquisição de Goa através das Habilitações do Santo Ofício: 1640-1820*, 2 volumes, Lisboa, Dissertação de mestrado em História dos Descobrimentos e da Expansão Portuguesa apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2002, exemplar mimeografado.

MARTINS, Maria Teresa Payam, *A Censura Literária em Portugal nos séculos XVII e XVIII*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, Fundação para a Ciência e a Tecnologia, 2005.

MATEUS, Susana Basto, PINTO, Paulo Mendes, *Lisboa, 19 de Abril de 1506. O Massacre dos Judeus*, Lisboa, Alêtheia, 2007.

MATTOS, Gastão de Mello de, “Lippe, conde de”, *Dicionário de História de Portugal*, direcção de Joel Serrão, 2.^a edição, vol. III, Porto, Livraria Figueirinhas, 1984, pp. 530-531.

MEA, Elvira Cunha de Azevedo, “Orações Judaicas na Inquisição Portuguesa – século XVI”, in *Jews and Conversos. Studies in Society and the Inquisition*, direcção de Yosef Kaplan, Jerusalém, World Union of Hebrew Studies, 1981, pp. 149-178.

-----, “Nossa Senhora em Processos da Inquisição”, *Revista da Faculdade de Letras. História*, 2.^a série, vol. 1, Porto, 1984, pp. 135-158.

-----, “1621-1634. Coimbra. O Sagrado e o Profano em Choque”, *Revista de História das Ideias*, vol. 9, 2.^a parte, Coimbra, 1987, pp. 229-248.

-----, “Mulheres nas Teias da Expansão”, *O Rosto Feminino da Expansão Portuguesa. Actas do Congresso*, vol. 1, Lisboa, Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres, 1995, pp. 65-75.

-----, *A Inquisição de Coimbra no Século XVI. A Instituição, os Homens e a Sociedade*, Porto, Fundação Engenheiro António de Almeida, 1997.

MENDES, Isabel Maria Ribeiro, vd. BRAGA, Isabel M. R. Mendes Drumond, “Elementos para o Estudo da Crença no Demónio na Época Moderna”, *Revista de Ciências Históricas*, vol. IV, Lisboa, 1989, pp. 273-279.

-----, “Portugueses na Inquisição de Toledo: o Processo de Manuel Gomes da Silveira (1631-1632), Médico de Guadalupe”, *Portugaliae Historica*, 2.^a série, vol. I, Lisboa, 1991, pp. 179-198.

MENDONÇA, José Loureiro de, MOREIRA, António Joaquim, *História dos principais Actos e Procedimentos da Inquisição em Portugal*, Lisboa, Círculo de Leitores, Imprensa nacional-Casa da Moeda, 1980.

MENESES, Avelino de Freitas de, “As Finanças”, *Nova História de Portugal*, direcção de Joel Serrão e A.H. de Oliveira Marques, vol. VII, *Portugal. Da Paz da Restauração ao Ouro do Brasil*, coordenação de Avelino de Freitas de Meneses, Lisboa, Editorial Presença, 2001, pp. 349-371.

MOLINA, Fernanda, “La Herejización de la Sodomia en la Sociedad Moderna. Consideraciones Teológicas y Praxis Inquisitorial”, *Hispania Sacra*, vol. 62, 126, Madrid, 2010, pp. 539-562.

MONTEIRO, Nuno Gonçalo, “A Guerra da Sucessão de Espanha”, *Nova História Militar de Portugal*, direcção de Manuel Themudo Barata e Nuno Severiano Teixeira, vol. 2, coordenação de António Manuel Hespanha, Lisboa, Círculo de Leitores, 2003, pp. 301-306.

MORA, Amadeu Cunha, *Esboço Histórico da Santa Casa da Misericórdia de Pombal*, Pombal, Santa Casa da Misericórdia de Pombal, 2010 (reimpressão da edição de 1953).

MORENO, Humberto Baquero, “Reflexos na Cidade do Porto da Entrada dos Conversos em Portugal nos fins do Século XV”, *Revista de História*, vol. 1, Porto, 1978, pp. 7-38.

MOTT, Luiz, “Um Nome...em Nome do Santo Ofício: o Cónego João Calmon, Comissário da Inquisição na Bahia Setecentista”, *Universitas, Revista de Cultura da Universidade Federal da Bahia*, n.º 37, Baía, 1986, pp. 15-32.

-----, *O Sexo Proibido. Virgens, Gays e Escravos nas Garras da Inquisição*, Campinas, Papirus, 1988.

-----, “Inquisição e Homossexualidade”, *Inquisição. Comunicações apresentadas ao 1.º Congresso Luso-Brasileiro sobre Inquisição*, coordenação de Maria Helena Carvalho dos Santos, vol. 2, Lisboa, Sociedade Portuguesa de Estudos do Século XVIII, Universitária Editora, 1989, pp. 473-508.

-----, “Cupido na Sala de Aula: Pedofilia e Pederastia no Brasil Antigo”, *Cadernos de Pesquisa*, n.º 69, São Paulo, 1989, pp. 34-39.

-----, “Justitia et Misericordia: A Inquisição Portuguesa e a Repressão ao Nefando Pecado de Sodomia”, *Inquisição. Ensaaios sobre Mentalidade, Heresias e Arte*, organização de Anita Novinsky e Maria Luiza Tucci Carneiro, Rio de Janeiro, Expressão e Cultura, São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 1992, pp. 703-738.

-----, “*In vino veritas*: Vinho e Aguardente no Cotidiano dos Sodomitas Luso-brasileiros à Época da Inquisição”, *Topoi. Revista de História*, vol. 6, n.º 10, Rio de Janeiro, 2005, pp. 9-28.

-----, “Sodomia não é Heresia: Dissidência Moral e Contracultura”, *A Inquisição em Xequê: Temas, Controvérsias, Estudos de Caso*, organizadores Ronaldo Vainfas, Bruno Feitler e Lana Lage, Rio de Janeiro, Editora da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2006, pp. 253-266.

-----, *Bahia: Inquisição e Sociedade*, Salvador, Editora da Universidade Federal da Bahia, 2010.

-----, “Sodomia, Portogallo”, in *Dizionario Storico dell’Inquisizione*, vol. 3, direcção de Adriano Prosperi com a colaboração de Vincenzo Lavenia e John Tedeschi, Pisa, Edizioni Della Normale, 2010, pp. 1450-1451.

MUNTANER I MARIANO, Leonard, “Los Grandes Ciclos de Actividad de la Inquisición Española en Mallorca (1488-1691)”, *Perfiles Jurídicos de la Inquisición Española*, direção de José António Escudero, Madrid, Instituto de Historia de la Inquisición da Universidade Complutense, 1989, pp. 753-772.

NUNES, João Rocha, “Crime e Castigo: Pecados Públicos e Disciplinamento Social na Diocese de Viseu (1684-1689)”, *Revista de História da Sociedade e da Cultura*, n.º 6, Coimbra, 2006, pp. 177-213.

-----, *A Reforma Católica na Diocese de Viseu (1552-1639)*, Tese de Doutoramento em Letras, área de História, especialidade de História Moderna, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Coimbra, 2010, exemplar mimeografado.

OLIVAL, Fernanda, “A Inquisição e a Madeira: A Visita de 1618”, *Actas do I Colóquio Internacional de História da Madeira*, vol. 2, Funchal, Governo Regional da Madeira, 1989, pp. 764-810.

-----, “O Controle sobre Proposições na Inquisição de Lisboa (1681-1700). Achegas para um Estudo da Temática”, *Inquisição. Comunicações apresentadas ao 1.º Congresso Luso-Brasileiro sobre Inquisição*, coordenação de Maria Helena Carvalho dos Santos, vol. 2, Lisboa, Sociedade Portuguesa de Estudos do Século XVIII, Universitária Editora, 1989, pp. 661-686.

-----, “A Visita da Inquisição à Madeira em 1591-92”, *Actas. III Colóquio Internacional de História da Madeira*, Funchal, Centro de Estudos de História do Atlântico, 1993, pp. 493-519.

-----, “O Clero da Ordem de Avis na Região Alentejana”, *Ordens Militares. Guerra, Religião, Poder e Cultura. Actas do III Encontro sobre Ordens Militares*, vol. 2, Lisboa, Edições Colibri, Câmara Municipal de Palmela, 1999, pp. 187-221.

-----, *As Ordens Militares e o Estado Moderno. Honra, Mercê e Venalidade em Portugal (1641-1789)*, Lisboa, Estar, 2001.

-----, “Rigor e Interesses: os Estatutos de Limpeza de Sangue em Portugal”, *Caderno de Estudos Sefarditas*, n.º 4, Lisboa, 2004, pp. 151-182.

-----, “Os Lugares e Espaços do Privado nos Grupos Populares e Intermédios”, *História da Vida Privada em Portugal*, direcção de José Mattoso, [vol. 2], *A Idade Moderna*, coordenação de Nuno Gonçalo Monteiro, [Lisboa], Círculo de Leitores, Temas e Debates, 2010, pp. 244-275.

-----, “Clero e Família: os Notários e Comissários do Santo Ofício no Sul de Portugal (o caso de Beja na primeira metade do século XVIII)”, *Familias, Jerarquización y Movilidad Social*, edição de Giovanni Levi e compilação de Raimundo A. Rodríguez Pérez, Murcia, Universidad de Murcia, 2010, pp. 101-113.

-----, “Quando o Santo Ofício Processava os seus Comissários (Portugal, 1600-1773)”, *Estudos em Homenagem a Joaquim Romero Magalhães. Economia, Instituições e Império*, organização de Álvaro Garrido, Leonor Freire Costa e Luís Miguel Duarte, Coimbra, Almedina, 2012, pp. 179-195.

-----, MONTEIRO, Nuno Gonçalo, “Mobilidade Social nas Carreiras Eclesiásticas em Portugal (1500-1820)”, *Análise Social*, vol. XXXVII, n.º 165, Lisboa, 2003, pp. 1213-1239.

OLIVEIRA, António de, *A Vida Económica e Social de Coimbra de 1537 a 1640*, vol. 1, Coimbra, Instituto Estudos Históricos, 1971.

-----, “A População das Comarcas de Leiria e Santarém em 1537”, *Revista Portuguesa de História*, tomo 15, Coimbra, 1975, pp. 235-299.

OLIVEIRA, Ricardo Pessa de, *Uma Vida no Santo Ofício: o Inquisidor Geral D. João Cosme da Cunha*, Lisboa, Dissertação de Mestrado em História Moderna apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2007, exemplar mimeografado.

-----“Para o Estudo da Irmandade São Pedro Mártir no final do Século XVIII”, *Do Absolutismo ao Liberalismo. Actas do IV Congresso Histórico de Guimarães*, vol. I, Guimarães, Câmara Municipal de Guimarães, 2009, pp. 509-530.

-----, “O Património Móvel do Convento de Nossa Senhora do Cardal (1834)”, *Lusíada, História*, série II, n.º 8, Lisboa, 2011, pp. 285-308.

-----, GOMES, Saul António, *Notícias e Memórias Paroquiais Setecentistas – 11. Pombal*, Coimbra, Centro de História da Sociedade e da Cultura, Palimage, 2012.

O’MALLEY, John W., *Trent. What Happened at the Council*, Cambridge (Massachusetts), Londres, The Belknap Press of Harvard University Press, 2013.

PAIVA, José Pedro, “A Administração Diocesana e a Presença da Igreja. O caso da diocese de Coimbra nos séculos XVII e XVIII”, *Lusitania Sacra*, 2.ª série, tomo III, Lisboa, 1991, pp. 71-110.

-----, *Práticas e Crenças Mágicas. O Medo e a Necessidade dos Mágicos na Diocese de Coimbra (1650-1740)*, Coimbra, Minerva, 1992.

-----, “Uma Instrução aos Visitadores do Bispado de Coimbra (século XVII?) e os textos regulamentadores das Visitas Pastorais em Portugal”, *Revista de História das Ideias*, vol. 15, Coimbra, 1993, pp. 637-661.

-----, “O Inferno e o Paraíso em duas Visões Marginais de Origem Popular”, *Ler História*, n.º 33, Lisboa, 1997, pp. 53-66.

-----, “A Magia e a Bruxaria”, *História Religiosa de Portugal*, direcção de Carlos Moreira Azevedo, vol. 2, *Humanismos e Reformas*, coordenação de João Francisco Marques e António Camões Gouveia, Lisboa, Círculo de Leitores, 2000, pp. 369-375.

-----, “As Visitas Pastorais”, *História Religiosa de Portugal*, direcção de Carlos Moreira Azevedo, vol. 2, *Humanismos e Reformas*, coordenação de João Francisco Marques e António Camões Gouveia, Lisboa, Círculo de Leitores, 2000, pp. 250-255.

-----, “Dioceses e Organização Eclesiástica”, *História Religiosa de Portugal*, direcção de Carlos Moreira Azevedo, vol. 2, *Humanismos e Reformas*, coordenação de João Francisco Marques e António Camões Gouveia, Lisboa, Círculo de Leitores, 2000, pp. 187-199.

-----, “Os Mentores”, *História Religiosa de Portugal*, direcção de Carlos Moreira Azevedo, vol. 2, *Humanismos e Reformas*, coordenação de João Francisco Marques e António Camões Gouveia, Lisboa, Círculo de Leitores, 2000, pp. 201-237.

-----, “Missões, Directores de Consciência, Exercícios Espirituais e Simulações de Santidade: o caso de Arcângela do Sacramento (1697-1701)”, *Gaudela. Revista Cultural*, n.º 1, Gouveia, 2000, pp. 3-28.

-----, *Bruxaria e Superstição num País sem “caça às bruxas” 1600-1774*, 2.^a edição, Lisboa, Editorial Notícias, 2002.

-----, “A Diocese de Coimbra durante o Reinado de D. Manuel: o Governo Episcopal de D. Jorge de Almeida (1482-1543)”, *Revista Portuguesa de História*, tomo XXXVI, vol. 1, Coimbra, 2002/2003, pp. 347-366.

-----, “As Entradas da Inquisição, na Vila de Melo, no Século XVII: Pânico, Integração/Segregação, Crenças e Desagregação Social”, *Revista de História das Ideias*, vol. 25, Coimbra, 2004, pp. 169-208.

-----, “A Diocese de Coimbra antes e depois do Concílio de Trento: D. Jorge de Almeida e D. Afonso Castelo Branco”, *Sé Velha de Coimbra. Culto e Cultura. Ciclo de conferências 2003*, Coimbra, Gráfica de Coimbra, 2005, pp. 225-253.

-----, *Os Bispos de Portugal e do Império (1495-1777)*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2006.

-----, “El Estado en la Iglesia y la Iglesia en el Estado. Contaminaciones, Dependencias y Disidencia entre la Monarquía y la Iglesia del Reino de Portugal (1495-1640), *Manuscripts: Revista d’Història Moderna*, n.º 25, Barcelona, 2007, pp. 45-57.

-----, “La Reforma Católica en Portugal en el Periodo de la Integración del Reino en la Monarquía Hispánica (1580-1640)”, *Tiempos Modernos. Revista electrónica de Historia Moderna*, vol. 7, n.º 20, 2010, 37p.

-----, “Castro, Francisco de”, in *Dizionario Storico dell’Inquisizione*, vol. 1, direcção de Adriano Prosperi com a colaboração de Vincenzo Lavenia e John Tedeschi, Pisa, Edizioni Della Normale, 2010, pp. 302-304.

-----, “Noronha, António Matos de”, in *Dizionario Storico dell’Inquisizione*, vol. 2, direcção de Adriano Prosperi com a colaboração de Vincenzo Lavenia e John Tedeschi, Pisa, Edizioni Della Normale, 2010, pp. 1117-1118.

-----, “Mascarenhas, Fernão Martins”, in *Dizionario Storico dell’Inquisizione*, vol. 2, direcção de Adriano Prosperi com a colaboração de Vincenzo Lavenia e John Tedeschi, Pisa, Edizioni Della Normale, 2010, pp. 1004-1006.

-----, “Stregoneria, Portogallo”, in *Dizionario Storico dell’Inquisizione*, vol. 3, direcção de Adriano Prosperi com a colaboração de Vincenzo Lavenia e John Tedeschi, Pisa, Edizioni Della Normale, 2010, pp. 1530-1533.

-----, *Baluartes da Fé e da Disciplina. O Enlace entre a Inquisição e os Bispos em Portugal (1536-1750)*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2011.

-----, “Um Corpo entre outros Corpos Sociais: o Clero”, *Revista de História das Ideias*, vol. 33, Coimbra, 2012, pp. 165-182.

PALHA, Fernando, *O Conde de Castel Melhor no Exílio. Ensaio Biographico*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1883.

PALOMO, Federico, “Exigências na Formação do Clero Eborense em fins do século XVI. O ‘Regimen ab examinatribus’ de Teotónio de Bragança”, *Actas do Congresso de História no IV Centenário do Seminário de Évora*, vol. II, Évora, Instituto Superior de Teologia, 1994, pp. 81-92.

-----, “‘Disciplina christiana’ Apuntes historiográficos en torno a la Disciplina y el Disciplinamento Social como Categorías de la Historia Religiosa de la Alta Edad Moderna”, *Cuadernos de Historia Moderna*, n.º 18, Madrid, 1997, pp. 119-136.

-----, *Fazer dos Campos Escolas Excelentes. Os Jesuítas de Évora e as Missões do Interior em Portugal (1551-1630)*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, Fundação para a Ciência e a Tecnologia, 2003.

-----, *A Contra-Reforma em Portugal 1540-1700*, Lisboa, Livros Horizonte, 2006.

PASAMAR LÁZARO, José Enrique, “El Comisario del Santo Oficio en el Distrito Inquisitorial de Aragón”, *Revista de la Inquisición*, n.º 6, Madrid, 1997, pp. 191-238.

PEÑAFIEL RAMÓN, Antonio, “Reductos Judaizantes en el siglo XVIII. El Tribunal del Santo Oficio de Murcia”, *Revista de la Inquisición*, vol. 2, Madrid, 1992, pp. 49-70.

PEREIRA, Ana Margarida Santos, *A Inquisição no Brasil: Aspectos da sua Actuação nas Capitanias do Sul (De meados do séc. XVI ao início do séc. XVIII)*, Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2006.

PEREIRA, Isaías da Rosa, “Os Livros das Visitas Pastorais”, *Actas do V Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros*, vol. 2, Coimbra, Gráfica de Coimbra, 1965, pp. 475-484.

-----, “As Visitas Pastorais como Fonte Histórica. Uma visitação de 1760”, *Revista da Faculdade de Letras*, III série, n.º 15, Lisboa, 1973, pp. 11-71.

-----, *Notas acerca de Índices de Livros Proibidos e Bibliografia sobre a Inquisição*, Lisboa, 1976.

-----, “A Vida do Clero e o Ensino da Doutrina Cristã através dos Sínodos Medievais Portugueses”, *Lusitania Sacra*, tomo X, Lisboa, 1978, pp. 37-74.

-----, *Subsídios para a História da Diocese de Lisboa no Século XVIII*, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1980.

-----, “O Desacato na Capela Real em 1552 e o Processo do Calvinista Inglês perante o Ordinário de Lisboa”, *Anais da Academia Portuguesa de História*, 2.^a série, vol. 29, Lisboa, 1984, pp. 595-623.

-----, “O que conheciam os Cristãos das Práticas e Costumes Judaicos. Um Curioso Processo na Inquisição de Lisboa”, *Arqueologia e História*, série X, vol. I/II (I), Lisboa, 1984-1988, pp. 193-199.

-----, *Considerações em torno da Carta de Lei de D. José I, de 1773, relativa à Abolição das Designações de “Cristão-velho” e “Cristão-novo”*, Lisboa, [s.n.], 1988.

-----, “A Real Mesa Censória e algumas Bibliotecas da Cidade de Angra em 1770”, *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*, vol. 50, Angra, 1992, pp. 169-187.

PEREIRA, Maria da Conceição Meireles, “Os Esponsais – Forma e Significado no Contexto da Sociedade Portuguesa de Setecentos”, *Revista da Faculdade de Letras, História*, série II, vol. 5, Porto, 1988, pp. 189-210.

PERROT, Michelle, *Histoire de Chambres*, [Paris], Seuil, 2009.

PINTO, Fernanda, *Vereações da Câmara Municipal de Pombal 1812-1926 “Memórias que fazem História”*, Pombal, Câmara Municipal de Pombal, 2010.

PINTO, Maria do Carmo Teixeira, “A Visita do Licenciado Pedro Álvares de Paredes a Tomar (1561)”, *Arqueologia do Estado. 1.^{as} Jornadas sobre Formas de Organização e Exercício dos Poderes na Europa do Sul, Séculos XIII-XVIII*, vol. 1, Lisboa, História & Crítica, 1988, pp. 357-373.

-----, “As Duas Visitas da Inquisição ao Porto no século XVI: Notas para o seu Estudo”, *Xudeus e Converos na Historia. Actas do Congresso Internacional*, direcção de Carlos Barros, vol. 2, Santiago de Compostela, Diputación Orense, Editorial de la Historia, 1994, pp. 371-387.

-----, *Os Cristãos-Novos de Elvas no Reinado de D. João IV. Heróis ou Anti-Heróis*, dissertação de Doutoramento apresentada à Universidade Aberta, Lisboa, 2003, exemplar mimeografado.

-----, RUNA, Lucília Maria Luís Ferreira, “Inquisição de Évora: dez anos de funcionamento (1541-1550)”, *Revista de História Económica e Social*, n.º 22, Lisboa, 1988, pp. 51-76.

PINTO, Maria Luís Rocha, RODRIGUES, José Damião, MADEIRA, Artur Boavida, “A Base Demográfica”, *Nova História de Portugal*, direcção de Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques, volume VII, *Da Paz da Restauração ao Ouro do Brasil*, coordenação de Avelino de Freitas de Meneses, Lisboa, Presença, 2001, pp. 385-403.

PLACER RUEDA, Miguel Angel, “Familiares y Comisarios de la Inquisición Extremeña (Santo Ofício y Control del Territorio en los Siglos XVII y XVIII)”, *Comunicações apresentadas ao 1.º Congresso Luso-Brasileiro sobre Inquisição*, coordenação de Maria Helena Carvalho dos Santos, vol. 2, Lisboa, Sociedade Portuguesa de Estudos do século XVIII, Universitária Editora, 1989, pp. 893-920.

POLÓNIA, Amélia, “Recepção do Concílio de Trento em Portugal: as Normas Enviadas pelo Cardeal D. Henrique aos Bispos do Reino, em 1553”, *Revista da Faculdade de Letras: História*, série II, vol. 7, Porto, 1990, pp. 133-143.

-----, *O Cardeal Infante D. Henrique, Arcebispo de Évora: Um prelado no limiar da viragem tridentina*, Porto, edição do autor, 2005.

PROSPERI, Adriano, *Il Concilio de Trento e la Controriforma*, Trento, Edizioni U.C.T., 1999.

-----, *Tribunali della Conciencia. Inquisitori, Confessori, Missionari*, 2.^a edição, Turim, Giulio Einaudi editore, 2009.

PUENTES QUESADA, Erika, “Un Linaje «portugués» en Pastrana. La Familia de Sederos de Simon Muñoz”, *Manuscripts: Revista d’Història Moderna*, n.º 10, Barcelona, 1992, pp. 157-182.

PULIDO SERRANO, Juan Ignacio, *Injurias a Cristo. Religión, Política y Antijudaísmo en el siglo XVII (Análisis de las Corrientes Antijudías durante la Edad Moderna)*, Madrid, Universidad de Alcalá, Instituto Internacional de Estudios Sefardíes y Andalusíes, 2002.

RAIMUNDO, Ricardo Varela, “Sentir Mal do Sacramento da Penitência: O Processo de Frei Salvador da Ressurreição”, *Nova Augusta*, n.º 17, Torres Novas, 2005, pp. 11-34.

RAMOS, Donald, “Bigamia e Valores Sociais e Culturais no Brasil Colonial: o caso de Manuel Lourenço Flores e o seu Contexto Histórico”, *Sexualidade, Família e Religião na Colonização do Brasil*, coordenação de Maria Beatriz Nizza da Silva, Lisboa, Horizonte, 2001, pp. 113-124.

RAU, Virgínia, *Feiras Medievais Portuguesas. Subsídios para o seu estudo*, 2.^a edição, Lisboa, Editorial Presença, 1983.

RAMOS, António de Jesus, “Coimbra, Diocese de”, *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, direcção de Carlos Moreira Azevedo, vol. A-C, Lisboa, Circulo de Leitores, 2000, pp. 387-399.

RAMOS, Luís António de Oliveira, “Da Aquisição de Livros Proibidos nos fins do século XVIII (casos portugueses)”, *Revista da Faculdade de Letras, História*, vol. IV/V, Porto, 1973-74, pp. 324-338.

RÊGO, Yvonne Cunha, *Feiticeiros, profetas e visionários. Textos antigos portugueses*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1981.

REINHARD, Wolfgang, “Disciplinamento Social, Confessionalização, Modernização. Um discurso Storiográfico”, *Disciplina dell’Anima, Disciplina del Corpo e Disciplina della Società tra Medioevo ed età Moderna*, Bolonha, Società Editrice il Mulino, 1994, pp. 101-123.

RÉVAH, Israel S., *La Censure Inquisitoriale Portugaise au XVIe siècle. Étude accompagnée de la reproduction en fac-similé des Index*, Lisboa, Instituto de Alta Cultura, 1960.

RIBEIRO, António Vítor, *O Auto dos Místicos. Alumbrados, Profecias, Aparições e Inquisidores (séculos XVI-XVIII)*, Dissertação de Doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2009, exemplar mimeografado.

RODRIGUES, Aldair Carlos, *Sociedade e Inquisição em Minas Colonial: os Familiares do Santo Ofício (1711-1808)*, São Paulo, Dissertação apresentada ao Programa de pós-graduação em História Social do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para a obtenção do título de mestre em História, 2007, exemplar mimeografado.

-----, “Formação e Atuação da Rede de Comissários do Santo Ofício em Minas Colonial”, *Revista Brasileira de História*, vol. 29, n.º 57, São Paulo, 2009, pp. 145-164.

-----, “Poder e Autoridade Inquisitorial: A Atuação dos Familiares do Santo Ofício nas Minas Setecentistas”, *Revista de História*, n.º 162 (1.º semestre de 2010), São Paulo, 2010, pp. 51-72.

RODRIGUES, Alice Correia Godinho, “Subsídios para o Estudo da Diocese de Coimbra. O Bispo-Conde D. João de Melo (1624-1704)”, *Boletim do Arquivo da Universidade de Coimbra*, vol. 7, Coimbra, 1985, pp. 235-339.

RODRIGUES, Ana Maria S. A., “Clero Secular. I. Época Medieval”, *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, direcção de Carlos Moreira Azevedo, vol. A-C, Lisboa, Círculo de Leitores, 2000, pp. 358-361.

RODRIGUES, Manuel Augusto, “Pombal e D. Miguel da Anunciação, bispo de Coimbra”, *Revista de História das Ideias*, vol. 4, tomo I, Coimbra, 1982, pp. 207-298.

-----, *Biblioteca e Bens de D. Francisco de Lemos e da Mitra de Coimbra*, Coimbra, Arquivo da Universidade de Coimbra, 1984.

-----, “As Cartas Pastorais de D. Francisco de Lemos de Faria Pereira Coutinho, Bispo de Coimbra”, *Revista de História das Ideias*, vol. 8, Coimbra, 1986, pp. 145-159.

-----, “As Preocupações Apostólicas de D. Miguel da Anunciação à luz das suas Cartas Pastorais”, *A mulher na Sociedade Portuguesa. Visão Histórica e perspectivas actuais. Actas do Colóquio*, vol. II, Coimbra, Instituto de História Económica e Social, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1986, pp. 135-166.

RODRIGUES, Mário Rui Simões, *O Diário “Perdido” da Viagem de José Cornide por Espanha e Portugal em 1772*, Batalha, Centro do Património da Estremadura, 2010.

-----, GOMES, Saul António, *Notícias e Memórias Paroquiais Setecentistas – 5. Alvaiázere*, Coimbra, Centro de História da Sociedade e da Cultura, Palimage, 2007.

SÁ, Isabel dos Guimarães, “Os Espaços de Reclusão e a Vida nas Margens”, *História da Vida Privada em Portugal*, direcção de José Mattoso, [vol. 2], *A Idade Moderna*, coordenação de Nuno Gonçalo Monteiro, [Lisboa], Círculo de Leitores, Temas e Debates, 2010, pp. 276-299.

SALDARRIAGA, Gregório, “Sujeitos sem História, Prática Calada e Marcas Apagadas: a Sodomia Imperfeita ante o Santo Ofício do México”, *Topoi. Revista de História*, vol. 5, n.º 9, Rio de Janeiro, 2004, pp. 9-32.

SANTANA, Francisco, *Bruxas e Curandeiros na Lisboa Joanina*, Lisboa, Academia Portuguesa de História, 1996.

-----, “Aspectos da Alimentação Setecentista em Processos Inquisitoriais”, *Fraternidade e Abnegação. A Joaquim Veríssimo Serrão, os Amigos*, vol. 1, Lisboa, Academia Portuguesa de História, 1999, pp. 439-451.

SANTOS, Eugénio dos, “Os Livros das Visitas Pastorais da Região Portuense. Questões e Perspectivas de Abordagem”, *Revista de História*, vol. 2, Porto, 1979, pp. 237-244.

SANTOS, Georgina Silva dos, *Ofício e Sangue. A Irmandade de São Jorge e a Inquisição na Lisboa Moderna*, Lisboa, Edições Colibri, Instituto de Cultura Ibero-Atlântica, 2005.

-----, “Entre Jesús y Moisés: el Marranismo en los Conventos Ibéricos durante el Siglo XVII”, *Historias Compartidas. Religiosidad y Reclusión Femenina en España, Portugal y América. Siglos XV-XIX*, [León], Universidad de León [México], Universidad Autónoma de Puebla, 2007, pp. 195-210.

SANTOS, Josival Nascimento dos, *A Relação entre D. João de Melo, Bispo de Coimbra (1684-1704) e a Inquisição*, Coimbra, Tese de Mestrado em História Moderna: Poderes, Ideias e Instituições, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2010, exemplar mimeografado.

SANTOS, Maria Leonor Ferraz de Oliveira Silva, *O Domínio de Santa Maria do Lôrvão no Século XIV. Gestão Feminina de um Património Fundiário*, prefácio de Iria Gonçalves, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2001.

SANTOS, Piedade Braga, “Actividade da Real Mesa Censória – Uma Sondagem”, *Cultura-História e Filosofia*, vol. 2, Lisboa, 1983, pp. 379-382.

SARRIÓN MORA, Adelina, *Sexualidad y confesión. La solicitud ante el Tribunal del Santo Oficio (siglos XVI-XIX)*, Madrid, Alianza Editorial, 1994.

SCHILLING, Heinz, “Chiese Confessionali e Disciplinamento Sociale. Un Bilancio Provvisorio della Ricerca Storica”, *Disciplina dell’Anima, Disciplina del Corpo e*

Disciplina della Società tra Medioevo ed età Moderna, Bolonha, Società Editrice il Mulino, 1994, pp. 125-160.

SCHULZE, Winfried, “Il Concetto di ‘Disciplinamento Sociale nella prima Età Moderna’ in Gerhard Oestreich”, *Annali dell’Istituto Storico Italo-Germanico in Trento*, vol. 18, Bolonha, 1992, pp. 371-411.

SENA, Maria Teresa, “A Família do Marquês de Pombal e o Santo Ofício (amostragem da importância do Cargo de Familiar na Sociedade Portuguesa e Oitocentista)”, *Pombal Revisitado. Comunicações ao Colóquio Internacional organizado pela Comissão das Comemorações do 2.º Centenário da Morte do Marquês de Pombal*, coordenação de Maria Helena Carvalho dos Santos, vol. I, Lisboa, Estampa, 1984, pp. 337-386.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo, *O Marquês de Pombal. O Homem, o Diplomata e o Estadista*, Lisboa, Câmaras Municipais de Lisboa, Oeiras e Pombal, 1982.

-----, “Uma Estimativa da População Portuguesa em 1640”, *Memórias da Academia das Ciências de Lisboa*, Letras, tomo XVI, Lisboa, 1975, pp. 211-303.

-----, “Marquês de Pombal: o Homem e o Estadista”, *História de Portugal. Dos Tempos Pré-Históricos aos Nossos Dias*, direcção de João Medina, vol. VII, *Portugal Absolutista*, Amadora, Clube Internacional do Livro, 1997, pp. 277-340.

SERRÃO, José Vicente, *Demografia e Agricultura no Portugal do século XVIII*, Lisboa, Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, 1987, exemplar mimeografado.

-----, “O Quadro Humano”, *História de Portugal*, direcção de José Mattoso, vol. IV, *O Antigo Regime (1620-1807)*, coordenação de António Manuel Hespanha, Lisboa, Estampa, 1993, pp. 49-69.

SIEBENHÜNER, Kim, “Bigamia e Poligamia, Italia”, in *Dizionario Storico dell’Inquisizione*, vol. 1, direcção de Adriano Prosperi com a colaboração de Vincenzo Lavenia e John Tedeschi, Pisa, Edizioni Della Normale, 2010, pp. 194-196.

SILVA, António Pereira da, “A Jacobeia, Movimento de Renovação da Igreja em Portugal no século XVIII”, *Actas da 3.ª Semana Portuguesa de Teologia*, [s.l.], 1964, pp. 5-14.

-----, *A Questão do Sigilismo em Portugal no século XVIII. História, Religião e Política nos Reinados de D. João V e de D. José I*, Braga, Editorial Franciscana, 1964.

SILVA, Armando Carneiro da, “Evolução Populacional Coimbrã”, *Arquivo Coimbrão, Boletim da Biblioteca Municipal de Coimbra*, vol. XXIII, Coimbra, 1968.

SILVA, Filipa Ribeiro da, *A Inquisição em Cabo Verde, Guiné e S. Tomé e Príncipe (1536 a 1821): Contributo para o Estudo da Política do Santo Ofício nos Territórios Africanos*, Lisboa, Tese mestrado em História dos Descobrimentos e da Expansão Portuguesa apresentada à Universidade Nova de Lisboa, 2002, exemplar mimeografado.

SILVA, Marco Antônio Nunes da, “Cripto-Judaísmo em Portugal Seiscentista”, *Cadernos de Estudos Sefarditas*, vol. 3, Lisboa, 2003, pp. 247-273.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da, “A Vida Quotidiana”, *Nova História de Portugal*, direcção de Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques, vol. VII, *Da Paz da Restauração ao Ouro do Brasil*, coordenação de Avelino Freitas de Meneses, Lisboa, Editorial Presença, 2001, pp. 442-461.

SIQUEIRA, Sonia A., *A Inquisição Portuguesa e a Sociedade Colonial*, São Paulo, Atica, 1978.

SOARES, António Franquelim Sampaio Neiva, *A Arquidiocese de Braga no século XVII. Sociedade e Mentalidades pelas Visitações Pastorais (1550-1700)*, Braga, Edição do Autor, 1997.

SOROMENHO, Miguel, “*Ingegnosi Ornamenti*. Architecturas Efémeras em Lisboa no Tempo dos Primeiros Filipes”, *Arte Efémera em Portugal*, coordenação de João Castel-

Branco, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, Museu Calouste Gulbenkian, 2000, pp. 21-33.

SOUZA, Francisco da Silveira de Vasconcellos e, *O Ministro de D. Afonso VI. Luís de Vasconcellos e Souza, 3.º Conde de Castello Melhor*, Porto, Câmara Municipal de Vila Nova de Foz Côa, 2001.

SOUZA, Grayce Mayre Bonfim, *Para Remédio das Almas: Comissários, Qualificadores e Notários da Inquisição Portuguesa na Bahia (1692-1804)*, Salvador da Baía, Dissertação apresentada ao Programa de pós-graduação em História Social da Universidade da Baía, para a obtenção do título de doutor em História, 2009, exemplar mimeografado.

SOUZA, Laura de Mello e, *O Inferno Atlântico. Demonologia e Colonização. Séculos XVI-XVIII*, São Paulo, Companhia das Letras, 1993.

-----, “Entre o Êxtase e o Combate: Visionárias Portuguesas do Século XVII”, *Inquisição. Ensaio sobre Mentalidade, Heresias e Arte*, organização de Anita Novinsky e Maria Luiza Tucci Carneiro, Rio de Janeiro, Expressão e Cultura, São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 1992, pp. 762-784.

-----, *O Diabo e a Terra de Santa Cruz, Feitiçaria e Religiosidade Popular no Brasil Colonial*, 7.ª edição, São Paulo, Companhia das Letras, 2000.

SOYER, François, “The Massacre of the New Christians of Lisbon in 1506: a new Eyewitness Account”, *Cadernos de Estudos Sefarditas*, vol. 7, Lisboa, 2007, pp. 221-244.

SUÁREZ FERNÁNDEZ, Luis, *La Expulsión de los Judios de España*, Madrid, Mapfre, 1992.

TAILLAND, Michèle Janin-Thivos, *Inquisition et Société au Portugal. Le Cas du Tribunal d'Évora 1660-1821*, Paris, Centre Culturel Calouste Gulbenkian, 2001.

TAVARES, Maria José Pimenta Ferro, *Os Judeus em Portugal no Século XV*, 2 vols., Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, 1982-1984.

-----, “Para o Estudo dos Judeus de Trás-os-Montes no Século XVI: A 1.^a Geração de Cristãos Novos”, *Cultura – História e Filosofia*, vol. IV, Lisboa, 1985, pp. 371-417.

-----, *Judaísmo e Inquisição. Estudos*, Lisboa, Editorial Presença, 1987.

-----, “Judeus e Conversos Castelhanos em Portugal”, *História Medieval. Anales de la Universidad de Alicante*, n.º 6, Alicante, 1987, pp. 341-368.

-----, “A Religiosidade Judaica”, *Congresso Internacional Bartolomeu Dias e a sua Época. Actas*, vol. 5, *Espiritualidade e Evangelização*, Porto, Universidade do Porto, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1989, pp. 369-380.

-----, “Características do Messianismo Judaico em Portugal”, *Estudos Orientais*, vol. 2, Lisboa, 1991, pp. 245-266.

-----, “Judeus e Criptojudaizantes na ilha a Madeira (séculos XV e XVI)”, *Estudos em Homenagem a Jorge Borges de Macedo*, Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica, Centro de Arqueologia e História da Universidade de Lisboa, 1992, pp. 117-132.

-----, *Os Judeus em Portugal no Século XIV*, 2.^a edição, Lisboa, Guimarães Editores, 2000.

TAVARES, Pedro Vilas Boas, “A Corte Portuguesa perante a Condenação de Miguel de Molinos”, *Espiritualidade e Corte em Portugal (Séculos XVI a XVIII)*, Porto, Universidade do Porto, Faculdade de Letras, Instituto de Cultura Portuguesa, 1993, pp. 187-204.

-----, “Portugal e a Condenação de Miguel de Molinos: Impacto e Primeiras reacções”, *Via Spiritus. Revista de História da Espiritualidade e do Sentimento Religioso*, vol. 1, Porto, 1994, pp. 157-183.

-----, “Molinosismo e Desculpabilização”, *Via Spiritus. Revista de História da Espiritualidade e do Sentimento Religioso*, vol. 2, Porto, 1995, pp. 203-240.

-----, “Caminhos e Invenções de Santidade Feminina em Portugal nos séculos XVII e XVIII. (Alguns dados, problemas e sugestões)”, *Via Spiritus. Revista de História da Espiritualidade e do Sentimento Religioso*, vol. 3, Porto, 1996, pp. 163-216.

-----, *Beatas, Inquisidores e Teólogos: Reacção Portuguesa a Miguel de Molinos*, Dissertação de Doutoramento em Cultura Portuguesa apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto, 2002, exemplar mimeografado.

TEDIM, José Manuel, “A Procissão das Procissões. A Festa do Corpo de Deus”, *Arte Efémera em Portugal*, coordenação de João Castel-Branco, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, Museu Calouste Gulbenkian, 2000, pp. 217-223.

TOMÉ, Elisabete Picão, *Blasfémias no Tribunal da Inquisição de Coimbra. 1541-1750*, Coimbra, Dissertação de Mestrado em História Moderna apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2006, exemplar mimeografado.

TORRES, José Veiga, “Uma Longa Guerra Social: os Ritmos da Repressão Inquisitorial em Portugal”, *Revista de História Económica e Social*, n.º 1, Lisboa, 1978, pp. 55-68.

-----, “Uma Longa Guerra Social. Novas perspectivas para o estudo da Inquisição Portuguesa. A Inquisição de Coimbra”, *Revista de História das Ideias*, vol. 8, Coimbra, 1986, pp. 59-70.

-----“Da Repressão Religiosa para a Promoção Social. A Inquisição como instância legitimadora da Promoção Social da Burguesia Mercantil”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.º 40, Outubro, 1994, pp. 109-135.

-----, “Um ‘Escusado’ Habilitado”, *Revista Económica e Social*, 2.^a série, n.º 4, Lisboa, 2002, pp. 55-82.

-----, *Limpeza de Geração. Para o Estudo da Burguesia Vianense do Antigo Regime (séculos XVII e XVIII) Através das Inquirições do Santo Ofício*, Viana do Castelo, Câmara Municipal de Viana do Castelo, 2008.

TORRES AGUILAR, Manuel, “Algunos Aspectos del Delito de Bigamia en la Inquisición de Índias”, *Revista de la Inquisición*, n.º 6, Madrid, 1997, pp. 117-138.

-----, “El Delito de Bigamia: Estudio General y Especial Perspectiva en el Tribunal de la Inquisición de Sevilla en el Siglo XVIII”, *El Centinela de la Fe. Estudios Jurídicos sobre la Inquisición de Sevilla en el Siglo XVIII*, edição de Enrique Gacto Fernández, Sevilha, Universidade de Sevilha, 1997, pp. 173-232.

TORRES ARCE, Marina, *La Inquisición en su Entorno: Servidores del Santo Oficio de Logroño en el Reinado de Felipe V*, Santander, Universidad de Cantabria, 2001.

-----, *Inquisición, Regalismo y Reformismo Borbónico. El Tribunal de la Inquisición de Logroño a finales del Antiguo Régimen*, Santander, Servicio de Publicaciones de la Universidad de Cantabria, Fundación Marcelino Botín, 2006.

TRINDADE, Ana Cristina Machado, *A Moral e o Pecado Público no Arquipélago da Madeira na Segunda Metade do Século XVIII*, Funchal, Centro de Estudos de História do Atlântico, Secretaria Regional do Turismo e Cultura, 1999.

-----, *Plantar Nova Christandade: Um Desígnio Jacobeu para a Diocese do Funchal. Frei Manuel Coutinho, 1725-1741*, Funchal, Governo da Região Autónoma da Madeira, 2012.

VAINFAS, Ronaldo, *Trópico dos Pecados, Moral, Sexualidade e Inquisição no Brasil*, 2.^a edição, Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1997.

-----, “Moralidades Brasília: Deleites Sexuais e Linguagem Erótica na Sociedade Escravista”, *História da Vida Privada no Brasil*, 1 volume, organização de Laura de Mello e Souza, 6.^a edição, São Paulo, Companhia das Letras, 1997, pp. 221-273.

-----, “Inquisição como Fábrica de Hereges: os Sodomitas foram Exceção?”, *A Inquisição em Xequê: Temas, Controvérsias, Estudos de Caso*, organizadores Ronaldo Vainfas, Bruno Feitler e Lana Lage, Rio de Janeiro, Editora da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2006, pp. 267-280.

VALÉRIO, António João Feio, *Alvito: o Espaço e os Homens (1251-1640). Subsídios para a História de uma vila Alentejana*, 2 vols., Lisboa, Dissertação de Mestrado em História Moderna apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1993, exemplar mimeografado

VASTA, Marilena Modica, “La Santità Negata. Esperienze Religiose e Inquisizione nella Sicilia Moderna”, *Finzione e Santità tra Medioevo ed Età Moderna*, direcção de Gabriella Zarri, Turim, Rosenberg & Sellier, 1991, pp. 389-411.

VILAR, Hermínia Vasconcelos, “A Inquisição do Porto: Actuação e Funcionamento (1541-1542)”, *Revista de História Económica e Social*, n.º 21, Lisboa, 1987, pp. 29-46.

-----, “A Comunidade Cristã-Nova do Porto no século XVI: Notas para o seu Estudo”, *Xudeus e Converos na Historia. Actas do Congresso Internacional*, direcção de Carlos Barros, vol. 2, Santiago de Compostela, Diputación Orense, Editorial de la Historia, 1994, pp. 389-405.

WADSWORTH, James E., “Joaquim Marques de Araújo: o Poder da Inquisição em Pernambuco no fim do Período Colonial”, in *De Cabral a Pedro I: Aspectos da Colonização Portuguesa no Brasil*, organização de Maria Beatriz Nizza da Silva, Porto, Humbertipo, 2001, pp. 309-320.

-----, “Os Familiares do Número e o Problema dos Privilégios”, *A Inquisição em Xequê: Temas, Controvérsias, Estudos de Caso*, organizadores Ronaldo Vainfas, Bruno Feitler

e Lana Lage, Rio de Janeiro, Editora da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2006, pp. 97-112.

-----, *Agents of Orthodoxy. Honor, Status and the Inquisition in Colonial Pernambuco, Brazil*, Lanham, Rowman & Littlefield Publishers, 2007.

YERUSHALMI, Yosef Hayim, *The Lisbon Massacre of 1506 and the royal image in the Shebet Yehudah*, Cincinnati, Jewish Institut os Religion, 1976.

ZARRI, Gabriella, “‘Vera’ Santità, ‘Simulata’ Santita: Ipotesi e Riscontri”, *Finzione e Santita tra Medioevo ed Età Moderna*, direção de Gabriella Zarri, Turim, Rosenberg & Sellier, 1991, pp. 9-36.